

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

---

DIRETORIA TÉCNICA

*2ª ed.*

*2270-B*

*15.07.80*

# INDICADORES SOCIAIS

## Relatório 1979

Indicadores sociais :



0515/99

IBGE - DIBIS

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS E SÓCIO-ECONÔMICOS  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E INDICADORES SOCIAIS

RIO DE JANEIRO

1979

## APRESENTAÇÃO

Este relatório é o resultado de trabalhos de pesquisa desenvolvidos pela equipe do Departamento de Estudos e Indicadores Sociais da Superintendência de Estudos Geográficos e Sócio-Econômicos do IBGE.

Como é inerente a todo trabalho de análise, a responsabilidade por opiniões e interpretações nele apresentadas é exclusivamente dos autores, relacionados a seguir:

### - REDAÇÃO:

#### INTRODUÇÃO

*Jane Souto de Oliveira*

#### Capítulo I - POPULAÇÃO E FAMÍLIAS

*Rosa Maria Ramalho Massena  
Mária das Graças Mangueira Este  
Lúcia Ribeiro de Souza*

#### Capítulo II - DIVISÃO DO TRABALHO

*Fernando José de Araujo Abrantes  
Lucia Elena Garcia de Oliveira*

#### Capítulo III - MOBILIDADE OCUPACIONAL

*Rosa Maria Porcaro, com a colaboração de:  
Lucia Elena Garcia de Oliveira e  
Doris Rinaldi Meyer*

#### Capítulo IV - DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

*Júlio Sérgio Gomes de Almeida*

#### Capítulo V - DESPESA FAMILIAR

*Regina de Paula Santos Prado  
Mária Alice Machado de Carvalho*

#### Capítulo VI - HABITAÇÃO

*David Michael Vetter e  
Rosa Maria Ramalho Massena com a colaboração de:  
Elza Freire Rodrigues*

#### Capítulo VII - EDUCAÇÃO

*José Carmello Braz de Carvalho  
Mária Cascaes  
Olga Lopes da Cruz  
Mária Helena Beozzo de Lima*

#### Capítulo VIII - SAÚDE

*Mário Francisco Giani Monteiro  
Alceu Vicente Wightman de Carvalho*

- IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO TABULAR: *Francisca Laide de Oliveira (coordenação), Diva de Souza e Silva, Edval do Monteiro de Oliveira, Elza Freire Rodrigues, Luiz Carlos Vieira dos Santos e Tomo Ishikiriyama e os estagiários Arnaldo Peres Vianna, José Roberto Souza Santos, Marion Kelson e Rodolfo de Castro Souza Filho.*
- DISCUSSÃO E REVISÃO DO RELATÓRIO: além da equipe de redação e de implementação do plano tabular participaram destas atividades os técnicos *Cleber Felix, Helena Alvim Castello Branco, Lucia Maria de Miranda Pacheco, Mária Alice Lanari Ferreira, Mária Hortense Ferro Costa Marcier e Marina Teixeira Barroso Rebello.*
- DATILOGRAFIA: *Acilêa Gonzales da Silva Boretti, Cláudia Maria Ferreira Leite, Fátima Henrique Souza, Lívia Duarte Peçanha, Lucia Regina Garcia de Oliveira, Mária Lucia Oliveira da Fonseca e Sheila Gil dos Santos.*
- DESENHO DOS GRÁFICOS: *Angelo Dias Maciel, José Alfredo Casadó de Almeida e Lucy Cabral de Souza Ventura da Divisão de Atlas e Apoio Técnico do Departamento de Geografia.*

ERRATA DA PUBLICAÇÃO INDICADORES SOCIAIS - RELATÓRIO 1979

Capítulo IV - DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Os dados ora apresentados referem-se basicamente a correções no cálculo dos índices de concentração de rendimento para 1976, que não puderam ser ultimados até o momento de publicação do relatório. Além destas correções, novos cortes para a discriminação do Grau de Instrução para 1970 foram feitos no sentido de obter-se uma comparação mais abrangente nesta caracterização.

Deve-se destacar que embora tais dados tenham sofrido pequenas alterações em seus valores absolutos, manifestam, em sua evolução, a mesma tendência apontada pelos dados anteriores. Isto significa que a análise desenvolvida no relatório mantém sua validade, com uma única exceção para um dos aspectos analisados no item IV.5 - DISTRIBUIÇÃO FAMILIAR DA RENDA, quando se compara a distribuição do rendimento familiar com a distribuição do rendimento pessoal.

São também acrescentadas algumas tabelas (de 18a. a 23) sobre rendimento familiar, suprimidas no momento da publicação deste relatório, mas cuja análise se encontra desenvolvida no texto. Uma correção deve ser feita quanto à numeração destas tabelas no texto:

onde se lê:

Tabela 17  
Tabela 18  
Tabela 18a.

leia-se:

Tabela 18  
Tabela 18a.  
Tabela 18b.

Tabela 11, p. 199

ANO	RIO DE JANEIRO (1)		SÃO PAULO (2)		PORTO ALEGRE (3)	
	VALOR REAL DA MÉDIA MENSAL DO SALÁRIO NOMINAL (Cr\$ de 1970) (1)	VARIACÃO ANUAL (%)	VALOR REAL DA MÉDIA MENSAL DO SALÁRIO NOMINAL (Cr\$ de 1970) (2)	VARIACÃO ANUAL (%)	VALOR REAL DA MÉDIA MENSAL DO SALÁRIO NOMINAL (Cr\$ de 1970) (3)	VARIACÃO ANUAL (%)
	1970	176,80	-2,35	176,80	0,93	160,80
1960/1965	239,05	-3,4	241,30	-3,7	201,30	-2,7
1965/1970	184,30	-3,3	187,74	-3,8	165,00	-1,7
1970/1975	182,13	1,5	178,14	0,8	161,12	0,1
1975/1978	189,21	0,3	191,77	2,8	167,51	2,1
1965/1978	184,90	-0,7	185,84	-0,6	164,58	-0,1
1960/1978	200,70	-1,4	201,83	-1,5	175,61	-0,8

Tabela 15, p. 204

DISCRIMINAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970)	ÍNDICE DE GINI		ÍNDICE DE THEIL	CORTEIS PERCENTUAIS									
		LÍMITE INFERIOR	LÍMITE SUPERIOR		20 <sup>-</sup>		50 <sup>-</sup>		10 <sup>+</sup>		5 <sup>+</sup>		1 <sup>+</sup>	
					% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970)	% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970)	% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970)	% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970)	% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970)
GRAU DE INSTRUÇÃO														
Sem instrução	123	0,380	0,421	0,306	6,0	37	23,0	56	31,0	381	20,8	512	8,4	1 032
1 a 3 anos	194	0,402	0,439	0,338	5,3	52	23,1	90	33,0	640	22,2	859	8,8	1 704
4 a 7 anos	313	0,436	0,473	0,388	5,0	78	20,7	129	35,0	1 097	23,9	1 499	9,4	2 931
8 a 10 anos	560	0,464	0,502	0,420	4,5	126	18,1	202	36,7	2 058	24,7	2 766	9,1	5 111
11 a 14 anos	717	0,451	0,491	0,391	5,1	182	19,6	281	35,8	2 569	23,7	3 390	8,5	6 090
15 anos e mais	1 852	0,398	0,441	0,275	4,9	456	21,7	802	29,9	5 534	19,4	7 192	7,1	13 220

Tabela 16, p. 205

DISCRIMINAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970)	ÍNDICE DE GINI		ÍNDICE DE THEIL	CORTES PERCENTUAIS									
		LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR		20 <sup>-</sup>		50 <sup>-</sup>		10 <sup>+</sup>		5 <sup>+</sup>		1 <sup>+</sup>	
					% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970) <sup>2</sup>	% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970) <sup>2</sup>	% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970) <sup>2</sup>	% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970) <sup>2</sup>	% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970) <sup>2</sup>
<b>SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO</b>														
Urbana .....	651	0,583												
Rural .....	245				50	1	88	1 049	4 735	1 552			3 794	
<b>SETORES DE ATIVIDADE</b>														
Primário .....	249	0,509	0,540	0,655	4,5	56	18,3	91	45,4	1 132	34,6	1 726	17,1	4 273
Secundário .....	607	0,531	0,565	0,641	4,3	131	16,6	201	46,8	2 840	35,2	4 268	16,1	9 777
Terciário .....	657	0,604	0,630	0,766	2,4	80	12,1	159	50,2	3 299	36,8	4 841	16,9	11 107
<b>GRUPOS DE IDADE</b>														
18 a 17 anos .....	138	0,375	0,415	0,407	5,6	38	23,6	65	31,4	432	21,7	598	10,6	1 464
18 a 24 anos .....	314	0,429	0,469	0,434	5,3	83	21,5	135	36,0	1 132	25,2	1 585	11,5	3 610
25 a 39 anos .....	633	0,559	0,589	0,656	3,4	107	14,4	182	46,6	2 952	33,8	4 278	14,8	9 347
40 a 54 anos .....	756	0,605	0,632	0,762	2,8	106	11,9	181	51,1	3 863	37,2	5 620	17,2	12 996
55 anos e mais .....	648	0,638	0,662	0,897	2,8	91	11,3	146	55,9	3 623	42,2	5 472	20,4	13 228
<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>														
Sem instrução .....	217	0,431	0,468	0,444	5,0	54	21,6	94	36,5	792	25,8	1 122	11,9	2 583
1 a 3 anos .....	351	0,489	0,524	0,580	4,2	74	18,4	129	41,0	1 441	30,0	2 107	15,1	5 321
4 a 7 anos .....	490	0,508	0,542	0,589	4,1	101	17,3	170	42,5	2 081	30,9	3 029	15,2	7 437
8 a 10 anos .....	722	0,517	0,550	0,556	4,2	151	15,9	230	42,6	3 076	30,4	4 396	13,5	9 720
11 a 14 anos .....	1 134	0,503	0,538	0,485	4,0	227	16,8	382	40,0	4 536	27,7	6 286	11,8	13 403
15 anos e mais .....	2 983	0,413	0,498	0,298	3,6	544	19,2	1 145	35,9	10 695	25,3	15 074	11,2	33 443
<b>POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO</b>														
Empregado .....	457	0,556	0,580	0,736	3,9	89	16,2	148	51,3	2 348	38,1	3 482	17,2	7 882
Empregador .....	2 169	0,529	0,585	0,509	3,2	349	14,5	628	44,4	9 629	32,9	14 259	16,4	35 485
Autônomo .....	491	0,583	0,608	0,721	2,9	70	13,1	129	48,0	2 358	35,1	3 449	15,7	7 712

Tabela 17, p. 206

DISCRIMINAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO	VARIACÃO PERCENTUAL ACUMULADA		ÍNDICE DE THEIL
		ÍNDICE DE GINI		
		LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	
<b>SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO</b>				
Urbana .....	82,8	9,6		
Rural .....				
<b>SETORES DE ATIVIDADE</b>				
Primário .....	81,8	22,9	19,5	46,9
Secundário .....	68,1	12,3	11,9	24,0
Terciário .....	70,6	10,4	9,8	27,2
<b>GRUPOS DE IDADE</b>				
18 a 17 anos .....	66,3	8,4	3,8	60,9
18 a 24 anos .....	73,5	6,5	6,6	33,5
25 a 39 anos .....	96,6	8,1	8,1	10,4
40 a 54 anos .....	101,1	5,8	5,3	10,8
55 anos e mais .....	110,4	4,8	5,1	7,4
<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>				
Sem instrução .....	76,4	13,4	11,2	45,1
1 a 3 anos .....	80,9	21,6	19,4	71,6
4 a 7 anos .....	56,5	16,5	14,6	51,8
8 a 10 anos .....	28,9	11,4	9,6	32,4
11 a 14 anos .....	58,2	11,5	9,6	24,0
15 anos e mais .....	61,1	3,8	12,9	8,4
<b>POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO</b>				
Empregado .....	53,9	7,5	6,4	30,7
Empregador .....	70,7	1,3	5,2	2,6
Autônomo .....	132,7	10,0	9,4	15,0

Tabela 18, p. 207

CORTES PERCENTUAIS	1976 <sup>(1)</sup>				VARIACÃO ANUAL DO RENDIMENTO MÉDIO 1970/76 (%)	
	% DO RENDIMENTO		RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970)			
	NO PER CENTIL	ACUMULADO	DO PER CENTIL	ACUMULADO	DO PER CENTIL	ACUMULADO
10 <sup>-</sup>	1,0	1,0	92	92	9,3	9,3
10	1,7	2,7	154	123	10,4	10,1
10	2,5	5,2	220	155	9,4	9,7
10	3,1	8,3	281	187	11,9	10,5
10	4,3	12,6	380	226	12,7	11,3
10	5,4	18,0	483	269	12,6	11,6
10	7,6	25,6	681	327	12,8	12,0
10	10,3	35,9	922	402	11,2	11,8
10 <sup>+</sup>	15,5	51,4	1 383	511	12,5	12,0
5 <sup>+</sup>	48,6	100,0	4 342	894	14,0	12,9
1 <sup>+</sup>	35,4	-	6 330	-	14,7	-
	17,0	-	15 189	-	19,6	-
INDICADORES		1976		VARIACÃO ANUAL 1970/76 (%)		
Rendimento Médio (Cr\$ de 1970)		894		12,9		
Índice de Gini Limite Inferior		0,590		0,8		
Índice de Gini Limite Superior		0,607		0,7		
Índice de Theil		0,700		1,5		

18a - DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMÍLIOS PARTICULARES POR GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR E GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL DO CHEFE DA FAMÍLIA

BRASIL

1976

Em 1 000

GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL DO CHEFE (SALÁRIO-MÍNIMO)	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (SALÁRIO-MÍNIMO)					
	TOTAL	ATE 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5
TOTAL	22 807,5	1 212,7	3 492,5	5 707,0	6 818,6	5 576,7
Até 1/2	1 961,3	1 173,7	308,4	278,5	159,2	41,5
Mais de 1/2 a 1	4 795,1	-	3 071,5	1 010,8	582,7	130,1
Mais de 1 a 2	6 212,8	-	-	4 266,8	1 599,8	346,2
Mais de 2 a 5	5 510,1	-	-	-	4 316,4	1 193,7
Mais de 5	3 766,2	-	-	-	-	3 766,2
Sem rendimento	562,0	39,0	112,6	150,9	160,5	99,0

FONTE: PNAD-1976 - DE150-IBGE.

18b - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMÍLIOS PARTICULARES POR GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR E GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL DO CHEFE DA FAMÍLIA

BRASIL

1976

GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL DO CHEFE (SALÁRIO-MÍNIMO)	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (SALÁRIO-MÍNIMO)					
	TOTAL	ATE 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5
TOTAL	100,0	5,3	15,3	25,0	29,9	24,5
Até 1/2	100,0	59,9	15,7	14,2	8,1	2,1
Mais de 1/2 a 1	100,0	-	64,1	21,1	12,1	2,7
Mais de 1 a 2	100,0	-	-	68,7	25,7	5,6
Mais de 2 a 5	100,0	-	-	-	78,3	21,7
Mais de 5	100,0	-	-	-	-	100,0
Sem rendimento	100,0	6,9	20,0	26,9	28,6	17,6

FONTE: PNAD-1976 - DE150-IBGE.

19 - RENDIMENTO MONETÁRIO E NÃO-MONETÁRIO DAS UNIDADES DE CONSUMO, SEGUNDO A  
OCUPAÇÃO PRINCIPAL DO CHEFE

BRASIL (1)

1972

OCUPAÇÃO PRINCIPAL DO CHEFE	NÚMERO DE UNIDADES DE CONSUMO (1 000)	RENDIMENTO MONETÁRIO E NÃO-MONETÁRIO (Cr\$ 1 000 000 DE 1972)	RENDIMENTO MONETÁRIO (Cr\$ 1 000 000 de 1972)				RENDIMENTO NÃO-MONETÁRIO (Cr\$ 1 000 000 DE 1972)
			TOTAL	OCUPAÇÃO PRINCIPAL DO CHEFE	OCUPAÇÕES SECUNDÁRIAS	CAPITAL	
TOTAL .....	18 183,8	17 280,0	15 199,7	11 231,4	3 164,9	763,4	2 128,3
Administrativa .....	3 404,8	5 983,2	5 312,5	4 488,3	619,1	205,1	678,7
Técnica, Científica, Artística e Afim .....	638,7	1 846,1	1 638,6	1 343,2	249,0	46,4	207,5
Agropecuária e Produção Extrativa Vegetal e Animal .....	5 220,2	2 012,0	1 720,4	1 343,8	363,0	13,6	291,6
Produção Extrativa Mineral .....	63,5	36,1	33,4	28,0	5,2	0,2	2,7
Indústria de Transformação e Construção Civil .....	3 006,3	2 265,4	2 013,3	1 597,2	387,9	28,2	252,1
Comércio e Atividades Auxiliares .....	814,2	876,8	778,4	618,4	141,9	18,1	98,4
Transporte e Comunicação .....	985,8	925,5	828,6	670,8	146,0	11,7	96,9
Prestação de Serviços .....	624,1	243,9	208,7	146,5	59,1	3,1	35,2
Outra .....	1 730,0	1 419,9	1 263,8	995,2	252,3	16,4	156,1
Sem Ocupação .....	1 696,1	1 671,1	1 362,0	-	941,4	420,6	389,1

FONTE: PNAD-Rendimento 1972 DE ISO-IBGE.

NOTA: (1) Refere-se ao total das Regiões I a VI.

19a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO RENDIMENTO MONETÁRIO E NÃO MONETÁRIO DAS UNIDADES DE CONSUMO  
SEGUNDO A OCUPAÇÃO PRINCIPAL DO CHEFE

BRASIL (1)

1972

OCUPAÇÃO PRINCIPAL DO CHEFE	RENDIMENTO MONETÁRIO E NÃO MONETÁRIO	RENDIMENTO MONETÁRIO				RENDIMENTO NÃO MONETÁRIO
		TOTAL	OCUPAÇÃO PRINCIPAL DO CHEFE	OCUPAÇÕES SECUNDÁRIAS	CAPITAL	
TOTAL .....	100,0	87,7	65,0	18,3	4,4	12,3
Administrativa .....	100,0	88,8	75,0	10,4	3,4	11,2
Técnica, Científica, Artística e Afim .....	100,0	88,8	72,8	13,5	2,5	11,2
Agropecuária e Produção Extrativa Vegetal e Animal .....	100,0	85,5	66,8	18,0	0,7	14,5
Produção Extrativa Mineral .....	100,0	92,5	77,6	14,4	0,5	7,5
Indústria de Transformação e Construção Civil .....	100,0	88,9	70,5	17,1	1,3	11,1
Comércio e Atividades Auxiliares .....	100,0	88,8	70,5	16,2	2,1	11,2
Transportes e Comunicação .....	100,0	89,6	72,5	15,8	1,3	10,4
Prestação de Serviços .....	100,0	85,6	60,1	24,2	1,3	14,4
Outra .....	100,0	89,0	70,1	17,8	1,1	11,0
Sem ocupação .....	100,0	81,5	-	56,3	25,2	10,5

FONTE: PNAD-Rendimento 1972, DE150-IBGE.

NOTA: (1) Refere-se ao total das Regiões I a VI.

19b - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO RENDIMENTO MONETÁRIO E NÃO MONETÁRIO DAS UNIDADES DE CONSUMO, SEGUNDO A OCUPAÇÃO PRINCIPAL DO CHEFE

BRASIL (1)

1972

OCUPAÇÃO PRINCIPAL DO CHEFE	NÚMERO DE UNIDADES DE CONSUMO	RENDIMENTO MONETÁRIO E NÃO MONETÁRIO %	RENDIMENTO MONETÁRIO				RENDIMENTO NÃO MONETÁRIO %
			TOTAL	OCUPAÇÃO PRINCIPAL DO CHEFE	OCUPAÇÕES SECUNDÁRIAS	CAPITAL	
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Administrativo .....	18,7	34,6	35,0	40,0	19,5	26,9	31,6
Técnica, Científica, Artística e Afim .....	3,5	10,7	10,8	12,0	7,9	6,1	9,8
Agropecuária e Produção Extrativa Vegetal e Animal .....	28,7	11,6	11,3	12,0	11,5	1,8	13,7
Produção Extrativa Mineral .....	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	0,1
Indústria de Transformação e Construção Civil .....	16,5	13,1	13,3	14,2	12,2	3,7	11,9
Comércio e Atividades Auxiliares .....	4,5	5,1	5,1	5,5	4,5	2,4	4,6
Transporte e Comunicação .....	5,4	5,4	5,5	6,0	4,6	1,5	4,6
Prestação de Serviços .....	3,4	1,4	1,4	1,3	1,9	0,4	1,7
Outra .....	9,5	8,2	8,4	8,8	8,0	2,1	7,4
Sem ocupação .....	9,4	9,7	9,0	-	29,7	55,1	14,6

FONTE: PNAD - Rendimento 1972, DE150-IBGE

NOTA: (1) Refere-se ao total das Regiões I a VI

## 20 - RENDIMENTO MÉDIO MONETÁRIO E NÃO-MONETÁRIO DAS UNIDADES DE CONSUMO,

SEGUNDO A OCUPAÇÃO PRINCIPAL DO CHEFE

BRASIL (1)

1972

OCUPAÇÃO PRINCIPAL DO CHEFE	RENDIMENTO MÉDIO MONETÁRIO		RENDIMENTO MÉDIO NÃO-MONETÁRIO		RENDIMENTO MÉDIO MONETÁRIO E NÃO-MONETÁRIO		RENDIMENTO NÃO-MONETÁRIO: RENDIMENTO MONETÁRIO(%)
	Cr\$ DE 1972	MÚLTIPLO DO SALÁRIO-MÍNIMO(2)	Cr\$ DE 1972	MÚLTIPLO DO SALÁRIO-MÍNIMO(2)	Cr\$ DE 1972	MÚLTIPLO DO SALÁRIO-MÍNIMO(2)	
TOTAL .....	834	3,1	117	0,4	951	3,5	14,0
Administrativa .....	1 560	5,8	197	0,7	1 757	6,5	12,6
Técnica, Científica, Artística e afins .....	2 566	9,5	325	1,2	2 891	10,7	12,6
Agropecuária e Produção Extrativa Vegetal e Animal .....	330	1,2	56	0,2	386	1,4	17,0
Produção Extrativa Mineral .....	526	2,0	43	0,2	569	2,2	8,2
Indústria de Transformação e Construção Civil .....	670	2,5	84	0,3	754	2,8	12,5
Comércio e Atividades Auxiliares .....	956	3,6	121	0,5	1 077	4,0	12,7
Transporte e Comunicação .....	841	3,1	98	0,4	939	3,5	11,7
Prestação de Serviços .....	334	1,2	56	0,2	390	1,4	16,8
Outra .....	731	2,7	90	0,3	821	3,0	12,3
Sem Ocupação .....	803	3,0	182	0,7	985	3,7	22,7

FONTE: PNAD - Rendimento 1972, DE150-IBGE.

NOTAS: (1) Refere-se ao Total das Regiões I a VI.

(2) Valor do Maior Salário-Mínimo: Cr\$ 268,80.

## 21 - INDICADORES DE CONCENTRAÇÃO DA DESPESA GLOBAL DAS FAMÍLIAS

REGIÕES I, III E V

1974

REGIÕES E DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	DESPESA MÉDIA ANUAL (Cr\$ DE 1974)	ÍNDICE DE GINI		ÍNDICE DE THEIL	PARTICIPAÇÃO NA DESPESA TOTAL (%)	
		LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR		50 <sup>-</sup>	10 <sup>+</sup>
REGIÃO I						
Despesa Monetária .....	33 787	0,549	0,556	0,598	15,2	45,5
Despesa Monetária mais Despesa Não-Monetária em Alímentação .....	34 893	0,534	0,545	0,566	16,1	44,5
Despesa Monetária mais Despesa Não-Monetária .....	40 061	0,532	0,549	0,564	16,3	44,4
REGIÃO III						
Despesa Monetária .....	14 005	0,455	0,478	0,480	19,4	39,9
Despesa Monetária mais Despesa Não-Monetária em Alímentação .....	16 607	0,432	0,442	0,384	22,0	35,7
Despesa Monetária mais Despesa Não-Monetária .....	19 348	0,428	0,444	0,365	21,9	34,3
REGIÃO V						
Despesa Monetária .....	10 182	0,590	0,595	0,702	13,3	51,5
Despesa Monetária mais Despesa Não-Monetária em Alímentação .....	11 842	0,530	0,554	0,556	16,5	45,8
Despesa Monetária mais Despesa Não-Monetária .....	13 230	0,534	0,560	0,571	16,4	46,6

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DE150-IBGE.

22 - PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS NÃO-MONETÁRIAS NAS DESPESAS MONETÁRIAS DAS FAMÍLIAS

REGIÕES I, III E V

1974

GRUPOS DE DESPESA GLOBAL ANUAL (CORRESPONDENTES A GRUPOS DE SALÁRIO-MÍNIMO MENSAL) <sup>1</sup>	% DAS DESPESAS NÃO MONETÁRIAS EM ALIMENTAÇÃO SOBRE O TOTAL DAS DESPESAS MONETÁRIAS			% DO TOTAL DAS DESPESAS NÃO-MONETÁRIAS SOBRE O TOTAL DAS DESPESAS MONETÁRIAS		
	REGIÃO I	REGIÃO III	REGIÃO V	REGIÃO I	REGIÃO III	REGIÃO V
TOTAL	3,0	12,2	16,3	18,6	26,5	30,0
Até 1	20,8	38,2	47,5	51,6	69,4	67,2
Mais de 1 a 2	16,8	36,2	40,3	41,2	59,7	53,8
Mais de 2 a 3,5	10,4	32,5	28,0	26,0	52,3	39,7
Mais de 3,5 a 5	7,1	25,0	14,3	24,0	44,1	26,5
Mais de 5 a 7	5,6	21,7	9,9	21,0	42,6	22,4
Mais de 7	1,3	5,2	2,5	16,5	17,0	16,9

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DE150 - IBGE

NOTA: (1) Valor do maior salário-mínimo em 1974: cr\$ 376,80.

23 - DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS, SEGUNDO O TIPO E GRUPOS DE DESPESAS

REGIÕES I, III E V

1974

GRUPOS DE DESPESA GLOBAL ANUAL (SALÁRIO-MÍNIMO)	REGIÃO I			REGIÃO III			REGIÃO V			(2)-(1)					
	SEGUNDO AS DES PESAS MONETÁ RIAS (1)		(2)-(1)	SEGUNDO AS DES PESAS MONETÁ RIAS (1)		(2)-(1)	SEGUNDO AS DES PESAS MONETÁ RIAS (1)		(2)-(1)						
	EM 1 000	%		EM 1 000	%		EM 1 000	%			EM 1 000	%			
TOTAL	2 169	100,0	2 169	100,0	-	3 548	100,0	3 548	100,0	-	5 791	100,0	5 791	100,0	-
Até 2	452	20,8	275	12,7	-177	1 412	39,8	738	20,8	-674	4 258	73,5	3 558	61,4	-700
Mais de 2 a 3,5	499	23,1	440	20,3	-59	785	22,1	901	25,4	116	748	12,9	1 180	20,4	432
Mais de 3,5 a 7	619	28,5	724	33,4	105	743	20,9	1 067	30,0	324	466	8,1	650	11,2	184
Mais de 7	599	27,6	731	33,7	132	608	17,2	842	23,8	234	319	5,5	403	7,0	-84

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DE150 - IBGE.

## ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO .....	3
I — POPULAÇÃO E FAMÍLIAS .....	19
I.1 — População .....	21
I.1.1 — Crescimento da população .....	22
I.1.2 — Distribuição espacial da população .....	23
I.2 — Famílias .....	26
I.2.1 — Famílias urbanas e rurais .....	26
I.2.2 — Tamanho da família .....	27
I.2.3 — Ocupação e rendimento familiar .....	30
I.2.4 — Taxa de atividade dos membros da família .....	32
BIBLIOGRAFIA .....	34
II — DIVISÃO DO TRABALHO .....	73
II.1 — Divisão Setorial do Trabalho (1940-1970) .....	78
II.2 — Divisão Regional do Trabalho .....	93
II.2.1 — Modificações na Divisão Regional do Trabalho .....	93
II.2.2 — Absorção de mão-de-obra (1968-1976) .....	94
II.2.3 — Situação das pessoas ocupadas .....	98
BIBLIOGRAFIA .....	102
III — MOBILIDADE OCUPACIONAL DA FORÇA DE TRABALHO .....	135
III.1 — Caracterização dos grupos ocupacionais .....	139
III.2 — Os deslocamentos ocupacionais .....	146
III.2.1 — Pessoas ocupadas que ingressaram no mercado de trabalho antes de 1950 .....	146
III.2.2 — Pessoas que ingressaram no mercado de trabalho de 1950 a 1964 .....	149
III.2.3 — Pessoas ocupadas que ingressaram no mercado de trabalho de 1965 a 1973 .....	150
BIBLIOGRAFIA .....	152
IV — DISTRIBUIÇÃO DE RENDA .....	175
IV.1 — Distribuição setorial da renda .....	177
IV.2 — Distribuição regional da renda .....	177
IV.3 — Distribuição funcional da renda .....	178
IV.4 — Distribuição pessoal da renda .....	179
IV.5 — Distribuição familiar da renda .....	188
IV.5.1 — O rendimento não monetário .....	189
BIBLIOGRAFIA .....	191

V — DESPESA FAMILIAR .....	209
V.1 — Os diversos itens das despesas familiares .....	211
V.1.1 — A distribuição das famílias pelas classes de despesa global e pelas classes de despesa monetária global e influências do rural e do urbano sobre o orçamento .....	214
V.1.2 — Rendimentos familiares e tamanho da unidade doméstica .....	216
V.1.3 — O peso das despesas correntes e do aumento do ativo no orçamento familiar e as duas sortes de tempo a dimensionar as vidas .....	217
V.1.4 — Semelhança na estrutura dos gastos versus diversidade no volume das despesas .....	218
V.2 — Despesas com alimentação .....	243
V.2.1 — Estruturação da despesa em alimentação da Região I (Estado do Rio), Região III (Sul) e Região V (Nordeste) .....	244
V.2.2 — Discrepâncias nos dispêndios das famílias dos estratos superiores de despesa e inferiores .....	250
BIBLIOGRAFIA .....	253
VI — HABITAÇÃO .....	269
VI.1 — Mudanças nas condições habitacionais: 1970/76 .....	273
VI.2 — As condições habitacionais por grupos de rendimento mensal domiciliar e condição de ocupação: 1976 .....	276
VI.3 — A evolução dos programas do BNH para a faixa de baixa renda: 1966-78 .....	278
BIBLIOGRAFIA .....	279
VII — EDUCAÇÃO .....	297
VII.1 — Aspectos sócio-econômicos da situação educacional .....	299
VII.1.1 — Situação do analfabetismo na população de 10 a 70 anos, no período de 1940 a 1976 .....	299
VII.1.2 — População escolarizável e escolarizada em 1976 .....	300
VII.1.3 — Frequência escolar a séries e graus de ensino como função do nível de rendimento familiar .....	302
VII.1.4 — O estoque de instrução das pessoas ocupadas .....	303
VII.1.5 — Níveis de instrução de homens e mulheres ocupados nos setores de atividade .....	304
VII.1.6 — Diferenciais de salário entre homens e mulheres ocupados na força de trabalho, com idênticos níveis de escolaridade .....	305
VII.2 — Ensino formal .....	324
VII.2.1 — Evolução da matrícula escolar por graus de ensino, no decênio 1971/80 .....	325
VII.2.2 — Progressão escolar no ensino de 1.º grau — 1971/75 .....	326
VII.2.3 — Matrículas e conclusões no ciclo profissional do ensino superior, no quinquênio 1971/75 .....	326
VII.2.4 — Matrículas e conclusões na pós-graduação (mestrado e doutorado), no quadriênio 1971/74 .....	327
VII.3 — Ensino supletivo .....	336
VII.3.1 — Ensino supletivo de 1.º e 2.º graus .....	336
VII.3.1.1 — Natureza e abrangência dos dados disponíveis .....	336
VII.3.1.2 — Problemas de organização .....	337
VII.3.1.3 — Os cursos supletivos .....	338
VII.3.1.4 — Os exames supletivos .....	343
VII.3.2 — Alfabetização de adultos: Mobral .....	346
VII.4 — Preparação de mão-de-obra .....	350
BIBLIOGRAFIA .....	353

VIII — SAÚDE .....	359
VIII.1 — Características de saúde da população .....	361
VIII.1.1 — Esperança de vida ao nascer .....	361
VIII.1.2 — Mortalidade na infância .....	362
VIII.1.3 — Mortalidade por grupo etário .....	362
VIII.1.4 — Mortalidade segundo a causa do óbito .....	363
VIII.1.5 — Indicadores de morbidade .....	364
VIII.2 — Segurança do trabalho .....	372
VIII.3 — Alimentação, nutrição e antropometria .....	376
VIII.3.1 — Alimentação .....	376
VIII.3.1.1 — Quantidade de alimentos consumida ....	376
VIII.3.1.2 — Consumo de calorias e nutrientes ....	381
VIII.3.1.2.1 — Consumo de calorias ....	383
VIII.3.1.2.2 — Consumo de proteínas ...	387
VIII.3.1.2.3 — Consumo de lipídios .....	390
VIII.3.1.2.4 — Consumo de glicídios ....	390
VIII.3.2 — Nutrição .....	390
VIII.3.3 — Medidas antropométricas .....	393
BIBLIOGRAFIA .....	395

## ÍNDICE DAS TABELAS

### I — POPULAÇÃO E FAMÍLIAS

1.	População total — Brasil — 1920/2000 .....	37
1a.	Taxas de crescimento da população total — Brasil — 1920/2000 .....	37
2.	Taxa global de fecundidade (Brasil e Macrorregiões — 1930/1970), taxa bruta de natalidade e coeficiente de mortalidade geral (Brasil — 1920/1975) .....	38
3.	Composição da população segundo grupos de idade, total e por sexo — Brasil — 1940/2000 .....	40
3a.	Distribuição percentual segundo grupos de idade da população total e por sexo — Brasil — 1940/2000 .....	42
4.	Densidade demográfica — Brasil e Macrorregiões — 1920/1970 .....	43
4a.	Variação da densidade demográfica — Brasil e Macrorregiões — 1920/1970 .....	43
5.	Direção dos fluxos migratórios intermunicipais — Brasil e Macrorregiões — 1970 .....	43
6.	População urbana — Brasil — 1940/1970 .....	44
6a.	Taxas de crescimento da população urbana — Brasil — 1940/1970 .....	44
6b.	Taxas de urbanização — Brasil — 1940/1970 .....	44
7.	Aglomeramentos urbanos — Brasil — 1970/1975 .....	46
8.	População rural — Brasil — 1940/1970 .....	46
8a.	Taxas de crescimento da população rural — Brasil — 1940/1970 .....	46
9.	Decomposição do crescimento urbano total e estimativa da migração líquida e do crescimento natural — Macrorregiões — 1940/1970 .....	48
9a.	Participação da migração líquida e do crescimento natural no crescimento urbano total — Macrorregiões — 1940/1970 .....	48
9b.	Crescimento relativo total, migratório e natural da população urbana — Macrorregiões — 1940/1970 .....	50
10.	População urbana — Macrorregiões — 1940/1970 .....	50
10a.	Taxas de crescimento bruto e crescimento médio anual da população urbana — Macrorregiões — 1940/1970 .....	50
11.	População rural — Macrorregiões — 1940/1970 .....	51
11a.	Taxa de crescimento bruto e crescimento médio anual da população rural — Macrorregiões — 1940/1970 .....	51
12.	Participação da população regional na população nacional (total, urbana e rural) — Macrorregiões — 1940/1970 .....	53
13.	Saldo das migrações interestaduais — Brasil e Macrorregiões — 1950/1970 .....	53

14.	Famílias e população residente em domicílios particulares por situação do domicílio segundo os grupos de rendimento mensal familiar — Brasil — 1970/1976 .....	54
14a.	Distribuição percentual das famílias residentes em domicílios particulares, por grupo de rendimento mensal familiar, segundo a situação do domicílio — Brasil — 1970/1976 .....	54
14b.	Distribuição percentual das famílias residentes em domicílios particulares, por situação do domicílio segundo grupos de rendimento mensal familiar — Brasil — 1970/1976 .....	56
14c.	Tamanho médio das famílias residentes em domicílios particulares por grupos de rendimento mensal familiar segundo a situação do domicílio — Brasil — 1970/1976 .....	56
15.	Famílias residentes em domicílios particulares por grupos de rendimento mensal familiar, segundo o número de componentes e de pessoas ocupadas — Brasil — 1970/1976 ....	57
15a.	Famílias residentes em domicílios particulares, por grupos de rendimento mensal familiar segundo número de componentes — Brasil — 1970/1976 ....	58
15b.	Distribuição percentual das famílias residentes em domicílios particulares por grupos de rendimento mensal familiar segundo número de componentes — Brasil — 1970/1976 .....	58
15c.	Distribuição percentual das famílias residentes em domicílios particulares por número de componentes segundo grupos de rendimentos mensal familiar — Brasil — 1970/1976 .....	60
15d.	Distribuição das famílias residentes em domicílios particulares — por número de componentes segundo o número de pessoas ocupadas — Brasil — 1970/1976 .....	60
15e.	Famílias residentes em domicílios particulares por grupos de rendimento mensal familiar, segundo o número de pessoas ocupadas — Brasil — 1970/1976	61
15f.	Distribuição percentual das famílias residentes em domicílios particulares por grupos de rendimento mensal familiar segundo o número de pessoas ocupadas — Brasil — 1970/1976 .....	61
15g.	Distribuição percentual das famílias residentes em domicílios particulares por grupos de rendimento mensal familiar e número de componentes segundo o número de pessoas ocupadas — Brasil — 1970/1976 .....	64
16.	Distribuição das famílias residentes em domicílios particulares por número de componentes e grupos de rendimento mensal familiar segundo número de pessoas com rendimentos — Brasil — 1970/1976 .....	65
16a.	Distribuição das famílias residentes em domicílios particulares por número de componentes segundo o número de pessoas com rendimentos — Brasil — 1970/1976 .....	66
16b.	Distribuição percentual das famílias residentes em domicílios particulares por número de componentes e grupos de rendimento mensal familiar segundo número de pessoas com rendimento — Brasil — 1970/1976 .....	69
17.	População de 10 anos e mais, população economicamente ativa e taxas de atividade por sexo e relação com o chefe do domicílio — Brasil — 1970/1976 .....	71
17a.	Distribuição dos chefes sozinhos, por sexo — Brasil — 1970/1976 .....	71

## II — MÃO-DE-OBRA

### II.1 — DIVISÃO SETORIAL DO TRABALHO

1. População economicamente ativa por sexo e grupos de idade — Brasil — 1940/1976 .....	84
1a. Taxa de atividade por sexo e grupos de idade — Brasil — 1940/1976 .....	86
2. População de 10 anos e mais por sexo segundo a condição de atividade e o setor de atividade — Brasil — 1940/1970 .....	87
2a. Taxa de crescimento médio anual da população de 10 anos e mais, por sexo, segundo a condição de atividade e o setor de atividade — Brasil — 1940/1970 .....	89
2b. Distribuição percentual da população economicamente ativa segundo o sexo por setor de atividade — Brasil — 1940/1970 .....	89
3. População de 10 anos e mais, por sexo, segundo condição de atividade e posição na ocupação — Brasil — 1940/1970 .....	91
3a. Distribuição percentual da população economicamente ativa por sexo e atividade, segundo posição na ocupação — Brasil — 1940/1970 .....	91
4. População economicamente ativa segundo os grupos de ocupação — Brasil — 1950/1970 .....	92
4a. Distribuição da população economicamente ativa segundo os grupos de ocupação — Brasil — 1950/1970 .....	92

### II.2 — DIVISÃO REGIONAL DO TRABALHO

1. Pessoas ocupadas, total e por sexo, segundo o setor de atividade principal — total das regiões da PNAD — 1968/1976 .....	104
1a. Distribuição percentual das pessoas ocupadas segundo o setor de atividade, total e por sexo — Total das regiões da PNAD — 1968/1976 .....	104
1b. Distribuição percentual das pessoas ocupadas por setor de atividade, segundo o sexo — Total das regiões da PNAD — 1968/1976 .....	104
2. Distribuição absoluta e relativa das pessoas ocupadas por setor de atividade — Regiões da PNAD — 1968/1976 ...	105
2a. Distribuição percentual das pessoas ocupadas por setor de atividade segundo as regiões — Regiões da PNAD — 1968/1976 .....	107
3. Pessoas na força de trabalho por sexo e grupos de idade segundo as regiões — Regiões da PNAD — 1968/1976 ...	103
3a. Taxa de atividade por grupos de idade segundo o sexo — Regiões da PNAD — 1968/1976 .....	109
4. Taxa de atividade por grupos de idade, segundo a situação do domicílio — Regiões da PNAD — 1968/1976 .....	110
5. Taxa de desemprego, total e por sexo, segundo grupos de idade — Regiões da PNAD — 1968/1976 .....	111
6. Pessoas ocupadas por regiões, segundo grupos de remuneração mensal da ocupação principal — Regiões da PNAD — 1976 .....	113
6a. Distribuição percentual das pessoas ocupadas por regiões, segundo grupos de remuneração mensal da ocupação principal (percentagem horizontal) — Regiões da PNAD — 1976 .....	113
6b. Distribuição percentual das pessoas ocupadas por regiões, segundo grupos de remuneração mensal da ocupação principal (percentagem vertical) — Regiões da PNAD — 1976 .....	113

7.	Pessoas ocupadas por sexo e grupos ocupacionais, segundo grupos de remuneração mensal da ocupação principal — Total das regiões da PNAD — 1976 .....	115
7a.	Distribuição das pessoas ocupadas por sexo e grupos ocupacionais, segundo grupos de remuneração mensal da ocupação principal — Total das regiões da PNAD — 1976 .....	118
8.	Pessoas ocupadas por regiões e grupos ocupacionais, segundo grupos de remuneração mensal da ocupação principal — Regiões da PNAD — 1976 .....	119
8a.	Distribuição percentual das pessoas ocupadas por regiões e grupos ocupacionais, segundo grupos de remuneração mensal da ocupação principal — Regiões da PNAD — 1976 .....	121
9.	Pessoas ocupadas, segundo grupos de horas semanais trabalhadas em todas as ocupações que exercem por grupos de remuneração mensal de todas as ocupações e sexo — Regiões da PNAD — 1976 .....	123
9a.	Distribuição percentual das pessoas ocupadas por grupos de horas semanais trabalhadas em todas as ocupações que exercem, segundo grupos de remuneração mensal de todas as ocupações e sexo — Total das regiões da PNAD — 1976 .....	125
9b.	Distribuição percentual das pessoas ocupadas por grupos de remuneração mensal de todas as ocupações, segundo grupos de horas semanais trabalhadas em todas as ocupações que exercem e sexo — Regiões da PNAD — 1976 .....	126
10.	Pessoas ocupadas segundo as regiões e posição na ocupação por grupos de rendimento mensal de todas as ocupações que exercem — Regiões da PNAD — 1976 ...	129
10a.	Distribuição percentual das pessoas ocupadas por regiões e posição na ocupação, segundo grupos de remuneração mensal de todas as ocupações que exercem — Regiões da PNAD — 1976 .....	130
11.	Empregados com carteira profissional assinada pelo atual empregador, por regiões e setor de atividade segundo o sexo — Regiões da PNAD — 1976 .....	131
12.	Empregados com carteira profissional assinada pelo atual empregador, segundo grupos de idade e atividade por sexo — Total das regiões da PNAD — 1976 .....	133

### III — MOBILIDADE OCUPACIONAL DA FORÇA DE TRABALHO

1.	Distribuição das pessoas ocupadas por grupos de ocupação atual, total e por sexo — Total das regiões da PNAD 1973 .....	154
2.	Pessoas ocupadas por grupos de ocupação atual, segundo o sexo e a posição na ocupação — Total das regiões da PNAD — 1973 .....	154
2a.	Distribuição percentual das pessoas ocupadas por grupos de ocupação atual, segundo o sexo e posição na ocupação — Total das regiões da PNAD — 1973 .....	155
2b.	Distribuição percentual das pessoas ocupadas por sexo e posição na ocupação, segundo grupos de ocupação atual — Total das regiões da PNAD — 1973 .....	155
3.	Empregados recebendo somente em dinheiro, por grupos de ocupação atual, segundo sexo e grupos de salário mensal — Total das regiões da PNAD — 1973 .....	156
3a.	Distribuição percentual dos empregados recebendo somente em dinheiro por grupos de ocupação atual, segundo o sexo e grupos de salário mensal — Total das regiões da PNAD — 1973 .....	157

4.	Empregados recebendo em dinheiro além de parte em bens por grupos de ocupação atual segundo o sexo e grupos de salário mensal — Total das regiões da PNAD — 1973 . . . .	158
4a.	Distribuição percentual dos empregados recebendo em dinheiro além de parte em bens por grupos de ocupação atual segundo o sexo e grupos de salário mensal — Total das regiões da PNAD — 1973 . . . . .	159
5.	Empregados por grupos de ocupação atual segundo o sexo e a forma de pagamento — Total das regiões da PNAD — 1973 . . . . .	160
5a.	Distribuição percentual dos empregados por grupos de ocupação atual segundo o sexo e a forma de pagamento — Total das regiões da PNAD — 1973 . . . . .	161
5b.	Distribuição percentual dos empregados por grupos de ocupação atual segundo o sexo e a forma de pagamento — Total das regiões da PNAD — 1973 . . . . .	161
6.	Trabalhadores por conta própria por grupos de ocupação atual segundo o sexo e grupos de ganho líquido mensal — Total das regiões da PNAD — 1973 . . . . .	162
6a.	Distribuição percentual dos trabalhadores por conta própria, por grupos de ocupação atual segundo o sexo e grupos de ganho líquido mensal — Total das regiões da PNAD — 1973 . . . . .	163
7.	Empregadores por grupos de ocupação atual segundo o sexo e grupos de ganho líquido mensal — Total das regiões da PNAD — 1973 . . . . .	164
7a.	Distribuição percentual dos empregadores por grupos de ocupação atual segundo o sexo e grupos de ganho líquido mensal — Total das regiões da PNAD — 1973 . . . . .	165
8.	Pessoas ocupadas por grupos de ocupação atual segundo grupos de salário mínimo mensal — Total das regiões da PNAD — 1973 . . . . .	167
8a.	Distribuição percentual das pessoas ocupadas por grupos de ocupação atual segundo grupos de salário mínimo mensal — Total das regiões da PNAD — 1973 . . . . .	167
8b.	Distribuição percentual das pessoas ocupadas por grupos de salário mínimo mensal segundo grupos de ocupação atual — Total das regiões da PNAD — 1973 . . . . .	167
9.	Pessoas ocupadas por grupos de ocupação atual segundo grupos de ocupação do primeiro trabalho e período em que a pessoa começou a trabalhar — Total das regiões da PNAD — 1973 . . . . .	168
9a.	Distribuição percentual das pessoas ocupadas por grupos de ocupação do primeiro trabalho e período em que a pessoa começou a trabalhar segundo grupos de ocupação atual — Total das regiões da PNAD — 1973 . . . . .	169
9b.	Distribuição percentual das pessoas ocupadas por grupos de ocupação atual e período em que a pessoa começou a trabalhar segundo os grupos de ocupação do primeiro trabalho — Total das regiões da PNAD — 1973 . . . . .	169
10.	Pessoas ocupadas por grupos de ocupação atual segundo grupos de ocupação do pai e período em que a pessoa começou a trabalhar — Total das regiões da PNAD — 1973 . . . . .	173
10a.	Distribuição percentual das pessoas ocupadas por grupos de ocupação do pai e período em que a pessoa começou a trabalhar segundo grupos de ocupação atual — Total das regiões da PNAD — 1973 . . . . .	174
10b.	Distribuição percentual das pessoas ocupadas por grupos de ocupação atual e período em que a pessoa começou a trabalhar segundo grupos de ocupação do pai — Total das regiões da PNAD — 1973 . . . . .	174

#### IV — DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

1. Produto interno bruto total e "per capita" — Brasil — 1965-1978 .....	192
2. Parâmetros da economia brasileira — Brasil — 1965/1975-1978 .....	192
3. Distribuição setorial da renda interna — Brasil — 1949/1975-1978 .....	193
4. Distribuição regional da renda interna por ramos de atividade — Brasil e Macrorregiões — 1949/1970 .....	193
5. Distribuição regional do valor agregado da indústria de transformação — Macrorregiões — 1970/1974 .....	193
6. Distribuição funcional da renda interna urbana — Brasil — 1949/1970-1975 .....	195
7. Taxas médias anuais de crescimento dos salários reais e da produtividade média na indústria de transformação — Brasil — 1949/1978 .....	198
8. Distribuição do rendimento da população economicamente ativa com rendimento — Brasil — 1960/1976 .....	198
9. Distribuição do rendimento da população economicamente ativa com rendimento — Total das regiões I a VI — 1970/1976 .....	197
10. Distribuição da população economicamente ativa com rendimento, segundo grupos de rendimento mensal — Brasil — 1960/1970 .....	198
11. Evolução do salário-mínimo — Capitais selecionadas — 1960-1978 .....	199
12. Salário-mínimo nas capitais: percentual sobre o maior salário-mínimo na data de reajuste — 1960/1970-1978 .....	200
13. Relação PIB "per capita"/maior salário-mínimo regional — Brasil — 1965-1978 .....	200
14. Distribuição da população economicamente ativa com rendimento, segundo grupos de rendimento mensal e situação do domicílio — Brasil — 1970/1976 .....	201
15. Características da distribuição de rendimento da população economicamente ativa com rendimento — Brasil — 1970 ..	204
16. Características da distribuição do rendimento da população economicamente ativa com rendimento — Brasil — 1976 ..	205
17. Variação dos indicadores de concentração do rendimento — Brasil — 1970/1976 .....	206
18. Distribuição do rendimento das famílias com rendimento — Brasil — 1970/1976 .....	207

#### V — DESPESA FAMILIAR

##### V.1 — OS DIVERSOS ITENS DAS DESPESAS FAMILIARES

1. Despesa (monetária e não monetária) anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa, com indicação de características da família — Região I — Estado do Rio de Janeiro — 1974 .....	224
1a. Distribuição percentual da despesa (monetária e não monetária) anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa — Região I — Estado do Rio de Janeiro — 1974 .....	224
1b. Índice da despesa anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa — Região I — Estado do Rio de Janeiro — 1974 ..	225
2. Despesa monetária anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa — Região I — Estado do Rio de Janeiro — 1974 .....	225

2a.	Distribuição percentual da despesa monetária anual por família, por classe de despesa da família, segundo o tipo da despesa — Região I — Estado do Rio de Janeiro — 1974 .....	226
3.	Despesa não monetária anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa — Região I — Estado do Rio de Janeiro — 1974 .....	226
3a.	Distribuição percentual da despesa não monetária anual por família, por classe de despesa da família, segundo o tipo da despesa — Região I — Estado do Rio de Janeiro — 1974 .....	227
4.	Participação percentual da despesa monetária e da não monetária na despesa anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa — Região I — Estado do Rio de Janeiro — 1974 .....	227
5.	Despesa (monetária e não monetária) anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa, com indicação de características da família — Região III — Sul — 1974 .....	228
5a.	Distribuição percentual da despesa (monetária e não monetária) anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa — Região III — Sul — 1974 .....	230
5b.	Índice da despesa anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa — Região III — Sul — 1974 .....	230
6.	Despesa monetária anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa — Região III — Sul — 1974 .....	231
6a.	Distribuição percentual da despesa monetária anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa — Região III — Sul — 1974 .....	231
7.	Despesa não monetária anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo de despesa — Região III — Sul — 1974 .....	232
7a.	Distribuição percentual da despesa não monetária anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo de despesa — Região III — Sul — 1974 .....	232
8.	Participação percentual da despesa monetária e não monetária na despesa anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo de despesa — Região III — Sul — 1974 .....	233
9.	Despesa (monetária e não monetária) anual por família, por classe de despesa global da família segundo o tipo da despesa com indicação de características da família — Região V — Nordeste — 1974 .....	235
9a.	Distribuição percentual da despesa (monetária e não monetária) anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa — Região V — Nordeste — 1974 .....	236
9b.	Índice da despesa anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa — Região V — Nordeste — 1974 .....	236
10.	Despesa monetária anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa — Região V — Nordeste — 1974 .....	237
10a.	Distribuição percentual da despesa monetária anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa — Região V — Nordeste — 1974 .....	237

11.	Despesa não monetária anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa — Região V — Nordeste — 1974 .....	238
11a.	Distribuição percentual da despesa não monetária anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa — Região V — Nordeste — 1974 .....	238
12.	Participação percentual da despesa monetária e da não monetária na despesa anual por família, por classe de despesa global da família segundo o tipo da despesa — Região V — Nordeste — 1974 .....	240
13.	Despesa (monetária e não monetária) anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa, com indicação de características da família — Total das regiões da PNAD — 1974 .....	241
13a.	Distribuição da despesa (monetária e não monetária) anual por família por classe de despesa global da família segundo o tipo da despesa com indicação de características da família — Total das regiões da PNAD — 1974 .....	241
13b.	Índice da despesa (monetária e não monetária) anual por família, por classe de despesa global da família, segundo o tipo da despesa — Total das regiões da PNAD — 1974 .....	242

## V.2 — DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO

1.	Despesa (monetária e não monetária) anual em alimentação por família, por classe de despesa global da família, segundo os grupos de alimentos — Região I — Estado do Rio de Janeiro — 1974 .....	255
1a.	Distribuição percentual da despesa (monetária e não monetária) anual em alimentação por família, por classe de despesa global da família, segundo os grupos de alimentos — Região I — Estado do Rio de Janeiro — 1974 .....	255
2.	Despesa monetária anual em alimentação por família, por classe de despesa global da família, segundo os grupos de alimentos — Região I — Estado do Rio de Janeiro — 1974 .....	256
2a.	Distribuição percentual da despesa monetária anual em alimentação por família, por classe de despesa global da família, segundo os grupos de alimentos — Região I — Estado do Rio de Janeiro — 1974 .....	256
3.	Despesa não monetária anual em alimentação por família, por classe de despesa global da família, segundo os grupos de alimentos — Região I — Estado do Rio de Janeiro — 1974 .....	257
3a.	Distribuição percentual da despesa não monetária anual em alimentação por família, por classes de despesa global da família segundo os grupos de alimentos — Região I — Estado do Rio de Janeiro — 1974 ..	257
4.	Participação percentual da despesa monetária e não monetária na despesa anual por família, por classe de despesa global da família, segundo grupos de alimentos — Região I — Estado do Rio de Janeiro — 1974 .....	259
5.	Despesa (monetária e não monetária) anual em alimentação por família, por classe de despesa global da família, segundo grupos de alimentos — Região III — Sul — 1974 .....	260
5a.	Distribuição percentual da despesa (monetária e não monetária) anual em alimentação por família, por classe de despesa global da família, segundo os grupos de alimentos — Região III — Sul — 1974 .....	260
6.	Despesa monetária anual em alimentação por família, por classe de despesa global da família, segundo os grupos de alimentos — Região III — Sul — 1974 .....	261

6a.	Distribuição percentual da despesa monetária anual em alimentação por família, por classe de despesa global da família segundo os grupos de alimentos — Região III — Sul — 1974 .....	261
7.	Despesa não monetária anual em alimentação por família, por classe de despesa global da família, segundo os grupos de alimentos — Região III — Sul — 1974 .....	262
7a.	Distribuição percentual da despesa não-monetária anual em alimentação por família, por classe de despesa global da família, segundo os grupos de alimentos — Região III — Sul — 1974 .....	262
8.	Participação percentual da despesa monetária e não-monetária na despesa anual por família, por classe de despesa global da família, segundo grupos de alimentos — Região III — Sul — 1974 .....	263
9.	Despesa (monetária e não-monetária) anual em alimentação por família, por classe de despesa global da família, segundo os grupos de alimentos — Região V — Nordeste — 1974 .....	264
9a.	Distribuição percentual da despesa (monetária e não-monetária) anual em alimentação por família, por classe de despesa global da família, segundo os grupos de alimentos — Região V — Nordeste — 1974 .....	264
10.	Despesa monetária anual em alimentação por família, por classe de despesa global da família, segundo os grupos de alimentos — Região V — Nordeste — 1974 .....	265
10a.	Distribuição percentual da despesa monetária anual em alimentação por família por classe de despesa global da família, segundo os grupos de alimentos — Região V — Nordeste — 1974 .....	265
11.	Despesa não-monetária anual em alimentação por família, por classe de despesa global da família segundo os grupos de alimentos — Região V — Nordeste — 1974 .....	266
11a.	Distribuição percentual da despesa não-monetária anual em alimentação por família, por classe de despesa global da família, segundo os grupos de alimentos — Região V — Nordeste — 1974 .....	266
12.	Participação percentual da despesa monetária e não-monetária na despesa anual por família, por classe de despesa global da família, segundo grupos de alimentos — Região V — Nordeste — 1974 .....	267

## VI — HABITAÇÃO

1.	Domicílios particulares permanentes segundo condições habitacionais e a situação do domicílio — Brasil — 1970/1976 .....	282
1a.	Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes segundo condições habitacionais e situação do domicílio — Brasil — 1970/1976 .....	285
2.	Número total de moradores segundo números de quartos e de pessoas por cômodo (casos hipotéticos) .....	288
3.	Domicílios particulares permanentes por densidade domiciliar, segundo situação do domicílio e rendimento mensal domiciliar — Brasil — 1976 .....	288
3a.	Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por densidade domiciliar, segundo a situação do domicílio e rendimento mensal domiciliar — Brasil — 1976 .....	289
4.	Domicílios particulares permanentes na área urbana, por existência de cinco condições habitacionais adequadas segundo grupos de rendimento mensal domiciliar — Brasil — 1976 .....	290

4a. Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes na área urbana, por existência de cinco condições habitacionais adequadas segundo grupos de rendimento mensal domiciliar — Brasil — 1976 ....	290
5. Domicílios particulares permanentes na área urbana, por grupos de rendimento mensal domiciliar segundo a condição de ocupação e adequação ou inadequação de instalações de água e esgoto e tipo de material de construção — Brasil — 1976 .....	293
5a. Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes na área urbana, por grupos de rendimento mensal domiciliar segundo a condição de ocupação e adequação ou inadequação de instalações de água e esgoto e tipo de material de construção — Brasil — 1976 .....	293
6. Número de unidades habitacionais construídas pelas COHAB's segundo as regiões da PNAD — Brasil — 1966-1978 .....	294
6a. Distribuição percentual das unidades habitacionais construídas pelas COHAB's segundo as regiões da PNAD — Brasil — 1966-1978 .....	294
7. Número de unidades financiadas e ocupadas pelas COHAB's até 30/6/78, por situação dos mutuários quanto ao pagamento segundo as regiões da PNAD — Brasil .....	295
7a. Distribuição percentual das unidades financiadas e ocupadas pelas COHAB's em 30/6/78, por situação dos mutuários quanto ao pagamento segundo as regiões da PNAD — Brasil .....	295

## VII — EDUCAÇÃO

### VII.1 — ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL

1. Índices de analfabetismo por grupos etários — Brasil — 1940/1976 .....	309
2. População escolarizável e escolarizada, segundo grupos etários de 7 a 24 anos — Brasil e regiões da PNAD — 1970/1976 .....	312
3. Estudantes de 5 anos e mais por situação do domicílio e grupos de rendimento mensal familiar, segundo os graus de ensino — Brasil — 1970 .....	315
3a. Distribuição percentual dos estudantes de 5 anos e mais por situação do domicílio e grupos de rendimento mensal familiar, segundo os graus de ensino — Brasil — 1970 .....	315
4. Estudantes de 5 anos e mais por situação do domicílio e grupos de rendimento mensal familiar segundo os graus de ensino — Total das regiões da PNAD — 1976 .....	316
4a. Distribuição percentual dos estudantes de 5 anos e mais por situação do domicílio e grupos de rendimento mensal familiar, segundo os graus de ensino — Total das regiões da PNAD — 1976 .....	317
5. Pessoas ocupadas por setor de atividade e sexo segundo o grau de instrução — Total das regiões da PNAD — 1976 ..	319
5a. Distribuição percentual das pessoas ocupadas por setor de atividade e sexo, segundo o grau de instrução — Total das regiões da PNAD — 1976 .....	320
6. Pessoas ocupadas por sexo e grupos de rendimento mensal, segundo o grau de instrução — Total das regiões da PNAD — 1976 .....	321
6a. Distribuição percentual das pessoas ocupadas por sexo e grupos de rendimentos mensal, segundo grau de instrução — Total das regiões da PNAD — 1976 ....	322

## VII.2 — ENSINO FORMAL

1. Evolução da matrícula total no início do ano, em todos os graus de ensino e da matrícula na área rural para o 1.º e 2.º graus, segundo o sexo — Brasil — 1971-1975 .....	329
2. Evolução da matrícula total em todos os graus de ensino e da matrícula na área rural para o 1.º e 2.º graus, segundo o sexo — Brasil — 1971/1980 .....	331
3. Progressão escolar no ensino de 1.º grau, da 1.ª para a 2.ª série — Brasil — 1971/1972 — 1974/1975 .....	333
4. Progressão escolar, interanual, e retenção global (virtual) no ensino de 1.º grau — Brasil — 1968-1975 .....	333
5. Matrícula no início do ano (30-04) e conclusões de curso no 3.º grau no ciclo profissional, por áreas de conhecimento — Brasil — 1971-1975 .....	335
6. Matrículas no início do ano (30-04) e conclusões de curso, nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), por áreas de conhecimento — Brasil — 1971-1975 .....	335

## VII.4 — PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

1. Proporção das pessoas que fizeram ou estão fazendo algum curso de treinamento profissional em relação à população total de 10 anos e mais, segundo o sexo e condição de atividade — Total das regiões da PNAD — 1976 .....	355
2. Distribuição das pessoas de 10 anos e mais que fizeram ou estão fazendo algum curso de treinamento profissional, segundo os anos de estudo — Total das regiões da PNAD — 1976 .....	355
3. Proporção das pessoas que fizeram ou estão fazendo algum curso de treinamento profissional em relação à população de 10 anos e mais, segundo os anos de estudo — Total das regiões da PNAD — 1976 .....	356
4. Distribuição das pessoas de 10 anos e mais que fizeram ou estão fazendo algum curso de treinamento profissional, segundo a duração do curso — Total das regiões da PNAD — 1976 .....	356
5. Matrículas em cursos de treinamento profissional, segundo as principais agências executoras e órgãos financiadores de programas — Brasil — 1970/1977 .....	357
5a. Índice das matrículas em cursos de treinamento profissional, segundo as principais agências executoras e órgãos financiadores de programas — Brasil — 1970/1977 .....	357
6. Proporção de matrículas em relação a população economicamente ativa — Brasil — 1970/1976 .....	357

## VIII — SAÚDE

### VIII.1 — CARACTERÍSTICAS DE SAÚDE

1. Esperança de vida ao nascer por sexo — Brasil — 1910/1980 .....	366
2. Esperança de vida ao nascer segundo grupos de rendimento médio mensal familiar — Regiões — 1970 .....	367
3. Estimativas da esperança de vida ao nascer segundo grupos de rendimento mensal familiar — total das Regiões da PNAD — 1976 .....	367
4. Coeficiente de mortalidade infantil — algumas capitais brasileiras — 1941/1965-70 .....	368
5. Estimativas do nível de mortalidade de menores de 5 anos segundo grupos de rendimento mensal familiar — Brasil — 1976 .....	368

6. Mortalidade proporcional por grupo etário — algumas capitais brasileiras — 1968-75 .....	368
7. Coeficientes de mortalidade e mortalidade proporcional de sete grandes grupos de causas de óbito — algumas capitais brasileiras — 1970/1975 .....	369
8. Coeficientes de mortalidade para dez causas de óbito, selecionadas da lista B (50 grupos de causas) — algumas capitais brasileiras — 1970/1975 .....	369
9. Número de casos notificados de algumas doenças infecciosas e sua incidência na população — Brasil — 1971-77 ..	371

#### VIII.2 — SEGURANÇA NO TRABALHO

1. Percentagens de acidentes ocorridos sobre a população segurada — Brasil — 1971-77 .....	375
2. Acidentes segundo a caracterização — Brasil — 1972-77	375
3. Acidentes liquidados, segundo a conseqüência — Brasil — 1972-77 .....	375

#### VIII.3 — ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E ANTROPOMETRIA

1. Quantidade consumida por comensal-dia, por classe de despesa corrente anual per capita da família, segundo os alimentos — Regiões I, III e V — 1974 .....	398
1a. Hierarquização dos grupos de alimentos, por quantidade consumida (em gramas) segundo classe de despesa corrente per capita da família — Regiões I, III e V — 1974 .....	400
1b. Quantidade consumida por comensal-dia e diferenciais nas classes mais alta e mais baixa de despesa corrente anual per capita da família, segundo os grupos de alimentos — Regiões I, III e V — 1974	403
2. Consumo em calorias por comensal-dia, por classe de despesa corrente anual per capita da família, segundo os alimentos — Regiões I, III e V — 1974 .....	404
2a. Consumo em calorias por comensal-dia e diferenciais nas classes mais alta e mais baixa de despesa corrente anual per capita da família, segundo os grupos de alimentos — Regiões I, III e V — 1974 ....	407
2b. Consumo em calorias por comensal-dia nas classes mais alta e mais baixa de despesa corrente anual per capita da família, segundo grupos de alimentos — Regiões I, III e V — 1974 .....	408
3. Percentagem de calorias ingeridas por comensal-dia, segundo a origem, por classe de despesa corrente anual per capita da família — Regiões I, III e V — 1974 .....	410
3a. Diferenciais das percentagens de calorias ingeridas por comensal-dia, segundo a origem, nas classes mais alta e mais baixa de despesa corrente anual per capita da família — Regiões I, III e V — 1974 ..	410
4. Consumo em proteínas por comensal-dia, por classe de despesa corrente anual per capita da família, segundo os alimentos — Regiões I, III e V — 1974 .....	412
4a. Consumo em proteínas por comensal-dia e diferenciais nas classes mais alta e mais baixa de despesa corrente anual per capita da família, segundo os grupos de alimentos — Regiões I, III e V — 1974	414
4b. Consumo em proteínas por comensal-dia nas classes mais alta e mais baixa de despesa corrente anual per capita da família, segundo os grupos de alimentos — Regiões I, III e V — 1974 .....	415

5.	Ingestão em calorias e nutrientes e respectivos níveis de cobertura por comensal-dia, segundo classe de despesa corrente anual per capita da família — Regiões I, III e V — 1974 .....	423
5a.	Diferenciais da ingestão em calorias e nutrientes e dos respectivos níveis de cobertura por comensal-dia, nas classes mais alta e mais baixa de despesa corrente anual per capita da família — Regiões I, III e V — 1974 .....	424
6.	Peso médio (kg) por sexo, segundo grupos de idade e despesa corrente anual per capita da família — Regiões I, III e V — 1974 .....	429
7.	Altura média (cm) por sexo, segundo grupos de idade e despesa corrente anual per capita da família — Regiões I, III e V — 1974 .....	429
8.	Perímetro braquial médio (cm) por sexo, segundo grupos de idade e de despesa corrente anual per capita da família — Regiões I, III e V — 1974 .....	431
9.	Índices de Kaup, por sexo, segundo grupos de idade e de despesa corrente anual per capita da família — Regiões I, III e V — 1974 .....	431
10.	Quantidade consumida por comensal-dia, por classe de despesa corrente anual per capita da família, segundo os alimentos — Regiões da PNAD — 1974 .....	432
11.	Alimentos mais consumidos por comensal-dia, por classe de despesa corrente anual per capita da família — Regiões da PNAD — 1974 .....	438
12.	Consumo em calorias por comensal-dia, por classe de despesa corrente anual per capita da família, segundo grupos de alimentos — Regiões da PNAD — 1974 .....	440
13.	Consumo em proteínas por comensal-dia, por classe de despesa corrente anual per capita da família, segundo grupos de alimentos — Regiões da PNAD — 1974 .....	441

**INDICADORES SOCIAIS**  
**Relatório 1979**

## I - INTRODUÇÃO

A inclusão de uma nota introdutória ao presente trabalho não se prende apenas à necessidade de um esclarecimento prévio de seus objetivos e limites; ela expressa também e principalmente a necessidade de uma discussão mais ampla sobre o significado de Indicadores Sociais e do movimento que, com a mesma denominação e virtualmente sob a égide do Estado, vem se desenvolvendo ao longo dos últimos dez a quinze anos em grande parte dos chamados países ocidentais.

A própria criação de um departamento de Indicadores Sociais, no âmbito do IBGE, tanto quanto sua produção não podem ser entendidas fora deste movimento, senão que referindo-se a ele e evidenciando, através do confronto, seus pontos de aproximação e de afastamento. Faz sentido, portanto, que se retome aqui alguns passos deste processo de interação, com o objetivo de explicitar os pressupostos teóricos e metodológicos que norteiam o presente relatório. Assim, ainda que de forma sumária, se procura num primeiro momento reconstituir o itinerário percorrido pela noção de Indicadores Sociais, pondo em relevo as críticas e reformulações que lhe foram feitas. Em seguida, se procura mostrar o reflexo destas críticas sobre a própria concepção de Indicadores Sociais que prevalece no Departamento e a maneira pela qual tal concepção se concretiza nos trabalhos que por ele vem sendo elaborados.

### A ARMADILHA CONCEITUAL

Se o tratamento de Indicadores Sociais, enquanto noção e enquanto objeto de pesquisa é bastante recente, isso não impede, porém, que exista um volume de trabalhos considerável sobre o tema nem tampouco que esta literatura já esteja permeada por representações distintas e até mesmo antagônicas, tanto no que diz respeito ao significado de Indicadores Sociais, quanto à sua finalidade. Um e outro aspecto da questão poderiam, de alguma forma, estar relacionados: de um lado, o caráter recente da construção de Indicadores Sociais apontaria para o sentido de busca, de tentativa e erro, que caracteriza a delimitação de qualquer área nova de conhecimento. De outro, a percepção de nítidas diferenças na produção, capazes de justificar a criação de "escolas" de pensamento <sup>(1)</sup> sobre Indicadores Sociais, apontaria para o próprio processo de crítica e reformulação conceitual que acompanha aquele movimento.

Mas seria por demais simplista associar a dissensão em torno dos Indicadores Sociais tão somente à sua emergência recente no campo da pesquisa social. Não é apenas por constituir-se numa temática nova, por não ter tido ainda tempo para cristalizar seus fundamentos que o tratamento de Indicadores Sociais está longe de ser homogêneo. Se algumas das divergências que aí se apresentam, por estarem mais atreladas a aspectos formais, são passíveis de superação, outras, porém, ao refletirem distintas apreensões do social e de sua dinâmica interna, partem, por isso mesmo, de posições irreconciliáveis. Esta pluralidade de tendências e níveis de desacordo presentes nos trabalhos sobre Indicadores Sociais reforça, portanto, a necessidade de estudá-los "por dentro" e de recuperar a história do conceito, através da própria história do movimento. Nesse sentido, o primeiro passo é exatamente o de levantar sua origem.

---

(1) Ver, a propósito, os trabalhos de Cazes (1972), Lerner Hamburger (1976) e Parganina (1975), que procuram dar uma visão geral destas diferentes linhas e de seus pontos básicos de discordância.

## UMA NOTA HISTÓRICA

A demanda por Indicadores Sociais configura-se mais claramente, nos E.U.A., em meados da década de 60. (2) A expressão, ela mesma, foi empregada pela primeira vez por *Raymond Bauer*, professor de Administração em Harvard, ao dar-se conta de que a missão que lhe havia sido confiada pela NASA — estudar os efeitos sociais do programa de pesquisas espaciais — não poderia ser atendida com as estatísticas até então disponíveis. Fundamentalmente foi esta a argumentação por ele desenvolvida para justificar a implementação de um sistema de indicadores sociais em trabalho coletivo, publicado em 1966 (*Bauer*, ed. 1966).

Paralelamente, algumas tentativas, sobretudo na área governamental, foram feitas no sentido de ampliar a base de informações sociais. Naquele mesmo ano, a Comissão Presidencial sobre Tecnologia, Automação e Progresso Econômico apresentaria um relatório com algumas proposições visando à elaboração de um sistema de contabilidade social. A justificativa para o projeto era essencialmente a mesma apresentada por *Bauer*:

"não dispomos até o presente, de um mapeamento contínuo das mudanças sociais, e estamos mal preparados (em assuntos como habitação, educação ou status do negro) para determinar nossas necessidades, estabelecer metas e avaliar nosso desempenho" (in *Henriot*, 1970: p. 241)

A par destas reivindicações, dois esforços realizados ao nível do poder central — o primeiro na esfera do Executivo e o segundo na esfera do Legislativo — dariam maior suporte político à noção de Indicadores Sociais. Assim é que em março de 1966, o Presidente *Johnson* encarregaria o Departamento de Saúde, Educação e Bem Estar Social de empreender uma missão interdepartamental, visando à construção de um sistema de indicadores para a área social. Com este objetivo, organizou-se um painel de Indicadores Sociais, tendo como consultores entre outros *Raymond Bauer*, *Otis D. Duncan*, *Bertram Gross* e *Eleanor Sheldon* que, sob a coordenação de *Mansur Olson Jr.*, *Wilbur Gorhan* e *Daniel Bell*, passaram a assessorar a equipe do departamento, coletando e sistematizando informações sobre diversos temas. O resultado destes trabalhos, que se estenderam por mais de dois anos, consubstanciou-se no documento Toward a Social Report, publicado em janeiro de 1969 e que se tornaria um dos textos clássicos na história dos Indicadores Sociais.

O segundo esforço viria em 1967, através da introdução do decreto — The Full Opportunity and Social Accounting Act — elaborado por *Walter Mondale* e dez outros senadores, prevendo a elaboração de um Relatório Social da Presidência e a convocação de um Conselho Social e de uma comissão mista, encarregados respectivamente de ajudar em sua preparação e de apresentar conclusões e recomendações ao congresso. Tal como se explicitara no decreto, a proposta do Relatório enquadrava-se numa política voltada para:

"promover o bem-estar geral... encorajar as condições que garantam a cada americano a oportunidade de viver com decência e dignidade e avaliar, de modo claro e conciso, se tais condições estão sendo promovidas e encorajadas em áreas como saúde, educação e treinamen

(2) Para um levantamento mais minucioso da história dos Indicadores Sociais ver *Gross* e *Springer* (1969: pp. 3-33) e *Land* (1975: pp 5-14).

to, reabilitação, oportunidades vocacionais, habitação, arte e humanidade, assistências especiais ao doente e retardado mental, ao necessitado, ao abandonado e ao criminoso." (in Land, 1975: p. 9).

No mesmo ano e em acréscimo ao interesse que se vinha firmando nos círculos governamentais por Indicadores Sociais' (Gross, 1969: p. 19), foram divulgados dois volumes especiais de The Annals, tratando especificamente do tema.<sup>(3)</sup> Esta coletânea de 21 artigos, organizada por Bertram Gross, afora provocar inúmeros debates no meio acadêmico e no Congresso, serviria igualmente como subsídio para a elaboração posterior do Toward, inscrevendo-se ao lado deste como um dos marcos de referência do movimento de Indicadores Sociais.

A partir daí, não demorou muito para que organizações internacionais como a O.C.D.E. e a C.E.E. passassem a incentivar programas de estudos e a propor temas específicos para a construção de indicadores na área social<sup>(4)</sup> e para que o movimento propriamente dito transpusesse as fronteiras americanas.

Os primeiros anos da década de 70 marcariam a difusão dos "Indicadores Sociais" em grande número de países ocidentais. Em 1971, publicava-se na Inglaterra o primeiro volume de Social Trends; em 1973, Données Sociales, na França; Social Indicators nos E.U.A., White Paper on National Life no Japão, e Gesellschaftliche Daten na Alemanha. Atualmente, cerca de 25 países vem desenvolvendo de forma mais ou menos regular trabalhos na área de Indicadores Sociais.<sup>(5)</sup>

#### A GÊNESE PRAGMÁTICA DOS INDICADORES SOCIAIS

As observações feitas até aqui já são suficientes para caracterizar a ligação básica que, desde sua origem, se estabeleceu entre a construção de Indicadores Sociais e a esfera política do planejamento. De fato, é fundamentalmente a partir de e com referência a um processo de tomada de decisões que o movimento de Indicadores Sociais deve ser pensado o que, por sua vez, sugere duas ordens de questões.

A primeira delas diria respeito às próprias razões que, num determinado momento, justificariam a emergência de uma "demanda generalizada" por Indicadores Sociais. A partir de que elementos concretos a ausência destas informações passa a ser sentida? Por que elas se tornam necessárias?

A segunda estaria referida à concepção do social que tenderia a prevalecer. O que se está entendendo por social, por sistema social? Qual o papel do Estado e quais as suas limitações no tratamento da questão social?

(3) Observe-se que, embora se tratasse de uma iniciativa privada e mais propriamente acadêmica a proposta de The Annals mantinha vínculos estreitos com a esfera do poder público. O próprio editor reafirmaria estes vínculos, ao indicar que 'o ponto de partida do documento remontava à mensagem presidencial sobre Saúde e Educação de março de 1966' (Gross; 1969: p. IX), em razão da qual fora inicialmente concebido como um 'Relatório Social exploratório' (p. X).

(4) Assinale-se ainda que a questão do subdesenvolvimento/desenvolvimento, que se colocava como uma das temáticas centrais do pensamento social e, mais particularmente, do pensamento social latino-americano nos anos 60, despertava também o interesse pela construção de sistemas de indicadores, com o propósito de mensurar níveis internacionais de "desenvolvimento" ou de "pobreza". Trabalhos levados a efeito pela CEPAL dariam conta desta preocupação, bem como das discussões que, a partir da questão mais ampla do desenvolvimento, se estenderiam igualmente à definição do "social" e dos limites e problemas envolvidos em sua mensuração.

(5) Na introdução de Social Indicators (1976) é feita a listagem destes países.

A argumentação desenvolvida pelos autores do Toward a Social Report indica algumas pistas para ambos os tipos de indagação. Assim, com relação ao primeiro, é significativo que os autores introduzam o trabalho apontando para o paradoxo existente entre as altas taxas de crescimento econômico e o aumento do descontentamento social:

"Na verdade, os indicadores econômicos integraram-se de tal forma em nossa maneira de pensar que tivemos a tendência de igualar o aumento do Produto Nacional ao Bem-Estar Nacional. Muitos ficam surpresos ao constatar que o descontentamento e a intranquilidade vem crescendo enquanto o Produto Nacional aumenta tão rapidamente. Parece paradoxal que os indicadores econômicos venham de modo geral registrando um progresso contínuo - aumento da renda, baixo nível de desemprego - enquanto as ruas e os jornais comprovam um descontentamento crescente - incêndios e saques nos guetos, conflitos no campus, crimes nas ruas, alienação e rebeldia entre os jovens" (HEW, 1970: p. XI).

Parece ter sido, pois, o reconhecimento de que o crescimento econômico não se fazia acompanhar por uma melhoria na qualidade de vida — ou, melhor dizendo, que o progresso "econômico" não engendrava por si mesmo o progresso "social" o que impulsionou, naquele momento, a produção de Indicadores Sociais.<sup>(6)</sup> Mais precisamente, a insatisfação que daí advinha ao constatar-se numa ameaça social crescente, recolocava em novos termos a necessidade de controle, ao deixar claro que uma abordagem essencialmente econômica não daria conta do real a ser planejado e controlado.<sup>(7)</sup> Se a origem dos Indicadores associava-se, assim, predominantemente a uma relação entre conhecimento e controle social,<sup>(8)</sup> a orientação que lhe seria dada nesse primeiro momento voltava-se, em grande parte, para os aspectos "disfuncionais" ou "patológicas" do sistema. Presente em alguns dos temas incluídos por The Annals sob a rubrica de problemas sociais, como crime e delinquência, desordem social e discriminação contra o negro, é essa mesma orientação que se explicita de forma mais acentuada no tratamento de "doenças sociais" que comanda praticamente toda a apresentação do Toward.

(6) É interessante observar que na introdução de Le Partage des Bénéfices, visto por alguns autores como o precursor dos Indicadores Sociais na França, a mesma questão se expressa sob a forma de dúvida: "Não existe um grave perigo em se deixar levar pela convicção de que o crescimento da produção e da renda nacional seja portador, em si mesmo, de todos os benefícios e, em particular, que ele se faça acompanhar da redução das desigualdades econômicas e sociais?" (Darras, 1969, p. 17).

(7) Acrescente-se que tal perspectiva vinha de encontro aos interesses de um grande número de cientistas sociais, até então negligenciados pela esfera política de um planejamento que, em função do próprio boom econômico experimentado ao longo dos anos 60, tendera a privilegiar sobretudo a parcela formada pelos economistas. Em outras palavras, a 'demanda' por Indicadores Sociais era também estimulada por uma 'oferta' de cientistas sociais que reivindicavam maior participação no processo decisório e viam no trabalho a possibilidade de interferir mais concretamente no jogo político. O sentido desta discriminação e do esforço empreendido por estes intelectuais, patente na forma pela qual The Annals antecipou uma resposta ao pedido da Presidência de um relatório social, explicitar-se-ia igualmente nas críticas de Gross e Springer ao que chamaram de "intelligence gap". (Gross e Springer, 1969: pp. 3-5).

(8) Ressalve-se contudo que, embora dominante, a perspectiva de controle social não se estendia a todos os postulantes de Indicadores Sociais. Autores, como Gross, a rejeitariam assumindo que o trabalho de Indicadores Sociais poderia ser igualmente instrumentalizado por grupos sociais como forma de pressão para suas próprias reivindicações. Neste sentido, valeria a pena estabelecer um paralelo entre alguns artigos da coleção por ele editada — Liberdades Civis, Participação Democrática, Discriminação contra os Negros — e o movimento pelos Direitos Civis dos Negros iniciado pouco tempo antes nos EUA. Ver, a propósito, as considerações de Henriot e Lener-Hamburger sobre as implicações políticas das diferentes abordagens de Indicadores Sociais e a distinção estabelecida por Land (1975) entre o que chamou de "racionalidade de política social" e "racionalidade de mudança social". De acordo com o autor, enquanto a primeira decorre da necessidade de avaliar e orientar programas públicos, a segunda, fundamentando-se na observação de que as sociedades modernas passam por uma transformação de longo alcance, procura basicamente estabelecer o ritmo e a direção dessa transformação.

## A REPRESENTAÇÃO DO SOCIAL

Tais observações já antecipariam, de alguma forma, a representação do social contida nos primeiros trabalhos de Indicadores Sociais. O social era visto através de uma série de dimensões particulares, constituindo um domínio fechado, que se delineava de forma residual e em contraposição ao econômico. Ou seja, o social era, antes de mais nada, o não econômico. Tal percepção, que já transparecia nas propostas de Mondale e da Comissão de Tecnologia, acompanharia ainda a seleção de temas de muitos trabalhos de Indicadores Sociais, nessa primeira fase. Uma vez mais o Toward fornece um bom exemplo e, a seu lado, as propostas elaboradas por Jacques Delors em 1970 para a França e pela C.E.E. em 1971.

E.U.A. DEPARTAMENTO DE SAÚDE; EDUCAÇÃO E BEM-ESTAR (HEW)  <u>TOWARD A SOCIAL REPORT</u> 1969	FRANÇA SEMINÁRIO DA ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRIGIDO POR J. DELORS (1968)  <u>LES INDICATEURS SOCIAUX</u> 1970	C.E.E. PROJETO DE PESQUISA SOBRE A METODOLOGIA DE ESTUDOS DE LONGO PRAZO NO CAMPO SOCIAL  1971
Saúde e Doença	Expectativa de vida	Situação da Velhice
Mobilidade Social	Proteção à Saúde	Habitação
Meio Ambiente	Evolução da Família	Condições de Trabalho e
Renda e Pobreza	Participação da Mulher	Mobilidade
Ordem e Segurança Pública	Situação da Velhice	Saúde
Educação, Ciência e Arte	Tratamento da Marginalidade	Educação
Participação e Alienação	Evolução do Nível de Emprego	Estilos de Vida
	Papel da Educação	Renda
	Desenvolvimento Cultural	Desenvolvimento Cultural
	Adaptação à Mudança	Grupos Populacionais
	Mobilidade Social	Específicos
	Abertura da Sociedade à In fluência Externa	
	Distribuição dos Recursos Na turais	
	Utilização da Renda	
	Evolução do Ativo	
	Papel da Previsão	
	Desenvolvimento Comunitário	
	Habitação	
	Organização do Espaço Rural	
	Desenvolvimento Urbano	
	Uso do Tempo	

A análise do social, daí resultante, operava assim a uma dupla redução: isolado no tempo, o social era descrito como uma situação não se investigando as causas que lhe deram origem. Limitado no espaço, o social era descrito como um fenômeno auto-sustentado, desvinculado, portanto, da organização da produção e da esfera política propriamente dita. (Girardeau, in Social Science Information 11, p. 191).

Por outro lado, a leitura de alguns trabalhos sugere ainda que a representação do "social" passava necessariamente (e em certa medida era ditada) por considerações em torno do que se identificava como "problema social". Não é de estranhar, pois, que a tarefa dos Indicadores Sociais fosse vista primordialmente como a de equacionar e por em relevo estes problemas, iluminando a escolha do planejador na seleção de metas e programas prioritários:

"Um relatório social (...) pode aperfeiçoar a tomada de decisões políticas em, pelo menos, dois níveis. Em primeiro lugar, ao tor

nar os problemas sociais mais visíveis, ele permite julgamentos mais precisos sobre as prioridades nacionais. Em segundo lugar, ao esclarecer de que modo diferentes medidas do "bem-estar nacional" estão evoluindo, ele permite em última instância uma avaliação melhor dos resultados dos programas governamentais" (HEW, 1970: pp. XXXII-XXXIII).

A mesma citação permite, por sua vez, introduzir o suporte básico de grande parte destes trabalhos, ou seja, o sistema de valores expresso nas chamadas teorias do bem-estar ("Welfare State"). De fato, as inúmeras referências aos problemas ou desvios sociais traduziam, ainda que implicitamente, a noção de quebra de um padrão geral, a ser corrigida mediante a intervenção do poder público. Assumia-se, por conseguinte, a existência de um consenso em termos de objetivos e valores, reconhecendo-se o Estado como árbitro do bem-comum. Algumas definições de Indicadores Sociais, tomando-os como medida direta de bem-estar, são ainda mais elucidativas a este respeito:

"Indicadores Sociais são estatísticas, séries estatísticas ou qualquer outro tipo de informação que nos permitem estimar o ponto em que estamos e o ponto almejado com relação a nossos valores e objetivos"... (Bauer, 1966: p.1)

"Um indicador social, no sentido em que o termo está sendo aqui empregado, pode ser definido como uma estatística de interesse normativo direto, que facilita julgamentos concisos, globalizantes e equilibrados dos principais aspectos de uma sociedade. Ele é, em todos os casos, uma medida direta de bem-estar". (HEW, 1970: p. 97).

À visão do social que assim se delineava, iria associar-se uma representação essencialmente numérica de indicador. Privilegiavam-se os aspectos mais diretamente mensuráveis, negligenciando-se, em contrapartida, aqueles não suscetíveis de quantificação do que resultava um recorte mais propriamente operacional do fenômeno que se pretendia retratar. É esta redução do espaço social a um espaço mensurável que se expressa nitidamente nas definições de Indicadores Sociais, algumas das quais já mencionadas, como "estatísticas", "séries estatísticas" ou "definições operacionais".

As observações feitas até aqui já seriam suficientes para esclarecer a orientação impressa aos primeiros trabalhos na linha de Indicadores Sociais e por em evidência a redução do social que aí operava. Tal como foi apontado, esta redução se dava basicamente em três níveis:

- i - pela separação entre o social, o econômico e o político,
- ii - pela representação do social, enquanto "problema", passível de ser solucionado mediante a intervenção do Estado e
- iii - pelo recorte operacional do "problema" social.

Importaria agora mostrar em que sentido e com que intensidade o conjunto destas proposições foi objeto de crítica e reformulação.

## CRÍTICA E REFORMULAÇÃO

Um primeiro conjunto de críticas dirigiu-se à concepção fechada do social que se refletia nas propostas de Indicadores Sociais e ao caráter arbitrário e estéril da separação entre o econômico e o social. O conjunto destas críticas levaria a um repensar da realidade social e da articulação entre seus diferentes aspectos, que se traduziria por uma nova orientação dos trabalhos, inclusive daqueles levados a efeito por organizações internacionais como a O.I.T. É esta nova orientação que se expressa claramente na Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra em 1973:

"É preciso admitir, em conjunto, que a oposição dialética entre o "econômico" e o "social" pertence ao passado; que seria estéril debater e resolver os problemas econômicos sem levar em conta os objetivos sociais e que, inversamente, seria totalmente irrealista debater e fixar objetivos sociais sem levar em conta as condições e as restrições econômicas". (BIT, 1973: p.5).

Observe-se no entanto que, se por um lado, a chamada do relatório alertava para a interdependência do "econômico" e do "social", por outro lado, reafirmava a separação entre ambos, ao definir o social como "objetivo" ou meta a ser alcançada e o econômico como "meios" ou "condições" capazes de implementar aquela meta.<sup>(9)</sup>

Opondo-se a esta postura, alguns autores tenderiam a recuperar para o social a noção de sistema. O econômico ou o político, a exemplo do religioso ou do cultural, emergiriam daí como subsistemas ou campos particulares de relações integrados ao sistema social que, enquanto totalidade, garantiria sua coerência e sentido. Desta forma, a proposta dos Indicadores Sociais deveria basear-se primordialmente num esforço teórico visando à apreensão desta totalidade e à identificação dos princípios que regem a organização e o movimento de suas partes. As críticas formuladas pelo grupo de *Economie et Humanisme* e, em particular, a de *Pierre Vergès* contra a separação entre o "econômico" e o "social" dão conta desta posição:

"Normalmente este qualificativo (social) deveria designar tudo o que se relaciona à sociedade, tudo o que diz respeito à existência social e suas condições globais de exercício; donde tal denominação deveria englobar, em primeiro lugar o econômico e o político que são eminentemente fenômenos "sociais". (*Economie et Humanisme*, 1972: p. 2)

"(Falta) aos Indicadores Sociais um quadro teórico que permita compreender e interpretar seus movimentos. O primeiro esforço é, pois, teórico: ele concerne simultaneamente à compreensão das relações econômicas e ao sistema de comunicação entre o sub-sistema econômico e o sistema social. O ato de compra, por exemplo, tem um duplo sentido: ele é, ao mesmo tempo uma troca monetária e uma afirmação de status por parte do comprador...

---

(9) Concepção semelhante pode ser encontrada em trabalhos mais recentes como o de *Demo* (1978).

É preciso pois trabalhar sobre esta dualidade e examinar de que maneira cada ato, cada situação é lugar de tradução, de transferência de temas ou relações sociais em atos econômicos. (P. Verghés, 1972: p. 23).

Se a proposta de Verghés — de demarcação de um quadro teórico capaz de embasar a formulação de Indicadores Sociais — está longe de ser plenamente atendida, é inegável que esforços vêm sendo empreendidos com o propósito de superar a concepção fechada de social e o tratamento descritivo que prevaleciam nos trabalhos de Indicadores Sociais e de dotá-los de maior eficácia explicativa. Neste sentido, é interessante observar a preocupação crescente no quadro destes relatórios com o que antes fazia parte tão somente dos 'relatórios econômicos': a análise da estrutura social da produção, com a explicitação da divisão do trabalho entre os diferentes agentes e da repartição de renda que daí advém. Cabe lembrar, também, os estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre estratificação e mobilidade, tomando a divisão do trabalho como ponto de partida e procurando restabelecer, por essa via, a ligação orgânica existente entre a esfera da produção e a formação de grupos e classes sociais. Ou ainda a abertura, ao nível dos relatórios de Indicadores Sociais, para temas que até então eram objeto quase que exclusivo de círculos acadêmicos ou associações políticas, como o da participação política dos grupos sociais, vista não apenas através de um ângulo mais restrito (vinculação político-partidária, sindicalismo, comportamento eleitoral) mas também através de outras manifestações, como greves e litígios trabalhistas.<sup>(10)</sup>

Uma segunda ordem de críticas teve como alvo a própria vinculação dos Indicadores Sociais ao quadro do planejamento e desdobrou-se em, pelo menos, dois níveis complementares. Criticava-se, por um lado, a identificação de Indicadores Sociais a uma medida direta de bem-estar. Alguns teóricos do movimento chamavam a atenção para o fato de que esta característica de interesse normativo atribuída ao indicador social era por demais restritiva, na medida em que muitas variáveis importantes para a compreensão da realidade social eram, a priori, excluídas da análise, enquanto outras tantas, consideradas hoje como relevantes, poderiam amanhã ser vistas como supérfluas. (Sheldon e Freeman, 1970: p.2). Indo mais além, alguns autores centrariam sua crítica na própria noção de bem estar social como o somatório do bem estar dos diferentes indivíduos e na negação, aí implícita, de uma sociedade estratificada, com valores e interesses em conflito. (Henriot, 1910: p.247; Araujo Costa, 1975).

Por outro lado, questionava-se a premissa de que os Indicadores Sociais pudessem interferir diretamente na definição de metas e objetivos prioritários. Autores como Sheldon e Freeman argumentavam que objetivos e prioridades de uma política não poderiam ser extraídos de maneira mecânica de um sistema de indicadores sociais e que, por vezes, a própria elaboração destes poderia estar submetida a uma tomada de posição prévia quanto a aqueles. Neste sentido alertavam ainda os autores para "o risco de se estimularem apenas os estudos suscetíveis de gerar boas respostas" (in Cazes, 1972: p. 26). Retomando a questão, Henriot criticaria a visão pretensamente técnica dos projetos de Indicadores Sociais e apontaria para a definição de metas e objetivos como um ato essencialmente político:

"Boa parte da literatura recente sobre Indicadores Sociais parece argumentar que os desafios colocados pelo processo de urbanização poderiam ser respondidos basicamente atra

(10) Cf. a propósito a edição de 1978 de Données Sociales e a de 1977 de Social Trends.

vês de informações mais adequadas. Tal vi são oclude, desde o início, a instância política mediante a colocação de "problemas" a serem solucionados de forma puramente técnica (...). Contudo, vem se tornando cada vez mais evidente que a administração não pode ser dissociada da política, quer em termos teóricos, quer ao nível da prática. Os meios não são independentes dos fins e os fins — referidos a valores e interesses — são eminentemente políticos" (Henriot, 1970: p. 244).

Tomadas em conjunto, tais críticas serviriam para afastar a visão simplista do indicador social como medida direta de bem-estar e para recolocar, em termos mais realistas, o papel e as finalidades que lhe eram atribuídas no quadro do planejamento. Em poucas palavras, a representação ingênua de que os Indicadores Sociais permitiriam o estabelecimento de objetivos e prioridades sociais cedeu lugar ao objetivo mais modesto de contribuir para a análise da realidade social e de seus processos de mudança (Land, 1971: p. 322).

Finalmente, uma terceira ordem de críticas voltou-se contra a operacionalização e a quantificação como critério básico dos aspectos a serem indicados.<sup>(11)</sup> De forma indireta, também este procedimento poderia ser relacionado à prática do planejamento. E isto porque embora a tendência à operacionalização se manifeste em praticamente todos os setores de pesquisa, na esfera do planejamento ela encontra um reforço adicional, em função do próprio caráter de curto prazo que acompanha a produção intelectual de seus agentes. Etzioni e Lehnan assinalariam este aspecto afirmando que :

"A preferência pelas dimensões quantitativas de um conceito é particularmente acentuada quanto maior for a pressão sobre um projeto visando a 'resultados imediatos, tangíveis'. Em tais situações, enfatizam-se as dimensões quantitativas por serem frequentemente mais visíveis e por permitirem uma mensuração mais rápida e direta" (Etzioni e Lehnan 1967: p.5).

Alertando sobre os perigos que poderiam advir desta prática, os autores chamariam a atenção para o afastamento que, a pretexto de maior precisão, se poderia estabelecer entre o conceito, tal como teoricamente formulado e sua definição operacional. Segundo eles dificilmente um indicador ou um conjunto de indicadores numéricos dariam conta de todas as dimensões de um conceito e os problemas surgiam exatamente por se pretender dar uma cobertura completa do conceito, quando, de fato, apenas uma parte dele estava sendo coberta. (Etzioni e Lehnan, 1967: p. 3). Em reforço a sua argumentação, Bauer, após afirmar que, muitas vezes, o dilema com que se defronta o cientista social é o de ter de optar entre uma medida aproximada

(11) Muitos autores tenderiam a ver e criticar este procedimento como uma espécie de "economicismo" que estaria sendo imposto ao tratamento social (Henriot, 1970: p. 248; Verges, 1972: p. 22) e baseavam sua argumentação no fato de que certas categorias de pensamento, até então adstritas ao campo econômico, passavam igualmente a permear o domínio do social. Nesta tendência, incluir-se-ia o transplante de noções como as de custo e rentabilidade, bem como as tentativas de construção de um sistema de contabilidade ou de indicadores sociais. Tais críticas, contudo, deixavam de levar em conta que também a representação do espaço econômico havia sofrido o mesmo recorte artificial e que a tendência à operacionalização no campo econômico simplesmente precedera, no tempo, a que naquele momento se apresentava no social. Em outras palavras, a representação de que o econômico pudesse ser apreendido através de custos, rentabilidade ou não importa que outros aspectos mensuráveis, era igualmente reducionista.

de uma variável relevante ou uma medida rigorosa de uma variável menos relevante, denunciaria o que chamou de 'magia do número': as coisas que podem ser contadas despertam mais interesse do que as que não podem ou ainda não foram contadas (Bauer, 1966: p. 37).

Contra esta 'magia do número', manifestar-se-iam igualmente outros autores afirmando que se, por um lado, aspectos relevantes da área social não eram redutíveis a números, por outro, mesmo os aspectos mensuráveis não poderiam ser corretamente avaliados sem que se procurasse desvendar os significados culturais ocultos sob sua regularidade numérica. A posição de Cicourel expressaria bem esta tendência:

"não há problemas quanto à medida de certos 'fatos sociais' como o número de mortes ou nascimentos, mas como medir sistemas normativos ou ideológicos? Mesmo esses 'fatos sociais' (nascimentos, mortes) podem ter significados culturais definidos e o comportamento dos indivíduos diante deles dependerá dessa definição cultural. Definições e significados culturais informam cada ato social e a correspondência necessária entre o sistema matemático e a teoria substantiva, para haver uma mensuração precisa, é por eles medida" (in Zaluar, 1975: p. 18).

Em síntese, não era apenas para cobrir o que ainda não pudera ser mensurado que se reivindicava o recurso a metodologias alternativas, como a antropológica, no tratamento do social. Era também para esclarecer em que medida e sob que restrições estaria operando a correspondência entre o ato social, tal como representado e vivenciado por seus agentes, os conceitos teóricos elaborados sobre esta prática e a expressão numérica com que se pretendia simbolizá-los.

O efeito destas críticas sobre o trabalho dos Indicadores Sociais também se fez sentir, ainda que de forma menos acentuada: assim, não obstante a visão dos Indicadores Sociais seja, ainda hoje, predominantemente quantitativa, vem crescendo o reconhecimento de que outras metodologias, além da estatística, são necessárias para a construção de Indicadores Sociais, tornando-se mesmo imprescindíveis no tratamento de determinados temas.<sup>(12)</sup>

#### INDICADORES SOCIAIS: UMA OPÇÃO DE TRABALHO

Ao ser criado na Fundação IBGE em 1973, o Grupo Projeto de Indicadores Sociais já se beneficiava deste processo de discussão em torno do significado e abrangência dos Indicadores Sociais. Particularmente, muitas das críticas e reflexões sobre o movimento orientariam a tomada de posição do grupo, que viria a se formalizar inicialmente no estudo de A. Costa, Considerações teóricas sobre o conceito de Indicador Social: uma proposta de trabalho. Caberia, pois, retomar

(12) Confirmam esta tendência, por exemplo, as recomendações do Bureau of Census dos E.U.A., no sentido que se utilizasse o método antropológico para o estudo do comportamento de minorias étnicas. No caso específico do Brasil, menciona-se o trabalho apresentado por Salzm, no Seminário sobre Informação e Política de Emprego, realizado em 1974 em Brasília, no qual afirma que "além do fato de que já se produziu uma massa impressionante de dados... acreditamos que maior atenção deve ser agora dirigida ao significado das categorias utilizadas, à produção de conceitos que dão origem aos elementos coletados e à sua organização. Estamos sugerindo que em lugar da 'falta de dados', o que realmente falta são pesquisas de campo de cunho etnográfico que, por não utilizarem instrumentos de coleta padronizados, por um lado, correm menor risco de realizar cortes indevidos na realidade e, por outro, podem oferecer subsídios importantes" (Salzm, 1974: p.304). A par destas recomendações, registre-se ainda o exemplo de Donnês Sociales, 1978, que afóra a seleção e análise de dados estatísticos, inclui também estudos de caráter mais metodológico e analítico como os que foram elaborados sobre "Atividade Feminina e Família" e "Condição Social dos Pequenos Camponeses".

e desenvolver aqui algumas das colocações feitas no texto, de vez que essencialmente elas representam o fio condutor do trabalho levado a efeito ao longo destes seis anos.

A primeira delas refere-se à própria concepção do social que preside este trabalho e que encontra suas raízes no pensamento de *Mauss* ao afirmar que "o social só é real quando integrado a um sistema". Tal concepção desautorizaria, a priori, a visão de Indicadores Sociais como um "elenco" de temas isolados ou como o "retrato" de uma dada situação social, na medida mesmo em que subordinaria a apreensão do social a um duplo esforço por parte do pesquisador: o primeiro, sincrônico, que desse conta da articulação existente entre os múltiplos aspectos e relações que informam o social e o segundo, diacrônico, que enquadrasse estes mesmos elementos em uma perspectiva histórica, capaz de explicar sua origem e seu modo de transformação.<sup>(13)</sup>

A retomada do social, neste sentido mais amplo, recolocaria entretanto algumas questões ligadas à definição de áreas de estudo ou de conhecimento. Num momento em que a preocupação analítica se expressa e se legitima na multiplicidade de divisões e subdivisões internas do social, a tentativa de tomá-lo como uma síntese globalizante não entraria em desacordo com a tendência dominante? Ao assumir tal perspectiva, não se estaria incorrendo no perigo de reivindicar para os Indicadores Sociais um campo de atuação tão amplo que exatamente por poder cobrir tudo se tornasse um campo 'cego', desprovido de sentido?

Se à primeira destas perguntas poder-se-ia também responder com *Mauss* que "depois de se terem visto obrigados a dividir e abstrair, é necessário que os sociólogos se esforcem por reconstruir o todo", a resposta à segunda estaria dada pelo próprio enquadramento dos Indicadores Sociais como um esforço de reconstrução teórica da realidade. Tal enquadramento implicaria em romper com a concepção empirista que confunde a apreensão do real com a observação de seus aspectos visíveis e em assumir, por consequência, que o que garante sentido ao trabalho de Indicadores Sociais não é a abrangência (maior ou menor) de fatos sociais a serem por ele cobertos, mas a eficácia explicativa que, em termos de um referente concreto, guardam os esquemas conceituais adotados em sua elaboração. Da mesma forma e pelas mesmas razões, tal enquadramento implicaria em recusar uma demarcação de cunho positivista, através da qual a proposta de Indicadores Sociais ficasse subordinada "não ao que é relevante, mas ao que é mensurável." (A. Costa, 1975: p. 171).

Dentro desta perspectiva, a construção de Indicadores Sociais está diretamente associada a um trabalho de produção e sistematização de conceitos num corpo teórico coerente e, ao mesmo tempo, de vigilância constante destes conceitos como expressão de relações reais. Tal procedimento se não exclui, de forma alguma, a possibilidade de medida e de intervenção do instrumento matemático, exige, entretanto, uma definição prévia das próprias condições e limites de mensuração.

A segunda observação, que guarda relação com a primeira, diz respeito à metodologia adotada para a construção dos Indicadores Sociais e, em particular, ao uso combinado da estatística e da etnografia como fontes básicas de informação. Não se pretende retomar aqui a questão "qualitativo" x "quantitativo", de resto já amplamente discutida, mas determinar em que níveis e com que propósitos um e outro recurso vem sendo incorporados à conduta de trabalho do Departamento. Diga-se, de início, que esta combinação não representa simplesmente uma tentativa de "preencher lacunas", senão que parte do reconhecimento de que, pela própria diversidade dos recortes que imprimem ao social, as duas metodologias podem (e devem) ser instrumentalizadas como feixes de luz

(13) Sobre a noção de sistema, no sentido aqui adotado, ver *Godelier* 1966: pp. 320-25.

distintos e capazes, por isso mesmo, de indicar novas dimensões e, o que é mais importante, de dar uma nova forma ao objeto que se pretende conhecer.

Ressalve-se, porém, que a adoção desta linha de conduta afora ser relativamente recente é ainda pouco expressiva dentro do movimento de Indicadores Sociais. De fato, se o uso do instrumental estatístico foi, desde o início, incorporado ao movimento e de forma tão intensa que chegou, por vezes, a confundir-se com ele, o mesmo entretanto não ocorreu e parece longe de ocorrer com as pesquisas de cunho antropológico. Não é por outra razão que se discute aqui esta dimensão procurando indicar sua especificidade e a contribuição que pode trazer ao trabalho dos Indicadores Sociais.<sup>(14)</sup>

Em poucas palavras, ao partir de um plano não previamente estruturado, adotando como matéria prima para a elaboração da análise, a observação direta e as representações dos próprios informantes sobre sua prática quotidiana, o método antropológico abre um espaço mais amplo para a experimentação e permite, por essa via, não apenas apreender significados que, de outra forma, permaneceriam ocultos, mas também repensar as categorias e relações que informavam o conhecimento anterior. Concorrendo assim para 'um maior grau de interferência do inesperado no já concebido', o método antropológico cria condições para a produção de um conhecimento novo e abre igualmente a possibilidade de uma revisão crítica, seja dos conceitos que acompanham sua própria abordagem teórica, seja dos que pertencem aos inquiridos e estudos quantitativos.<sup>(15)</sup> No caso particular destes, ele serve de alerta para um certo grau de etnocentrismo de que não se exime a pesquisa quantitativa, quando procura dar conta do real, recorrendo a categorias únicas e supostas universais. Como assinalam *Leite Lopes e García*:

"a própria linguagem adotada para a obtenção de informações desejadas é tida como válida universalmente. Ao supor um padrão de linguagem universalmente neutro, o pesquisador não percebe que essa linguagem é, de fato, a sua linguagem, estando portanto intimamente ligada à situação social em que se insere e às suas formas de percepção, mas não necessariamente às do grupo observado" (in IPEA/INPES, 1975: p. 371).

Uma categoria aparentemente tão simples e universal quanto o trabalho poderia ser usada para exemplificar o que se está tomando aqui por etnocentrismo. Quando se indaga através de um questionário pré-codificado, se um indivíduo estava trabalhando durante um certo período de referência, assume-se, a priori, que a concepção de trabalho seja a mesma para todos os indivíduos, independentemente de sua existência social. O que não necessariamente corresponde à realidade. Assim, poder-se-ia indagar se as próprias condições em que se exerce o trabalho não interferem sobre a representação que dele fazem seus agentes. Ou se mesmo a divisão por sexo e idade também não influencia esta representação, levando a que se atribuam às mesmas funções conteúdos

(14) Por "método antropológico", está se entendendo o conjunto de procedimentos de pesquisa (entre os quais se incluíam a observação participante e a realização de entrevistas abertas, com ênfase sobre o discurso do informante), introduzidos pela antropologia em função da própria especificidade do seu objeto de estudo inicial — "as sociedades simples" — que foram por ela desenvolvidos e fundamentadas com base em seu arcabouço teórico. Isso não significa, entretanto, que o método antropológico não possa ser reapropriado pelas demais ciências sociais, nem tampouco que se este já, com isso, privilegia a antropologia, em detrimento da sociologia, da política, da economia ou de qualquer outra ciência no tratamento do social.

(15) Uma discussão maior sobre o uso do método antropológico para o trabalho de Indicadores Sociais é feita à introdução do projeto "Condições de Vida dos Operários Industriais" (DEISO/IBGE, 1976: pp. 19-26).

diversos, desde que realizadas pelo homem adulto, pela mulher ou pela criança. (16)

Ao tomar, portanto, conjuntos numéricos como expressão da "força de trabalho" e ao proceder a sua análise, tais mediações e nuances devem estar presentes se o que se pretende é uma aproximação cada vez maior com o real. É neste sentido também que o método antropológico pode contribuir de forma decisiva para o trabalho de Indicadores Sociais, ajudando a desvendar através das regularidades estatísticas de conduta, o modo pelo qual se atualizam formas de organização singulares e se expressam sistemas de valores diferentes.

Uma característica até certo ponto singular da Fundação IBGE vem favorecer a proposta de trabalho de Indicadores Sociais. Refere-se aqui à coexistência, numa mesma instituição, de departamentos de elaboração, coleta e análise da informação estatística, o que abre a possibilidade de participação dos pesquisadores ao longo de todo o processo de geração de dados.

Isto significa, por um lado, que a produção de Indicadores Sociais se articula diretamente à maior parte da produção de estatísticas primárias (censos, pesquisas por amostra de domicílios, dados econômicos, etc) e derivadas (índices de preço, matriz de relações intersetoriais, etc), o que propicia uma visão cada vez mais integrada do sistema de informações. (17) Por outro lado, isso significa também que o papel dos Indicadores Sociais em termos da pesquisa estatística não está limitado, à priori, à análise de resultados, podendo também ser estendido à formulação de quesitos e à apresentação de resultados (definição de planos tabulares e cruzamentos especiais), bem como ao próprio acompanhamento do treinamento do pessoal de campo. (18)

Este trabalho de bastidores, trabalho "invisível" e de que participam também outros departamentos de pesquisa do IBGE, integra-se à concepção de trabalho dos Indicadores Sociais, simultaneamente como um esforço de interpretação dos dados e de vigilância sobre o que e

(16) Reproduzem-se a propósito, algumas observações feitas por *Heredia* mostrando as diferentes representações do trabalho entre pequenos produtores agrícolas, da Zona da Mata Pernambucana. O trabalho no roçado é o trabalho do pai, com o que se define a este âmbito como masculino. Entretanto, ainda que os filhos realizem no roçado as mesmas tarefas que o pai, diz-se que os filhos ajudam ao pai de família, indicando-se assim que eles estão sob sua autoridade... As atividades de casa, por sua vez, por estarem ligadas ao consumo não são consideradas trabalho e correspondem à esfera feminina. O âmbito de mulher é a casa e conseqüentemente se considera que a mulher não trabalha (...). Se as atividades do roçado, por oposição às atividades de casa, são consideradas trabalho, dentro do âmbito específico das tarefas agrícolas nem todas elas são consideradas como tal... Considera-se, pois, que a mulher não trabalha, e este princípio se mantém mesmo quando em certas ocasiões realiza tarefas no roçado" (*Heredia*, 1977: 82 ss).

(17) Observe-se que a preocupação com um sistema integrado de informações está presente também em inúmeros outros trabalhos, em particular nos que vem sendo desenvolvidos pelas Nações Unidas, a partir do *Toward a System of Social and Demographic Statistics*, de Stone. Mas embora a idéia central destes trabalhos seja exatamente a da "interdependência" dos fatos e relações sociais, a abordagem dos vários aspectos tende, não obstante, a ser feita em separado, adotando-se ainda uma visão bastante discutível entre estatísticas "demográficas", "econômicas" e "sociais". Por outro lado, mesmo admitindo que "uma das principais razões para se tentar desenvolver o sistema seja a contribuição que a melhoria dos estatísticos pode trazer à produção de Indicadores Sociais" (Stone, in Hoffmann, 1973: p. 12), tais trabalhos não explicitam qual o conceito de Indicadores Sociais, nem tampouco o papel que estes desempenham no sistema proposto (cf. a respeito United Nations (1970 e 1971) e Hoffmann (1973)).

(18) Dois exemplos servem para ilustrar esta prática. O primeiro refere-se à introdução de um suplemento especial na PNAD-73, destinado a avaliar, através dos deslocamentos ocupacionais, o grau de mobilidade inter e intra geracional na economia brasileira. Tal suplemento, elaborado por técnicos do departamento teve seus resultados trabalhados pelo mesmo departamento, dando origem ao documento *Mudança Ocupacional - Um Estudo das Transformações da Estrutura Social Brasileira* - a que se faz referência na parte IV deste relatório. Observe-se que, até então, eram poucas as possibilidades, fora do campo da pesquisa etnográfica ou de pequenas amostras, de se estudar o fenômeno que, a partir dos dados do Suplemento, pode ser conduzido não apenas ao nível nacional, mas também segundo desagregações por regiões ou grupos ocupacionais. O segundo refere-se igualmente a um suplemento especial da PNAD-76, montado nos moldes do anterior, mas que permite estudos sobre cor, através de uma pergunta aberta (respondida livremente pelo informante) e outra fechada (distinguindo-se entre brancos, pretos, mulatos e pardos). Afóra estes suplementos haveria que mencionar também as questões específicas, introduzidas pelo departamento nas PNADs, sobre mutirão, trabalhadores volantes, tempo de trabalho ao longo da história de vida do informante e tempo de afastamento do trabalho por motivo de doença ou acidente, entre outras.

como perguntar.

O relatório que ora se apresenta é parte deste trabalho e, neste sentido, seu conteúdo não pode ser dissociado dos estudos sobre Emprego, Distribuição de Renda, Mobilidade Ocupacional, Condições de Vida dos Grupos de Baixa Renda, Habitação e Educação que foram desenvolvidos no Departamento. Através deles e mediante o recurso combinado a dados secundários e pesquisas de campo, procurou-se obter uma primeira aproximação ao estudo da estrutura social brasileira e de sua diferenciação interna, articulando-se a análise das características mais gerais da esfera de produção e repartição (divisão de trabalho, mobilidade ocupacional, distribuição de renda) à análise específica das condições de subsistência social dos grupos de baixa renda. Se a primeira destas análises era indispensável à compreensão da própria estruturação interna da sociedade brasileira, a segunda, afora complementá-la, vinha de encontro à preocupação crescente e manifesta por diversos setores de atuação com a definição de níveis de pobreza e a determinação do padrão de vida das camadas menos favorecidas. (19)

A menção a estes estudos não significa, entretanto, que através deles se tenha pretendido cumprir a proposta de trabalho tal como anteriormente delineada. Ao contrário, tem-se bastante claro os limites que a separam dos resultados que se logrou obter. Em termos do relatório, estes limites se refletem na própria articulação das diversas partes, na utilização ainda bastante restrita do material etnográfico e na ausência de tratamento de certas dimensões, particularmente grave no caso da dimensão política. Acrescenta-se ainda que determinadas características da mudança social – como as que dizem respeito à participação crescente da mulher na força de trabalho, às transformações operadas na estrutura familiar e ao acirramento da tensão social em suas diferentes formas, entre outras – deixaram de ser abordadas ou foram apenas esboçadas embora por sua importância merecessem uma análise específica e bastante aprofundada. O levantamento destes pontos já é suficiente para indicar desde já algumas das falhas e limitações que acompanham o relatório. O reconhecimento do muito que ainda resta por fazer, seja em termos de sistematização teórica, seja em termos da própria elaboração do material empírico, leva a caracterizá-lo como um trabalho experimental, cujo caminho foi aberto fundamentalmente pela preocupação de levantar hipóteses e abandonar preconceitos.

---

(19) Cf. a propósito, a introdução feita ao trabalho-resumo "Condições de Vida das Populações de Baixa Renda nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e Porto Alegre" (DEIS0718GE-1978).

## BIBLIOGRAFIA

- 1 - Araújo Costa, Teresa Cristina N. - "Considerações Teóricas sobre o Conceito de Indicador Social: Uma Proposta de Trabalho", in Revista Brasileira de Estatística, nº 142, ano XXXVI, abril, junho de 1975.
- 2 - Bauer, Raymond - Detection and Anticipation of Impact: The Nature of the Task in Social Indicators, Cambridge, MIT Press, 1966.
- 3 - Bureau International du Travail - Prosperité et Mieux-Etre, Conférence Internationale du Travail, 58<sup>e</sup> session, Genebra 1973.
- 4 - Cazes, Bernard - "Les Travaux Américains Relatifs aux Indicateurs Sociaux", in Economic et Humanisme, 206, 1972.
- 5 - Central Statistical Office - Social Trends, nº 8, London: Her Majesty's Stationery Office, 1977.
- 6 - Cicourel, Aaron - "Teoria e Método em Pesquisa de Campo", in Alba Zaluar (org), Desvendando Máscaras Sociais, Rio, Livraria Francisco Alves - Editora, 1975.
- 7 - Darras - Le Partage des Bénéfices - Paris, Les Editions de Minuit, 1966.
- 8 - Demo, Pedro - Usos e Limitações dos Indicadores Conjunturais, mimeo 1978.
- 9 - DEISO/IBGE - Condições de Vida de Operários Industriais - Projeto de Pesquisa: Perspectiva Geral, 1976 (mimeo)
- 10 - Etzioni, Amitai and Lehman, Edward - "Some Dangers in 'Valid' Social Measurement", in the Annals of The American Academy, 373, September 1967.
- 11 - Girardeau, Catherine - "Towards a System of Social Statistics", in Social Science Information, 11 (3/4).
- 12 - Godelier, Maurice - Racionalidade e Irracionalidade na Economia. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, s/d.
- 13 - Gross, Bertram M. and Springer, Michael - "Developing Social Intelligence", in Gross (ed) Social Intelligence for America's Future. Boston Allyn and Bacon, 1969.
- 14 - Henriot, Peter J. - "Political Questions about Social Indicators", in The Western Political Quarterly, vol. XXIII, nº 2, June 1970.
- 15 - Heredia, Beatriz M. Alasia - La Morada de La Vida, Dissertação de Mestrado, Rio Museu Nacional, 1977.
- 16 - Hoffmann - A Note on Towards a System of Social and Demographic Statistics, Central Bureau of Statistics, Oslo, 1973.
- 17 - INSEE - Données Sociales, Edition 1978.
- 18 - Land, Kenneth - "On the Definition of Social Indicators", in The American Sociologist, 1971, vol. 6 (November)
- 19 - Land, Kenneth C. - "Social Indicators Models: An Overview", in Land and Spilerman, Social Indicators Models - New York, Russel Sape Foundation, 1975.

- 20 - *Leite Lopes, José Sênio e Garcia, Afranio* - "Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste" - in IPEA/INPES, Sistema de Informação para Políticas de Emprego. Brasília, IPEA/INPES, 1975.
- 21 - *Lerner Hamburger, Polia* - Indicadores Sociais na Estratégia de Produtos - Um Estudo Exploratório, Rio, Fundação Getúlio Vargas, 1976.
- 22 - *Parganina, Luis* - Indicadores Sociais, Rio, Fundação IBGE - 1972 (mimeo)
- 23 - *Salm, Claudio* - "Informação e Política de Emprego: Considerações Gerais", in IPEA/INPES, op. cit.
- 24 - *Sheldon, E. B. and Freeman, H. E* - "Notes on Social Indicators Promises and Potential", in Policy Sciences 1, 1970.
- 25 - U.S Department of Commerce/Office - of Federal Statistical Policy and Standards / Bureau of Census - Social Indicators, Washington D.C, 1976.
- 26 - U.S Department of Health, Education and Welfare (Hew) - Toward a Social Report, Washington D.C.1969.
- 27 - United Nations - An Integrated System of Demographic Manpower And Social Statistics And Its Links With The System of National Economic Accounts, 1970.
- 28 - United Nations - A System of Demographic Manpower and Social Statistics Series, Classification and Social Indicators, 1971
- 29 - *Vergès, P.* - "La Fabrication des Indicateurs Sociaux: Usine, Chantier ou Jardinage", in Economie et Humanisme, 206, 1972.

## POPULAÇÃO E FAMÍLIAS

## I - POPULAÇÃO E FAMÍLIAS

### I.1 - POPULAÇÃO

Nenhuma abordagem sobre Indicadores Sociais pode ser feita sem que se esboce um quadro da situação demográfica do país, uma vez que aqueles se referem exatamente à população existente.

Captar tal situação em todas as suas dimensões implica não só analisar a população como um todo e seu crescimento global, como também sua distribuição espacial, uma vez que as disparidades regionais do desenvolvimento sócio-econômico estão aí refletidas. O primeiro aspecto inclui tanto a análise de características básicas da população, tais como sua estrutura etária e sua distribuição por sexo, como seu crescimento global, determinado fundamentalmente pelo comportamento dos componentes desse crescimento: fecundidade, mortalidade e migrações internacionais. (Este último componente porém, não será abordado neste relatório, uma vez que se tornou irrelevante nos anos mais recentes).

Este crescimento, entretanto, não é um processo homogêneo; concretiza-se diferencialmente quando se considera não só o quadro rural e urbano, mas, sobretudo, as macro-regiões, seja pelo comportamento diversificado da fecundidade e da mortalidade, seja especialmente pela intensidade das migrações internas.

As observações de caráter demográfico feitas adiante têm normalmente como ponto de partida a unidade individual; é indispensável, porém, tomar também como unidade de análise o grupo familiar, uma vez que a população não é uma mera soma de indivíduos atomizados, mas se estrutura através das famílias. "É a família e não o indivíduo, o objeto natural de qualquer política de população" (Torrado, 1977). O estudo desta oferece, pois, uma nova ótica não só para analisar o panorama demográfico, como para englobar, de maneira mais orgânica, os indicadores sociais como elementos de uma única estratégia familiar.

A análise da família, feita a seguir, inclui sua distribuição por situação no domicílio e as alterações que sofre seu tamanho, fatores sobre os quais se edifica a estratégia familiar. Estes fatores, por sua vez, se especificam diferencialmente segundo os grupos de rendimento familiar e a inserção dos membros da família no processo produtivo.

#### I.1.1 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

O crescimento populacional do Brasil, desde fins do século passado, vem apresentando taxas bastante altas<sup>(1)</sup> — mais de 2% ao ano (cf. tabela 1.a) — taxas estas que ainda deverão persistir, apesar da tendência decrescente registrada entre 1960/70. Haja visto que em 1970 a população do país era de pouco mais de 93 milhões de pessoas (dados censitários) e estimava-se que ela seria de aproximadamente 106 milhões em 1976.

Observe-se, contudo, que embora o crescimento demográfico tenha se mantido com taxas elevadas ao longo do período considerado, variaram bastante os fatores por ele responsáveis. A imigração internacional, que até 1900 contribuiu fortemente para este aumento populacional, vê diminuída sua importância no século XX, tornando-se a partir dos anos sessenta praticamente nula. Nas últimas décadas, portanto, o incremento populacional se deveu basicamente às altas taxas de crescimento vegetativo (nascimentos-mortes), que se tornou maior a partir de 1940, quando a queda

(1) Taxas semelhantes às dos países da América do Sul, exceção feita à Argentina, Chile e Uruguai, que têm taxas de crescimento próximas às de países mais desenvolvidos como, por exemplo, Japão e Canadá (Demographic Yearbook, 1974, United Nations).

das taxas de mortalidade começa a se intensificar, permanecendo, porém, ainda altas as taxas de fecundidade. Basta observar que, entre 1950 e 1960, quando já era insignificante a participação da imigração internacional, ocorreu a mais alta taxa de crescimento demográfico já registrada no Brasil: 3,1%. No período seguinte — 1960/70 — a tendência é a um ligeiro declínio deste crescimento (2,9%), tendência essa que se mantém uma vez que entre 1970 e 1980 a taxa estimada é de 2,8%. As estimativas para os decênios seguintes, até o ano 2000, também supõem um constante declínio<sup>(2)</sup> (cf. tabela 1.a — alternativa inferior).

Como o crescimento da população vem se devendo basicamente à fecundidade (cujo declínio só se acentua a partir dos anos sessenta), ela deve ser analisada levando-se em conta o comportamento diferencial decorrente dos padrões regionais encontrados e que refletem as disparidades espaciais do desenvolvimento econômico. Ou seja, o ligeiro declínio verificado entre 1960/70 decorre sobretudo da queda da fecundidade na Região Sudeste, uma vez que nas demais regiões esta queda é pouco acentuada, ou inexistente, como é o caso do Nordeste. É importante notar que aumentam as diferenças regionais de fecundidade e que as "tendências divergentes entre as regiões neutralizam qualquer efeito de importância sobre o nível nacional" (Carvalho, 1974).

O Brasil estaria sofrendo "um processo de transição demográfica, segundo o qual se passa de níveis altos a níveis baixos de mortalidade e fecundidade" (Lyra Madeira, 1977, p. 247). O coeficiente de mortalidade, que no período 1920/40 era de 25,3 óbitos por mil habitantes, vem apresentando redução constante e estima-se que tenha atingido 9,1 óbitos por mil habitantes no período 1970/75. Por outro lado, os níveis de fecundidade também vêm diminuindo, muito embora em ritmo menos acelerado do que o da mortalidade (cf. tabelas 2.1 e 2.3).

Na medida em que o declínio da mortalidade é mais intenso que o da fecundidade, verifica-se uma defasagem que faz com que "essa passagem se dê através de uma explosão demográfica mais ou menos intensa, até ser atingida a nova posição de equilíbrio" (Lyra Madeira, 1977, p. 247). A interação desses fatores leva a uma modificação da pirâmide etária brasileira: nota-se uma tendência ao estreitamento da base e ao alargamento de sua parte superior, resultado combinado da queda da fecundidade e de uma esperança de vida maior. Cabe notar, porém, que o processo de redução da base da pirâmide é lento, e "a razão é simples: a fecundidade alta dos anos que precederam o início do forte declínio da fecundidade, associada a um nível baixo ou declinante da mortalidade, faz com que nos anos subsequentes (durante 30 ou 40 anos e mesmo mais em virtude de uma ação retardada de que falaremos a seguir) o número de mulheres na faixa etária fértil se mantenha alto... Assim a natalidade é mais elevada sem que seja maior o número de filhos por mãe (fecundidade), mas, simplesmente, porque há muito mais mães" (Lyra Madeira, 1978). No entanto, o estreitamento da base da pirâmide em 1976 sugere uma acentuada queda na fecundidade, apesar da subenumeração que possa aí estar contida.

A análise da evolução da distribuição etária da população brasileira revela portanto um ligeiro decréscimo na participação da população na faixa 0-14 anos, de 1940 a 1976 (cf. tabela 3a e gráficos 2.1 e 2.2). Quanto à população em idade senil, esta é pouco expressiva, embora sua ten

(2) As estimativas elaboradas pelo DESPO-IBGE para a população residente total admitem duas alternativas: uma superior — que parte de uma fecundidade total de 5,27 no período 1970/75, decresce lentamente até atingir 4,80 no quinquênio 1995/2000 — e outra inferior — cuja fecundidade total no período 1970/75 de 5,07 declina rapidamente até alcançar 3,62 no quinquênio 1995/2000. Tais estimativas "se distinguem, apenas, pelo nível da fecundidade, uma vez que a mortalidade é a mesma nas duas alternativas" (CBED, 1974). Face ao declínio das taxas de fecundidade, observado através da PNAD-1976 e dos primeiros resultados da PNAD-1977, tais projeções estão em processo de revisão.

dência no decorrer do tempo seja a de aumentar, como consequência mesmo do desenvolvimento econômico-social do país.

Enfim, é importante ressaltar que, se por um lado a composição da população por sexo e idade é resultado do comportamento dos componentes da dinâmica populacional — migração, fecundidade e mortalidade — por outro influi significativamente sobre eles e, portanto, em seus indicadores gerais.

#### I.1.2 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

A distribuição espacial da população é bastante diferenciada, uma vez que o crescimento populacional não se dá de maneira uniforme em todas as regiões, muito embora estas apresentem altas taxas de crescimento.

Um primeiro indicador desta repartição diferenciada seria a densidade demográfica, uma vez que põe em evidência a grande concentração da população na Região Sudeste, cuja densidade demográfica em 1970 era de 43,9 hab./km<sup>2</sup> (cf. tabela 4). Tal concentração vem sendo reforçada, visto que os maiores aumentos de densidade ocorreram nesta região, que, no período 1920/70, registrou um aumento de 29,1, ao passo que na Região Norte o aumento verificado na densidade demográfica foi de apenas 0,6 (cf. tabela 4a).

Uma explicação para tal fenômeno pode ser buscada na própria evolução histórica do desenvolvimento sócio-econômico do país. O processo de acentuada concentração de população no Sudeste foi acelerado pela expansão industrial que aí se desenvolveu mais intensamente. Como a industrialização localizada em determinadas áreas gera economias de aglomeração, a consequência última se traduz no fenômeno de metropolização. Há que se considerar, por outro lado, que nos países em desenvolvimento a urbanização está também estreitamente ligada à problemática rural, através do princípio de repulsão-atração (cf. Becker, Olga, 1975: p. 6). Sem dúvida, são as migrações internas as grandes responsáveis pelo processo de urbanização. Em 1970, um terço da população do país, ou seja, 30 milhões de pessoas, eram migrantes (residentes em município distinto da quele em que nasceu), dois terços das quais se dirigiram para as áreas urbanas — cerca de 21 milhões de pessoas (cf. tabela 5 e gráfico 3).

Fato interessante a ressaltar é quanto à mudança de natureza das correntes migratórias, uma vez que o fluxo rural-urbano cedeu a primazia ao fluxo urbano-urbano, que, em 1970, absorvia mais da metade do total de migrantes.

A importância que o fluxo urbano-urbano vem assumindo corrobora uma das características da migração, que é a sua realização por etapas — do campo para a cidade e dessa para outras de tamanho sucessivamente maiores. Tal como observado pelos dados do Censo de 1970, "o simples fato de que 5 milhões de habitantes urbanos migrantes são de origem rural, outros cinco são de origem e destino urbano e os dez restantes são de origem urbana e destino metropolitano, já é uma indicação clara do processo de migrações por etapas" (Faissol, 1973: p. 34).

Cabe lembrar, porém, que por vezes a migração ocorre sem que estas etapas sejam percorridas, em função da percepção que o migrante tenha, por exemplo, das metrópoles nacionais (Rio, São Paulo). Os resultados de pesquisa realizada nas favelas do Rio de Janeiro contradizem frontalmente a hipótese das etapas intermediárias, já que "a migração direta é a norma, não a exceção (...)", uma vez que "67% da população migrante não mudara de domicílio antes de vir para o Rio" (Perlman, 1977: p. 99).

A adoção do critério de tamanho das cidades<sup>(3)</sup> permite enfocar a urbanização sob um novo ângulo e averiguar as formas pelas quais as mudanças no fenômeno vêm se concretizando.

O processo de concentração urbana que vem se verificando no país está claramente demonstrado no estudo das aglomerações urbanas. Estas foram definidas em razão das formas espaciais que traduzem (uma cidade núcleo cercada de municípios de caráter urbano que a ela se integram), podendo ser de caráter metropolitano ou abaixo do nível metropolitano.

Até 1960, eram as cidades grandes — mais de 500 000 habitantes — as que mais crescem, num processo de metropolização intenso, que ainda hoje se mantêm. No entanto, entre 1960 e 1970 observa-se uma transformação interessante, passando a ser as cidades médias — 50 001 a 500 000 habitantes — as que apresentam as mais altas taxas de crescimento médio anual — 8,7% (cf. tabela 6a e gráfico 5), seja pela manutenção de um alto crescimento vegetativo e/ou pelas fortes correntes migratórias. É de se esperar que a política urbana de fortalecimento de cidades médias e redirecionamento dos fluxos urbanos mantenha ou reforce esta situação.

As altas taxas de crescimento médio anual das cidades médias não foram suficientes, no entanto, para manter o mesmo ritmo do crescimento urbano, pois, quer pelo critério censitário ou pelo das cidades de 2 000 habitantes e mais, observa-se sua desaceleração no período 1960/70.

Sabendo-se do impacto das migrações no crescimento urbano, o fato de que para ele seja menor a participação da migração líquida nos períodos 1940/50 e 1960/70, é possivelmente o principal responsável pelo declínio do ritmo acima referido (cf. tabela 9a).

Cabe ressaltar que, embora esta participação tenha diminuído, é ainda superior a 50% nas Regiões Sul, Sudeste e sobretudo Centro-Oeste.<sup>(4)</sup> Apenas nas Regiões Norte e Nordeste é que passou a ser o crescimento natural o principal responsável pelo crescimento urbano. No entanto, esta relação migração/crescimento urbano, não implica em uma relação determinística entre participação da migração líquida e ritmo de crescimento urbano.

Por exemplo, as Regiões Sudeste e Centro-Oeste tinham ambas, em 1970, cerca de 60% de migrantes. Contudo o maior crescimento médio anual da população ocorreu no Centro-Oeste: 9,1% (cf. tabela 10a), ou seja, embora os maiores contingentes migratórios tenham ido para o Sudeste (mais de 6 milhões de migrantes — cf. gráfico 6 o impacto relativo mais forte ocorreu no Centro-Oeste. Juntando-se a este fato o significativo aumento relativo da participação da Região Sul e o decréscimo das Regiões Sudeste e Nordeste (que em 1940 concentravam 79,5% da população nacional diminuindo para 73,0% em 1970), parece estar havendo, portanto, uma tendência à redistribuição populacional.

Embora estas transformações sejam importantes, há que lhes dar uma dimensão limitada, na medida em que o decréscimo entre 1940/70 na participação da Região Sudeste (de 44,5% para

(3) Para a análise da distribuição da população em áreas urbanas e rurais utilizaram-se dois critérios: critério censitário e critério por tamanho de cidades. No primeiro, o Censo adota um padrão político-administrativo, considerando população urbana aquela recenseada em cidades e vilas, nos quadros urbano e suburbano (sem nenhuma alusão ao número de habitantes), e população rural a recenseada além dos limites das cidades e vilas. O segundo — tamanho de cidade — estabelece um tamanho mínimo de 2 000 habitantes.

(4) Haja visto que a posição central de Brasília favorece a expansão de frentes pioneiras e que "o foco de maior intensidade de concentração do crescimento urbano foi (...) o Distrito Federal..." (IBGE; Geografia do Brasil - vol. 4, 1977).

42,8%) na verdade significou, em números absolutos, um aumento de mais de 21 milhões de pessoas, enquanto que o aumento na participação da Região Centro-Oeste (de 2,1% para 4,7%) correspondeu a um acréscimo de cerca de 4 milhões de pessoas (cf. tabelas 10, 11 e 12 e gráfico 8).

É interessante notar que o aumento da participação da Região Sul na população nacional deveu-se, sobretudo, ao aumento da população rural, uma vez que a participação de sua população urbana naquele total não se alterou: Há que considerar, ainda que é a única região onde o fluxo migratório rural-rural é ainda mais importante que o fluxo urbano-urbano<sup>(5)</sup> (cf. gráfico 3).

Situação semelhante à da Região Sul é a da Região Norte, cuja relativa estabilidade de participação na população total vem sendo garantida por um incremento da população rural. Além do mais, tem havido uma preocupação governamental, que se caracteriza através da abertura de frentes pioneiras na Amazônia, numa tentativa, entre outras, de conter a migração do Nordeste para o "centro" (Becker, Bertha, 1972: p. 112). Igualmente relevante é o fluxo rural-urbano, embora, muitas vezes, seja superestimado, uma vez que algumas áreas são urbanas apenas por definição político-administrativa e conservam, na realidade, características de áreas rurais (Carvalho e Martine, 1977). Esta mesma observação se aplica, portanto, aos fluxos urbano-urbano e urbano-rural. A análise do saldo migratório (migrante, aqui, é o residente em Estado diferente daquele em que nasceu) nos últimos vinte anos, na verdade, vem mostrando um comportamento geral onde se acentuam tendências e não ocorrem grandes alterações. A Região Nordeste, por exemplo, que é historicamente a de perda populacional por excelência, passou a ser, a partir de 1960, a única a apresentar saldo migratório negativo (cf. gráfico 9). Carvalho e Martine calcularam que, na hipótese de ausência de migrações, o Nordeste não teria perdido entre 1940/70, 5,5 milhões de pessoas — dado, aliás, subestimado, pois "a composição etária da população emigrante teria garantido crescimento vegetativo mais alto do que o efetivamente observado em relação à população nordestina como um todo" (Carvalho e Martine, 1977). Por outro lado, a Região Sudeste que sempre foi a detentora da maior intensidade dos movimentos migratórios, somente em 1960 passa a ter um saldo migratório positivo, que, sem dúvida, seria bem maior não fosse a forte emigração do Estado de Minas Gerais. É a Região Sul que conserva o melhor saldo migratório positivo, muito embora a Região Centro-Oeste esteja se equiparando a ela, pois na última década, após a criação de Brasília, quase dobrou o seu saldo migratório.

Dito da importância das migrações internas na distribuição da população e no crescimento urbano das diferentes regiões, cabe ainda lembrar que essa migração é altamente seletiva, tanto em termos de idade (as pessoas de idade mais jovem, entre 20 e 30 anos tendem a migrar mais), quanto em termos de capacidade para o trabalho. Isto vai garantir — pela grande concentração de mulheres em idade fértil — pelo menos nos primeiros anos de chegada, um expressivo aporte de novos nascimentos no local de destino, sobretudo se a migração é de origem rural e/ou de áreas subdesenvolvidas onde as taxas de fecundidade são as mais altas.

---

(5) Neste caso, o Paraná é o grande responsável por este aumento, em virtude da expansão das frentes agrícolas que atraíram grande contingente migratório. "O Paraná é o Estado de maior presença das regiões rurais como decorrência das fronteiras agrícolas que desde a década de 1930 se implantaram em seu território e, ainda, pelo fato de o surto industrial e o desenvolvimento do setor terciário deste Estado ser relativamente recente" (IBGE; Geografia do Brasil, Região Sul, 1977 (p. 250).

## I.2 - FAMÍLIAS

A análise da unidade familiar, que se empreende aqui, parte de uma visão estatística da família. Tal visão, por sua própria natureza, não recobre todas as dimensões do conceito sociológico de família. É este um conceito extremamente complexo e não pode ser visto como uma categoria universal que se aplique a todos os casos, uma vez que se especifica diferencialmente de acordo com condicionamentos econômicos, sociais e culturais. Sua abordagem através de dados quantitativos significa, portanto, apenas uma aproximação, que deve ser ainda mais relativizada pelas limitações inerentes à operacionalização do conceito de família, realizada pelo Censo e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Com efeito, ao escolherem como critérios de definição tanto os laços de relação consanguínea como os de dependência econômica e/ou a residência em um mesmo domicílio se incluem, sob o conceito de família, grupos distintos que a rigor não poderiam indentificar-se como tal. Assim, são considerados como família as pessoas que moram sós — "famílias unipessoais" — os grupos com até cinco pessoas que vivem sob o mesmo teto, ainda que não tenham vínculos de parentesco, e os grupos que abrangem as famílias propriamente ditas e seus empregados, agregados e pensionistas.

Entretanto, apesar destes inconvenientes, os dados destes dois tipos de pesquisa oferecem um panorama descritivo que, por sua perspectiva abrangente, permitem uma primeira aproximação à temática familiar. Utilizá-los significa, portanto, captar algumas dimensões globais da realidade, e, ao mesmo tempo, trabalhar com limitações inerentes à sua própria natureza.

A análise realizada baseia-se nos dados mais recentes, quais sejam os do Censo de 1970 e os da PNAD de 1976. É verdade que sua comparabilidade não está isenta de problemas, mas estes serão discutidos ao longo do próprio trabalho.

### I.2.1 - FAMÍLIAS URBANAS E RURAIS

A distribuição das famílias por situação do domicílio acusa, já em 70, uma concentração maior na cidade que no campo, concentração esta que se acentua em 76, vindo apenas confirmar, a nível das unidades familiares, o conhecido processo de urbanização (Cf. tabela 14 e 14a). Assim, se em 1970 a proporção de famílias residentes em zona urbana era de 58,8%, em 1976 eleva-se para 67,0% do total de famílias.<sup>(1)</sup>

Esta mesma distribuição, desagregada por níveis de renda, indica que a pobreza, maior se encontra no campo (gráfico 10); assim, entre as famílias que ganhavam até um salário mínimo, como rendimento familiar mensal, em 1970, 65% se encontravam em zonas rurais, enquanto 96% das que ganhavam mais de dez salários mínimos viviam em cidades; tal diferença se atenuou bastante em 1976, mas se mantém a tendência geral. Ao mesmo tempo, a situação da pobreza nas cidades atinge também dimensões elevadas. Entre as famílias que ganham de um a dois salários mínimos, 63,3% em 70 e 55,1% em 76 se encontram em zona urbana. E entre as que se declaram sem rendimento, a maioria vive em cidades; é verdade que seu peso não é grande, uma vez que estas famílias

(1) A exemplo do que foi observado na parte anterior do capítulo de População, esta proporção também é afetada pela não-inclusão da população da zona rural da Região VII da PNAD.

sem rendimento representam apenas 3,6% e 1,0% do total de famílias em 1970 e 1976, respectivamente. (2)

Observe-se, no entanto, que esta concepção de pobreza – e consequentemente sua diferença por zona rural ou urbana – deve ser relativizada, uma vez que o indicador de rendimento familiar utilizado se refere sobretudo ao rendimento monetário minimizando, portanto, o rendimento não-monetário, cuja importância, principalmente em zonas rurais, é significativa. Deve-se observar também que se o processo de urbanização traz, como consequência, o surgimento de uma economia essencialmente monetarizada, implicando cálculos mais precisos, o mesmo não se dá no campo, onde os rendimentos são frequentemente sub-estimados. (3)

Os dados acusam uma melhoria geral em termos de rendimento familiar no período de 1970 a 1976. Assim, há um decréscimo do número de famílias que ganham até um salário mínimo como rendimento mensal familiar, tanto em números absolutos (7 721,1 mil famílias em 70 a 4 705,2 mil famílias em 76) como em números relativos; concomitantemente, observa-se um aumento do número de famílias que percebem mais de dez salários mínimos, cuja cifra passa de 280,7 a 2 291,2 mil famílias, de 70 a 76 (Cf. tabelas 14 e 14b). Não há que esquecer, entretanto, que por um lado este aumento de rendimento, ainda que real para todos os setores, foi apropriado diferencialmente por estes, não tendo sido suficiente para reverter as tendências mais gerais de concentração da renda, definidas a partir de um período mais longo, que vai de 1960 a 1973. (4) É fundamental, portanto, ao analisar os dados referentes a 70-76, interpretá-los à luz do processo mais global. Por outro lado, há que relacionar, também a melhoria observada neste período ao aumento do número de membros da família que ingressam no mercado de trabalho, configurando assim uma possibilidade de incrementar o rendimento familiar, sem que isto signifique, necessariamente, uma melhoria real em termos de condições de vida (Ver I.2.3 ocupação e rendimento familiar).

Finalmente, deve-se lembrar que os dados mais recentes, obtidos através da PNAD, sendo mais rigorosos e captando melhor os rendimentos, poderiam levar a superestimar este saldo favorável.

#### I.2.2 - TAMANHO DA FAMÍLIA

O tamanho da família depende não só de fatores demográficos, mas sobretudo de condicionamentos econômicos, sociais e culturais. Os próprios padrões que regem a fecundidade e a mortalidade – sobretudo a mortalidade infantil – não são padrões universais que se aplicam igualmente a todos os estratos de uma população, mas ao contrário, se redefinem diferencialmente segundo os diversos grupos sociais.

Por outro lado, o tamanho da família não é estático: atravessa um ciclo, que compreende um período de formação – no qual seu tamanho se restringe ao casal – um período de expansão e maturação – relativo ao nascimento e crescimento dos filhos – e de dispersão,

(2) Em relação às famílias sem rendimentos, os dados censitários podem levar a uma sub-estimação dos rendimentos, uma vez que o questionário não explicita cada uma das fontes de rendimento – salário, aluguel, doação de mesada e aposentadoria ou pensão – tal como fez a PNAD-76, captando assim informação muito mais precisa. Esta pode ser uma das razões pelas quais o número absoluto de famílias sem rendimentos cai de 672 100 em 70 para 229 500 em 76. Segundo estes últimos dados, 51,9% destas são famílias de duas pessoas, o que poderia indicar que se trata de "famílias conviventes", ou seja, que compartilham com outras o mesmo domicílio (cf. tabelas 15a e 15b).

(3) Consultar, para maiores detalhes, o capítulo sobre "Distribuição de Renda".

(4) Ver capítulo sobre "Distribuição de Renda".

quando estes se casam e abandonam o núcleo familiar. Além disso, na medida em que o Censo considera como membros da família pensionistas e empregados<sup>(5)</sup> e inclui como famílias as pessoas sós, introduz distorções na mensuração do seu tamanho, especialmente do tamanho médio. Mas, mesmo levando em conta todos estes elementos, pode-se notar uma tendência geral, não muito acentuada porém, de diminuição do tamanho médio da família, de 70 a 76 (Cf. tabela 14c e gráfico 11) tanto no campo quanto na cidade; nas zonas rurais, entretanto, este se mantém sempre superior. Isto parece indicar que, para os setores rurais – sobretudo para os que se dedicam à economia familiar camponesa – mais braços ainda significam maior disponibilidade de mão de obra. Pode-se relacionar ainda o tamanho da família com níveis de rendimento familiar, embora os dados disponíveis não permitam conclusões definitivas a respeito, por diversas razões: o rendimento familiar, analogamente ao tamanho da família, não é estático; acompanha ele também o ciclo familiar, variando de acordo com os rendimentos auferidos pelo chefe – que normalmente aumentam com a experiência profissional, para se estabilizarem ou mesmo em outros casos diminuir nos últimos anos de vida ativa – com o número de membros da família ocupados e as possíveis variações de seus rendimentos (Bilac, 1978: pp. 88-99).

Analisar, portanto, o rendimento familiar através de um corte temporal, já implica reduzir dimensões e a riqueza da análise. Os dados apresentam também outros problemas: ao se tomar o tamanho médio (cf. tabela 14c), que permite a comparação por situação do domicílio, a predominância de famílias unipessoais entre os setores mais pobres (cf. tabela 15c) e a inclusão de empregados como membros da família, nos setores mais ricos, influenciam indevidamente esta média, dificultando o estabelecimento de uma relação correta entre o tamanho de família e rendimento familiar. Ao se analisar o tamanho da família por número de componentes (cf. 15, 15a e 15b), os dados agregam famílias rurais e urbanas (cujos tamanhos são diferentes) e estabelecem, como último nível de rendimento familiar, o de cinco salários-mínimos. Isto faz com que, de fato, só se possam discriminar os níveis de rendimento no interior do setor economicamente menos favorecido (considerando como tal o que auferir um rendimento familiar inferior a cinco salários mínimos) e, por outro lado, o grupo de rendimento igual ou superior a cinco salários mínimos, que, evidentemente, é extremamente heterogêneo.<sup>(6)</sup>

Levando em conta estas inevitáveis limitações, pode-se entretanto descobrir, dentro de certos parâmetros, uma tendência ao aumento do tamanho da família de acordo com os níveis de rendimento. No caso urbano, a relação entre tamanho médio da família e níveis de rendimento (cf. tabela 14c) permite constatar a tendência definida acima, crescendo a família de acordo com os níveis de rendimento, tanto em 70 quanto em 76 (ainda que aqui haja um ligeiro decréscimo no grupo de rendimento mais elevado). Os dados não permitem, porém, afirmações categóricas, uma vez que a diferença entre o maior e o menor tamanho médio não ultrapassa 1,5 pessoa. No campo, a situação é ligeiramente diferente: o tamanho da família também aumenta em relação ao rendimento, atingindo seu máximo para o grupo de rendimento de dois a cinco salários mínimos em 70 e de cinco a dez salários mínimos em 76; mas os setores de rendimentos mais elevados reduzem ligeiramente seu

(5) No cálculo do tamanho médio, pensionistas e empregados são contados como membros da família; já ao computar o tamanho da família pelo número de componentes, estes são excluídos razão pela qual a última medida, é mais rigorosa. É indispensável, porém, utilizar também o tamanho médio, uma vez que só estes dados discriminam por situação do domicílio.

(6) No capítulo sobre "Distribuição de Renda" faz-se uma análise do rendimento familiar com uma maior discriminação de níveis de renda, o que não foi possível realizar aqui, devidos aos cruzamentos com outras variáveis.

tamanho médio de família.

Ao se analisar, agora, o tamanho da família já não pela média mas pelo número de seus componentes (cf. tabelas 15, 15a e 15b), verifica-se que o valor modal corresponde, às famílias compostas de 4 a 6 pessoas, em todos os níveis de rendimento para 1970, o que coincide com o tamanho médio encontrado para o total do país (4,8 pessoas), o setor urbano (4,6 pessoas) e o setor rural (5,2 pessoas). A distribuição para 1976 acusa, aqui também, uma diminuição no tamanho da família, mas o valor modal ainda se mantém nas famílias de 4 a 6 pessoas, que representam 41% do total. Isto pareceria indicar que o padrão dominante é a família com 2 a 3 filhos<sup>(7)</sup>.

Tomando em conjunto as famílias rurais e urbanas e examinando o tamanho da família segundo os níveis de rendimento, pode-se verificar a mesma tendência apontada acima: aumento do tamanho da família de acordo com o aumento do rendimento familiar (cf. tabelas 15, 15a e 15b e gráfico 12). Mas, ao discriminar o tamanho por número de componentes — medida mais precisa que o tamanho médio — nota-se que este aumento só se dá até a categoria de 4 a 6 pessoas. A partir daí o tamanho da família diminui, em todos os níveis de rendimento, mas de maneira muito mais rápida no caso das famílias de rendimento relativamente mais alto — ainda que esta rapidez se atenua de 70 a 76. Assim, apenas 15,4% em 70 e 18,7% em 1976 destas famílias possuem sete membros ou mais.

É interessante notar que se as famílias mais numerosas (com sete membros ou mais) se incluem predominantemente entre os setores com rendimento familiar até cinco salários-mínimos, sua frequência, em relação ao total de famílias, diminui ligeiramente de 70 a 76, o que confirma a tendência geral de diminuição do tamanho da família. Ao mesmo tempo, são as famílias mais numerosas que, de forma mais sensível, incrementam sua participação no grupo de rendimentos relativamente mais alto, de 70 a 76. Este incremento parece indicar, de alguma forma, um aumento no rendimento das famílias numerosas, devido ao crescimento geral da economia e a uma maior participação na ocupação por parte de seus membros. Ainda assim, para a grande maioria destas famílias, as condições de vida são ainda muito precárias, uma vez que o rendimento familiar se apresenta extremamente baixo, quando comparado com o seu tamanho.

Com efeito, se os dados utilizados não permitem estimar o rendimento médio familiar per capita<sup>(8)</sup>, pode-se, apenas para exemplificar, fazer um cálculo aproximado da relação entre o número mínimo e máximo de componentes das famílias e os limites da faixa salarial em que se encontram. Assim, as famílias de 7 a 10 membros que percebem um rendimento mensal de 1 a 2 salários-mínimos — e que representam 23% dos que se encontram nesta faixa — disporiam, em 1970, de um rendimento mensal per capita que oscilaria entre 0,10 salário-mínimo a 0,28 salário-mínimo.

No caso extremo, de famílias de sete ou mais pessoas, que percebem, como rendimento mensal, até meio salário-mínimo, e que representavam, em 1970, 18,8% das famílias que se encontram nesta faixa de rendimento, a situação é ainda mais grave. Esta proporção cai, em 76, para 7,4%, mas ainda é considerável, se se pensa que significa quase 89 mil famílias, cujo rendimento mensal per capita não alcança mais que 0,06 salário-mínimo.

(7) Ver (Berquó, Oliveira e Camargo, 1977) "Fecundidade em São Paulo". Neste trabalho se afirma que, para os setores urbanos paulistas, a difusão do controle de natalidade supera os limites da estratificação, levando a um mesmo padrão ideal em relação ao tamanho da família.

(8) Esta análise é feita no capítulo sobre "Distribuição de Renda".

### I.2.3 - OCUPAÇÃO E RENDIMENTO FAMILIAR

Ao se verificar a proporção de pessoas ocupadas por família (tabela 15d) pode-se observar que a percentagem de famílias sem nenhuma pessoa ocupada diminui, de acordo com o tamanho da família, o que seria de se esperar. Esta cifra é, entretanto, bastante elevada entre as chamadas famílias unipessoais, aumentando de 33,3% para 40,7% em 1976; como foi visto, estas famílias tendem a se concentrar nos setores de baixa renda. Este fato poderia indicar a predominância, nesta categoria, de pessoas idosas e já aposentadas ou de pessoas sãs que não se integram no mercado de trabalho, seja por não o conseguirem, seja por terem outras fontes de renda (seria o caso, por exemplo, dos que vivem sãs mas estão vinculados à família que reside em domicílios diferentes). Entretanto, a esta diminuição não corresponde, nas mesmas proporções, o aumento de pessoas ocupadas, de acordo com o tamanho da família.

Para todos os outros tamanhos de família, excetuando as mais numerosas, de 11 pessoas e mais (que aliás representam apenas 3,3% do total em 70, e 2,3% em 76) e as de 7 a 10 pessoas em 76, o valor modal é de apenas uma pessoa ocupada. Assim, por exemplo, em 1976, quase 5 milhões de famílias com 4 a 6 componentes, ganham seu sustento a partir do trabalho de apenas um de seus membros. É só nas famílias mais numerosas que se encontram, em maior proporção, três ou mais pessoas ocupadas. Ainda assim, em 76, são apenas 44,4% das famílias de 7 a 10 pessoas que se encontram neste caso; esta cifra ascende a 70,2% para as famílias de 11 pessoas e mais, mas estas, como se viu, correspondem a uma minoria. Pode-se afirmar, portanto, que a proporção de pessoas ocupadas ainda é relativamente baixa, em relação ao número de membros da família. Entretanto, o fenômeno, que assim se configura a este nível de generalidade, merece algumas qualificações: inicialmente, esta relação se vê afetada pela própria composição da família, dependendo fundamentalmente de sua estrutura etária e da etapa do ciclo familiar em que se encontra. Por outro lado, o nível de agregação da medida, incluindo todas as famílias, sem distinguir classe social, situação do domicílio ou diferenças regionais pode introduzir distorções. Finalmente, o próprio conceito censitário de ocupação precisa ser examinado: ao incluir apenas aqueles que se consideram e se declaram trabalhadores, é possível que deixe de captar certos trabalhos esporádicos, ou trabalhos variados, realizados periodicamente - pelos quais não se percebem rendimentos regulares e/ou monetários - e ainda a produção de bens e serviços realizada dentro do âmbito doméstico, e que, por esta razão, frequentemente não se declaram como ocupação.

"Os membros da família que exercem tais tarefas frequentemente não aparecem nas pesquisas como trabalhadores remunerados, embora suas contribuições possam ser essenciais para a unidade familiar. Em inquérito de tipo censitário, alguns podem ser listados como trabalhadores sem remuneração, outros em atividades domésticas ou sem ocupação dependendo da ênfase ou da interpretação particular que foi colocada nos conceitos de atividade e rendimentos mensais" (cf. *Castro Mary G., Simões, Celso C. S., Feitosa, Lúcia M. B. e Oliveira, Luiz Antonio P.*, 1977: p. 196). Isto se dá sobretudo em relação ao trabalho feminino, uma vez que as normas culturais vigentes tendem a desqualificá-lo e considerá-lo apenas como subsidiário, levando as mulheres a não se declararem ocupadas. Esta impossibilidade de captar totalmente o fenômeno da ocupação se deve menos a possíveis deficiências técnicas na utilização do instrumento censitário que a limitações inerentes à sua própria natureza: sua abrangência implica uma homogeneização de conceitos que não se adequa nem à heterogeneidade de formas que assume a ocupação, nem à diversidade de representações que a recobrem, permeadas e/ou distorcidas por valores ideológicos. Portanto, utilizar os dados censitários implica sempre uma subestimação do fenômeno da ocupação. Há que observar, en

tretanto, uma clara diferença no período que vai de 70 a 76: simultaneamente ao aumento do rendimento familiar, se dá também um aumento da proporção de pessoas ocupadas por família. Assim, por exemplo, as famílias de 3 pessoas e mais, ao mesmo tempo em que diminuem a proporção de apenas uma pessoa ocupada por família, vêm aumentar a proporção de duas e sobretudo de três pessoas ocupadas por família. No caso da família composta por 4 a 6 membros (tamanho modal), a proporção de uma pessoa ocupada por família, que atingia 61,5% destas famílias, em 70, se reduz a 51,1% em 76, enquanto a proporção destas famílias com 2 pessoas ocupadas sobe de 21,8% a 26,6%, e com 3 pessoas ocupadas passa de 12,7% a 18,1 de 1970 a 1976.

Ao se relacionar o número de pessoas ocupadas e os níveis de rendimento (cf. tabelas 15e e 15f), nota-se uma tendência — observável para os dados de 1970, e ainda mais claramente para os de 1976 — ao aumento da proporção de famílias com maior número de pessoas ocupadas, de acordo com o aumento do nível de renda. Para interpretar corretamente esta relação, é importante observar que, pelas limitações já justificadas anteriormente, são analisados fundamentalmente os níveis de rendimento no interior do setor de baixas rendas, uma vez que, a rigor, só a última categoria de rendimento familiar — superior a 5 salários mínimos — pode ser considerada como incluindo setores médios e altos.

Cabe ressaltar também que o indicador utilizado para identificar os diversos estratos sociais é o rendimento familiar, que nada mais é que a soma dos rendimentos individuais; é parcialmente explicável, portanto, (parcialmente porque os rendimentos não são iguais) a presença, nos grupos de rendimento mais elevado, de maior número de pessoas ocupadas — e com mais razão de maior número de pessoas com rendimento, como se verá adiante. Pode-se considerar que tal processo é propiciado pelo aumento da oferta de empregos, consequência das taxas crescentes de desenvolvimento econômico, sobretudo nos primeiros anos deste período; mas significa, sobretudo, um esforço suplementar dos membros do grupo para, a nível familiar, desenhar uma estratégia de sobrevivência, que entretanto se especifica diferencialmente para os diversos grupos sociais. Para os grupos mais favorecidos economicamente dentro dos setores de baixa renda, assim como para os setores de renda familiar superior a 5 salários mínimos, esta estratégia implica numa incorporação crescente à força de trabalho; já no caso dos grupos que se aproximam dos níveis de "pobreza crítica", ou a ocupação se dá através de formas esporádicas ou irregulares, que, normalmente, são extremamente mal remuneradas, ou a possibilidade de incorporação ao mercado de trabalho é inexistente e, neste caso, as estratégias de sobrevivência adquirem formas consideradas "marginais" (como esmola, coleta de lixo, etc ...).

Quando se analisa conjuntamente a incidência dos dois fatores, tamanho da família e níveis de renda, sobre a proporção de pessoas ocupadas (tabela 15e e gráfico 13) constata-se que as tendências se somam: é nas famílias numerosas e de nível de rendimento relativamente mais alto que se encontram as maiores proporções de pessoas ocupadas. Isto é claro sobretudo para os dados de 76, uma vez que, para 1970, há também uma alta participação na ocupação por parte de famílias numerosas de rendimento mensal intermediária.

Ao analisar, finalmente, a proporção de pessoas com rendimento em relação ao tamanho da família, encontra-se uma tendência crescente, semelhante à analisada anteriormente (cf. tabelas 16 e 16a). Tal tendência se especifica por níveis de rendimento, acusando o mesmo aumento que, como foi visto, reflete a intensificação da ocupação, significando uma estratégia de sobrevivência a nível familiar (cf. tabela 16b e gráfico 14). Ao mesmo tempo, tal aumento deve também ser relativizado pela tautologia do indicador, pela excessiva agregação do último nível de rendimento e pelas

limitações inerentes à natureza dos dados censitários. Não deixam de ser notáveis, entretanto, os contrastes que persistem entre os diversos grupos, ainda em 1976 — que apresenta uma situação mais favorável no que diz respeito à distribuição de rendimento; assim, por exemplo, em mais da metade das famílias bipessoais, com nível de rendimento familiar superior a 5 salários mínimos, a totalidade de seus membros percebe rendimentos individuais, enquanto apenas 2,7% das famílias bipessoais que recebem até meio salário mínimo se encontram nesta situação. Ao se tomar agora a categoria que engloba o maior número de famílias, que é a composta por 4 a 6 pessoas, encontra-se a proporção de 32,9% na faixa de mais de 5 salários mínimos como rendimento familiar, que possuem 3 ou mais pessoas com rendimento, enquanto que, no grupo mais pobre, 91,5% das famílias se mantêm com rendimento auferido por apenas um de seus membros.

#### I.2.4 — TAXA DE ATIVIDADE DOS MEMBROS DA FAMÍLIA

A participação de cada um dos componentes da família na estrutura produtiva é, por sua vez, condicionada diferencialmente pela posição que ocupa na mesma (cf. tabelas 17, 17a, e gráfico 15). Com efeito, a taxa de atividade varia significativamente segundo a situação na família, sendo a mais elevada a dos chefes, seguida, em ordem decrescente, pela dos filhos, de outros parentes e dos cônjuges. Tal ordem se mantém idêntica de 70 a 76, ainda que as intensidades das taxas de ocupação tenham sofrido modificações. A categoria dos membros sem parentesco exhibe uma taxa de atividade excepcionalmente elevada (ainda que esta sofra uma queda de 70 a 76), mas este fato se explica por se incluírem aí os empregados domésticos.

A taxa de atividade da categoria cônjuges, ainda que tenha visto seu valor duplicado de 70 a 76, ocupa o último lugar. É preciso lembrar aqui que, de acordo com os critérios censitários, cônjuge é, por definição, a mulher casada — uma vez que, existindo o casal, o homem será sempre o chefe.<sup>(9)</sup>

É significativo, entretanto, que a taxa de atividade da mulher casada seja tão baixa, apesar do aumento de 110%, experimentado de 70 a 76. É verdade que o trabalho feminino, captado através dos dados do Censo — mais que pelos da PNAD, mais cuidadosa neste aspecto — pode considerar-se sempre sub-estimado; isto se explica, como se viu, pela dificuldade em definir claramente o conceito de trabalho feminino, frequentemente obnubilado por valores ideológicos que lhe atribuem um caráter apenas auxiliar, secundário ou complementar ao do homem: isto faz com que seja sub-valorizado e, conseqüentemente, não declarado como tal. Nos dados, é evidente a inferioridade das taxas de atividade femininas, em comparação com as masculinas, ainda que as primeiras tenham visto seu valor aumentado sensivelmente de 1970 a 1976; excetua-se apenas a categoria dos sem parentesco em 70, quando esta diferença se anula. Por outro lado, também entre as mulheres, a posição na estrutura familiar condiciona sua possibilidade de participação na atividade produtiva. É significativa a diferença entre mulheres "cônjuges" e mulheres chefes de família (que, por definição, assumem sós a responsabilidade da carga familiar). Ainda que esta diferença tenha diminuído de 70 a 76 — pelo incremento da taxa de atividade das mulheres cônjuges, mantendo-se a das chefes quase igual — ainda é da ordem de 114,3%.

O número de mulheres chefes representa mais do dobro de homens chefes nas mesmas condições, isto é, como únicos responsáveis pela carga familiar; além disto, esta proporção ten

(9) Tal critério vem sendo amplamente discutido, nos últimos anos; em alguns países foi modificada, ficando à escolha do grupo familiar a pessoa que deve ocupar o lugar do chefe.

de a aumentar: de 65,1% em 1970, as mulheres passam a representar 67,0% dos chefes sós, em 1976. Este fenômeno, predominantemente urbano, pareceria estar vinculado de maneira especial à situação de marginalidade econômica geradas por um processo de desenvolvimento desigual, uma vez que a maior parte das mulheres chefes percebe rendimentos extremamente baixos (sempre inferiores aos dos homens) (Barroso, Carmem, 1978).

É interessante notar também que as taxas de atividade dos denominados "outros-parentes" (que incluem qualquer laço de parentesco que não seja o de filhos e cônjuges) aumentam de 70 a 76, mas mantêm o mesmo padrão diferenciado por sexo: isto sugeriria a hipótese de que as parentes mulheres se integram preferentemente no trabalho doméstico, seja ajudando a dona de casa, seja substituindo-a para que possa trabalhar fora, enquanto os outros parentes homens se incorporam diretamente à força de trabalho.

A análise dos aspectos demográficos deveria incluir, também, outras dimensões referentes aos laços de parentesco e sua ruptura, uma vez que tal problemática se situa na base da estrutura familiar. Não houve, entretanto, possibilidades de fazê-lo, não só pela diferença de critérios utilizados pelo Censo e pela PNAD, no que se refere à composição da população segundo o estado conjugal, mas também porque a própria natureza dos dados não permite captar, na sua totalidade, a dinâmica interna da família.

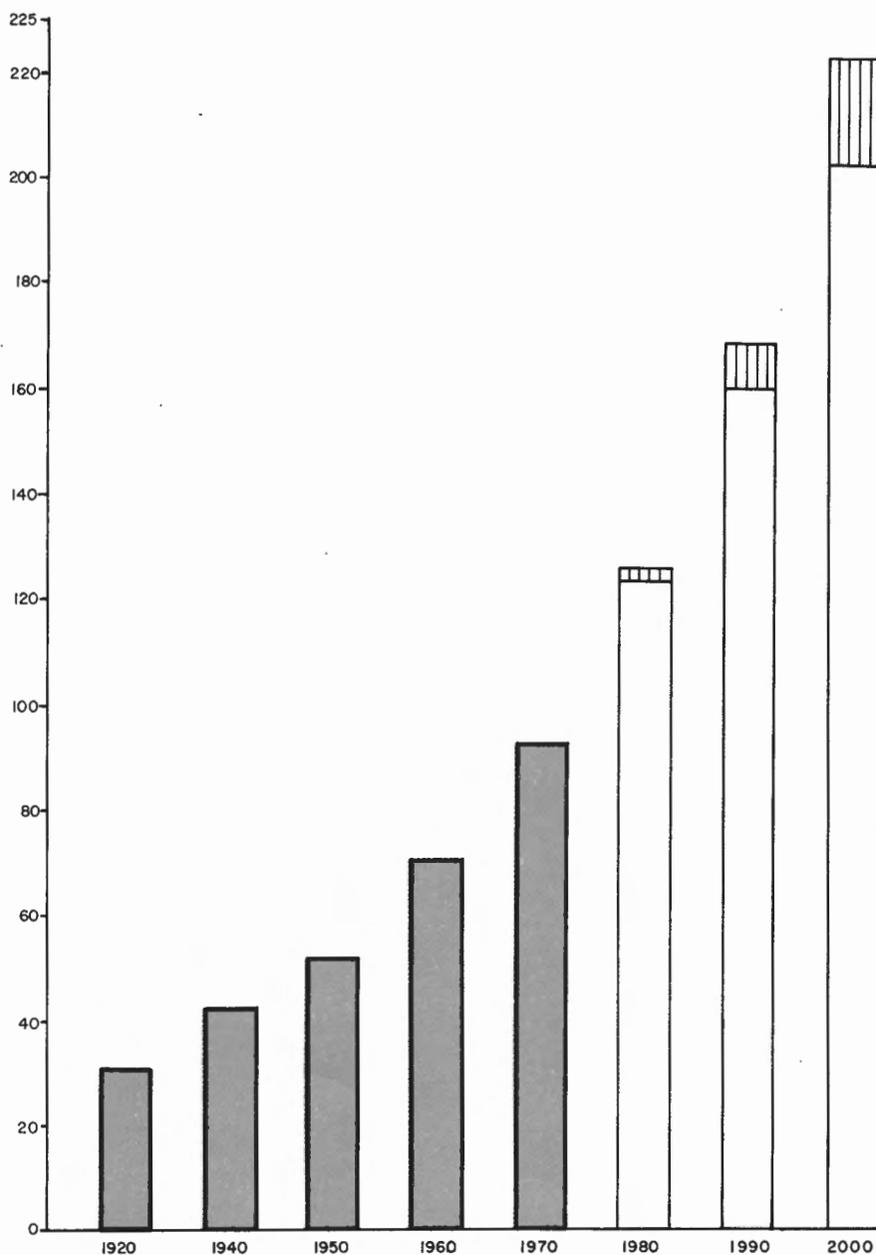
## BIBLIOGRAFIA

- 1 - Baer, Werner; Geiger, Pedro Pinchas e colaboradores - 1976 - "Industrialização, Urbanização e a Persistência das Desigualdades Regionais do Brasil". Revista Brasileira de Geografia, ano 38, número 2.
- 2 - Barroso, Carmem - "Sozinhas ou mal acompanhadas - A situação da mulher chefe de família". Trabalho apresentado ao seminário sobre A Mulher na força de trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, novembro de 1978.
- 3 - Becker, Bertha K. - 1972 - "Crescimento Econômico e Estrutura Espacial do Brasil". Revista Brasileira de Geografia, ano 34, número 4.
- 4 - Becker, Olga Maria Schild e Oliveira, Zuleika L. Cavalcanti de - 1975 - "Proposição Metodológica para análise dos diferenciais entre migrantes e nativos nas áreas metropolitanas do Sudeste". Revista Brasileira de Geografia, ano 37, número 2.
- 5 - Berquó, Elza; Oliveira, Maria Coleta e Camargo, Cândido P. - 1977 - A Fecundidade em São Paulo - CEBRAP - Ed. Brasileira de Ciências, São Paulo.
- 6 - Bilac, Elizabeth Dônia - 1978 - Famílias de Trabalhadores: Estratégias de Sobrevivência. Edições Símbolo - São Paulo.
- 7 - Carvalho, José Alberto Magno de - 1974 - Tendências Regionais de Fecundidade e Mortalidade no Brasil. Monografia número 8, CEDEPLAR, Belo Horizonte.
- 8 - Carvalho, Otamar de e Martine, George - 1977 - Migrações e Urbanização. Brasília, Ministério do Interior.
- 9 - Castro, Mary G.; Simões, Celso C. S.; Feitosa, Lúcia M. B. e Oliveira, Luiz Antonio - 1977. O Quadro das famílias em domicílios de chefe migrante e natural: um estudo censitário dos diferenciais nas regiões metropolitanas brasileiras - FIBGE - mimeo.
- 10 - CBED - 1974 - "Projeção da População Brasileira por idade e sexo - período 1970/2000". Revista Brasileira de Estatística, vol. 35, nº 139, jul/set 1974.
- 11 - Costa, Manoel Augusto (Editor) - 1971 - Migrações Internas no Brasil. IPEA/INPES, Rio de Janeiro.
- 12 - Davidovich, Fany R. e Lima, Olga M. B. - 1975 - "Contribuição ao Estudo de aglomerações urbanas no Brasil". Revista Brasileira de Geografia, ano 37, nº 1.
- 13 - Davidovich, Fany R. Lima, Olga M. B. - 1976 - "Análises de aglomerações urbanas no Brasil". Revista Brasileira de Geografia, ano 38, nº 4.
- 14 - Faissol, Speridião - 1973 - "Migrações Internas no Brasil e suas Repercussões no Crescimento Urbano e Desenvolvimento Econômico". Revista Brasileira de Geografia, ano 35, nº 2.
- 15 - Faissol, Speridião - 1973 - "O Sistema Urbano Brasileiro: uma análise e interpretação para fins de Planejamento". Revista Brasileira de Geografia, ano 35, nº 4.

- 16 - *Frias, Luiz Armando de Medeiros e Rodrigues, Paulo* - Filhos tidos nascidos mortos - um modo de recuperação das informações censitárias de 1950 e 1960 - (mimeo) DESPO/SUEGE.
- 17 - Fundação IBGE - 1976 - Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro.
- 18 - Fundação IBGE - 1977 - Geografia do Brasil - Região Centro-Oeste, volume 4, Rio de Janeiro.
- 19 - Fundação IBGE - 1977 - Geografia do Brasil - Região Sul, volume 5, Rio de Janeiro.
- 20 - *Lyra Madeira, João* - 1977 - "Alguns aspectos Demográficos do Seguro Brasileiro". Revista Brasileira de Estatística, volume 38, número 151.
- 21 - *Lyra Madeira, João* - 1978 - Trabalho inédito datilografado.
- 22 - *Mesquita, Olíndina Vianna; Gusmão, Rivaldo Pinto de e Silva, Solange Tietzmann* - 1977 - "Modernização da Agricultura Brasileira". Revista Brasileira de Geografia, ano 39, nº 4.
- 23 - *Meyer, Doris Rinaldi; Oliveira, Francisca Laíde de; Oliveira Lúcia Elena Garcia de e Porcao, Rosa Maria* - 1978 - Mobilidade Ocupacional - Um Estudo das transformações da estrutura ocupacional brasileira. DEISO/IBGE, Rio de Janeiro, mimeo.
- 24 - Ministério do Interior - Secretaria Geral - 1976 - Mudanças na composição do Emprego e na distribuição da renda: efeitos sobre as migrações internas - Brasil - Grandes Regiões; Regiões Metropolitanas. Brasília, OIT, BNH.
- 25 - *Perlman, Janice E.* - 1977 - O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 26 - *Torrado, Suzana* - 1977 - Algunas reflexiones sobre los censos de 1980 en la perspectiva de la investigación socio-demográfica y las políticas de población en América Latina. CELADE - (mimeo) - Santiago.

# 1. POPULAÇÃO TOTAL - Brasil 1920-2000

População (milhões)



Legenda

- População Observada
- Projeção (alternativa inferior)
- Projeção (alternativa superior)

FONTE : Ver Tabela 1

## 1 - POPULAÇÃO TOTAL

BRASIL

1920/2000

Em 1 000 pessoas

ANOS	POPULAÇÃO
1920 .....	30 635,6
1940 .....	41 236,3
1950 .....	51 944,5
1960 .....	70 191,4
1970 .....	93 139,0
1980 (alternativa inferior) .....	123 032,1
(alternativa superior) .....	125 123,0
1990 (alternativa inferior) .....	159 974,4
(alternativa superior) .....	168 074,7
2000 (alternativa inferior) .....	202 268,8
(alternativa superior) .....	223 558,4

FONTE: Censos Demográficos 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 - IBGE  
 Estimativa 1980, 1990, 2000 (em 1º de julho) - Alternativa inferior: Boletim Demográfico vol. V nº 4 e vol. VIII nº 1 - DESPO-IBGE. Alternativa superior: "Projeção da população brasileira por idade e sexo - período 1970/2000" - DESPO-IBGE.

- OBS.: (a) Os dados para os anos 1920, 1940, 1950 e 1960 referem-se à população presente, de 1970 a 2000 são dados de população residente.
- (b) A data de referência para a população recenseada nos anos de 1920, 1940, 1960 e 1970 é 1º de setembro, enquanto que para o ano de 1950 esta data é 1º de julho.
- (c) Face ao declínio das taxas de fecundidade, que vem sendo observado através da PNAD-76 e dos primeiros resultados da PNAD-77, tais projeções estão em processo de revisão.

## 1a - TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL

BRASIL

1920/2000

PERÍODOS	CRESCIMENTO RELATIVO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL
1920/1940 .....	34,6	3,0
1940/1950 .....	26,0	2,3
1950/1960 .....	35,1	3,1
1960/1970 .....	32,7	2,9
1970/1980 (alternativa inferior) .....	32,1	2,8
(alternativa superior) .....	34,3	3,0
1980/1990 (alternativa inferior) .....	30,0	2,7
(alternativa superior) .....	34,3	3,0
1990/2000 (alternativa inferior) .....	26,4	2,4
(alternativa superior) .....	33,0	2,9

FONTE: Censos Demográficos 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 - DE-ISO-IBGE  
 Estimativas 1980, 1990, 2000 - Alternativa inferior: Boletim Demográfico volume V nº 4 e volume VIII nº 1, DESPO-IBGE. Alternativa superior: "Projeção da população por idade e sexo - período 1970/2000" - DESPO-IBGE.

2 - TAXAS DE FECUNDIDADE, MORTALIDADE E NATALIDADE

2.1 - TAXA GLOBAL DE FECUNDIDADE<sup>(1)</sup>

BRASIL E MACRO REGIÕES

1930/1970

MACRO REGIÕES	TAXA GLOBAL DE FECUNDIDADE			
	1930/40	1940/50	1950/60	1960/70
Norte .....	7,2	8,0	8,6	8,1
Nordeste .....	7,1	7,5	7,4	7,5
Sudeste .....	5,7	5,4	6,3	4,6
Sul .....	5,6	5,7	5,9	5,4
Centro-Oeste .....	6,4	6,9	6,7	6,5
BRASIL .....	6,2	6,2	6,3	5,8

FONTE: *Frias, Luiz Armando de Medeiros e Rodrigues, Paulo.* "Filhos tidos nascidos mortos - um modelo de recuperação das informações censitárias de 1950 e 1960" - DESPO-SUEGE-IBGE.

NOTA : (1)  $T.G.F. = 5 \sum_{i=1}^7 f_x$  onde  $f_x$  = taxa específica de fecundidade do grupo de mulheres com idades entre  $x$  e  $x + 5$ .

$i = 1, 2, 3, \dots, 7$  convencionou-se que:  $i = 1 \rightarrow 15$  a 19 anos,  $i = 2 \rightarrow 20$  a 24 anos ...  $i = 7 \rightarrow 45$  a 49 anos

2.2 - TAXA BRUTA DE NATALIDADE

BRASIL

1920/1975

PERÍODOS E ANOS	NASCIDOS VIVOS POR 1 000 HABITANTES
1920/40 .....	44,0
1940/50 .....	44,4
1950/60 .....	43,3
1960/70 .....	37,7
1970/75 .....	36,6

FONTE: DESPO-IBGE.

2.3 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE GERAL

BRASIL

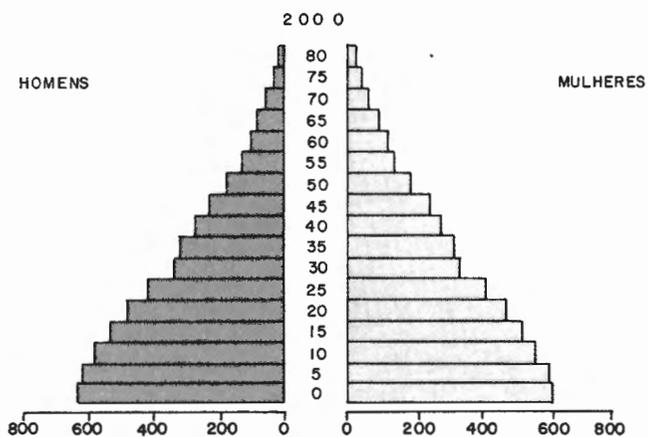
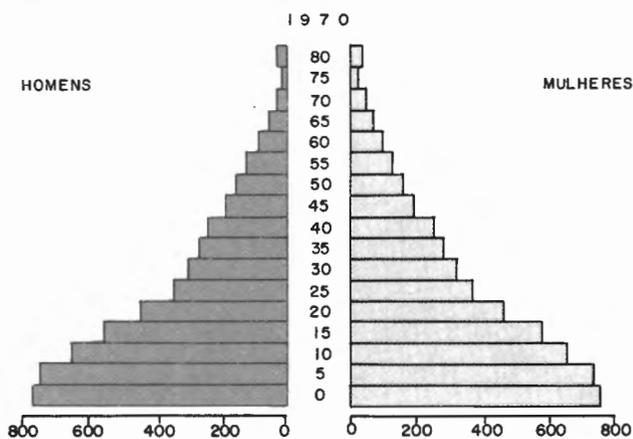
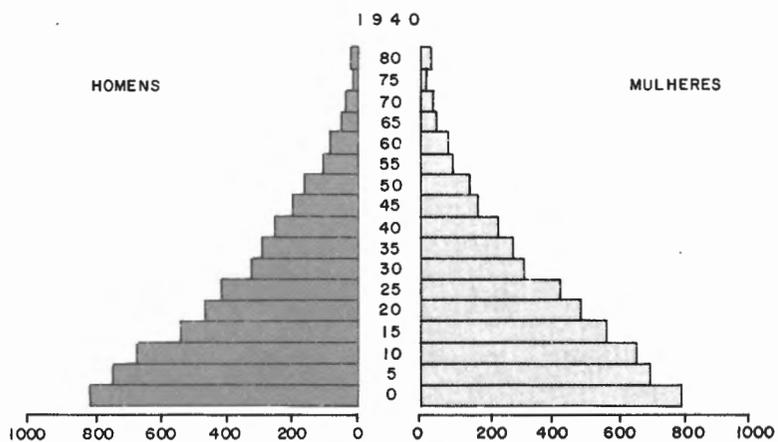
1920/1975

PERÍODOS E ANOS	ÓBITOS POR 1 000 HABITANTES
1920/40 .....	25,3
1940/50 .....	20,6
1950/60 .....	13,4
1960/70 .....	9,4
1970/75 .....	9,1

FONTE: DESPO-IBGE.

## 2.1. POPULAÇÃO POR SEXO E IDADE – Brasil

Valores Relativos por 10.000 hab.



FONTE: Ver Tabela 3

3 - COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO GRUPOS DE IDADE, TOTAL E POR SEXO

BRASIL  
1940/2000

Em 1 000 pessoas

Continua

GRUPOS DE IDADE	1940			1950			1960		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL .....	41 236,3	20 614,1	20 622,2	51 944,4	25 885,0	26 059,4	70 191,4	35 059,6	35 131,8
0 a 4 anos .....	6 439,6	3 255,5	3 184,1	8 370,9	4 235,9	4 135,0	11 193,4	5 687,5	5 505,9
5 a 9 anos .....	5 758,8	2 924,0	2 834,8	7 015,5	3 560,8	3 454,7	10 158,4	5 170,6	4 987,8
10 a 14 anos .....	5 328,1	2 682,3	2 645,8	6 308,6	3 164,7	3 143,9	8 561,0	4 297,6	4 263,4
15 a 19 anos .....	4 443,9	2 157,6	2 286,3	5 502,3	2 644,5	2 857,8	7 174,8	3 452,2	3 722,6
20 a 24 anos .....	3 813,4	1 835,9	1 977,5	4 991,1	2 384,4	2 606,7	6 237,9	2 993,7	3 244,2
25 a 29 anos .....	3 356,4	1 649,3	1 707,1	4 132,3	2 030,3	2 102,0	5 245,9	2 545,3	2 700,6
30 a 34 anos .....	2 581,2	1 300,0	1 281,2	3 245,0	1 621,7	1 623,3	4 519,8	2 254,3	2 265,5
35 a 39 anos .....	2 320,5	1 166,5	1 154,0	3 041,0	1 524,0	1 517,0	3 966,5	1 973,9	1 992,6
40 a 44 anos .....	1 949,7	1 003,5	946,2	2 388,7	1 227,6	1 161,1	3 237,4	1 658,5	1 578,9
45 a 49 anos .....	1 492,0	786,0	706,0	1 976,7	1 018,6	958,1	2 713,3	1 392,6	1 320,7
50 a 54 anos .....	1 246,4	640,7	605,7	1 584,7	810,9	773,8	2 161,0	1 110,9	1 050,1
55 a 59 anos .....	798,5	412,8	385,7	1 065,6	549,7	515,9	1 592,1	823,0	769,1
60 a 64 anos .....	689,9	337,8	352,1	936,2	473,4	462,8	1 402,9	720,6	682,3
65 a 69 anos .....	386,2	186,8	199,4	515,3	255,4	259,9	787,7	399,7	388,0
70 a 74 anos .....	283,9	127,8	156,1	360,4	164,8	195,6	561,5	273,6	287,9
75 a 79 anos .....	143,8	65,2	78,6	184,8	83,0	101,8	288,2	137,4	150,8
80 anos e mais .....	171,7	67,7	104,0	208,7	81,4	127,3	290,6	119,7	170,9
IDADE IGNORADA .....	32,3	14,7	17,6	116,6	53,9	62,7	99,0	48,5	50,5

Conclusão

GRUPOS DE IDADE	1970			1976 <sup>(1)</sup>			2000 (ALTERNATIVA INFERIOR)		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL .....	93 139,0	46 331,3	46 807,7	105 815,7	52 444,0	53 371,7	202 268,8	101 095,6	101 173,2
0 a 4 anos .....	13 811,8	6 969,9	6 841,9	13 927,0	7 072,7	6 854,3	25 706,2	13 092,2	12 614,0
5 a 9 anos .....	13 459,5	6 800,0	6 659,5	13 741,6	6 963,2	6 778,4	24 175,3	12 290,2	11 885,1
10 a 14 anos .....	11 859,1	5 934,2	5 924,9	13 748,6	6 895,1	6 853,5	22 618,5	11 477,4	11 141,1
15 a 19 anos .....	10 253,2	4 995,4	5 257,8	12 157,2	5 940,6	6 216,6	20 873,1	10 568,8	10 304,3
20 a 24 anos .....	8 285,8	4 037,1	4 248,7	10 071,2	4 883,6	5 187,6	18 723,1	9 445,1	9 278,0
25 a 29 anos .....	6 504,1	3 173,3	3 330,8	7 951,0	3 860,6	4 090,4	16 439,1	8 279,1	8 160,0
30 a 34 anos .....	5 064,9	2 800,6	2 864,3	6 376,3	3 132,7	3 243,6	13 554,1	6 797,4	6 756,7
35 a 39 anos .....	5 089,3	2 502,1	2 587,2	5 827,2	2 831,7	2 995,5	12 750,1	6 406,4	6 343,7
40 a 44 anos .....	4 535,6	2 288,3	2 247,3	5 105,3	2 529,3	2 576,0	11 108,0	5 520,5	5 587,5
45 a 49 anos .....	3 546,7	1 795,0	1 751,7	4 333,9	2 172,2	2 161,7	9 435,0	4 554,8	4 880,2
50 a 54 anos .....	2 940,4	1 486,4	1 454,0	3 579,1	1 824,3	1 754,8	7 437,0	3 576,3	3 860,7
55 a 59 anos .....	2 288,4	1 160,2	1 128,2	2 681,1	1 322,9	1 358,2	5 614,2	2 680,5	2 933,7
60 a 64 anos .....	1 791,1	903,2	887,9	2 225,0	1 100,7	1 124,3	4 586,1	2 185,8	2 400,3
65 a 69 anos .....	1 216,5	604,7	611,8	1 732,7	854,0	878,7	3 707,4	1 720,0	1 987,4
70 a 74 anos .....	805,2	388,7	416,5	-	-	-	2 773,4	1 283,7	1 489,7
75 a 79 anos .....	418,9	195,5	223,4	2 284,8 <sup>2</sup>	1 048,1 <sup>2</sup>	1 236,7 <sup>2</sup>	1 630,7	735,7	895,0
80 anos e mais .....	484,5	203,9	280,6	-	-	-	1 137,5	471,7	665,8
IDADE IGNORADA .....	184,0	92,8	91,2	73,7	12,3	61,4	-	-	-

FONTE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970 - IBGE - PNAD-1976 - IBGE - Estimativa 2000 - DESPO-IBGE.

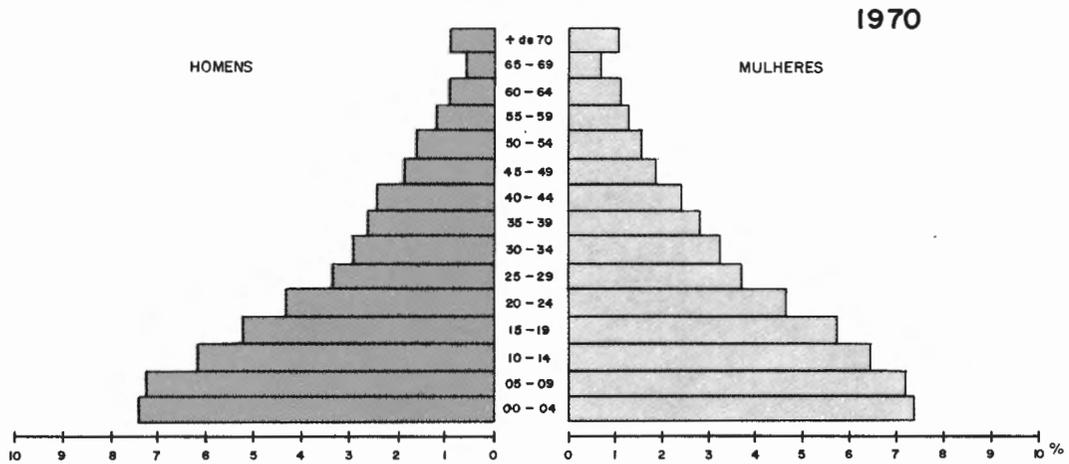
NOTAS: (1) Os dados da PNAD-1976 excluem a área rural da Região VII (Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Amapá, Mato Grosso e Goiás).

(2) Na PNAD-1976 os grupos etários 70-74 anos, 75-79 anos e 80 anos e mais estão agregados num só: 70 anos e mais.

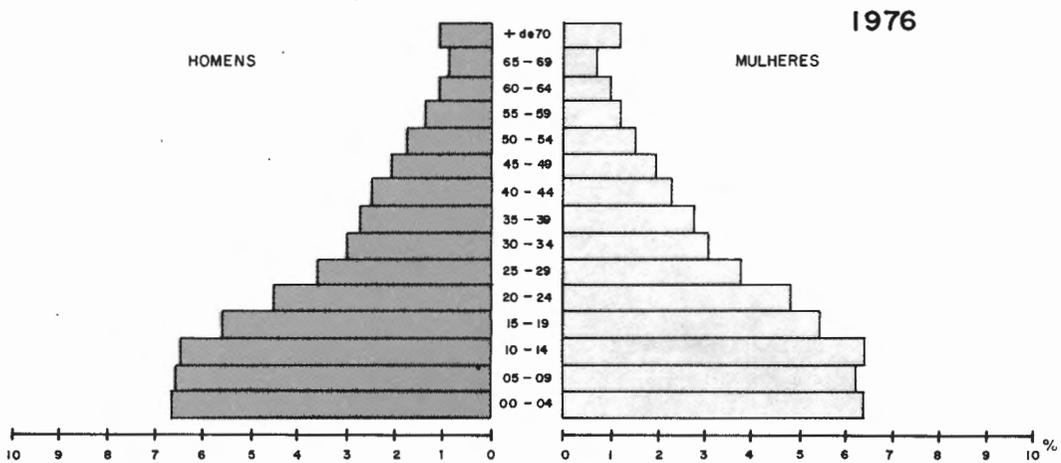
OBS.: (a) A data de referência para população recenseada nos anos de 1940, 1960 e 1970 é 1º de setembro, enquanto que para o ano de 1950 e para estimativa 2 000 esta data é 1º de julho. Já a PNAD 76, esta data é 28 de novembro.

(b) Face ao declínio das taxas de fecundidade, que vem sendo observado através da PNAD-76 e dos primeiros resultados da PNAD-77, tais projeções estão em processo de revisão.

## 2.2.POPULAÇÃO POR SEXO E IDADE-Brasil



NOTA: Exclusive população rural dos Estados de Mato Grosso, Goiás, Acre, Amazonas, Pará e Territórios de Roraima, Rondônia e Amapá.



NOTA: Exclusive população rural da região VII (Estados de Mato Grosso, Goiás, Amazonas, Pará, e Territórios de Roraima, Rondônia e Amapá)

FONTE: Ver Tabela 3 a

3a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO GRUPOS DE IDADE DA POPULAÇÃO TOTAL E POR SEXO

BRASIL

1940/2000

Continua

GRUPOS DE IDADE	1940			1950			1960		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 4 anos .....	15,6	15,8	15,4	16,1	16,4	15,9	15,9	16,2	15,7
5 a 9 anos .....	14,0	14,2	13,8	13,5	13,8	13,2	14,5	14,7	14,2
10 a 14 anos .....	12,9	13,0	12,8	12,1	12,2	12,1	12,2	12,3	12,1
15 a 19 anos .....	10,8	10,5	11,1	10,6	10,2	11,0	10,2	9,9	10,6
20 a 24 anos .....	9,3	8,9	9,6	9,6	9,2	10,0	8,9	8,5	9,2
25 a 29 anos .....	8,1	8,0	8,3	8,0	7,9	8,1	7,5	7,3	7,7
30 a 34 anos .....	6,3	6,3	6,2	6,2	6,3	6,2	6,4	6,4	6,5
35 a 39 anos .....	5,6	5,7	5,6	5,9	5,9	5,8	5,7	5,6	5,6
40 a 44 anos .....	4,7	4,9	4,6	4,6	4,8	4,4	4,6	4,7	4,5
45 a 49 anos .....	3,6	3,8	3,4	3,8	3,9	3,7	3,9	4,0	3,8
50 a 54 anos .....	3,0	3,1	2,9	3,0	3,1	3,0	3,1	3,2	3,0
55 a 59 anos .....	1,9	2,0	1,8	2,1	2,1	2,0	2,3	2,4	2,2
60 a 64 anos .....	1,7	1,6	1,7	1,8	1,8	1,8	2,0	2,1	1,9
65 a 69 anos .....	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1
70 a 74 anos .....	0,7	0,6	0,8	0,7	0,6	0,7	0,8	0,8	0,8
75 a 79 anos .....	0,4	0,3	0,4	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4
80 e mais .....	0,4	0,3	0,5	0,4	0,3	0,5	0,4	0,3	0,5
IDADE IGNORADA .....	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1

Conclusão

GRUPOS DE IDADE	1970			1976 <sup>(1)</sup>			2000 (ALTERNATIVA INFERIOR)		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 4 anos .....	14,8	15,0	14,6	13,2	13,5	12,9	12,7	12,9	12,5
5 a 9 anos .....	14,4	14,7	14,2	13,0	13,3	12,7	11,9	12,2	11,6
10 a 14 anos .....	12,7	12,8	12,7	13,0	13,2	12,9	11,2	11,4	11,0
15 a 19 anos .....	11,0	10,8	11,2	11,5	11,3	11,6	10,3	10,4	10,2
20 a 24 anos .....	8,9	8,7	9,1	9,5	9,3	9,7	9,2	9,3	9,2
25 a 29 anos .....	7,0	6,9	7,1	7,5	7,4	7,7	8,1	8,2	8,1
30 a 34 anos .....	6,1	6,1	6,0	6,0	6,0	6,1	6,7	6,7	6,7
35 a 39 anos .....	5,5	5,4	5,5	5,6	5,4	5,6	6,3	6,3	6,3
40 a 44 anos .....	4,9	4,9	4,8	4,8	4,8	4,8	5,5	5,5	5,5
45 a 49 anos .....	3,8	3,9	3,8	4,1	4,1	4,1	4,7	4,5	4,8
50 a 54 anos .....	3,2	3,2	3,1	3,4	3,5	3,3	3,7	3,5	3,8
55 a 59 anos .....	2,5	2,5	2,4	2,5	2,5	2,5	2,8	2,7	2,9
60 a 64 anos .....	1,9	2,0	1,9	2,1	2,1	2,1	2,3	2,2	2,4
65 a 69 anos .....	1,3	1,3	1,3	1,6	1,6	1,6	1,8	1,7	1,9
70 a 74 anos .....	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	1,4	1,3	1,5
75 a 79 anos .....	0,4	0,4	0,5	2,2 <sup>2</sup>	2,0 <sup>2</sup>	2,3 <sup>2</sup>	0,8	0,7	0,9
80 anos e mais .....	0,5	0,4	0,6				0,6	0,5	0,7
IDADE IGNORADA .....	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,1	-	-	-

FONTE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970 - DEISO-IBGE - PNAD-1976 - DEISO-IBGE - Estimativa 2000 - DESPO-DEISO-IBGE.

## 4 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA (1)

BRASIL E MACRO REGIÕES

1920/1970

ANOS	BRASIL	MACRO REGIÕES				
		NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO - OESTE
1920 .....	3,6	0,4	7,3	14,8	6,1	0,4
1940 .....	4,8	0,4	9,3	19,8	9,9	0,7
1950 .....	6,1	0,5	11,6	24,4	13,6	0,9
1960 .....	8,2	0,7	14,3	33,2	20,4	1,6
1970 .....	10,9	1,0	18,2	43,9	28,6	2,7

FONTE: Censos Demográficos 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 - DEISO-IBGE.

NOTA : (1) Hab/km<sup>2</sup>

## 4a - VARIAÇÃO DA DENSIDADE DEMOGRÁFICA

BRASIL E MACRO REGIÕES

1920/1970

BRASIL E MACRO REGIÕES	VARIAÇÃO DA DENSIDADE
BRASIL .....	7,3
Norte .....	0,6
Nordeste .....	10,9
Sudeste .....	29,1
Sul .....	22,5
Centro-Oeste .....	2,3

FONTE: Censos Demográficos 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 - DEISO-IBGE.

## 5 - DIREÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERMUNICIPAIS

BRASIL E MACRO REGIÕES

1970

Continua

FLUXOS MIGRATÓRIOS	BRASIL		NORTE		NORDESTE	
	VALOR ABSOLUTO (1 000)	VALOR PERCENTUAL	VALOR ABSOLUTO (1 000)	VALOR PERCENTUAL	VALOR ABSOLUTO (1 000)	VALOR PERCENTUAL
Urbano-urbano .....	15 239,6	50,4	266,5	40,7	2 360,4	42,9
Urbano-rural .....	1 824,8	6,0	94,4	14,5	446,4	8,1
Rural-urbano .....	5 426,1	17,9	95,8	14,7	944,9	17,2
Rural-rural .....	7 768,4	25,7	196,9	30,1	1 750,6	31,8
TOTAL .....	30 258,9	100,0	653,6	100,0	5 502,3	100,0

Conclusão

FLUXOS MIGRATÓRIOS	CENTRO-OESTE		SUL		SUDESTE	
	VALOR ABSOLUTO (1 000)	VALOR PERCENTUAL	VALOR ABSOLUTO (1 000)	VALOR PERCENTUAL	VALOR ABSOLUTO (1 000)	VALOR PERCENTUAL
Urbano-urbano .....	941,6	39,8	2 099,9	32,6	9 571,9	62,6
Urbano-rural .....	231,2	9,8	384,3	6,0	668,1	4,4
Rural-urbano .....	319,6	13,5	925,3	14,4	3 140,5	20,5
Rural-rural .....	873,9	36,9	3 029,6	47,0	1 917,4	12,5
TOTAL .....	2 366,3	100,0	6 439,5	100,0	15 297,2	100,0

FONTE: Carvalho, O. de e Martine, G. - Migrações e Urbanização - Concepção de políticas e instrumentos para a ordenação da migração interna no Brasil - MINTER - Brasília 1977.

## 6 - POPULAÇÃO URBANA

BRASIL

1940/1970

Em 1 000 pessoas

ANOS	CRITÉRIO CENSITÁRIO	Em 1 000 pessoas			
		EM CIDADES DE MAIS DE 2 000 HABITANTES	EM CIDADES DE 2 001 a 50 000 HABITANTES	EM CIDADES DE 50 001 a 500 000 HABITANTES	EM CIDADES DE MAIS DE 500 000 HABITANTES
1940 .....	12 880,2	10 410,1	5 194,0	2 438,0	2 777,5
1950 .....	18 782,9	16 011,4	7 362,6	3 748,7	4 900,1
1960 .....	31 533,7	28 697,4	12 785,7	6 843,5	9 068,2
1970 .....	52 085,0	49 284,4 <sup>(1)</sup>	18 734,7 <sup>(1)</sup>	15 788,8 <sup>(1)</sup>	14 760,9 <sup>(1)</sup>
1976 <sup>(2)</sup> .....	62 684,4	-	-	-	-

FONTE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970 e PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

NOTAS: (1) Síntese Preliminar do Censo Demográfico 1970 - IBGE.

(2) Não foi incluída a Região VII da PNAD 1976 (Região Norte e os Estados de Mato Grosso e Goiás).

## 6a - TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA

BRASIL

1940/1970

PERÍODOS	CRITÉRIO CENSITÁRIO		EM CIDADES DE MAIS DE 2 000 HABITANTES		EM CIDADES DE 2 001 a 50 000 HABITANTES		EM CIDADES DE 50 001 a 500 000 HABITANTES		EM CIDADES DE MAIS DE 500 000 HABITANTES	
	TAXA DE CRESCIMENTO BRUTO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL	TAXA DE CRESCIMENTO BRUTO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL	TAXA DE CRESCIMENTO BRUTO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL	TAXA DE CRESCIMENTO BRUTO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL	TAXA DE CRESCIMENTO BRUTO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL
1940/1950 .....	45,8	3,8	53,8	4,4	41,8	3,6	53,8	4,4	76,4	5,8
1950/1960 .....	67,9	5,3	79,2	6,0	73,7	5,7	82,6	6,2	85,1	6,3
1960/1970 .....	65,2	5,1	71,7	5,6	46,5	3,9	130,7	8,7	62,8	5,0
1970/1976 .....	29,1	4,4	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970 e PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

## 6b - TAXAS DE URBANIZAÇÃO

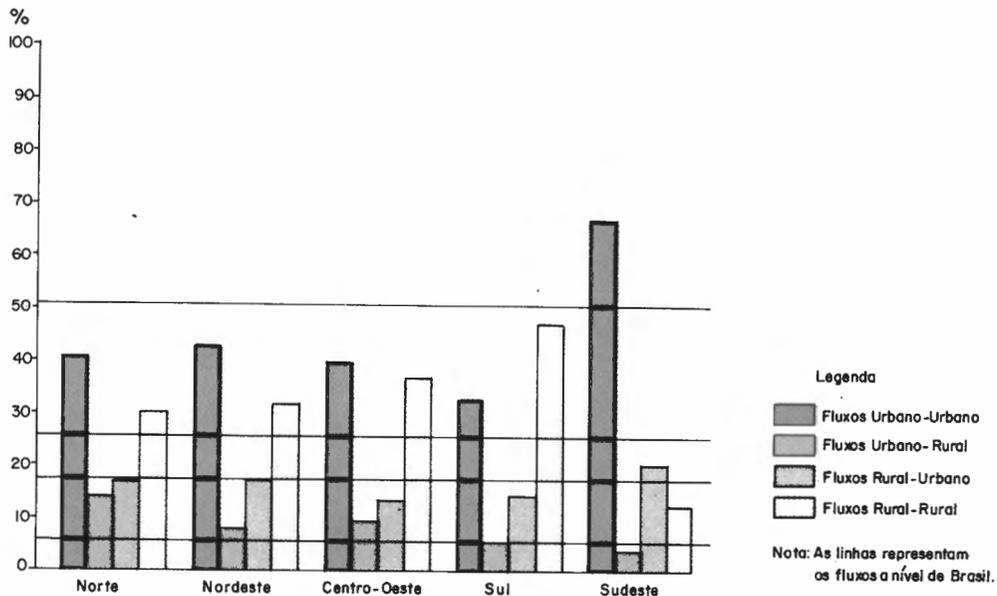
BRASIL

1940/1970

ANOS	CRITÉRIO CENSITÁRIO	EM CIDADES DE MAIS DE 2 000 HABITANTES	EM CIDADES DE 2 001 a 50 000 HABITANTES	EM CIDADES DE 50 001 a 500 000 HABITANTES	EM CIDADES DE MAIS DE 500 000 HABITANTES
1940 .....	31,2	25,2	12,6	5,9	6,7
1950 .....	36,2	30,8	14,2	7,2	9,4
1960 .....	44,9	40,4	18,0	9,6	12,8
1970 .....	55,9	52,1	19,8	16,7	15,6
1976 .....	62,1	-	-	-	-

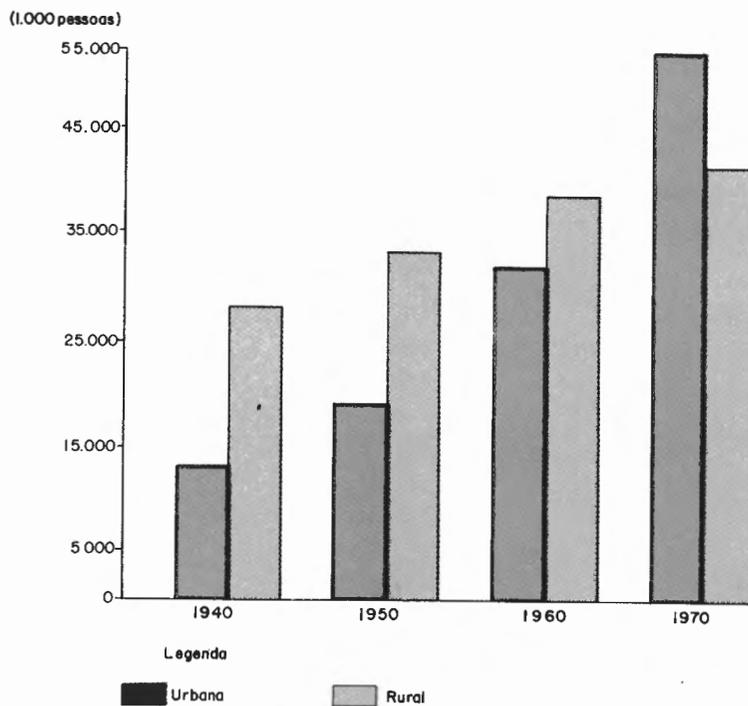
FONTE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970 e PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

### 3. DIREÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERMUNICIPAIS Macro Regiões - 1970



FONTE : Ver Tabela 5

### 4. POPULAÇÃO URBANA E RURAL - Brasil - 1940-1970



FONTE : Ver Tabelas 6 e 8

## 7 - AGLOMERAÇÕES URBANAS

BRASIL

1970/1975

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO	TAXA DE CRESCIMENTO BRUTO	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL
1970 .....	29 380,5	31,5	-	-
1975 .....	35 872,0	33,5	22,1	4,1

FONTE: Davidovich, F. R. e Lima, O. M. B. de - Texto para a Sinopse de Estatística - 1979.

## 8 - POPULAÇÃO RURAL

BRASIL

1940/1970

ANOS	Em 1 000 pessoas	
	CRITÉRIO CENSITÁRIO	AGLOMERAÇÃO DE 2 000 HABITANTES E MENOS
1940 .....	28 356,1	30 824,7
1950 .....	33 161,5	35 925,3
1960 .....	38 657,7	42 234,5
1970 .....	41 054,1	45 224,2

FONTE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970 - IBGE.

## 8a - TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL

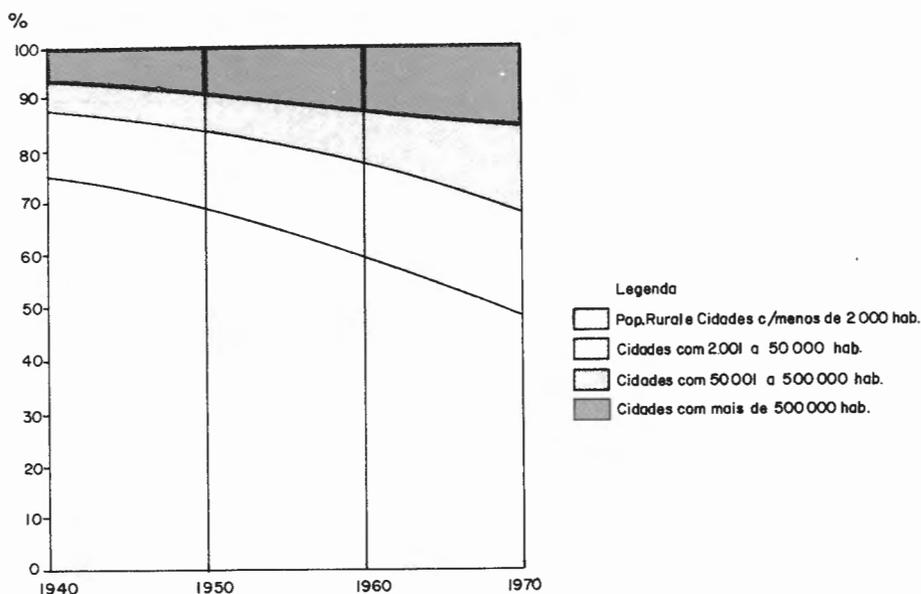
BRASIL

1940/1970

PERÍODOS	CRITÉRIO CENSITÁRIO		AGLOMERAÇÃO DE 2 000 HABITANTES E MENOS	
	TAXA DE CRESCIMENTO BRUTO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL	TAXA DE CRESCIMENTO BRUTO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL
1940/1950 .....	16,9	1,6	16,5	1,5
1950/1960 .....	16,6	1,5	17,6	1,6
1960/1970 .....	6,1	0,6	7,1	0,7

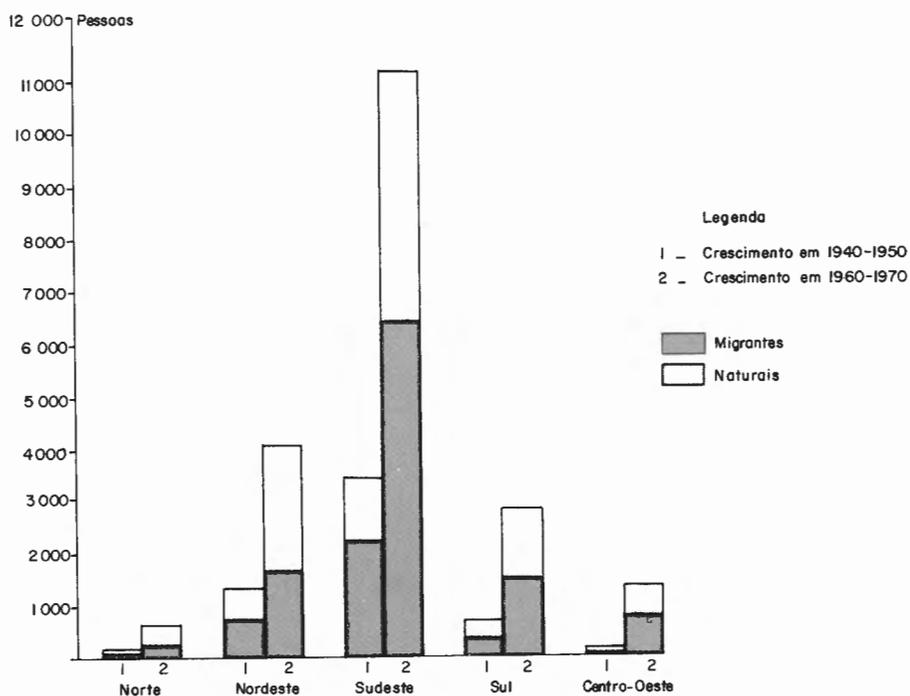
FONTE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970 - DEISO - IBGE.

## 5. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA Por Tamanho de Cidades - Brasil\_1940-1970



FONTE: Ver Tabela 6b

## 6. CRESCIMENTO URBANO E ESTIMATIVA DA CONTRIBUIÇÃO DA MIGRAÇÃO LÍQUIDA E DO CRESCIMENTO NATURAL - Macro Regiões. 1940/1970



FONTE: Ver Tabela 9

9 - DECOMPOSIÇÃO DO CRESCIMENTO URBANO TOTAL E ESTIMATIVA DA MIGRAÇÃO LÍQUIDA E DO CRESCIMENTO NATURAL

MACRO REGIÕES

1940/1970

Em 1 000 pessoas

MACRO REGIÕES	1940-1950			1960-1970		
	CRESCIMENTO URBANO	DEVIDO A MIGRAÇÃO	DEVIDO AO CRESCIMENTO NATURAL	CRESCIMENTO URBANO	DEVIDO A MIGRAÇÃO	DEVIDO AO CRESCIMENTO NATURAL
Norte .....	175,1	88,8	86,3	654,3	274,5	379,8
Nordeste .....	1 363,6	750,4	613,2	4 200,2	1 780,4	2 419,8
Sudeste .....	3 488,8	2 230,6	1 258,2	11 383,4	6 591,1	4 792,3
Sul .....	722,5	397,3	325,2	2 891,8	1 568,8	1 323,0
Centro Oeste .....	152,7	75,5	77,2	1 421,7	829,9 <sup>(1)</sup>	591,8

FONTE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970 - DEIS0-IBGE.

NOTA: (1) Este número está subestimado uma vez que a metodologia utilizada deixa de considerar a população de 0 a 5 anos, que muito provavelmente foi significativa já que a migração para Brasília foi sobretudo de famílias.

OBS: A metodologia utilizada para se estimar o crescimento urbano devido à migração está contida no trabalho "Áreas de atração e evasão populacional no Brasil no período 1960-1970". DESPO-IBGE 1978 (versão datilografada). As estimativas de esperança de vida necessárias para aplicação dessa metodologia foram retiradas de Carvalho, J. A. M. "Tendências Regionais de Fecundidade e Mortalidade no Brasil" monografia número 8 CEDEPLAR - 1974.

9a - PARTICIPAÇÃO DA MIGRAÇÃO LÍQUIDA E DO CRESCIMENTO NATURAL NO CRESCIMENTO URBANO TOTAL

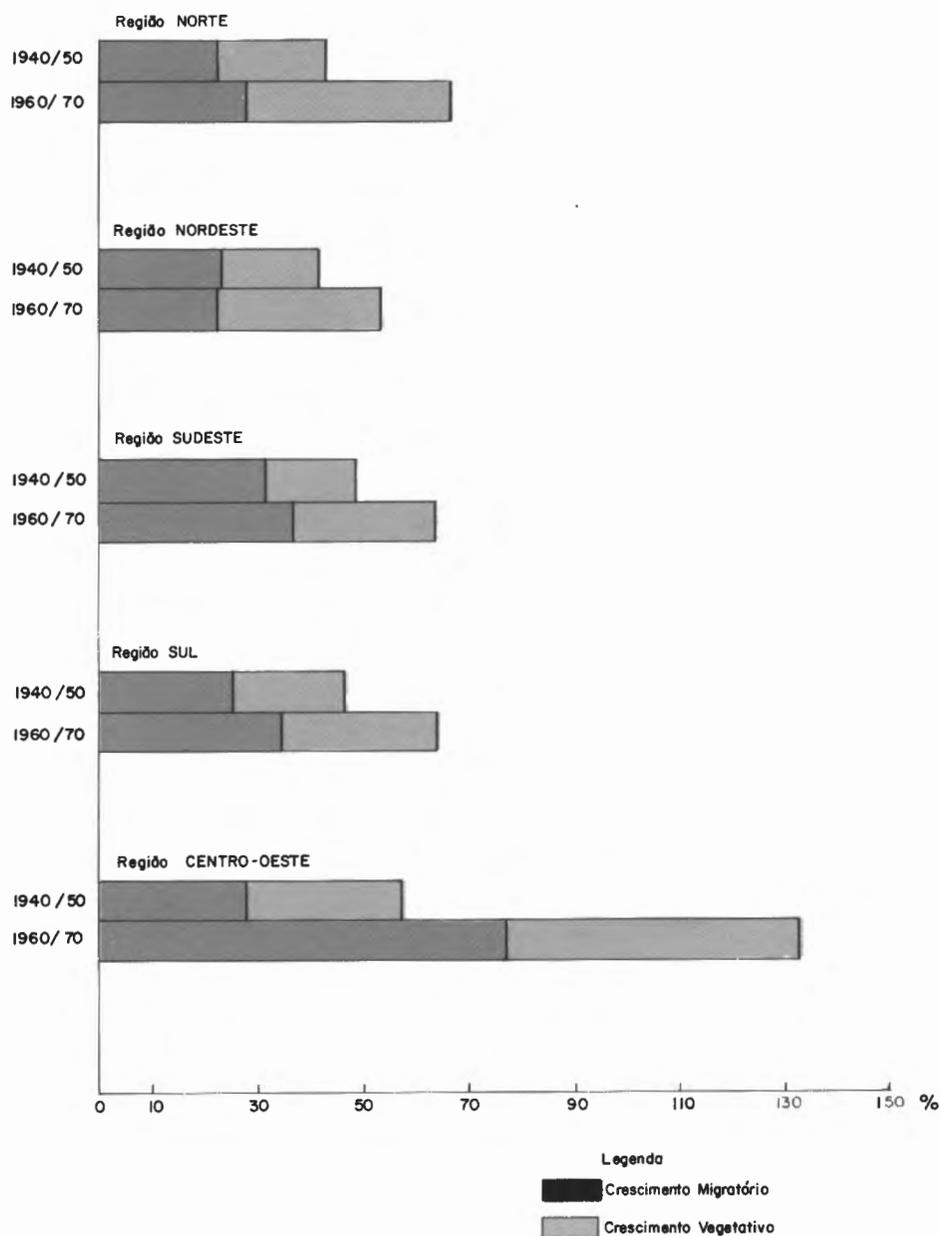
MACRO REGIÕES

1940/1970

MACRO REGIÕES	1940-1950			1960-1970		
	CRESCIMENTO URBANO	MIGRAÇÃO LÍQUIDA	CRESCIMENTO NATURAL	CRESCIMENTO URBANO	MIGRAÇÃO LÍQUIDA	CRESCIMENTO NATURAL
Norte .....	100,0	50,7	49,3	100,0	42,0	58,0
Nordeste .....	100,0	55,0	45,0	100,0	42,4	57,6
Sudeste .....	100,0	63,9	36,1	100,0	57,9	42,1
Sul .....	100,0	55,0	45,0	100,0	54,2	45,8
Centro Oeste .....	100,0	49,4	50,6	100,0	58,4	41,6

FONTE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970 - DEIS0-IBGE.

**7. CRESCIMENTO RELATIVO TOTAL E SUA COMPOSIÇÃO QUANTO À MIGRAÇÃO LÍQUIDA E AO CRESCIMENTO NATURAL DA POPULAÇÃO URBANA - Macro Regiões 1940 - 1970**



FONTE: Ver Tabela 9 b

## 9b - CRESCIMENTO RELATIVO TOTAL, MIGRATÓRIO E NATURAL DA POPULAÇÃO URBANA

## MACRO REGIÕES

1940/1970

MACRO REGIÕES	CRESCIMENTO RELATIVO					
	1946/1950			1960/1970		
	TOTAL	DEVIDO A MIGRAÇÃO	DEVIDO AO CRESCIMENTO NATURAL	TOTAL	DEVIDO A MIGRAÇÃO	DEVIDO AO CRESCIMENTO NATURAL
Norte .....	43,1	21,9	21,2	67,3	28,2	39,1
Nordeste .....	40,3	22,2	18,1	55,6	23,6	32,0
Sudeste .....	48,2	30,8	17,4	64,8	37,5	27,3
Sul .....	45,4	25,0	20,4	65,6	35,6	30,0
Centro Oeste .....	56,4	27,9	28,5	140,0	81,7	58,3

FONTE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970 - DEISO-IBGE.

## 10 - POPULAÇÃO URBANA

## MACRO REGIÕES

1940/1970

Em 1 000 pessoas

MACRO REGIÕES	POPULAÇÃO			
	1940	1950	1960	1970
Região Norte .....	405,8	580,9	972,3	1 626,6
Região Nordeste .....	3 381,2	4 744,8	7 552,8	11 753,0
Região Sudeste .....	7 231,9	10 720,7	17 581,2	28 964,6
Região Sul .....	1 590,5	2 313,0	4 411,6	7 303,4
Região Centro Oeste .....	270,8	423,5	1 015,7	2 437,4

FONTE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970 - IBGE.

## 10a - TAXAS DE CRESCIMENTO BRUTO E CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA POPULAÇÃO URBANA

## MACRO REGIÕES

1940/1970

MACRO REGIÕES	PERÍODOS					
	1940/1950		1950/1960		1960/1970	
	TAXA DE CRESCIMENTO BRUTO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL	TAXA DE CRESCIMENTO BRUTO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL	TAXA DE CRESCIMENTO BRUTO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL
Região Norte .....	43,1	3,7	67,3	5,3	67,3	5,3
Região Nordeste .....	40,3	3,4	59,2	4,8	55,6	4,5
Região Sudeste .....	48,2	4,0	64,0	5,1	64,7	5,1
Região Sul .....	45,4	3,8	90,7	6,7	65,5	5,2
Região Centro-Oeste .....	56,4	4,6	139,8	9,1	140,0	9,1

FONTE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970 - DEISO-IBGE.

11 - POPULAÇÃO RURAL  
MACRO REGIÕES  
1940/1970

Em 1 000 pessoas

MACRO REGIÕES	POPULAÇÃO			
	1940	1950	1960	1970
Região Norte .....	1 056,8	1 263,8	1 607,1	1 977,3
Região Nordeste .....	11 052,9	13 228,6	14 604,1	16 358,9
Região Sudeste .....	11 113,9	11 827,8	13 142,7	10 888,9
Região Sul .....	4 144,8	5 527,9	7 370,0	9 193,1
Região Centro-Oeste .....	987,8	1 313,5	1 933,8	2 635,9

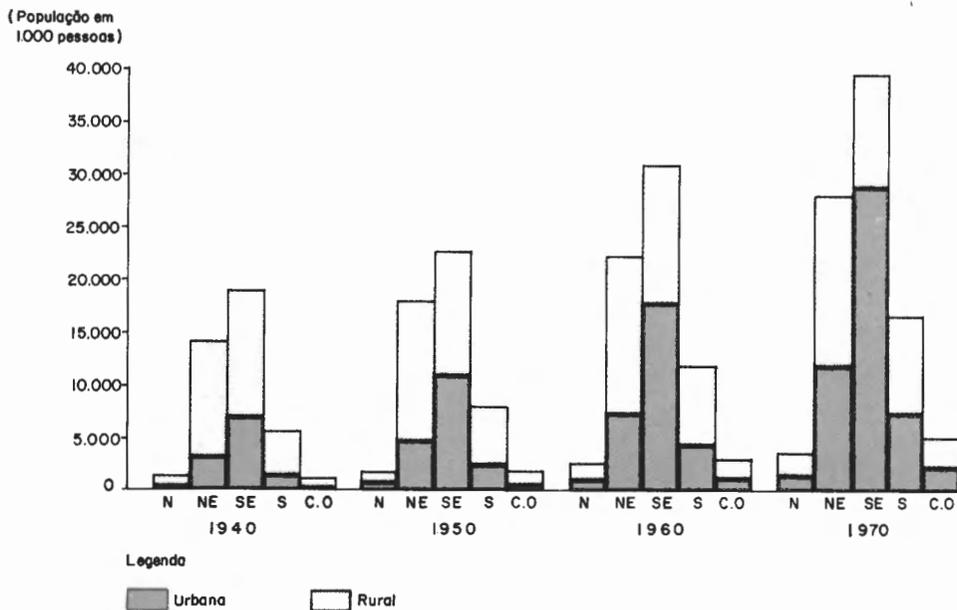
FONTE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970 - IBGE.

11a - TAXA DE CRESCIMENTO BRUTO E CRESCIMENTO MÉDIO  
ANUAL DA POPULAÇÃO RURAL  
MACRO REGIÕES  
1940/1970

MACRO REGIÕES	PERÍODOS					
	1940/1950		1950/1960		1960/1970	
	TAXA DE CRESCIMENTO BRUTO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL	TAXA DE CRESCIMENTO BRUTO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL	TAXA DE CRESCIMENTO BRUTO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL
Região Norte .....	19,6	1,8	27,2	2,4	23,0	2,1
Região Nordeste .....	19,7	1,8	10,4	1,0	12,0	1,1
Região Sudeste .....	6,4	0,6	11,1	1,1	-17,1	-1,9
Região Sul .....	33,4	2,9	33,3	2,9	24,7	2,2
Região Centro-Oeste .....	33,0	2,9	47,2	3,9	36,3	3,1

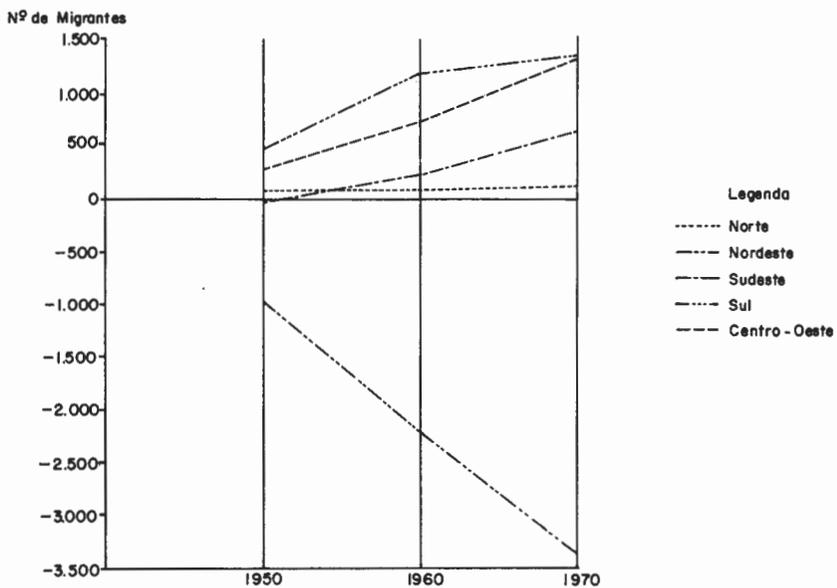
FONTE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970 - DEISO-IBGE.

## 8. POPULAÇÃO URBANA E RURAL Macro Regiões - 1940 - 1970



FONTE: Ver Tabelas 10 e 11

## 9. SALDO DAS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS - Macro Regiões - 1950 - 1970



FONTE: Ver Tabela 13

12 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO REGIONAL NA POPULAÇÃO NACIONAL  
(TOTAL, URBANA E RURAL)

MACRO REGIÕES

1940/1970

ANOS	NORTE			NORDESTE			SUDESTE		
	% DA POPULAÇÃO DA REGIÃO NA POPULAÇÃO NACIONAL	% DA POPULAÇÃO URBANA DA REGIÃO NA POPULAÇÃO URBANA NACIONAL	% DA POPULAÇÃO RURAL DA REGIÃO NA POPULAÇÃO RURAL NACIONAL	% DA POPULAÇÃO DA REGIÃO NA POPULAÇÃO NACIONAL	% DA POPULAÇÃO URBANA DA REGIÃO NA POPULAÇÃO URBANA NACIONAL	% DA POPULAÇÃO RURAL DA REGIÃO NA POPULAÇÃO RURAL NACIONAL	% DA POPULAÇÃO DA REGIÃO NA POPULAÇÃO NACIONAL	% DA POPULAÇÃO URBANA DA REGIÃO NA POPULAÇÃO URBANA NACIONAL	% DA POPULAÇÃO RURAL DA REGIÃO NA POPULAÇÃO RURAL NACIONAL
1940 .....	3,5	3,2	3,7	35,0	26,3	39,0	44,5	56,1	39,2
1950 .....	3,6	3,1	3,8	34,6	25,3	39,9	43,4	57,1	35,7
1960 .....	3,7	3,1	4,1	31,6	23,9	37,8	43,8	55,8	34,0
1970 .....	3,9	3,1	4,8	30,2	22,6	39,9	42,8	55,6	26,5

Conclusão

ANOS	SUL			CENTRO-OESTE		
	% DA POPULAÇÃO DA REGIÃO NA POPULAÇÃO NACIONAL	% DA POPULAÇÃO URBANA DA REGIÃO NA POPULAÇÃO URBANA NACIONAL	% DA POPULAÇÃO RURAL DA REGIÃO NA POPULAÇÃO RURAL NACIONAL	% DA POPULAÇÃO DA REGIÃO NA POPULAÇÃO NACIONAL	% DA POPULAÇÃO URBANA DA REGIÃO NA POPULAÇÃO URBANA NACIONAL	% DA POPULAÇÃO RURAL DA REGIÃO NA POPULAÇÃO RURAL NACIONAL
1940 .....	13,9	12,3	14,6	3,1	2,1	3,5
1950 .....	15,1	12,3	16,7	3,3	2,2	3,9
1960 .....	16,7	14,0	19,1	4,2	3,2	5,0
1970 .....	17,7	14,0	22,4	5,4	4,7	6,4

FONTE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970 - DE150-186E.

13 - SALDO DAS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS

BRASIL E MACRO REGIÕES

1950/1970

MACRO REGIÕES	1950			1960			1970		
	IMIGRAÇÃO (1)	EMIGRAÇÃO (2)	SALDO MIGRATÓRIO (2-1)	IMIGRAÇÃO (1)	EMIGRAÇÃO (2)	SALDO MIGRATÓRIO (2-1)	IMIGRAÇÃO (1)	EMIGRAÇÃO (2)	SALDO MIGRATÓRIO (2-1)
Norte .....	+223 652	+144 655	+74 997	+249 061	+166 319	+82 742	+356 876	+251 449	+105 427
Nordeste .....	+984 029	+1 920 209	-936 180	+1 400 215	+3 627 480	-2 227 265	+1 666 646	+5 139 604	-3 472 958
Sudeste .....	+2 662 266	+2 668 524	-5 258	+4 147 701	+3 848 944	+248 757	+6 603 818	+5 963 629	+640 184
Sul .....	+457 542	+395 634	+61 908	+1 477 763	+802 694	+1 175 069	+2 886 972	+1 521 434	+1 365 538
Centro Oeste .....	+359 434	+73 297	+246 137	+864 661	+143 964	+720 647	+1 665 945	+340 141	+1 361 804
BRASIL .....	+5 087 923	+5 206 319	+118 396 <sup>3</sup>	+8 639 401	+8 639 401	0	+13 180 257	+13 180 257	0

FONTE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970 - IBGE.

NOTAS: (1) Não naturais de cada unidade da federação da macro região considerada, mas naturais de outras Unidades da Federação da macro região considerada (imigração intra-regional) ou de outras Unidades da Federação de outras macro regiões (imigração inter-regional).

(2) Naturais de uma Unidade da Federação da macro região considerada, presentes em outras Unidades da Federação da mesma macro região (emigração intra-regional) ou em outras macro regiões (emigração inter-regional).

(3) "Esta diferença corresponde aos naturais de outras Unidades presentes na região da Serra dos Almorás, em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo", in IBGE - Contribuições para Estudo da Demografia do Brasil, Rio, 1953, p. 374.

14 - FAMÍLIAS E POPULAÇÃO RESIDENTE EM DOMICÍLIOS PARTICULARES POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO OS GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR  
BRASIL  
1970/1976

Em Milhares

ANO E GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR	FAMÍLIAS			POPULAÇÃO		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
1970						
TOTAL -----	18 554,4	10 904,4	7 650,0	89 963,2	50 362,9	39 600,3
Até 1 -----	7 721,1	2 705,5	5 015,6	35 626,1	11 316,7	24 309,4
Mais de 1 a 2 -----	4 222,2	2 671,1	1 551,1	21 918,9	12 605,3	9 313,6
Mais de 2 a 5 -----	4 366,6	3 766,4	600,2	22 648,7	18 602,4	4 046,3
Mais de 5 a 10 -----	682,6	656,4	26,2	3 377,7	3 221,0	156,7
Mais de 10 -----	280,7	269,4	11,3	1 471,6	1 406,7	64,9
Sem rendimento -----	672,1	414,5	257,6	1 715,1	1 074,7	640,4
Sem declaração -----	609,1	421,1	188,0	3 205,1	2 136,1	1 069,0
1976(1)						
TOTAL -----	23 130,4	15 491,5	7 638,9	106 233,9	67 662,9	38 571,0
Até 1 -----	4 705,2	1 964,2	2 741,0	17 907,8	6 423,1	11 484,7
Mais de 1 a 2 -----	5 706,9	3 147,3	2 559,6	26 428,1	13 144,2	13 283,9
Mais de 2 a 5 -----	6 818,7	5 122,8	1 695,9	33 595,4	23 443,5	10 151,9
Mais de 5 a 10 -----	3 285,5	2 898,8	386,7	16 386,7	13 953,0	2 433,7
Mais de 10 -----	2 291,2	2 146,3	144,9	10 826,3	9 955,4	830,9
Sem rendimento -----	229,5	150,2	79,3	613,1	391,4	221,7
Sem declaração -----	93,4	61,9	31,5	476,5	312,3	164,2

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970 e da PNAD/1976 - DEISO-IBGE

NOTA : (1) Corresponde ao Total das Regiões da PNAD, ou seja: Brasil excluindo as áreas rurais da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

14a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO  
BRASIL  
1970/1976

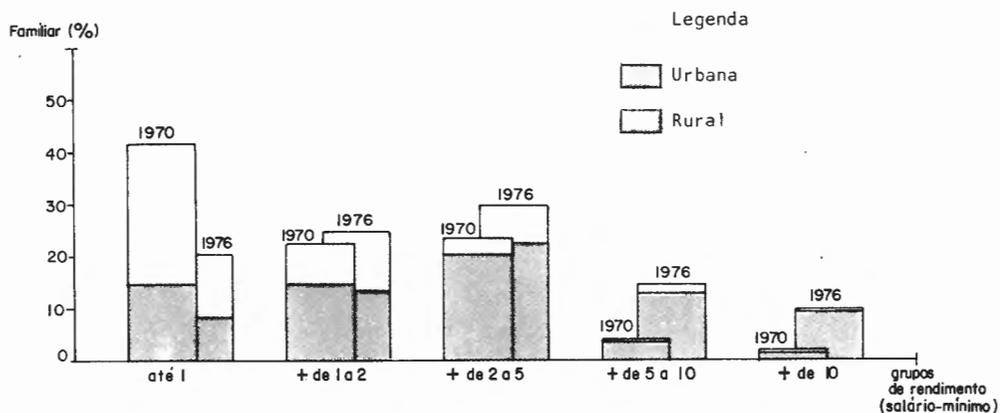
GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (SALÁRIO-MÍNIMO)	1970			1976(1)		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
TOTAL -----	100,0	58,8	41,2	100,0	67,0	33,0
Até 1 -----	100,0	35,0	65,0	100,0	41,7	58,3
Mais de 1 a 2 -----	100,0	63,3	36,7	100,0	55,1	44,9
Mais de 2 a 5 -----	100,0	86,2	13,8	100,0	75,1	24,9
Mais de 5 a 10 -----	100,0	96,2	3,8	100,0	88,2	11,8
10 e mais -----	100,0	96,0	4,0	100,0	93,7	6,3
Sem rendimento -----	100,0	61,7	38,3	100,0	65,4	34,6
Sem declaração -----	100,0	69,1	30,9	100,0	66,3	33,7

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 e PNAD 1976 - DEISO-IBGE

NOTA : (1) Corresponde ao total das Regiões da PNAD, ou seja: Brasil excluindo as áreas rurais da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

## 10. FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES

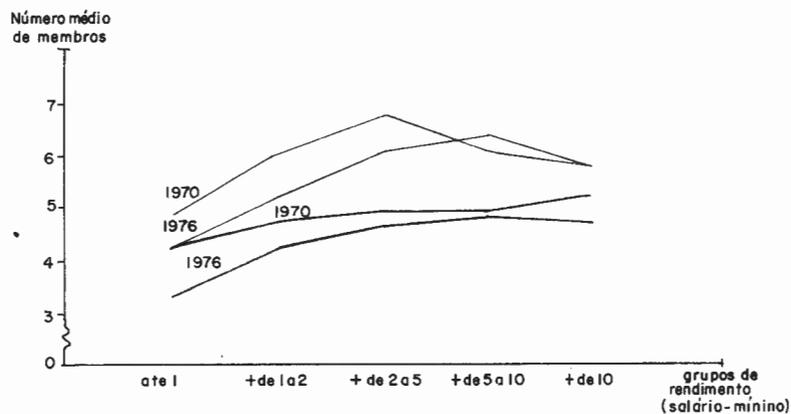
Por Situação do Domicílio Segundo os Grupos de Rendimento Mensal Familiar  
Brasil - 1970 / 1976



FONTE: Derivado das tabelas 14a e 14b.

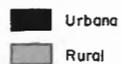
## 11. TAMANHO MÉDIO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES

Por Grupos de Rendimento Mensal Familiar Segundo Situação do Domicílio  
Brasil - 1970 / 1976



FONTE: Ver tabela 14c.

Legenda



14b - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO SEGUNDO GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR  
BRASIL  
1970/1976

GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (SALÁRIO-MÍNIMO)	1970			1976 <sup>(1)</sup>		
	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 .....	41,6	24,8	65,6	20,3	12,7	35,9
Mais de 1 a 2 .....	22,8	24,5	20,3	24,7	20,3	33,5
Mais de 2 a 5 .....	23,5	34,5	7,8	29,5	33,1	22,2
Mais de 5 a 10 .....	3,7	6,0	0,3	14,2	18,7	5,1
10 e mais .....	1,5	2,5	0,1	9,9	13,8	1,9
Sem rendimento .....	3,6	3,8	3,4	1,0	1,0	1,0
Sem declaração .....	3,3	3,9	2,5	0,4	0,4	0,4

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 e PNAD 1976 - DEISO-IBGE

NOTA : (1) Corresponde ao Total das Regiões da PNAD, ou seja: Brasil excluindo as áreas rurais da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

14c - TAMANHO MÉDIO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES POR GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO  
BRASIL  
1970/1976

GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (SALÁRIO-MÍNIMO)	1970			1976 <sup>(1)</sup>		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
TOTAL .....	4,8	4,6	5,2	4,6	4,4	5,0
Até 1 .....	4,6	4,2	4,8	3,8	3,3	4,2
Mais de 1 a 2 .....	5,2	4,7	6,0	4,6	4,2	5,2
Mais de 2 a 5 .....	5,2	4,9	6,7	4,9	4,6	6,0
Mais de 5 a 10 .....	4,9	4,9	6,0	5,0	4,8	6,3
10 e mais .....	5,2	5,2	5,7	4,7	4,7	5,7
Sem rendimento .....	2,6	2,6	2,5	2,7	2,6	2,8
Sem declaração .....	5,3	5,1	5,7	5,1	5,0	5,2

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 e PNAD 1976 - DEISO-IBGE

NOTA : (1) Corresponde ao Total das Regiões da PNAD, ou seja: Brasil excluindo as áreas rurais da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

96

15- FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES POR GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR,  
SEGUNDO O NÚMERO DE COMPONENTES E DE PESSOAS OCUPADAS

BRASIL

1970/1976

Em 1 000 famílias

ANO, NÚMERO DE COMPONENTES E DE PESSOAS OCUPADAS (1)	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (Salário-mínimo)							
	TOTAL	ATE 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5	SEM RENDIMENTO	SEM DECLARAÇÃO
1970								
TOTAL .....	18 554,4	2 990,7	4 730,4	4 222,2	4 366,6	963,3	672,1	609,1
1 pessoa .....	1 018,7	251,6	258,1	149,5	114,2	27,6	184,8	32,9
Ocupada .....	679,1	208,5	212,5	122,7	85,6	21,8	2,0	26,0
2 pessoas .....	2 735,3	562,1	722,9	506,1	494,3	125,0	247,2	77,7
1 ocupada .....	1 822,9	484,4	564,2	359,1	287,2	68,6	10,9	48,5
2 ocupadas .....	352,6	37,0	58,7	80,3	123,5	36,4	1,1	15,6
3 pessoas .....	3 081,0	534,6	798,0	674,4	713,7	164,5	108,2	87,6
1 ocupada .....	2 082,2	443,4	617,1	463,9	415,6	88,3	7,1	46,8
2 ocupadas .....	647,0	64,0	117,8	157,5	218,6	57,8	1,3	30,0
3 ocupadas .....	85,0	6,8	13,9	17,5	33,3	7,8	0,2	5,5
4 a 6 pessoas .....	7 493,6	1 080,0	1 849,9	1 741,9	1 979,9	497,8	110,1	234,5
1 ocupada .....	4 606,5	851,7	1 354,1	1 079,8	979,5	248,5	8,0	84,9
2 ocupadas .....	1 635,3	146,6	288,2	408,5	562,4	153,0	2,1	74,5
3 e mais ocupadas .....	952,8	59,3	142,2	210,3	385,8	84,6	1,0	69,6
7 a 10 pessoas .....	3 619,1	505,6	970,4	971,8	875,4	130,1	20,7	145,1
1 ocupada .....	1 651,0	323,5	563,2	430,7	258,7	43,5	1,8	29,6
2 ocupadas .....	808,0	94,7	192,1	247,0	206,4	30,5	0,7	36,6
3 e mais ocupadas .....	1 078,8	81,5	190,9	278,4	396,0	53,8	0,6	77,6
11 pessoas e mais .....	606,7	56,8	131,6	178,5	189,1	18,3	1,1	31,3
1 ocupada .....	149,1	22,2	45,1	44,2	31,7	3,2	0,1	2,6
2 ocupadas .....	122,4	11,5	28,2	40,7	33,6	2,9	0,1	5,4
3 e mais ocupadas .....	327,5	22,6	56,2	91,8	121,8	12,0	0,1	23,0
1976 (2)								
TOTAL .....	23 130,4	1 212,7	3 492,5	5 706,9	6 818,7	5 576,7	229,5	93,4
1 pessoa .....	1 183,5	282,3	311,2	253,9	167,2	141,8	22,7	4,4
Ocupada .....	702,0	87,5	195,8	183,7	121,8	107,0	2,0	4,2
2 pessoas .....	3 749,2	378,7	763,4	901,7	892,2	679,4	119,1	14,7
1 ocupada .....	2 124,4	161,5	470,0	586,5	524,1	363,5	11,3	7,5
2 ocupadas .....	708,7	23,4	83,2	154,7	215,7	224,7	1,3	5,7
3 pessoas .....	4 241,3	201,9	660,5	1 103,7	1 125,3	988,2	48,4	13,3
1 ocupada .....	2 556,3	108,7	446,3	758,1	727,5	504,5	5,7	5,5
2 ocupadas .....	1 103,6	26,7	111,7	229,5	366,0	361,3	2,0	6,4
3 ocupadas .....	187,9	7,8	20,9	35,1	55,5	67,6	0,3	0,7
4 a 6 pessoas .....	9 406,6	261,1	1 192,4	2 254,0	2 901,0	2 727,9	34,0	36,2
1 ocupada .....	4 849,8	147,5	791,9	1 349,2	1 427,8	1 116,2	4,6	12,6
2 ocupadas .....	2 526,9	43,4	193,6	522,4	872,2	881,5	1,0	12,8
3 e mais ocupadas .....	1 715,7	25,4	118,9	283,4	594,4	681,1	2,2	10,3
7 a 10 pessoas .....	3 932,7	83,1	520,9	1 068,2	1 345,8	890,3	4,4	20,0
1 ocupada .....	1 208,7	37,3	253,3	436,3	319,6	159,1	-	3,1
2 ocupadas .....	897,0	16,7	97,8	254,7	353,7	168,1	-	6,0
3 e mais ocupadas .....	1 744,2	22,3	148,7	351,9	657,5	552,9	0,5	10,4
11 pessoas e mais .....	537,1	5,6	44,1	125,4	207,2	149,1	0,9	4,8
1 ocupada .....	69,5	0,5	13,0	24,2	20,7	10,5	0,2	0,4
2 ocupadas .....	85,7	1,1	7,3	22,5	39,0	14,9	-	0,9
3 e mais ocupadas .....	377,3	4,0	22,7	77,6	146,4	123,1	0,3	3,2

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 e da PNAD 1976 - DEISO-IBGE

NOTAS: (1) Incluídas as pessoas não ocupadas

(2) Corresponde ao Total das regiões da PNAD, ou seja: Brasil excluindo as áreas rurais da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

15a - FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR SEGUNDO NÚMERO DE COMPONENTES

BRASIL

1970/1976

Em 1.000 famílias

ANO E NÚMERO DE COMPONENTES	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (SALÁRIO-MÍNIMO)							
	TOTAL	ATE 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5	SEM RENDIMENTO	SEM DECLARAÇÃO
1970								
TOTAL .....	18 554,4	2 990,7	4 730,4	4 222,2	4 366,6	963,3	672,1	609,1
1 pessoa .....	1 018,7	251,6	258,1	149,5	114,2	27,6	184,8	32,9
2 pessoas .....	2 735,3	562,1	722,9	506,1	494,3	125,0	247,2	77,7
3 pessoas .....	3 081,0	534,6	798,0	674,4	713,7	164,5	108,2	87,6
4 a 6 pessoas .....	7 493,6	1 080,0	1 849,4	1 741,9	1 979,9	497,8	110,1	234,5
7 a 10 pessoas .....	3 619,1	505,6	970,4	971,8	875,4	130,1	20,7	145,1
11 pessoas e mais .....	606,7	56,8	131,6	178,5	189,1	18,3	1,1	31,3
1976								
TOTAL .....	23 130,4	1 212,7	3 492,5	5 706,9	6 818,7	5 576,7	299,5	93,4
1 pessoa .....	1 183,5	282,3	311,2	253,9	167,2	141,8	22,7	4,4
2 pessoas .....	3 749,2	378,7	763,4	901,7	892,2	679,4	119,1	14,7
3 pessoas .....	4 241,3	201,9	660,5	1 103,7	1 225,3	988,2	48,4	13,3
4 a 6 pessoas .....	9 486,6	261,1	1 192,4	2 254,0	2 981,0	2 727,9	34,0	36,2
7 a 10 pessoas .....	3 932,7	83,1	520,9	1 068,2	1 345,8	890,3	4,4	20,0
11 pessoas e mais .....	537,1	5,6	44,1	125,4	207,2	149,1	0,9	4,8

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 e da PNAD 1976 - DEISO-IBGE

15b - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES POR GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR SEGUNDO NÚMERO DE COMPONENTES

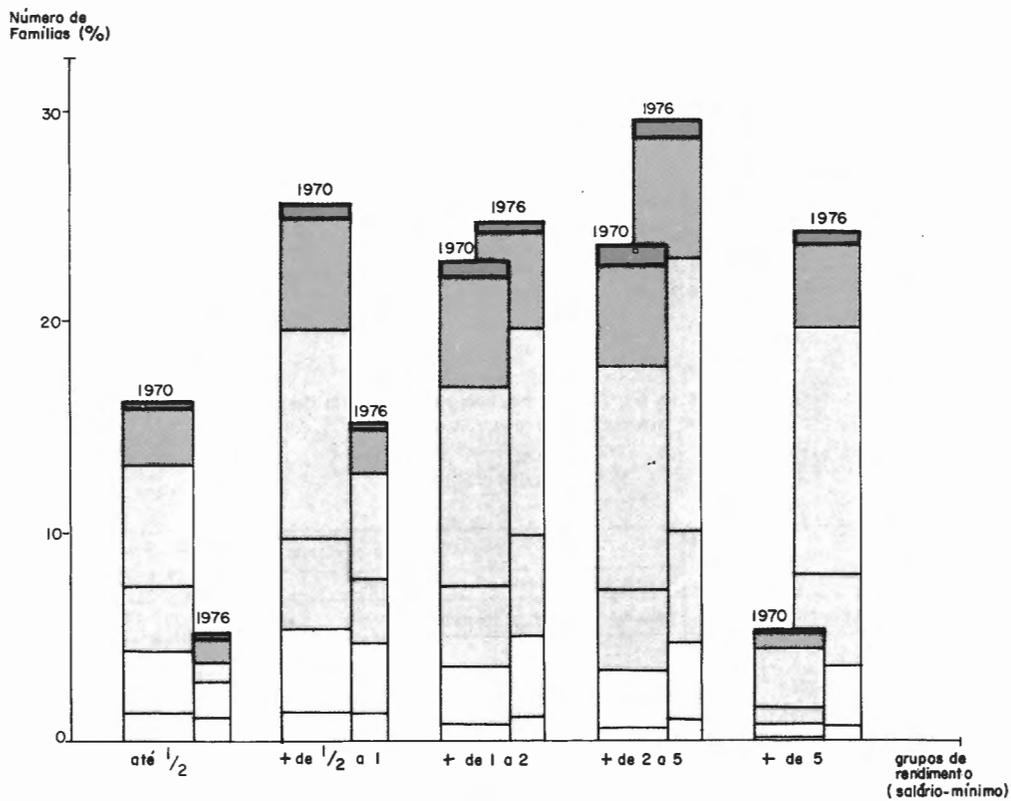
BRASIL

1970/1976

ANO E NÚMERO DE COMPONENTES	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (SALÁRIO-MÍNIMO)							
	TOTAL	ATE 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5	SEM RENDIMENTO	SEM DECLARAÇÃO
1970								
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 pessoa .....	5,5	8,4	5,5	3,5	2,6	2,8	27,5	5,4
2 pessoas .....	14,7	18,8	15,3	12,0	11,3	13,0	36,8	12,7
3 pessoas .....	16,6	17,9	16,9	16,0	16,3	17,1	16,1	14,4
4 a 6 pessoas .....	40,4	36,1	39,1	41,3	45,4	51,7	16,4	38,5
7 a 10 pessoas .....	19,5	16,9	20,5	23,0	20,1	13,5	3,1	23,8
11 pessoas e mais .....	3,3	1,9	2,7	4,2	4,3	1,9	0,1	5,2
1976								
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 pessoa .....	5,1	23,3	8,9	4,5	2,5	2,5	9,9	4,7
2 pessoas .....	16,2	31,2	21,9	15,8	13,1	12,2	51,9	15,7
3 pessoas .....	18,4	16,6	18,9	19,3	18,0	17,7	21,1	14,3
4 a 6 pessoas .....	41,0	21,5	34,1	39,5	43,7	48,9	14,8	38,8
7 a 10 pessoas .....	17,0	6,9	14,9	18,7	19,7	16,0	1,9	21,4
11 pessoas e mais .....	2,3	0,5	1,3	2,2	3,0	2,7	0,4	5,1

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 e PNAD 1976 - DEISO-IBGE

**12. FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES**  
**Por Grupos de Rendimento Mensal Familiar Segundo o Número de Componentes**  
**Brasil - 1970 / 1976**



FONTE: Derivado das tabelas 15b e 15c.

15c - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES POR  
NÚMERO DE COMPONENTES SEGUNDO GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR

BRASIL

1970/1976

ANO E NÚMERO DE COMPONENTES	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (Salário-mínimo)							
	TOTAL	ATÉ 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5	SEM RENDIMENTO	SEM DECLARAÇÃO
1970								
TOTAL .....	100,0	16,1	25,5	22,8	23,5	5,2	3,6	3,3
1 pessoa .....	100,0	24,7	25,4	14,7	11,2	2,7	18,1	3,2
2 pessoas .....	100,0	20,6	26,4	18,5	18,1	4,6	9,0	2,8
3 pessoas .....	100,0	17,4	25,9	21,9	23,2	5,3	3,5	2,8
4 a 6 pessoas .....	100,0	14,4	24,7	23,3	26,4	6,6	1,5	3,1
7 a 10 pessoas .....	100,0	14,0	26,8	26,8	24,2	3,6	0,6	4,0
11 pessoas e mais .....	100,0	9,3	21,7	29,4	31,2	3,0	0,2	5,2
1976								
TOTAL .....	100,0	5,2	15,1	24,7	29,5	24,1	1,0	0,4
1 pessoa .....	100,0	23,8	26,3	21,5	14,1	12,0	1,9	0,4
2 pessoas .....	100,0	10,1	20,4	24,0	23,8	18,1	3,2	0,4
3 pessoas .....	100,0	4,8	15,6	26,0	28,9	23,3	1,1	0,3
4 a 6 pessoas .....	100,0	2,7	12,6	23,8	31,4	28,8	0,3	0,4
7 a 10 pessoas .....	100,0	2,1	13,3	27,2	34,2	22,6	0,1	0,5
11 pessoas e mais .....	100,0	1,0	8,2	23,3	38,6	27,8	0,2	0,9

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 e PNAD 1976 - DEISO-IBGE

15d - DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES POR NÚMERO DE COMPONENTES  
SEGUNDO O NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS

BRASIL

1970/1976

ANO E NÚMERO DE COMPONENTES	TOTAL		NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS							
			NENHUMA PESSOA OCUPADA		1 PESSOA		2 PESSOAS		3 PESSOAS E MAIS	
	ABSOLUTO (1)	%	ABSOLUTO (1)	%	ABSOLUTO (1)	%	ABSOLUTO (1)	%	ABSOLUTO (1)	%
1970										
TOTAL .....	18 554,4	100,0	1 554,2	8,4	10 990,8	59,2	3 565,3	19,2	2 444,1	13,2
1 pessoa .....	1 018,7	100,0	339,6	33,3	679,1	66,7	-	-	-	-
2 pessoas .....	2 735,3	100,0	559,8	20,5	1 822,9	66,6	352,6	12,9	-	-
3 pessoas .....	3 081,0	100,0	266,8	8,7	2 082,2	67,6	647,0	21,0	85,0	2,7
4 a 6 pessoas .....	7 493,6	100,0	299,0	4,0	4 606,5	61,5	1 635,3	21,8	952,8	12,7
7 a 10 pessoas .....	3 619,1	100,0	81,3	2,3	1 651,0	45,6	808,0	22,3	1 078,8	29,8
11 pessoas e mais .....	606,7	100,0	7,7	1,3	149,1	24,6	122,4	20,1	327,5	54,0
1976										
TOTAL .....	23 130,4	100,0	2 272,7	9,8	11 510,7	49,8	5 321,9	23,0	4 025,1	17,4
1 pessoa .....	1 183,5	100,0	481,5	40,7	702,0	59,3	-	-	-	-
2 pessoas .....	3 749,2	100,0	916,1	24,4	2 124,4	56,7	708,7	18,9	-	-
3 pessoas .....	4 241,3	100,0	393,5	9,3	2 556,3	60,3	1 103,6	26,0	187,9	4,4
4 a 6 pessoas .....	9 486,6	100,0	394,2	4,2	4 849,8	51,1	2 526,9	26,6	1 715,7	18,1
7 a 10 pessoas .....	3 932,7	100,0	82,8	2,1	1 208,7	30,7	897,0	22,8	1 744,2	44,4
11 pessoas e mais .....	537,1	100,0	4,6	0,9	69,5	12,9	85,7	16,0	377,3	70,2

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 e PNAD 1976 - DEISO-IBGE

NOTAS: (1) Em 1 000 famílias

15e - FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES POR GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR, SEGUNDO O NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS

BRASIL  
1970/1976

Em 1.000 famílias

ANO E NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (SALÁRIO-MÍNIMO)							
	TOTAL	ATÉ 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5	SEM RENDIMENTO	SEM DECLARAÇÃO
1970								
TOTAL .....	18 554,4	2 990,7	4 730,4	4 222,2	4 366,6	963,3	672,1	609,1
Nenhuma pessoa ocupada ...	1 554,2	133,0	286,0	189,8	226,9	50,6	635,0	32,9
1 pessoa .....	10 990,8	2 333,7	3 356,2	2 500,4	2 058,3	473,9	29,9	238,4
2 pessoas .....	3 565,3	353,8	685,0	934,0	1 144,5	280,6	5,3	162,1
3 pessoas e mais .....	2 444,1	170,2	403,2	598,0	936,9	158,2	1,9	175,7
1976								
TOTAL .....	23 130,4	1 212,7	3 492,5	5 706,9	6 818,7	5 576,7	229,5	93,4
Nenhuma pessoa ocupada ...	2 272,7	498,9	517,4	437,1	376,8	240,7	198,1	3,7
1 pessoa .....	11 510,7	543,0	2 170,3	3 338,0	3 141,5	2 260,8	23,8	33,3
2 pessoas .....	5 321,9	111,3	493,6	1 183,8	1 846,6	1 650,5	4,3	31,8
3 pessoas e mais .....	4 025,1	59,5	311,2	748,0	1 453,8	1 424,7	3,3	24,6

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 e PNAD 1976 - DEISO-IBGE

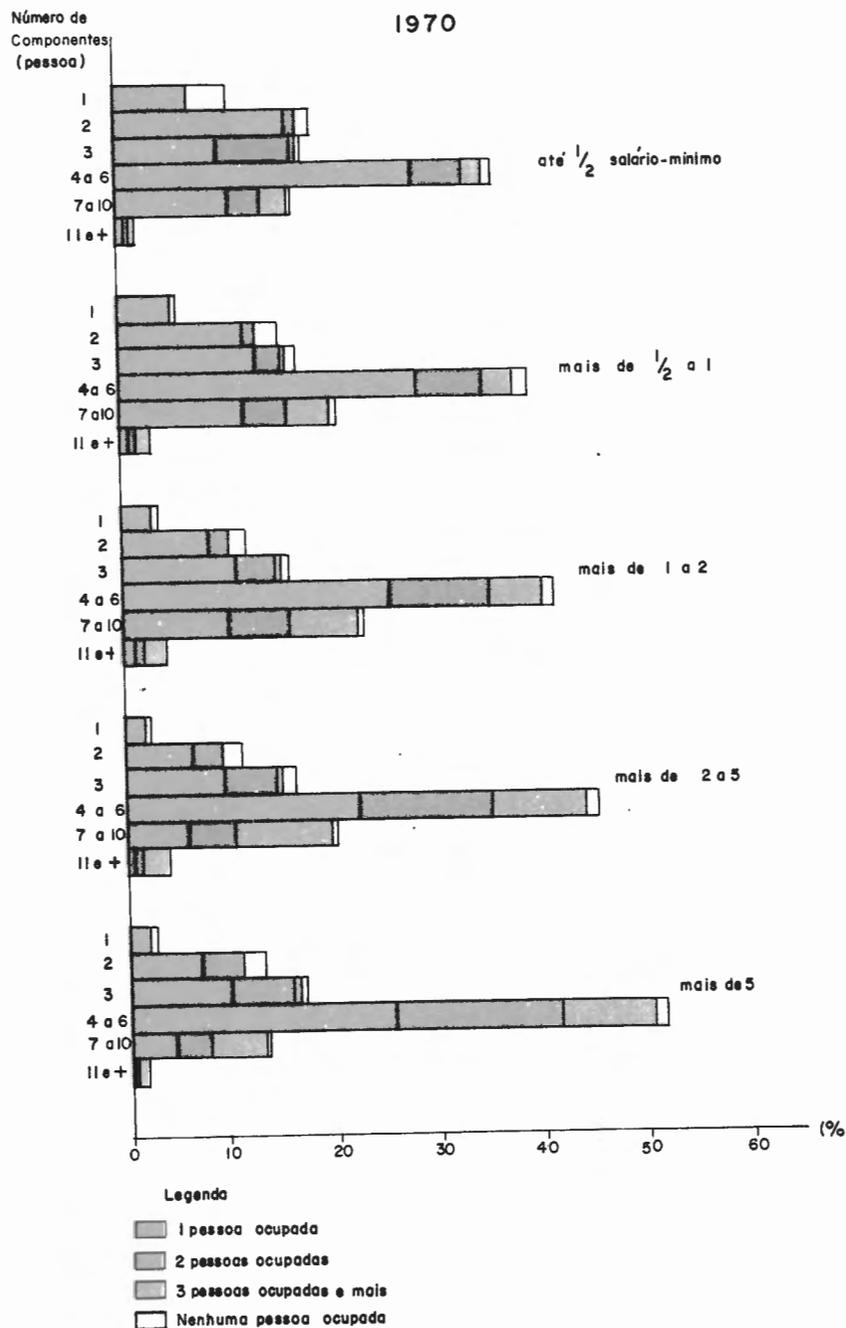
15f - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES POR GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR SEGUNDO O NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS

BRASIL  
1970/1976

ANO E NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (SALÁRIO-MÍNIMO)							
	TOTAL	ATÉ 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5	SEM RENDIMENTO	SEM DECLARAÇÃO
1970								
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nenhuma pessoa ocupada .....	8,4	4,5	6,0	4,5	5,2	5,3	94,5	5,4
1 pessoa ocupada .....	59,2	78,0	71,0	59,2	47,1	49,2	4,4	39,1
2 pessoas ocupadas .....	19,2	11,8	14,5	22,1	26,2	29,1	0,8	26,6
3 pessoas e mais .....	13,2	5,7	8,5	14,2	21,5	16,4	0,3	28,9
1976								
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nenhuma pessoa ocupada .....	9,8	41,1	14,8	7,7	5,5	4,3	86,3	4,0
1 pessoa ocupada .....	49,8	44,8	62,2	58,5	46,1	40,5	10,4	35,7
2 pessoas ocupadas .....	23,0	9,2	14,1	20,7	27,1	29,6	1,9	34,0
3 pessoas e mais .....	17,4	4,9	8,9	13,1	21,3	25,6	1,4	26,3

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970 e da PNAD 1976 - DEISO-IBGE

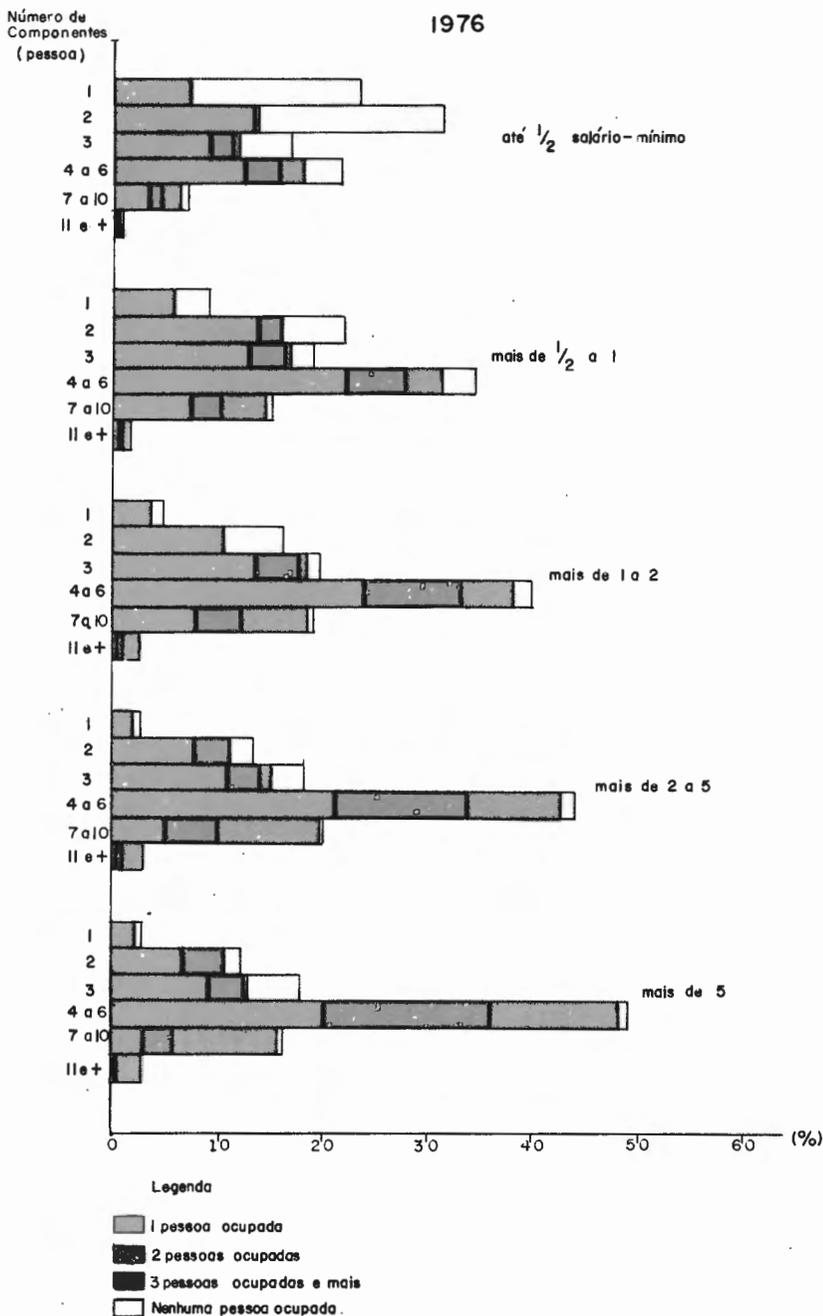
**13. FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES**  
**Por Grupos de Rendimento Mensal Familiar e Número de Componentes**  
**Segundo o Número de Pessoas Ocupadas**  
**Brasil - 1970 / 1976**



(Continua)

### 13. FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES

Por Grupos de Rendimento Mensal Familiar e Número de Componentes Segundo o Número de Pessoas Ocupadas  
Brasil - 1970 / 1976



FONTE: Derivado das tabelas 15b e 15g

15g - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMÍCIÍOS PARTICULARES POR GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR E NÚMERO DE COMPONENTES SEGUNDO O NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS

BRASIL  
1970/1976

NÚMERO DE COMPONENTES E NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (salário-mínimo)							SEM RENDIMENTO	SEM DECLARAÇÃO
	TOTAL	ATE 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5			
<b>1970</b>									
1 pessoa .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ocupada .....	66,7	82,9	82,3	82,0	75,0	79,1	1,1	79,0	
2 pessoas .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 ocupada .....	66,6	86,2	78,0	71,0	58,1	54,9	4,4	62,5	
2 ocupadas .....	12,9	6,6	8,1	15,9	25,0	29,1	0,5	20,1	
3 pessoas .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 ocupada .....	67,6	82,9	77,3	68,8	58,2	53,7	6,6	53,4	
2 ocupadas .....	21,0	12,0	14,8	23,4	30,6	35,1	1,2	34,3	
3 ocupadas .....	2,8	1,3	1,7	2,6	4,7	4,8	0,2	6,3	
4 a 6 pessoas .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 ocupada .....	61,5	78,9	73,2	62,0	49,5	49,9	7,3	36,2	
2 ocupadas .....	21,8	13,6	15,6	23,5	28,4	30,7	1,9	31,8	
3 ocupadas e mais .....	12,7	5,5	7,7	12,1	19,5	17,0	0,9	29,7	
7 a 10 pessoas .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 ocupada .....	45,6	64,0	58,0	44,3	29,5	33,4	8,8	20,4	
2 ocupadas .....	22,3	18,7	19,8	25,4	23,6	23,4	3,3	25,2	
3 ocupadas e mais .....	29,8	16,1	19,7	28,6	45,2	41,4	2,9	53,4	
11 pessoas e mais .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 ocupada .....	24,6	39,2	34,2	24,8	16,7	17,7	8,8	8,4	
2 ocupadas .....	20,2	20,3	21,4	22,8	17,8	15,5	5,3	17,4	
3 ocupadas e mais .....	54,0	39,8	42,7	51,4	64,4	65,7	10,8	73,7	
<b>1976</b>									
1 pessoa .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ocupada .....	59,3	31,0	62,9	72,4	72,8	75,5	8,8	95,5	
2 pessoas .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 ocupada .....	56,7	42,6	61,6	65,0	58,7	53,5	9,5	51,0	
2 ocupadas .....	18,9	6,2	10,9	17,2	24,2	33,1	1,1	38,8	
3 pessoas .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 ocupada .....	60,3	53,8	67,6	68,7	59,4	51,1	11,8	41,4	
2 ocupadas .....	26,0	13,2	16,9	20,8	29,9	36,6	4,1	48,1	
3 ocupadas .....	4,4	3,9	3,2	3,2	4,5	6,8	0,6	5,3	
4 a 6 pessoas .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 ocupada .....	51,1	56,5	66,4	59,9	47,9	40,9	13,5	34,8	
2 ocupadas .....	26,6	16,6	16,2	23,2	29,3	32,3	2,9	35,4	
3 ocupadas e mais .....	18,1	9,7	10,0	12,6	19,9	25,0	6,5	28,5	
7 a 10 pessoas .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 ocupada .....	30,7	44,9	48,6	40,8	23,8	17,9	-	15,5	
2 ocupadas .....	22,8	20,1	18,8	23,8	26,3	18,9	-	30,0	
3 ocupadas e mais .....	44,4	26,8	28,6	32,9	48,9	62,1	11,4	52,0	
11 pessoas e mais .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 ocupada .....	12,9	8,9	29,5	19,3	10,0	7,0	22,2	8,3	
2 ocupadas .....	16,0	19,6	16,6	17,9	18,8	10,0	-	18,8	
3 ocupadas e mais .....	70,3	71,4	51,5	61,9	70,7	82,6	33,3	66,7	

FONTE: Tabulações especiais do Censo Demográfico - 1970 e PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

16 - DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMÍCILOS PARTICULARES POR NÚMERO DE COMPONENTES E GRUPOS DE RENDIMENTO  
MENSAL FAMILIAR SEGUNDO NÚMERO DE PESSOAS COM RENDIMENTOS

BRASIL  
1970/1976

Em 1 000 famílias

NÚMERO DE COMPONENTES (1) E PESSOAS COM RENDIMENTOS	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (SALÁRIO MÍNIMO)							
	TOTAL	ATE 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5	SEM RENDIMENTO	SEM DECLARAÇÃO
1970								
TOTAL .....	18 554,4	2 990,7	4 730,4	4 222,2	4 366,6	963,3	672,1	609,1
1 Pessoa .....	1 018,7	251,6	258,1	149,5	114,2	27,6	184,8	32,9
Com rendimento .....	833,9	251,6	258,1	149,5	114,2	27,6	-	32,9
2 Pessoas .....	2 735,3	562,1	722,9	506,1	494,3	125,0	247,2	77,7
1 Com rendimento .....	2 062,9	539,2	670,2	399,9	325,0	72,9	-	55,7
2 Com rendimento .....	425,2	22,9	52,7	106,2	169,3	52,1	-	22,0
3 Pessoas .....	3 081,0	534,6	798,0	674,4	713,7	164,5	108,2	87,6
1 Com rendimento .....	2 199,6	499,8	700,0	481,4	396,7	78,2	-	43,5
2 Com rendimento .....	666,6	32,7	90,2	175,7	262,7	69,4	-	35,9
3 Com rendimento .....	106,6	2,1	7,8	17,3	54,3	16,9	-	8,2
4 a 6 Pessoas .....	7 493,6	1 080,0	1 849,4	1 741,9	1 979,9	497,8	110,1	234,5
1 Com rendimento .....	5 009,8	999,8	1 569,5	1 161,9	965,2	230,1	-	83,3
2 Com rendimento .....	1 523,7	70,2	218,3	423,3	579,2	155,8	-	76,9
3 e mais com rendimento .....	850,0	10,0	61,6	156,7	435,5	111,9	-	74,3
7 a 10 Pessoas .....	3 619,1	505,6	970,4	971,8	875,4	130,1	20,7	145,1
1 Com rendimento .....	2 118,9	457,7	759,9	537,4	288,8	41,4	-	33,7
2 Com rendimento .....	717,2	39,9	144,2	251,7	208,8	30,7	-	41,9
3 e mais com rendimento .....	762,3	8,0	66,3	182,7	377,8	58,0	-	69,5
11 Pessoas e mais .....	606,7	56,8	131,6	178,5	189,1	18,3	1,1	31,3
1 Com rendimento .....	269,8	49,5	88,4	78,0	46,2	3,7	-	4,0
2 Com rendimento .....	122,4	5,6	25,4	45,2	35,9	2,8	-	7,5
3 e mais com rendimento .....	213,4	1,7	17,8	55,3	107,0	11,8	-	19,8
1976 (2)								
TOTAL .....	23 130,4	1 212,7	3 492,5	5 706,9	6 818,7	5 576,7	229,5	93,4
1 Pessoa .....	1 183,5	282,3	311,2	253,9	167,2	141,8	22,7	4,4
Com rendimento .....	1 160,8	282,3	311,2	253,9	167,2	141,8	-	4,4
2 Pessoas .....	3 749,2	378,7	763,4	901,7	892,2	679,4	119,1	14,7
1 Com rendimento .....	2 504,6	368,4	629,6	623,3	539,2	336,9	-	7,2
2 Com rendimento .....	1 125,5	10,3	133,8	278,4	353,0	342,5	-	7,5
3 Pessoas .....	4 241,3	201,9	660,5	1 103,7	1 255,3	988,2	48,4	13,3
1 Com rendimento .....	2 585,6	189,9	541,9	762,5	660,0	428,0	-	3,3
2 Com rendimento .....	1 282,5	10,5	109,6	294,3	440,8	419,9	-	7,4
3 Com rendimento .....	324,8	1,5	9,0	46,9	124,5	140,3	-	2,6
4 a 6 Pessoas .....	9 486,6	261,1	1 192,4	2 254,0	2 981,0	2 727,9	34,0	36,2
1 Com rendimento .....	5 158,2	239,0	1 001,4	1 493,6	1 401,9	1 013,0	-	9,3
2 Com rendimento .....	2 473,0	20,2	167,8	576,3	878,3	818,0	-	12,4
3 e mais com rendimento .....	1 821,4	1,9	23,2	184,1	700,8	896,9	-	14,5
7 a 10 Pessoas .....	3 932,7	83,1	520,9	1 068,2	1 345,8	890,3	4,4	20,0
1 Com rendimento .....	1 723,9	77,3	434,5	630,6	393,5	184,8	-	3,2
2 Com rendimento .....	887,9	4,2	66,4	283,4	366,6	162,2	-	5,1
3 e mais com rendimento .....	1 316,5	1,6	20,0	154,2	585,7	543,3	-	11,7
11 Pessoas e mais .....	537,1	5,6	44,1	125,4	207,2	149,1	0,9	4,8
1 Com rendimento .....	175,8	5,2	33,5	61,2	54,0	20,8	-	1,1
2 Com rendimento .....	108,0	0,4	8,5	37,2	44,4	16,7	-	0,8
3 e mais com rendimento .....	252,4	-	2,1	27,0	108,8	111,6	-	2,9

FONTE: Tabulações especiais do Censo Demográfico e da PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

NOTAS: (1) Incluídas as pessoas sem rendimento

(2) Corresponde ao Total das Regiões da PNAD, ou seja: Brasil excluindo as áreas rurais da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

16a - DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMÍLIOS PARTICULARES POR NÚMERO DE COMPONENTES SEGUNDO NÚMERO DE  
PESSOAS COM RENDIMENTOS  
BRASIL  
1970/1976

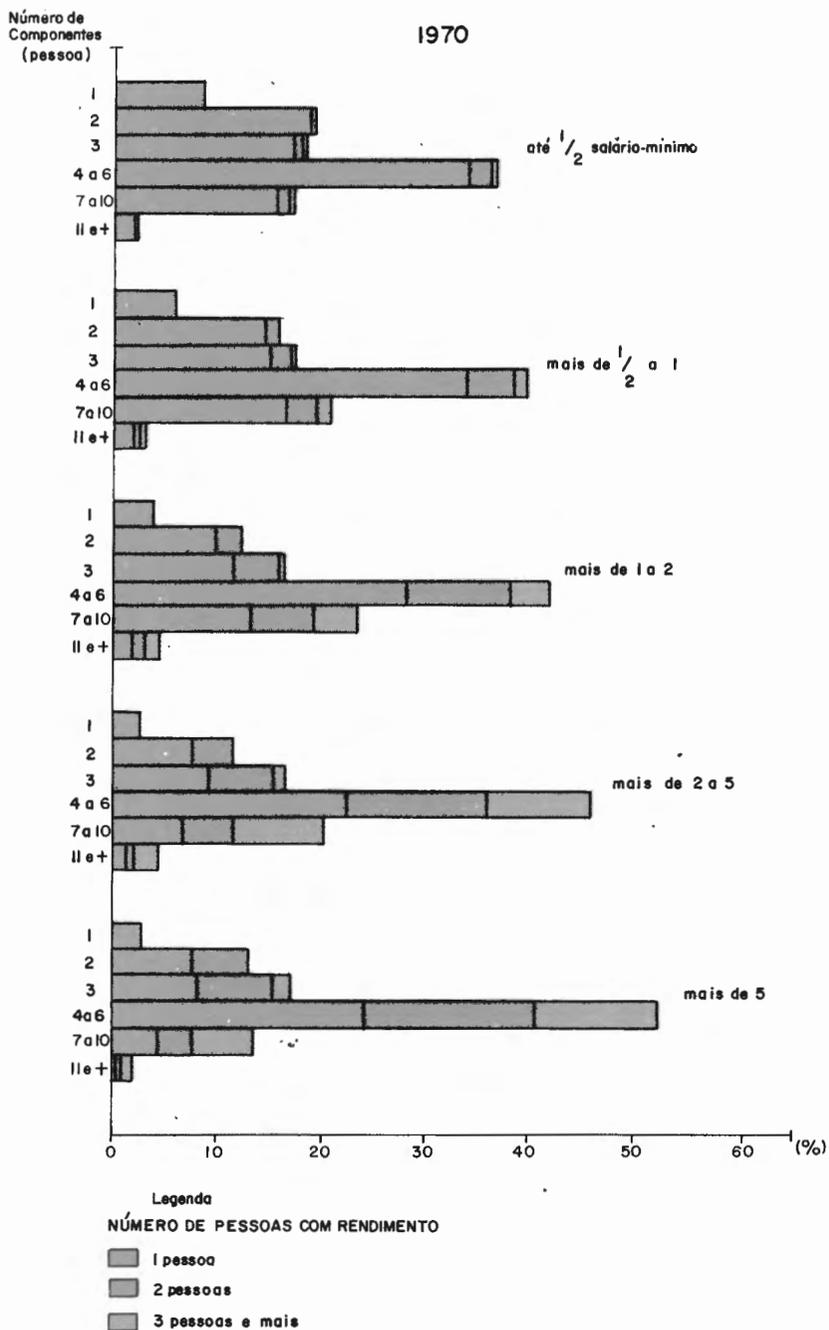
NÚMERO DE COMPONENTES	FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMÍLIOS PARTICULARES POR NÚMERO DE PESSOAS COM RENDIMENTOS									
	TOTAL		SEM RENDIMENTO		1 PESSOA		2 PESSOAS		3 PESSOAS E MAIS	
	ABSOLUTO <sup>(1)</sup>	%	ABSOLUTO <sup>(1)</sup>	%	ABSOLUTO <sup>(1)</sup>	%	ABSOLUTO <sup>(1)</sup>	%	ABSOLUTO <sup>(1)</sup>	%
1970										
TOTAL -----	18 554,4	100,0	672,1	3,6	12 494,9	67,4	3 455,1	18,6	1 932,3	10,4
1 pessoa -----	1 018,7	100,0	184,8	18,1	833,9	81,9	-	-	-	-
2 pessoas -----	2 735,3	100,0	247,2	9,0	2 062,9	75,4	425,2	15,6	-	-
3 pessoas -----	3 081,0	100,0	108,2	3,5	2 199,6	71,4	666,6	21,6	106,6	3,5
4 a 6 pessoas -----	7 493,6	100,0	110,1	1,5	5 009,8	66,9	1 523,7	20,3	850,0	11,3
7 a 10 pessoas -----	3 619,1	100,0	20,7	0,6	2 118,9	58,5	717,2	19,8	762,3	21,3
11 pessoas e mais -----	606,7	100,0	1,1	0,2	264,8	44,4	122,4	20,2	213,4	35,2
1976										
TOTAL -----	23 130,4	100,0	229,5	1,0	13 308,9	57,5	5 876,9	25,4	3 715,1	16,1
1 pessoa -----	1 183,5	100,0	22,7	1,9	1 160,8	98,1	-	-	-	-
2 pessoas -----	3 749,2	100,0	119,1	3,2	2 504,6	66,8	1 125,5	30,0	-	-
3 pessoas -----	4 241,3	100,0	48,4	1,1	2 585,6	61,0	1 282,5	30,2	324,8	7,7
4 a 6 pessoas -----	9 486,6	100,0	34,0	0,3	5 158,2	54,4	2 473,0	26,1	1 821,4	19,2
7 a 10 pessoas -----	3 932,7	100,0	4,4	0,1	1 723,9	43,8	887,9	22,6	1 316,5	33,5
11 pessoas e mais -----	537,1	100,0	0,9	0,2	175,8	32,7	108,0	20,1	252,4	47,0

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 e da PNAD 1976 - DEISO-IBGE

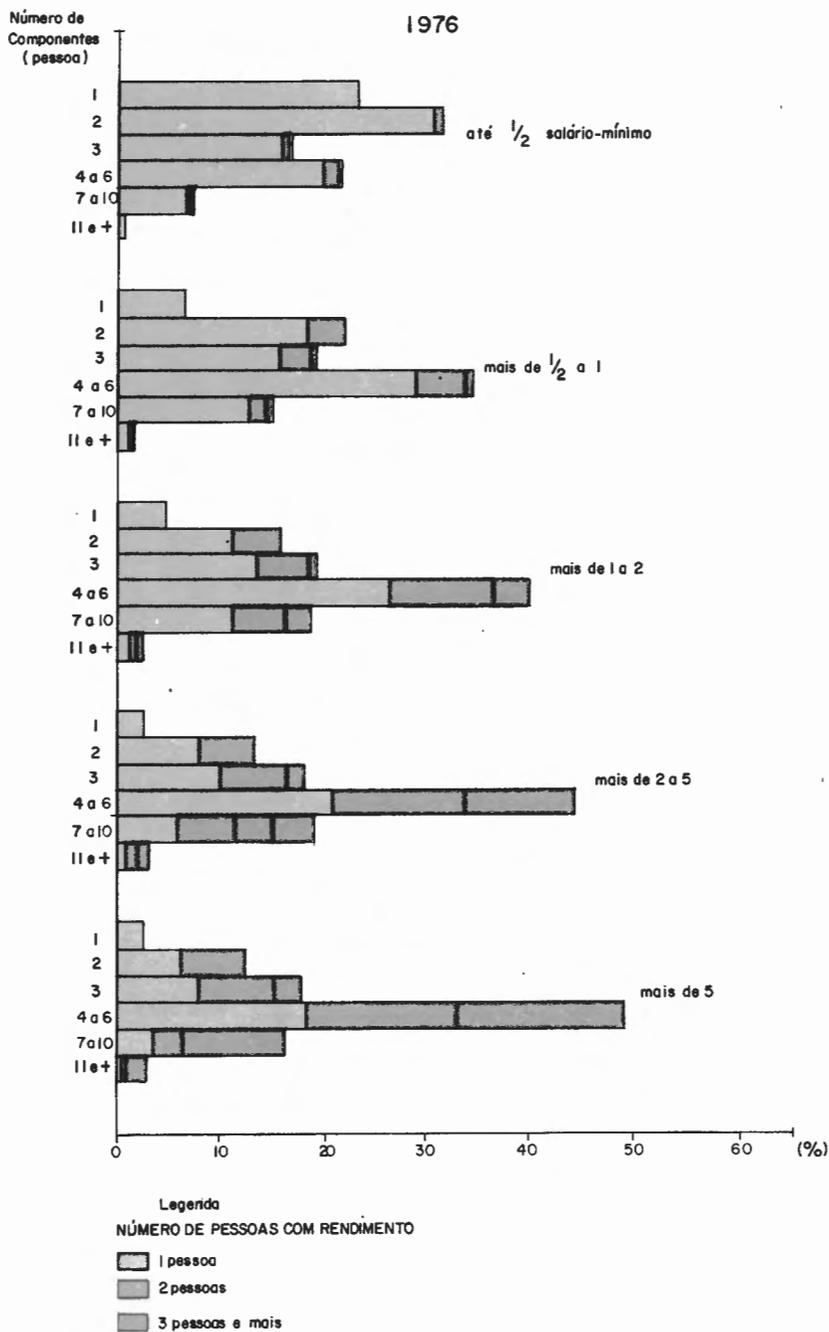
NOTAS. (1) Em 1 000 Famílias

## 14. FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES

Por Grupos de Rendimento Mensal Familiar e Número de Componentes Segundo o Número de Pessoas com Rendimento  
Brasil - 1970 / 1976



14. FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES  
 Por Grupos de Rendimento Mensal Familiar e Número de Componentes  
 Segundo o Número de Pessoas com Rendimento  
 Brasil - 1970 / 1976



FONTE: Derivado das tabelas 15b e 16b.

16b - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMÍLIOS PARTICULARES POR NÚMERO DE COMPONENTES E GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR SEGUNDO NÚMERO DE PESSOAS COM RENDIMENTO  
BRASIL  
1970/1976

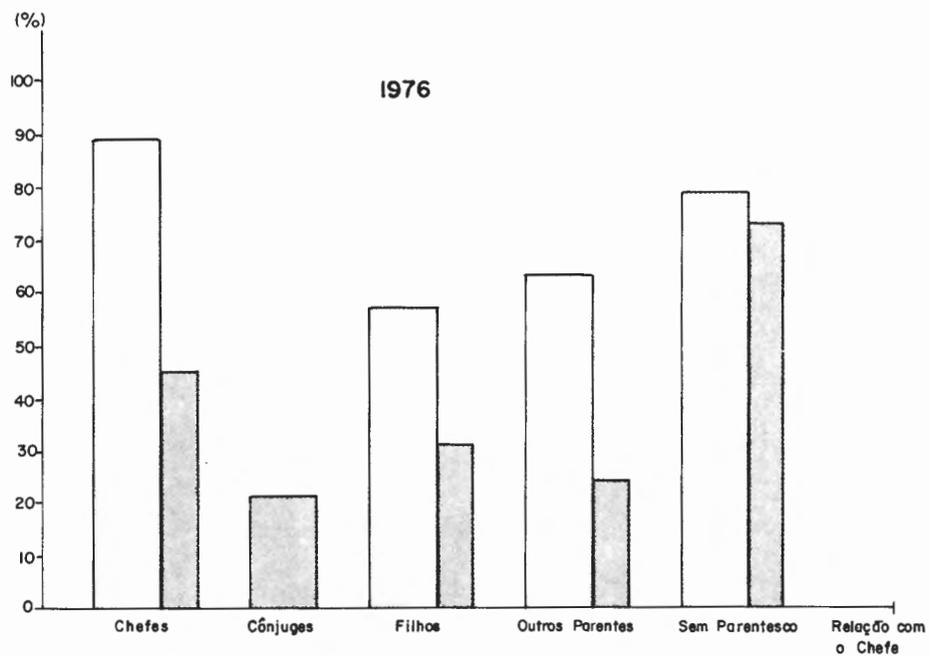
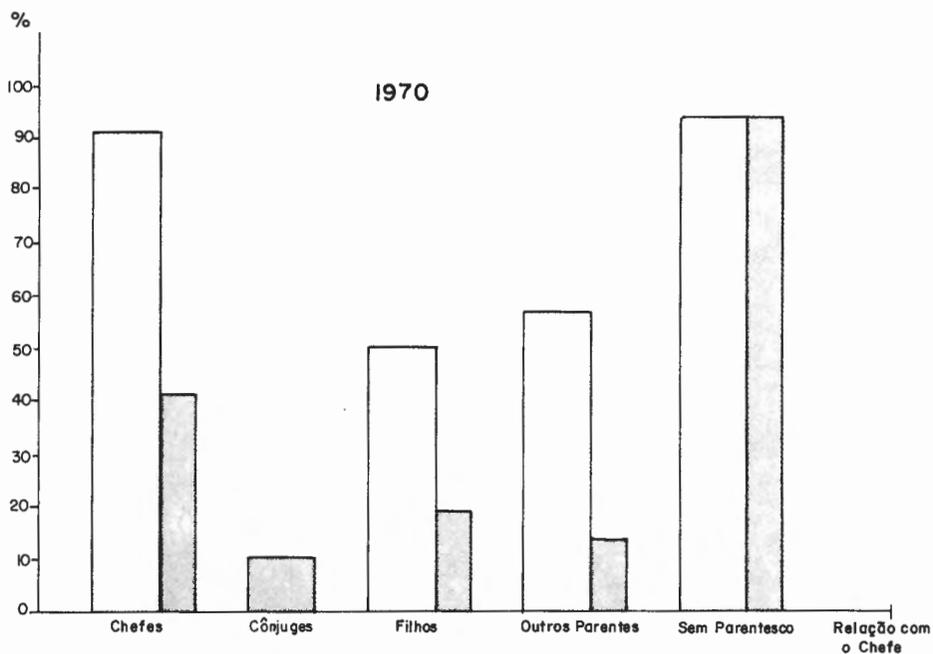
NÚMERO DE COMPONENTES E PESSOAS COM RENDIMENTO	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (SALÁRIO MÍNIMO)							SEM RENDIMENTO	SEM DECLARAÇÃO
	TOTAL	ATE 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5			
<b>1970</b>									
1 Pessoa -----	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com rendimento -----	81,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	100,0
2 Pessoas -----	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 Com rendimento -----	75,4	95,9	92,7	79,0	65,7	58,3	-	-	71,7
2 Com rendimento -----	15,6	4,1	7,3	21,0	34,3	41,7	-	-	28,3
3 Pessoas -----	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 Com rendimento -----	71,4	93,5	87,7	71,4	55,6	47,5	-	-	49,7
2 Com rendimento -----	21,6	6,1	11,3	26,1	36,8	42,2	-	-	40,9
3 Com rendimento -----	3,5	0,4	1,0	2,5	7,6	10,3	-	-	9,4
4 a 6 Pessoas -----	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 Com rendimento -----	66,9	92,6	84,9	66,7	48,7	46,2	-	-	35,5
2 Com rendimento -----	20,3	6,5	11,8	24,3	29,3	31,3	-	-	32,8
3 e mais com rendimento -----	11,3	0,9	3,3	9,0	22,0	22,5	-	-	31,7
7 a 10 Pessoas -----	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 Com rendimento -----	58,5	90,5	78,3	55,3	33,0	31,8	-	-	23,2
2 Com rendimento -----	19,8	7,9	14,9	25,9	23,8	23,6	-	-	28,9
3 e mais com rendimento -----	21,1	1,6	6,8	18,8	43,2	44,6	-	-	47,9
11 Pessoas e mais -----	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 Com rendimento -----	44,5	87,3	67,1	43,7	24,4	20,0	-	-	12,8
2 Com rendimento -----	20,2	9,8	19,3	25,3	19,0	15,5	-	-	24,0
3 e mais rendimento -----	35,2	2,9	13,6	31,0	56,6	64,5	-	-	63,2
<b>1976</b>									
1 Pessoa -----	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com rendimento -----	98,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	100,0
2 Pessoas -----	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 Com rendimento -----	66,8	97,3	82,5	69,1	60,4	49,6	-	-	49,0
2 Com rendimento -----	30,0	2,7	17,5	30,9	39,6	50,4	-	-	51,0
3 Pessoas -----	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 Com rendimento -----	61,0	94,1	82,0	69,1	53,9	43,3	-	-	24,8
2 Com rendimento -----	30,2	5,2	16,6	26,7	36,0	42,5	-	-	55,6
3 Com rendimento -----	7,7	0,7	1,4	4,2	10,1	14,2	-	-	19,6
4 a 6 Pessoas -----	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 Com rendimento -----	54,4	91,5	84,0	66,2	47,0	37,1	-	-	25,7
2 Com rendimento -----	26,1	7,8	14,1	25,6	29,5	30,0	-	-	34,2
3 e mais com rendimento -----	19,2	0,7	1,9	8,2	23,5	32,9	-	-	40,1
7 a 10 Pessoas -----	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 Com rendimento -----	43,8	93,0	83,4	59,0	29,2	20,8	-	-	16,0
2 Com rendimento -----	22,6	5,1	12,8	26,5	27,3	18,2	-	-	25,5
3 e mais com rendimento -----	33,5	1,9	3,8	14,5	43,5	61,0	-	-	58,5
11 Pessoas e mais -----	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 Com rendimento -----	32,7	92,9	76,0	48,8	26,1	14,0	-	-	22,9
2 Com rendimento -----	20,1	7,1	19,3	29,7	21,4	11,2	-	-	16,7
3 e mais com rendimento -----	47,0	-	4,7	21,5	52,5	74,8	-	-	60,4

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 e da PNAD 1976 - DEISD-IBGE

15. TAXA DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS

Por Sexo Segundo a Relação com o Chefe do Domicílio

Brasil - 1970 / 1976



Legenda

Homens  
Mulheres

FONTE: Ver Tabela 17

17 - POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS, POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E TAXA DE ATIVIDADE POR SEXO E  
 RELAÇÃO COM O CHEFE DO DOMICÍLIO

BRASIL  
 1970/1976

Em 1 000 pessoas

SEXO E RELAÇÃO COM O CHEFE DO DOMICÍLIO	PESSOAS				TAXA DE ATIVIDADE (B/A)	
	10 ANOS E MAIS (A)		ECONOMICAMENTE ATIVAS (B)		1970	1976 <sup>(1)</sup>
	1970	1976 <sup>(1)</sup>	1970	1976 <sup>(1)</sup>		
TOTAL .....	63 539	78 147	28 406	39 718	44,7	50,8
Chefe do domicílio .....	18 554	23 179	15 721	18 999	84,7	82,0
Cônjuges .....	14 843	17 925	1 461	3 714	10,0	20,7
Filhos .....	24 378	33 899	8 567	13 695	35,1	40,4
Outros parentes .....	4 386	4 214	1 361	1 636	31,0	38,8
Sem parentesco .....	1 377	2 230	1 297	1 673	94,2	75,0
HOMENS .....	31 273	38 408	22 591	28 284	72,2	73,6
Chefe do domicílio .....	16 137	19 662	14 741	17 410	91,3	88,5
Cônjuges .....	-	-	-	-	-	-
Filhos .....	12 965	16 341	6 435	9 239	49,6	56,5
Outros parentes .....	1 707	1 624	977	1 020	57,2	62,8
Sem parentesco .....	465	782	437	616	94,0	78,8
MULHERES .....	32 266	39 739	5 816	11 434	18,0	28,8
Chefe do domicílio .....	2 417	3 518	979	1 590	40,5	45,2
Cônjuges .....	14 843	17 925	1 461	3 714	10,0	20,7
Filhos .....	11 413	14 257	2 131	4 456	18,7	31,2
Outros parentes .....	2 679	2 591	383	617	14,3	23,8
Sem parentesco .....	913	1 449	861	1 058	94,3	73,0

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico - 1970 e da PNAD - 1976 - DEISO-IBGE

NOTA: (1) Corresponde ao Total das Regiões da PNAD, ou seja: Brasil excluindo as áreas rurais da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

17a - DISTRIBUIÇÃO DOS CHEFES SOZINHOS, POR SEXO

BRASIL  
 1970/1976

Em 1 000 pessoas

SEXO	1970		1976	
	NÚMERO DE PESSOAS	%	NÚMERO DE PESSOAS	%
MULHERES .....	2 417	65,1	3 518	67,0
HOMENS (1) .....	1 299	34,9	1 737	33,0

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico - 1970 e da PNAD - 1976 - DEISO-IBGE

NOTA: (1) O número de chefes sozinhos homens é a diferença entre o número total de chefes homens e o número de cônjuges.

## DIVISÃO DO TRABALHO

## II - DIVISÃO DO TRABALHO

Poucos países tiveram no pós-guerra uma experiência de expansão econômica como o Brasil. Nos últimos trinta anos a economia brasileira multiplicou por dez o seu produto real e por quatro o valor da renda real per capita. Mas não houve apenas uma expansão quantitativa da economia. Importantes transformações estruturais acompanharam o processo de crescimento econômico. Dentre elas caberia destacar as modificações na estrutura industrial, a consolidação do eixo dinâmico da economia nas atividades urbanas e as alterações ao nível da composição setorial do produto, mudanças estas que não são estão interrelacionadas, como também se refletem num intenso processo de redivisão interregional e inter-setorial do trabalho na economia. /

Na indústria, a partir dos anos cinquenta, são introduzidos ramos praticamente novos da produção de bens de capital, insumos básicos e bens de consumo duráveis. Com isso modifica-se profundamente o perfil do setor como um todo, configurando-se a passagem para um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo nacional. A produção de bens para consumo corrente, que até então liderava a absorção de mão de obra e a renda industrial, passa gradativamente a perder posição relativa e a ter seu comportamento subordinado à dinâmica definida pelos segmentos recém-instalados da indústria pesada. O setor industrial, em conjunto, ganha impulso com as transformações assinaladas, em virtude dos maiores efeitos diretos e indiretos que proporciona um processo de expansão industrial liderado pela indústria pesada. Como consequência, vai se elevando nos períodos seguintes a participação do setor industrial na renda nacional, embora o mesmo não ocorra com a mesma intensidade no que toca à absorção de trabalhadores na indústria.

O setor terciário reage aos estímulos oriundos do processo de industrialização, na medida em que diversos serviços de apoio à produção, como o comércio, transportes e comunicações, intermediação financeira, etc., acompanham o ritmo de modernização e expansão industrial. Além disso, o terciário cresce como contrapartida a um rápido processo de urbanização, fenômeno que também se verifica ao longo desses últimos trinta anos com grande intensidade. A urbanização foi, em parte, estimulada pela industrialização que se concentra nos grandes centros urbanos, aproveitando as economias de aglomeração e a proximidade de um mercado consumidor de tamanho absoluto maior nas cidades. Porém decorre ainda da liberação de mão de obra e da proletarianização do trabalhador agrícola, ambos os fenômenos, por seu turno, resultantes de transformações que se dão no próprio setor agrícola.

Quanto ao setor primário, este recebe também o impacto das transformações em curso, respondendo à elevação da demanda de matérias-primas e gêneros alimentícios por parte das indústrias e da população urbana e, mais recentemente, respondendo a fortes estímulos proporcionados pelo mercado internacional de produtos primários. Com isso é estimulado o crescimento do setor. Na geração de oportunidades de trabalho e da renda global da economia sua participação é, no entanto, decrescente no período.

O quadro econômico que se configura combina portanto o crescimento acelerado com importantes transformações estruturais. Em meio ao processo se consolida a passagem do eixo dinâmico da economia, em particular para o setor industrial e, em geral, para o setor urbano. Nas zonas urbanas, especialmente nos grandes centros urbanos do Centro-Sul do país, tenderam a concentrar-se nestes três decênios os meios de produção e a força de trabalho da economia brasileira.

É à luz da dinâmica dessas transformações por que tem passado a economia brasilei

ra, que se procura desenvolver a análise da evolução da estrutura do mercado de trabalho. Esta perspectiva metodológica ao aclarar como e em que intensidade os diferentes setores produtivos vêm absorvendo a força de trabalho, permite que se tenha idéia da forma pela qual o processo de desenvolvimento e as mudanças tecnológicas têm alterado o perfil de distribuição e o montante de ocupações.

Os indicadores aqui utilizados são provenientes de duas fontes: os Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970 e as PNADs de 1968, 1973 e 1976. A primeira fonte serviu para tentar apreender as tendências seculares de comportamento do mercado de trabalho a nível de Brasil, enquanto que a segunda permitiu que se aprofundasse essas considerações a partir de um maior volume de informações a nível regional.

Algumas ressalvas à utilização dos dados de 1940 devem, no entanto, ser feitas, na medida em que diferenças conceituais prejudicam a análise comparativa com os demais anos censitários. O conceito de população economicamente ativa no Censo de 1940, pelo fato de, diferentemente dos subsequentes, não se referenciar mais explicitamente à ocupação principal no enquadramento dos informantes dentro ou fora da população economicamente ativa, tendeu a estimular uma superestimação de população ativa. Isto ocorreu basicamente no caso do trabalho feminino, que combina com maior frequência atividades produtivas com atividades domésticas não-remuneradas (principalmente no campo), pelo fato de não ter havido uma orientação mais clara sobre o que se deveria entender por "estar trabalhando". Quanto às PNADs, não se pode esquecer que o levantamento da força de trabalho de 1968 incluía apenas pessoas de 14 anos e mais, enquanto em 1973 e 1976 foram indagadas todas as pessoas de 10 anos e mais. Desta forma a comparação entre taxas de atividade e o próprio volume da força de trabalho entre esses períodos deve atentar para tais diferenças.

Na agregação desses dados procurou-se utilizar uma divisão mais ampla que a tradicionalmente usada (setor primário, secundário e terciário) para se poder melhor avaliar os efeitos do crescimento econômico na estrutura do mercado de trabalho. No tocante ao secundário, a subdivisão da indústria de transformação em dinâmica e tradicional seguiu aquela efetuada no trabalho A Industrialização Brasileira: Diagnóstico e Perspectivas (Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1969). As dinâmicas compreendiam: metalúrgica, mecânica, material elétrico e de comunicação, material de transporte, minerais não metálicos, papel e papelão, borracha, produtos farmacêuticos, produtos de materiais plásticos e química. As tradicionais, por sua vez, abrangiam: fumo, mobiliário, madeira, couro, peles e produtos similares, têxtil, vestuário e calçados, produtos alimentares, bebidas e editorial e gráfica.

Já com relação ao terciário, a metodologia utilizada é uma aproximação daquela sugerida por Singer em Força de Trabalho e Emprego no Brasil (1971). Este setor foi subdividido nos seguintes subsetores:

- Serviços de consumo — que englobariam as atividades sociais (educação, saúde, previdência social, etc.); serviços governamentais (defesa nacional, segurança pública, serviços administrativos governamentais, legislativo e justiça); profissões liberais e prestação de serviços (com exceção daqueles referentes à conservação, reparação e instalação de máquinas e veículos). Para efeito de análise, esse item ficou desagregado em: serviços domésticos remunerados e outros serviços de consumo.

- Serviços de produção — que englobariam o comércio de mercadorias; comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, etc; e transportes, comunicações e armazenagem.

- Serviços de reparação – que incluíram conservação, reparação e instalação de máquinas e veículos.

Semelhante desagregação do terciário apresenta, tendo em conta os fins analíticos do texto, a vantagem de permitir diferenciar tipos de serviços cujo comportamento, em termos de absorção de mão-de-obra, traduziria fenômenos de significado econômico distinto. Assim, é bastante provável que a maior parcela do que se convencionou chamar de "desemprego disfarçado" esteja localizada nos serviços de consumo onde se inclui, por exemplo, o emprego doméstico. O mesmo não se pode dizer dos serviços de produção. Como este engloba ramos que servem direta ou indiretamente às atividades produtivas, seu crescimento reflete basicamente a intensidade e a qualidade das transformações decorrentes do processo de industrialização e desenvolvimento econômico. Já as atividades dos serviços de reparação, de peso pouco significativo, responderiam às necessidades de manutenção e reparação de produtos do setor industrial (máquinas e equipamentos) e de parcela do consumo de bens duráveis.

## II.1 - DIVISÃO SETORIAL DO TRABALHO (1940-1970)

Uma análise atenta da evolução do capitalismo brasileiro nas três décadas do período em questão mostra como as mudanças setoriais foram significativas, caracterizando um aprofundamento marcante na divisão social do trabalho. A expansão do investimento industrial-urbano a partir da década de trinta teve como contrapartida básica uma sistemática perda de importância relativa da absorção de mão-de-obra no setor primário. Verifica-se pela tabela 2b que a parcela da população economicamente ativa (PEA) ligada às atividades agrícolas passa de 65,9% em 1940 para 59,9% em 1950, 54,0% em 1960 e, finalmente, para 44,6% em 1970, sendo que esta queda é ainda mais acentuada entre as mulheres cuja participação é reduzida de 46,8% em 1940 para 20,5% em 1970.<sup>(1)</sup> Tomando-se entretanto os dados absolutos, é interessante observar que, embora este setor venha perdendo significado na estrutura econômica do país, o número de pessoas nele inseridas cresce ao longo das décadas a taxas anuais pequenas porém positivas como se depreende da tabela 2a: 0,5% entre 1940/1950, 1,8% entre 1950/1960 e 0,6% no último período.

A explicação do comportamento recém mencionado e da permanência em 1970 deste setor ainda como o maior absorvedor da mão-de-obra (44,6% - tabela 2b), passa necessariamente por considerações em torno da estrutura fundiária brasileira, mais particularmente pela constatação da presença ainda importante em determinadas regiões de unidades agrícolas minifundiárias, lado a lado às grandes propriedades rurais.<sup>(2)</sup> A questão que vem logo à mente seria a de saber qual a lógica que preside esta permanência. Não seria isto um obstáculo ao desenvolvimento da economia brasileira? A produção intelectual mais recente não tende, grosso modo, a ver este fenômeno como um entrave ao desenvolvimento nacional, mas sim como fator de apoio à formação de capital no pólo dinâmico do sistema econômico, vale dizer, o industrial-urbano. As diretrizes mais gerais da política econômica tenderiam a controlar o movimento para cima dos preços dos gêneros de primeira necessidade, na medida em que estes teriam como efeito elevar o nível de salário no setor urbano, definindo assim uma rentabilidade baixa para este tipo de produção agrícola que não estimularia o empresário a nela investir. Este espaço é, então, ocupado pela pequena produção, que pelo fato de utilizar normalmente pessoas da própria família que nada recebem pelo seu trabalho, apresenta uma produção com custos monetários mais baixos. (Graziano da Silva, 1976: pp. 46-47).

Volte-se agora à leitura dos dados da tabela 3a, cuja análise da posição do trabalhador na ocupação permite pinçar as tendências anteriores de comportamento da ocupação no campo. A pertinência desta tabela está dada pelo fato de se poder associar, em termos gerais, aqueles classificados como empregados e empregadores ao setor dito "moderno" (agropecuária empresarial), enquanto os autônomos e os sem remuneração o seriam ao "tradicional".<sup>(3)</sup>

À luz destas considerações pode-se verificar que o desengajamento de parcelas crescentes da população economicamente ativa do setor primário (tabela 2), em decorrência de suas transformações internas, pode ser apreendido também pelos dados da tabela 3a. Tomando-se a par

(1) Esta queda, apesar de significativa, deve ser ponderada em função dos problemas já mencionados com o Censo de 1940.

(2) Vale lembrar que, se por um lado, as grandes propriedades detêm o controle da maior proporção de terras, por outro, os estabelecimentos de menor porte são responsáveis pela maior absorção de trabalhadores agrícolas.

(3) A associação feita deve ser relativizada porquanto estas categorias não são homogêneas internamente. A discussão mais pormenorizada a este respeito está desenvolvida nas análises subsequentes - Divisão Regional do Trabalho e Mobilidade Ocupacional da Força de Trabalho.

ticipação relativa das categorias ligadas ao setor agrícola capitalista verifica-se que esta ten de a cair de 36,1% em 1940 para 27,0% em 1970. Este movimento certamente reflete, por um lado, a marcante expansão da mecanização na agricultura brasileira, ou mais precisamente, o processo de modernização por que passa a grande propriedade - "produção crescentemente dirigida ao mercado, cada vez mais especializada, requerendo trabalho mais contínuo e técnicas mais apuradas" (Madeira e Singer, 1973: p. 23) - expresso mais particularmente na queda da categoria empregado (33,5% em 1940 para 25,4% em 1970) e, por outro, uma tendência à concentração fundiária espelhada na participação relativa decrescente da categoria empregador que desce de 2,6% em 1940 para 1,6% em 1970.

A análise da atuação positiva da ocupação agrícola em termos absolutos encontra também aqui apoio. A presença substantiva da pequena produção camponesa na agricultura brasileira, como elemento explicativo da permanência de uma fração de 44,6% da população economicamente ativa neste setor em 1970, é pela tabela 3a amplamente confirmada. Utilizando-se a soma dos percentuais referentes às categorias autônomas e sem remuneração como aproximação válida do montante de força de trabalho alocada nas pequenas propriedades (parceiros, agregados, membros não-remunerados da família, etc ...) observa-se a relevância da participação da população economicamente ativa agrícola em relações de trabalho não tipicamente capitalistas. Esta além de ser elevada a cada ano considerado é também tendencialmente crescente, sendo da ordem de 63,9% em 1940, 62,5% em 1950, 72,2% em 1960 e, finalmente, de 73,0% em 1970. Saliente-se o fato de que nesta forma de produção agrícola o trabalho feminino é amplamente usado - para homens e mulheres, respectivamente, aquelas taxas passam de 61,7% e 78,1% em 1940 para 72,0% e 82,4% em 1970 - dada a possibilidade de se conciliar na chamada "agricultura de subsistência" o trabalho na produção agrícola com o trabalho doméstico.

Tendo-se em conta a importância que assume na dinâmica da economia a formação de capital na indústria e a conseqüente redivisão setorial do trabalho social, passa-se agora à análise dos setores não-agrícolas. As considerações acerca do setor secundário, setor líder da economia neste processo, assume importância redobrada pois seu comportamento é, até certo ponto, o fio condutor que unifica a compreensão dos demais. A tendência secular da ocupação apresentada no período é a de expansão da parcela da população economicamente ativa a ele ligada que passa (Vertabela 2b) de 10,3% em 1940 para 18,0% em 1970. A nível da análise por sexo fica claro que este efetivo processo de industrialização tendeu a favorecer substantivamente a participação da mão-deobra masculina, que dobra de 10,2% para 20,0% entre os pontos extremos do período considerado, enquanto a feminina permanece em 1970 quase ao mesmo nível de 1940. O comportamento ascendente desse setor não é, entretanto, o mesmo ao longo das três décadas, pois a sua participação de cresce entre 1950 e 1960 de 13,7% para 12,9% (tabela 2b), apresentando aí uma taxa de crescimento anual de apenas 2,3%, contra uma de 4,5% entre 1940/50 e 6,1% no período subsequente (tabela 2a).

A explicação para tal desempenho está no caráter das transformações estruturais dos anos 50 que refletiriam um salto qualitativo no processo de industrialização brasileiro, um novo estágio do desenvolvimento econômico nacional. Esta nova etapa de expansão industrial configurou uma reordenação significativa na composição da oferta industrial, não só em função da implantação dos setores industriais produtores de bens de produção e de consumo durável, como também em decorrência da alteração da estrutura técnica das empresas ditas tradicionais. É este processo de violenta modernização que atinge os ramos tradicionais que responde, basicamente, pelo decréscimo da demanda de trabalho no secundário. A mesma conclusão pode ser encontrada no trabalho A

Industrialização Brasileira: Diagnóstico e Perspectivas que, tendo como fonte os Censos Econômicos e Registros Industriais, assim coloca a questão: "Releva notar a situação das indústrias tradicionais no período 1949/59, onde assistimos a um aumento relativamente grande da produtividade associado a um baixo crescimento do produto e do emprego, o que parece sugerir uma forte renovação tecnológica e organizacional, ou seja, um forte investimento, restrito a algumas indústrias deste grupo justamente aquele que absorve a maior parcela do emprego e admite a maior heterogeneidade tecnológica em seu universo." (Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1969: p. 143).<sup>(4)</sup>

Voltando à discussão dos dados, encontra-se a nível do comportamento interno do setor secundário respaldo às colocações feitas anteriormente. A análise da "performance" dos subsectores do secundário tem na indústria de transformação e na construção civil os melhores resultados, pois estes não só absorvem respectivamente ao longo do período a maior parcela das pessoas ocupadas ligadas a este setor – 72,4% e 17,3% em 1940, 68,5% e 24,9% em 1950, 66,4% e 26,5% em 1960 e 61,2% e 32,4% em 1970 (tabela 2) – como também apresentam taxas de crescimento anuais bastante significativas, tendo-se presente a importância da base absoluta de que partem – 3,9% e 8,3% em 1940/50, 2,0% e 2,9% em 1950/60 e 5,2% e 8,2% em 1960/70 (tabela 2a). Evidencie-se aqui o impacto da indústria de construção civil sobre o mercado de trabalho a partir de meados da década de 60, absorvendo parcelas elevadas da força de trabalho, principalmente da masculina. Isto está associado, em grande medida, à dinamização dos programas habitacionais ligados à atuação do BNH e à intensificação do investimento em obras de infra-estrutura, denotando-se a relevância da demanda do governo no crescimento deste subsector.

No que tange à análise por sexo, a participação de mão-de-obra masculina é predominante em ambos os subsectores. Na construção civil, por exemplo, a presença da mão-de-obra feminina é irrisória respondendo por apenas 0,6% do total de mulheres ligadas ao secundário em 1940, 0,9% em 1950, 1,3% em 1960 e 2,3% em 1970, ao passo que este mesmo indicador seria para os homens da ordem de 21,4%, 29,7%, 31,7% e 36,6% para os anos respectivos (tabela 2). É na indústria de transformação, entretanto, onde a proporção de homens para mulheres é de cerca de três para um no período, que se concentra a maior parcela de mão-de-obra feminina do secundário: 97,5% em 1940, 98,0% em 1950, 97,2% em 1960 e 95,7% em 1970. É interessante frisar ainda que, tomando-se a desagregação deste subsector em indústrias dinâmicas e tradicionais, são estas últimas as que mais absorvem mulheres (apesar da predominância incontestada de homens em ambas): 90,5% em 1940, 82,7% em 1950, 83,5% em 1960 e 72,2% em 1970 contra 7,0%, 15,3%, 13,7% e 23,5% no que toca às dinâmicas (tabela 2).

Antes de passar propriamente ao exame do terciário, seria razoável salientar que as colocações de caráter explicativo mais gerais já feitas, referentes aos efeitos da passagem de um padrão de desenvolvimento industrial para outro qualitativamente distinto, são o pano de fundo da análise do setor em questão. Como se sabe o setor terciário tende a crescer na esteira de qualquer processo de industrialização e de urbanização. No caso da economia brasileira, ele vem ganhando importância relativa ao engajar parcelas sempre crescentes da população economicamente

(4) Tavares em sua tese de livre docência compartilha também desta visão: "A baixa taxa de emprego registrada pela indústria na década dos anos 1950, se deve menos à alta intensidade dos novos setores, do que à modernização dos ramos tradicionais (textil e alimentar), cuja participação relativa no emprego era muito alta no começo da década. Isto significa que a aceleração da intensidade de capital em setores ou atividades já existentes foi muito mais prejudicial para o emprego industrial do que a introdução de novos setores cuja intensidade de capital era inicialmente superior à média." (Tavares, 1974: pp. 141-142).

ativa, como se pode observar pela tabela 2b: 23,1% em 1940, 26,1% em 1950, 31,5% em 1960 e 35,7% em 1970. Tal expansão é, entretanto, diferenciada em termos de intensidade por década, pois as taxas de crescimento anuais apresentam oscilações reveladoras: 2,7% entre 1940 e 1950, 4,8% em 1950/60 e 3,9% em 1960/70 (tabela 2a).

Pela análise por sexo, o que salta aos olhos é o peso substantivo e ascendente da participação feminina no terciário que absorve em 1940, 42,2% da população economicamente ativa feminina, em 1950 53,8%, em 1960 55,7% e em 1970 67,2% (tabela 2b). Quanto à participação dos homens do terciário no total da população economicamente ativa masculina, os dados apontam para 18,6%, 21,3%, 26,1% e 27,4% nos anos em pauta (tabela 2b), não se devendo perder de vista, no entanto, que estas taxas representam números absolutos que espelham uma flagrante superioridade masculina neste subsetor.

Tendo em conta as tendências gerais precedentes parece ser válido afirmar que o comportamento dos dados — principalmente o da taxa de crescimento anual (tabela 2a) que pula de 2,7% para 4,8%, e depois cai para 3,9% ao longo dos três períodos intercensitários — sustenta a idéia de que a transição para um estágio mais avançado de desenvolvimento econômico nacional, em que há uma profunda alteração no perfil da oferta industrial (aparecimento de novos ramos, adição pelos ramos tradicionais de processos técnicos de maior densidade de capital, etc ...), tem efeitos marcantes sobre a dinâmica do mercado de trabalho em termos de expansão da demanda por este fator. Como o atesta Faria: "Estas características contrastantes entre as décadas foram o resultado de transformações estruturais na economia. Durante os anos 50, as mudanças na estrutura econômica, que abriram caminho para um novo estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista, restringiriam a capacidade dos setores urbanos de absorver produtivamente a população. A "performance" da economia dos anos 60, entretanto, indica que esta incapacidade foi conjuntural e não estrutural. De fato, apesar da contração da economia nos anos iniciais da década de 60, logo que o novo, mais avançado e mais concentrado estágio de desenvolvimento capitalista no Brasil estava estabelecido, o setor secundário foi, novamente, capaz de gerar novos empregos em grande escala." (Faria, 1976: p. 173).

A análise do comportamento interno do terciário revela as categorias outros serviços de consumo e serviços de produção como sendo as que apresentam as maiores presenças relativas ao longo dos 30 anos em exame. A participação destes subsetores no emprego do terciário se move, respectivamente, de 42,4% e 38,1% em 1940 para 39,6% e 39,6% em 1950, 38,5% e 38,4% em 1960 e, por fim, 42,0% e 37,7% no ano final (tabela 2). Quanto à taxa de crescimento anual, aquelas que apresentam são significativas considerando-se que a base absoluta de que partem são bem superiores às demais: para 1940/50 3,1% e 2,0%, para 1950/60 4,5% e 4,5% e, no último período, 4,8% e 3,7% (tabela 2a).

Em termos de exame por sexo, a importância da expansão contínua da categoria outros serviços de consumo para as mulheres (tenha-se claro, entretanto, que em termos absolutos os homens são mais numerosos) está associada ao desenvolvimento que eleva a demanda por serviços educacionais, de saúde, etc ..., áreas férteis para o crescimento da ocupação feminina, que apresenta para os anos censitários participações na população economicamente ativa feminina de 21,0%, 23,5%, 27,0% e 31,3% contra 7,1%, 8,1%, 8,8% e 10,7% (tabela 2b) da parte dos homens. Ainda a nível de subsetor, o comportamento descrito só é comparável em importância para as mulheres dos serviços domésticos remunerados que têm, no total da mão-de-obra feminina, peso crescente e até mes

mo próximo da categoria anterior: 18,6% em 1940 e 25,0%, 22,7% e 27,5% nos anos ulteriores (tabela 2b). No que tange ao outro subsetor mencionado, os serviços de produção, a preponderância (absoluta e relativa) é de homens, cuja participação na população economicamente ativa masculina no período vis-à-vis à das mulheres (na população economicamente ativa feminina) seria de 10,3% e 2,5%, 11,2% e 5,2%, 13,4% e 5,8% e, por fim, 14,8% e 8,3% ao longo dos quatro anos selecionados (tabela 2b). O desempenho apresentado pelas categorias outros serviços de consumo e serviços de produção na ocupação do terciário traduz que o crescimento da participação deste setor no total da população economicamente ativa é devido fundamentalmente ao efetivo processo de industrialização que tem lugar nos trinta anos em relevo, pois este teve não só o efeito de expandir a divisão social do trabalho ao separar as atividades de produção das de distribuição (serviços de produção), como também o de incrementar a presença do Estado nas atividades sócio-econômicas (os serviços governamentais são parte da categoria outros serviços de consumo).

Suportes às considerações mais gerais que foram feitas são encontrados ainda, na análise das tabelas 3 e 3a da população economicamente ativa por posição na ocupação. Aqui, a presença da categoria "empregado", de longe a mais significativa, tem sua participação elevada no total da ocupação não-agrícola de 64,6% em 1940 para 76,2% em 1950, 74,6% em 1960 e 79,1% em 1970 (tabela 3a), reflexo da importância que assume o processo de expansão industrial urbano no comando da formação de capital nos anos considerados. Na análise por sexo a tendência explícita na tabela é basicamente a mesma:<sup>(5)</sup> para homens e mulheres obtem-se, respectivamente, 74,3% e 81,5% em 1950, 74,0% e 76,3% em 1960 e, por último, 76,7% e 84,3% em 1970 (tabela 3a), confirmando a crescente difusão na sociedade brasileira de relações de trabalho tipicamente capitalistas. Esta tendência secular da categoria é quebrada, sugestivamente, na década de 50 (queda de 76,2% em 1950 para 74,6% em 1960 — tabela 3a) em decorrência da reordenação das relações inter-setoriais a nível da estrutura produtiva industrial, com efeito inibidor sobre a demanda no dito "setor formal" do mercado de trabalho e dilatador da face "informal" desse mercado, como será visto pelo exame que se segue da categoria "autônomos". Sua participação relativa dentro das atividades não agrícolas é, apesar da propensão ao decréscimo, a segunda em importância passando de 31,1% em 1940 para 17,2% em 1950, 21,8% em 1960 e 18,7% no ano final (tabela 3a). Tomando-se os dados por sexo tem-se em termos de ocupação masculina um desempenho que segue quase que literalmente o do total, ou seja, tendência à queda da participação, com exceção dos anos 50: 25,6% em 1940, 18,1% em 1950 e 22,2% em 1960 e 20,5% em 1970 (tabela 3a). Já as mulheres apresentam uma participação de 14,8% em 1950 e 20,6% e 14,6% nos dois últimos anos (tabela 3a). O comportamento descrito se ajusta perfeitamente não só às colocações feitas quanto à expansão da categoria "empregado", ao traduzir que, em linhas gerais, existe uma relação inversa entre participação do trabalho autônomo e expansão capitalista (crescimento relativo dos assalariados maior), como também a excepcionalidade das transformações estruturais da década de 50 responsáveis pelo já mencionado efeito dilatador sobre o "setor informal" do mercado de trabalho expresso na passagem do número de autônomos no setor não-agrícola de 17,2% em 1950 para 21,8% em 1960 e posterior queda para 18,7% em 1970 (tabela 3a).

Para finalizar, seria interessante recuperar algumas breves considerações sobre o processo de desenvolvimento industrial efetivado no correr destes trinta anos. A industrializa

(5) A análise restringiu-se aos anos 1950, 1960 e 1970 porquanto os dados da população economicamente ativa de 1940 apresentam diferenças conceituais que afetam a comparabilidade.

ção, como processo dinâmico de transformações, tem não só alterado o perfil da distribuição setorial da ocupação, como também expandido o montante desta na economia. Neste sentido, seria válido afirmar que este processo tem apresentado um comportamento positivo em termos de expansão do volume de força de trabalho absorvida no período. Como foi visto, esta tendência secular do secundário só foi quebrada na década de 50 com a nova etapa de expansão industrial que se inicia com o Plano de Metas. O resultado foi um baixo crescimento da demanda de trabalho, não tanto devido à grande densidade de capital dos novos setores, mas sim à rápida modernização dos ramos tradicionais. Não obstante, tão logo todos os ramos industriais estejam colocados em uníssono com o novo padrão de industrialização, nada impede a expansão do ritmo de criação de novas oportunidades de trabalho, o que efetivamente ocorre na década seguinte quando, a despeito dos anos recessivos (1964/67) por que passou a economia, a absorção de pessoas pela indústria de transformação cresceu a uma taxa média anual de 5,2% e no secundário como um todo a 6,1% (tabela 2a). Na verdade, isto não deve impedir que se tenha consciência, a partir de comparações com os padrões internacionais, da baixa participação relativa da mão-de-obra industrial na população economicamente ativa do país (Ministério do Planejamento, 1969). Este "desvio" com referência aos países desenvolvidos é explicado menos por uma estrutura tecnológica inadequada à disponibilidade de fatores existentes, do que pela existência de um complexo industrial que se expandiu de forma desequilibrada. Este desequilíbrio está expresso, por exemplo, na dimensão relativamente estreita do setor de bens de capital cuja participação na produção industrial global é pouco significativa (Conceição e Belluzo, 1978: p. 13). Isto é relevante desde que se tenha em conta os acentuados efeitos bilaterais (para frente e para trás) deste setor industrial e os consequentes impulsos internos gerados na economia, que são em parte perdidos ao se deixar "vazar" para o exterior (via importações) parcelas da demanda interna por estes bens.

Os comentários anteriores vão, até certo ponto, em direção oposta às teses mais gerais da chamada "teoria da marginalidade" na medida em que esta propugna que a pouca capacidade de absorção de mão-de-obra de um processo de desenvolvimento industrial dependente (fruto do uso de tecnologia avançada) se traduziria, entre outras coisas, num crescimento desproporcionado do terciário. Na verdade não há, ao nível agregado dos dados utilizados, sinal de um crescente "inchaço" deste setor que deveria se manifestar numa elevação contínua da razão entre a força de trabalho no terciário e no secundário (Faria, 1976: p. 174) — indicador usual porém precário do fenômeno. Tal não parece acontecer pois, pelos dados da tabela 2, esta razão seria da ordem de 2,2 em 1940, 1,9 em 1950, 2,4 em 1960, e 2,0 em 1970, o que revela uma certa estabilidade da proporção de pessoas ligadas a estes setores. O que de fato o fenômeno estaria a denotar seria, não uma "inchaço" do terciário ou uma "escassez relativa" de capital, mas sim a ausência de condições mínimas para a realização de um lucro razoável em determinados segmentos produtivos, em função do tamanho e do grau de concentração dos mercados. Explicando melhor: o volume de operações sendo muito pequeno e disperso geograficamente não estimularia a capitalização e, portanto, a penetração de formas de organização da produção de cunho empresarial em um primeiro momento nestas atividades. Como desdobramento disto tem-se um crescimento do terciário assentado em processos produtivos "labor-intensive" mas ligado, em última instância, à industrialização e desenvolvimento econômico.

## 1 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE

BRASIL

1940/1976

Em 1 000 pessoas

GRUPOS DE IDADE	1940 <sup>(1)</sup>	1950	1960	1970	1976 <sup>(2)</sup>
TOTAL .....	14 020,1	17 117,4	22 750,0	29 557,2	40 236,7
10 a 19 anos .....	3 733,0	4 051,9	4 696,7	5 901,8	9 150,1
20 a 29 anos .....	3 891,1	4 961,6	6 463,5	8 541,8	11 910,8
30 a 39 anos .....	2 644,8	3 412,8	4 831,9	6 230,0	7 997,9
40 a 49 anos .....	1 906,4	2 388,4	3 414,5	4 587,5	5 892,9
50 a 59 anos .....	1 106,4	1 384,3	2 012,3	2 661,8	3 412,7
60 a 69 anos .....	521,4	657,9	979,9	1 197,1	1 504,8
70 anos e mais .....	205,5	205,9	299,9	358,1	343,4
Idade Ignorada .....	11,5	54,6	51,3	79,1	24,1
HOMENS .....	11 780,6	14 609,9	18 673,1	23 391,8	28 479,8
10 a 19 anos .....	2 729,3	3 113,4	3 499,1	4 240,3	5 958,0
20 a 29 anos .....	3 298,1	4 184,3	5 225,9	6 565,9	8 137,7
30 a 39 anos .....	2 385,1	3 054,5	4 110,7	5 096,9	5 772,7
40 a 49 anos .....	1 726,7	2 162,6	2 931,4	3 805,3	4 412,6
50 a 59 anos .....	993,3	1 262,5	1 747,6	2 261,8	2 674,7
60 a 69 anos .....	460,1	602,0	857,1	1 042,7	1 228,1
70 anos e mais .....	178,5	186,5	261,4	315,0	287,2
Idade Ignorada .....	9,5	44,1	39,9	63,9	8,8
MULHERES .....	2 239,5	2 507,5	4 076,9	6 165,4	11 756,9
10 a 19 anos .....	1 003,7	938,5	1 197,6	1 661,5	3 192,1
20 a 29 anos .....	593,0	777,3	1 237,6	1 975,9	3 773,1
30 a 39 anos .....	259,7	358,3	721,2	1 133,1	2 225,2
40 a 49 anos .....	179,7	225,8	483,1	782,2	1 480,3
50 a 59 anos .....	113,1	121,8	264,7	400,0	738,0
60 a 69 anos .....	61,3	55,9	122,8	154,4	276,7
70 anos e mais .....	27,0	19,4	38,5	43,1	56,2
Idade Ignorada .....	2,0	10,5	11,4	15,2	15,3

FONTE: Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970 e PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

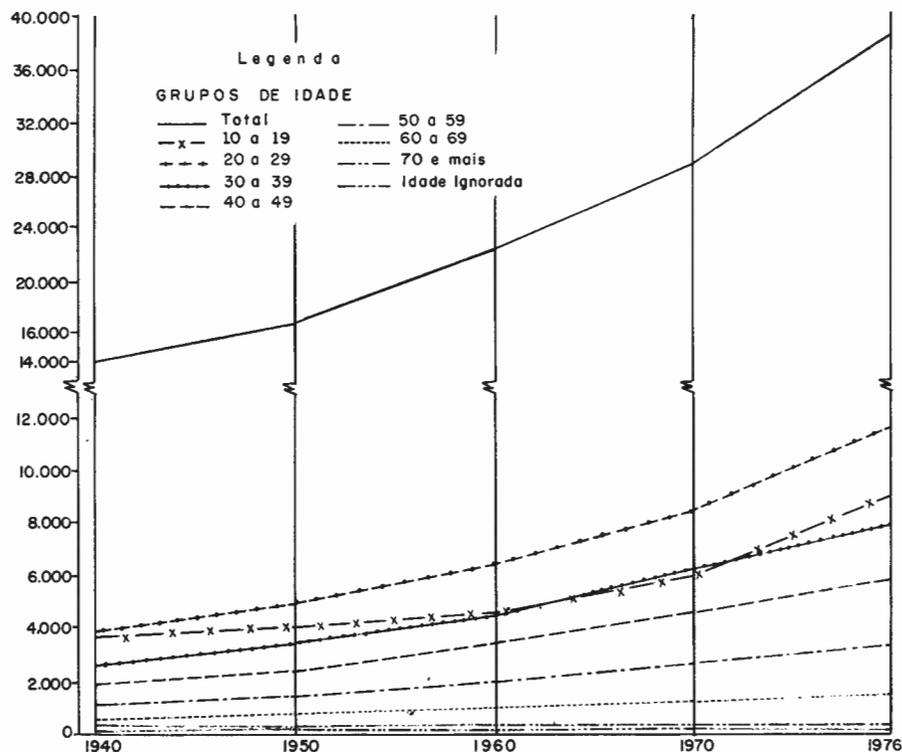
NOTAS: (1)

A PEA de 1940, quando distribuída por grupos de idade, não inclui as pessoas com atividades domésticas remuneradas, atividades mal definidas ou não compreendidas nos ramos discriminados na publicação, pois estas pessoas foram agregadas à População Não Economicamente Ativa.

(2) Foi considerada a População Economicamente Ativa do ano de referência. Os dados de 1976 não incluem a área rural da Região VII (Região Norte e os Estados de Mato-Grosso e Goiás).

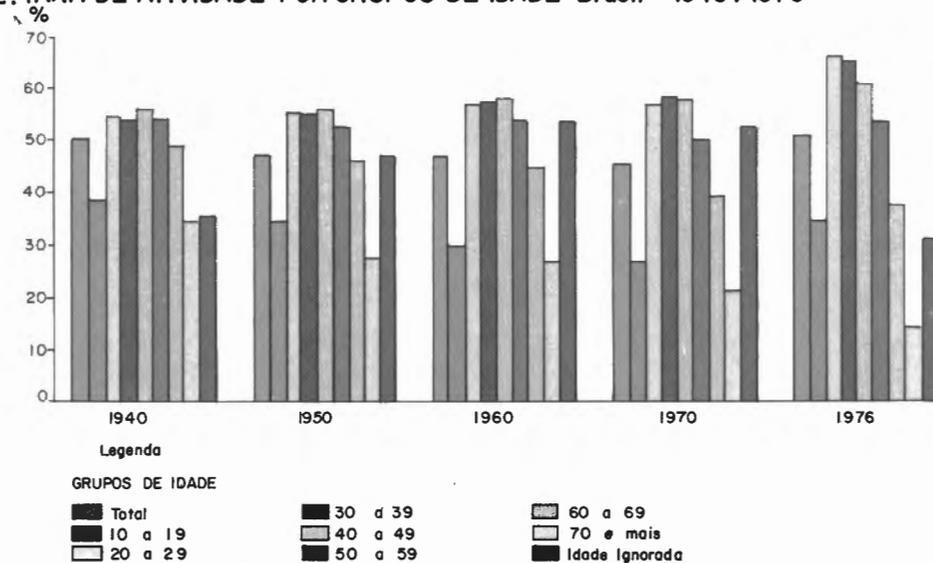
# I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR GRUPOS DE IDADE Brasil - 1940/1976

(em 1000)



FONTE: Ver Tabela 1

# 2. TAXA DE ATIVIDADE POR GRUPOS DE IDADE - Brasil - 1940/1976



FONTE: Ver Tabela 1a

1a - TAXA DE ATIVIDADE<sup>(1)</sup> POR SEXO E GRUPOS DE IDADE

BRASIL

1940/1976

GRUPOS DE IDADE	1940	1950	1960	1970	1976
TOTAL .....	48,4	46,8	46,6	44,9	51,5
10 a 19 anos .....	38,2	34,3	29,8	26,6	35,3
20 a 29 anos .....	54,5	54,4	56,3	57,7	66,1
30 a 39 anos .....	54,2	54,3	57,0	58,1	65,5
40 a 49 anos .....	55,5	54,7	57,3	57,3	62,4
50 a 59 anos .....	54,2	52,2	53,6	50,7	54,5
60 a 69 anos .....	48,7	45,3	44,7	39,1	38,0
70 anos e mais .....	34,5	27,3	26,3	21,0	15,0
Idade Ignorada .....	35,5	46,8	53,7	52,2	32,7
HOMENS .....	81,8	80,8	77,2	71,8	74,2
10 a 19 anos .....	56,3	53,6	45,2	38,8	46,4
20 a 29 anos .....	95,1	94,8	94,4	90,8	93,1
30 a 39 anos .....	97,2	97,1	97,3	96,2	96,8
40 a 49 anos .....	96,7	96,3	96,0	93,9	93,9
50 a 59 anos .....	94,4	92,8	90,3	85,3	85,0
60 a 69 anos .....	88,0	82,6	76,5	68,1	62,8
70 anos e mais .....	68,8	56,6	49,3	40,4	27,4
Idade Ignorada .....	64,4	81,8	85,4	83,2	71,9
MULHERES .....	15,4	13,6	16,7	18,5	29,6
10 a 19 anos .....	20,4	15,6	15,0	14,8	24,4
20 a 29 anos .....	16,2	16,5	20,8	26,1	40,7
30 a 39 anos .....	10,7	11,4	17,0	20,9	35,7
40 a 49 anos .....	10,9	10,7	16,7	19,8	31,2
50 a 59 anos .....	11,5	9,5	14,5	15,4	23,7
60 a 69 anos .....	11,2	7,7	11,5	10,1	13,8
70 anos e mais .....	8,0	4,6	6,3	4,7	4,5
Idade Ignorada .....	11,3	16,7	23,4	20,4	4,9

FONTE: Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970 e PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) A taxa de atividade por grupo etário é a relação entre a População Econômicamente Ativa de uma certa faixa etária e a População desta mesma faixa etária.

2 - POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS POR SEXO SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E O SETOR DE ATIVIDADE

BRASIL  
1940/1970

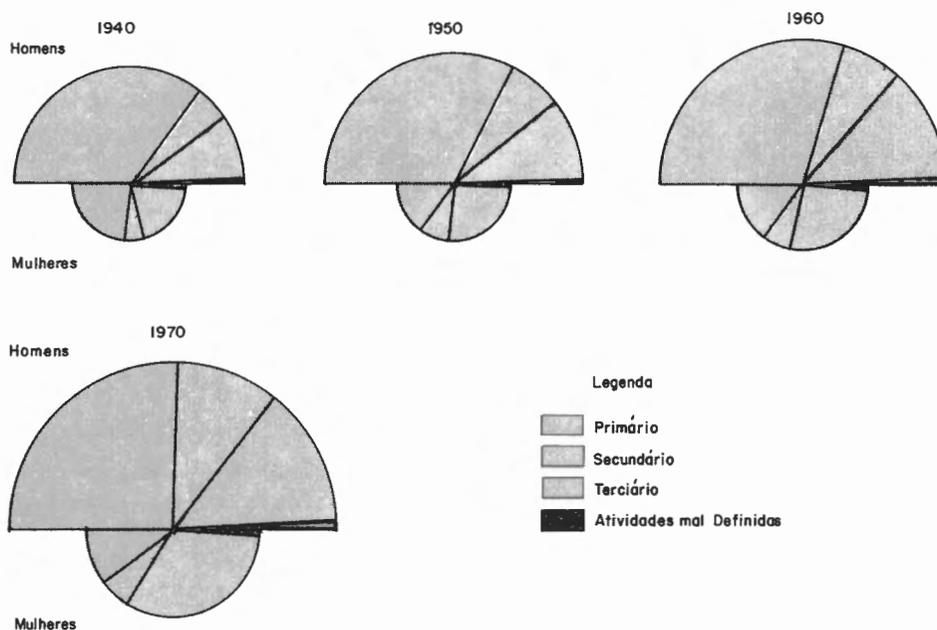
Em 1 000 pessoas

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E SETOR DE ATIVIDADE	1940			1950			1960			1970 (1)		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES									
TOTAL .....	29 037,8	14 434,6	14 603,2	36 558,0	18 088,3	18 469,7	48 828,6	24 192,9	24 635,7	65 643,4	32 382,8	33 260,6
ECONOMICAMENTE ATIVA .....	14 758,6	11 959,0	2 799,6	17 117,4	14 609,8	2 507,6	22 750,0	18 673,2	4 076,8	29 338,5	23 218,1	6 120,4
Primário .....	9 725,7	8 415,1	1 310,6	10 253,9	9 495,6	758,3	12 275,1	11 050,4	1 224,7	13 090,4	11 832,7	1 257,7
Secundário .....	1 518,4	1 220,8	297,6	2 347,2	1 955,6	391,6	2 942,5	2 444,9	497,6	5 295,4	4 659,5	635,9
Extrativa Mineral .....	118,4	113,5	4,9	116,0	113,4	2,6	133,2	129,6	3,6	175,4	172,3	3,1
Indústrias de Transformação	1 099,5	809,3	290,2	1 608,3	1 224,6	383,7	1 954,2	1 470,5	483,7	3 241,9	2 633,1	608,8
Dinâmicas .....	263,9	243,2	20,7	455,3	395,2	60,1	633,6	565,6	68,0	1 369,8	1 220,0	149,8
Tradicionalis .....	835,6	566,1	269,5	1 153,0	829,4	323,6	1 320,6	904,9	415,7	1 872,1	1 413,1	459,0
Indústrias da Construção Cívil .....	262,7	261,0	1,7	584,6	580,8	3,8	781,2	774,3	6,9	1 719,7	1 704,6	15,1
Serviços industriais de utilidade Pública .....	37,8	37,0	0,8	38,3	36,8	1,5	73,9	70,5	3,4	158,4	149,5	8,9
Terciário .....	3 411,4	2 231,3	1 180,1	4 469,6	3 120,6	1 349,0	7 156,9	4 883,7	2 273,2	10 458,3	6 348,4	4 109,9
Serviços de consumo .....	2 002,6	893,8	1 108,8	2 442,1	1 225,7	1 216,4	3 740,5	1 712,7	2 027,8	6 142,7	2 545,1	3 597,6
Serviços domésticos remunerados .....	557,3	37,2	520,1	673,6	46,7	626,9	986,9	62,4	924,5	1 748,1	68,0	1 680,1
Outros serviços de consumo .....	1 445,3	856,6	588,7	1 768,5	1 179,0	589,5	2 753,6	1 650,3	1 103,3	4 394,6	2 477,1	1 917,5
Serviços de produção .....	1 301,1	1 232,2	68,9	1 771,1	1 640,5	130,6	2 747,4	2 508,0	239,4	3 942,0	3 432,2	509,8
Serviços de reparação .....	107,7	105,3	2,4	256,4	254,4	2,0	669,0	663,0	6,0	373,6	371,1	2,5
Atividades mal definidas .....	103,1	91,8	11,3	46,7	38,0	8,7	375,5	294,2	81,3	494,4	377,5	116,9
NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA .....	14 279,2	2 475,6	11 803,6	19 440,6	3 478,5	15 962,1	26 078,6	5 519,7	20 558,9	36 304,9	9 164,7	27 140,2

FONTE: Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970 - DEISO-IBGE.

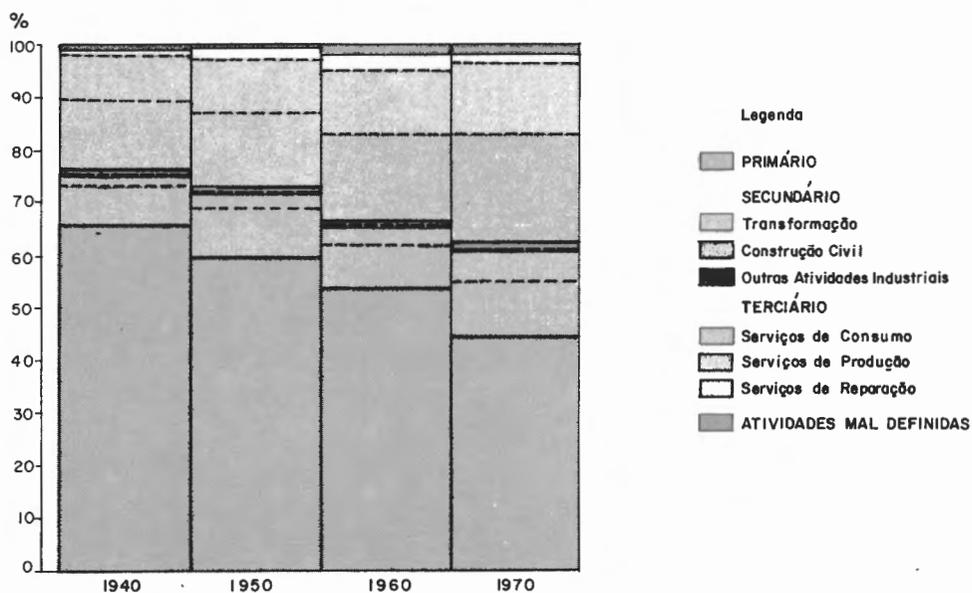
NOTA: (1) Não inclui as pessoas procurando trabalho pela primeira vez

### 3. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA Por Sexo Segundo o Setor de Atividade - Brasil - 1940/1970



FONTE: Ver Tabela 2

### 4. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETOR DE ATIVIDADE - BRASIL - 1940/1970



FONTE: Ver Tabela 2b

2a - TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO, SEGUNDO A  
CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E O SETOR DE ATIVIDADE

BRASIL  
1940/1970

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E SETOR DE ATIVIDADE	1940/1950			1950/1960			1960/1970		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL .....	2,3	2,3	2,4	2,9	3,0	2,9	3,0	3,0	3,0
ECONOMICAMENTE ATIVA .....	1,5	2,0	-1,1	2,9	2,5	5,0	2,6	2,2	4,1
Primário .....	0,5	1,2	-5,3	1,8	1,5	4,9	0,6	0,7	0,3
Secundário .....	4,5	4,8	2,8	2,3	2,3	2,4	6,1	6,7	2,5
Extrativa Mineral .....	-0,2	-0,0	-6,2	1,4	1,3	3,3	2,8	2,9	-1,4
Indústria de Transformação .....	3,9	-4,2	2,8	2,0	1,8	2,3	5,2	6,0	2,3
Dinâmicas .....	5,6	5,0	11,2	3,4	3,6	1,2	8,0	8,0	8,2
Tradicional .....	3,3	3,9	1,8	1,4	0,9	2,5	3,6	4,6	1,0
Indústria da Construção Civil .....	8,3	8,3	8,9	2,9	2,9	6,0	8,2	8,2	8,1
Serviços Industriais de Utilidade Pública .....	0,1	-0,1	6,7	6,8	6,7	8,4	7,9	7,8	10,1
Terciário .....	2,7	3,4	1,3	4,8	4,6	5,4	3,9	2,7	6,1
Serviços de Consumo .....	2,0	3,2	0,9	4,4	3,4	5,2	5,1	4,0	5,9
Serviços domésticos remunerados .....	1,9	2,3	1,9	3,9	2,9	4,0	5,9	0,9	6,2
Outros Serviços de Consumo .....	2,0	4,5	0,0	4,5	3,4	6,5	4,8	4,1	5,7
Serviços de Produção .....	3,1	2,9	6,6	4,5	4,3	6,2	3,7	3,2	7,9
Serviços de Reparação .....	9,1	9,2	-1,8	10,1	10,1	11,8	-5,7	-5,6	-8,5
Atividades mal definidas .....	-7,6	-8,4	-2,6	23,2	22,7	25,1	2,8	2,5	3,7
NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA .....	3,1	3,5	3,1	3,0	4,7	2,6	3,4	5,2	2,8

FONTE: Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970-DEISO-IBGE.

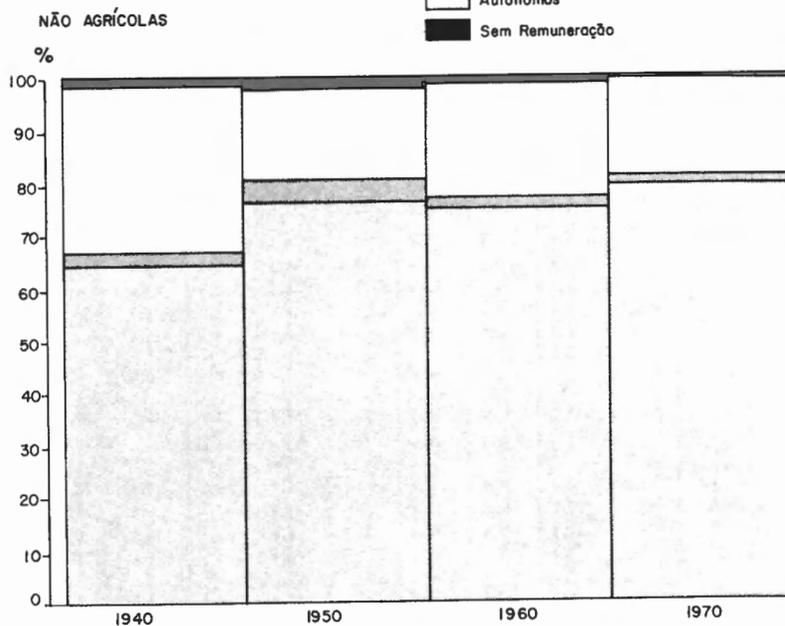
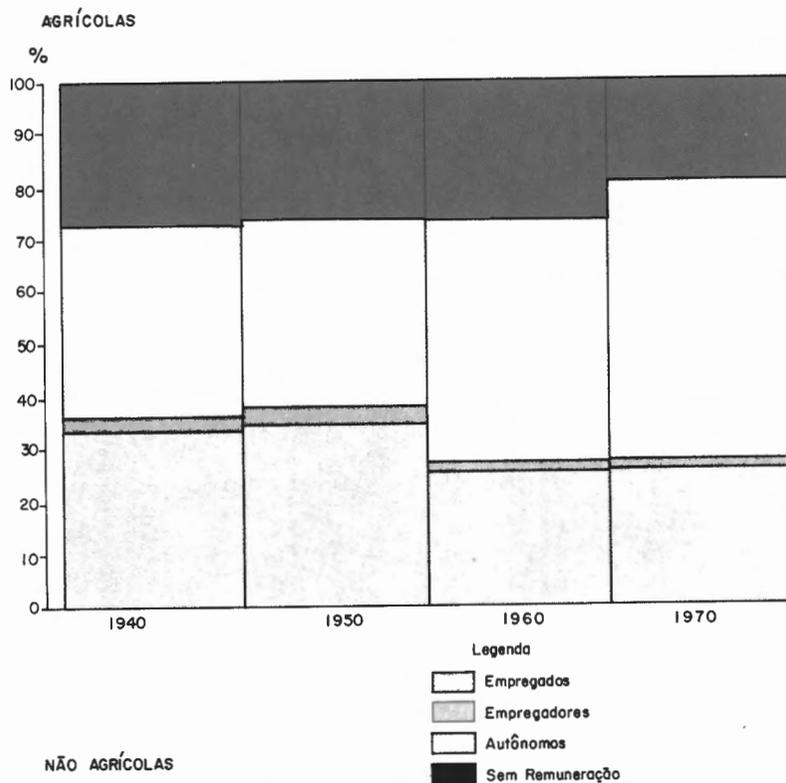
2b - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO O SEXO POR SETOR DE ATIVIDADE

BRASIL  
1940/1970

SETOR DE ATIVIDADE	1940			1950			1960			1970		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES									
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Primário .....	65,9	70,4	46,8	59,9	65,0	30,3	54,0	59,2	30,0	44,6	51,0	20,5
Secundário .....	10,3	10,2	10,6	13,7	13,4	15,6	12,9	13,1	12,3	18,0	20,0	10,4
Extrativa mineral .....	0,8	1,0	0,2	0,7	0,8	0,1	0,6	0,7	0,1	0,6	0,7	0,1
Indústria de transformação .....	7,4	6,7	10,3	9,4	8,4	15,3	8,6	7,9	11,9	11,0	11,3	9,9
Dinâmica .....	1,8	2,0	0,7	2,7	2,7	2,4	2,8	3,1	1,7	4,7	5,2	2,4
Tradicional .....	5,6	4,7	9,6	6,7	5,7	12,9	5,8	4,8	10,2	6,3	6,1	7,5
Construção Civil .....	1,8	2,2	0,1	3,4	4,0	0,1	3,4	4,1	0,2	5,9	7,4	0,3
Serviços Industriais de Utilidade Pública .....	0,3	0,3	0,0	0,2	0,2	0,1	0,3	0,4	0,3	0,5	0,6	0,1
Terciário .....	23,1	18,6	42,2	26,1	21,3	53,8	31,5	26,1	55,7	35,7	27,4	67,2
Serviços de Consumo .....	13,6	7,4	39,6	14,2	8,4	48,5	16,4	9,1	49,7	21,0	11,0	58,8
Serviços domésticos remunerados .....	3,8	0,3	18,6	3,9	0,3	25,0	4,3	0,3	22,7	6,0	0,3	27,5
Outros serviços de consumo .....	9,8	7,1	21,0	10,3	8,1	23,5	12,1	8,8	27,0	15,0	10,7	31,3
Serviços de produção .....	8,8	10,3	2,5	10,4	11,2	5,2	12,1	13,4	5,8	13,4	14,8	8,3
Serviços de reparação .....	0,7	0,9	0,1	1,5	1,7	0,1	3,0	3,6	0,2	1,3	1,6	0,1
Atividades mal definidas .....	0,7	0,8	0,4	0,3	0,3	0,3	1,6	1,6	2,0	1,7	1,6	1,9

FONTE: Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970 - DEISO-IBGE.

## 5. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS Segundo Posição na Ocupação - Brasil - 1940/1970



FONTE: Ver Tabela 3a

3 - POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO, SEGUNDO CONDIÇÃO DE ATIVIDADE, ATIVIDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

BRASIL  
1940/1970

Em 1 000 pessoas

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE, ATIVIDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1940			1950			1960			1970		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL .....	28 923,6	14 375,1	14 548,5	36 541,9	18 073,8	18 468,1	48 827,0	24 191,4	24 635,6	65 861,7	32 556,1	33 305,6
ECONOMICAMENTE ATIVA .....	14 644,4	11 899,5	2 744,9	17 101,3	14 595,3	2 506,0	22 748,4	18 671,7	4 076,7	29 556,8	23 391,4	6 165,4
Total (agrícolas e não agrícolas) .....	13 905,9	11 721,1	2 184,8	17 054,6	14 557,3	2 497,3	21 906,6	17 987,7	3 918,9	28 142,7	22 279,7	5 863,0
Empregados .....	5 945,0	5 278,8	666,2	8 649,6	7 048,7	1 600,9	10 308,7	8 047,8	2 260,9	15 229,8	11 132,2	4 097,6
Empregadores .....	362,9	342,1	20,8	628,7	607,4	21,3	421,8	403,1	18,7	437,3	416,7	20,6
Autônomos .....	4 818,2	4 156,1	662,1	4 869,0	4 500,4	368,6	7 771,8	6 937,5	834,3	9 787,5	8 674,1	1 113,4
Sem remuneração .....	2 779,8	1 944,1	835,7	2 907,3	2 400,8	506,5	3 404,3	2 599,3	805,0	2 688,1	2 056,7	631,4
Agrícolas .....	9 778,6	8 484,0	1 294,6	10 359,4	9 599,0	760,4	12 407,5	11 179,2	1 228,3	13 090,0	11 832,4	1 257,6
Empregados .....	3 277,7	3 011,3	266,4	3 551,5	3 365,5	186,0	3 218,3	3 009,2	209,1	3 329,8	3 115,0	214,8
Empregadores .....	256,2	239,9	16,3	332,8	322,8	10,0	230,6	221,8	8,8	209,1	202,7	6,4
Autônomos .....	3 534,3	3 326,8	207,5	3 714,7	3 602,9	111,8	5 703,6	5 424,9	278,7	6 970,1	6 527,9	442,2
Sem remuneração .....	2 710,4	1 906,0	804,4	2 760,4	2 307,8	452,6	3 255,0	2 523,3	731,7	2 581,0	1 986,8	594,2
Não agrícolas .....	4 127,3	3 237,1	890,2	6 695,2	4 958,3	1 736,9	9 499,1	6 808,5	2 690,6	15 052,7	10 447,3	4 605,4
Empregados .....	2 667,3	2 267,5	399,8	5 098,1	3 683,2	1 414,9	7 090,4	5 038,6	2 051,8	11 900,0	8 017,2	3 882,8
Empregadores .....	106,7	102,2	4,5	295,9	284,6	11,3	191,2	181,3	9,9	228,2	214,0	14,2
Autônomos .....	1 283,9	829,3	454,6	1 154,3	897,5	256,8	2 068,2	1 512,6	555,6	2 817,4	2 146,2	671,2
Sem remuneração .....	69,4	38,1	31,3	146,9	93,0	53,9	149,3	76,0	73,3	107,1	69,9	37,2
Outros (1) .....	738,5	178,4	560,1	46,7	38,0	8,7	841,8	684,0	157,8	1 414,1 <sup>2</sup>	1 111,7 <sup>2</sup>	302,4 <sup>2</sup>
NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA .....	14 279,2	2 475,6	11 803,6	19 440,6	3 478,5	15 962,1	26 078,6	5 519,7	20 558,9	36 304,9	9 164,7	27 140,2

FONTE: Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970 - DEISO-IBGE.

NOTAS: (1) Inclui as pessoas cujas atividades foram mal definidas ou não declaradas.

(2) Inclui as pessoas procurando trabalho pela primeira vez.

3a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO E ATIVIDADE SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

BRASIL  
1940/1970

ATIVIDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1940			1950			1960			1970		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES									
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados .....	42,8	45,0	30,5	50,7	48,4	64,1	47,1	44,7	57,7	54,1	50,0	69,9
Empregadores .....	2,6	2,9	1,0	3,7	4,2	0,8	1,9	2,2	0,5	1,5	1,9	0,3
Autônomos .....	34,6	35,5	30,3	28,6	30,9	14,8	35,5	38,6	21,3	34,8	38,9	19,0
Sem remuneração .....	20,0	16,6	38,2	17,0	16,5	20,3	15,5	14,5	20,5	9,6	9,2	10,8
Agrícolas .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados .....	33,5	35,5	20,6	34,3	35,1	24,5	25,9	26,9	17,0	25,4	26,3	17,1
Empregadores .....	2,6	2,8	1,3	3,2	3,4	1,3	1,9	2,0	0,7	1,6	1,7	0,5
Autônomos .....	36,2	39,2	16,0	35,9	37,5	14,7	46,0	48,5	22,7	53,3	55,2	35,2
Sem remuneração .....	27,7	22,5	62,1	26,6	24,0	59,5	26,2	22,6	59,6	19,7	16,8	47,2
Não Agrícola .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados .....	64,6	70,0	44,9	76,2	74,3	81,5	74,6	74,0	76,3	79,1	76,7	84,3
Empregadores .....	2,6	3,2	0,5	4,4	5,7	0,6	2,0	2,7	0,4	1,5	2,1	0,3
Autônomos .....	31,1	25,6	51,1	17,2	18,1	14,8	21,8	22,2	20,6	18,7	20,5	14,6
Sem remuneração .....	1,7	1,2	3,5	2,2	1,9	3,1	1,6	1,1	2,7	0,7	0,7	0,8

FONTE: Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970 - DEISO-IBGE.

4 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO  
OS GRUPOS DE OCUPAÇÃO

BRASIL  
1950/1970

Em 1 000 pessoas

GRUPOS DE OCUPAÇÃO <sup>(1)</sup>	1950	1960	1970
TOTAL .....	17 117,4	22 750,0	29 557,2
Técnicas, Científicas, Religiosas e Afins .....	382,5	725,6	1 386,6
Administrativas .....	1 367,5	1 821,3	2 997,0
Agropecuária e Produção Extrativa .....	9 896,7	12 068,5	12 977,5
Indústrias de Transformação e Construção Civil .....	2 228,6	3 240,0	4 426,2
Comércio e Atividades Auxiliares .....	350,0	856,5	1 372,1
Transportes e Comunicações .....	537,9	898,7	1 157,7
Prestação de Serviços .....	901,7	1 372,2	2 279,7
Defesa Nacional e Segurança Pública .....	194,2	275,4	448,6
Outras Ocupações e Ocupações mal Definidas .....	1 058,2	1 491,7	2 511,8

FONTE: Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970 - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) No que diz respeito a agregação das ocupações nos grupos ocupacionais, os critérios não foram exatamente os mesmos nos Censos de 1940, 1950, 1960 e 1970. Algumas diferenças constatadas puderam ser solucionadas mediante o deslocamento das ocupações de um grupo para outro, tomando-se por base o Censo de 1970 e PNAD-1976. Outros ajustes, em menor proporção, não puderam ser feitos.

4a - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO  
OS GRUPOS DE OCUPAÇÃO

BRASIL  
1950/1970

Em 1 000 pessoas

GRUPOS DE OCUPAÇÃO <sup>(1)</sup>	1950	1960	1970
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0
Técnicas, Científicas, Religiosas e Afins .....	2,2	3,2	4,7
Administrativas .....	8,0	8,0	10,1
Agropecuária, Produção Extrativa .....	57,8	53,1	43,9
Indústrias de Transformação e Construção Civil .....	13,0	14,2	15,0
Comércio e Atividades Auxiliares .....	3,2	3,8	4,7
Transportes e Comunicações .....	3,2	3,9	3,9
Prestação de Serviços .....	5,3	6,0	7,7
Defesa Nacional e Segurança Pública .....	1,1	1,2	1,5
Outras Ocupações e Ocupações Mal Definidas .....	6,2	6,6	8,5

FONTE: Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970 - DEISO-IBGE.

## II.2 - DIVISÃO REGIONAL DO TRABALHO

O capítulo anterior desta análise pôs em evidência o modo pelo qual as transformações estruturais levadas a efeito no período 1940-1970 se refletiram sobre a distribuição setorial do trabalho na economia brasileira. O conjunto destas transformações, decorrentes do processo global de industrialização e urbanização, tenderia a afetar igualmente a divisão espacial do trabalho, redefinindo-a em termos de vantagens comparativas regionais. De fato, na medida em que o avanço da produção capitalista se fazia acompanhar pela especialização regional que lhe era mais vantajosa, criavam-se, simultaneamente, polos dinâmicos que passavam a se beneficiar de crescentes economias de aglomeração. A concentração de atividades na Região Sudeste (e mais especificamente em São Paulo) responde a este processo, ao mesmo tempo que elucida os rumos tomados pela nova divisão regional do trabalho.

O objetivo, nesta parte do estudo da mão-de-obra, é o de retratar os resultados desse processo de especialização nos mercados de trabalho regionais no período mais recente, tomando-se por base os dados das PNADs - Mão-de-Obra referentes aos anos de 1968, 1973 e 1976. A escolha desses três pontos no tempo apoiou-se no fato de se identificar dois momentos distintos no desempenho da economia e conseqüentemente de se esperar impactos também distintos na absorção de mão-de-obra. Assim é que se deseja saber:

- como foi afetada a divisão regional do trabalho.
- de que modo os períodos 1968/1973 (de expansão) e 1973/1976 (de desaquecimento) influenciaram a absorção da mão-de-obra.
- em que setores foi absorvida essa mão-de-obra e como se diferencia regionalmente a situação das pessoas ocupadas.

Essas são algumas das indagações que se procurará responder ao longo desta análise.

### II.2.1 - MODIFICAÇÕES NA DIVISÃO REGIONAL DO TRABALHO

Mesmo com base num período bastante curto, 1968-1976, é possível se demonstrar a hipótese apontada anteriormente de que existe uma tendência à especialização regional da produção<sup>(1)</sup> e conseqüentemente uma absorção setorial da mão-de-obra diferenciada regionalmente. Enquanto se elevou, por exemplo, a participação de São Paulo (Região II) no mercado de trabalho industrial (34,8% em 1968 para 35,5% em 1976) do país, elevou-se a participação do Nordeste (Região V) e do Sul (Região III) no mercado de trabalho agrícola (tabela 2b). As duas regiões eram responsáveis em 1968 pela absorção de 68% de toda a mão-de-obra ocupada no setor agrícola e em 1976 essa proporção elevou-se para 74%. Assim, o setor agrícola dessas duas regiões vem adquirindo maior importância no conjunto nacional, ao passo que a de seu setor industrial vem decaindo. Por outro lado, São Paulo (Região II) vai concentrando cada vez mais a atividade industrial, uma vez que pode beneficiar-se das economias de aglomeração e disputar os mercados de outras regiões. Vale lembrar que isto não traduz senão o fato de que obtida a liderança de um processo de desen

(1) As informações apresentadas na tabela 3 do capítulo "Distribuição da Renda", que tomam por base um período mais longo, confirmam, pelo ângulo da geração setorial da renda, a tendência à especialização regional da produção. Observa-se que o Nordeste e o Sul elevaram a partir de 1949 sua participação no total da renda agrícola gerada, enquanto que a do Sudeste (especialmente a de São Paulo) declinou fortemente. Por outro lado, na renda gerada pelo setor secundário, o Sudeste (especialmente São Paulo) elevou consideravelmente sua participação, ao mesmo tempo em que declinaram as participações do Nordeste e do Sul.

volvimento, no caso dado pela hegemonia paulista, esta tende a se acentuar conforme se intensifique a formação de capital industrial na região.

Essa redivisão regional do trabalho não alcançou, do mesmo modo que as Regiões Nordeste e Sul, as Regiões Norte e Centro-Oeste.<sup>(2)</sup> No caso da Região Norte, a explicação está na maior dificuldade de comunicação com o Sudeste, ou seja, maiores dificuldades de transportes e intercâmbio de outros serviços. Assim, o isolamento do mercado interno do Norte parece ter servido como barreira à divisão do trabalho decorrente do processo de industrialização do Sudeste.

No caso da Região Centro-Oeste, conhece-se a expansão da renda gerada pelo setor agrícola. Ela é decorrente, em parte, da própria expansão da demanda de bens primários da Região Sudeste. Já o seu setor industrial não deve ter sido afetado pelo desenvolvimento desta última região pois, além de ser muito pequeno e ter um peso inexpressivo na economia nacional, está votado basicamente para a transformação e o beneficiamento dos produtos agrícolas da região.

Essas mudanças na divisão regional do trabalho afetam basicamente os setores primário e secundário. Não se tem notado alterações sensíveis na importância relativa do setor serviços. Isto decorre do fato de grande parte do setor terciário, por se "apoiar basicamente na presença física da força de trabalho, não poder ser "descolado" da estrutura de produção regional para ser vendido em outras regiões" (Oliveira, F., 1977: p. 54). É a importância relativa dos outros setores em cada região que determina o peso do setor terciário.

#### II.2.2 - ABSORÇÃO DE MÃO DE OBRA (1968-1976)

Quando se analisa a evolução da ocupação para o país no período 1968-1976 tornamse necessárias algumas compatibilizações dos dados disponíveis. Em primeiro lugar, deve-se excluir da análise as informações referentes às Regiões VI (Brasília) e VII (Norte e os Estados de Mato Grosso e Goiás) dado que elas não foram pesquisadas em 1968. Por outro lado, deve-se incluir em 1968 uma estimativa das pessoas ocupadas de 10 a 13 anos uma vez que o levantamento neste ano refere-se às pessoas de 14 anos e mais e o dos anos de 1973 e 1976 refere-se às pessoas de 10 anos e mais. Assim, para estimar-se este contingente de população ocupada tomou-se: a população total de 10 a 13 anos pesquisada em 1968, a participação das pessoas ocupadas de 10 a 14 anos na população total desta faixa etária encontrada em 1970, obtendo-se então a População Economicamente Ativa de 10 a 13 anos em 1968 e, finalmente, a taxa de desemprego em 1968<sup>(3)</sup> para chegar-se às pessoas ocupadas. Feitos estes ajustes, observou-se que entre 1968 e 1973 houve um aumento do pessoal ocupado da ordem de 3,6% ao ano, enquanto que no período seguinte 1973-1976, este aumento foi de apenas 1,9% ao ano.

A queda no ritmo de crescimento da absorção de mão de obra teve reflexos mais profundos no setor primário e na ocupação feminina, como se verá posteriormente. A indagação que surge neste momento é em que medida este reduzido crescimento da ocupação acompanhou ou não o crescimento da força de trabalho e elevou ou não o desemprego no país.

No período 1968-1973, caracterizado como de grande expansão da economia (o crescimento médio anual do PIB foi de 11,5%), o crescimento da ocupação foi acompanhado por reduzidas

(2) As informações da PNAD sobre as regiões Norte e Centro-Oeste (Região VII) referem-se apenas à parte urbana não atendendo pois os objetivos dessa análise.

(3) Utilizou-se a taxa de desemprego da população de 14 a 19 anos em 1968 por ser esta a faixa etária mais próxima em termos de comportamento à de 10 a 14 anos.

taxas de desemprego aberto.<sup>(4)</sup> Essas taxas em 1968 não ultrapassaram em nenhuma região aos 2,7%, situando-se em torno de 2,3% para o total das regiões. Já em 1973, embora o desemprego aberto tenha alcançado a taxa de 4,3% na Região I (Rio de Janeiro), representava apenas 2,6% da força de trabalho para o total das regiões (tabela 5).

Para a fase seguinte, 1973-1976, caracterizada como um período de desaquecimento da economia (a taxa de crescimento médio anual do PIB foi 8,1%), era de se esperar, pois, uma elevação nas taxas de desemprego aberto provocada pela retração na demanda de mão de obra. Entretanto os indicadores da tabela V apontam que diminuiu o nível de desemprego aberto em 1976. Para o total das regiões a taxa de desemprego aberto foi de 1,8%, sendo apenas mais elevada nas Regiões I (2,6%) e VII (3,6%). A redução do crescimento da força de trabalho ou o aumento mais que proporcional do número de pessoas ocupadas no período poderiam ser tomados como hipóteses explicativas para o fato, sendo que a primeira delas se veria reforçada pela própria forma de coleta de dados da PNAD. Isto porque as fases de maior ou menor dinamismo da economia parecem afetar tal levantamento uma vez que se utiliza um período pequeno (uma semana) para quantificar as pessoas que estão procurando trabalho. É razoável supor que num período de menor absorção de mão de obra haja maior intermitência na procura de trabalho, fazendo com que pessoas desestimuladas deixem de procurar sistematicamente colocação no mercado de trabalho e sejam consideradas pela PNAD como inativas e não como desempregadas.

Além deste fato, cabe acrescentar uma diferenciação ocorrida no próprio levantamento da força de trabalho na PNAD 73 e 76 que pode estar provocando certa redução no contingente de mão de obra disponível no mercado de trabalho. Na PNAD 73 perguntava-se no questionário, às pessoas que não estavam procurando trabalho na semana (afazeres domésticos, estudantes), se haviam procurado trabalho nos dois últimos meses, quesito este que não consta do questionário da PNAD 76, podendo ter ficado o dimensionamento da força de trabalho reduzido apenas à semana de referência.<sup>(6)</sup>

Por outro lado, na PNAD 1976 foi reconstituído o conceito de população economicamente ativa utilizado no Censo de 1970, pesquisando-se também as pessoas que trabalharam no ano. A partir desse novo conceito a força de trabalho fica acrescida em aproximadamente 519 mil pessoas, com a taxa de desemprego aberto passando de 1,8% (segundo conceito-semana) para 3,1% (segundo conceito-ano). Também a taxa de atividade<sup>(5)</sup> apresenta uma elevação, situando-se em torno de 51,4%.

Tendo como referência as considerações tecidas sobre as informações, disponíveis pode-se passar agora à análise das taxas de atividade (tabela 3). Observa-se de início que entre os anos 1973-1976 houve uma diminuição das taxas de atividade masculinas e femininas, urbanas e rurais para todos os grupos etários, em todas as Regiões da PNAD, o que pode estar associado ao pequeno crescimento da força de trabalho mencionado anteriormente (1,7%). Em 1968 a taxa de atividade global para o total das regiões era 60,1%, passando em 1973 para 54,7% e em 1976 para

(4) Taxa de desemprego: total de pessoas desocupadas em relação ao total de pessoas na força de trabalho.

(5) Taxa de atividade : total da força de trabalho em relação à população de 10 anos e mais.

(6) Pelo manual do entrevistador foi, no entanto, dada a instrução para se incluir como procuran do trabalho "as pessoas que não procuraram trabalho na semana de referência, mas que tomaram alguma providência para conseguir trabalho nos dois últimos meses". Ainda assim é possível que a não explicação deste fato no próprio questionário possa ter influenciado na subestimação da força de trabalho.

50,8%.<sup>(7)</sup> As taxas de atividade masculina e feminina também tiveram um comportamento declinante, isto é, em 1968 as taxas de atividade masculina e feminina para o total das regiões eram 87,6% e 34,4%, passando em 1976 a 73,6% e 28,8%, respectivamente. De modo geral, as taxas de atividades femininas apresentaram uma redução mais intensa que as masculinas e as taxas de atividades rurais decresceram mais que as urbanas. Assim, num momento em que o sistema gera apenas um pequeno número de ocupações parece ser a mão de obra feminina a que mais se ressentiu. Houve no período de 1973-1976 uma redução no número de mulheres ocupadas no setor primário e um crescimento pouco significativo no demais setores (tabela 1). Parece ocorrer uma preferência por parte dos contratantes pelo trabalho masculino, preferência esta que se torna mais nítida num momento em que a procura de mão de obra se torna mais limitada, levando a uma substituição de mulheres por homens, ou mesmo a uma menor requisição de mulheres. É claro que se estas mulheres estivessem simplesmente desempregadas a taxa de atividade poderia ter se mantido porém, pelos problemas de levantamento das informações assinalados anteriormente, estas mulheres devem ter sido excluídas da força de trabalho.<sup>(8)</sup>

Observando-se o comportamento das taxas de atividade segundo os diferentes grupos etários, tem-se que a redução maior se deu para o grupo de 10 a 14 anos. Este fato parece estar vinculado, além da própria retração da demanda por força de trabalho (sendo os jovens preteridos aos adultos) à maior frequência do menor a escola<sup>(9)</sup> que se reforça pelo não pagamento do salário família aos trabalhadores que não comprovem que os filhos com menos de 14 anos estão matriculados na escola e pela oferta de merenda escolar que, em se constituindo na garantia de uma refeição, no caso de muitas famílias de baixa renda serve muitas vezes como elemento fundamental para definir a ida da criança à escola. Haveria que fazer referência ainda a uma certa recuperação do poder de compra dos salários (principalmente se comparados aos de 1973),<sup>(10)</sup> atuando no sentido de diminuir a necessidade do trabalho do menor.

É verdade, no entanto, que a desaceleração da economia no período 1973-1976 afetou as condições do mercado de trabalho de modo mais geral, ou seja, em todas as regiões diminuiu o ritmo de absorção de mão de obra<sup>(11)</sup>, além do que também decresceu o número de pessoas ocupadas no setor primário (tabela 2). No setor secundário embora tenha se elevado o número absoluto de ocupações em praticamente todas as regiões, para o país como um todo decresceu a participação da absorção de mão de obra feminina (19,1% em 1968 para 16,2% em 1976), o que faz supor que a hipótese já assinalada, da substituição do trabalho feminino pelo masculino, tenha ocorrido em todas as regiões. Até mesmo no setor terciário onde a participação da mão de obra feminina tem um maior peso houve no caso dos serviços de consumo e reparação, que por englobarem a prestação de

(7) A taxa de atividade de 1968 foi calculada em relação à população de 14 anos e mais.

(8) Tomando-se novamente as pessoas que trabalharam no ano e não estavam procurando trabalho na semana de referência, verifica-se que 62,2% delas são mulheres e que são consideradas fora da força de trabalho quando se dimensiona a força de trabalho segundo o conceito semana de referência.

(9) Ver capítulo referente à Educação.

(10) Ver no capítulo de Distribuição de Renda a recuperação do poder de compra dos salários a partir de 1973.

(11) Com exceção da Região VII onde os dados se referem apenas à área urbana.

serviços domésticos remunerados concentram mais mulheres que homens, uma ligeira queda na participação da absorção de mão de obra feminina.

Retornando à análise do desemprego, verifica-se que as considerações feitas até aqui não dão indicação sobre o reduzido volume absoluto de "desemprego" na economia brasileira. Nas sociedades desenvolvidas a taxa de desemprego aberto pode realmente ser utilizada como um indicador relevante da não absorção de mão de obra pelo sistema, enquanto que no caso brasileiro torna-se necessário remeter-se a outras considerações, uma vez que essas taxas têm-se mantido baixas e quase invariáveis em períodos de desempenhos diferenciados do sistema produtivo.

Parece que na ausência de mecanismos compensatórios, como o auxílio - desemprego, que permitam ao trabalhador enfrentar uma situação de desemprego por um período de tempo mais prolongado, a própria condição de desempregado torna-se inviável para uma parcela ponderável da força de trabalho. Refere-se, é claro, ao conjunto de trabalhadores que percebem os níveis mais baixos de remuneração e de cuja prática econômica depende não apenas sua subsistência mas, muitas vezes, a de uma família inteira. Na ausência de outras fontes de receita para a execução das despesas domésticas, que não aquelas provenientes de seu próprio trabalho, é evidente que o desemprego não se apresenta para esses agentes como uma possibilidade concreta sob pena de ameaçar suas próprias condições materiais de existência e as de seus dependentes.

As reduzidas taxas de desemprego aberto da PNAD apenas podem representar um momento de espera de trabalho - passagem de um trabalho a outro ou a procura de trabalho pela primeira vez - ou seja, o que se tem denominado teoricamente de desemprego friccional. Neste sentido, a análise da taxa de desemprego aberto não permite uma compreensão mais profunda da situação brasileira uma vez que é praticamente impossível para a maior parte da força de trabalho permanecer desempregada, mesmo que seja por um período relativamente curto. Este tipo de realidade tem levado muitos pesquisadores a refletirem mais profundamente sobre as condições concretas de trabalho da mão de obra. Estas reflexões têm-se materializado em estudos de "subemprego" que, utilizando-se de variáveis tais como renda, produtividade, posição na ocupação, número de horas trabalhadas etc, tentam explicar quantitativamente o fenômeno. O pressuposto aí implícito é o de que ao desemprego oculto ou ao subemprego estariam associadas as características de baixo nível de renda e produtividade, intermitência do trabalho (o que levaria a um número menor de horas trabalhadas do que considerado "normal"), baixo nível de qualificação da mão-de-obra, etc ..., numa sucessão quase que infundável e até certo ponto tautológica de "baixos". De fato, como a maior parte destas características guarda forte grau de correlação entre si, é de se esperar que mencionando-se apenas uma delas, todas, ou pelo menos quase todas as demais venham a reboque.

Mas falar em baixo nível disto ou daquilo pressupõe um parâmetro de aferição, um contraponto necessário através do qual se possa confrontar a prática dos diferentes agentes sociais e indicar quais deles estariam supostamente numa situação de subemprego. Ora, se se pensa que a finalidade básica do trabalho é a de prover a subsistência social do trabalhador, é evidente que esta não pode ser deixada de lado na avaliação de suas condições de emprego e de renda. Neste sentido, se poderia pensar também que sob a denominação de subempregados, deveriam ser enquadrados os agentes sociais que, em virtude de sua inserção no processo produtivo, estivessem experimentando dificuldades para reproduzir suas condições materiais de existência.

A julgar, no entanto, pela apresentação dos dados referentes a subemprego, tanto quanto por inúmeras de suas análises e interpretações, o contraponto usado para a caracterização

do subemprego, vem a ser o próprio modelo de produção capitalista. Mais precisamente, a tendência predominante é a de se enquadrar, a priori, como subempregados, os trabalhadores manuais que se situam fora do emprego assalariado: biscateiros, trabalhadores por conta própria, empregadas domésticas, que fazem parte do chamado "mercado informal de trabalho"<sup>(12)</sup>, na área urbana; e os trabalhadores vinculados ao regime de pequena propriedade familiar, na área rural.

Não se pode negar o fato, por demais evidente, de que muitas dessas pessoas não dispõem sequer do que se poderia chamar de condições mínimas de sobrevivência e que, em inúmeros casos, a possibilidade de trabalhar em horário integral para receber salário-mínimo é valorada positivamente<sup>(13)</sup>. Cabe lembrar, entretanto, que nem sempre a condição de subempregado pode se aplicar aos trabalhadores por conta própria ou aos membros da família sem remuneração e nem tampouco desaparece pela simples integração do indivíduo ao regime de trabalho assalariado.

### II.2.3 - SITUAÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS

A partir de informações mais recentes sobre a situação da mão de obra tem-se que dentre as 38 911 mil pessoas ocupadas no país em 1976, cerca de 33,8% têm remuneração mensal até um salário mínimo e 12,6% não recebem nenhuma remuneração, totalizando 46,4% de pessoas com remuneração menor ou igual ao mínimo institucionalmente fixado. Das pessoas com remuneração até um salário-mínimo, 60,5% encontram-se nas Regiões III (Sul) e V (Nordeste) (2 093,9 mil e 5 863,7 mil, respectivamente) enquanto que no caso das pessoas sem remuneração essa proporção é de 84% (2 007,5 mil na Região III e 2 113,2 mil na Região V). Tem-se ainda que as Regiões I e II (Rio de Janeiro e São Paulo) concentram 19,5% das pessoas com remuneração até um salário-mínimo<sup>(14)</sup> e apenas 5,8% das pessoas sem remuneração. Por sua vez dentre as pessoas ocupadas que têm remuneração mensal superior a 10 salários-mínimos (1 494 mil), 56% se encontram nas Regiões I e II e apenas 28% nas Regiões III e V (tabelas 6 e 6a).

Apesar de se verificar que as pessoas ocupadas nas regiões mais industrializadas estão mais concentradas em classes de rendimentos mais elevados, comparativamente àquelas ocupadas em regiões onde predominam as atividades agropecuárias, não se pode concluir com base apenas no rendimento que as condições de vida da população nas áreas urbanas sejam melhores que as da população do campo.

Esta maior concentração de pessoas ocupadas com baixo rendimento nas Regiões III e V e de pessoas com rendimento mais elevado nas Regiões I e II está associada em larga medida à própria especialização regional da produção, ou seja, nas regiões onde o setor agrícola é relativamente mais importante, a absorção de maior parte da mão de obra se dá a níveis de remuneração

(12) Silva, L. A. Machado da - "Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade", UFRJ, 1971 (dissertação de mestrado).

(13) De acordo com dados da PNAD, 46,63% dos trabalhadores autônomos e 63,37% dos membros da família sem remuneração gostariam de receber um salário-mínimo, trabalhando em horário integral (a pergunta "gostaria de trabalhar em horário integral, ganhando salário-mínimo?" não foi formulada para os empregados, embora muitos destes auferissem rendimentos inferiores àquele montante. Para um estudo mais pormenorizado destes dados, ver Celso Cardoso S. Simões e L. Antônio Pinto de Oliveira in Caracterização da População Economicamente Ativa que gostaria de receber um salário-mínimo: Níveis de adequação entre Aspirações e Situação Real - CBED/IBGE - (mimeo)

(14) Se as informações disponíveis fossem apenas referentes às pessoas com remuneração inferior ao salário-mínimo provavelmente diminuiria ainda mais a proporção encontrada para as Regiões I e II.

muito baixos, ao passo que naquelas onde se concentra a produção industrial, a mão de obra absorvida é melhor remunerada. Com isto não se quer dizer que não haja remuneração abaixo do salário mínimo onde predominem atividades de cunho industrial, mas apenas que esta ocorrência é em menor proporção. Também se pode dizer que as pessoas sem remuneração estão ligadas fundamentalmente à pequena unidade de produção rural calcada no trabalho familiar. As informações disponíveis (tabela 6) apontam que a maior parte destas pessoas estavam concentradas nas Regiões III e V (Sul e Nordeste), nas quais é elevado o peso das pequenas propriedades agrícolas<sup>(15)</sup>.

A comparação interregional das pessoas ocupadas com base neste indicador não permite uma associação direta da mão de obra com rendimento inferior ao salário mínimo institucionalmente fixado a formas não capitalistas de produção. Para se verificar este engajamento, informações como o tipo de inserção das pessoas ocupadas no processo produtivo são mais elucidativas. Utilizando-se as categorias levantadas pela PNAD pode-se supor que a categoria empregado corresponda em grande medida aos assalariados típicos da economia capitalista. Por sua vez, a categoria trabalhadores autônomos está associada aos pequenos produtores que, diferentemente dos assalariados, exercem algum controle sobre os meios de produção e que, embora subordinados de certa forma ao sistema capitalista, estão vinculados a outras formas de organização da produção<sup>(16)</sup>. Estudos recentes como o de L. Kowarick<sup>(17)</sup> utilizam-se dessa categoria para dimensionar os trabalhadores ligados ao setor "marginal". Na área rural os trabalhadores autônomos seriam os pequenos produtores agrícolas, enquanto que na área urbana eles corresponderiam predominantemente aos "biscoiteiros". Tem-se ainda a categoria empregadores, que se refere àqueles que contratam força de trabalho. Entretanto, na medida em que pelo conceito da PNAD é considerado empregador qualquer pessoa que tenha pelo menos um empregado<sup>(18)</sup>, o levantamento estatístico não distingue o grande proprietário, que tenha sob seu controle um número muito elevado de empregados, do pequeno produtor, que tenha apenas um ajudante "assalariado". Deve-se portanto relativizar qualquer análise feita a partir desta categoria uma vez que o "o pequeno empregador" estaria numa situação muito mais próxima à do trabalhador autônomo. Além dessas categorias há ainda os membros da família sem remuneração, que se constituem basicamente na mão de obra utilizada pelos pequenos produtores na área rural.

De acordo com os indicadores das tabelas 10 e 10a tem-se que nas Regiões I e II (Rio de Janeiro e São Paulo) mais de 80% das pessoas ocupadas são empregados, o que está explicado principalmente pela concentração espacial da produção urbana industrial. Por sua vez é irrelevante a proporção de membros da família sem remuneração nessas regiões, o que está associado à extensão das relações de trabalho capitalistas ao campo.

A Região VI (Brasília) também apresenta uma distribuição das pessoas ocupadas semelhante à dessas duas regiões, isto é, mais de 85,0% das pessoas ocupadas são empregados. Esta

(15) No Nordeste, 85% dos estabelecimentos agropecuários são formados por propriedades ou explorações com área inferior a 20 ha, enquanto que no Sul esta proporção é de 90% - Censos Agropecuários 1970.

(16) O trabalho autônomo é uma forma de trabalho que essencialmente não é capitalista, mas que ao mesmo tempo não pode explicar-se senão como resultado da acumulação capitalista, (Prandi, 1977 pág. 14).

(17) Kowarick, Lucio - Capitalismo e Marginalidade na América Latina - Paz e Terra - 1975.

(18) Não se está falando aqui do empregado doméstico.

elevada participação dos empregados decorre do caráter peculiar desta região, que por ser a nova capital do país realocizou a maior parte da administração pública, onde a forma única de inserção é a de empregado.

No caso das Regiões III e V (Sul e Nordeste) os empregados representam respectivamente 50,1% e 45,0% das pessoas ocupadas. O que chama a atenção, no entanto, são as elevadas participações de membros da família sem remuneração e de trabalhadores autônomos, que estão ligados à presença marcante da pequena propriedade na estrutura agrária destas regiões. Mas não é só a maior ou menor participação de cada uma dessas categorias no total da força de trabalho de cada região que torna explícitas as diferenças regionais em termos da penetração do capitalismo. Na verdade, associando-se às diferentes categorias os níveis de remuneração institucionalmente fixados, estas diferenças ficam mais acentuadas.

Anteriormente já se relacionou a maior concentração de pessoas ocupadas nas classes de rendimentos menos elevados, em certas regiões, à especialização regional da produção. Agora pode-se verificar esta hipótese de forma ainda mais contundente. Enquanto nas Regiões I, II e VI (Rio, São Paulo e Brasília) a maior concentração de empregados está nas classes de mais de 1 a 2 e mais de 2 a 5 salários mínimos, no caso da Região III (Sul) a maior concentração está nas classes de mais de 1/2 a 1 e mais de 1 a 2 salários mínimos e na Região V (Nordeste) a maior concentração está nas classes até 1/2 e mais de 1/2 a 1 salários mínimos. A menor proporção de empregados nas classes de menor remuneração na Região III comparativamente à encontrada na Região V pode ser explicada, por um lado, pela existência de um setor primário mais mecanizado e, por outro, pelo maior grau de industrialização daquela região. Assim é que a proporção de empregados com remuneração inferior ao salário-mínimo na Região III (35,6%) é inferior à encontrada na Região V (62,2%) e superior às das Regiões I e II (28% e 19,7% respectivamente) (tabela 10a).

Para as demais categorias, o comportamento encontrado é muito semelhante, ou seja, a situação das pessoas ocupadas em termos de rendimentos nas Regiões I, II e VI é razoavelmente melhor que nas demais. No caso das Regiões I e II, isto deve estar associado à predominância de estabelecimentos industriais de maior porte que, pelo fato de serem mais rentáveis que os pequenos, podem melhor remunerar a mão de obra, e no caso da Região VI à elevada absorção de mão de obra pelo setor público.

Esta situação mais favorável também vai estar refletida nas proporções de empregados com carteira assinada pelo empregador (tabelas 11e 12). Esse indicador vai apontar também em que setores e em que regiões predominam unidades de produção com maior organização e consequentemente com maior tendência a cumprir a legislação social. Vê-se pois, que de uma maneira geral é o setor secundário em todas as regiões o que apresenta as maiores proporções (variando entre 66,9% na Região V e 88,2% na Região II) e o setor primário as menores proporções de empregados com carteira assinada (a maior proporção de empregados com carteira assinada neste setor foi encontrada na Região II – 34,6% – dadas as transformações que vêm ocorrendo nas relações de trabalho no campo paulista, onde cada vez mais intensifica-se o assalariamento da mão de obra rural). Observa-se ainda, conforme já esperado, que são as Regiões I e II (Rio de Janeiro e São Paulo) que possuem as maiores proporções de empregados com carteira assinada em todos os setores. No que concerne ao sexo, a proporção de homens com carteira assinada é em geral mais elevada que a de mulheres, nessas e nas demais regiões. A maior dificuldade das mulheres, dos jovens (menores de 14 anos) e dos velhos (70 anos e mais) de encontrarem trabalho e, principalmente, de obterem os benefícios garantidos pela legislação social, também pode ser verificada nas proporções de mulheres, jovens

e velhos que na condição de empregados possuem carteira assinada pelo empregador.

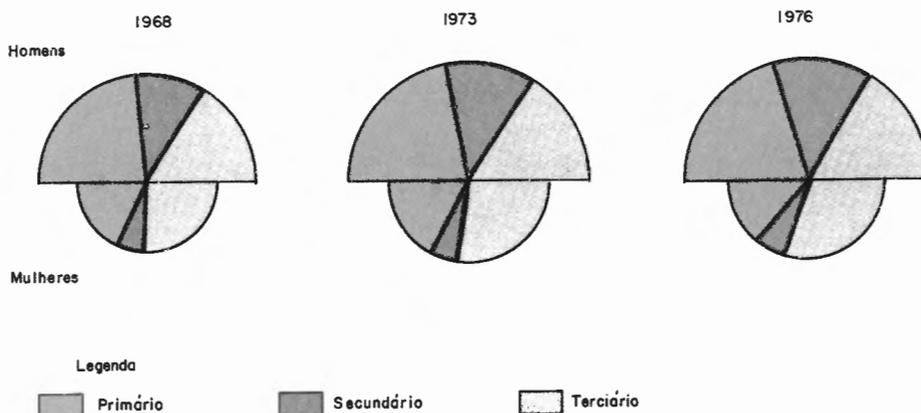
A análise do indicador número de horas trabalhadas apoia também às considerações mais gerais que vêm sendo feitas. Por ele verifica-se, por exemplo, que 35,6% dos homens e 22,1% das mulheres trabalham 49 horas e mais. Além disso, dentre essas pessoas que trabalham mais de 49 horas, cerca de 30% o fazem para conseguir um rendimento de até um salário mínimo e 28% para obter entre 1 a 2 salários mínimos, isto é, para garantir sua subsistência estas pessoas têm que trabalhar além da jornada de trabalho considerada normal (48 horas por semana).

Esta situação é mais intensa nas Regiões III e V (Sul e Nordeste) que além de concentrarem mais de 50% da mão de obra que trabalha 49 horas e mais (cerca de 6,4 milhões de pessoas), concentram ainda 55,1% (27,5% no sul e 27,6% no Nordeste) das pessoas que estão envolvidas nesta super-jornada de trabalho e têm remuneração de até 2 salários mínimos.

## BIBLIOGRAFIA

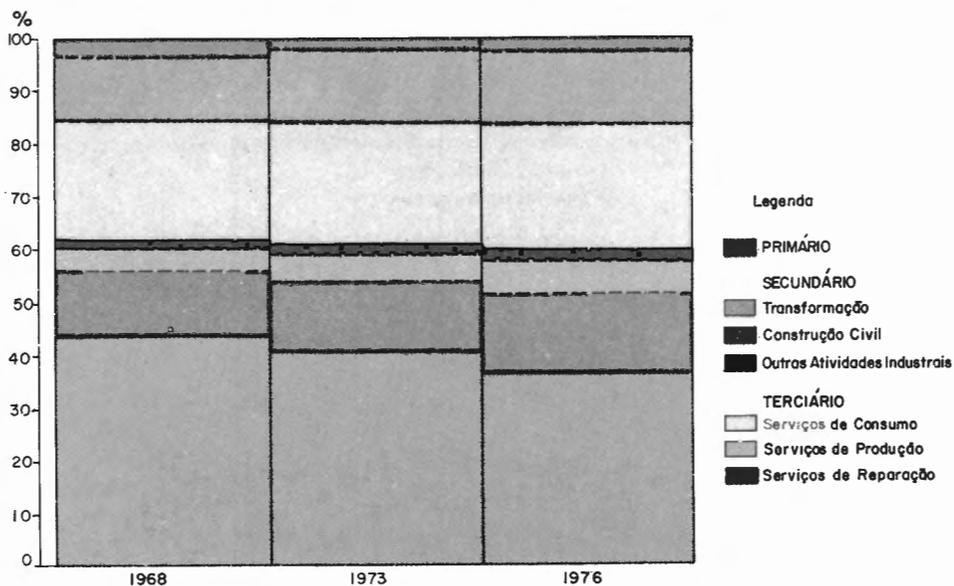
- 1 - *Faria, Vilmar* - Occupational marginality, employment and poverty in urban Brasil, Cambridge: Harvard University, 1976 (Tese de Doutorado)
- 2 - *Graziano da Silva, J. F.* - A distribuição de renda e da posse da terra no Brasil in: Agri cultura Brasileira, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Botucatu, 1976.
- 3 - *Kowarick, L.* - Capitalismo e marginalidade na América Latina; Paz e Terra, 1975.
- 4 - *Madeira, F. e Singer, P.* - Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970 ; in Caderno Cebrap nº 13, Cebrap, São Paulo, 1973.
- 5 - Ministério do Planejamento e Coordenação Geral - A industrialização brasileira: diagnóstico e perspectivas, 1969.
- 6 - *Oliveira, F.* - A economia da dependência imperfeita; Graal, 1977.
- 7 - *Prandi, J. R.* - O trabalhador por conta própria sob o capital; Edições Símbolo, 1978.
- 8 - *Silva, L. A. Machado da* - Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade; UFRJ, 1971 (dissertação de mestrado).
- 9 - *Tavares, M. C.* - A acumulação de capital e industrialização no Brasil; tese de livre-docência, UFRJ, 1974.
- 10 - *Tavares, M. C. e Belluzo, L. G.* - Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil ; apresentado na Reunião sobre Industrialização Latino-Americana, Cepal, 1978.

**I. DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS POR SETOR DE ATIVIDADE**  
**Segundo o Sexo - Total das Regiões da PNAD - 1968 / 1976**



FONTE: Ver Tabela 1

**2. DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS POR SETOR DE ATIVIDADE**  
**Total das Regiões da PNAD - 1968 / 1976**



FONTE: Ver Tabela 1a

## 1 - PESSOAS OCUPADAS, TOTAL E POR SEXO, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE PRINCIPAL

## TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1968/1976

Em 1 000 pessoas

SETOR DE ATIVIDADE	1968 <sup>(1)</sup>			1973			1976		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL .....	28.455,0	20.054,0	8.401,0	36.782,2	25.492,4	11.289,8	38.996,2	27.766,6	11.229,6
PRIMÁRIO .....	12.341,0	9.333,0	3.008,0	14.997,9	11.173,2	3.824,7	14.359,3	11.291,9	3.067,4
SECUNDÁRIO .....	5.177,0	4.188,0	989,0	7.437,0	6.145,0	1.292,0	9.067,8	7.595,9	1.471,9
Transformação .....	3.543,0	2.592,0	951,0	5.009,8	3.762,6	1.247,2	5.883,6	4.503,5	1.380,1
Construção Civil .....	1.236,0	1.217,0	19,0	2.015,6	1.993,4	22,2	2.613,9	2.563,0	50,9
Outras atividades Indus triais .....	398,0	379,0	19,0	411,6	389,0	22,6	570,3	529,4	40,9
TERCIÁRIO .....	10.937,0	6.533,0	4.404,0	14.347,3	8.176,2	6.173,1	15.569,1	8.878,8	6.690,3
Serviços de consumo e repa ração .....	6.417,0	2.717,0	3.700,0	8.714,4	3.659,5	5.054,9	9.379,9	4.033,5	5.346,4
Serviços de produção .....	3.585,0	3.002,0	583,0	4.823,5	3.940,7	882,8	5.296,0	4.240,9	1.055,1
Outras atividades .....	935,0	814,0	121,0	809,4	576,0	235,4	893,2	604,4	288,8

FONTE: PNAD 1968, 1973 e 1976 - DEISO-IBGE.

## 1a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE, TOTAL E POR SEXO

## TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1968/1976

SETOR DE ATIVIDADE	1968			1973			1976		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
PRIMÁRIO .....	43,4	46,5	35,8	40,8	43,8	33,9	36,8	40,7	27,3
SECUNDÁRIO .....	18,2	20,9	11,8	20,2	24,1	11,4	23,3	27,3	13,1
Transformação .....	12,5	12,9	11,4	13,6	14,8	11,0	15,1	16,2	12,3
Construção Civil .....	4,3	6,1	0,2	5,5	7,8	0,2	6,7	9,2	0,4
Outras atividades Indus triais .....	1,4	1,9	0,2	1,1	1,5	0,2	1,5	1,9	0,4
TERCIÁRIO .....	38,4	32,6	52,4	39,0	32,1	54,7	39,9	32,0	59,6
Serviços de consumo e repa ração .....	22,6	13,5	44,0	23,7	14,3	44,8	24,0	14,5	47,6
Serviços de produção .....	12,6	15,0	7,0	13,1	15,5	7,8	13,6	15,3	9,4
Outras atividades .....	3,2	4,1	1,4	2,2	2,3	2,1	2,3	2,2	2,6

FONTE: PNAD 1968, 1973 e 1976 - DEISO-IBGE.

## 1b - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR SETOR DE

## ATIVIDADE, SEGUNDO O SEXO

## TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1968/1976

SETOR DE ATIVIDADE	1968		1973		1976	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL DAS REGIÕES .....	70,5	29,5	69,3	30,7	71,2	28,8
PRIMÁRIO .....	75,6	24,4	74,5	25,5	78,6	21,4
SECUNDÁRIO .....	80,9	19,1	82,6	17,4	83,8	16,2
Transformação .....	73,2	26,8	75,1	24,9	76,5	23,5
Construção Civil .....	98,5	1,5	98,9	1,1	98,0	2,0
Outras Atividades Industriais	95,2	4,8	94,5	5,5	92,8	7,2
TERCIÁRIO .....	59,7	40,3	57,0	43,0	57,0	43,0
Serviços de Consumo e Reparação	42,3	57,7	42,0	58,0	43,0	57,0
Serviços de Produção .....	83,7	16,3	81,7	18,3	80,1	19,9
Outras Atividades .....	87,1	12,9	71,0	29,0	67,7	32,3

FONTE: PNAD, 1968, 1973 e 1976 - DEISO-IBGE.

## 2 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DAS PESSOAS OCUPADAS POR SETOR DE ATIVIDADE

REGIÕES DA PNAD

1968/1976

Em 1 000 pessoas

Continua

SETOR DE ATIVIDADE	1968(1)		1973		1976	
	ABSOLUTO	RELATIVO (%)	ABSOLUTO	RELATIVO (%)	ABSOLUTO	RELATIVO (%)
REGIÃO I .....	2.826,0	100,0	3.400,9	100,0	3.774,4	100,0
PRIMÁRIO .....	246,0	8,7	245,7	7,2	225,7	6,0
SECUNDÁRIO .....	681,0	24,1	873,8	25,7	1.147,3	30,4
Transformação .....	436,0	15,4	557,9	16,4	730,5	19,3
Construção Civil .....	199,0	7,1	273,7	8,1	349,5	9,3
Outras atividades industriais .....	46,0	1,6	42,2	1,2	67,3	1,8
TERCIÁRIO .....	1.899,0	67,2	2.281,4	67,1	2.401,4	63,6
Serviços de consumo e reparação .....	1.089,0	38,5	1.441,2	42,4	1.518,3	40,2
Serviços de produção .....	567,0	20,1	686,9	20,2	733,6	19,4
Outras atividades .....	243,0	8,6	153,3	4,5	149,5	4,0
REGIÃO II .....	6.127,0	100,0	7.610,3	100,0	8.627,0	100,0
PRIMÁRIO .....	1.446,0	23,6	1.381,3	18,2	1.262,9	14,6
SECUNDÁRIO .....	1.801,0	29,4	2.609,7	34,3	3.219,9	37,3
Transformação .....	1.447,0	23,6	2.028,3	26,7	2.450,3	28,4
Construção Civil .....	290,0	4,7	504,1	6,6	645,8	7,5
Outras atividades industriais .....	64,0	1,1	77,3	1,0	123,8	1,4
TERCIÁRIO .....	2.880,0	47,0	3.619,6	47,5	4.144,2	48,1
Serviços de consumo e reparação .....	1.568,0	25,6	2.088,5	27,4	2.396,6	27,8
Serviços de produção .....	1.041,0	17,0	1.270,1	16,7	1.429,4	16,6
Outras atividades .....	271,0	4,4	261,0	3,4	318,2	3,7
REGIÃO III .....	6.151,0	100,0	7.566,5	100,0	8.388,0	100,0
PRIMÁRIO .....	3.219,0	52,3	4.104,1	54,2	4.050,3	48,3
SECUNDÁRIO .....	877,0	14,3	1.180,3	15,6	1.617,6	19,3
Transformação .....	541,0	8,8	852,5	11,3	1.090,5	13,0
Construção Civil .....	235,0	3,8	269,9	3,6	430,0	5,1
Outras atividades industriais .....	101,0	1,7	57,9	0,7	97,1	1,2
TERCIÁRIO .....	2.055,0	33,4	2.282,1	30,2	2.720,1	32,4
Serviços de consumo e reparação .....	1.207,0	19,6	1.391,3	18,4	1.579,9	18,8
Serviços de produção .....	693,0	11,3	770,6	10,2	991,4	11,8
Outras Atividades .....	155,0	2,5	120,2	1,6	148,8	1,8
REGIÃO IV .....	4.448,0	100,0	4.863,5	100,0	4.973,9	100,0
PRIMÁRIO .....	2.293,0	51,5	2.230,6	45,8	2.029,1	40,8
SECUNDÁRIO .....	573,0	12,9	776,2	16,0	993,8	20,0
Transformação .....	288,0	6,5	415,8	8,6	527,2	10,6
Construção Civil .....	203,0	4,6	281,5	5,8	375,2	7,6
Outras atividades industriais .....	82,0	1,8	78,9	1,6	91,4	1,8
TERCIÁRIO .....	1.582,0	35,6	1.856,7	38,2	1.951,0	39,2
Serviços de consumo e reparação .....	1.032,0	23,2	1.186,6	24,4	1.220,9	24,5
Serviços de produção .....	447,0	10,1	587,7	12,1	655,4	13,2
Outras atividades .....	103,0	2,3	82,4	1,7	74,7	1,5

## 2 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DAS PESSOAS OCUPADAS POR SETOR DE ATIVIDADE

REGIÕES DA PNAD

1968/1976

SETOR DE ATIVIDADE	Conclusão					
	1968(1)		1973		1976	
	ABSOLUTO	RELATIVO %	ABSOLUTO	RELATIVO %	ABSOLUTO	RELATIVO %
REGIÃO V .....	8 903,0	100,0	11 654,7	100,0	11 382,9	100,0
PRIMÁRIO .....	5 137,0	57,7	6 822,8	58,5	6 575,4	57,8
SECUNDÁRIO .....	1 245,0	14,0	1 604,8	13,8	1 665,3	14,6
Transformação .....	831,0	9,3	1 009,2	8,7	900,7	7,9
Construção Civil .....	309,0	3,5	466,0	4,0	607,2	5,3
Outras atividades Industriais .....	105,0	1,2	129,6	1,1	157,4	1,4
TERCIÁRIO .....	2 521,0	28,3	3 227,1	27,7	3 142,2	27,6
Serviços de consumo e reparação .....	1 521,0	17,1	1 921,0	16,5	1 920,8	16,9
Serviços de produção .....	837,0	9,4	1 170,1	10,0	1 082,9	9,5
Outras atividades .....	163,0	1,8	136,0	1,2	138,5	1,2
REGIÃO VI .....	-	-	272,0	100,0	297,4	100,0
PRIMÁRIO .....	-	-	8,4	3,1	5,5	1,8
SECUNDÁRIO .....	-	-	68,3	25,1	63,1	21,3
Transformação .....	-	-	11,1	4,1	17,7	6,0
Construção Civil .....	-	-	54,0	19,8	40,4	13,6
Outras atividades Industriais .....	-	-	3,2	1,2	5,0	1,7
TERCIÁRIO .....	-	-	195,3	71,8	228,8	76,9
Serviços de consumo e reparação .....	-	-	136,8	50,3	160,0	53,8
Serviços de produção .....	-	-	43,9	16,1	52,7	17,7
Outras atividades .....	-	-	14,6	5,4	16,1	5,4
REGIÃO VII .....	-	-	1 414,0	100,0	1 552,7	100,0
PRIMÁRIO .....	-	-	205,0	14,5	210,2	13,5
SECUNDÁRIO .....	-	-	323,9	22,9	361,7	23,3
Transformação .....	-	-	135,0	9,5	168,3	10,8
Construção Civil .....	-	-	166,5	11,8	165,3	10,7
Outras atividades Industriais .....	-	-	22,4	1,6	28,1	1,8
TERCIÁRIO .....	-	-	885,1	62,6	980,8	63,2
Serviços de consumo e reparação .....	-	-	548,9	38,8	583,3	37,6
Serviços de produção .....	-	-	294,3	20,8	349,9	22,5
Outras atividades .....	-	-	41,9	3,0	47,6	3,1

FONTE: PNAD - 1968, 1973 e 1976 - DEISO - IBGE

NOTA: (1) O levantamento da PNAD-1968, abrangeu apenas as Regiões: I (RJ), II (SP), III (SUL), IV (MG e ES) e V (Nordeste); enquanto que as PNADs - 1973 e 1976 incluíram a Região VI (DF) e a área urbana da Região VII (Norte, MT e GO). A População Economicamente Ativa de 1968 abrangeu apenas as pessoas de 14 anos e mais.

2a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR SETOR  
DE ATIVIDADE SEGUNDO AS REGIÕES

REGIÕES DA PNAD

1968/1976

SETOR DE ATIVIDADE	REGIÕES DA PNAD							
	TOTAL	I (RJ)	II (SP)	III (SUL)	IV (MG-ES)	V (NORDESTE)	VI (DF)	VII (NG-MT-GO)
1968								
TOTAL .....	100,0	9,9	21,5	21,6	15,7	31,3	-	-
Primário .....	100,0	2,0	11,7	26,1	18,6	41,6	-	-
Secundário .....	100,0	13,2	34,8	16,9	11,1	24,0	-	-
Terciário .....	100,0	17,4	26,3	18,8	14,5	23,0	-	-
1973								
TOTAL .....	100,0	9,3	20,7	20,6	13,2	31,7	0,7	3,8
Primário .....	100,0	1,6	9,2	27,4	14,9	45,5	0,0	1,4
Secundário .....	100,0	11,7	35,1	15,9	10,4	21,6	0,9	4,4
Terciário .....	100,0	15,9	25,2	15,9	12,9	22,5	1,4	6,2
1976								
TOTAL .....	100,0	9,7	22,1	21,5	12,7	29,2	0,8	4,0
Primário .....	100,0	1,6	8,8	28,2	14,1	45,8	0,0	1,5
Secundário .....	100,0	12,6	35,5	17,8	11,0	18,4	0,7	4,0
Terciário .....	100,0	15,4	26,6	17,5	12,5	20,2	1,5	6,3

FONTE: PNAD 1968, 1973 e 1976 - DEISO-IBGE.

## 3 - PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO POR SEXO E GRUPOS DE IDADE SEGUNDO AS REGIÕES

## REGIÕES DA PNAD

1968/1976

Em 1 000 pessoas

GRUPOS DE IDADE	REGIÃO I	REGIÃO II	REGIÃO III	REGIÃO IV	REGIÃO V	REGIÃO VI	REGIÃO VII
<b>1968 (1)</b>							
TOTAL .....	2 897,0	6 253,0	6 284,0	4 571,0	9 113,0	-	-
10 a 14 anos .....	-	-	-	-	-	-	-
15 a 19 anos .....	381,0	1 175,0	1 355,0	1 035,0	1 902,0	-	-
20 a 24 anos .....	452,0	953,0	958,0	660,0	1 229,0	-	-
25 anos e mais .....	2 064,0	4 125,0	3 971,0	2 876,0	5 982,0	-	-
HOMENS .....	2 104,0	4 487,0	4 332,0	3 396,0	6 187,0	-	-
10 a 14 anos .....	-	-	-	-	-	-	-
15 a 19 anos .....	242,0	682,0	872,0	721,0	1 247,0	-	-
20 a 24 anos .....	305,0	605,0	640,0	452,0	816,0	-	-
25 anos e mais .....	1 557,0	3 200,0	2 820,0	2 223,0	4 124,0	-	-
MULHERES .....	793,0	1 766,0	1 952,0	1 175,0	2 926,0	-	-
10 a 14 anos .....	-	-	-	-	-	-	-
15 a 19 anos .....	139,0	493,0	483,0	314,0	655,0	-	-
20 a 24 anos .....	147,0	348,0	318,0	208,0	413,0	-	-
25 anos e mais .....	507,0	925,0	1 151,0	653,0	1 858,0	-	-
<b>1973</b>							
TOTAL .....	3 555,1	7 832,4	7 678,4	5 001,2	11 909,3	282,0	1 489,3
10 a 14 anos .....	73,7	374,2	766,4	379,0	1 195,5	4,5	83,1
15 a 19 anos .....	428,9	1 310,5	1 363,4	894,8	1 871,2	33,3	254,2
20 a 24 anos .....	590,0	1 330,2	1 158,5	786,7	1 746,4	58,1	250,0
25 anos e mais .....	2 462,5	4 817,5	4 390,1	2 940,7	7 996,2	186,1	902,0
HOMENS .....	2 446,5	5 550,6	5 227,4	3 665,4	7 958,4	198,2	1 032,4
10 a 14 anos .....	44,9	233,7	508,7	279,7	809,4	2,6	57,0
15 a 19 anos .....	246,8	774,4	828,8	607,8	1 190,2	20,2	157,4
20 a 24 anos .....	383,6	865,2	765,9	535,3	1 129,5	38,5	161,4
25 anos e mais .....	1 771,2	3 677,3	3 124,0	2 242,6	4 829,3	136,9	656,6
MULHERES .....	1 108,6	2 281,8	2 451,0	1 335,8	3 950,9	83,8	456,9
10 a 14 anos .....	28,9	140,5	257,7	99,4	386,1	1,9	26,0
15 a 19 anos .....	182,0	536,1	534,6	287,0	681,1	13,2	96,8
20 a 24 anos .....	206,4	465,0	392,6	251,5	616,9	19,6	88,6
25 anos e mais .....	691,3	1 140,2	1 266,1	697,9	2 266,8	49,1	245,5
<b>1976</b>							
TOTAL .....	3 873,7	8 789,5	8 475,5	5 062,0	11 581,4	303,4	1 609,4
10 a 14 anos .....	55,3	309,8	732,2	288,4	1 134,3	4,1	64,2
15 a 19 anos .....	433,2	1 413,5	1 530,9	887,2	1 850,3	35,8	261,7
20 a 24 anos .....	696,7	1 586,8	1 369,1	874,1	1 665,2	62,1	287,0
25 anos e mais .....	2 688,5	5 479,4	4 843,2	3 012,3	6 931,6	201,4	996,5
HOMENS .....	2 731,9	6 226,0	5 860,2	3 803,4	8 316,7	204,6	1 132,3
10 a 14 anos .....	35,3	193,6	464,5	214,0	839,5	2,0	43,1
15 a 19 anos .....	277,5	836,1	939,1	605,5	1 256,0	20,5	166,4
20 a 24 anos .....	458,0	1 035,3	916,2	612,7	1 138,1	38,3	188,2
25 anos e mais .....	1 961,1	4 161,0	3 540,4	2 371,2	5 083,1	143,8	734,6
MULHERES .....	1 141,8	2 563,5	2 615,3	1 258,6	3 264,7	98,8	477,1
10 a 14 anos .....	20,0	116,2	267,8	74,4	294,8	2,1	21,1
15 a 19 anos .....	155,7	577,4	591,8	281,7	594,3	15,3	95,3
20 a 24 anos .....	238,7	551,5	452,9	261,4	527,1	23,8	98,8
25 anos e mais .....	727,4	1 318,4	1 302,8	641,1	1 848,5	57,6	261,9

FONTE: PNAD 1968, 1973 e 1976 - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) O levantamento da PNAD 1968 abrangeu apenas as Regiões: I (RJ), II (SP), III (Sul), IV (MG e ES) e V (Nordeste); enquanto que as PNADs - 1973 e 1976 incluíram a Região VI (DF) e a área urbana da Região VII (Norte, MT e GO). A População Economicamente Ativa de 1968 abrangeu apenas as pessoas de 14 anos e mais.

3a - TAXA DE ATIVIDADE <sup>(1)</sup> POR GRUPOS DE IDADE SEGUNDO O SEXO

REGIÕES DA PNAD

1968/1976

REGIÕES DA PNAD E SEXO	1968				1973					1976				
	TOTAL	14 A 19 ANOS	20 A 24 ANOS	25 ANOS E MAIS	TOTAL	10 A 14 ANOS	15 A 19 ANOS	20 A 24 ANOS	25 ANOS E MAIS	TOTAL	10 A 14 ANOS	15 A 19 ANOS	20 A 24 ANOS	25 ANOS E MAIS
TOTAL DAS REGIÕES .....	60,1	56,1	66,7	60,0	54,7	23,2	57,0	68,0	61,4	50,8	18,8	52,8	65,0	57,4
Homens .....	87,6	74,0	93,5	91,0	76,8	31,2	73,1	91,9	89,8	73,6	26,0	69,0	89,8	87,0
Mulheres .....	34,4	39,2	42,7	31,1	33,3	15,1	41,9	45,6	33,8	28,8	11,6	37,2	41,6	28,8
REGIÃO I (RJ) .....	51,7	36,1	61,5	54,1	47,1	6,3	39,9	64,9	56,0	45,4	4,4	36,0	63,1	54,1
Homens .....	79,2	48,2	87,6	86,2	67,0	7,7	47,9	86,8	83,9	66,2	5,6	47,7	85,8	82,3
Mulheres .....	26,9	25,1	38,0	25,3	28,5	5,0	32,6	44,2	30,3	26,0	3,2	25,0	41,9	28,1
REGIÃO II (SP) .....	57,9	56,5	68,7	56,3	53,3	16,3	63,5	71,8	56,9	52,1	12,6	59,4	69,2	56,3
Homens .....	85,7	69,7	93,5	88,7	75,4	20,3	76,2	92,9	86,3	73,9	15,5	71,3	90,4	85,5
Mulheres .....	31,8	44,7	47,0	24,9	31,2	12,3	51,2	50,4	27,1	30,4	9,5	47,8	48,1	27,1
REGIÃO III (SUL) .....	65,1	63,2	72,5	64,2	60,0	32,0	66,3	71,2	65,3	56,4	26,8	63,4	69,4	61,1
Homens .....	89,7	81,2	95,7	91,4	80,9	42,2	81,2	94,6	91,3	77,5	33,7	78,2	92,9	88,5
Mulheres .....	40,4	45,1	48,7	37,1	38,6	21,7	51,5	48,0	38,3	35,0	19,8	48,7	45,9	33,2
REGIÃO IV (MG-ES).....	58,5	56,7	64,2	58,0	51,5	20,0	55,3	65,3	58,9	47,3	14,6	50,2	62,3	54,3
Homens .....	89,2	78,8	93,8	92,2	76,3	29,4	76,8	91,2	90,7	72,1	21,5	69,9	89,5	86,8
Mulheres .....	29,4	34,4	38,1	25,7	27,2	10,6	34,7	40,6	27,7	23,2	7,6	31,2	36,4	22,8
REGIÃO V (NORDESTE) .....	62,5	57,7	64,8	63,7	57,4	30,1	55,5	66,5	65,9	50,7	25,0	50,2	61,0	58,3
Homens .....	89,9	77,0	94,1	93,8	79,8	41,1	74,0	92,1	93,4	75,4	37,1	69,9	89,6	89,2
Mulheres .....	38,0	39,1	40,1	37,2	36,7	19,2	38,7	44,0	40,5	27,6	13,0	31,4	36,1	29,9
REGIÃO VI (DF) .....	-	-	-	-	52,8	5,4	40,5	69,5	65,5	49,3	3,8	38,4	65,8	63,1
Homens .....	-	-	-	-	73,6	6,5	50,8	93,0	92,9	69,7	3,9	50,0	88,4	91,7
Mulheres .....	-	-	-	-	31,6	4,3	31,0	46,4	35,9	30,8	3,6	28,9	47,1	35,8
REGIÃO VII (NORTE-MT-GO).....	-	-	-	-	48,9	13,5	47,7	63,2	60,2	46,2	9,4	43,0	60,5	58,0
Homens .....	-	-	-	-	70,9	19,2	64,1	87,0	90,3	67,4	12,9	58,5	84,7	87,5
Mulheres .....	-	-	-	-	28,8	8,2	33,7	42,2	31,8	26,4	6,0	29,2	39,1	29,8

FONTE: PNAD 1968, 1973 e 1976 - DEISO-IBGE

NOTAS: (1) A taxa de atividade por grupo etário é a relação entre a População Economicamente Ativa de uma certa faixa etária e a População desta mesma faixa etária.

4 - TAXA DE ATIVIDADE <sup>(1)</sup> POR GRUPOS DE IDADE SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIOREGIÕES DA PNAD <sup>(2)</sup>

1968/1976

REGIÕES DA PNAD E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	1968				1973					1976				
	TOTAL	14 a 19 ANOS	20 a 24 ANOS	25 ANOS E MAIS	TOTAL	10 a 14 ANOS	15 a 19 ANOS	20 a 24 ANOS	25 ANOS E MAIS	TOTAL	10 a 14 ANOS	15 a 19 ANOS	20 a 24 ANOS	25 ANOS E MAIS
TOTAL DA REGIÕES -----	60,1	56,1	66,7	60,0	54,7	23,2	57,0	68,0	61,4	50,8	18,8	52,8	65,0	57,4
Urbana -----	-	-	-	-	50,0	11,3	49,3	67,0	57,9	48,0	8,9	46,5	65,0	55,8
Rural -----	-	-	-	-	63,2	40,9	70,2	70,2	68,1	56,4	34,2	64,2	64,8	60,8
REGIÃO I -----	51,7	36,1	61,5	54,1	47,1	6,3	39,9	64,9	56,0	45,4	4,4	36,0	63,1	54,1
Urbana -----	-	-	-	-	47,0	5,2	38,5	65,0	55,9	45,6	3,2	34,1	63,8	54,3
Rural -----	-	-	-	-	48,3	14,7	53,9	63,6	56,9	44,4	12,9	52,3	55,2	51,7
REGIÃO II -----	57,9	56,5	68,7	56,3	53,3	16,3	63,5	71,8	56,9	52,1	12,6	59,4	69,2	56,3
Urbana -----	-	-	-	-	52,5	12,5	62,3	72,3	56,1	51,9	10,2	58,2	69,9	56,0
Rural -----	-	-	-	-	58,0	32,1	69,8	68,9	61,6	53,6	23,0	66,5	64,8	58,6
REGIÃO III -----	65,1	63,2	72,5	64,2	60,0	32,0	66,3	71,2	65,3	56,4	26,8	63,4	69,4	61,1
Urbana -----	-	-	-	-	51,6	12,2	52,5	67,8	59,4	50,3	10,8	52,6	67,8	57,2
Rural -----	-	-	-	-	68,0	47,3	78,1	74,7	71,6	62,9	41,2	74,3	71,2	65,8
REGIÃO IV -----	58,5	56,7	64,2	58,0	51,5	20,0	55,3	65,3	58,9	47,3	14,6	50,2	62,3	54,3
Urbana -----	-	-	-	-	48,3	11,8	50,2	66,4	56,6	46,1	9,7	47,0	63,3	53,8
Rural -----	-	-	-	-	56,3	31,5	63,1	63,4	62,5	49,4	22,1	55,7	60,4	55,3
REGIÃO V -----	62,5	57,7	64,8	63,7	57,4	30,1	55,5	66,5	65,9	50,7	25,0	50,2	61,0	58,3
Urbana -----	-	-	-	-	48,9	12,3	40,6	62,5	60,9	44,6	9,0	37,5	59,2	55,7
Rural -----	-	-	-	-	64,7	43,8	68,8	70,4	70,1	56,2	37,6	61,4	62,9	60,6
REGIÃO VI -----	-	-	-	-	52,8	5,4	40,5	69,5	65,5	49,3	3,8	38,4	65,8	63,1
Urbana -----	-	-	-	-	52,6	4,8	39,8	69,5	65,3	50,1	3,5	37,9	68,3	63,8
Rural -----	-	-	-	-	59,7	21,3	66,8	71,0	69,3	45,9	5,0	40,8	54,8	60,0
REGIÃO VII -----	-	-	-	-	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Urbana -----	-	-	-	-	48,9	13,5	47,7	63,2	60,2	46,2	9,4	43,0	60,5	58,0
Rural -----	-	-	-	-	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...

FONTE: PNAD 1968, 1973 e 1976 - DEISO-IBGE

NOTAS: (1) A taxa de atividade por grupo etário é a relação entre a População Economicamente Ativa de uma certa faixa etária e a População desta mesma faixa etária.

(2) O levantamento da PNAD 1968 abrangeu apenas as Regiões: I (RJ), II (SP), III (SUL), IV (MG e ES), e V (Nordeste) enquanto que as PNADs - 1973 e 1976 incluíram a Região VI (DF), e a área urbana da Região VII (Norte, MT e GO). A População Economicamente Ativa de 1968 abrangeu apenas as pessoas de 14 anos e mais.

## 5 - TAXA DE DESEMPREGO, (1) TOTAL E POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE

REGIÕES DA PNAD

1968/1976

REGIÕES DA PNAD E SEXO	1968(2)				1973					1976				
	TOTAL	14 a 19 ANOS	20 a 24 ANOS	25 ANOS E MAIS	TOTAL	10 a 14 ANOS	15 a 19 ANOS	20 a 24 ANOS	25 ANOS E MAIS	TOTAL	10 a 14 ANOS	15 a 19 ANOS	20 a 24 ANOS	25 ANOS E MAIS
TOTAL DAS REGIÕES .....	2,3	4,8	3,2	1,3	2,6	3,4	5,6	4,1	1,2	1,8	2,1	3,7	3,1	0,9
Homens .....	2,2	5,3	2,8	1,2	2,3	3,4	5,4	3,7	1,0	1,8	2,3	4,1	3,0	1,0
Mulheres .....	2,4	4,0	3,9	1,4	3,3	3,3	6,0	4,7	1,8	1,8	1,8	3,0	3,2	0,9
REGIÃO I .....	2,5	6,6	4,0	1,4	4,3	15,9	12,9	7,0	1,9	2,6	6,2	7,6	4,7	1,2
Homens .....	2,0	6,2	3,6	1,0	3,6	16,7	11,6	7,2	1,4	2,6	9,2	8,1	4,2	1,2
Mulheres .....	3,7	7,2	4,8	2,4	6,0	14,7	14,7	6,7	3,2	2,9	1,0	6,8	5,7	1,2
REGIÃO II .....	2,0	4,5	2,2	1,3	2,8	8,1	6,1	3,4	1,4	1,9	4,1	3,8	3,0	0,9
Homens .....	2,0	5,7	2,0	1,3	2,3	9,2	6,0	2,6	1,1	2,0	4,7	4,1	3,5	1,0
Mulheres .....	2,0	2,8	2,6	1,3	4,0	6,3	6,2	4,9	2,4	1,7	3,1	3,3	2,2	0,6
REGIÃO III .....	2,1	4,6	3,1	1,0	1,5	1,7	3,4	1,8	0,8	1,1	1,5	2,3	1,4	0,6
Homens .....	2,1	5,0	3,0	1,0	1,3	1,6	3,7	1,6	0,6	1,1	1,4	2,8	1,4	0,6
Mulheres .....	2,1	3,9	3,5	1,0	1,9	2,1	3,0	2,0	1,7	1,0	1,6	1,6	1,4	0,5
REGIÃO IV .....	2,7	6,3	2,1	1,5	2,8	4,3	6,3	4,4	1,0	1,8	3,8	3,5	2,9	0,8
Homens .....	2,7	6,8	1,3	1,7	2,4	4,2	5,9	4,1	0,9	1,6	3,5	3,5	2,7	0,7
Mulheres .....	2,6	5,1	3,8	1,1	3,6	4,8	7,1	5,0	1,5	2,2	4,5	3,7	3,2	0,9
REGIÃO V .....	2,3	3,9	4,3	1,4	2,1	1,3	4,2	4,6	1,1	1,8	1,0	3,4	3,6	1,1
Homens .....	2,2	4,1	3,9	1,3	2,0	1,2	4,1	4,4	1,1	1,8	1,2	4,0	3,4	1,1
Mulheres .....	2,6	3,7	5,1	1,6	2,4	1,6	4,4	5,0	1,2	1,7	0,6	2,0	4,2	1,0
REGIÃO VI .....	-	-	-	-	3,5	12,3	10,7	4,8	1,7	2,0	8,4	5,4	2,7	1,1
Homens .....	-	-	-	-	2,8	17,1	9,7	3,2	1,4	2,0	10,8	6,2	2,8	1,0
Mulheres .....	-	-	-	-	5,3	5,4	12,1	7,9	2,5	2,1	6,1	4,2	2,7	1,2
REGIÃO VII .....	-	-	-	-	5,1	10,4	10,5	6,2	2,7	3,6	8,2	7,7	5,1	1,7
Homens .....	-	-	-	-	4,3	11,6	9,5	5,1	2,3	3,6	10,3	8,2	4,7	1,9
Mulheres .....	-	-	-	-	6,7	7,9	12,1	8,2	3,8	3,5	4,1	6,8	6,0	1,3

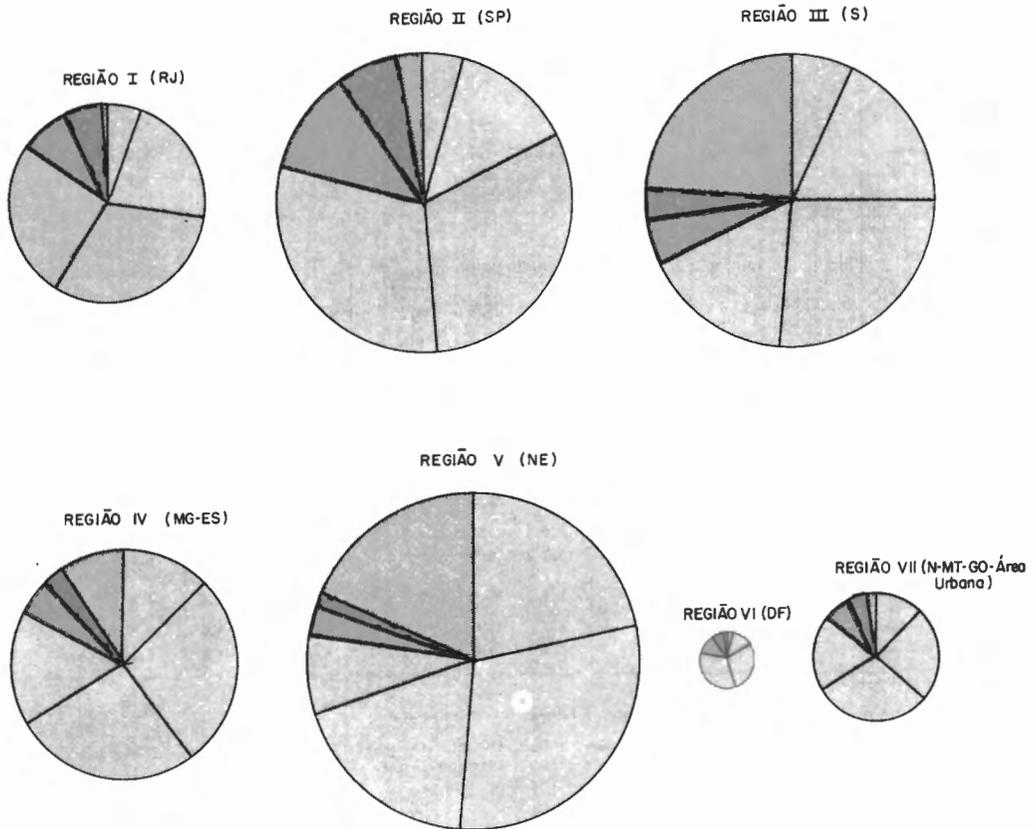
FONTE: PNAD - 1973 e 1976 - DEISO - IBGE.

NOTA: (1) Taxa de desemprego: Pessoas Desempregadas em relação à População Economicamente Ativa.

(2) O levantamento da PNAD 1968 abrangeu apenas as Regiões: I (RJ), II (SP), III (SUL), IV (MG e ES) e V (Nordeste); enquanto que as PNADs - 1973 e 1976 incluíram a Região VI (DF) e a área urbana da Região VII (Norte, MT e GO). A População Economicamente Ativa de 1968 abrangeu apenas as pessoas de 14 anos e mais.

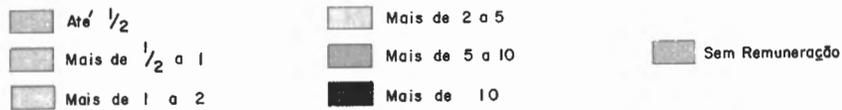
### 3. DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS POR REGIÕES DA PNAD

Segundo Grupos de Remuneração Mensal - 1976



Legenda

REMUNERAÇÃO MENSAL (Salário-Mínimo)



FONTE: Ver Tabela 6 e 6a

## 6 - PESSOAS OCUPADAS POR REGIÕES SEGUNDO GRUPOS DE REMUNERAÇÃO MENSAL DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL

REGIÕES DA PNAD

1976

Em 1 000 pessoas

REGIÕES DA PNAD	REMUNERAÇÃO MENSAL (SALÁRIO-MÍNIMO)							SEM REMUNERAÇÃO
	TOTAL	ATE 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5 a 10	MAIS DE 10	
TOTAL .....	38 911,1	4 430,6	8 721,3	10 019,4	6 951,3	2 387,1	1 494,7	4 906,7
Região I (RJ) .....	3 752,8	201,9	829,6	1 176,2	958,0	311,5	245,9	29,7
Região II (SP) .....	8 618,4	350,5	1 188,5	2 694,3	2 570,0	972,9	586,9	255,3
Região III (Sul) .....	8 373,1	578,4	1 515,5	2 217,0	1 364,3	420,4	270,0	2 007,5
Região IV (MG,ES) .....	4 958,0	634,4	1 367,1	1 307,0	796,3	260,5	137,1	455,6
Região V (Nordeste) .....	11 363,8	2 478,6	3 385,1	2 086,5	864,7	281,8	153,9	2 113,2
Região VI (DF) .....	296,3	7,8	45,0	83,0	93,2	35,6	29,9	1,8
Região VII (Norte,MT,GO) (1) .....	1 548,7	179,0	390,5	455,4	304,8	104,4	71,0	43,6

FONTE: PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) Os dados referem-se apenas a área urbana

6a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR REGIÕES  
SEGUNDO GRUPOS DE REMUNERAÇÃO MENSAL DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL

(PERCENTAGEM HORIZONTAL)

REGIÕES DA PNAD

1976

REGIÕES DA PNAD	REMUNERAÇÃO MENSAL (SALÁRIO-MÍNIMO)							SEM REMUNERAÇÃO
	TOTAL	ATE 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5 a 10	MAIS DE 10	
TOTAL .....	100,0	11,4	22,4	25,8	17,9	6,1	3,8	12,6
Região I (RJ) .....	100,0	5,4	22,1	31,3	25,5	8,3	6,6	0,8
Região II (SP) .....	100,0	4,1	13,8	31,2	29,8	11,3	6,8	3,0
Região III (Sul) .....	100,0	6,9	18,1	26,5	16,3	5,0	3,2	24,0
Região IV (MG,ES) .....	100,0	12,8	27,6	26,4	16,0	5,2	2,8	9,2
Região V (Nordeste) .....	100,0	21,8	29,8	18,4	7,6	2,5	1,3	18,6
Região VI (DF) .....	100,0	2,6	15,2	28,0	31,5	12,0	10,1	0,6
Região VII (Norte,MT,GO) .....	100,0	11,6	25,2	24,4	19,7	6,7	4,6	2,8

FONTE: PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

6b - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR REGIÕES SEGUNDO GRUPOS  
DE REMUNERAÇÃO MENSAL DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL

(PERCENTAGEM VERTICAL)

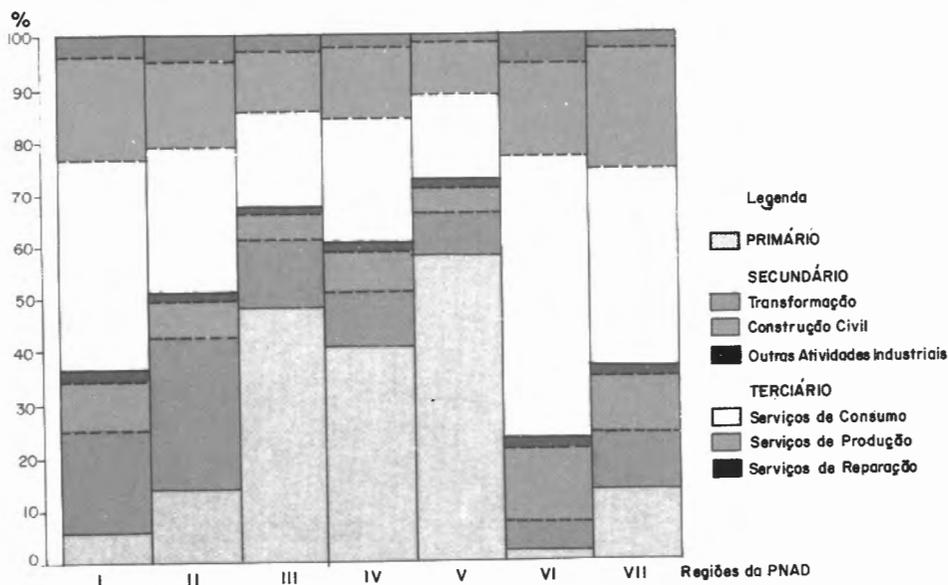
REGIÕES DA PNAD

1976

REGIÕES DA PNAD	REMUNERAÇÃO MENSAL (SALÁRIO-MÍNIMO)							SEM REMUNERAÇÃO
	TOTAL	ATE 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5 a 10	MAIS DE 10	
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Região I (RJ) .....	9,6	4,6	9,5	11,7	13,8	13,0	16,4	0,6
Região II (SP) .....	22,2	7,9	13,6	26,9	37,0	40,8	39,3	5,2
Região III (Sul) .....	21,5	13,1	17,4	22,1	19,6	17,6	18,1	40,9
Região IV (MG,ES) .....	12,7	14,3	15,7	13,1	11,5	10,9	9,2	9,3
Região V (Nordeste) .....	29,2	55,9	38,8	20,8	12,4	11,8	10,3	43,1
Região VI (DF) .....	0,8	0,2	0,5	0,8	1,3	1,5	2,0	0,0
Região VII (Norte,MT,GO) .....	4,0	4,0	4,5	4,6	4,4	4,4	4,7	0,9

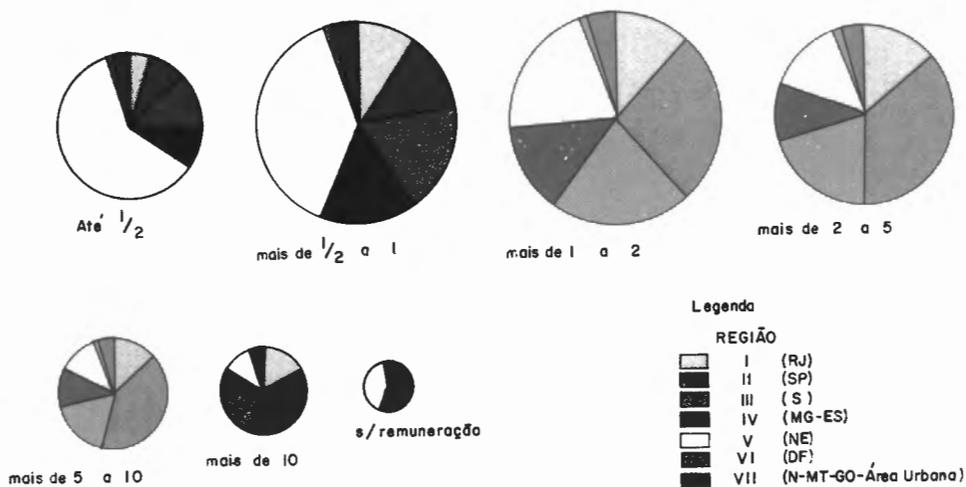
FONTE: PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

4. DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS POR SETOR DE ATIVIDADE  
Regiões da PNAD - 1976



FONTE: Ver Tabela 2

5. DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS DE REMUNERAÇÃO  
MENSAL DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL  
Regiões da PNAD- 1976



FONTE: Ver Tabela 6 e 6b

7 - PESSOAS OCUPADAS POR SEXO E GRUPOS OCUPACIONAIS SEGUNDO GRUPOS DE REMUNERAÇÃO MENSAL DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD<sup>(1)</sup>

1976

Em 1 000 pessoas

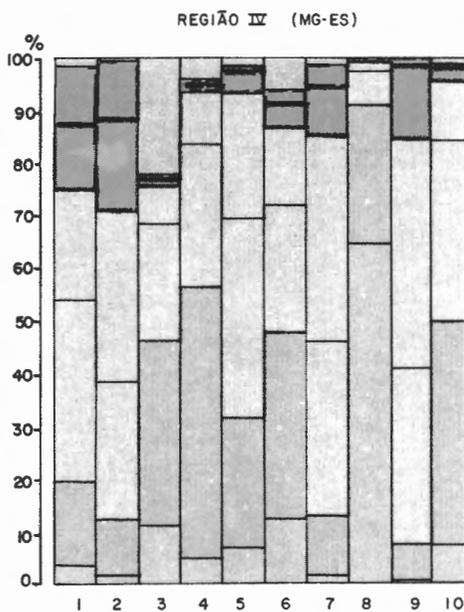
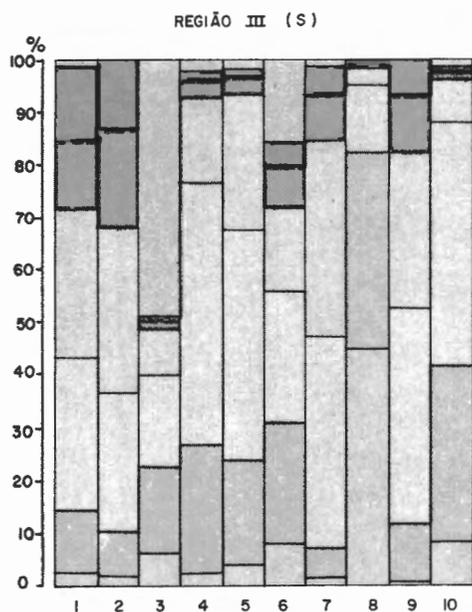
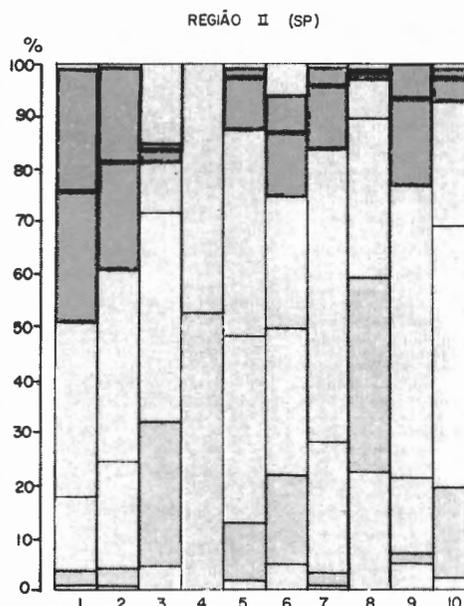
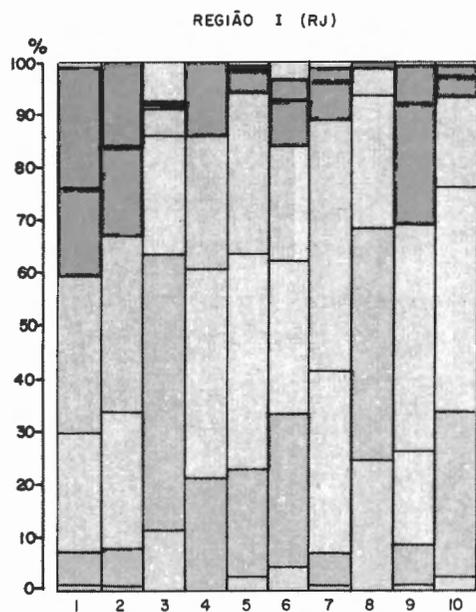
SEXO E GRUPOS OCUPACIONAIS	REMUNERAÇÃO MENSAL (Salário-mínimo)							
	TOTAL	ATÉ 1/2	MAIS DE 1/2 a 2	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5 a 10	MAIS DE 10	SEM REMUNERAÇÃO
TOTAL .....	38 911,1	4 430,5	8 721,4	10 019,4	6 951,4	2 387,0	1 494,8	4 906,6
Técnicas, Científicas, Religiosas, Artísticas e afins .....	2 397,8	123,5	277,3	538,1	630,0	397,1	412,1	19,7
Administrativas .....	5 183,7	76,1	456,5	1 291,3	1 690,1	936,5	728,3	4,9
Agropecuária, Produção Extrativa Vegetal e Animal .....	13 775,5	1 958,5	3 813,6	2 474,1	769,2	151,9	57,8	4 550,4
Produção Extrativa Mineral .....	91,0	3,2	24,8	32,9	20,2	4,3	1,5	4,1
Indústria de Transformação e Construção Civil .....	7 333,5	512,4	1 529,3	2 743,7	1 997,0	386,6	71,3	93,2
Comércio e Atividades Auxiliares .....	2 132,6	201,3	547,5	564,7	380,9	168,9	85,7	183,6
Transportes e Comunicações .....	1 639,1	18,6	143,0	558,4	698,7	145,0	60,7	14,7
Prestação de Serviços .....	2 828,6	1 313,2	904,9	468,2	112,0	18,6	3,8	7,9
Defesa Nacional e Segurança Pública... ..	525,8	8,5	44,1	146,2	204,0	88,0	35,0	-
Outras Ocupações mal definidas ou não declaradas .....	3 003,5	215,2	980,4	1 201,8	449,3	90,1	38,6	28,1
HOMENS .....	27 712,4	1 853,7	6 061,8	7 650,5	5 818,2	2 054,9	1 375,6	2 897,7
Técnicas, Científicas, Religiosas, Artísticas e afins .....	1 075,4	9,7	44,9	128,1	266,9	253,0	356,7	16,1
Administrativas .....	3 701,9	38,1	234,2	756,2	1 203,2	792,7	676,7	0,8
Agropecuária, Produção Extrativa Vegetal e Animal .....	10 742,1	1 327,8	3 419,7	2 350,1	750,1	149,3	56,6	2 688,5
Produção Extrativa Mineral .....	89,8	2,6	24,2	32,9	20,2	4,3	1,5	4,1
Indústria de Transformação e Construção Civil .....	5 929,7	173,2	1 068,9	2 278,0	1 896,7	377,3	70,2	65,4
Comércio e Atividades Auxiliares .....	1 511,5	129,5	335,6	392,2	326,6	155,6	83,8	88,2
Transportes e Comunicações .....	1 563,2	17,2	132,7	514,6	680,1	144,1	59,8	14,7
Prestação de Serviços .....	280,3	34,4	64,8	97,0	68,7	10,8	2,6	2,0
Defesa Nacional e Segurança Pública... ..	522,9	8,5	43,9	145,9	202,5	87,2	34,9	-
Outras Ocupações mal definidas ou não declaradas .....	2 295,6	112,7	692,9	955,5	403,2	80,6	32,8	17,9
MULHERES .....	11 198,7	2 576,8	2 659,6	2 368,9	1 133,2	332,1	119,2	2 008,9
Técnicas, Científicas, Religiosas, Artísticas e afins .....	1 322,4	113,8	232,4	410,0	363,1	144,1	55,4	3,6
Administrativas .....	1 481,8	38,0	222,4	535,1	486,9	143,7	51,6	4,1
Agropecuária, Produção Extrativa Vegetal e Animal .....	3 033,4	630,6	393,9	124,0	19,1	2,6	1,2	1 862,0
Produção Extrativa Mineral .....	1,2	0,6	0,6	-	-	-	-	-
Indústria de Transformação e Construção Civil .....	1 403,8	339,3	460,4	465,7	100,2	9,3	1,1	27,8
Comércio e Atividades Auxiliares .....	621,1	71,9	211,9	172,5	54,3	13,3	1,9	95,3
Transportes e Comunicações .....	75,9	1,3	10,2	43,8	18,7	1,0	0,9	-
Prestação de Serviços .....	2 548,3	1 278,8	840,1	371,2	43,3	7,8	1,2	5,9
Defesa Nacional e Segurança Pública... ..	2,9	-	0,2	0,3	1,5	0,8	0,1	-
Outras Ocupações mal definidas ou não declaradas .....	707,9	102,5	287,5	246,3	46,1	9,5	5,8	10,2

FONTE: 1976 - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) O Total das Regiões em 1976 abrange: Região I (RJ), Região II (SP), Região III (Sul), Região IV (MG e ES), Região V (Nordeste), Região VI (DF) e área urbana da Região VII (Norte, MT e GO).

## 6. DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS OCUPACIONAIS

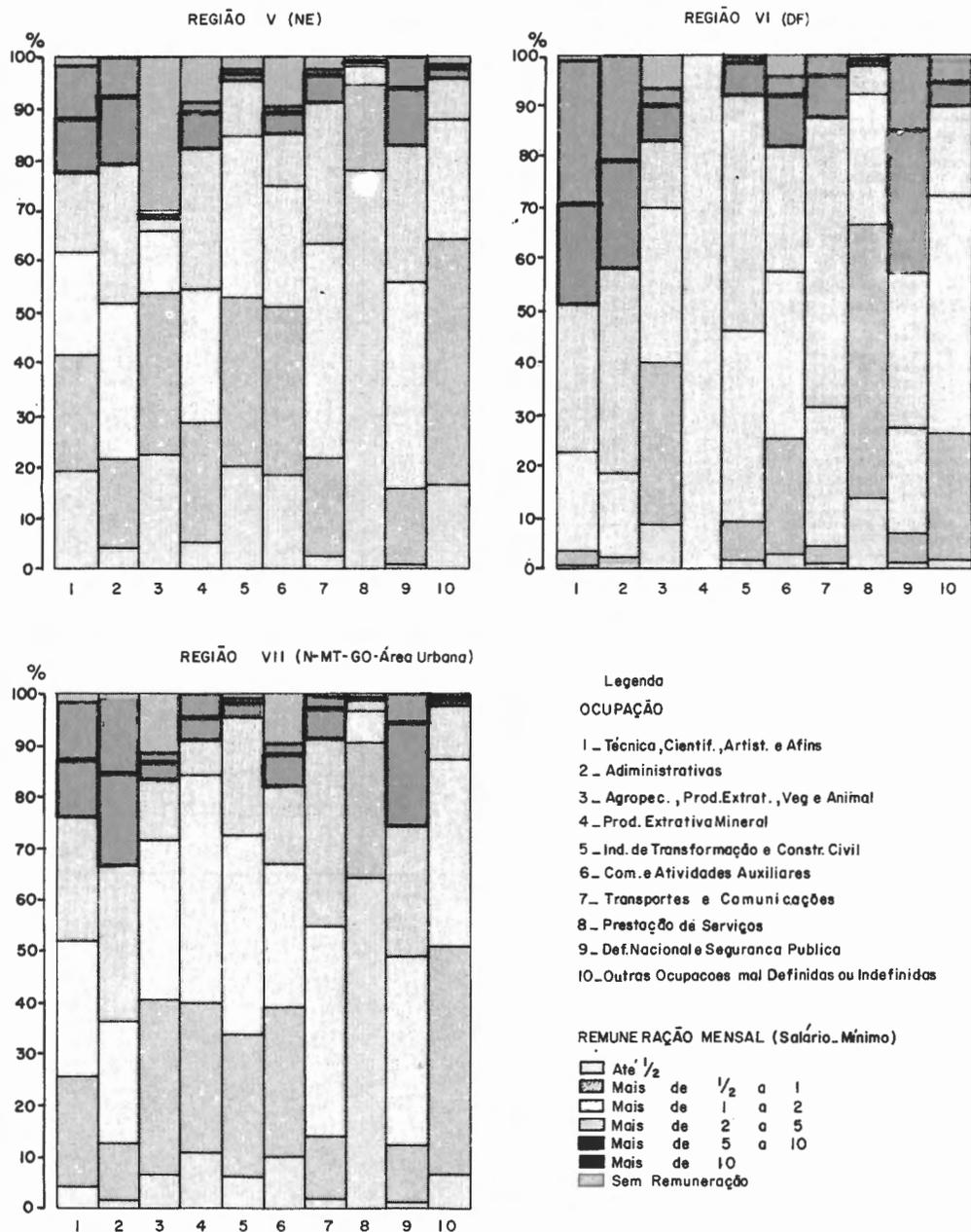
Segundo a Remuneração Mensal da Ocupação Principal - Regiões da PNAD  
1976



Vide Legenda página Seguinte

## 6. DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS OCUPACIONAIS

Segundo a Remuneração Mensal da Ocupação Principal. Regiões da PNAD 1976



FONTE: Ver Tabela 7a

7a - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS POR SEXO E GRUPOS OCUPACIONAIS SEGUNDO GRUPOS DE REMUNERAÇÃO MENSAL DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1976

SEXO E GRUPOS OCUPACIONAIS	REMUNERAÇÃO MENSAL (Salário-mínimo)							
	TOTAL	ATÉ 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5 a 10	MAIS DE 10	SEM REMUNERAÇÃO
TOTAL .....	100,0	11,4	22,4	25,8	17,9	6,1	3,8	12,6
Técnicas, científicas, reli- giosas, artísticas e afins.	100,0	5,1	11,6	22,4	26,3	16,6	17,2	0,8
Administrativas .....	100,0	1,5	8,8	24,9	32,6	18,1	14,0	0,1
Agropecuárias, produção ex- trativa vegetal e animal ..	100,0	14,2	27,7	18,0	5,6	1,1	0,4	33,0
Produção extrativa mineral ..	100,0	3,5	27,3	36,2	22,2	4,7	1,6	4,5
Indústria de transformação e construção civil .....	100,0	7,0	20,8	37,4	27,2	5,3	1,0	1,3
Comércio e atividades auxi- liares .....	100,0	9,4	25,7	26,5	17,9	7,9	4,0	8,6
Transportes e comunicações.	100,0	1,1	8,7	34,1	42,6	8,9	3,7	0,9
Prestação de serviços .....	100,0	46,4	32,0	16,6	4,0	0,6	0,1	0,3
Defesa nacional e segurança pública .....	100,0	1,6	8,4	27,8	38,8	16,7	6,7	-
Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não decla- radas .....	100,0	7,2	32,6	40,0	15,0	3,0	1,3	0,9
HOMENS .....	100,0	6,7	21,9	27,6	21,0	7,4	5,0	10,4
Técnicas, científicas, reli- giosas, artísticas e afins.	100,0	0,9	4,2	11,9	24,8	23,5	33,2	1,5
Administrativas .....	100,0	1,0	6,3	20,4	32,6	21,4	18,3	0,0
Agropecuárias, produção ex- trativa vegetal e animal ..	100,0	12,4	31,8	21,9	7,0	1,4	0,5	25,0
Produção extrativa mineral ..	100,0	3,0	26,9	36,6	22,5	4,8	1,7	4,5
Indústria de transformação e construção civil .....	100,0	2,9	18,0	38,4	32,0	6,4	1,2	1,1
Comércio e atividades auxi- liares .....	100,0	8,6	22,2	25,9	21,6	10,3	5,6	5,8
Transportes e comunicações.	100,0	1,1	8,5	32,9	43,5	9,2	3,8	1,0
Prestação de serviços .....	100,0	12,3	23,1	34,6	24,5	3,9	0,9	0,7
Defesa nacional e segurança pública .....	100,0	1,6	8,4	27,9	38,7	16,7	6,7	-
Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não decla- radas .....	100,0	4,9	30,2	41,6	17,6	3,5	1,4	0,8
MULHERES .....	100,0	23,0	23,7	21,2	10,1	3,0	1,1	17,9
Técnicas, científicas, reli- giosas, artísticas e afins.	100,0	8,6	17,6	31,0	27,4	10,9	4,2	0,3
Administrativas .....	100,0	2,6	15,0	36,1	32,8	9,7	3,5	0,3
Agropecuárias, produção ex- trativa vegetal e animal ..	100,0	20,8	13,0	4,1	0,6	0,1	0,0	61,4
Produção extrativa mineral ..	100,0	50,0	50,0	-	-	-	-	-
Indústria de transformação e construção civil .....	100,0	24,2	32,8	33,2	7,1	0,6	0,1	2,0
Comércio e atividades auxi- liares .....	100,0	11,6	34,1	27,8	8,8	2,1	0,3	15,3
Transportes e Comunicações.	100,0	1,7	13,5	57,7	24,6	1,3	1,2	-
Prestação de serviços .....	100,0	50,2	33,0	14,6	1,7	0,3	0,0	0,2
Defesa nacional e segurança pública .....	100,0	-	6,9	10,3	51,7	27,6	3,5	-
Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não decla- radas .....	100,0	14,5	40,6	34,8	6,5	1,3	0,8	1,5

FONTE: PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

## 8 - PESSOAS OCUPADAS POR REGIÕES E GRUPOS OCUPACIONAIS SEGUNDO GRUPOS DE REMUNERAÇÃO MENSAL DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL

REGIÕES DA PNAD

1976

Continua

Em 1 000 pessoas

GRUPOS OCUPACIONAIS	REMUNERAÇÃO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO)							SEM REMUNERAÇÃO
	TOTAL	ATÉ 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5 a 10	MAIS DE 10	
<b>REGIÃO I (RJ)</b>								
TOTAL .....	3 752,8	201,9	829,6	1 176,2	958,0	311,5	245,9	29,7
Técnicas, científicas, religiosas, artísticas e afins .....	389,8	3,2	26,9	87,4	114,5	65,7	90,4	1,7
Administrativas .....	680,5	2,2	48,7	180,1	225,6	117,1	106,3	0,5
Agropecuária, produção extrativa ve getal e animal .....	221,6	26,2	115,2	50,1	11,5	0,9	1,1	16,6
Produção extrativa mineral .....	2,8	-	0,6	1,1	0,7	0,4	-	-
Indústria de transformação e constru ção civil .....	904,5	25,2	186,9	366,9	278,5	36,9	8,3	1,8
Comércio e atividades auxiliares ..	283,5	13,8	81,4	84,2	61,1	24,4	11,5	7,1
Transportes e comunicações .....	235,8	1,3	16,3	81,0	112,1	17,1	7,3	0,7
Prestação de serviços .....	474,5	117,2	209,3	119,5	25,4	2,0	0,9	0,2
Defesa nacional e segurança pública	131,4	0,9	10,0	23,7	55,9	30,5	10,4	-
Outras ocupações, ocupações mal defi nidas ou não declaradas .....	428,4	11,9	134,3	182,7	72,7	16,5	9,7	1,1
<b>REGIÃO II (SP)</b>								
TOTAL .....	8 618,4	350,5	1 188,5	2 694,3	2 570,0	972,9	586,9	255,3
Técnicas, científicas, religiosas, artísticas e afins .....	662,3	5,0	20,5	93,3	217,0	166,4	156,4	3,7
Administrativas .....	1 681,9	8,3	64,3	348,0	608,0	349,1	300,9	3,3
Agropecuária, produção extrativa ve getal e animal .....	1 154,6	58,2	316,2	458,8	111,7	22,7	10,7	176,3
Produção extrativa mineral .....	4,5	-	-	2,4	2,1	-	-	-
Indústria de transformação e constru ção civil .....	2 256,4	43,5	248,2	804,3	877,9	230,7	35,8	16,1
Comércio e atividades auxiliares ..	606,4	31,1	98,7	172,8	148,6	73,4	41,3	40,4
Transportes e comunicações .....	481,8	0,7	15,1	119,3	265,9	58,6	20,2	2,0
Prestação de serviços .....	718,5	166,9	262,4	218,3	53,8	11,6	1,4	4,1
Defesa nacional e segurança pública	111,3	6,3	2,0	16,2	60,7	18,7	7,4	-
Outras ocupações, ocupações mal defi nidas ou não declaradas .....	940,7	30,5	161,1	460,9	224,3	41,7	12,8	9,4
<b>REGIÃO III (Sul)</b>								
TOTAL .....	8 373,1	578,4	1 515,5	2 217,0	1 364,3	420,4	270,0	2 007,5
Técnicas, científicas, religiosas, artísticas e afins .....	431,1	10,2	52,4	123,1	123,8	56,7	61,8	3,1
Administrativas .....	940,1	12,6	83,7	245,6	298,2	176,3	123,4	0,3
Agropecuária, produção extrativa ve getal e animal .....	3 913,6	244,0	647,9	697,8	330,5	65,2	24,8	1 903,4
Produção extrativa mineral .....	30,6	0,7	7,5	15,3	4,9	1,1	0,4	0,7
Indústria de transformação e constru ção civil .....	1 365,9	51,6	281,8	601,3	349,9	44,9	11,5	24,9
Comércio e atividades auxiliares ..	389,1	29,5	89,7	96,2	61,8	30,0	18,0	63,9
Transportes e comunicações .....	300,2	3,2	17,4	120,4	112,2	26,6	17,2	3,2
Prestação de serviços .....	425,8	191,7	160,0	55,2	14,0	2,1	1,0	1,8
Defesa nacional e segurança pública	88,1	0,4	9,9	35,6	26,3	9,8	6,1	-
Outras ocupações, ocupações mal defi nidas ou não declaradas .....	488,6	34,5	165,2	226,5	42,7	7,7	5,8	6,2
<b>REGIÃO IV (MG,ES)</b>								
TOTAL .....	4 958,0	634,4	1 367,1	1 307,0	796,3	260,5	137,1	455,6
Técnicas, científicas, religiosas, artísticas e afins .....	299,2	11,3	47,2	102,9	63,4	36,4	33,3	4,7
Administrativas .....	582,0	11,0	61,9	152,9	188,5	103,1	64,1	0,5
Agropecuária, produção extrativa ve getal e animal .....	1 929,5	218,6	673,7	427,5	142,1	35,1	12,2	420,3
Produção extrativa mineral .....	17,6	0,9	9,0	4,8	1,8	0,2	0,2	0,7
Indústria de transformação e constru ção civil .....	897,3	63,1	221,0	338,0	218,4	37,2	9,7	9,9
Comércio e atividades auxiliares ..	244,0	29,8	86,6	58,7	36,1	12,7	5,7	14,4
Transportes e comunicações .....	202,2	2,8	22,6	67,7	79,3	19,0	9,4	1,4
Prestação de serviços .....	424,1	273,7	111,7	30,4	6,9	1,4	-	-
Defesa nacional e segurança pública	56,0	0,3	3,9	18,7	24,2	8,0	0,9	-
Outras ocupações, ocupações mal defi nidas ou não declaradas .....	306,1	22,9	129,5	105,4	35,6	7,4	1,6	3,7

## 8 - PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS OCUPACIONAIS SEGUNDO GRUPOS DE REMUNERAÇÃO MENSAL DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL

REGIÕES DA PNAD

1976

Em 1 000 pessoas

Conclusão

GRUPOS OCUPACIONAIS	REMUNERAÇÃO MENSAL (SALÁRIO-MÍNIMO)							SEM DECLARAÇÃO
	TOTAL	ATÉ 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5 a 10	MAIS DE 10	
REGIÃO V (Nordeste)								
TOTAL .....	11 363,8	2 478,6	3 385,1	2 086,5	864,7	281,8	153,9	2 113,2
Técnicas, científicas, religiosas, artísticas e afins .....	452,8	87,9	101,8	91,0	70,6	51,1	46,2	4,2
Administrativas .....	953,7	37,8	165,0	287,8	257,7	126,9	78,5	-
Agropecuária, produção extrativa ve getal e animal .....	6 364,9	1 398,8	1 995,4	780,1	151,1	21,7	6,1	2 011,7
Produção extrativa mineral .....	31,0	1,6	7,3	8,0	8,6	2,3	0,7	2,5
Indústria de transformação e constru ção civil .....	1 500,2	306,4	491,2	473,9	166,9	21,7	2,9	37,2
Comércio e atividades auxiliares ..	436,5	81,3	141,8	104,0	44,8	17,4	4,7	42,5
Transportes e comunicações .....	304,3	8,9	59,0	125,5	83,7	16,7	3,2	7,3
Prestação de serviços .....	577,7	449,9	96,1	24,5	5,7	0,6	0,3	0,6
Defesa nacional e segurança pública	92,8	0,3	13,8	37,6	24,7	10,6	5,8	-
Outras ocupações, ocupações mal defi nidas ou não declaradas .....	649,9	105,7	313,7	154,1	50,9	12,8	5,5	7,2
REGIÃO VI (DF)								
TOTAL .....	296,3	7,8	45,0	83,0	93,2	35,6	29,9	1,8
Técnicas, científicas, religiosas, artísticas e afins .....	33,2	0,1	0,9	6,4	9,6	6,6	9,4	0,2
Administrativas .....	68,2	0,1	1,5	11,2	27,2	14,5	13,7	0,0
Agropecuária, produção extrativa ve getal e animal .....	6,0	0,5	1,9	1,8	0,8	0,4	0,2	0,4
Produção extrativa mineral .....	0,1	-	-	0,1	0,0	0,0	-	-
Indústria de transformação e constru ção civil .....	58,7	0,7	4,6	21,8	27,0	3,9	0,6	0,1
Comércio e atividades auxiliares ..	21,0	0,6	4,7	6,8	5,1	2,1	0,9	0,8
Transportes e comunicações .....	17,8	0,1	0,6	4,8	10,1	1,5	0,7	-
Prestação de serviços .....	38,6	5,2	20,6	9,8	2,2	0,5	0,1	0,2
Defesa nacional e segurança pública	15,3	0,1	0,9	3,1	4,5	4,3	2,4	-
Outras ocupações, ocupações mal defi nidas ou não declaradas .....	37,4	0,4	9,3	17,2	6,7	1,8	1,9	0,1
REGIÃO VII (Norte, MT, GO) (1)								
TOTAL .....	1 548,7	179,0	390,5	455,4	304,8	104,4	71,0	43,6
Técnicas, científicas, religiosas, artísticas e afins .....	129,4	5,8	27,6	34,0	31,2	14,2	14,5	2,1
Administrativas .....	277,3	4,3	31,4	65,6	84,9	49,4	41,4	0,3
Agropecuária, produção extrativa ve getal e animal .....	185,4	12,2	63,1	58,0	21,6	5,9	2,8	21,8
Produção extrativa mineral .....	4,5	-	0,5	1,3	2,0	0,3	0,2	0,2
Indústria de transformação e constru ção civil .....	350,5	21,9	95,7	137,5	78,3	11,3	2,6	3,2
Comércio e atividades auxiliares ..	152,1	15,2	44,5	41,9	23,4	9,1	3,5	14,5
Transportes e comunicações .....	97,0	1,6	11,9	39,7	35,3	5,6	2,8	0,1
Prestação de serviços .....	169,4	108,6	44,8	10,5	3,9	0,4	0,1	1,1
Defesa nacional e segurança pública	30,8	0,2	3,5	11,3	7,9	6,1	1,8	-
Outras ocupações, ocupações mal defi nidas ou não declaradas .....	152,3	9,3	67,5	55,6	16,3	2,1	1,3	0,3

FONTE: PNAD-1976 - DE150-IBGE

NOTA: (1) Os dados referem-se apenas a área urbana

8a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR REGIÕES E GRUPOS OCUPACIONAIS SEGUNDO GRUPOS DE REMUNERAÇÃO MENSAL DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL

REGIÕES DA PNAD

1976

Continua

GRUPOS OCUPACIONAIS	REMUNERAÇÃO MENSAL (Salário mínimo)							SEM REMUNERAÇÃO
	TOTAL	ATÉ 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5 a 10	MAIS DE 10	
<b>REGIÃO I (RJ)</b>								
TOTAL .....	100,0	5,4	22,1	31,3	25,5	8,3	6,6	0,8
Técnicas, científicas, artísticas e afins .....	100,0	0,8	6,9	22,4	29,4	16,9	23,2	0,4
Administrativas .....	100,0	0,3	7,1	26,5	33,2	17,2	15,6	0,1
Agropecuárias, produção extrativa vegetal e animal .....	100,0	11,8	52,0	22,6	5,2	0,4	0,5	7,5
Produção extrativa mineral .....	100,0	-	21,4	39,3	25,0	14,3	-	-
Indústria de transformação e construção civil .....	100,0	2,8	20,6	40,6	30,8	4,1	0,9	0,2
Comércio e atividades auxiliares .....	100,0	4,9	28,7	29,7	21,5	8,6	4,1	2,5
Transportes e comunicações .....	100,0	0,6	6,9	34,4	47,5	7,2	3,1	0,3
Prestação de serviços .....	100,0	24,7	44,1	25,2	5,4	0,4	0,2	0,0
Defesa nacional e segurança pública .....	100,0	0,7	7,6	18,0	42,6	23,2	7,9	-
Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas .....	100,0	2,8	31,3	42,5	17,0	3,8	2,3	0,3
<b>REGIÃO II (SP)</b>								
TOTAL .....	100,0	4,1	13,8	31,3	29,8	11,3	6,8	2,9
Técnicas, científicas, artísticas e afins .....	100,0	0,7	3,1	14,1	32,8	25,1	23,6	0,6
Administrativas .....	100,0	0,5	3,8	20,7	36,1	20,8	17,9	0,2
Agropecuárias, produção extrativa vegetal e animal .....	100,0	5,0	27,4	39,7	9,7	2,0	0,9	15,3
Produção extrativa mineral .....	100,0	-	-	53,3	46,7	-	-	-
Indústria de transformação e construção civil .....	100,0	1,9	11,0	35,7	38,9	10,2	1,6	0,7
Comércio e atividades auxiliares .....	100,0	5,1	16,3	28,5	24,5	12,1	6,8	6,7
Transportes e comunicações .....	100,0	0,1	3,1	24,8	55,2	12,2	4,2	0,4
Prestação de serviços .....	100,0	23,2	36,5	30,4	7,5	1,6	0,2	0,6
Defesa nacional e segurança pública .....	100,0	5,7	1,8	14,6	54,5	16,8	6,6	-
Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas .....	100,0	3,2	17,1	49,0	23,9	4,4	1,4	1,0
<b>REGIÃO III (Sul)</b>								
TOTAL .....	100,0	6,9	18,1	26,5	16,3	5,0	3,2	24,0
Técnicas, científicas, artísticas e afins .....	100,0	2,4	12,2	28,6	28,7	13,1	14,3	0,7
Administrativas .....	100,0	1,4	8,9	26,1	31,7	18,8	13,1	0,0
Agropecuárias, produção extrativa vegetal e animal .....	100,0	6,2	16,6	17,8	8,5	1,7	0,6	48,6
Produção extrativa mineral .....	100,0	2,3	24,5	50,0	16,0	3,6	1,3	2,3
Indústria de transformação e construção civil .....	100,0	3,8	20,6	44,0	25,6	3,3	0,9	1,8
Comércio e atividades auxiliares .....	100,0	7,6	23,1	24,7	15,9	7,7	4,6	16,4
Transportes e comunicações .....	100,0	1,1	5,8	40,1	37,4	8,9	5,7	1,0
Prestação de serviços .....	100,0	45,0	37,6	13,0	3,3	0,5	0,2	0,4
Defesa nacional e segurança pública .....	100,0	0,5	11,2	40,4	29,9	11,1	6,9	-
Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas .....	100,0	7,1	33,8	46,3	8,7	1,6	1,2	1,3
<b>REGIÃO IV (MG, ES)</b>								
TOTAL .....	100,0	12,8	27,6	26,4	16,0	5,2	2,8	9,2
Técnicas, científicas, artísticas e afins .....	100,0	3,8	15,8	34,4	21,2	12,1	11,1	1,6
Administrativas .....	100,0	1,9	10,6	26,3	32,4	17,7	11,0	0,1
Agropecuárias, produção extrativa vegetal e animal .....	100,0	11,3	34,9	22,2	7,4	1,8	0,6	21,8
Produção extrativa mineral .....	100,0	5,1	51,2	27,3	10,2	1,1	1,1	4,0
Indústria de transformação e construção civil .....	100,0	7,0	24,6	37,7	24,3	4,2	1,1	1,1
Comércio e atividades auxiliares .....	100,0	12,2	35,5	24,1	14,8	5,2	2,3	5,9
Transportes e comunicações .....	100,0	1,4	11,2	33,5	39,2	9,4	4,6	0,7
Prestação de serviços .....	100,0	64,6	26,3	7,2	1,6	0,3	-	-
Defesa nacional e segurança pública .....	100,0	0,5	7,0	33,4	43,2	14,3	1,6	-
Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas .....	100,0	7,5	42,3	34,5	11,6	2,4	0,5	1,2

Ba - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR REGIÕES E GRUPOS OCUPACIONAIS SEGUNDO GRUPOS DE REMUNERAÇÃO MENSAL DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL

REGIÕES DA PNAD

1976

Conclusão

GRUPOS OCUPACIONAIS	REMUNERAÇÃO MENSAL (Salário-mínimo)							SEM REMUNERAÇÃO
	TOTAL	ATE 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5 a 10	MAIS DE 10	
<b>REGIÃO V (Nordeste)</b>								
TOTAL .....	100,0	21,8	29,8	18,4	7,6	2,5	1,3	18,6
Técnicas, científicas, artísticas e afins .....	100,0	19,4	22,5	20,1	15,6	11,3	10,2	0,9
Administrativas .....	100,0	4,0	17,3	30,2	27,0	13,3	8,2	-
Agropecuárias, produção extrativa vegetal e animal .....	100,0	22,0	31,3	12,3	2,4	0,3	0,1	31,6
Produção extrativa mineral .....	100,0	5,2	23,5	25,8	27,7	7,4	2,3	8,1
Indústria de transformação e construção civil .....	100,0	20,4	32,7	31,6	11,1	1,5	0,2	2,5
Comércio e atividades auxiliares .....	100,0	18,6	32,5	23,8	10,3	4,0	1,1	9,7
Transportes e comunicações .....	100,0	2,9	19,4	41,2	27,5	5,5	1,1	2,4
Prestação de serviços .....	100,0	77,9	16,6	4,2	1,0	0,1	0,1	0,1
Defesa nacional e segurança pública .....	100,0	0,3	14,9	40,5	26,6	11,4	6,3	-
Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas .....	100,0	16,3	48,3	23,7	7,8	2,0	0,8	1,1
<b>REGIÃO VI (DF)</b>								
TOTAL .....	100,0	2,6	15,2	28,0	31,5	12,0	10,1	0,6
Técnicas, científicas, artísticas e afins .....	100,0	0,3	2,7	19,3	28,9	19,9	28,3	0,6
Administrativas .....	100,0	0,1	2,2	16,4	39,9	21,3	20,1	0,0
Agropecuárias, produção extrativa vegetal e animal .....	100,0	8,3	31,7	30,0	13,3	6,7	3,3	6,7
Produção extrativa mineral .....	100,0	-	-	100,0	0,0	0,0	-	-
Indústria de transformação e construção civil .....	100,0	1,2	7,8	37,1	46,0	6,7	1,0	0,2
Comércio e atividades auxiliares .....	100,0	2,8	22,4	32,4	24,3	10,0	4,3	3,8
Transportes e comunicações .....	100,0	0,6	3,4	27,0	56,7	8,4	3,9	-
Prestação de serviços .....	100,0	13,5	53,4	25,4	5,7	1,3	0,2	0,5
Defesa nacional e segurança pública .....	100,0	0,6	5,9	20,3	29,4	28,1	15,7	-
Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas .....	100,0	1,1	24,8	46,0	17,9	4,8	5,1	0,3
<b>REGIÃO VII (Norte, MT, GO)</b>								
TOTAL .....	100,0	11,6	25,2	29,4	19,7	6,7	4,6	2,8
Técnicas, científicas, artísticas e afins .....	100,0	4,5	21,3	26,3	24,1	11,0	11,2	1,6
Administrativas .....	100,0	1,6	11,3	23,7	30,6	17,8	14,9	0,1
Agropecuárias, produção extrativa vegetal e animal .....	100,0	6,6	34,0	31,3	11,7	3,2	1,5	11,7
Produção extrativa mineral .....	100,0	-	11,1	28,9	44,5	6,7	4,4	4,4
Indústria de transformação e construção civil .....	100,0	6,3	27,3	39,2	22,4	3,2	0,7	0,9
Comércio e atividades auxiliares .....	100,0	10,0	29,3	27,5	15,4	6,0	2,3	9,5
Transportes e comunicações .....	100,0	1,6	12,3	40,9	36,4	5,8	2,9	0,1
Prestação de serviços .....	100,0	64,1	26,4	6,2	2,3	0,2	0,1	0,7
Defesa nacional e segurança pública .....	100,0	0,7	11,4	36,7	25,6	19,8	5,8	-
Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas .....	100,0	6,1	44,3	36,5	10,7	1,4	0,8	0,2

FONTE: PNAD 1976 - DE150-18GE.

9 - PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO GRUPOS DE HORAS SEMANAIS TRABALHADAS EM TODAS AS OCUPAÇÕES QUE EXERCEM POR GRUPOS DE REMUNERAÇÃO MENSAL DE TODAS AS OCUPAÇÕES E SEXO

REGIÕES DA PNAD

1976

Em 1 000 pessoas

Continua

HORAS SEMANAIS TRABALHADAS	REMUNERAÇÃO MENSAL (Salário-mínimo)							
	TOTAL		ATÉ 1/2		MAIS DE 1/2 a 1		MAIS DE 1 a 2	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL .....	27 634,5	11 169,1	1 793,8	2 554,8	5 975,1	2 651,9	7 646,4	2 365,7
Até 14 horas .....	34,1	103,7	10,0	59,0	5,6	16,8	9,1	17,0
15 a 29 horas .....	561,5	1 217,2	97,0	364,2	58,0	226,2	64,7	217,1
30 a 39 horas .....	1 030,8	1 373,6	135,4	363,9	133,9	215,6	142,8	183,5
40 a 48 horas .....	16 180,5	6 005,3	1 110,0	1 118,5	3 873,3	1 579,4	4 409,4	1 481,4
49 horas e mais .....	9 827,6	2 469,3	441,4	649,2	1 904,3	613,9	3 020,4	466,7
REGIÃO I (RJ) .....	2 636,0	1 101,3	57,4	141,3	467,9	353,4	818,2	343,5
Até 14 horas .....	4,9	14,3	0,5	3,5	0,5	3,1	1,5	5,0
15 a 29 horas .....	50,5	113,8	5,5	18,0	8,8	25,8	11,4	37,5
30 a 39 horas .....	97,7	98,0	3,8	14,6	10,3	21,0	24,7	28,9
40 a 48 horas .....	1 694,0	642,7	29,1	63,5	326,9	210,2	544,0	207,6
49 horas e mais .....	788,9	232,5	18,5	41,7	121,4	93,3	236,6	64,5
REGIÃO II (SP) .....	6 095,3	2 515,9	121,9	227,3	593,0	584,0	1 774,8	908,8
Até 14 horas .....	5,1	14,9	1,0	5,6	1,0	2,9	0,3	3,0
15 a 29 horas .....	78,8	207,8	15,4	34,9	10,9	41,4	10,5	31,8
30 a 39 horas .....	151,0	182,5	10,7	25,2	18,4	34,1	33,8	39,1
40 a 48 horas .....	3 870,0	1 596,2	67,2	100,2	385,6	367,5	1 165,7	648,2
49 horas e mais .....	1 990,4	514,5	27,6	61,4	177,1	138,1	564,5	186,7
REGIÃO III (Sul) .....	5 766,7	2 581,1	232,7	335,6	959,6	531,8	1 736,4	467,8
Até 14 horas .....	4,9	18,7	1,0	10,2	0,3	4,1	2,2	3,4
15 a 29 horas .....	136,8	239,7	16,9	46,6	6,3	43,2	12,0	50,7
30 a 39 horas .....	189,8	284,9	19,8	30,8	20,9	30,7	22,5	42,3
40 a 48 horas .....	2 416,4	1 240,1	89,8	131,0	426,6	297,3	738,7	268,6
49 horas e mais .....	3 018,8	797,7	105,2	117,0	505,5	156,5	961,0	102,8

Continuação

HORAS SEMANAIS TRABALHADAS	REMUNERAÇÃO MENSAL (Salário-mínimo)							
	MAIS DE 2 a 5		MAIS DE 5 a 10		MAIS DE 10		SEM REMUNERAÇÃO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL .....	5 888,0	1 149,4	2 070,6	343,2	1 440,3	129,5	2 820,3	1 974,6
Até 14 horas .....	6,6	8,2	1,6	2,5	1,2	0,2	-	-
15 a 29 horas .....	59,4	145,5	20,8	22,6	22,4	5,8	239,2	235,8
30 a 39 horas .....	133,7	123,1	62,6	40,3	39,5	9,4	382,9	437,8
40 a 48 horas .....	3 357,2	701,8	1 184,3	222,1	817,3	81,6	1 429,0	820,5
49 horas e mais .....	2 331,1	170,8	801,3	55,7	559,9	32,5	769,2	480,5
REGIÃO I (RJ) .....	786,0	170,4	259,6	56,2	228,0	27,1	18,9	9,4
Até 14 horas .....	1,3	1,8	0,7	0,7	0,4	0,2	-	-
15 a 29 horas .....	16,4	24,0	3,1	5,5	4,0	1,7	1,3	1,3
30 a 39 horas .....	32,0	21,3	15,8	8,5	9,8	3,1	1,3	0,6
40 a 48 horas .....	488,3	105,6	158,3	35,1	138,3	15,6	9,1	5,1
49 horas e mais .....	248,0	17,7	81,7	6,4	75,5	6,5	7,2	2,4
REGIÃO II (SP) .....	2 067,6	492,7	825,7	153,1	562,0	48,0	150,3	102,0
Até 14 horas .....	2,1	2,4	0,7	1,0	-	-	-	-
15 a 29 horas .....	13,5	78,6	6,2	12,3	8,7	2,0	13,6	6,8
30 a 39 horas .....	39,6	48,0	22,9	22,3	12,9	2,0	12,7	11,8
40 a 48 horas .....	1 329,0	307,2	508,2	91,1	346,0	31,4	68,3	50,6
49 horas e mais .....	683,4	56,5	287,7	26,4	194,4	12,6	55,7	32,8
REGIÃO III (Sul) .....	1 188,6	193,9	385,0	45,6	267,0	20,4	997,4	986,0
Até 14 horas .....	1,4	0,3	-	0,7	-	-	-	-
15 a 29 horas .....	11,2	21,2	5,2	1,4	2,4	1,7	82,8	74,9
30 a 39 horas .....	24,4	26,4	7,1	2,0	5,6	2,0	89,5	150,7
40 a 48 horas .....	508,1	103,6	182,6	33,6	121,2	10,6	349,4	395,4
49 horas e mais .....	643,5	42,4	190,1	7,9	137,8	6,1	475,7	365,0

9 - PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO GRUPOS DE HORAS SEMANAIS TRABALHADAS EM TODAS AS OCUPAÇÕES QUE EXERCEM POR GRUPOS DE REMUNERAÇÃO MENSAL DE TODAS AS OCUPAÇÕES E SEXO

REGIÕES DA PNAD

1976

Em 1 000 pessoas

Continuação

HORAS SEMANAIS TRABALHADAS	REMUNERAÇÃO MENSAL (Salário-mínimo)							
	TOTAL		ATÉ 1/2		MAIS DE 1/2 a 1		MAIS DE 1 a 2	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
REGIÃO IV (MG, ES) .....	3 700,9	1 218,9	250,7	376,4	998,4	346,8	1 051,6	247,1
Até 14 horas .....	6,1	12,4	2,2	8,0	1,1	2,1	2,4	1,6
15 a 29 horas .....	53,3	139,2	12,1	39,2	7,9	26,4	6,5	50,6
30 a 39 horas .....	103,6	132,7	16,5	35,0	15,7	32,3	17,0	29,9
40 a 48 horas .....	2 103,5	619,6	126,3	160,8	603,4	200,0	608,0	123,1
49 horas e mais .....	1 434,4	315,0	93,6	133,4	370,3	86,0	417,7	41,9
REGIÃO V (Nordeste) .....	8 151,9	3 200,8	1 083,4	1 340,2	2 708,6	657,1	1 853,6	278,9
Até 14 horas .....	10,4	35,5	4,4	27,9	1,9	2,5	2,2	3,2
15 a 29 horas .....	214,7	455,9	40,9	208,5	19,4	67,6	19,9	32,0
30 a 39 horas .....	449,0	621,8	80,1	243,8	60,9	77,0	34,7	33,1
40 a 48 horas .....	5 295,9	1 605,9	770,4	610,6	1 959,1	407,5	1 097,9	161,7
49 horas e mais .....	2 181,9	481,7	187,6	249,4	667,3	102,5	698,3	48,9
REGIÃO VI (DF) .....	200,0	95,9	1,9	5,7	16,0	28,4	53,4	28,2
Até 14 horas .....	0,5	0,6	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
15 a 29 horas .....	1,8	6,0	0,2	0,7	0,2	0,9	0,5	2,5
30 a 39 horas .....	5,1	6,5	0,1	0,5	0,2	1,8	1,0	1,7
40 a 48 horas .....	133,7	65,5	1,1	2,7	11,1	17,5	34,4	19,2
49 horas e mais .....	58,9	17,3	0,4	1,7	4,4	8,0	17,4	4,7
REGIÃO VII (Norte, MT, GO) <sup>(1)</sup>	1 083,7	455,2	45,8	128,3	231,6	150,4	358,4	91,4
Até 14 horas .....	2,2	7,3	0,8	3,7	0,7	1,9	0,4	0,7
15 a 29 horas .....	25,6	54,8	6,0	16,3	4,5	20,9	3,9	12,0
30 a 39 horas .....	34,6	47,2	4,4	14,0	7,5	18,7	9,1	8,5
40 a 48 horas .....	667,0	235,3	26,1	49,7	160,6	79,4	220,7	53,0
49 horas e mais .....	354,3	110,6	8,5	44,6	58,3	29,5	124,3	17,2

Conclusão

HORAS SEMANAIS TRABALHADAS	REMUNERAÇÃO MENSAL (Salário-mínimo)							
	MAIS DE 2 a 5		MAIS DE 5 a 10		MAIS DE 10		SEM REMUNERAÇÃO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
REGIÃO IV (MG, ES) .....	706,7	96,0	236,7	22,6	134,8	8,6	322,0	121,4
Até 14 horas .....	-	0,7	0,2	-	0,2	-	-	-
15 a 29 horas .....	5,0	8,0	1,6	1,4	1,1	0,2	19,1	13,4
30 a 39 horas .....	13,2	10,8	6,1	1,6	3,7	0,7	31,4	22,4
40 a 48 horas .....	397,1	58,2	125,3	15,3	70,1	4,8	173,3	57,4
49 horas e mais .....	291,4	18,3	103,5	4,3	59,7	2,9	98,2	28,2
REGIÃO V (Nordeste) .....	811,3	118,8	246,4	42,7	152,0	16,3	1 296,6	746,8
Até 14 horas .....	1,3	1,9	-	-	0,6	-	-	-
15 a 29 horas .....	9,5	8,8	3,8	1,6	5,4	-	115,8	137,4
30 a 39 horas .....	17,3	10,6	7,4	4,8	4,2	1,2	244,4	251,3
40 a 48 horas .....	434,5	75,4	138,7	30,0	85,1	12,6	810,2	308,1
49 horas e mais .....	348,7	22,1	96,5	6,3	56,7	2,5	126,2	50,0
REGIÃO VI (DF) .....	72,5	20,8	27,8	8,3	27,4	3,8	1,0	0,7
Até 14 horas .....	0,2	0,2	-	0,0	0,0	0,0	-	-
15 a 29 horas .....	0,5	1,5	0,2	0,2	0,2	0,1	0,0	0,1
30 a 39 horas .....	2,0	1,9	0,8	0,4	0,9	0,2	0,1	0,0
40 a 48 horas .....	46,7	15,6	19,4	7,2	20,5	2,9	0,5	0,4
49 horas e mais .....	23,1	1,6	7,4	0,5	5,8	0,6	0,4	0,2
REGIÃO VII (Norte, MT, GO) <sup>(1)</sup>	255,3	56,8	89,4	14,7	69,1	5,3	34,1	8,3
Até 14 horas .....	0,3	0,9	-	0,1	-	-	-	-
15 a 29 horas .....	3,3	3,4	0,7	0,2	0,6	0,1	6,6	1,9
30 a 39 horas .....	5,2	4,1	2,5	0,7	2,4	0,2	3,5	1,0
40 a 48 horas .....	153,5	36,2	51,8	9,8	36,1	3,7	18,2	3,5
49 horas e mais .....	93,0	12,2	34,4	3,9	30,0	1,3	5,8	1,5

FONTE: PNAD-1976 - DE150-IBGE

NOTA: (1) Os dados referem-se apenas a área urbana.

9a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS DE HORAS SEMANAIS TRABALHADAS EM TODAS AS OCUPAÇÕES QUE EXERCEM, SEGUNDO GRUPOS DE REMUNERAÇÃO MENSAL DE TODAS AS OCUPAÇÕES E SEXO

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1976

Continua

HORAS SEMANAIS TRABALHADAS	REMUNERAÇÃO MENSAL (Salário mínimo)							
	TOTAL		ATÉ 1/2		MAIS DE 1/2 a 1		MAIS DE 1 a 2	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL .....	100,0	100,0	6,5	22,9	21,6	23,7	27,7	21,2
Até 14 horas .....	100,0	100,0	29,3	56,9	16,4	16,2	26,7	16,4
15 a 29 horas .....	100,0	100,0	17,3	29,9	10,3	18,6	11,5	17,8
30 a 39 horas .....	100,0	100,0	13,1	26,5	13,0	15,7	13,9	13,3
40 a 48 horas .....	100,0	100,0	6,9	18,6	23,9	26,3	27,3	24,7
49 horas e mais .....	100,0	100,0	4,5	26,3	19,4	24,9	30,7	18,9

Conclusão

HORAS SEMANAIS TRABALHADAS	REMUNERAÇÃO MENSAL (Salário mínimo)							
	MAIS DE 2 a 5		MAIS DE 5 a 10		MAIS DE 10		SEM REMUNERAÇÃO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL .....	21,3	10,3	7,5	3,1	5,2	1,1	10,2	17,7
Até 14 horas .....	19,4	7,9	4,7	2,4	3,5	0,2	-	-
15 a 29 horas .....	10,6	11,9	3,7	1,9	4,0	0,5	42,6	19,4
30 a 39 horas .....	13,0	9,0	6,1	2,9	3,8	0,7	37,1	31,9
40 a 48 horas .....	20,7	11,7	7,3	3,7	5,1	1,3	8,8	13,7
49 horas e mais .....	23,7	6,9	8,2	2,2	5,7	1,3	7,8	19,5

FONTE: PNAD 1976 - DE150-18GE.

9b - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS DE REMUNERAÇÃO MENSAL DE TODAS AS OCUPAÇÕES.SEGUNDO GRUPOS DE HORAS SEMANAIS TRABALHADAS EM TODAS AS OCUPAÇÕES QUE EXERCEM E SEXO

REGIÕES DA PNAD

1976

Continua

HORAS SEMANAIS TRABALHADAS	REMUNERAÇÃO MENSAL (Salário mínimo)							
	TOTAL		ATE 1/2		MAIS DE 1/2 a 1		MAIS DE 1 a 2	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 horas .....	0,1	0,9	0,6	2,3	0,1	0,6	0,1	0,7
15 a 29 horas .....	2,0	10,9	5,4	14,3	1,0	8,5	0,8	9,2
30 a 39 horas .....	3,7	12,3	7,5	14,2	2,2	8,1	1,9	7,8
40 a 48 horas .....	58,6	53,8	61,9	43,8	64,8	59,6	57,7	62,6
49 horas e mais .....	35,6	22,1	24,6	25,4	31,9	23,2	39,5	19,7
REGIÃO I (RJ) .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 horas .....	0,2	1,3	0,9	2,5	0,1	0,9	0,2	1,5
15 a 29 horas .....	1,9	10,3	9,6	12,7	1,9	7,3	1,4	10,9
30 a 39 horas .....	3,7	8,9	6,6	10,3	2,2	5,9	3,0	8,4
40 a 48 horas .....	64,3	58,4	50,7	45,0	69,9	59,5	66,5	60,4
49 horas e mais .....	29,9	21,1	32,2	29,5	25,9	26,4	28,9	18,8
REGIÃO II (SP) .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 horas .....	0,1	0,6	0,8	2,5	0,2	0,5	0,0	0,3
15 a 29 horas .....	1,3	8,3	12,6	15,3	1,8	7,1	0,6	3,5
30 a 39 horas .....	2,5	7,3	8,8	11,1	3,1	5,8	1,9	4,3
40 a 48 horas .....	63,5	63,4	55,1	44,0	65,0	62,9	65,7	71,3
49 horas e mais .....	32,6	20,4	22,7	27,1	29,9	23,7	31,8	20,6
REGIÃO III (Sul) .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 horas .....	0,1	0,7	0,4	3,0	0,0	0,8	0,1	0,7
15 a 29 horas .....	2,4	9,3	7,3	13,9	0,7	8,1	0,7	10,9
30 a 39 horas .....	3,3	11,0	8,5	9,2	2,2	5,8	1,3	9,0
40 a 48 horas .....	41,9	48,1	38,6	39,0	44,4	55,9	42,5	57,4
49 horas e mais .....	52,3	30,9	45,2	34,9	52,7	29,4	55,4	22,0

Continuação

HORAS SEMANAIS TRABALHADAS	REMUNERAÇÃO MENSAL (Salário mínimo)							
	MAIS DE 2 a 5		MAIS DE 5 a 10		MAIS DE 10		SEM REMUNERAÇÃO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 horas .....	0,1	0,7	0,1	0,7	0,1	0,1	-	-
15 a 29 horas .....	1,0	12,7	1,0	6,6	1,6	4,5	8,5	11,9
30 a 39 horas .....	2,3	10,7	3,0	11,8	2,7	7,3	13,6	22,2
40 a 48 horas .....	57,0	61,0	57,2	64,7	56,7	63,0	50,6	41,6
49 horas e mais .....	39,6	14,9	38,7	16,2	38,9	25,1	27,3	24,3
REGIÃO I (RJ) .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 horas .....	0,2	1,0	0,2	1,2	0,2	0,7	-	-
15 a 29 horas .....	2,1	14,1	1,2	9,8	1,7	6,3	6,9	13,8
30 a 39 horas .....	4,1	12,5	6,1	15,1	4,3	11,4	6,9	6,4
40 a 48 horas .....	62,1	62,0	61,0	62,5	60,7	57,6	48,1	54,3
49 horas e mais .....	31,5	10,4	31,5	11,4	33,1	24,0	38,1	25,5
REGIÃO II (SP) .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 horas .....	0,1	0,5	0,1	0,7	-	-	-	-
15 a 29 horas .....	0,7	16,0	0,8	8,0	1,5	4,2	9,0	6,7
30 a 39 horas .....	1,9	9,7	2,8	14,6	2,3	4,2	8,5	11,6
40 a 48 horas .....	64,3	62,3	61,5	59,5	61,6	65,4	45,4	49,6
49 horas e mais .....	33,0	11,5	34,8	17,2	34,6	26,2	37,1	32,1
REGIÃO III (Sul) .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 horas .....	0,1	0,2	-	1,5	-	-	-	-
15 a 29 horas .....	0,9	10,9	1,4	3,1	0,9	8,3	8,3	7,6
30 a 39 horas .....	2,1	13,6	1,8	4,4	2,1	9,8	9,0	15,3
40 a 48 horas .....	42,8	53,4	47,4	73,7	45,4	52,0	35,0	40,1
49 horas e mais .....	54,1	21,9	49,4	17,3	51,6	29,9	47,7	37,0

9b - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS DE REMUNERAÇÃO MENSAL DE TODAS AS OCUPAÇÕES, SEGUNDO GRUPOS DE HORAS SEMANAIS TRABALHADAS EM TODAS AS OCUPAÇÕES QUE EXERCEM E SEXO

REGIÕES DA PNAD

1976

Continuação

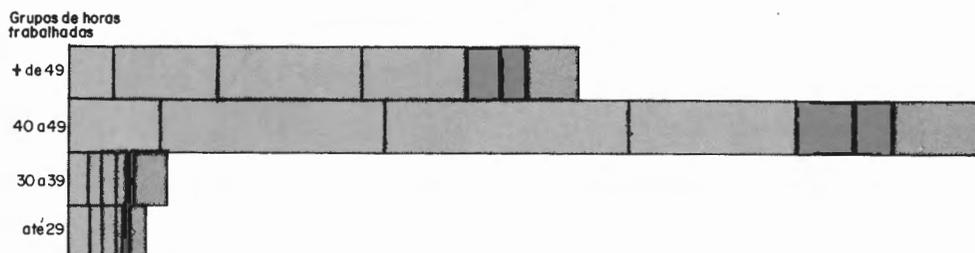
HORAS SEMANAIS TRABALHADAS	REMUNERAÇÃO MENSAL (Salário mínimo)							
	TOTAL		ATÉ 1/2		MAIS DE 1/2		MAIS DE 1 a 2	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
REGIÃO IV (MG, ES) .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 horas .....	0,2	1,0	0,9	2,1	0,1	0,6	0,3	0,6
15 a 29 horas .....	1,4	11,4	4,8	10,4	0,8	7,6	0,6	20,5
30 a 39 horas .....	2,8	10,9	6,6	9,3	1,6	9,3	1,6	12,1
40 a 48 horas .....	56,8	50,8	50,4	42,7	60,4	57,7	57,8	49,8
49 horas e mais .....	38,8	25,9	37,3	35,5	37,1	24,8	39,7	17,0
REGIÃO V (Nordeste) .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 horas .....	0,1	1,1	0,4	2,1	0,1	0,4	0,1	1,1
15 a 29 horas .....	2,6	14,2	3,8	15,5	0,7	10,3	1,1	11,5
30 a 39 horas .....	5,5	19,4	7,4	18,2	2,3	11,7	1,9	11,9
40 a 48 horas .....	65,0	50,2	71,1	45,6	72,3	62,0	59,2	58,0
49 horas e mais .....	26,8	15,1	17,3	18,6	24,6	15,6	37,7	17,5
REGIÃO VI (DF) .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 horas .....	0,3	0,6	5,3	1,7	0,7	0,7	0,2	0,3
15 a 29 horas .....	0,9	6,3	10,5	12,3	1,2	3,2	0,9	8,9
30 a 39 horas .....	2,6	6,8	5,3	8,8	1,2	6,3	1,9	6,0
40 a 48 horas .....	66,8	68,3	57,9	47,4	69,4	61,6	64,4	68,1
49 horas e mais .....	29,4	18,0	21,0	29,8	27,5	28,2	32,6	16,7
REGIÃO VII (Norte, MT, GO)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 horas .....	0,2	1,6	1,7	2,9	0,3	1,3	0,1	0,8
15 a 29 horas .....	2,4	12,0	13,1	12,7	1,9	13,9	1,1	13,1
30 a 39 horas .....	3,2	10,4	9,6	10,9	3,2	12,4	2,5	9,3
40 a 48 horas .....	61,5	51,7	57,0	38,7	69,4	52,8	61,6	58,0
49 horas e mais .....	32,7	24,3	18,6	34,8	25,2	19,6	34,7	18,8

Conclusão

HORAS SEMANAIS TRABALHADAS	REMUNERAÇÃO MENSAL (Salário mínimo)							
	MAIS DE 2 a 5		MAIS DE 5 a 10		MAIS DE 10		SEM REMUNERAÇÃO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
REGIÃO IV (MG, ES) .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 horas .....	-	0,7	0,1	-	0,2	-	-	-
15 a 29 horas .....	0,7	8,3	0,7	6,2	0,8	2,3	5,9	11,0
30 a 39 horas .....	1,9	11,3	2,6	7,1	2,7	8,2	9,8	18,5
40 a 48 horas .....	56,2	60,6	52,9	67,7	52,0	55,8	53,8	47,3
49 horas e mais .....	41,2	19,1	43,7	19,0	44,3	33,7	30,5	23,2
REGIÃO V (Nordeste) .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 horas .....	0,2	1,6	-	-	0,4	-	-	-
15 a 29 horas .....	1,2	7,4	1,5	3,7	3,5	-	8,9	18,4
30 a 39 horas .....	2,1	8,9	3,0	11,2	2,8	7,4	18,9	33,6
40 a 48 horas .....	53,5	63,5	56,3	70,3	56,0	77,3	62,5	41,3
49 horas e mais .....	43,0	18,6	39,2	14,8	37,3	15,3	9,7	6,7
REGIÃO VI (DF) .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 horas .....	0,3	1,0	-	0,0	0,0	0,0	-	-
15 a 29 horas .....	0,7	7,2	0,7	2,4	0,7	2,6	0,0	14,3
30 a 39 horas .....	2,7	9,1	2,9	4,8	3,3	5,3	10,0	0,0
40 a 48 horas .....	64,4	75,0	69,8	86,8	74,8	76,3	50,0	57,1
49 horas e mais .....	31,9	7,7	26,6	6,0	21,2	15,8	40,0	28,6
REGIÃO VII (Norte, MT, GO)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 horas .....	0,1	1,6	-	0,7	-	-	-	-
15 a 29 horas .....	1,3	6,0	0,8	1,3	0,9	1,9	19,3	22,9
30 a 39 horas .....	2,1	7,2	2,8	4,8	3,5	3,8	10,3	12,0
40 a 48 horas .....	60,1	63,7	57,9	66,7	52,2	69,8	53,4	42,2
49 horas e mais .....	36,4	21,5	38,5	26,5	43,4	24,5	17,0	22,9

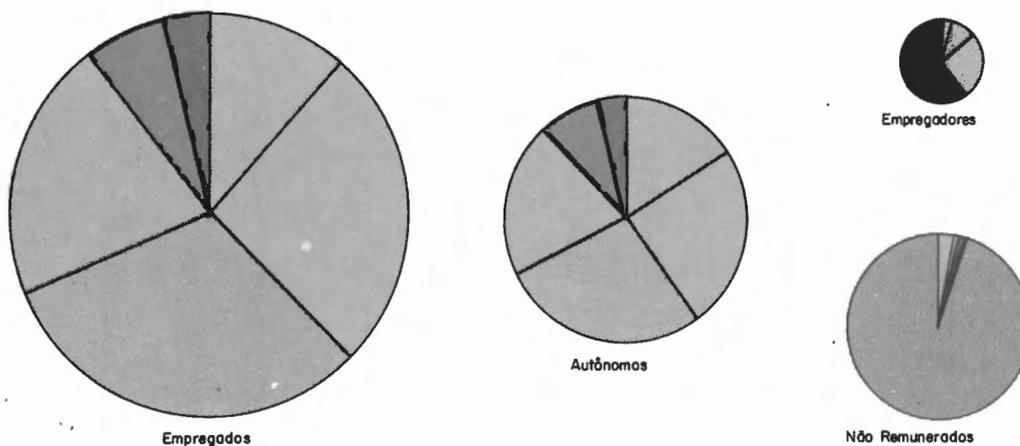
FONTE: PNAD 1976 - DE150-IBGE.

**7. DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO AS HORAS SEMANAIS TRABALHADAS EM TODAS AS OCUPAÇÕES QUE EXERCEM POR GRUPOS DE REMUNERAÇÃO MENSAL**  
**Total das Regiões da PNAD - 1976**



FONTE: Ver Tabelas 9 e 9a

**8. DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO SEGUNDO GRUPOS DE REMUNERAÇÃO MENSAL DE TODAS AS OCUPAÇÕES QUE EXERCEM**  
**Total das Regiões da PNAD - 1976**



Legenda



NOTA: A posição na ocupação é dada pela ocupação principal enquanto que a remuneração, neste caso, refere-se a todas as ocupações.

FONTE: Ver Tabelas 10 e 10a

10 - PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO AS REGIÕES E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO POR GRUPOS DE RENDIMENTO  
MENSAL DE TODAS AS OCUPAÇÕES QUE EXERCEM

REGIÕES DA PNAD

1976

Em 1 000 pessoas

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	REMUNERAÇÃO MENSAL (Salário-mínimo)							SEM REMUNERAÇÃO
	TOTAL	ATE 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5 a 10	MAIS DE 10	
TOTAL .....	38 897,4	4 182,3	8 524,8	10 036,4	7 176,0	2 517,6	1 703,5	4 756,8
Empregados .....	23 955,4	2 680,0	6 263,9	7 453,8	5 066,4	1 531,1	960,2	-
Autônomos .....	8 997,5	1 386,1	2 211,6	2 471,2	1 828,6	710,2	389,8	-
Empregadores .....	1 037,9	4,3	32,9	102,4	273,0	272,4	352,9	-
Não remunerados .....	4 906,6	111,9	16,4	9,0	8,0	3,9	0,6	4 756,8
REGIÃO I (RJ) .....	3 750,9	188,1	796,4	1 161,3	972,0	328,8	277,2	27,1
Empregados .....	3 164,7	156,0	730,5	1 026,8	814,2	242,1	195,1	-
Autônomos .....	461,6	31,2	65,5	130,2	136,8	54,8	43,1	-
Empregadores .....	94,9	-	0,4	3,9	20,6	31,0	39,0	-
Não remunerados .....	29,7	0,9	-	0,4	0,4	0,9	-	27,1
REGIÃO II (SP) .....	8 617,4	337,8	1 152,4	2 632,0	2 578,9	1 010,8	657,5	248,0
Empregados .....	6 921,2	299,3	1 064,8	2 386,8	2 110,5	677,9	381,9	-
Autônomos .....	1 139,2	36,5	82,9	228,2	399,1	249,7	142,8	-
Empregadores .....	301,7	1,0	3,1	15,3	66,7	82,8	132,8	-
Não remunerados .....	255,3	1,0	1,6	1,7	2,6	0,4	-	248,0
REGIÃO III (Sul) .....	8 371,3	541,4	1 461,1	2 193,0	1 423,9	454,0	314,1	1 983,8
Empregados .....	4 193,2	400,0	1 093,6	1 519,5	820,0	218,3	141,8	-
Autônomos .....	1 914,2	126,9	353,9	634,6	529,5	170,4	99,0	-
Empregadores .....	256,5	1,0	8,7	35,4	73,3	64,7	73,3	-
Não remunerados .....	2 007,4	13,5	4,9	3,5	1,1	0,6	-	1 983,8
REGIÃO IV (MG, ES) .....	4 954,9	608,9	1 326,9	1 310,0	832,1	274,5	161,1	441,4
Empregados .....	3 242,5	462,4	1 076,4	952,0	536,4	144,4	70,9	-
Autônomos .....	1 125,4	137,6	240,3	339,6	255,8	99,1	53,0	-
Empregadores .....	131,5	0,9	7,7	17,5	38,3	30,1	37,0	-
Não remunerados .....	455,5	8,0	2,5	0,9	1,6	0,9	0,2	441,4
REGIÃO V (Nordeste) .....	11 359,0	2 329,1	3 368,4	2 209,8	952,5	303,3	181,0	2 014,9
Empregados .....	5 122,6	1 227,5	1 957,4	1 162,9	500,9	163,0	110,9	-
Autônomos .....	3 932,9	1 012,6	1 392,6	1 018,6	388,9	93,7	26,5	-
Empregadores .....	190,4	1,2	12,4	26,4	61,1	46,0	43,3	-
Não remunerados .....	2 113,1	87,8	6,0	1,9	1,6	0,6	0,3	2 014,9
REGIÃO VI (DF) .....	296,1	7,4	43,3	80,1	93,8	37,4	32,5	1,6
Empregados .....	254,4	5,7	39,6	73,3	80,4	29,5	25,9	-
Autônomos .....	35,2	1,7	3,6	6,8	12,6	6,4	4,1	-
Empregadores .....	4,8	0,0	0,1	0,0	0,8	1,4	2,5	-
Não remunerados .....	1,7	-	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	1,6
REGIÃO VII (Norte, MT, GO) (1) .....	1 547,7	169,7	376,3	450,2	322,7	108,7	80,0	40,1
Empregados .....	1 057,1	129,2	301,6	332,6	203,9	56,0	33,8	-
Autônomos .....	388,9	39,7	72,8	113,3	105,9	36,1	21,2	-
Empregadores .....	58,1	0,1	0,6	3,8	12,2	16,3	25,0	-
Não remunerados .....	43,6	0,7	1,3	0,5	0,7	0,3	-	40,1

FONTE: PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) Os dados referem-se apenas a áreas urbanas

10a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR REGIÕES E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO SEGUNDO GRUPOS DE REMUNERAÇÃO MENSAL DE TODAS AS OCUPAÇÕES QUE EXERCEM

REGIÕES DA PNAD

1976

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	REMUNERAÇÃO MENSAL (Salário-mínimo)							SEM REMUNERAÇÃO
	TOTAL	ATÉ 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5 a 10	MAIS DE 10	
TOTAL .....	100,0	10,8	21,9	25,8	18,4	6,5	4,4	12,2
Empregados .....	100,0	11,2	26,1	31,1	21,2	6,4	4,0	-
Autônomos .....	100,0	15,4	24,6	27,5	20,3	7,9	4,3	-
Empregadores .....	100,0	0,4	3,2	9,9	26,3	26,2	34,0	-
Não remunerados .....	100,0	2,3	0,3	0,2	0,2	0,1	0,0	96,9
REGIÃO I (RJ) .....	100,0	5,0	21,2	31,0	25,9	8,8	7,4	0,7
Empregados .....	100,0	4,9	23,1	32,4	25,7	7,7	6,2	-
Autônomos .....	100,0	6,8	14,2	28,2	29,6	11,9	9,3	-
Empregadores .....	100,0	-	0,4	4,1	21,7	32,7	41,1	-
Não remunerados .....	100,0	3,0	-	1,4	1,4	3,0	-	91,2
REGIÃO II (SP) .....	100,0	3,9	13,3	30,5	29,9	11,7	7,8	2,9
Empregados .....	100,0	4,3	15,4	34,5	30,5	9,8	5,5	-
Autônomos .....	100,0	3,2	7,3	20,0	35,0	21,9	12,6	-
Empregadores .....	100,0	0,3	1,0	5,1	22,1	27,5	44,0	-
Não remunerados .....	100,0	0,4	0,6	0,7	1,0	0,2	-	97,1
REGIÃO III (Sul) .....	100,0	6,5	17,5	26,2	17,0	5,4	3,7	23,7
Empregados .....	100,0	9,5	26,1	36,2	19,6	5,2	3,4	-
Autônomos .....	100,0	6,6	18,5	33,1	27,7	8,9	5,2	-
Empregadores .....	100,0	0,4	3,4	13,8	28,6	25,2	28,6	-
Não remunerados .....	100,0	0,7	0,2	0,2	0,1	0,0	-	98,8
REGIÃO IV (MG, ES) .....	100,0	12,3	26,8	26,4	16,8	5,5	3,3	8,9
Empregados .....	100,0	14,3	33,2	29,4	16,5	4,4	2,2	-
Autônomos .....	100,0	12,2	21,4	30,2	22,7	8,8	4,7	-
Empregadores .....	100,0	0,7	5,9	13,3	29,1	22,9	28,1	-
Não remunerados .....	100,0	1,8	0,5	0,2	0,4	0,2	0,0	96,9
REGIÃO V (Nordeste) .....	100,0	20,5	29,7	19,5	8,4	2,7	1,5	17,7
Empregados .....	100,0	24,0	38,2	22,7	9,8	3,2	2,1	-
Autônomos .....	100,0	25,7	35,4	25,9	9,9	2,4	0,7	-
Empregadores .....	100,0	0,6	6,5	13,9	32,1	24,2	22,7	-
Não remunerados .....	100,0	4,2	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	95,3
REGIÃO VI (DF) .....	100,0	2,5	14,6	27,1	31,7	12,6	11,0	0,5
Empregados .....	100,0	2,2	15,6	28,8	31,6	11,6	10,2	-
Autônomos .....	100,0	4,8	10,2	19,3	35,8	18,2	11,7	-
Empregadores .....	100,0	0,0	2,1	0,0	16,6	29,2	52,1	-
Não remunerados .....	100,0	-	0,0	0,0	0,0	5,9	0,0	94,1
REGIÃO VII (Norte, MT, GO) .....	100,0	11,0	24,3	29,1	20,8	7,0	5,2	2,6
Empregados .....	100,0	12,2	28,5	31,5	19,3	5,3	3,2	-
Autônomos .....	100,0	10,2	18,7	29,1	27,2	9,3	5,5	-
Empregadores .....	100,0	0,2	1,0	6,6	21,0	28,1	43,1	-
Não remunerados .....	100,0	1,6	3,0	1,1	1,6	0,7	-	92,0

FONTE: PNAD - 1976 - DE/ISO-IBGE.

11 - EMPREGADOS COM CARTEIRA PROFISSIONAL ASSINADA PELO ATUAL EMPREGADOR, POR REGIÕES E SETOR DE ATIVIDADE SEGUNDO O SEXO

REGIÕES DA PNAD

1976

Em 1 000 pessoas

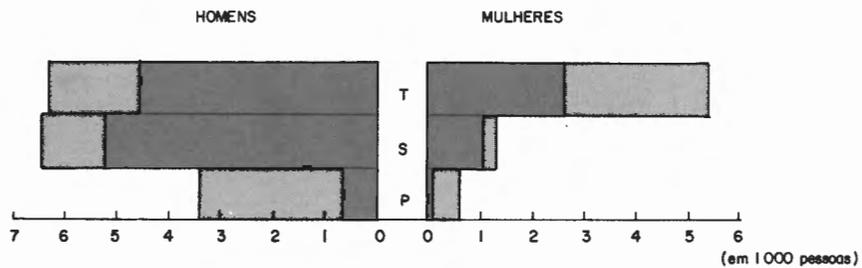
SETOR DE ATIVIDADE	TOTAL		EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA			
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	EM RELAÇÃO AO TOTAL DE EMPREGADOS (%)	
					HOMENS	MULHERES
REGIÃO I (RJ) .....	2 199,8	970,5	1 668,4	577,6	75,8	59,5
Primário .....	134,1	10,3	29,4	0,4	21,9	4,2
Secundário .....	865,6	151,9	753,0	138,3	87,0	91,1
Terciário .....	1 200,1	808,3	886,0	438,9	73,8	54,3
REGIÃO II (SP) .....	4 728,4	2 156,5	3 632,8	1 357,2	76,8	62,9
Primário .....	651,0	152,5	225,1	38,6	34,6	25,3
Secundário .....	2 288,9	585,8	2 019,3	542,2	88,2	92,6
Terciário .....	1 788,5	1 418,2	1 388,4	776,4	77,6	54,7
REGIÃO III (Sul) .....	2 768,2	1 323,6	1 880,9	758,0	67,9	57,3
Primário .....	577,8	115,2	98,6	6,3	17,1	5,5
Secundário .....	1 124,0	252,2	979,7	233,9	87,2	92,7
Terciário .....	1 066,4	956,2	802,6	517,8	75,3	54,2
REGIÃO IV (MG, ES) .....	2 130,4	889,1	1 225,6	338,0	57,5	38,0
Primário .....	628,2	63,8	85,8	10,1	13,7	15,8
Secundário .....	758,0	87,9	617,6	73,2	81,5	83,3
Terciário .....	744,2	737,4	522,2	254,7	70,2	34,5
REGIÃO V (Nordeste) .....	3 445,3	1 462,1	1 569,3	563,6	45,5	38,5
Primário .....	1 345,1	247,3	213,4	18,1	15,9	7,3
Secundário .....	1 066,8	167,3	713,2	99,7	66,9	59,6
Terciário .....	1 033,4	1 047,5	642,7	445,8	62,2	42,6
REGIÃO VI (DF) .....	169,0	86,2	132,5	55,4	78,4	64,3
Primário .....	2,2	0,2	0,6	0,0	28,7	18,5
Secundário .....	52,3	3,3	45,5	2,8	87,0	84,0
Terciário .....	114,5	82,7	86,4	52,6	75,4	63,6
REGIÃO VII (Norte, MT, GO) (1) .....	694,3	346,7	405,6	154,3	58,4	44,5
Primário .....	73,2	2,8	7,0	0,3	9,6	11,4
Secundário .....	247,4	28,6	167,8	24,0	67,8	84,1
Terciário .....	373,7	315,3	230,8	130,0	61,7	41,2
TOTAL DAS REGIÕES .....	16 135,5	7 234,6	10 514,9	3 804,1	65,2	52,6
Primário .....	3 411,6	592,1	660,0	73,8	19,3	12,5
Secundário .....	6 403,0	1 277,0	5 296,1	1 114,1	82,7	87,2
Terciário .....	6 320,9	5 365,5	4 558,8	2 616,2	72,1	48,8

FONTE: PNAD-1976 - DEISO-IBGE

NOTA: (1) Os dados referem-se apenas a área urbana.

## 9.DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS QUE POSSUEM OU NÃO CARTEIRA ASSINADA PELO ATUAL EMPREGADOR Total das Regiões da PNAD-1976

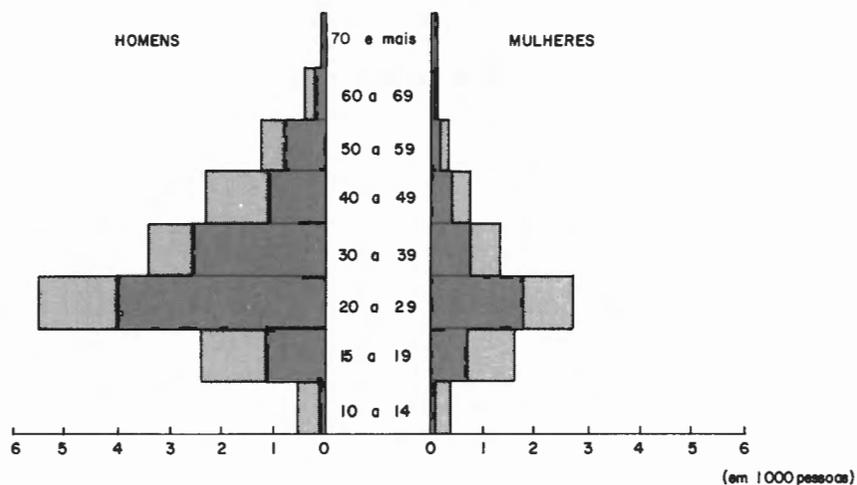
a) POR SEXO E SETOR DE ATIVIDADE



FONTE: Ver Tabela 11



b) POR SEXO E GRUPO DE IDADE



FONTE: Ver Tabela 12

12 - EMPREGADOS COM CARTEIRA PROFISSIONAL ASSINADA PELO ATUAL EMPREGADOR,  
SEGUNDO GRUPOS DE IDADE E ATIVIDADE, POR SEXO

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD (1)

1976

Em 1 000 pessoas

GRUPOS DE IDADE E ATIVIDADE	TOTAL		EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA			
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	EM RELAÇÃO AO TOTAL DE EMPREGADOS (%)	
					HOMENS	MULHERES
TOTAL .....	16 135,5	7 234,6	10 514,9	3 804,1	65,1	52,6
10 a 14 anos .....	570,6	342,4	89,1	41,5	15,6	12,1
15 a 19 anos .....	2 481,3	1 603,9	1 183,7	673,2	47,7	41,9
20 a 29 anos .....	5 507,0	2 725,4	4 017,8	1 750,3	72,9	64,2
30 a 39 anos .....	3 465,8	1 350,6	2 563,9	764,1	74,0	56,6
40 a 49 anos .....	2 355,2	789,0	1 603,5	397,1	68,1	50,3
50 a 59 anos .....	1 249,1	319,6	805,4	148,5	64,4	46,4
60 a 69 anos .....	438,9	87,7	227,2	25,8	51,8	29,4
70 anos e mais .....	61,1	8,8	19,9	1,0	32,7	11,4
ATIVIDADES AGRÍCOLAS .....	3 411,6	592,1	660,0	73,8	19,3	12,5
10 a 14 anos .....	299,8	75,6	15,1	4,8	5,0	6,3
15 a 19 anos .....	660,8	163,1	77,6	21,2	11,7	13,0
20 a 29 anos .....	916,2	117,3	201,3	19,9	21,9	17,0
30 a 39 anos .....	580,0	89,8	150,2	14,9	25,9	16,6
40 a 49 anos .....	454,5	85,6	104,4	8,5	23,0	9,9
50 a 59 anos .....	305,0	38,2	71,6	3,9	23,5	10,1
60 a 69 anos .....	164,6	21,0	35,1	0,6	21,4	3,0
70 anos e mais .....	29,2	1,2	4,1	-	14,1	-
ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS ...	12 723,9	6 642,5	9 854,9	3 730,3	77,4	56,1
10 a 14 anos .....	270,8	266,8	74,0	36,7	27,3	13,8
15 a 19 anos .....	1 820,5	1 440,8	1 106,1	652,0	60,8	45,2
20 a 29 anos .....	4 590,8	2 608,1	3 816,5	1 130,4	83,1	66,3
30 a 39 anos .....	2 885,8	1 260,8	2 413,4	749,2	83,6	59,4
40 a 49 anos .....	1 900,7	703,4	1 499,1	388,6	78,9	55,2
50 a 59 anos .....	944,1	281,4	733,8	144,6	77,7	51,3
60 a 69 anos .....	274,3	66,7	192,1	25,2	70,0	37,6
70 anos e mais .....	31,9	7,6	19,8	1,0	49,7	13,2

FONTE: PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) Corresponde a Brasil excluindo-se as áreas rurais da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

## MOBILIDADE OCUPACIONAL DA FORÇA DE TRABALHO

### III - MOBILIDADE OCUPACIONAL DA FORÇA DE TRABALHO

Os estudos que tradicionalmente vêm tratando da mobilidade da força de trabalho, como aqueles de Sorokin (1927), Lipset e Zetterberg (1956), Rogoff (1953), Glass (1954) e Duncan e Blau (1967), têm pensado a mobilidade social no sentido mais amplo, sendo marcados pela preocupação básica de conhecer o grau de abertura dos sistemas sociais do mundo ocidental. Neles transparece, geralmente, a concepção de uma sociedade caracterizada por uma estratificação contínua com vários escalões a serem ultrapassados e também uma certa noção de ascensão individual através de canais de mobilidade social existentes, os quais se procura detectar.

A mobilidade social é definida como um "movimento significativo na posição econômica, social e política de um indivíduo ou de um estrato" (Miller, 1976: p.22). A ocupação tem sido o indicador de posição social mais utilizado <sup>(1)</sup> ou melhor, o predominante, juntamente com uma série de outros indicadores como renda, educação, raça ou etnia, etc. Na verdade o que se tem geralmente estudado é a mobilidade individual vertical tomando-se como ponto de partida as mudanças na ocupação do indivíduo. <sup>(2)</sup>

Os trabalhos de mobilidade têm sido alvo de críticas, tanto de caráter teórico quanto metodológico, a começar por um certo grau de ambiguidade que neles estaria presente. Quando se fala em ambiguidade tem-se em mente problemas não resolvidos, como os de utilização de conceitos de classe social ou de grupos de status, uma hierarquia ou várias hierarquias de status, o papel do sistema ocupacional no sistema de estratificação, e a relação entre sistemas de status locais e nacionais. Isto ocorreria, devido à prática dos pesquisadores engajados em sociologia empírica de assumir que o significado de um grupo de dados se torna óbvio durante a sua leitura de que um conjunto adequado de índices tenha sido elaborado, sem que primeiro se tome o cuidado de formular um esquema explanatório teórico. Outro problema apontado com frequência pelos cientistas sociais nesta área é tanto de caráter teórico quanto metodológico indicando claramente a relação estreita que os dois tipos de problemas guardam entre si — o da construção de escalas — que leva à definição do que e de como "medir" (Pitrou, 1975).

Algumas modificações têm sido introduzidas nos estudos de mobilidade como consequência das dificuldades apontadas anteriormente. Tem-se dado maior importância à dimensão temporal uma vez que a ocupação do informante (primeira e atual) e a de seu pai referem-se a contextos econômicos diferenciados. Consequentemente considera-se também como alternativa mais rica aos estudos nacionais, seu desdobramento a níveis regionais e locais para efeito de comparação. Afora isto tem-se conferido ainda maior ênfase à mobilidade intra-geracional com apelo mais frequente a estudos longitudinais. E, finalmente, algumas tentativas têm sido feitas no sentido da elaboração de uma escala multidimensional integrando vários indicadores, mantendo-se porém a ênfase na situação ocupacional.

Conscientes dos problemas envolvidos nos estudos tradicionais de mobilidade, em especial ao que se refere à redução da posição social do indivíduo à sua posição ocupacional, pretende-se no

(1) Assim, por exemplo, Duncan (1968: p.689) referindo-se ao sistema de estratificação americana no parte do pressuposto "que a ocupação seja a fonte da maior parte de recompensas, tais como renda, prestígio, poder, condições de trabalho adequadas ... o que permite que os sociólogos a escolham como a variável chave".

(2) Grande parte das pesquisas de mobilidade tem tido como objeto a mobilidade vertical operaciona-  
nalizada em termos de deslocamentos entre grandes grupos ocupacionais. Estes deslocamentos têm  
sido estudados através de matrizes de mobilidade cuja descrição e resumo é feita através de medi-  
das estatísticas como os índices de Glass, Yasuda e Matras para citar apenas alguns, em torno dos  
quais se tem travado uma ampla discussão (Boudon, 1973).

presente estudo analisar apenas os movimentos ocupacionais da força de trabalho tomando-se por base as transformações da estrutura ocupacional.

As informações aqui apresentadas fazem parte de um estudo mais amplo elaborado pelo Departamento.<sup>(3)</sup> Este estudo parte do pressuposto que a estrutura ocupacional de uma sociedade é a distribuição de sua força de trabalho nas atividades produtivas, sendo pois resultante de mudanças ocorridas na estrutura de produção que se transforma historicamente (Jellin, 1974: p. 53). Assim, a análise dos deslocamentos ocupacionais está associada às mudanças na estrutura produtiva, a partir da qual se tenta compreender a atual configuração da força de trabalho. Isto aponta para a importância de se interpretar os deslocamentos ocupacionais a nível regional, uma vez que as mudanças na estrutura produtiva e conseqüentemente na ocupacional ocorrem de forma diferenciada regionalmente em função de realidades sócio-econômicas particulares.

Para este Relatório, no entanto, serão apresentadas somente informações sucintas dos deslocamentos ocupacionais no Brasil, embora também se tenha, no referido estudo, utilizado informações para duas Regiões da PNAD: Nordeste (Região V) e São Paulo (Região II).

As informações estatísticas em que se baseia esta análise são as da PNAD Mão-de-Obra 1973, questionário principal e suplemento.<sup>(4)</sup> O suplemento fornece informações sobre a trajetória ocupacional do informante e também algumas características ocupacionais de seu pai. Ele se articula com o questionário principal de forma a permitir o estabelecimento de relações pertinentes entre as diversas variáveis sócio-econômicas.

A força de trabalho apresenta-se agregada em seis grupos de ocupação construídos a partir de uma hierarquização das ocupações segundo o nível médio de renda e instrução.<sup>(5)</sup> Num certo grau de generalização pode-se dizer que os três primeiros grupos correspondem aos trabalhadores manuais enquanto que os três últimos abarcam as ocupações não manuais.<sup>(6)</sup> No entanto, a utilização de tais grupos de ocupação pressupõe algumas dificuldades metodológicas das quais se quer enfatizar certa diferenciação sócio-econômica existente intra-grupo ocupacional, decorrente de se tomar um valor médio como representativo de cada ocupação.<sup>(7)</sup> Além disto, uma mesma categoria ocupacional pode corresponder a diferentes formas de inserção na estrutura produtiva envolvendo relações contratuais específicas, formas distintas de remuneração, etc, sendo este aspecto relevante na determinação da posição social do indivíduo ou grupo dado que traduz relações sociais dis-

(3) O citado trabalho Mobilidade Ocupacional: Um estudo das transformações da estrutura ocupacional brasileira, encontra-se em fase de publicação.

(4) O Suplemento foi elaborado no Departamento de Estudos e Indicadores Sociais por Tereza Cristina Nascimento Araújo Costa então chefe do Departamento.

(5) A agregação da força de trabalho em seis grupos ocupacionais, originalmente utilizada por George Martini e José Carlos Peliano em Os Migrantes nos Mercados de Trabalho Metropolitanos, baseou-se, inicialmente, no trabalho Posição Social das Ocupações elaborado por Nelson do Valle em 1970. Neste estudo Valle utilizando-se de regressões múltiplas encontrou um "score" para cada uma das ocupações discriminadas no Censo Demográfico de 1970 com base no nível de renda e de educação dos indivíduos. Isto permitiu a construção de uma escala ocupacional a partir da homogeneidade de "scores" e da homogeneidade em termos de setores e tipos de atividade, segundo as palavras dos próprios autores.

(6) O grupo I é formado pelos trabalhadores manuais do setor primário; o grupo II é composto por ocupações ligadas à indústria "tradicional" e ao artesanato, aos serviços domésticos e ao comércio e outras ocupações manuais diversas (aí incluídos os serventes de pedreiros); o grupo III abarca a maioria das ocupações ligadas à indústria "dinâmica" e algumas "tradicional", a construção civil, aos transportes e comunicações e algumas ocupações manuais mais qualificadas em serviços diversos; o grupo IV é formado pelos profissionais e técnicos de nível médio, proprietários na agricultura, no comércio e nos serviços de alojamentos e administradores no setor primário; os grupos V e VI pelos demais proprietários e administradores e os profissionais e técnicos de nível superior.

(7) Com isto se quer chamar atenção para a possibilidade de pessoas possuírem uma ocupação considerada hierarquicamente superior, do grupo IV por exemplo, e estarem em piores condições sócio-econômicas que pessoas do grupo imediatamente inferior, do grupo III no caso.

tintas. (8) A heterogeneidade intra-grupo levou à necessidade de se caracterizar a força de trabalho contida em cada um dos grupos ocupacionais, utilizando-se para tal de informações sobre posição na ocupação, rendimento e sexo da PNAD Mão-de-Obra 1973 e seu Suplemento. (9)

Finalmente, para o estudo dos deslocamentos, apresentam-se os cruzamentos referentes: à trajetória ocupacional dos informantes, tomando-se sua ocupação no momento de ingresso no mercado de trabalho e no momento da pesquisa ("mobilidade" intra-geracional) e, à posição ocupacional dos informantes em seu trabalho atual e a de seu pai quando do primeiro trabalho do informante ("mobilidade" inter-geracional). Para tal análise tomou-se como referência três períodos distintos de ingresso do informante no mercado de trabalho: antes de 1950, de 1950 a 1964 e de 1965 a 1973.

### III.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS OCUPACIONAIS

Para caracterizar os grupos ocupacionais, faz-se necessário, inicialmente, mostrar como a população estudada se distribui entre eles. Pela tabela 1 pode observar-se que 39,4% das pessoas ocupadas têm ocupações no Grupo I (mais de 14 milhões de pessoas), seguido pelo Grupo II com 26,0% das pessoas ocupadas. Os três grupos ocupacionais de mais baixa posição na hierarquia ocupacional (grupos I, II, III), que numa classificação ampla correspondem aos trabalhadores manuais (urbanos e rurais), representam quase 80% das pessoas ocupadas (27 milhões de pessoas) em 1973. Em oposição, encontram-se no grupo VI e V apenas 1,9% e 3,8% das pessoas ocupadas, respectivamente, totalizando 2 milhões de pessoas. O grupo IV, que agrega, de forma geral, ocupações de nível médio, é relativamente importante, respondendo por 15,1% das pessoas ocupadas, isto é, aproximadamente 5 milhões de pessoas. Assim, a própria distribuição da população pelos seis grupos de ocupação já indica a rigidez da estrutura ocupacional brasileira.

A participação do trabalho feminino nos grupos ocupacionais não é muito significativa, aparecendo como exceção o grupo II onde 50,9% dos trabalhadores são mulheres, como se pode observar na tabela 1. Isto decorre da própria composição desse grupo que engloba ocupações "tipicamente" femininas do setor prestação de serviços, como por exemplo a de empregada doméstica, a de lavadeira, a de passadeira, etc. Já no grupo III, que é composto predominantemente pelas ocupações mais qualificadas da indústria, a participação da mão-de-obra feminina é muito reduzida (7,2%), o mesmo ocorrendo com ocupações de mais alta posição no quadro ocupacional (profissionais e técnicos de nível superior, administradores e proprietários).

Em que pesem as transformações ocorridas na estrutura produtiva brasileira, em especial a partir de 1950, com o maior crescimento dos setores secundário e terciário, o grupo I que agrega as ocupações manuais do setor primário, ainda detém o maior contingente de mão-de-obra. (10) Segundo os dados do Censo Demográfico de 1970, a categoria ocupacional mais expressiva no grupo é a dos trabalhadores de enxada (aproximadamente 38% da força de trabalho total), categoria esta bastante ampla por englobar desde os assalariados rurais até os pequenos produtores dos mais diversos tipos: pequenos proprietários, posseiros, foreiros, arrendatários, etc ... Assim, é importante distinguir os trabalhadores assalariados dos pequenos produtores, tomando-se como parâmetro

(8) Por exemplo, para um operário industrial pode corresponder situação totalmente diversa: estar vinculado a uma empresa de grande porte ou a uma pequena oficina de fundo de quintal.

(9) Outras informações sócio-econômicas são utilizadas no trabalho Mobilidade Ocupacional: Um estudo das transformações da estrutura ocupacional brasileira - op cit, para esta caracterização, como, por exemplo, o grau de instrução e idade com que o informante começou a trabalhar.

(10) Ver, a propósito, as considerações iniciais do capítulo Divisão do Trabalho.

a forma de inserção no processo produtivo. Diferentemente dos assalariados, os pequenos produtores exercem um determinado controle sobre os meios de produção, a terra principalmente, o que lhes assegura maior autonomia face ao sistema econômico mais amplo. A distinção entre "trabalhar para si" e "trabalhar para outro" que, ao nível das próprias colocações dos agentes sociais em questão, expressa a diferença entre o trabalho camponês e o trabalho assalariado, tem como parâmetro básico a noção de autonomia.

Retomando essa noção ao nível dos dados disponíveis, pode-se considerar a distribuição por posição na ocupação como uma aproximação da distinção acima referida. Operacionalmente é possível analisar alguns dados acerca dos pequenos produtores através da categoria trabalhador por conta própria e dos assalariados através da categoria empregado.<sup>(11)</sup> Por outro lado, a categoria membros da família sem remuneração permite avaliar a mão-de-obra utilizada pelos pequenos produtores formando as unidades de produção familiar, de grande importância na estrutura agrária brasileira. É ela que representa o maior contingente de trabalhadores do grupo I (37,5%), seguida dos trabalhadores por conta própria (33,1%) e dos empregados (29,2%) (tabela 2a).

Quanto ao nível de remuneração auferido, a situação das pessoas ocupadas no grupo I, tanto para os assalariados quanto para os pequenos produtores é bastante precária, predominando os níveis de rendimento que não ultrapassam o mínimo institucionalmente fixado. Assim, entre os empregados recebendo somente em dinheiro, 84,7% recebem até um salário-mínimo, sendo que 41,1% encontram-se na faixa de até 1/2 salário-mínimo e 43,6% na de mais de 1/2 a 1 (tabela 3a). Estes dados indicam que, apesar da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, estendendo aos trabalhadores do campo a legislação trabalhista, esta nem sempre vem sendo cumprida. No Nordeste, por exemplo, o processo de expulsão dos trabalhadores residentes nas grandes plantações de cana (os "moradores") intensifica-se a partir desta data, passando os proprietários a lidar com a mesma mão-de-obra, agora fixada nas cidades, sem contrato de trabalho, desincumbindo-se assim de quaisquer encargos trabalhistas. É regularizada apenas a situação dos "moradores" que escapam ao processo de expulsão e passam a ser chamados "trabalhadores fichados". A estes teoricamente deveria ser pago o salário-mínimo. Entretanto, como o pagamento é feito por produção, produção é bastante variável em função de fatores diversos, é muito comum o trabalhador realizar dois dias de serviço em troca de um dia de salário, o que, além de depreciar o seu salário, acarreta a perda dos demais benefícios da legislação trabalhista.<sup>(12)</sup>

Quanto aos empregados com rendimentos não exclusivamente monetários (com rendimento também em bens), eles representam 26,8% do total de "empregados" do grupo I (tabela 5a), sendo pouco expressiva a participação dos que recebem somente em bens (1% no total de empregados). Para os empregados que recebem além de dinheiro parte em bens (1 108 mil pessoas - tabela 4) quase 90% tem rendimento monetário<sup>(13)</sup> até um salário-mínimo e do restante quase todos se encontram na faixa de mais de um até dois salários-mínimos (8,8%) (tabela 4a).

Por sua vez, comparando-se o rendimento dos trabalhadores por conta própria com o rendimento dos empregados, observa-se que entre os primeiros, um percentual relativamente menor de pessoas auferem um ganho líquido mensal de até um salário-mínimo (72,5%), enquanto 18,4% encontram-

(11) A este respeito ver as considerações feitas no capítulo precedente - Divisão do Trabalho

(12) Para a análise da questão nordestina, ver Sigaud, 1974.

A expulsão dos trabalhadores agrícolas é, no entanto, um fenômeno mais geral no campo brasileiro, recebendo estes trabalhadores denominações específicas regionalmente como por exemplo "bóia fria" no Paraná e São Paulo, "pau de arara" em algumas áreas de São Paulo e o "clandestino" na zona canavieira de Pernambuco.

(13) Deve-se chamar atenção para o fato de não estar incluída na remuneração destes empregados a estimativa de sua renda não-monetária, pois esta não foi pesquisada na PNAD-1973.

se na faixa de mais de um a dois (tabela 6b). Contudo, não se deve esquecer que esse rendimento via de regra corresponde à renda familiar, o que leva à suposição de ser ela muitas vezes insuficiente, obrigando ao recurso de outras formas de obtenção de renda – como o pequeno comércio ou o trabalho assalariado – bastante frequente entre esses trabalhadores.

O grupo II, segundo em importância na estrutura ocupacional brasileira, abarca nove milhões de pessoas ocupadas (26% do total da população em estudo – tabela 1), constituindo-se no maior absorvedor de mão-de-obra menos qualificada do setor urbano. Nele predominam as ocupações ligadas às indústrias tradicionais e da construção civil (serventes de pedreiro), ao artesanato, ao comércio (balconistas e entregadores), e aos serviços domésticos e outras ocupações de baixa qualificação do setor terciário (porteiros, vigias, serventes, etc ...).

Com a intensificação do processo de urbanização, sem o suficiente respaldo da indústria de transformação na geração de empregos, grande parte da mão-de-obra rural liberada vem integrando intensivamente ocupações do setor terciário e mais recentemente da construção civil. Tal como foi apontado no capítulo anterior, a absorção relativamente baixa de mão-de-obra industrial se deve mais à modernização tecnológica da indústria de bens de consumo não duráveis do que à implementação do departamento de bens de consumo duráveis e do de bens de capital com recursos e tecnologia estrangeiros fortemente concentrados em capital. Por outro lado, a própria disponibilidade de mão-de-obra urbana permite à indústria sub-contratar serviços ao setor terciário pagando um preço mais baixo na utilização desta força de trabalho. Ainda assim, acredita-se que a maior predominância de empregados no Grupo II, 74,6% (tabela 2a), que correspondem a 35,2% do total de empregados do país (tabela 2b) esteja, em parte, associada ao setor industrial, quer pela utilização de ocupações que lhe são típicas (inclusive construção civil), como também pela utilização de ocupações do setor terciário indispensáveis ao funcionamento das fábricas (porteiros, vigias, serventes, etc.).<sup>(14)</sup> Afora isso, não se pode descartar o peso do trabalho feminino no remunerado (34,6%) no grupo, onde as empregadas domésticas entram em proporção elevada. A presença desta categoria ocupacional e outras "tipicamente" femininas nos serviços domésticos, na indústria tradicional e também no artesanato, faz com que o número de mulheres (50,9%) seja ligeiramente superior ao de homens (49,1%) (tabela 2a).

A categoria empregado no grupo II, engloba, pois tanto a força de trabalho diretamente vinculada à empresa capitalista, quanto aquela engajada em formas de produção que, por se utilizarem de trabalho extensivo e apresentarem uma divisão pequena de tarefas e uma tecnologia rudimentar, dificilmente poderiam ser definidas como tipicamente capitalistas. No primeiro caso, a força de trabalho estaria associada às unidades de produção de maior porte, com organização mais complexa, com maior nível tecnológico, com mais alta produtividade e remuneração. No segundo caso, a mão-de-obra estaria associada basicamente ao pequeno comércio, à indústria "caseira" e ao artesanato. Estas atividades, segundo definição de Kowarick (1977), fazem parte do chamado "setor marginal" e se encontram articuladas ao setor organizado de forma capitalista, sendo por ele estimuladas na medida em que lhes prestam serviços a preços mais baixos dado que operam com uma margem de lucratividade menor. Poder-se-ia supor que aqueles que recebem somente em bens ou parte de sua remuneração em bens estariam mais provavelmente vinculados a esse "setor marginal". Esses empregados representam 30,2% dos empregados do grupo II (tabela 5a), sendo elevada a participação das mulheres no conjunto que devem ser principalmente as empregadas domésticas, uma vez que seu

(14) O Censo Demográfico de 1970 permite verificar, através do cruzamento setor de atividade e ocupação, que aproximadamente 30% dos porteiros, vigias, serventes e ascensoristas se encontram no setor industrial.

contrato de trabalho inclui em geral além do pagamento em dinheiro, alimentação e alojamento.

A remuneração dos empregados do grupo II se situa, em geral, até o mínimo institucionalmente fixado: 60,7% para aqueles que recebem somente em dinheiro e 90,0% para aqueles que recebem além de dinheiro parte em bens. Por outro lado, apenas 2,3% e 0,3% destes empregados, respectivamente, possuem rendimento superior a três salários-mínimos (tabelas 3a e 4a).

Por sua vez, os trabalhadores por conta própria correspondem a 20,0% das pessoas ocupadas no grupo II. Assim, esta categoria juntamente com a dos empregados, analisada anteriormente, abrange 94,6% das pessoas com ocupação neste grupo (tabela 2a).

A mão-de-obra feminina na categoria conta própria (13,5% no total das pessoas ocupadas no grupo II) é duas vezes superior à masculina (6,5%), pois nesta categoria predominam ocupações como lavadeiras, passadeiras, faxineiras, diaristas, costureiras, bordadeiras e algumas ocupações ligadas ao artesanato. Desta força de trabalho feminina 88,3% tem ganho líquido mensal de até um salário-mínimo, sendo que 41,0% deste total possuem rendimento de até 1/4 de salário-mínimo (tabela 6). O baixo custo desta mão-de-obra permite sua utilização pelas pessoas de classes de renda mais alta em atividades que poderiam ser executadas pelos próprios contratantes.

As ocupações do grupo III são tradicionalmente masculinas (marceneiros, carpinteiros, mecânicos, pedreiros, motoristas, etc...) o que pode ser constatado pela elevada participação dos homens, 92,8%, no total das pessoas ocupadas no grupo. Na medida em que estas ocupações estão predominantemente ligadas às atividades industriais (em especial, às da indústria de transformação dinâmica e algumas ocupações da construção civil), 76,9% dos trabalhadores deste grupo estão na categoria empregados (tabela 2a). No entanto, estes empregados (3 823 mil) representam apenas 10,6% do total das pessoas ocupadas (tabela 2b), o que dá uma idéia da pequena participação da indústria dinâmica na geração de empregos na economia. Entre estas indústrias, se incluem em estabelecimentos de grande porte, que utilizam em seu processo de produção força de trabalho especializada dela extraído elevado produto por unidade de mão-de-obra, o que lhes possibilita melhor remunerá-la.<sup>(15)</sup> São também estes empregados os que possuem maior poder de barganha o que também contribui para a obtenção de melhores níveis salariais. Estão ainda incluídos neste total os empregados que se vinculam a pequenas unidades de produção industrial e de serviços de conservação e reparação, assim como a outros estabelecimentos do setor terciário (como o de transportes e armazenagem e o comércio entre outros), que por se basearem no trabalho extensivo para gerar seu excedente tendem a pior remunerar a mão-de-obra.

Dentre os empregados do grupo III apenas 3,8% recebem além de dinheiro parte de sua remuneração em bens (tabela 5a). Dos que auferem apenas renda monetária (96,2%) cerca de 78% têm rendimento superior a um salário-mínimo, estando 41,2% na faixa salarial de mais de 1 a 2 salários-mínimos e 21,8% na faixa de mais de 2 a 3 (tabela 3a). Nota-se ainda um expressivo contingente de empregados recebendo mais de 1/2 a 1 salário-mínimo (684 mil pessoas - tabela 3), correspondendo a quase 20% dos empregados com apenas rendimento monetário. Por outro lado, apenas 3,2% têm rendimento superior a 5 salários-mínimos indicando a pequena representatividade da mão-de-obra industrial considerada mais qualificada que consegue alcançar melhores níveis de remuneração.

Os trabalhadores por conta própria do grupo III, por sua vez, representam 18,6% do

(15) Tomando-se o Censo Industrial de 1970 e comparando-se, por exemplo, a indústria "dinâmica" com a "tradicional", ela gera Cr\$ 2 518 de valor da transformação industrial por pessoa ocupada ligada a produção contra Cr\$ 1 576 da "tradicional", respondendo, por outro lado, por Cr\$ 5 795 de salário anual contra Cr\$ 3 644 (a preços de 1970) da "tradicional".

pessoal ocupado no grupo, sendo quase que exclusivamente constituídos por homens (17,9% - tabela 2a). As pequenas oficinas mecânicas de reparação de máquinas e veículos, assim como os pequenos estabelecimentos de carpintaria ou marcenaria, cuja unidade de trabalho se organiza à base de mão-de-obra não-assalariada, compõem uma parte reduzida dos trabalhadores autônomos desse grupo. São, na verdade, os biscateiros que trabalham sozinhos ou com o auxílio de algum ajudante, que constituem a maior parcela desta categoria no grupo III. O recurso a seus serviços é bastante frequente nas áreas urbanas, uma vez que o seu preço é, em geral, menor que o cobrado por firmas especializadas. Cabe observar, no entanto, que o preço fixado por estes trabalhadores é bastante variado, determinando-se por uma gama de fatores que inclui até mesmo a sua apreensão da situação econômica do contratante. Para os trabalhadores por conta própria com rendimento mais elevado (10,8% têm ganho líquido superior a cinco salários-mínimos) pode-se supor que haja a opção entre o emprego assalariado e o biscate (tabela 6a). Sua escolha pelo biscate decorre "muitas vezes de sua habilidade profissional e de seu círculo de relações que lhe garantem as condições necessárias para enfrentar os riscos de auto-emprego. Outras vezes, sua opção resulta de uma longa cadeia de desacordos com patrões, através dos quais o indivíduo desenvolve a tal ponto uma visão crítica do regime de trabalho assalariado que acaba por incompatibilizar-se com ele". (Oliveira e Prado, 1974: p. 64).

No caso dos trabalhadores por conta própria com baixo rendimento (22,9% têm ganho líquido de até um salário-mínimo), muitas vezes a possibilidade de assalariamento está totalmente fechada e o biscate torna-se então a única opção de engajamento. Para alguns deles, no entanto, há possibilidade de recorrência ao trabalho assalariado, alternando-o com o trabalho por conta própria em função de situações específicas de sua vida. "O ritual de passagem entre essas duas formas de inserção parece encaixar-se no cálculo econômico do indivíduo que procura beneficiar-se das vantagens do biscate (possibilidades de maiores ganhos), sem contudo perder, a garantia de assistência social, dada pelo emprego regular" (Oliveira e Prado, 1974: p.64).

O grupo IV possui 15,1% do total das pessoas ocupadas, correspondendo a 3 600 mil pessoas, sendo, pois, também expressivo na estrutura ocupacional brasileira. Nele se agregam ocupações muito diferenciadas como agricultores, comerciantes, mestres e contra-mestres industriais, técnicos de nível médio, pessoal administrativo e professores primários.

Principalmente no que se refere às ocupações urbanas, a expansão industrial provocou o aumento de muitas destas ocupações, não somente daquelas mais ligadas à produção mas também à administração devido à maior complexidade de sua organização. A própria intensificação da urbanização associada à industrialização e ao crescimento dos serviços públicos vem contribuindo para a formação deste estrato de profissionais de nível médio.

Cerca de 20% das pessoas ocupadas do grupo IV estão na categoria empregador (tabela 2a). Aí estão incluídos, em virtude da amplitude do conceito da PNAD, desde os pequenos proprietários, ligados a formas não capitalistas de produção, aos proprietários de grandes estabelecimentos comerciais ou agrícolas. No primeiro caso, muitas vezes a diferenciação entre aqueles empregadores e os trabalhadores por conta própria é quase artificial, uma vez que a atividade econômica por eles desenvolvida se baseia quase exclusivamente no trabalho familiar, embora esporadicamente possam contar com a ajuda de algum trabalhador ao qual remuneram. A contratação eventual de um trabalhador "assalariado" não implica em mudanças na estrutura da unidade familiar e, nesse sentido, os "pequenos empregadores" estão muito mais próximos dos trabalhadores por conta própria, do que dos "grandes empregadores". Feitas estas ressalvas, vale mencionar que os 20% de empregadores deste grupo repre-

sentam quase 60% do total desta categoria (tabela 2b), sendo que somente o grupo VI apresenta em sua composição uma proporção mais elevada (34,6%), embora em termos absolutos os empregadores deste grupo não representem 1/5 dos absorvidos pelo grupo IV.

Já os trabalhadores por conta própria representam 15,7% do pessoal ocupado no grupo IV. Acredita-se que sua composição seja fortemente concentrada em pequenos proprietários agrícolas, comerciantes, etc, que trabalham sozinhos ou com ajuda de membros da família sem remuneração e ainda por alguns técnicos de nível médio que trabalham sem nenhum empregado (tabela 2a).

Ao se comparar o ganho líquido mensal dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria observa-se que 45,5% dos primeiros e 62,3% dos segundos estão na faixa de até dois salários-mínimos. Embora os empregadores estejam em menor proporção nesta faixa de rendimento, sua participação é também elevada, significando quase o mesmo número de pessoas ocupadas na categoria conta própria, ou seja, em torno de 500 mil pessoas. Já nas faixas de rendimentos mais elevados se concentram relativamente (e em termos absolutos) maior número de empregadores, ou seja, 26,3% deles ganham acima de cinco salários-mínimos contra 11,2% dos conta própria (tabelas 7a e 6a).

A maior parte das pessoas com ocupação no grupo IV se insere no mercado de trabalho na categoria empregado, 63,8% (tabela 2a), dos quais 97,0% tem remuneração apenas monetária (tabela 5a), devendo ser em sua maioria mestres e contra-mestres industriais, auxiliares de escritório e outras ocupações administrativas além de professores primários. Estes assalariados não manuais que se posicionam num nível considerado hierarquicamente superior ao dos assalariados do grupo III (manuais) deles não se distinguem significativamente em termos de sua distribuição nas faixas de rendimentos mais baixos.<sup>(16)</sup> Assim, enquanto 23,4% dos empregados do grupo IV têm rendimento monetário até um salário-mínimo e 31,5% estão na faixa de mais de um a dois, para os empregados do grupo III estas proporções são de 22,3% e 41,2%, respectivamente. Em contrapartida, considerando-se a faixa de rendimento acima de cinco salários-mínimos observa-se uma maior proporção de empregados com ocupação no grupo IV (10,7%) em relação à encontrada no grupo III (3,2%) (tabela 3a).

No grupo V, por sua vez, encontram-se principalmente os administradores do serviço público, profissionais e técnicos de nível médio e superior (como programadores, técnicos de contabilidade, matemáticos e professores secundários) e em menor proporção os pecuaristas e outros criadores rurais, correspondendo a apenas 3,8% das pessoas ocupadas em 1973. Essas pessoas, com exceção das que desempenham atividades rurais, são em sua maioria empregados (76%) em empresas públicas e privadas (tabela 2a). Sendo assalariados, apesar de não estarem diretamente ligados à produção, poderiam ser classificados como "trabalhadores intelectuais". Do total de empregados, 97,3% têm apenas rendimento monetário (tabela 5a) e destes 30,2% recebem entre mais de 5 a 10 salários-mínimos e 17,2% acima de 10 salários-mínimos, o que os coloca numa situação bastante privilegiada em relação aos empregados dos grupos ocupacionais anteriormente analisados (tabela 3a).

Ainda quanto à posição na ocupação, 17,9% das pessoas ocupadas no grupo V são empregadores (tabela 2a) principalmente pecuaristas, avicultores e criadores e, em menor proporção, proprietários do setor serviços. Deles 18,4% têm um ganho líquido mensal até 2 salários-mínimos, 35,1% na faixa de mais de 2 a 5 e 13,8% recebem mais de 15 salários-mínimos (tabela 7a). Essa discrepância entre o ganho líquido dos empregadores pode estar associada ao

(16) Como a escala ocupacional utilizada leva em conta renda e escolaridade, algumas ocupações são tão posicionadas no grupo IV por apresentarem maior nível de escolaridade, embora muitas vezes possuam rendimento semelhante às do grupo III.

conceito de empregador da PNAD que não fornece qualquer informação sobre o número de empregados ou sobre o tamanho do estabelecimento. Provavelmente, os que apresentam um ganho líquido inferior a 2 salários-mínimos são os pequenos proprietários, às vezes com apenas um empregado (boiadeiros, apicultores, avicultores, granjeiros, etc), enquanto que entre os que têm ganho líquido superior a 15 salários-mínimos concentram-se principalmente os grandes proprietários rurais (os pecuaristas, por exemplo).

Finalmente, é interessante notar que os trabalhadores por conta própria, que representam uma parcela muito pouco significativa nesse grupo (5,8%), têm uma remuneração proporcionalmente mais baixa que a dos empregados e empregadores, embora exerçam, na maioria das vezes, a mesma ocupação.

No Grupo VI, que representa tão somente 1,9% das pessoas ocupadas em 1973, estão os proprietários industriais e os administradores do comércio de valores (bancos e companhias de seguro) e os profissionais e técnicos de nível superior. Dessas pessoas 53,5% são empregados que se supõe estejam ocupando os escalões mais altos das empresas e do setor público, e que auferiram rendimentos muito elevados em confronto com o restante dos assalariados. Cerca de 24,9% deles têm uma remuneração superior a 15 salários-mínimos e 36,3% se encontram na faixa de mais de 7 a 15 (tabela 3a). Não se pode esquecer, no entanto, que eles representam apenas 1,8% do total das pessoas com essa posição na ocupação (tabela 2b).

Por outro lado, 34,6% das pessoas ocupadas no grupo VI estão na categoria empregadores. A heterogeneidade desta categoria, já apontada anteriormente, torna-se muito visível quando se analisa o ganho líquido desses empregadores. Mais de 10% deles têm um ganho líquido de até 2 salários-mínimos e 23,6% estão na faixa de mais de 2 a 5 (tabela 7a). Certamente eles são os proprietários de pequenas indústrias de "fundo de quintal" (olarias, marcenarias, etc.) mais comumente encontradas nos municípios de menor porte e distantes das grandes cidades. Por sua vez, cerca de 22,7% dos empregadores neste grupo têm ganho líquido superior a 15 salários-mínimos.

Os trabalhadores por conta própria representam apenas 11,9% da população ocupada neste grupo e, a exemplo do que já se observou para o grupo V, se concentram em faixas de salários mais baixas comparativamente aos empregados e empregadores. Deles 18,0% têm um ganho líquido de até 2 salários-mínimos, 24,6% situam-se na faixa de mais de 2 a 5 e a maior frequência se dá na faixa de mais de 7 a 10 (20,9%) (tabela 6a).

Em resumo, a partir dessas informações sobre a força de trabalho segundo os seis grupos ocupacionais em que foi agregada, pode-se afirmar que ela é composta predominantemente por trabalhadores manuais (79,2%) que correspondem aos grupos I, II e III, os de mais baixa hierarquia ocupacional. A maior parte desses trabalhadores, independentemente da posição que ocupam no sistema produtivo, tem um rendimento de até um salário-mínimo. A isto deve ser acrescentado que mesmo as pessoas cujas ocupações pertencem ao grupo IV, e que representam 15,1% da força de trabalho, não apresentam rendimento satisfatório. Na verdade, do total das pessoas ocupadas com rendimento apenas monetário,<sup>(17)</sup> 76% têm remuneração de até dois salários-mínimos (tabela 8a) e, a quase totalidade destes (98%) se encontra nos grupos I, II, III e IV (tabela 8b e gráfico 1b).

Assim, a constatação de que das pessoas ocupadas apenas 5,7% possuem posições mais elevadas na escala ocupacional (pessoas ocupadas nos grupos V e VI) já indicaria a rigidez da es

(17) Como citado anteriormente, no caso dos empregados que recebem além de dinheiro parte em bens, não se investigou o valor monetário correspondente aos bens.

estrutura ocupacional, uma vez que a simples comparação desse contingente de mão-de-obra com aquele absorvido pelos demais grupos deixaria entrever a pequena possibilidade de mobilidade ascendente da força de trabalho. A análise das informações sobre a mobilidade intra e intergeracional na seção seguinte deste trabalho permite melhor aprofundar este ponto de vista.

### III.2 - OS DESLOCAMENTOS OCUPACIONAIS

O estudo dos deslocamentos ocupacionais compreende a análise da trajetória ocupacional do informante, através de uma comparação entre dois pontos desta trajetória (primeira ocupação e ocupação atual), e o estudo dos movimentos ocupacionais inter-geracionais através da comparação entre a ocupação atual do informante e a de seu pai.<sup>(18)</sup> A análise de tais movimentos objetiva avaliar até que ponto os indivíduos, que em 1973 integravam os seis grupos ocupacionais, reprodüzem ou não o mesmo tipo de inserção de seus pais na estrutura ocupacional.

Para o estudo dos deslocamentos ocupacionais foram considerados três períodos distintos de ingresso no mercado de trabalho das pessoas ocupadas em 1973, levando-se em conta que a estrutura sócio-econômica brasileira apresenta especificidades de acordo com períodos históricos determinados. Além disto, é evidente que as pessoas que começaram a trabalhar mais recentemente teriam tido menos tempo para trocar de ocupação em comparação com aquelas que entraram há mais tempo no mercado de trabalho. Da população ocupada em 1973, aproximadamente 35 milhões de pessoas, 33,6% tinham ingressado no mercado de trabalho antes de 1950, 33,6% no período 1951 a 1964 e 32,8% entre 1965 e 1973. A comparação entre o perfil ocupacional encontrado em cada um desses períodos, associado às transformações econômicas mais marcantes neles ocorridas, pode dar uma primeira idéia das possibilidades dos deslocamentos ocupacionais da força de trabalho.

#### III.2.1 - PESSOAS OCUPADAS QUE INGRESSARAM NO MERCADO DE TRABALHO ANTES DE 1950

Pode-se dizer, numa caracterização bastante ampla de nossa economia antes de 1950, que ela era predominantemente agrícola com "o campo absorvendo a maior parte dos novos contingentes que chegavam à força de trabalho, não só porque a agricultura voltada para o mercado interno continuou ampliando sua área, como também porque a fronteira foi sendo continuamente expandida, sobretudo pela lavoura de subsistência, dada a notória abundância de terras no Brasil" (Hoffman, 1977: p.29). Além disto devem ser considerados o peso do setor agrícola de exportação do Centro Sul e as culturas agrícolas regionais, de exportação ou não, que ocupavam grandes proporções de mão-de-obra. Assim, entende-se porque das 11 726 mil pessoas ocupadas em 1973 que tiveram seu primeiro trabalho antes de 1950 mais de 8 140 mil (aproximadamente 70% - tabela 9b) o fizeram em ocupações do grupo I. Mais da metade desses indivíduos (56,7%) ainda se encontram em ocupações manuais do setor primário e 17,6% se deslocaram para as ocupações manuais menos qualificadas do setor urbano (grupo II) (tabelas 9 e 9a). Considerando-se que os deslocamentos para o grupo II geralmente são resultado de migrações rurais-urbanas, sendo questionável se representam ou não uma ascensão ocupacional, pode-se dizer que mais de dois terços das pessoas que ingressaram no grupo I (74,3%) antes de 1950, permaneceram em ocupações manuais, muitas vezes equivalentes na escala adotada.<sup>(19)</sup> Quanto aos movimentos ocupacionais ascendentes apenas uma parcela reduzida, 3,0%, al

(18) É importante relembrar que a informação sobre a ocupação do pai diz respeito à época em que o informante ingressou no mercado de trabalho.

(19) Devido à própria escala ocupacional utilizada (ver nota 4), que leva em conta além dos "scores" das ocupações, a homogeneidade de setores e tipo da atividade, encontram-se no grupo

cançou os grupos V e VI obtendo, pois, os níveis de rendimento e/ou educação mais elevados e, cerca de 20% se deslocaram para os grupos III e IV. Observe-se, no entanto, que alguns movimentos do grupo I para o grupo IV podem estar associados à mudança de posição do informante na unidade de produção agrícola familiar, uma vez que a pequena propriedade passa de pai para filho ao longo do tempo fazendo com que alguns trabalhadores manuais tornem-se proprietários agrícolas categoria essa pertencente ao grupo IV.

O período anterior a 1950 já apresentava também certo dinamismo do setor industrial. Em 1930, com a crise econômica mundial, a indústria nacional foi estimulada a produzir internamente alguns bens antes importados, principalmente os de consumo não duráveis. A resposta a este estímulo foi possível porque uma base industrial já havia se formado anteriormente com o aumento e diversificação do capital cafeeiro. O setor industrial cresceu entre 1933 e 1938 à taxa média anual de 11% ao ano (Oliveira, 1977 - p.78). Com a Segunda Guerra Mundial, as dificuldades de comercialização internacional garantiram a continuidade do processo de substituição de importações. O setor industrial contou ainda para sua expansão com o apoio do Estado através de mudanças na política cambial, de investimentos em infraestrutura e na produção de bens intermediários. Esta industrialização teve forte reflexo na estrutura ocupacional, uma vez que parte do antigo artesanato ligado às unidades rurais foi sendo substituído pelo artesanato urbano e pelo emprego fabril propriamente dito. Entretanto, como este período inclui também a aceleração do ritmo de urbanização e da migração interna (com o exodo de regiões, mais afetadas pela crise do setor exportador, que não conseguiam se firmar como supridoras do mercado interno) também foi importante o papel do setor terciário em absorver a mão-de-obra não qualificada que chegava aos centros urbanos e que não era absorvida pela indústria. Este momento permitiu o crescimento de um proletariado industrial, a ampliação da massa de trabalhadores urbanos, embora continuasse o predomínio dos trabalhadores rurais na força de trabalho.

A partir dessas considerações pode-se compreender melhor porque 22,3% (tabela 9b) das pessoas que ingressaram no mercado de trabalho antes de 1950 o fizeram em ocupações do grupo II. Agregando-se a força de trabalho de 1973 que teve sua primeira ocupação no grupo I antes de 1950 com aquela que teve a sua primeira ocupação no grupo II, no mesmo período, chega-se à elevada proporção de 91,7%. Isto significa que somente uma parcela muito pequena da força de trabalho teria iniciado sua vida profissional em ocupações manuais urbanas de maior qualificação (grupo III) ou em ocupações não manuais.

Segundo as informações da tabela 9a depreende-se que cerca de 40% das pessoas com primeira ocupação no grupo II a permanecem enquanto 20% se deslocaram para o grupo III e 20,1% para o grupo IV. Estes movimentos ascendentes têm respaldo, em boa parcela, no crescimento industrial verificado nos anos 50, com a entrada do grande capital internacional consubstanciado em máquinas e equipamentos. O processo de industrialização que se acelerou com a instalação de unida

---

I ocupações de "score" cuja predominância está no grupo II (aproximadamente 12,9% das pessoas da quele grupo). Por outro lado, 30,6% das pessoas com ocupações consideradas do grupo II tem "scores" predominantemente encontrados no grupo I. Estas informações, embora limitadas (pois, baseiam-se somente em renda e instrução médias), parecem reforçar a idéia de que somente a passagem do campo para a cidade não deve ser tomada como ascensão ocupacional. Cabe lembrar ainda que o rendimento médio mensal pesquisado pelo Censo Demográfico de 1970 tendeu a uma subestimação do rendimento não monetário (ver a este respeito as considerações feitas no capítulo Distribuição de Renda quando compara os dados do Censo com os da PNAD - 1976) que é mais característico nas ocupações do grupo I. Além disto, o peso das despesas monetárias com alimentação para as famílias de baixa renda é menor na área rural devido ao auto-consumo além do que o item transporte no orçamento das famílias de baixa renda nas cidades é bastante acentuado (ver o capítulo Despesas Familiares); isto vem reforçar as considerações feitas anteriormente de que os deslocamentos das pessoas com ocupações no grupo I para as ocupações no grupo II podem sugerir apenas deslocamentos espaciais.

des de produção de bens de consumo duráveis, passou a ocupar a mão de obra que já possuía certa qualificação. Por outro lado, a indústria passou a demandar ainda ocupações administrativas de nível médio. Já os deslocamentos ascendentes do grupo II para os grupos V e VI foram da ordem de 10%, sendo pois mais intensos que os verificados para o grupo I. (gráfico 2)

Daqueles que tiveram seu primeiro trabalho no grupo III, isto é, em ocupações manuais mais qualificadas no setor urbano, mais da metade (53,1%) permaneceu nesse grupo, enquanto parcelas significativas encontram-se no grupo IV (19,0%) e no grupo II (11,7%). Algumas pessoas alcançaram os grupos V e VI, 12,2%, percentual este superior aos encontrados anteriormente para os grupos I e II.

A criação de empresas estatais de grande porte a partir da década de 40 (Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Nacional de Alcalis, Fábrica Nacional de Motores, Hidrelétrica de São Francisco), bem como o maior desenvolvimento da administração pública e do setor financeiro, contribuíram para aumentar a demanda por trabalho técnico e administrativo. Entretanto, apenas 4,7% das pessoas ocupadas que ingressaram no mercado de trabalho antes de 1950 o fizeram em ocupações dos grupos IV, V e VI, tendo a maioria delas permanecido nos mesmos grupos ocupacionais em que começaram a trabalhar (44,9%, 50,6% e 64,8%, respectivamente). Das que começaram no grupo IV, 26,7% alcançaram o grupo V e 14,9% o grupo VI sendo que os movimentos descendentes não foram muito significativos. Das que começaram a trabalhar nos grupos de mais alta hierarquia ocupacional os movimentos descendentes são marcantes; no grupo V, enquanto 20,5% das pessoas deslocaram-se para o grupo VI uma proporção um pouco maior, 21,8% teria se deslocado para o grupo IV. Das pessoas que começaram no grupo VI, cerca de 30% teriam passado para ocupações dos grupos IV e V.

Com base nas informações da tabela 10a, pode-se verificar que os deslocamentos inter-geracionais ascendentes, para as pessoas que tiveram sua primeira ocupação antes de 1950, foram, em geral, menos intensos que os intra-geracionais. Tomando-se os filhos de trabalhadores manuais observa-se que os movimentos para os grupos de mais alta posição na escala ocupacional foram de apenas 2,7%, 8,1% e 11,1% correspondendo, respectivamente, aos grupos I, II e III. Para os informantes com pais nos grupos IV e V, os deslocamentos inter-geracionais foram predominantemente descendentes, sendo estes deslocamentos significativos para todos os grupos ocupacionais.

A maior taxa de permanência ou "imobilidade" foi encontrada para o Grupo I (54,4%), sendo que os deslocamentos ocorridos foram principalmente para o grupo II (20,6%) que, como dito anteriormente, devem estar associados à migração rural-urbana dos trabalhadores manuais. Encontrou-se ainda um grau de permanência em torno de 34% para os grupos II, III e IV, isto é, um terço dos filhos cujos pais pertenciam a estes grupos, neles permaneciam ocupados. Dentre aqueles que tinham pais no grupo V foram relativamente poucos os que se encontravam em 1973 neste mesmo grupo (29,7%) sendo que apenas 8,9% passaram para o grupo VI e para aqueles cujos pais pertenciam ao grupo VI esta permanência era de 22,7%.

Deve ser lembrado que essa análise se refere às pessoas que entraram no mercado de trabalho antes de 1950, ou seja, tiveram na pior das hipóteses 23 anos para modificarem sua posição na escala ocupacional.

### III.2.2 - PESSOAS QUE INGRESSARAM NO MERCADO DE TRABALHO DE 1950 A 1964

Ao período em estudo, corresponderam as transformações mais profundas no setor industrial com efeitos marcantes no sistema econômico mais amplo modificando, conseqüentemente, o perfil da demanda ocupacional.

Em termos do número de pessoas que ingressou no mercado de trabalho nos diversos grupos ocupacionais, verifica-se um decréscimo percentual significativo daqueles que começaram a trabalhar no grupo I (tabela 9b), relativamente ao período anterior, e um aumento percentual significativo nos grupos II, IV e III. Isto significa, grosso modo, o crescimento das ocupações manuais da indústria, do artesanato, da prestação de serviços e das ocupações de nível médio. Ainda assim, é bastante expressivo o número de pessoas que tiveram seu primeiro trabalho em ocupações do grupo I, 54,7% das 11 744 mil pessoas ocupadas em 1973 que ingressaram no mercado de trabalho entre 1950 e 1964. Apenas uma reduzidíssima parcela da força de trabalho (1,1%) começou a trabalhar em ocupações dos grupos V e VI.

Apesar das alterações no perfil ocupacional, não se observaram mudanças nos tipos de deslocamentos comparativamente ao período anterior; eles foram apenas, de forma geral, menos intensos, apresentando porém o mesmo comportamento.

Assim, das pessoas que ingressaram no grupo I, cerca de 4 000 mil (61,4%) ainda se encontram nestas ocupações, tendo apenas 1,0% alcançado o grupo V (67 mil) e 0,3% o grupo VI (19 mil). Isto equivale dizer que a "mobilidade" intra-geracional ascendente para os trabalhadores manuais do setor primário foi basicamente em direção aos demais grupos de trabalhadores manuais (tabelas 9 e 9a) (gráfico 3).

Das pessoas que tiveram seu primeiro trabalho em ocupações manuais do grupo II, 45,7% nelas permaneciam em 1973 enquanto que 23,7% haviam se deslocado para o grupo III, dada a certa qualificação que já possuíam e 18,1% deslocaram-se para o grupo IV. Além das pessoas provenientes do setor primário e do secundário tradicional, o grupo III absorveu nesse período dentre as pessoas ocupadas em 1973 cerca de 700 mil trabalhadores. Dessa força de trabalho metade ainda se encontrava nessas ocupações em 1973 enquanto 13,4% tinham passado para o grupo II e 16,9% para o grupo IV.

O grupo IV, que corresponde grosso modo, às ocupações de nível médio absorveu 8,6% das pessoas ocupadas em 1973 que entraram no mercado de trabalho no período 1950 a 1964, o que significou um incremento de quase 5,0% em relação ao período anterior, incremento este superado apenas pelo do grupo II. O grau de permanência neste grupo ocupacional foi bastante acentuado, quase 60%, embora o deslocamento para o grupo V tenha sido de certa forma relevante, cerca de 20%.

Das 84 mil pessoas que entraram no grupo V, 54,0% nele permaneciam em 1973 e cerca de 12,6% (10 mil pessoas) tiveram um deslocamento ocupacional ascendente. Dos que começaram a trabalhar em ocupações do grupo VI, 73,6% (cerca de 36 mil pessoas) nele se encontravam em 1973.

Quanto à análise inter-geracional, tem-se segundo as informações das tabelas 9a e 10a que os percentuais de "imobilidade" encontrados para o período 1950-1964 foram, de forma geral, menos reduzidos que aqueles encontrados para o período anterior a 1950. Para os filhos de trabalhadores manuais (grupos I, II e III) em deslocamentos ascendentes foram ligeiramente mais elevados em especial até o grupo IV, permanecendo, entretanto, o mesmo grau de dificuldade daqueles trabalhadores alcançarem os grupos de mais alta posição na escala ocupacional. Já para os filhos de trabalhadores com ocupações mais qualificadas (grupos IV, V e VI), o movimento verificado foi exata

mente inverso, ou seja, predominaram os deslocamentos ocupacionais descendentes, sendo importante ressaltar que para o grupo VI a "mobilidade" mais marcante foi em direção ao grupo IV.

### III.2.3 - PESSOAS OCUPADAS QUE INGRESSARAM NO MERCADO DE TRABALHO DE 1965 A 1973

Ao se analisar a força de trabalho de 1973 que teve sua primeira ocupação a partir de 1965 não se pode esquecer que para essas pessoas a primeira ocupação muitas vezes coincide com a ocupação atual e, portanto, não se pode esperar um grau de "mobilidade" ocupacional significativo neste curto espaço de tempo. No entanto, parece relevante verificar-se em que ocupações foi absorvida essa mão-de-obra que começou a trabalhar num momento em que o desempenho da economia foi bastante influenciado pela mudança no controle político da nação com a consequente redefinição dos objetivos da política econômica. Num primeiro momento, com a prioridade dada ao controle da inflação, as medidas adotadas passaram a favorecer certos grupos sociais em detrimento de outros. Com a contenção de crédito e de demanda provocou-se a falência de um certo número de empresas de pequeno e médio porte, privilegiando, consequentemente aquelas de maior escala operacional. Por outro lado, a nova política salarial acarretou uma perda progressiva do poder de compra do trabalhador,<sup>(20)</sup> ocasionando a entrada de um maior número de pessoas da família na força de trabalho (em especial, jovens e mulheres).

As transformações da estrutura produtiva causadas pela "recessão calculada" reforçando a hegemonia das grandes empresas, em geral sob o controle do Estado ou do capital estrangeiro, já se encontravam consolidadas para o período seguinte, 1968/1973, que foi marcado pela retomada do crescimento econômico. Uma política mais liberal de crédito foi adotada (dado que a inflação fora reduzida) facilitando o crescimento econômico, pois encontrou a economia com baixa utilização de capacidade produtiva e disponibilidade de mão-de-obra de baixo custo. Passou-se a recorrer, em medida cada vez mais ampla, ao capital estrangeiro, tanto em empréstimos como em financiamentos e, em menor escala, em investimentos diretos, passando o crescimento econômico a depender em grande monta de recursos externos. Os mecanismos internos de financiamento de médio e longo prazo foram também reforçados. Já no setor financeiro privado, executou-se uma política de fusões estimulando-se a formação de conglomerados financeiros. A participação direta do Estado foi também ampliada com a criação de muitas empresas governamentais (indústrias de base e de bens de capital), e de diversas subsidiárias e "holdings" setoriais.

Com efeito, na base produtiva urbana passaram a ganhar maior peso as grandes empresas estatais, as de capital estrangeiro e algumas nacionais, em especial nos setores industrial e financeiro, em detrimento dos pequenos estabelecimentos.

No que toca às transformações na estrutura ocupacional, o maior domínio do mercado por grandes empresas vai corresponder a uma demanda ocupacional por trabalhadores mais qualificados (processo de produção mais concentrado em capital constante, com alta tecnologia) e por pessoal administrativo de nível médio e superior (maior complexidade organizativa). Por outro lado, a deterioração do poder de compra da força de trabalho vai levar ao crescimento de ocupações de baixa posição na hierarquia ocupacional, devido à baixa qualificação do novo contingente de trabalhadores que se vê obrigado a entrar no mercado de trabalho, notadamente no setor prestação de serviços e na construção civil.

As informações da tabela 9b parecem confirmar as hipóteses levantadas anteriormente

(20) Ver a este respeito o capítulo sobre Distribuição de Renda.

te. Verifica-se, inicialmente, que cerca de 33,6% das pessoas que ingressaram no mercado de trabalho entre 1965 e 1973 o fizeram em ocupações do grupo II. Na medida em que esse grupo engloba as ocupações manuais urbanas de menor qualificação e remuneração e absorvem elevado contingente feminino, pode-se supor que o impacto de política salarial adotada a partir de 1965 tenha aumentado a necessidade de participação da mulher no sustento da família, assim como levado a uma maior participação dos menores. Afora isto, foi também expressiva a absorção de pessoas em ocupações do grupo IV, respondendo por 12,1% das que ingressaram no mercado de trabalho. Apesar da diminuição da proporção de pessoas que foram absorvidas nas ocupações manuais rurais em relação aos períodos anteriores, deve ser ressaltado que ainda cerca de 47% da força de trabalho que teve sua primeira ocupação nesse período foi absorvida em ocupações do grupo I.

A análise da trajetória ocupacional dos informantes que começaram a trabalhar entre 1965 e 1973 evidenciou um elevado grau de permanência nos grupos ocupacionais em que iniciaram sua vida profissional. Este grau de permanência variou de 87,3% no grupo I a 60,5% no grupo V (tabela 9a). Pode-se observar que os movimentos ascendentes mais significativos se referem ao grupo II, cujos trabalhadores conseguiram alcançar os grupos III e IV na ordem de 9,7% e 8,5%, respectivamente. Já os demais grupos apresentaram movimentos descendentes superiores aos ascendentes. Verificou-se ainda que os deslocamentos mais significativos ocorreram para aqueles que ingressaram no grupo V e que atualmente fazem parte do grupo IV. (gráfico 4)

Quanto aos deslocamentos inter-geracionais, pode-se observar em linhas gerais que das pessoas que começaram a trabalhar no período 1965-1973, aquelas cujos pais estavam nos grupos I, II, III e IV encontravam-se predominantemente nos grupos I e II (92,7% das pessoas do grupo I, 66,7% das do grupo II, 53,0% das do grupo III e 54,3% das do grupo IV). Quanto às pessoas que tinham pais nos grupos V e VI, é importante assinalar-se que mais de 40,0% delas tinham ocupações do grupo IV e somente uma pequena parcela delas (em torno de 11%) tinham ocupações de posição equivalente à de seus pais (tabela 10a).

Sintetizando as informações analisadas sobre a trajetória ocupacional das pessoas ocupadas em 1973, pode-se dizer que a estrutura ocupacional tem se modificado muito lentamente. Dessas pessoas, a maioria iniciou sua vida ativa em ocupações manuais do grupo I e II (mais de 90% antes de 1950, 84% entre 1950 e 1964 e 80% entre 1965 e 1973) neles permanecendo ao longo de sua vida profissional ou deslocou-se para grupos de hierarquia imediatamente superior. Já as pessoas que começaram a trabalhar em ocupações dos grupos V e VI ou que para eles se deslocaram constituem-se numa reduzida parcela da força de trabalho.

A análise das informações sobre a "mobilidade" inter-geracional também demonstrou que, independentemente do período em que começaram a trabalhar, as pessoas ocupadas em 1973 tendiam a reproduzir basicamente as condições ocupacionais de seus pais, quando estes pertenciam aos grupos de trabalhadores manuais (I, II e III) ou a reproduzir condições ainda menos favoráveis que as paternas, quando os pais tinham ocupações não manuais.

## BIBLIOGRAFIA

- 1 - Albuquerque, Guilhon J. A. - "Classe média: Caráter, Posição e Consciência de Classe" - em Classes Médias e Políticas no Brasil - Paz e Terra - Rio de Janeiro 1977.
- 2 - Almeida, Anna Luiza Osorio de - Distribuição de Renda e Emprego em Serviços - IPEA/INPES - Relatório de Pesquisa, 34 - Rio de Janeiro - 1976.
- 3 - Almeida, Wanderley J. M. de e Silva, Maria da Conceição - Dinâmica do Setor Serviços no Brasil - Emprego e Produto - IPEA - Coleção Relatório de Pesquisa 18 - Rio de Janeiro - 1973.
- 4 - Blau, Peter M. e Duncan, Otis Dudley - The American Occupational Structure - Wiley - New York 1967.
- 5 - Bourdieu, Pierre - "Condição de Classe e Posição de Classe" - em Hierarquia em Classes: Uma Introdução ao Estudo da Estratificação Social - Aguiar, Neuma (org.) - Zahar - Rio de Janeiro 1974.
- 6 - Boudon, Raymond - "Essai Sur la Mobilité Social en Utopie" - em Quality And Quantity: European Journal of Methodology, vol. 5 - 1971.
- 7 - Boudon, Raymond - Mathematical Structure of Social Mobility - Elsevier Scientific Publishing Company-New York - 1973.
- 8 - Glass, D. V. - Social Mobility in Britain - Ed. Routledge e Kegan Paul - 1954.
- 9 - Hoffmann, Helga - Desemprego e Subemprego no Brasil - Ensaio nº 24 - Editora Ática - 1977.
- 10 - Ianni, Octavio - Estado e Planejamento Econômico no Brasil - (1930-1970) - 2ª. Edição - Civilização Brasileira - Rio de Janeiro - 1977.
- 11 - Jelin, Elisabeth - "Formas de Organização da Atividade Econômica e Estrutura Ocupacional: O Caso de Salvador" - em Estudos CEBRAP 9 - 1974.
- 12 - Jelin, Elisabeth - "O Tempo Biográfico e a Mudança Histórica: Reflexões sobre o Uso de Histórias de Vida a partir da Experiência de Monterrey" - em Estudos CEBRAP 17 - 1976.
- 13 - Kowarick, Lúcio - Capitalismo e Marginalidade na América Latina - Paz e Terra - 2ª. Edição - Rio de Janeiro - 1977.
- 14 - Martini, George e Peliano, José Carlos P. - "Os Migrantes nos Mercados de Trabalho Metropolitanos" em Relatório Técnico, nº 32, MINTER - 1977.
- 15 - Martins, Luciano - "Estatização da Economia ou Privatização do Estado" - Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - domingo, 2 de outubro de 1977.
- 16 - Müller, S. M. - "The Concept and Measurement of Mobility" - Transactions of the Third World Congress of Sociology - Amsterdam - 1956.
- 17 - Müller, W. e Mayer, K. V. - "Progress in Social Mobility Research" - em Quality and Quantity: European Journal of Methodology, vol. 5 - 1971.
- 18 - Oliveira, Francisco de - A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista - Seleções CEBRAP 1 - Brasiliense, 2ª. Edição - São Paulo - 1976.

- 19 - *Oliveira, Francisco de* - A Economia da Dependência Imperfeita - Edições Graal - Rio de Janeiro - 1977.
- 20 - *Oliveira, J. S. e Prado, R. P. S.* - "O Biscateiro como uma Categoria de Trabalho: uma Análise Antropológica" em Revista Brasileira de Geografia, ano 36, nº 2 - 1974.
- 21 - *Pitrou, Agnès* - "Social Stratification and Career Mobility: Le Concept de Mobilité Sociale en Question" em Sociologie du Travail, nº 3 - 1975.
- 22 - *Rogoff N.* - Recent Trends in Occupational Mobility - Free Press - 1953.
- 23 - *Silva, N. V.* - Posição Social das Ocupações - IBGE - (mimeo) - 1974.
- 24 - *Singelmann, Joachim* - "Economic Development and the Occupational Structure" - Paper presented at the Annual Meetings of the Population Association of America - Montreal - (Mimeo) - 1976.
- 25 - *Sorokin, Pitirim* - Social Mobility - Harp and Brothers - New York - 1927.
- 26 - *Yasuda* - "A Methodological Inquiry in Social Mobility" em American Sociological Review, vol. 29 - 1964.

1 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL, (1) TOTAL E POR SEXO

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD(2)

1973

GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL .....	35 958 470	24 925 767	11 032 703	100,0	100,0	100,0	100,0	69,3	30,7
GRUPO I .....	14 171 049	10 383 662	3 787 387	39,4	41,7	34,3	100,0	73,3	26,7
II .....	9 340 784	4 583 199	4 757 585	26,0	18,4	43,1	100,0	49,1	50,9
III .....	4 971 402	4 611 862	359 540	13,8	18,5	3,3	100,0	92,8	7,2
IV .....	5 426 824	3 650 614	1 776 210	15,1	14,6	16,1	100,0	67,3	32,7
V .....	1 377 170	1 084 238	292 932	3,8	4,3	2,7	100,0	78,7	21,3
VI .....	671 241	612 192	59 049	1,9	2,5	0,5	100,0	91,2	8,8

FONTE: Suplemento Mão-de-Obra da PNAD/1973 - DEISO-IBGE.

NOTAS: (1) O grupo I é formado pelos trabalhadores manuais do setor primário; o grupo II é composto por ocupações ligadas à indústria "tradicional" e ao artesanato, aos serviços domésticos e ao comércio e outras ocupações manuais diversas (aí incluídos os serventes de pedreiros); o grupo III abarca a maioria das ocupações ligadas à indústria "dinâmica" e algumas "tradicionais", à construção civil, aos transportes e comunicações e algumas ocupações manuais mais qualificadas em serviços diversos; o grupo IV é formado pelos profissionais e técnicos de nível médio, proprietários na agricultura, no comércio e nos serviços de alojamentos e administradores no setor primário; os grupos V e VI pelos demais proprietários e administradores e os profissionais e técnicos de nível superior.

(2) Exclusivo os Sem declaração e as pessoas da área rural da Região VII (Região Norte e os Estados de Mato Grosso e Goiás).

2 - PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL (1) SEGUNDO O

SEXO E A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD (2)

1973

SEXO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	35 958 470	14 171 049	9 340 784	4 971 402	5 426 824	1 377 170	671 241
Empregados .....	19 794 912	4 139 004	6 964 989	3 823 441	3 461 844	1 046 196	359 438
Empregadores .....	1 811 974	28 824	46 064	173 945	1 083 924	247 109	232 108
Trabalhadores por conta própria .....	8 498 547	4 691 500	1 872 752	924 911	850 516	79 476	79 392
Membro da família sem remuneração .....	5 853 037	5 311 721	456 979	49 105	30 540	4 389	303
HOMENS .....	24 925 767	10 383 662	4 583 199	4 611 862	3 650 614	1 084 238	612 192
Empregados .....	13 763 500	3 474 528	3 733 506	3 507 904	1 950 922	777 960	318 680
Empregadores .....	1 711 299	28 002	35 700	170 042	1 022 718	232 526	222 311
Trabalhadores por conta própria .....	6 370 309	4 064 883	608 836	889 161	664 316	72 215	70 898
Membro da família sem remuneração .....	3 080 659	2 816 249	205 157	44 755	12 658	1 537	303
MULHERES .....	11 032 703	3 787 387	4 757 585	359 540	1 776 210	292 932	59 049
Empregados .....	6 031 412	664 476	3 231 483	315 537	1 510 922	268 236	40 758
Empregadores .....	100 675	822	10 364	3 903	61 206	14 583	9 797
Trabalhadores por conta própria .....	2 128 238	626 617	1 263 916	35 750	186 200	7 261	8 494
Membro da família sem remuneração .....	2 772 378	2 495 472	251 822	4 350	17 882	2 852	-

FONTE: Suplemento Mão de Obra da PNAD/1973 - DEISO-IBGE

NOTAS: (1) O grupo I é formado pelos trabalhadores manuais do setor primário; o grupo II é composto por ocupações ligadas à indústria "tradicional" e ao artesanato, aos serviços domésticos e ao comércio e outras ocupações manuais diversas (aí incluídos os serventes de pedreiros); o grupo III abarca a maioria das ocupações ligadas à indústria "dinâmica" e algumas "tradicionais", à construção civil, aos transportes e comunicações e algumas ocupações manuais mais qualificadas em serviços diversos; o grupo IV é formado pelos profissionais e técnicos de nível médio, proprietários na agricultura, no comércio e nos serviços de alojamentos e administradores no setor primário; os grupos V e VI pelos demais proprietários e administradores e os profissionais e técnicos de nível superior.

(2) Exclusivo os Sem declaração e as pessoas da área rural da Região VII (Região Norte e os Estados de Mato Grosso e Goiás).

2a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO  
ATUAL, SEGUNDO O SEXO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1973

SEXO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados .....	55,1	29,2	74,6	76,9	63,8	76,0	53,5
Empregadores .....	5,0	0,2	0,5	3,5	20,0	17,9	34,6
Trabalhadores por conta pró- pria .....	23,6	33,1	20,0	18,6	15,7	5,8	11,9
Membro da família sem remunera- ção .....	16,3	37,5	4,9	1,0	0,5	0,3	0,0
HOMENS .....	69,3	73,3	49,1	92,8	67,4	78,7	91,2
Empregados .....	38,3	24,5	40,0	70,6	36,0	56,5	47,5
Empregadores .....	4,7	0,2	0,4	3,4	18,9	16,9	33,1
Trabalhadores por conta pró- pria .....	17,7	28,7	6,5	17,9	12,3	5,2	10,6
Membro da família sem remunera- ção .....	8,6	19,9	2,2	0,9	0,2	0,1	0,0
MULHERES .....	30,7	26,7	50,9	7,2	32,6	21,3	8,8
Empregados .....	16,8	4,7	34,6	6,3	27,8	19,5	6,0
Empregadores .....	0,3	0,0	0,1	0,1	1,1	1,0	1,5
Trabalhadores por conta pró- pria .....	5,9	4,4	13,5	0,7	3,4	0,6	1,3
Membro da família sem remunera- ção .....	7,7	17,6	2,7	0,1	0,3	0,2	-

FONTE: Suplemento Mão-de-Obra da PNAD/1973 - DEISO-IBGE.

2b - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR SEXO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO,  
SEGUNDO GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1973

SEXO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	100,0	39,4	26,0	13,8	15,1	3,8	1,9
Empregados .....	100,0	20,9	35,2	19,3	17,5	5,3	1,8
Empregadores .....	100,0	1,6	2,6	9,6	59,8	13,6	12,8
Trabalhadores por conta pró- pria .....	100,0	55,2	22,0	10,9	10,0	1,0	0,9
Membro da família sem remunera- ção .....	100,0	90,8	7,8	0,8	0,5	0,1	0,0
HOMENS .....	100,0	41,7	18,4	18,5	14,6	4,3	2,5
Empregados .....	100,0	25,2	27,1	25,5	14,2	5,7	2,3
Empregadores .....	100,0	1,6	2,1	9,9	59,8	13,6	13,0
Trabalhadores por conta pró- pria .....	100,0	63,8	9,6	14,0	10,4	1,1	1,1
Membro da família sem remunera- ção .....	100,0	91,4	6,7	1,4	0,4	0,1	0,0
MULHERES .....	100,0	34,3	43,1	3,3	16,1	2,7	0,5
Empregados .....	100,0	11,0	53,6	5,2	25,0	4,5	0,7
Empregadores .....	100,0	0,8	10,3	3,9	60,8	14,5	9,7
Trabalhadores por conta pró- pria .....	100,0	29,4	59,4	1,7	8,8	0,3	0,4
Membro da família sem remunera- ção .....	100,0	90,0	9,1	0,2	0,6	0,1	-

FONTE: Suplemento Mão-de-Obra da PNAD/1973 - DEISO-IBGE.

3 - EMPREGADOS RECEBENDO SOMENTE EM DINHEIRO, POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL<sup>(1)</sup> SEGUNDO  
O SEXO E GRUPOS DE SALÁRIO MENSAL

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD<sup>(2)</sup>

1973

SEXO E GRUPOS DE SALÁRIO MENSAL (SALÁRIO-MÍNIMO)	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	16 227 031	2 986 310	4 849 101	3 674 582	3 351 317	1 014 394	351 327
Até 1/4 do salário-mínimo	682 823	295 003	296 683	34 705	54 840	1 592	-
Mais de 1/4 a 1/2 .....	1 745 009	932 428	572 562	97 921	135 639	6 459	-
Mais de 1/2 a 1 .....	4 686 106	1 300 731	2 072 103	684 703	586 596	38 417	3 556
Mais de 1 a 2 .....	4 661 129	408 697	1 538 264	1 515 334	1 055 316	131 073	12 445
Mais de 2 a 3 .....	1 884 361	36 141	252 822	798 522	639 909	132 077	24 890
Mais de 3 a 5 .....	1 318 931	10 638	92 886	424 883	517 573	224 323	48 628
Mais de 5 a 7 .....	465 889	1 506	16 656	74 396	175 034	151 401	46 896
Mais de 7 a 10 .....	369 871	946	4 986	35 112	109 118	155 276	64 433
Mais de 10 a 15 .....	215 889	220	1 501	7 459	57 373	86 225	63 111
Mais de 15 .....	197 023	-	638	1 547	19 919	87 551	87 368
HOMENS .....	12 108 996	2 437 129	3 379 783	3 371 885	1 859 098	749 878	311 223
Até 1/4 do salário-mínimo	314 226	161 696	115 646	28 096	8 074	714	-
Mais de 1/4 a 1/2 .....	1 142 413	710 153	311 580	80 664	36 031	3 985	-
Mais de 1/2 a 1 .....	3 393 745	1 137 761	1 434 561	573 407	223 300	21 917	2 799
Mais de 1 a 2 .....	3 567 358	379 304	1 197 368	1 393 001	509 723	78 827	9 135
Mais de 2 a 3 .....	1 500 606	35 120	215 339	766 452	379 619	84 796	19 280
Mais de 3 a 5 .....	1 092 369	10 423	83 265	412 746	384 613	161 566	39 756
Mais de 5 a 7 .....	394 250	1 506	16 040	73 786	146 143	118 189	38 586
Mais de 7 a 10 .....	312 237	946	3 845	34 771	97 384	117 990	57 301
Mais de 10 a 15 .....	199 902	220	1 501	7 459	54 756	76 995	58 971
Mais de 15 .....	191 890	-	638	1 503	19 455	84 899	85 395
MULHERES .....	4 118 035	549 181	1 469 318	302 697	1 492 219	264 516	40 104
Até 1/4 do salário-mínimo	368 597	133 307	181 037	6 609	46 766	878	-
Mais de 1/4 a 1/2 .....	602 596	222 275	260 982	17 257	99 608	2 474	-
Mais de 1/2 a 1 .....	1 292 361	162 970	637 542	111 296	363 296	16 500	757
Mais de 1 a 2 .....	1 093 771	29 393	340 896	122 333	545 593	52 246	3 310
Mais de 2 a 3 .....	383 755	1 021	37 483	32 070	260 290	47 281	5 610
Mais de 3 a 5 .....	226 562	215	9 621	12 137	132 960	62 757	8 872
Mais de 5 a 7 .....	71 639	-	616	610	28 891	33 212	8 310
Mais de 7 a 10 .....	57 634	-	1 141	341	11 734	37 286	7 132
Mais de 10 a 15 .....	15 987	-	-	-	2 617	9 230	4 140
Mais de 15 .....	5 133	-	-	44	464	2 652	1 973

FONTE: Suplemento Mão-de-Obra da PNAD/1973 - DEISO-IBGE.

NOTAS: (1)

O grupo I é formado pelos trabalhadores manuais do setor primário; o grupo II é composto por ocupações ligadas à indústria "tradicional" e ao artesanato, aos serviços domésticos e ao comércio e outras ocupações manuais diversas (aí incluídos os serventes de pedreiros); o grupo III abarca a maioria das ocupações ligadas à indústria "dinâmica" e algumas "tradicionalistas", à construção civil, aos transportes e comunicações e algumas ocupações manuais mais qualificadas em serviços diversos; o grupo IV é formado pelos profissionais e técnicos de nível médio, proprietários na agricultura, no comércio e nos serviços de alojamentos e administradores no setor primário; os grupos V e VI pelos demais proprietários e administradores e os profissionais e técnicos de nível superior.

(2)

Exclui-se os Sem declaração e as pessoas da área rural da Região VII (Região Norte e os Estados de Mato Grosso e Goiás).

3a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADOS RECEBENDO SOMENTE EM DINHEIRO POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO  
ATUAL SEGUNDO O SEXO E GRUPOS DE SALÁRIO MENSAL

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1973

SEXO E GRUPOS DE SALÁRIO MENSAL (SALÁRIO-MÍNIMO)	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/4 do salário-mínimo .....	4,2	9,9	6,1	1,0	1,6	0,2	-
Mais de 1/4 a 1/2 .....	10,8	31,2	11,8	2,7	4,1	0,6	-
Mais de 1/2 a 1 .....	28,9	43,6	42,8	18,6	17,5	3,7	1,0
Mais de 1 a 2 .....	28,7	13,7	31,7	41,2	31,5	12,9	3,5
Mais de 2 a 3 .....	11,7	1,2	5,3	21,8	19,1	13,1	7,1
Mais de 3 a 5 .....	8,1	0,3	1,9	11,5	15,5	22,1	13,8
Mais de 5 a 7 .....	2,8	0,1	0,3	2,0	5,2	14,9	13,4
Mais de 7 a 10 .....	2,3	0,0	0,1	1,0	3,2	15,3	18,3
Mais de 10 a 15 .....	1,3	0,0	0,0	0,2	1,7	8,5	18,0
Mais de 15 .....	1,2	-	0,0	0,0	0,6	8,7	24,9
HOMENS .....	74,6	81,6	69,7	91,8	55,5	73,9	88,6
Até 1/4 do salário-mínimo .....	1,9	5,4	2,4	0,8	0,2	0,1	-
Mais de 1/4 a 1/2 .....	7,1	23,8	6,4	2,2	1,1	0,4	-
Mais de 1/2 a 1 .....	20,9	38,1	29,6	15,6	6,7	2,1	0,8
Mais de 1 a 2 .....	22,0	12,7	24,7	37,9	15,2	7,8	2,6
Mais de 2 a 3 .....	9,3	1,2	4,5	20,9	11,3	8,4	5,5
Mais de 3 a 5 .....	6,7	0,3	1,7	11,2	11,5	15,9	11,3
Mais de 5 a 7 .....	2,4	0,1	0,3	2,0	4,4	11,6	11,0
Mais de 7 a 10 .....	1,9	0,0	0,1	1,0	2,9	11,6	16,3
Mais de 10 a 15 .....	1,2	0,0	0,0	0,2	1,6	7,6	16,8
Mais de 15 .....	1,2	-	0,0	0,0	0,6	8,4	24,3
MULHERES .....	25,4	18,4	30,3	8,2	44,5	26,5	11,4
Até 1/4 do salário-mínimo .....	2,3	4,5	3,7	0,2	1,4	0,1	-
Mais de 1/4 a 1/2 .....	3,7	7,4	5,4	0,5	3,0	0,2	-
Mais de 1/2 a 1 .....	8,0	5,5	13,2	3,0	10,8	1,6	0,2
Mais de 1 a 2 .....	6,7	1,0	7,0	3,3	16,3	5,1	0,9
Mais de 2 a 3 .....	2,4	0,0	0,8	0,9	7,8	4,7	1,6
Mais de 3 a 5 .....	1,4	0,0	0,2	0,3	4,0	6,2	2,5
Mais de 5 a 7 .....	0,4	-	0,0	0,0	0,8	3,3	2,4
Mais de 7 a 10 .....	0,4	-	0,0	0,0	0,3	3,7	2,0
Mais de 10 a 15 .....	0,1	-	-	-	0,1	0,9	1,2
Mais de 15 .....	0,0	-	-	0,0	0,0	0,3	0,6

FONTE: Suplemento Mão-de-Obra da PNAD/1973 - DEISO-IBGE

4 - EMPREGADOS RECEBENDO EM DINHEIRO ALÉM DE PARTE EM BENS POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL<sup>(1)</sup>  
SEGUNDO O SEXO E GRUPOS DE SALÁRIO MENSAL

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD<sup>(2)</sup>

1973

SEXO E GRUPOS DE SALÁRIO MENSAL (SALÁRIO-MÍNIMO)	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	3 422 598	1 107 662	2 040 067	143 450	99 315	26 359	5 745
Até 1/4 do salário-mínimo ..	687 781	153 258	529 821	2 369	2 333	-	-
Mais de 1/4 a 1/2 .....	1 066 345	361 936	697 060	3 669	3 316	364	-
Mais de 1/2 a 1 .....	1 162 007	478 969	608 979	39 617	31 018	3 424	-
Mais de 1 a 2 .....	378 822	97 438	175 451	66 642	32 829	6 462	-
Mais de 2 a 3 .....	70 116	11 080	22 210	21 108	13 091	2 606	21
Mais de 3 a 5 .....	32 118	3 724	6 127	7 348	9 243	4 709	967
Mais de 5 a 7 .....	8 351	940	419	1 932	2 959	1 227	874
Mais de 7 a 10 .....	7 444	-	-	450	3 193	3 801	-
Mais de 10 a 15 .....	4 711	317	-	315	1 312	1 383	1 384
Mais de 15 .....	4 903	-	-	-	21	2 383	2 499
HOMENS .....	1 586 080	1 003 125	334 288	131 341	87 342	24 239	5 745
Até 1/4 do salário-mínimo ..	142 717	103 737	35 902	1 693	1 385	-	-
Mais de 1/4 a 1/2 .....	389 977	321 519	63 392	2 880	2 099	87	-
Mais de 1/2 a 1 .....	650 105	465 104	122 316	33 378	26 417	2 890	-
Mais de 1 a 2 .....	288 546	96 762	93 603	62 875	29 550	5 756	-
Mais de 2 a 3 .....	60 173	11 022	14 671	20 470	11 383	2 606	21
Mais de 3 a 5 .....	29 213	3 724	3 985	7 348	9 023	4 166	967
Mais de 5 a 7 .....	8 351	940	419	1 932	2 959	1 227	874
Mais de 7 a 10 .....	7 384	-	-	450	3 193	3 741	-
Mais de 10 a 15 .....	4 711	317	-	315	1 312	1 383	1 384
Mais de 15 .....	4 903	-	-	-	21	2 383	2 499
MULHERES .....	1 836 518	104 537	1 705 779	12 109	11 973	2 120	-
Até 1/4 do salário-mínimo ..	545 064	49 521	493 919	676	948	-	-
Mais de 1/4 a 1/2 .....	676 368	40 417	633 668	789	1 217	277	-
Mais de 1/2 a 1 .....	511 902	13 865	486 663	6 239	4 601	534	-
Mais de 1 a 2 .....	90 276	676	81 848	3 767	3 279	706	-
Mais de 2 a 3 .....	9 943	58	7 539	638	1 708	-	-
Mais de 3 a 5 .....	2 905	-	2 142	-	220	543	-
Mais de 5 a 7 .....	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 7 a 10 .....	60	-	-	-	-	60	-
Mais de 10 a 15 .....	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 15 .....	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Suplemento Não-de-Obra da PNAD/1973 - DEISO-IBGE.

NOTAS: (1) O grupo I é formado pelos trabalhadores manuais do setor primário; o grupo II é composto por ocupações ligadas à indústria "tradicional" e ao artesanato, aos serviços domésticos e ao comércio e outras ocupações manuais diversas (af incluídos os serventes de pedreiros); o grupo III abarca a maioria das ocupações ligadas à indústria "dinâmica" e algumas "tradicional", à construção civil, aos transportes e comunicações e algumas ocupações manuais mais qualificadas em serviços diversos; o grupo IV é formado pelos profissionais e técnicos de nível médio, proprietários na agricultura, no comércio e nos serviços de alojamento e administradores no setor primário; os grupos V e VI pelos demais proprietários e administradores e os profissionais e técnicos de nível superior.

(2) Exclusivo os Sem declaração e as pessoas da área rural da Região VII (Região Norte e os Estados de Mato Grosso e Goiás).

4a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADOS RECEBENDO EM DINHEIRO ALEM DE PARTE EM BENS POR  
GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL SEGUNDO O SEXO E GRUPOS DE SALÁRIO MENSAL

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1973

SEXO E GRUPOS DE SALÁRIO MENSAL (SALÁRIO-MÍNIMO)	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/4 do salário-mínimo.	20,1	13,9	26,0	1,7	2,4	-	-
Mais de 1/4 a 1/2 .....	31,2	32,6	34,2	2,5	3,3	1,4	-
Mais de 1/2 a 1 .....	34,0	43,3	29,8	27,6	31,2	13,0	-
Mais de 1 a 2 .....	11,0	8,8	8,6	46,4	33,1	24,5	-
Mais de 2 a 3 .....	2,1	1,0	1,1	14,8	13,2	9,9	0,4
Mais de 3 a 5 .....	1,0	0,3	0,3	5,1	9,3	17,9	16,8
Mais de 5 a 7 .....	0,2	0,1	0,0	1,4	3,0	4,7	15,2
Mais de 7 a 10 .....	0,2	-	-	0,3	3,2	14,4	-
Mais de 10 a 15 .....	0,1	0,0	-	0,2	1,3	5,2	24,1
Mais de 15 .....	0,1	-	-	-	0,0	9,0	43,5
HOMENS .....	46,3	90,5	16,4	91,6	88,0	91,9	100,0
Até 1/4 do salário-mínimo.	4,2	9,4	1,8	1,2	1,4	-	-
Mais de 1/4 a 1/2 .....	11,4	29,0	3,1	2,0	2,1	0,3	-
Mais de 1/2 a 1 .....	19,0	42,0	6,0	23,3	26,6	11,0	-
Mais de 1 a 2 .....	8,4	8,7	4,6	43,8	29,8	21,8	-
Mais de 2 a 3 .....	1,8	1,0	0,7	14,3	11,5	9,9	0,4
Mais de 3 a 5 .....	0,9	0,3	0,2	5,1	9,1	15,8	16,8
Mais de 5 a 7 .....	0,2	0,1	0,0	1,4	3,0	4,7	15,2
Mais de 7 a 10 .....	0,2	-	-	0,3	3,2	14,2	-
Mais de 10 a 15 .....	0,1	0,0	-	0,2	1,3	5,2	24,1
Mais de 15 .....	0,1	-	-	-	0,0	9,0	43,5
MULHERES .....	53,7	9,5	83,6	8,4	12,0	8,1	-
Até 1/4 do salário-mínimo.	15,9	4,5	24,2	0,5	1,0	-	-
Mais de 1/4 a 1/2 .....	19,8	3,6	31,1	0,5	1,2	1,1	-
Mais de 1/2 a 1 .....	15,0	1,3	23,8	4,3	4,6	2,0	-
Mais de 1 a 2 .....	2,6	0,1	4,0	2,6	3,3	2,7	-
Mais de 2 a 3 .....	0,3	0,0	0,4	0,5	1,7	-	-
Mais de 3 a 5 .....	0,1	-	0,1	-	0,2	2,1	-
Mais de 5 a 7 .....	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 7 a 10 .....	0,0	-	-	-	-	0,2	-
Mais de 10 a 15 .....	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 15 .....	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Suplemento Mão-de-Obra da PNAD/1973 - DEISO-IBGE

5 - EMPREGADOS POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL<sup>(1)</sup> SEGUNDO O SEXO E  
A FORMA DE PAGAMENTO

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD (2)

1973

SEXO E FORMA DE PAGAMENTO	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	19 760 931	4 136 647	6 951 336	3 819 495	3 453 801	1 042 580	357 072
Recebendo somente em dinheiro .....	16 227 031	2 986 310	4 849 101	3 674 582	3 351 317	1 014 394	351 327
Recebendo em dinheiro além de parte em bens .....	3 422 598	1 107 662	2 040 067	143 450	99 315	26 359	5 745
Recebendo somente em bens .....	111 302	42 675	62 168	1 463	3 169	1 827	-
HOMENS .....	13 743 509	3 472 822	3 726 682	3 504 172	1 947 794	775 071	316 968
Recebendo somente em dinheiro .....	12 108 996	2 437 129	3 379 783	3 371 885	1 859 098	749 878	311 223
Recebendo em dinheiro além de parte em bens .....	1 586 080	1 003 125	334 288	131 341	87 342	24 239	5 745
Recebendo somente em bens .....	48 433	32 568	12 611	946	1 354	954	-
MULHERES .....	6 017 422	663 825	3 224 654	315 323	1 506 007	267 509	40 104
Recebendo somente em dinheiro .....	4 118 035	549 181	1 469 318	302 697	1 492 219	264 516	40 104
Recebendo em dinheiro além de parte em bens .....	1 836 518	104 537	1 705 779	12 109	11 973	2 120	-
Recebendo somente em bens .....	62 869	10 107	49 557	517	1 815	873	-

FONTE: Suplemento mão-de-obra da PNAD/1973 - DEISO-IBGE

NOTAS: (1) O grupo I é formado pelos trabalhadores manuais do setor primário; o grupo II é composto por ocupações ligadas à indústria "tradicional" e ao artesanato, aos serviços domésticos e ao comércio e outras ocupações manuais diversas (af incluídos os serventes de pedreiros); o grupo III abarca a maioria das ocupações ligadas à indústria "dinâmica" e algumas "tradicionalistas", à construção civil, aos transportes e comunicações e algumas ocupações manuais mais qualificadas em serviços diversos; o grupo IV é formado pelos profissionais e técnicos de nível médio, proprietários na agricultura, no comércio e nos serviços de alojamentos e administradores no setor primário; os grupos V e VI pelos demais proprietários e administradores e os profissionais e técnicos de nível superior.

(2) Exclusivo os sem declaração, os que não declararam a forma de pagamento e as pessoas da área rural da Região VII (Região Norte e os Estados de Mato-Grosso e Goiás).

5a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADOS POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL SEGUNDO  
O SEXO E A FORMA DE PAGAMENTO  
TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD  
1973

SEXO E FORMA DE PAGAMENTO	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Recebendo somente em dinheiro .....	82,1	72,2	69,8	96,2	97,0	97,3	98,4
Recebendo em dinheiro além de parte em bens .....	17,3	26,8	29,3	3,8	2,9	2,5	1,6
Recebendo somente em bens .....	0,6	1,0	0,9	0,0	0,1	0,2	-
HOMENS .....	69,6	84,0	53,6	91,8	56,4	74,3	88,8
Recebendo somente em dinheiro .....	61,3	58,9	48,6	88,3	53,8	71,9	87,2
Recebendo em dinheiro além de parte em bens .....	8,0	24,3	4,8	3,5	2,6	2,3	1,6
Recebendo somente em bens .....	0,3	0,8	0,2	0,0	0,0	0,1	-
MULHERES .....	30,4	16,0	46,4	8,2	43,6	25,7	11,2
Recebendo somente em dinheiro .....	20,8	13,3	21,2	7,9	43,2	25,4	11,2
Recebendo em dinheiro além de parte em bens .....	9,3	2,5	24,5	0,3	0,3	0,2	-
Recebendo somente em bens .....	0,3	0,2	0,7	0,0	0,1	0,1	-

FONTE: Suplemento Mão-de-Obra da PNAD/1973 - DEISO-IBGE.

5b - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADOS POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL  
SEGUNDO O SEXO E A FORMA DE PAGAMENTO  
TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD  
1973

SEXO E FORMA DE PAGAMENTO	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
HOMENS .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Recebendo somente em dinheiro .....	88,1	70,2	90,7	96,2	95,4	96,8	98,2
Recebendo em dinheiro além de parte em bens .....	11,5	28,9	9,0	3,8	4,5	3,1	1,8
Recebendo somente em bens .....	0,4	0,9	0,3	0,0	0,1	0,1	-
MULHERES .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Recebendo somente em dinheiro .....	68,4	82,7	45,6	96,0	99,1	98,9	100,0
Recebendo em dinheiro além de parte em bens .....	30,5	15,8	52,9	3,8	0,8	0,8	-
Recebendo somente em bens .....	1,1	1,5	1,5	0,2	0,1	0,3	-

FONTE: Suplemento Mão-de-Obra da PNAD/1973 - DEISO-IBGE.

6 - TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL <sup>(1)</sup> SEGUNDO O SEXO

## E GRUPOS DE GANHO LÍQUIDO MENSAL

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD <sup>(2)</sup>

1973

SEXO E GRUPOS DE GANHO LÍQUIDO MENSAL (SALÁRIO-MÍNIMO)	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	8 399 395	4 601 477	1 871 660	924 159	845 338	78 222	78 539
Até 1/4 do salário-mínimo	1 234 510	614 715	570 010	11 706	36 690	645	744
Mais de 1/4 a 1/2 .....	1 796 031	1 234 776	442 081	40 628	76 131	1 496	919
Mais de 1/2 a 1 .....	2 290 344	1 488 418	465 492	159 073	169 986	4 580	2 795
Mais de 1 a 2 .....	1 722 540	850 007	269 403	334 896	243 289	15 341	9 604
Mais de 2 a 3 .....	455 718	175 943	58 157	120 790	87 524	7 814	5 490
Mais de 3 a 5 .....	532 503	160 035	45 412	157 312	136 407	19 533	13 804
Mais de 5 a 7 .....	169 239	37 979	14 441	50 731	44 156	10 224	11 708
Mais de 7 a 10 .....	118 432	23 729	4 671	36 035	28 848	8 718	16 431
Mais de 10 a 15 .....	45 478	12 120	944	8 072	11 299	5 552	7 491
Mais de 15 .....	34 600	3 755	1 049	4 916	11 008	4 319	9 553
HOMENS .....	6 287 022	3 988 290	608 175	888 616	660 935	70 961	70 045
Até 1/4 do salário-mínimo	448 893	381 680	52 132	6 588	8 167	326	-
Mais de 1/4 a 1/2 .....	1 150 208	968 276	104 567	36 606	40 143	420	196
Mais de 1/2 a 1 .....	1 889 750	1 403 388	205 099	150 611	124 682	3 639	2 331
Mais de 1 a 2 .....	1 529 079	829 686	153 037	323 049	202 264	13 243	7 800
Mais de 2 a 3 .....	421 103	171 888	38 194	119 176	79 195	7 487	5 163
Mais de 3 a 5 .....	496 828	157 384	36 879	153 788	118 549	17 952	12 276
Mais de 5 a 7 .....	159 283	36 762	12 511	49 997	40 174	10 125	9 714
Mais de 7 a 10 .....	114 911	23 351	3 763	35 813	28 244	8 120	15 620
Mais de 10 a 15 .....	44 490	12 120	944	8 072	10 331	5 532	7 491
Mais de 15 .....	32 477	3 755	1 049	4 916	9 186	4 117	9 454
MULHERES .....	2 112 373	613 187	1 263 485	35 543	184 403	7 261	8 494
Até 1/4 do salário-mínimo	785 617	233 035	517 878	5 188	28 523	319	744
Mais de 1/4 a 1/2 .....	645 823	266 500	337 514	4 022	35 988	1 076	723
Mais de 1/2 a 1 .....	400 594	85 030	260 393	8 462	45 304	941	464
Mais de 1 a 2 .....	193 461	20 321	116 366	11 847	41 025	2 098	1 804
Mais de 2 a 3 .....	34 615	4 055	19 963	1 614	8 329	327	327
Mais de 3 a 5 .....	35 675	2 651	8 533	3 524	17 858	1 581	1 528
Mais de 5 a 7 .....	9 956	1 217	1 930	734	3 982	99	1 994
Mais de 7 a 10 .....	3 521	378	908	222	604	598	811
Mais de 10 a 15 .....	988	-	-	-	968	20	-
Mais de 15 .....	2 123	-	-	-	1 822	202	99

FONTE: Suplemento Mão-de-Obra da PNAD/1973 - DEISO-IBGE.

NOTAS: (1) O grupo I é formado pelos trabalhadores manuais do setor primário; o grupo II é composto por ocupações ligadas à indústria "tradicional" e ao artesanato, aos serviços domésticos e ao comércio e outras ocupações manuais diversas (afincludos os serventes de pedreiros); o grupo III abarca a maioria das ocupações ligadas à indústria "dinâmica" e algumas "tradicionais, a construção civil, aos transportes e comunicações e algumas ocupações manuais mais qualificadas em serviços diversos; o grupo IV é formado pelos profissionais e técnicos de nível médio, proprietários na agricultura, no comércio e nos serviços de alojamento e administradores no setor primário; os grupos V e VI pelos demais proprietários e administradores e os profissionais e técnicos de nível superior.

(2) Excluído os Sem declaração e as pessoas da área rural da Região VII (Região Norte e os Estados de Mato Grosso e Goiás).

6a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA, POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO  
ATUAL SEGUNDO O SEXO E GRUPOS DE GANHO LÍQUIDO MENSAL

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1973

SEXO E GRUPOS DE GANHO LÍQUIDO MENSAL (SALÁRIO-MÍNIMO)	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/4 do salário-mínimo ..	14,7	13,4	30,5	1,3	4,4	0,8	1,0
Mais de 1/4 a 1/2 .....	21,4	26,8	23,6	4,4	9,0	1,9	1,2
Mais de 1/2 a 1 .....	27,3	32,3	24,8	17,2	20,1	5,9	3,6
Mais de 1 a 2 .....	20,5	18,4	14,4	36,2	28,8	19,6	12,2
Mais de 2 a 3 .....	5,4	3,9	3,1	13,1	10,4	10,0	7,0
Mais de 3 a 5 .....	6,3	3,5	2,5	17,0	16,1	24,9	17,6
Mais de 5 a 7 .....	2,0	0,8	0,8	5,5	5,2	13,0	14,9
Mais de 7 a 10 .....	1,5	0,5	0,2	3,9	3,4	11,2	20,9
Mais de 10 a 15 .....	0,5	0,3	0,0	0,9	1,3	7,1	9,5
Mais de 15 .....	0,4	0,1	0,1	0,5	1,3	5,6	12,1
HOMENS .....	74,8	86,7	32,5	96,1	78,0	90,7	89,2
Até 1/4 do salário-mínimo ..	5,3	8,3	2,8	0,7	1,0	0,4	-
Mais de 1/4 a 1/2 .....	13,7	21,0	5,6	4,0	4,7	0,5	0,3
Mais de 1/2 a 1 .....	22,5	30,5	10,9	16,3	14,7	4,7	3,0
Mais de 1 a 2 .....	18,2	18,0	8,2	34,9	23,9	16,9	9,9
Mais de 2 a 3 .....	5,0	3,8	2,0	12,9	9,4	9,6	6,6
Mais de 3 a 5 .....	5,9	3,4	2,0	16,6	14,0	22,9	15,6
Mais de 5 a 7 .....	1,9	0,8	0,7	5,4	4,7	12,9	12,4
Mais de 7 a 10 .....	1,4	0,5	0,2	3,9	3,3	10,4	19,9
Mais de 10 a 15 .....	0,5	0,3	0,0	0,9	1,2	7,1	9,5
Mais de 15 .....	0,4	0,1	0,1	0,5	1,1	5,3	12,0
MULHERES .....	25,2	13,3	67,5	3,9	22,0	9,3	10,8
Até 1/4 do salário-mínimo ..	9,4	5,1	27,7	0,6	3,4	0,4	1,0
Mais de 1/4 a 1/2 .....	7,7	5,8	18,0	0,4	4,3	1,4	0,9
Mais de 1/2 a 1 .....	4,8	1,8	13,9	0,9	5,4	1,2	0,6
Mais de 1 a 2 .....	2,3	0,4	6,2	1,3	4,9	2,7	2,3
Mais de 2 a 3 .....	0,4	0,1	1,1	0,2	1,0	0,4	0,4
Mais de 3 a 5 .....	0,4	0,1	0,5	0,4	2,1	2,0	2,0
Mais de 5 a 7 .....	0,1	0,0	0,1	0,1	0,5	0,1	2,5
Mais de 7 a 10 .....	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,8	1,0
Mais de 10 a 15 .....	0,0	-	-	-	0,1	0,0	-
Mais de 15 .....	0,0	-	-	-	0,2	0,3	0,1

FONTE: Suplemento Mão-de-Obra da PNAD/1973 - DE ISO-IBGE

7 EMPREGADORES POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL<sup>(1)</sup> SEGUNDO O SEXO E GRUPOS  
DE GANHO LÍQUIDO MENSAL  
TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD<sup>(2)</sup>  
1973

SEXO E GRUPOS DE GANHO LÍQUIDO MENSAL (SALÁRIO-MÍNIMO)	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	1 799 104	28 384	45 749	172 452	1 076 313	246 531	229 675
Até 1/2 do salário-mínimo ..	77 427	640	2 660	641	68 283	3 697	1 506
Mais de 1/2 a 1 .....	196 014	6 521	9 311	7 454	158 241	10 049	4 438
Mais de 1 a 2 .....	380 198	7 641	14 007	42 489	264 208	31 766	20 087
Mais de 2 a 3 .....	192 061	3 622	6 141	25 798	119 698	22 402	14 400
Mais de 3 a 5 .....	354 718	5 293	9 035	52 674	183 982	63 876	39 858
Mais de 5 a 7 .....	181 350	2 090	2 354	21 340	93 593	33 251	28 722
Mais de 7 a 10 .....	169 364	1 488	1 940	13 567	80 358	28 480	43 531
Mais de 10 a 15 .....	94 178	321	-	3 516	46 470	18 917	24 954
Mais de 15 .....	153 794	768	301	4 973	61 480	34 093	52 179
HOMENS .....	1 698 979	27 562	35 385	168 549	1 015 657	231 948	219 878
Até 1/2 do salário-mínimo ..	63 890	330	878	641	57 304	3 231	1 506
Mais de 1/2 a 1 .....	181 347	6 319	7 049	7 454	146 643	9 539	4 343
Mais de 1 a 2 .....	360 034	7 331	11 196	41 076	251 209	30 207	19 015
Mais de 2 a 3 .....	181 705	3 622	3 838	25 160	114 083	21 524	13 478
Mais de 3 a 5 .....	334 460	5 293	7 924	51 410	173 188	59 816	36 829
Mais de 5 a 7 .....	175 788	2 090	2 259	20 773	91 527	32 176	26 963
Mais de 7 a 10 .....	160 387	1 488	1 940	13 546	75 878	25 721	41 814
Mais de 10 a 15 .....	92 210	321	-	3 516	45 964	17 993	24 416
Mais de 15 .....	149 158	768	301	4 973	59 861	31 741	51 514
MULHERES .....	100 125	822	10 364	3 903	60 656	14 583	9 797
Até 1/2 do salário-mínimo ..	13 537	310	1 782	-	10 979	466	-
Mais de 1/2 a 1 .....	14 667	202	2 262	-	11 598	510	95
Mais de 1 a 2 .....	20 164	310	2 811	1 413	12 999	1 559	1 072
Mais de 2 a 3 .....	10 356	-	2 303	638	5 615	878	922
Mais de 3 a 5 .....	20 258	-	1 111	1 264	10 794	4 060	3 029
Mais de 5 a 7 .....	5 562	-	95	567	2 066	1 075	1 759
Mais de 7 a 10 .....	8 977	-	-	21	4 480	2 759	1 717
Mais de 10 a 15 .....	1 968	-	-	-	506	924	538
Mais de 15 .....	4 636	-	-	-	1 619	2 352	665

FONTE: Suplemento Não-de-Obra da PNAD/1973 - DE150-IBGE

NOTAS: (1) O grupo I é formado pelos trabalhadores manuais do setor primário; o grupo II é composto por ocupações ligadas à indústria "tradicional" e ao artesanato, aos serviços domésticos e ao comércio e outras ocupações manuais diversas (aí incluídos os serventes de pedreiros); o grupo III abarca a maioria das ocupações ligadas à indústria "dinâmica" e algumas "tradicionalistas", à construção civil, aos transportes e comunicações e algumas ocupações manuais mais qualificadas em serviços diversos; o grupo IV é formado pelos profissionais e técnicos de nível médio, proprietários na agricultura, no comércio e nos serviços de alojamento e administradores no setor primário; os grupos V e VI pelos demais proprietários e administradores e os profissionais e técnicos de nível superior.

(2) Exclusivo os Sem declaração e as pessoas da área rural da Região VII (Região Norte e os Estados de Mato Grosso e Goiás).

7a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADORES POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL SEGUNDO  
O SEXO E GRUPOS DE GANHO LÍQUIDO MENSAL

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

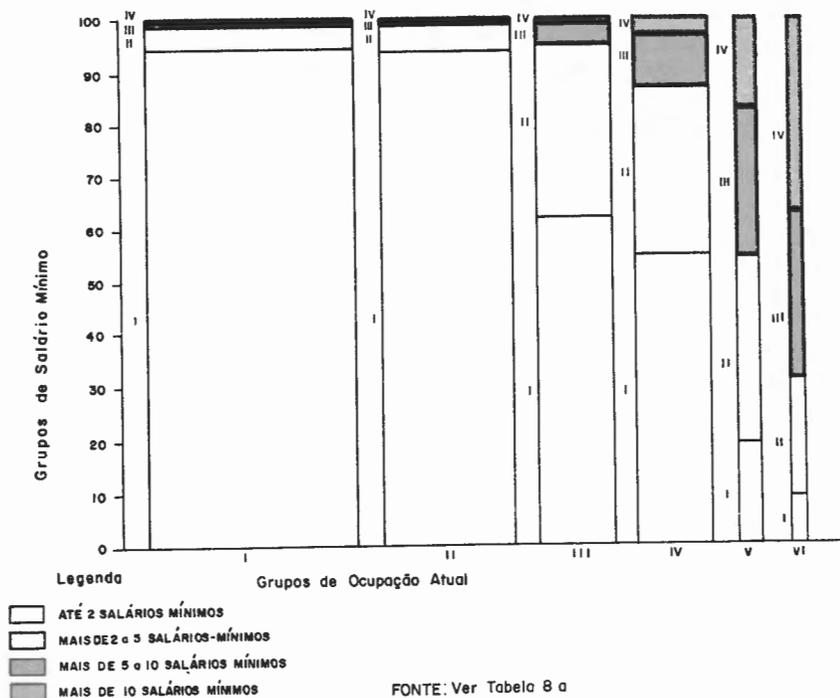
1973

SEXO E GRUPOS DE GANHO LÍQUIDO MENSAL (SALÁRIO-MÍNIMO)	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/2 do salário-mínimo	4,3	2,3	5,8	0,4	6,3	1,5	0,7
Mais de 1/2 a 1 .....	10,9	23,0	20,4	4,3	14,7	4,1	1,9
Mais de 1 a 2 .....	21,1	26,9	30,7	24,6	24,5	12,8	8,8
Mais de 2 a 3 .....	10,7	12,8	13,4	15,0	11,1	9,1	6,3
Mais de 3 a 5 .....	19,7	18,6	19,7	30,6	17,1	26,0	17,3
Mais de 5 a 7 .....	10,1	7,4	5,1	12,4	8,7	13,5	12,5
Mais de 7 a 10 .....	9,4	5,2	4,2	7,8	7,5	11,5	19,0
Mais de 10 a 15 .....	5,2	1,1	-	2,0	4,4	7,7	10,8
Mais de 15 .....	8,6	2,7	0,7	2,9	5,7	13,8	22,7
HOMENS .....	94,4	97,1	77,3	97,7	94,4	94,1	95,7
Até 1/2 do salário-mínimo	3,5	1,2	1,9	0,4	5,3	1,3	0,7
Mais de 1/2 a 1 .....	10,1	22,3	15,4	4,3	13,6	3,9	1,9
Mais de 1 a 2 .....	20,0	25,8	24,5	23,8	23,3	12,2	8,3
Mais de 2 a 3 .....	10,1	12,8	8,4	14,6	10,6	8,7	5,9
Mais de 3 a 5 .....	18,6	18,6	17,3	29,8	16,1	24,3	16,0
Mais de 5 a 7 .....	9,8	7,4	4,9	12,1	8,5	13,1	11,7
Mais de 7 a 10 .....	8,9	5,2	4,2	7,8	7,1	10,4	18,2
Mais de 10 a 15 .....	5,1	1,1	-	2,0	4,3	7,3	10,6
Mais de 15 .....	8,3	2,7	0,7	2,9	5,6	12,9	22,4
MULHERES .....	5,6	2,9	22,7	2,3	5,6	5,9	4,3
Até 1/2 do salário-mínimo	0,8	1,1	3,9	-	1,0	0,2	-
Mais de 1/2 a 1 .....	0,8	0,7	5,0	-	1,1	0,2	0,0
Mais de 1 a 2 .....	1,1	1,1	6,2	0,8	1,2	0,6	0,5
Mais de 2 a 3 .....	0,6	-	5,0	0,4	0,5	0,4	0,4
Mais de 3 a 5 .....	1,1	-	2,4	0,8	1,0	1,7	1,3
Mais de 5 a 7 .....	0,3	-	0,2	0,3	0,2	0,4	0,8
Mais de 7 a 10 .....	0,5	-	-	0,0	0,4	1,1	0,8
Mais de 10 a 15 .....	0,1	-	-	-	0,1	0,4	0,2
Mais de 15 .....	0,3	-	-	-	0,1	0,9	0,3

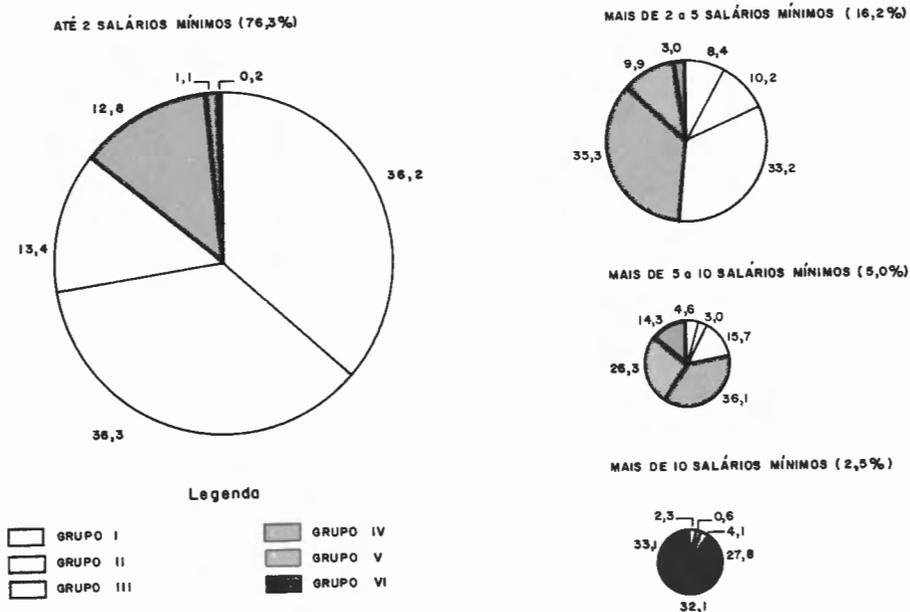
FORNTE: Suplemento Mão-de-Obra da PNAD/1973 - DEISO-IBGE

# 1. RENDIMENTO MENSAL DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL - Total das Regiões da PNAD\_1973

a) Grupos de Ocupação Atual segundo Grupos de Salários-Mínimos



b) Grupos de Salário Mínimos segundo Grupos de Ocupação



8 - PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL<sup>(1)</sup> SEGUNDO GRUPOS DE SALÁRIO MÍNIMO MENSAL<sup>(2)</sup>  
TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD<sup>(3)</sup>

1973

GRUPOS DE SALÁRIO MÍNIMO MENSAL	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	29 848 128	8 723 833	8 806 577	4 914 643	5 372 283	1 365 506	665 286
Até 2 salários mínimos .....	22 767 086	8 231 178	8 263 887	3 041 847	2 918 715	255 365	56 094
Mais de 2 a 5 salários mínimos .....	4 840 526	406 476	492 790	1 608 435	1 707 427	477 340	148 058
Mais de 5 a 10 salários mínimos .....	1 489 940	68 678	45 467	233 563	537 259	392 378	212 595
Mais de 10 salários mínimos .....	750 576	17 501	4 433	30 798	208 882	240 423	248 539

FONTE: Suplemento Mão de Obra da PNAD/1973 - DEISO-IBGE

NOTAS: (1) O grupo I é formado pelos trabalhadores manuais do setor primário; o grupo II é composto por ocupações ligadas à indústria "tradicional" e ao artesanato, aos serviços domésticos e ao comércio e outras ocupações manuais diversas (af incluídas os serventes de pedreiros); o grupo III abarca a maioria das ocupações ligadas à indústria "dinâmica" e algumas "tradicionais", à construção civil, aos transportes e comunicações e algumas ocupações manuais mais qualificadas em serviços diversos; o grupo IV é formado pelos profissionais e técnicos de nível médio, proprietários na agricultura, no comércio e nos serviços de alojamento e administradores no setor primário; os grupos V e VI pelos demais proprietários e administradores e os proprietários e técnicos de nível superior.

(2) Os grupos de salário mínimo referem-se ao rendimento mensal da ocupação principal das pessoas ocupadas com rendimento monetário (Empregados, Trabalhadores por Conta Própria e Empregadores). No caso dos empregados que recebem além de dinheiro parte em bens, não se investigou o valor monetário correspondente aos bens.

(3) Exclui-se os Sem declaração e as pessoas da área rural da Região VII (Região Norte e os Estados de Mato Grosso e Goiás).

8a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL SEGUNDO GRUPOS DE SALÁRIO MÍNIMO MENSAL

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1973

GRUPOS DE SALÁRIO MÍNIMO MENSAL	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 2 salários mínimos .....	76,3	94,3	93,8	61,9	54,3	18,7	8,4
Mais de 2 a 5 salários mínimos .....	16,2	4,7	5,6	32,7	31,8	35,0	22,2
Mais de 5 a 10 salários mínimos .....	5,0	0,8	0,5	4,8	10,0	28,7	32,0
Mais de 10 salários mínimos .....	2,5	0,2	0,1	0,6	3,9	17,6	37,4

FONTE: Suplemento Mão de Obra da PNAD/1973 - DEISO - IBGE

8b - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS DE SALÁRIO MÍNIMO MENSAL SEGUNDO GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1973

GRUPOS DE SALÁRIO MÍNIMO MENSAL	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	100,0	29,2	29,5	16,5	18,0	4,6	2,2
Até 2 salários mínimos .....	100,0	36,2	36,3	13,4	12,8	1,1	0,2
Mais de 2 a 5 salários mínimos .....	100,0	8,4	10,2	33,2	35,2	9,9	3,1
Mais de 5 a 10 salários mínimos .....	100,0	4,6	3,0	15,7	36,1	26,3	14,3
Mais de 10 salários mínimos .....	100,0	2,3	0,6	4,1	27,8	32,1	33,1

FONTE: Suplemento Mão de Obra da PNAD/1973 - DEISO - IBGE

9 - PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL <sup>(1)</sup> SEGUNDO GRUPOS DE OCUPAÇÃO DO PRIMEIRO TRABALHO E PERÍODO EM QUE A PESSOA COMEÇOU A TRABALHAR

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD <sup>(2)</sup>

1973

GRUPOS DE OCUPAÇÃO DO PRIMEIRO TRABALHO E PERÍODO EM QUE A PESSOA COMEÇOU A TRABALHAR	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	34 936 783	13 894 245	9 071 114	4 769 161	5 258 258	1 323 769	620 236
ANTES DE 1950 .....	11 726 381	4 881 918	2 549 474	1 697 884	1 781 119	571 240	244 746
Grupo I .....	8 140 038	4 615 582	1 431 316	897 831	951 248	191 415	52 646
Grupo II .....	2 612 398	242 290	1 037 676	537 979	524 176	190 078	80 199
Grupo III .....	435 248	17 219	51 160	231 175	82 838	38 549	14 307
Grupo IV .....	465 061	5 910	27 240	29 277	208 709	124 422	69 503
Grupo V .....	44 318	602	1 213	1 338	9 682	22 412	9 071
Grupo VI .....	29 318	315	869	284	4 466	4 364	19 020
DE 1950 A 1964 .....	11 744 897	4 141 731	2 857 071	2 072 881	1 860 236	533 802	279 176
Grupo I .....	6 427 128	3 944 296	1 123 481	773 239	499 382	67 127	19 603
Grupo II .....	3 470 048	172 138	1 585 786	821 822	630 499	172 189	87 614
Grupo III .....	705 544	20 058	94 651	407 242	118 880	44 186	20 527
Grupo IV .....	1 008 814	5 239	49 534	64 573	586 237	198 587	104 644
Grupo V .....	84 256	-	2 863	5 674	19 607	45 466	10 646
Grupo VI .....	49 107	-	756	331	5 631	6 247	36 142
DE 1965 A 1973 .....	11 465 505	4 870 596	3 664 569	998 396	1 616 903	218 727	96 314
Grupo I .....	5 427 293	4 741 503	509 951	112 278	58 160	4 758	643
Grupo II .....	3 851 043	110 083	2 995 014	374 842	327 953	33 404	9 747
Grupo III .....	636 827	13 220	93 039	455 607	62 287	10 531	2 143
Grupo IV .....	1 382 549	5 768	63 164	46 139	1 135 255	95 175	37 048
Grupo V .....	117 646	22	3 063	8 693	25 409	71 164	9 295
Grupo VI .....	50 147	-	338	837	7 839	3 695	37 438

FONTE: Suplemento Mão-de-Obra da PNAD/1973 - DEISO/IBGE.

NOTAS: (1) O grupo I é formado pelos trabalhadores manuais do setor primário; o grupo II é composto por ocupações ligadas à indústria "tradicional" e ao artesanato, aos serviços domésticos e ao comércio e outras ocupações manuais diversas (af incluídos os serventes de pedreiros); o grupo III abarca a maioria das ocupações ligadas à indústria "dinâmica" e algumas "tradicionais", à construção civil, aos transportes e comunicações e algumas ocupações manuais mais qualificadas em serviços diversos; o grupo IV é formado pelos profissionais e técnicos de nível médio, proprietários na agricultura, no comércio e nos serviços de alojamento e administradores no setor primário; os grupos V e VI pelos demais proprietários e administradores e os profissionais e técnicos de nível superior.

(2) Exclusivo os Sem declaração e as pessoas da área rural da Região VII (Região Norte e os Estados de Mato Grosso e Goiás).

9a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO DO PRIMEIRO TRABALHO E PERÍODO EM QUE A PESSOA COMEÇOU A TRABALHAR SEGUNDO GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1973

GRUPOS DE OCUPAÇÃO DO PRIMEIRO TRABALHO E PERÍODO EM QUE A PESSOA COMEÇOU A TRABALHAR	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	100,0	39,8	26,0	13,6	15,0	3,8	1,8
ANTES DE 1950 .....	100,0	41,6	21,7	14,5	15,2	4,9	2,1
Grupo I .....	100,0	56,7	17,6	11,0	11,7	2,4	0,6
Grupo II .....	100,0	9,3	39,6	20,6	20,1	7,3	3,1
Grupo III .....	100,0	4,0	11,7	53,1	19,0	8,9	3,3
Grupo IV .....	100,0	1,3	5,9	6,3	44,9	26,7	14,9
Grupo V .....	100,0	1,4	2,7	3,0	21,8	50,6	20,5
Grupo VI .....	100,0	1,1	3,0	1,0	15,2	14,9	64,8
DE 1950 A 1964 .....	100,0	35,3	24,3	17,7	15,8	4,5	2,4
Grupo I .....	100,0	61,4	17,5	12,0	7,8	1,0	0,3
Grupo II .....	100,0	5,0	45,7	23,7	18,1	5,0	2,5
Grupo III .....	100,0	2,8	13,4	57,7	16,9	6,3	2,9
Grupo IV .....	100,0	0,5	4,9	6,4	58,1	19,7	10,4
Grupo V .....	100,0	-	3,4	6,7	23,3	54,0	12,6
Grupo VI .....	100,0	-	1,5	0,7	11,5	12,7	73,6
DE 1965 A 1973 .....	100,0	42,5	32,0	8,7	14,1	1,9	0,8
Grupo I .....	100,0	87,3	9,4	2,1	1,1	0,1	0,0
Grupo II .....	100,0	2,9	77,8	9,7	8,5	0,9	0,2
Grupo III .....	100,0	2,1	14,6	71,5	9,8	1,7	0,3
Grupo IV .....	100,0	0,4	4,6	3,3	82,1	6,9	2,7
Grupo V .....	100,0	0,0	2,6	7,4	21,6	60,5	7,9
Grupo VI .....	100,0	-	0,7	1,7	15,6	7,4	74,6

FONTE: Suplemento Mão-de-Obra da PNAD/1973 - DEISO-IBGE

9b - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL E PERÍODO EM QUE A PESSOA COMEÇOU A TRABALHAR SEGUNDO GRUPOS DE OCUPAÇÃO DO PRIMEIRO TRABALHO

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

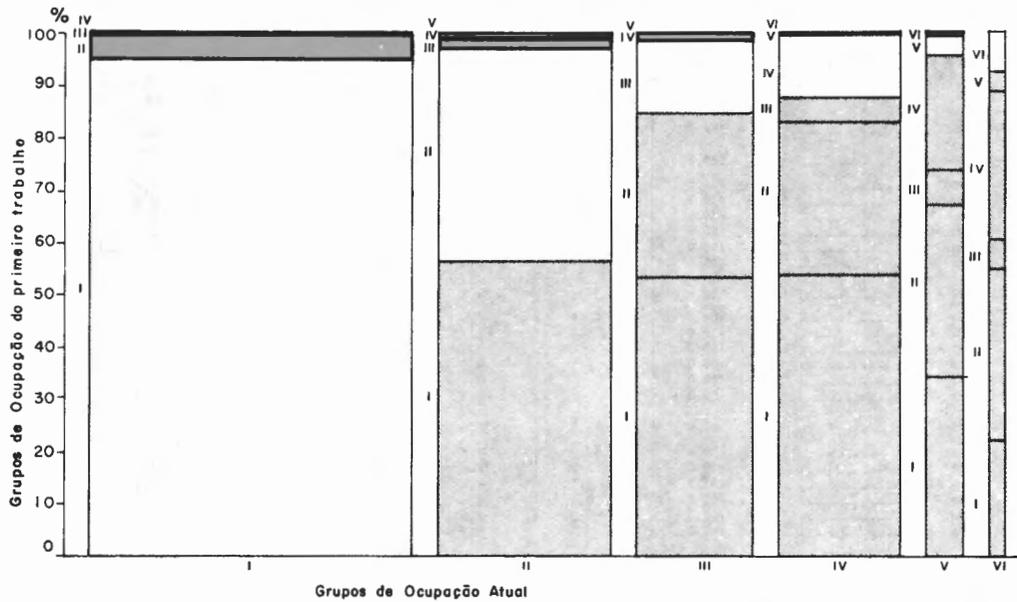
1973

GRUPOS DE OCUPAÇÃO DO PRIMEIRO TRABALHO E PERÍODO EM QUE A PESSOA COMEÇOU A TRABALHAR	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
ANTES DE 1950 .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Grupo I .....	69,4	94,5	56,1	52,9	53,4	33,5	21,5
Grupo II .....	22,3	5,0	40,7	31,7	29,4	33,3	32,8
Grupo III .....	3,7	0,4	2,0	13,6	4,7	6,7	5,8
Grupo IV .....	4,0	0,1	1,1	1,7	11,7	21,8	28,4
Grupo V .....	0,4	0,0	0,1	0,1	0,5	3,9	3,7
Grupo VI .....	0,2	0,0	0,0	0,0	0,3	0,8	7,8
DE 1950 A 1964 .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Grupo I .....	54,7	95,2	39,3	37,3	26,8	12,6	7,0
Grupo II .....	29,6	4,2	55,5	39,6	33,9	32,2	31,4
Grupo III .....	6,0	0,5	3,3	19,7	6,4	8,3	7,3
Grupo IV .....	8,6	0,1	1,8	3,1	31,5	37,2	37,5
Grupo V .....	0,7	-	0,1	0,3	1,1	8,5	3,8
Grupo VI .....	0,4	-	0,0	0,0	0,3	1,2	13,0
DE 1965 A 1973 .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Grupo I .....	47,3	97,3	13,9	11,3	3,6	2,2	0,7
Grupo II .....	33,6	2,3	81,8	37,5	20,3	15,3	10,1
Grupo III .....	5,6	0,3	2,5	45,6	3,8	4,8	2,2
Grupo IV .....	12,1	0,1	1,7	4,6	70,2	43,5	38,5
Grupo V .....	1,0	0,0	0,1	0,9	1,6	32,5	9,6
Grupo VI .....	0,4	-	0,0	0,1	0,5	1,7	38,9

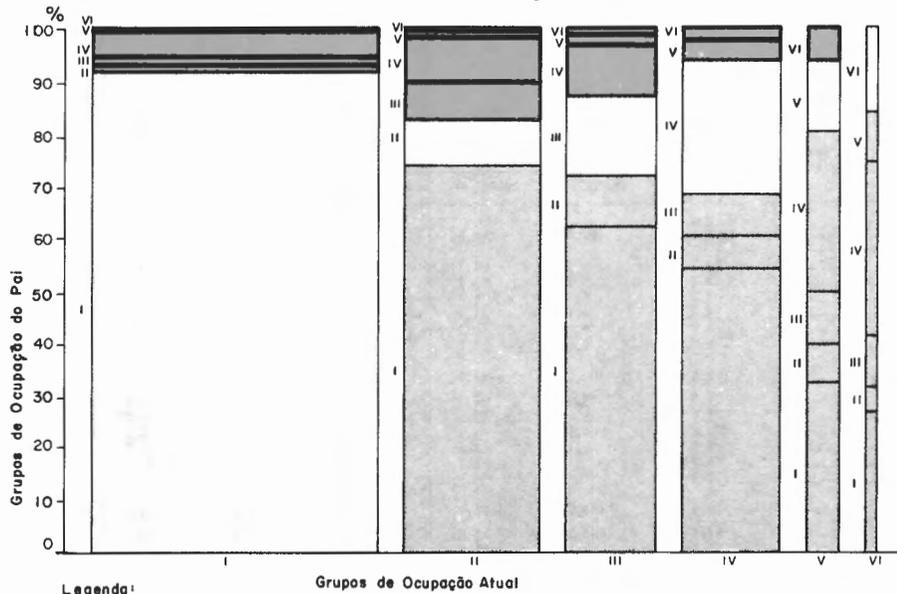
FONTE: Suplemento mão-de-obra da PNAD/1973 - DEISO-IBGE

## 2. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS QUE COMEÇARAM A TRABALHAR ANTES DE 1950 - Total das Regiões da PNAD - 1973

a) Por grupos de Ocupação Atual segundo grupos de Ocupação do primeiro trabalho  
(deslocamentos intra-geracionais)



b) Por grupos de Ocupação Atual segundo grupos de Ocupação do Pai  
(deslocamentos inter-geracionais)



Legenda:

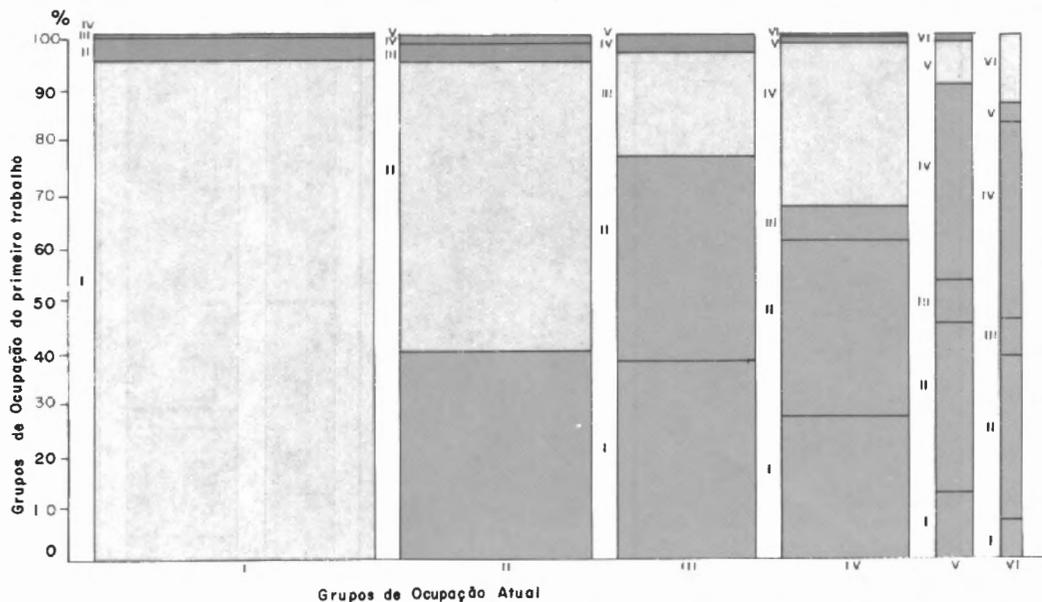
- PERMANÊNCIA
- DESLOCAMENTO DESCENDENTE
- DESLOCAMENTO ASCENDENTE

FONTE: Ver Tabelas 9b e 10b respectivamente

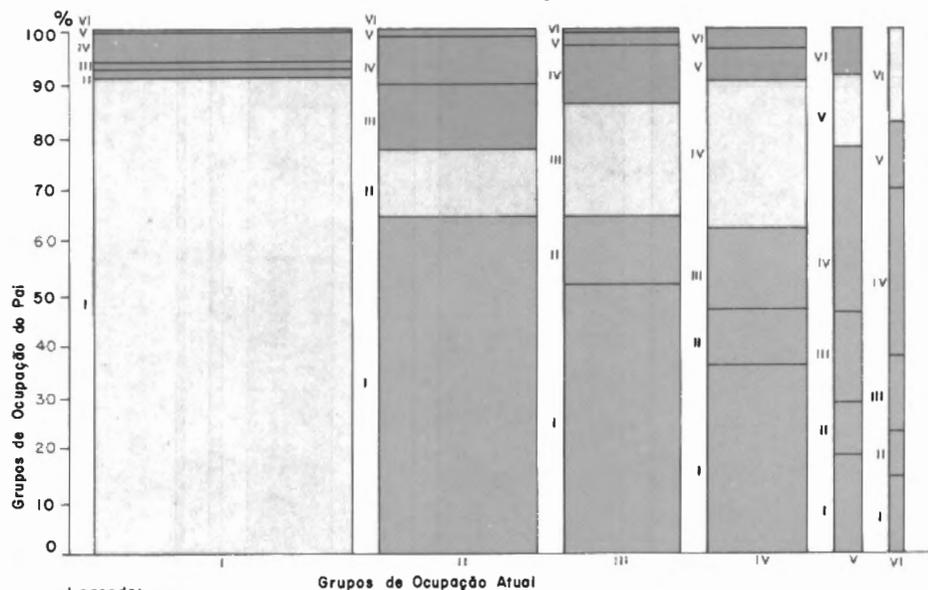
NOTA: O número de pessoas representadas no eixo horizontal deste gráfico difere do representado acima, uma vez que dele foram excluídas as pessoas ocupadas cujos pais estavam aposentados falecidos, licenciados ou sem ocupação

### 3. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS QUE COMEÇARAM A TRABALHAR DE 1950 A 1964 - Total das Regiões da PNAD- 1973

a) Por grupos de Ocupação Atual segundo grupos de Ocupação do primeiro trabalho  
(deslocamentos intra-geracionais)



b) Por grupos de Ocupação Atual segundo grupos de Ocupação do Pai  
(deslocamentos inter-geracionais)



Legenda:

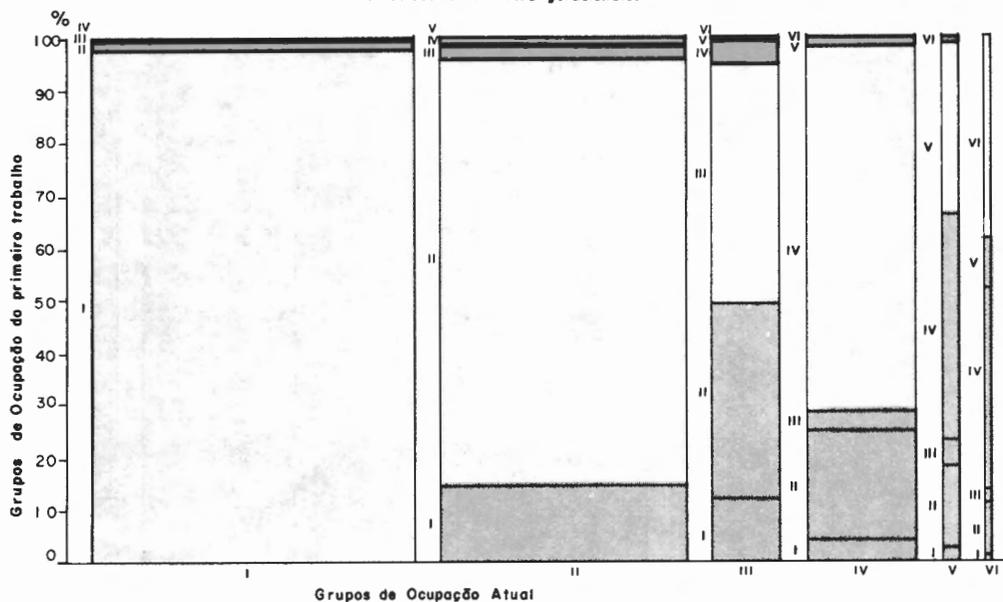
- PERMANÊNCIA
- DESLOCAMENTO DESCENDENTE
- DESLOCAMENTO ASCENDENTE

FONTE Ver Tabelas 9b e 10b respectivamente

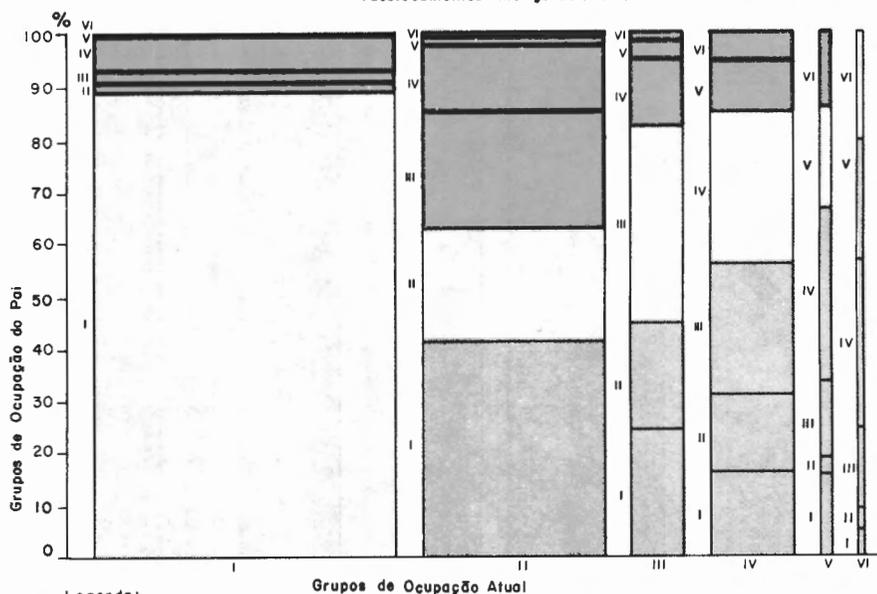
NOTA: O número de pessoas representadas no eixo horizontal deste gráfico difere do representado acima, uma vez que dele foram excluídas as pessoas ocupadas cujos pais estavam aposentados, falecidos, licenciados ou sem ocupação.

## 4. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS QUE COMEÇARAM A TRABALHAR DE 1965 A 1973 - Total das Regiões da PNAD - 1973

a) Por grupos de Ocupação Atual segundo grupos de Ocupação do primeiro trabalho  
(deslocamentos intra-geracionais)



b) Por grupos de Ocupação Atual segundo grupos de Ocupação do Pai  
(deslocamentos inter-geracionais)



Legenda:

- PERMANÊNCIA
- DESLOCAMENTO DESCENDENTE
- DESLOCAMENTO ASCENDENTE

FONTE: Ver Tabelas 9b e 10b respectivamente

NOTA: O número de pessoas representadas no eixo horizontal deste gráfico difere do representado acima, uma vez que dele foram excluídas as pessoas ocupadas cujos pais estavam aposentados, falecidos, licenciados ou sem ocupação.

10 - PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL<sup>(1)</sup> SEGUNDO GRUPOS DE OCUPAÇÃO DO PAI E PERÍODO EM QUE A PESSOA COMEÇOU A TRABALHAR

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD<sup>(2)</sup>

1973

GRUPOS DE OCUPAÇÃO DO PAI E PERÍODO EM QUE A PESSOA COMEÇOU A TRABALHAR	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	29 340 995	12 606 483	7 113 373	3 858 977	4 196 061	1 049 293	516 808
ANTES DE 1950 .....	9 788 320	4 282 303	2 012 114	1 362 793	1 477 378	458 940	194 792
Grupo I .....	7 231 812	3 914 784	1 486 219	843 927	788 604	147 553	50 725
Grupo II .....	520 585	75 181	172 042	131 997	98 954	32 811	9 600
Grupo III .....	595 627	56 303	150 664	204 657	117 381	47 320	19 302
Grupo IV .....	1 091 723	205 855	168 477	139 823	372 754	140 171	64 643
Grupo V .....	207 187	21 905	19 484	23 492	62 388	61 563	18 355
Grupo VI .....	141 386	8 275	15 228	18 897	37 297	29 522	32 167
DE 1950 A 1964 .....	10 017 156	3 815 789	2 324 120	1 708 933	1 504 421	424 312	239 581
Grupo I .....	6 468 407	3 461 660	1 485 383	874 492	533 581	78 475	34 816
Grupo II .....	811 900	67 792	301 223	218 618	160 821	42 830	20 616
Grupo III .....	1 051 606	49 733	291 139	373 484	229 927	73 025	34 298
Grupo IV .....	1 247 677	212 366	208 695	190 841	427 103	132 556	76 116
Grupo V .....	264 071	17 102	25 277	38 707	93 714	59 121	30 150
Grupo VI .....	173 495	7 136	12 403	12 791	59 275	38 305	43 585
DE 1965 A 1973 .....	9 535 519	4 508 391	2 777 139	787 251	1 214 262	166 041	82 435
Grupo I .....	5 519 698	3 982 147	1 134 988	188 490	191 249	18 744	4 080
Grupo II .....	1 058 290	105 949	600 140	160 617	176 198	12 098	3 288
Grupo III .....	1 376 079	101 655	627 758	298 200	311 268	24 181	13 017
Grupo IV .....	1 162 389	292 159	339 057	99 084	350 898	55 154	26 037
Grupo V .....	275 635	24 264	52 857	26 700	120 630	31 997	19 187
Grupo VI .....	143 428	2 217	22 339	14 160	64 019	23 867	16 826

FONTE: Suplemento Mão-de-Obra da PNAD-1973 - DE150-IBGE.

NOTAS: (1) O grupo I é formado pelos trabalhadores manuais do setor primário; o grupo II é composto por ocupações ligadas à indústria "tradicional" e ao artesanato, aos serviços domésticos e ao comércio e outras ocupações manuais diversas (aí incluídos os serventes de pedreiros); o grupo III abarca a maioria das ocupações ligadas à indústria "dinâmica" e algumas "tradicionalistas", à construção civil, aos transportes e comunicações e algumas ocupações manuais mais qualificadas em serviços diversos; o grupo IV é formado pelos profissionais e técnicos de nível médio, proprietários na agricultura, no comércio e nos serviços de alojamentos e administradores no setor primário; os grupos V e VI pelos demais proprietários e administradores e os profissionais e técnicos de nível superior.

(2) Excluído os Sem declaração e as pessoas da área rural da Região VII (Região Norte e os Estados de Mato Grosso e Goiás).

10a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO DO PAI E PERÍODO EM QUE A PESSOA COMEÇOU A TRABALHAR SEGUNDO GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1973

GRUPOS DE OCUPAÇÃO DO PAI E PERÍODO EM QUE A PESSOA COMEÇOU A TRABALHAR	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
TOTAL .....	100,0	43,0	24,2	13,1	14,3	3,6	1,8
ANTES DE 1950 .....	100,0	43,7	20,6	13,9	15,1	4,7	2,0
Grupo I .....	100,0	54,1	20,6	11,7	10,9	2,0	0,7
Grupo II .....	100,0	14,4	33,1	25,4	19,0	6,3	1,8
Grupo III .....	100,0	9,5	25,3	34,4	19,7	7,9	3,2
Grupo IV .....	100,0	18,9	15,4	12,9	34,1	12,8	5,9
Grupo V .....	100,0	10,6	9,4	11,3	30,1	29,7	8,9
Grupo VI .....	100,0	5,8	10,8	13,4	26,4	20,9	22,7
DE 1950 A 1964 .....	100,0	38,1	23,2	17,1	15,0	4,2	2,4
Grupo I .....	100,0	53,5	23,0	13,5	8,3	1,2	0,5
Grupo II .....	100,0	8,4	37,1	26,9	19,8	5,3	2,5
Grupo III .....	100,0	4,7	27,7	35,5	21,9	6,9	3,3
Grupo IV .....	100,0	17,0	16,8	15,3	34,2	10,6	6,1
Grupo V .....	100,0	6,5	9,6	14,6	35,5	22,4	11,4
Grupo VI .....	100,0	4,1	7,1	7,4	34,2	22,1	25,1
DE 1965 A 1973 .....	100,0	47,3	29,1	8,3	12,7	1,7	0,9
Grupo I .....	100,0	72,1	20,6	3,4	0,4	3,4	0,1
Grupo II .....	100,0	10,0	56,7	15,2	16,7	1,1	0,3
Grupo III .....	100,0	7,4	45,6	21,7	22,6	1,8	0,9
Grupo IV .....	100,0	25,1	29,2	8,5	30,2	4,8	2,2
Grupo V .....	100,0	8,8	19,2	9,7	43,7	11,6	7,0
Grupo VI .....	100,0	1,6	15,6	9,9	44,6	16,6	11,7

FONTE: Suplemento Mão-de-Obra da PNAD/1973 - DE ISO-IBGE.

10b - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL E PERÍODO EM QUE A PESSOA COMEÇOU A TRABALHAR SEGUNDO GRUPOS DE OCUPAÇÃO DO PAI

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1973

GRUPOS DE OCUPAÇÃO DO PAI E PERÍODO EM QUE A PESSOA COMEÇOU A TRABALHAR	GRUPOS DE OCUPAÇÃO ATUAL						
	TOTAL	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI
ANTES DE 1950 .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Grupo I .....	73,9	91,4	73,8	61,9	53,4	32,2	26,1
Grupo II .....	5,3	1,8	8,5	9,7	6,7	7,2	4,9
Grupo III .....	6,1	1,3	7,5	15,0	8,0	10,3	9,9
Grupo IV .....	11,2	4,8	8,4	10,3	25,2	30,5	33,2
Grupo V .....	2,1	0,5	1,0	1,7	4,2	13,4	9,4
Grupo VI .....	1,4	0,2	0,8	1,4	2,5	6,4	16,5
DE 1950 A 1964 .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Grupo I .....	64,6	90,7	63,9	51,2	35,5	18,5	14,5
Grupo II .....	8,1	1,8	13,0	12,8	10,7	10,1	8,6
Grupo III .....	10,5	1,3	12,5	21,8	15,3	17,2	14,3
Grupo IV .....	12,5	5,6	9,0	11,2	28,4	31,3	31,8
Grupo V .....	2,6	0,4	1,1	2,3	6,2	13,9	12,6
Grupo VI .....	1,7	0,2	0,5	0,7	3,9	9,0	18,2
DE 1965 A 1973 .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Grupo I .....	57,9	88,3	40,9	23,9	15,8	11,3	4,9
Grupo II .....	11,1	2,3	21,6	20,4	14,5	7,3	4,0
Grupo III .....	14,4	2,3	22,6	37,9	25,6	14,5	15,8
Grupo IV .....	12,2	6,5	12,2	12,6	28,9	33,2	31,6
Grupo V .....	2,9	0,5	1,9	3,4	9,9	19,3	23,3
Grupo VI .....	1,5	0,1	0,8	1,8	5,3	14,4	20,4

FONTE: Suplemento mão-de-obra da PNAD/1973 - DE ISO-IBGE

## DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

#### IV - DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

As observações feitas nos capítulos precedentes sobre as transformações operadas nos padrões de distribuição setorial e regional do emprego tomaram como ponto de partida as mudanças ao nível da estrutura da economia brasileira, ao longo dos últimos trinta anos.

Aqui, ao se empreender a análise da distribuição da renda, é ao mesmo quadro histórico que se remete, já que as transformações estruturais assinaladas repercutem diretamente sobre a renda. De um lado, essas repercussões transparecem na evolução da renda gerada pela economia e, de outro, nas mudanças na distribuição da renda que se dão ao longo do período.

No que toca à evolução da renda global, esta ganhou impulso com as transformações assinaladas. Nos últimos trinta anos a economia brasileira multiplicou por dez o nível real do PIB e por quatro o valor da renda per capita, indicadores de um rápido processo de crescimento econômico com poucos similares ao nível internacional nesses anos do pós-guerra. As tabelas 1 e 2 reproduzem as informações necessárias para se avaliar o dinamismo do processo de crescimento econômico brasileiro recente.

Quanto à distribuição da renda, a análise pode tomar como ponto de partida diversos cortes distintos. Procura-se aqui abranger essas diversas possibilidades, enfocando a problemática da distribuição da renda segundo os seguintes cortes analíticos: o setorial, o regional, o funcional, o pessoal e o familiar.

Em termos gerais, as informações disponíveis indicam haver na economia brasileira uma forte desigualdade no tocante à distribuição da renda, seja qual for a perspectiva adotada no estudo.

##### IV.1 - DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA RENDA

As alterações na distribuição setorial da renda são as que mais nitidamente refletem as mudanças na estrutura econômica do país, dentre as quais se destaca a maior importância relativa do setor industrial. O setor agrícola perde continuamente posição em vista do maior dinamismo das atividades urbanas das indústrias e dos serviços (tabela 3). Isso ocorre pelo menos até 1970, a partir de quando a participação da renda gerada neste setor se estabiliza ao nível dos 10%. As informações mais recentes indicam que o setor primário recuperou uma pequena parcela da perda relativa acumulada desde os anos 50, provavelmente como consequência dos estímulos à diversificação das exportações de produtos primários.

O setor serviços mantém ao longo de todos esses anos uma participação relativa com poucas variações, a despeito de profundas mudanças que ocorreram no seu interior, com a ampliação e a modernização principalmente dos ramos ligados ao transporte e comércio de mercadorias, às comunicações e à intermediação financeira. Esse setor é responsável, segundo as Contas Nacionais, pela geração de aproximadamente metade da renda interna do país.

##### IV.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA RENDA

A principal característica do crescimento econômico recente sobre o padrão regional de distribuição da renda não foi tanto a de fazer acentuar a concentração em favor das regiões economicamente mais dinâmicas, mas sim a de se mostrar incapaz de promover a redução de graves desequilíbrios que previamente haviam sido consolidados no país. Assim, por exemplo, o Estado de São Paulo, que já em 1949 produzia 36,4% da renda interna do país, em 1970 eleva, embora não muito, a participação, passando para 39,3%. Em contraposição, a importância relativa

de uma região muito pobre como o Nordeste, que já era bastante reduzida em 1949 (apenas 13,9%) baixa ainda mais, embora também não muito, para 11,7% em 1976 (tabela 4). Ressalte-se que neste ano viviam no Nordeste 30,1% da população brasileira e em São Paulo 19,1%. Essas informações ilustram a extensão das desigualdades que se mantêm no período.

Basicamente a manutenção dos desequilíbrios regionais reflete as características assinaladas do processo de crescimento da economia brasileira, ao longo do qual consolidou-se a hegemonia dos setores urbanos e, particularmente, dos centros urbanos do Centro-Sul. A industrialização nos moldes como se deu no pós-guerra, por implicar em maior grau de complementariedade inter-industrial e demandar economias externas, tendeu a se concentrar ao sul do país que, pelo seu desenvolvimento industrial e urbano prévio, assegurava esses requisitos. Fatores como proximidade de um mercado consumidor de maior poder aquisitivo para os bens que passaram a ser produzidos internamente (principalmente os bens de consumo duráveis) e existência de uma rede desenvolvida de transporte que permitisse o abastecimento a larga escala de mercados consumidores a baixos custos de transportes, também impulsionaram a concentração das indústrias e, com elas, dos serviços dinâmicos no sul, principalmente em São Paulo. Tomando uma vez mais a comparação entre este Estado e o Nordeste, no caso da renda interna do setor industrial, agravou-se sensivelmente a disparidade. Apesar dos esforços de promoção industrial na região nordestina, a indústria paulista elevou sua participação no total brasileiro de 47,9% para 57,0% entre 1949 e 1970, ao passo que a participação da indústria do Nordeste caiu de 9,7% para 5,7% no mesmo período. A comparação do Estado de São Paulo com outras regiões aponta para conclusão semelhante.

Quanto ao comportamento da renda gerada pelo setor agrícola esta apresentou no período um papel contrabalançador das tendências concentradoras oriundas do setor industrial. Certas regiões que, no bojo das novas características que assumiu a divisão regional do trabalho no pós-guerra, acompanharam a diversificação da demanda de produtos primários dos centros urbanos e os estímulos proporcionados pelo mercado externo, puderam manter sua posição relativa na renda interna global, ou até mesmo elevá-la. As regiões Centro-Oeste e Sul ilustram esse caso (ver tabela 4). Outras regiões (como a Região Nordeste) ou Estados da Federação (como o Estado do Rio de Janeiro) que não puderam contar com a renda gerada pelo setor primário como um fator que compensasse a perda de posição no setor industrial e, em alguns casos, também no setor serviços, reduziram sua participação na renda interna do país (tabela 4).

Contudo, para um período mais recente (1970-1974), informações sobre a indústria de transformação indicam que houve ligeira modificação na participação regional quanto à geração do produto industrial. Embora a Região Sudeste mantenha a liderança, sofre pequena redução na sua participação. A Região Sul é a que relativamente mais se beneficia, seguida pela Região Nordeste, ao passo que as demais (Norte e Centro-Oeste) praticamente mantêm a mesma posição (tabela 5).

#### IV.3 - DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA

As estatísticas das Contas Nacionais discriminam os rendimentos em duas categorias funcionais: os rendimentos provenientes do trabalho e os rendimentos do capital e da propriedade. Na primeira incluem-se os salários pagos em dinheiro aos empregados, os rendimentos dos autônomos, as gratificações de toda espécie, comissões, 13º salário, salário-família, participação nos lucros, retiradas (de empregadores, de gerentes e de administradores) e encargos trabalhistas. Na segunda estão reunidos os lucros das atividades empresariais, os aluguéis da propriedade imobiliária e os juros e dividendos dos ativos financeiros e ações.

Com essas informações é possível acompanhar a tendência da evolução dos dois agregados na renda interna do setor urbano. Os dados indicam uma lenta, porém contínua tendência à concentração em favor das rendas do capital e da propriedade até o ano de 1970. A partir deste ano as participações relativas mantêm-se, com algumas flutuações (tabela 5).

A interpretação desses dados apresenta algumas dificuldades. Afora os problemas envolvidos na estimativa dos itens que compõem cada um dos agregados,<sup>(1)</sup> há também que levar em conta a composição extremamente heterogênea do agregado "remuneração do trabalho". Nele estão englobadas tanto as remunerações dos trabalhadores assalariados (incluindo-se aí o leque salarial que cobre desde os trabalhadores de baixa qualificação até os administradores e gerentes) quanto as remunerações dos trabalhadores por conta própria (incluindo-se aí os ganhos de vendedores ambulantes, biscateiros e profissionais liberais, entre outros) e dos dirigentes de empresa.

Estudos recentes têm afirmado que no interior desse agregado que as Contas Nacionais tomam como remuneração do trabalho, houve uma ampla variação das taxas de crescimento dos rendimentos. Em geral, sustentam, os rendimentos do pessoal ligado à administração, gerência e direção das empresas tiveram maior margem de variação e, em média, evoluíram mais rapidamente do que os ganhos dos trabalhadores de mais baixa remuneração.<sup>(2)</sup>

Dados da indústria de transformação ilustram este caso. Para um longo período, de 1949 até 1974, o salário médio do pessoal ligado à produção cresceu a uma taxa média anual de 2,7%, enquanto o salário médio do pessoal ligado à administração crescia a uma taxa de 4,5% (tabela 7). Mais recentemente, entre 1976 e 1978, os dados indicam uma sensível melhoria na taxa de crescimento dos salários médios do pessoal ligado à produção, tendendo esta a equiparar-se, ou no caso de 1977/6 a sobrepor-se a dos salários médios da administração. Observa-se ainda pela tabela 7 que neste largo período a produtividade média, refletindo as profundas transformações na estrutura industrial do país, evoluiu substancialmente, a taxas superiores à dos aumentos dos salários médios.

Em que pese estas mudanças ocorridas nos últimos anos, a análise da distribuição funcional da renda ao longo do período, sugere ter havido, em primeiro lugar, uma concentração em favor dos rendimentos do capital e da propriedade em relação aos do trabalho, e, em segundo, uma concentração no interior do agregado tomado pelas Contas Nacionais, como remuneração do trabalho.

#### IV.4 - DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA

Em torno da questão da distribuição pessoal da renda vêm-se desenvolvendo acalorados debates, desde o momento em que foram publicados os resultados do Censo Demográfico de 1970. A comparação desses resultados com as informações do Censo de 1960 (o primeiro a incluir informações sobre rendimento) revelou um aumento dos índices de concentração entre os dois anos censitários e a interpretação do fenômeno ensejou uma ampla discussão acerca de suas causas, quando diversas hipóteses foram levantadas.<sup>(3)</sup>

(1) A respeito desses problemas, ver Fundação Getúlio Vargas (1972), pp. 18-19.

(2) Ver a respeito BACHA (1975) e para uma análise da distribuição da renda segundo ocupações, privilegiando as ocupações administrativas, ver COSTA (1977).

(3) Para um exame das principais posições em debate, consultar, TOLIPAN e TINELLI (1975) e ainda o estudo de LANGONI (1973).

Mais recentemente, novas informações sobre o tema vieram a público, através dos levantamentos das PNADs, o que permite estender a análise da distribuição pessoal da renda para os anos 70 até 1976. Antes porém de empreendê-la são necessários alguns esclarecimentos sobre os dados utilizados.

#### FONTES DE DADOS, METODOLOGIA E PROBLEMAS DE COMPARABILIDADE

Deve-se registrar que uma das metas dos levantamentos mais recentes é o aprimoramento das informações sobre rendimento. Os Censos Demográficos de 1960 e 1970 incluíam apenas um quesito sobre rendimento, que indagava o rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos e mais. Já em 1972, quando o IBGE realizou uma PNAD especial sobre rendimento, o levantamento foi muito mais completo: foram pesquisados os rendimentos auferidos em dinheiro (segundo as várias fontes possíveis: rendimento do trabalho assalariado, rendimentos auferidos pelos trabalhadores por conta própria, pelos trabalhadores e proprietários agrícolas, renda de imóveis, etc.), os rendimentos não-monetários (com base em estimativas do valor do aluguel que pagaria o proprietário de casa própria, da assistência médica gratuita, doações, etc.) e os rendimentos em dinheiro provenientes de aposentadoria e pensões, donativos, indenizações, etc. A PNAD/76 também colheu informações detalhadas sobre rendimentos, mas relativamente à PNAD/72 difere nos seguintes aspectos: em primeiro lugar, é mais abrangente no que toca à cobertura das regiões, pois pesquisa todas as sete regiões da PNAD,<sup>(4)</sup> enquanto a de 1972 cobria apenas as seis primeiras; em segundo, a PNAD/76 fornece uma avaliação dos produtos e mercadorias recebidos como contrapartida do trabalho, o que não havia sido feito anteriormente; por fim, a PNAD/76 não investiga os rendimentos não-monetários, como aluguéis imputados, assistência médica gratuita, etc. ao contrário da PNAD/72.

O aprimoramento das informações apresenta a evidente vantagem de permitir uma avaliação mais real das condições de rendimento da população, porém a comparação imediata dos dados fica prejudicada pelas diferenças de critérios, cobertura regional, conceituação, etc., entre as diversas fontes. Em termos amplos, é de se supor que relativamente às informações dos Censos, os dados das PNADs sejam mais completos, pois incluem quesitos individuais sobre diversos tipos de rendimentos. Como se observou, os Censos indagavam apenas qual o rendimento médio mensal das pessoas, o que provavelmente era respondido com base no rendimento monetário principalmente derivado de ocupações regulares. Desde logo, as comparações entre os Censos e PNADs devem refletir esse fato, superestimando os aumentos efetivos de renda. Isso pode prejudicar a análise, em particular se o intervalo de tempo é muito pequeno e se se coteja informações de fontes distintas, como no caso, da comparação entre os anos de 1970, com base no Censo e 1972 com base na PNAD. Por essa razão é preferível tomar para 1972 o conceito de "rendimento monetário", que cobre os rendimentos do trabalho, os aluguéis recebidos em dinheiro pelos proprietários de imóveis e os lucros de aplicações financeiras e exclui os rendimentos não-monetários e os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensões, doações em dinheiro, indenizações, etc. Este é o conceito que mais se aproxima dos dados colhidos pelo Censo e ao mesmo tempo, do conceito de "rendimento mensal" da PNAD/76, o que permite comparar também as duas PNADs e se ter uma avaliação da tendência da distribuição dos rendimentos entre 1972 e 1976. Diferenciam-se os conceitos de

(4) As sete regiões da PNAD são as seguintes: Região I: Estado do Rio de Janeiro; Região II: Estado de São Paulo; Região III: Região Sul; Região IV: Estado de Minas Gerais e Espírito Santo; Região V: Região Nordeste; Região VI: Distrito Federal; e Região VII: Região Norte e Estados de Mato Grosso e Goiás.

A PNAD/76 cobriu apenas as áreas urbanas da Região VII.

"rendimento mensal" da PNAD/76, na medida em que este último inclui alguns itens adicionais, tais como, rendimentos de aposentadoria ou pensões, doações e mesadas e rendimentos não-monetários do trabalho (recebimentos em produtos ou mercadorias).<sup>(5)</sup> Porém ambos consideram os principais determinantes do rendimento pessoal global, ou seja, os rendimentos em dinheiro da ocupação principal e de outras ocupações, as rendas da propriedade imobiliária (aluguéis), as rendas dos ativos financeiros.

Utilizam-se ainda os dados do Censo Demográfico de 1960. Quanto a estes, cabe um esclarecimento: foram coletados por intervalos previamente fixados de rendimento mensal. Isso implica a impossibilidade de, mediante tabulações especiais, se dispor dos rendimentos médios por intervalos, o que é necessário para a transformação da distribuição da população economicamente ativa por faixas de rendimento em decís e para o cálculo dos indicadores de concentração (como o de Gini, por exemplo). Na falta desses dados, vários métodos podem ser utilizados para estimá-los (ponto médio, ajustamento de parábolas, etc). Preferiu-se aqui seguir a metodologia proposta por LANGONI,<sup>(6)</sup> cujo suposto básico é o de que os rendimentos médios por intervalos com parâmetros de rendimento entre 1960 e 1970 não variaram neste período. Como se dispõe dos dados individuais para 1970 é possível, com base nesta suposição, chegar-se aos rendimentos médios para 1960. Evidentemente os resultados finais para 1960 refletem o método adotado nesta estimativa, embora outros estudos utilizando critérios diferentes cheguem a resultados bastante próximos aos de LANGONI e aos aqui apresentados.<sup>(7)</sup> Para 1970, 1972 e 1976 foi possível obter diretamente os rendimentos médios e o problema não se apresentou.

#### A DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS NO PERÍODO 1960-1976

Os resultados mostram, se se toma os pontos extremos do período 1960/76, um sensível agravamento das desigualdades de rendimento entre os componentes da população economicamente ativa. O Índice de Gini limite inferior<sup>(8)</sup> aumentou desde 0,497 em 1960 para 0,589 em 1976, atingindo um valor máximo em 1972: 0,622. O limite superior<sup>(9)</sup> aumentou de 0,515 para 0,615 no

(5) Em função dessas diferenças é possível que estejam superestimadas as variações de rendimento entre 1972-76.

(6) Ver LANGONI (1973), capítulo 3.

(7) Compare-se os resultados dos trabalhos de FISHLOW (1975) e de HOFFMAN (1971).

(8) O Índice de Gini varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima). O Índice de Gini - limite inferior - é dado por:

$$G_i = 1 - \frac{\sum_{i=1}^n (Y_i + Y_{i-1}) (X_i - X_{i-1})}{N^2}, \text{ onde:}$$

$X_i$  = percentagem acumulada da população até o estrato  $i$

$Y_i$  = percentagem acumulada da renda até o estrato  $i$

$N$  = número de estratos de renda

O Índice de Gini - limite inferior - supõe implicitamente não existir desigualdade no interior de cada estrato de renda.

(9) O Índice de Gini - limite superior - inclui a desigualdade no interior de cada estrato. É definido como:

$$G_s = G_i + \frac{1}{\bar{y}} \sum_{i=1}^n n_i^2 \frac{(\bar{y}_i - l_i) (p_i - \bar{y}_i)}{p_i - l_i}, \text{ onde:}$$

$\bar{y}$  = renda média global

$\bar{y}_i$  = renda média do estrato  $i$

$l_i$  = limite inferior do estrato  $i$

$p_i$  = limite superior do estrato  $i$

mesmo período, após atingir um máximo de 0,644 em 1972. Um outro indicador de concentração, o Índice de Theil<sup>(10)</sup> também cresceu sensivelmente nestes anos, passando de 0,504 para 0,763 (tabela 8). Uma outra forma de visualizar as tendências da concentração da renda é através dos deslocamentos da curva de Lorenz.<sup>(11)</sup> Como se pode observar no gráfico 1 ela se deslocou para direita no período, refletindo o aumento da concentração.

Distintas características do processo concentracionista podem ser identificadas se a análise é recortada em sub-períodos. Com as informações disponíveis pode-se individualizar três desses sub-períodos: de 1960 a 1970, de 1970 a 1972 e de 1972 a 1976.<sup>(12)</sup>

a) O PERÍODO 1960/1970

Nos anos 60 a renda concentrou-se, passando o Índice de Gini (limite inferior) de 0,497 em 1960 para 0,562 em 1970. Observe-se as condições gerais em que se deu este processo de concentração de renda. O rendimento médio global da população economicamente ativa cresceu a taxas relativamente baixas (2,9% ao ano, contra 11,3% no período 1970-1976) e houve uma virtual estagnação, senão decréscimo, dos níveis de rendimento de uma grande parcela da população (a média dos rendimentos dos 70% mais pobres só cresceu 1% em termos médios anuais). Mais grave ainda, praticamente não variou nesta década a proporção dos trabalhadores que ganhavam o equivalente a até um salário-mínimo de 1960 (tabela 9).

Na verdade, estas são características de um processo de concentração de renda que se dá em um período marcado por uma longa fase recessiva da economia, o que impõe restrições ao acréscimo da renda média do conjunto da população ativa e particularmente da renda das camadas mais pobres. A economia brasileira entra em recessão em 1963 e no imediato pós-64 recebe periodicamente o impacto das "crises de estabilização", provocadas pela política econômica com o objetivo de controlar a inflação. A fase recessiva prossegue até 1967 e só a partir do ano seguinte as taxas de crescimento do período pré-recessivo são restabelecidas. Desde 1963 até a retomada do crescimento, a evolução do PIB apenas contrabalançou o crescimento populacional, com a renda per capita praticamente não evoluindo ao longo desses cinco anos. Não deve, portanto, ser excluída a hipótese de que as características acima mencionadas quanto às tendências dos rendimentos médios da população ativa total e das camadas mais pobres, bem como da distribuição da renda na década dos 60, reflitam mais o impacto dessa fase recessiva — baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação — do que os possíveis efeitos da fase seguinte, quando o crescimento econômico é retomado e as taxas de inflação baixam sensivelmente, mas que na

(10) Índice de Theil - varia de zero (perfeita igualdade) até  $\log N$  (desigualdade máxima), onde  $N$  é o número de pessoas. É dado pela expressão:

$$T = \sum_{i=1}^n y_i \log \frac{Y_i}{X_i}, \text{ onde}$$

$X_i$  = percentagem da população no estrato  $i$

$Y_i$  = percentagem da renda da população no estrato  $i$

(11) Deslocamentos para a direita da curva de Lorenz indicam aumento da concentração da renda; deslocamentos para esquerda, indicam redução do grau de concentração.

(12) Em algum desses sub-períodos (nomeadamente, 1970/72 e 1972/76) a cobertura espacial dos dados não é homogênea (a PNAD/72 não inclui a Região VII e a PNAD/76 exclui a área rural dessa região, enquanto o Censo cobre todo o território), o que poderia suscitar dúvidas a respeito da validade das conclusões extraídas com base nos dados da tabela 8 (que ignora a heterogeneidade da cobertura espacial). Para tirar essas dúvidas foram realizados exercícios (reproduzidos na tabela 8a), homogeneizando a cobertura espacial ao nível da cobertura da PNAD/72. Como se pode de duzir da comparação das duas tabelas, pouco se alteram os resultados (salvo alguns resultados de renda média em 1970), sendo por conseguinte, indiferente utilizar os dados de uma ou de outra tabela.

comparação 1960/1970 só abrange os anos 1968 a 1970.

A distribuição pessoal da renda no Brasil desde o ponto inicial de análise aqui tomado (1960) é marcadamente concentrada na cúpula. Em 1960, o decil superior absorvia quase 40% da renda total e seus rendimentos variavam no interior de um intervalo bastante amplo. No outro extremo da distribuição, encontrava-se uma grande parcela da população economicamente ativa, com rendimentos variáveis, mas cujo intervalo de variação era bastante estreito em torno do salário-mínimo oficial. Essas características, que embora com algumas alterações, ainda são pertinentes no momento atual, implicam que os indicadores de concentração sejam bastante sensíveis ao comportamento que possam ter, de um lado, os rendimentos da população ativa posicionada no decil superior da distribuição e, de outro, a política salarial, e em particular, a política de reajustes do salário-mínimo, a qual incide diretamente na determinação das variações do rendimento de uma ampla parcela da população ativa. (13)

Na década de 60, durante os anos recessivos, provavelmente freiou-se o crescimento dos rendimentos do decil superior, porém deu-se de forma muito sensível a redução do valor real do salário-mínimo, deteriorando os rendimentos reais da maior parte dos trabalhadores. Note-se, pela tabela 10 que a queda do valor real do salário-mínimo verificou-se em quase todos os anos da década. No âmbito da fixação do salário-mínimo apenas um fator concorreu positivamente para as camadas de mais baixo rendimento. Em localidades fora do eixo Rio - São Paulo o salário-mínimo recebeu aumentos superiores aos concedidos para estas capitais, com o que houve uma certa redução nas diferenças inter-regionais dos salários-mínimos, conforme mostra a tabela 11. Como não se dispõe de índices do custo de vida para o período a não ser para poucas capitais, não é possível mensurar o impacto dessa redução na elevação dos níveis reais do salário-mínimo em regiões fora do eixo Rio - São Paulo, no qual vigorava o maior salário-mínimo. Há apenas uma indicação: em Porto Alegre, uma das capitais mais beneficiadas com o estreitamento entre os valores do salário-mínimo, a perda em termos reais do salário-mínimo foi de 20% (contra cerca de 30% no Rio e São Paulo).

É provável que a retomada do crescimento em 1968 tenha intensificado o processo de concentração na medida em que possibilitou acréscimos nos rendimentos de algumas categorias profissionais, especialmente, do pessoal técnico e de cúpula administrativa e gerencial, enquanto era mantida a tendência à queda do salário-mínimo. O achatamento dos salários de base concomitantemente à retomada do crescimento permitiu que o pessoal colocado nos decis superiores, cujos rendimentos não estavam vinculados ao mínimo oficial, obtivesse aumentos substanciais, superiores inclusive à evolução da renda média global.

#### b) O PERÍODO 1970-1972

Essa situação de fins dos 60 repete-se e, ao que parece, de forma mais intensa nos anos iniciais dos 70. O crescimento do produto interno se acelera, alcançando taxas superiores a 11% ao ano, enquanto a política salarial, se por um lado, não ocasiona reduções sensíveis do salário-mínimo real como nos anos 60, por outro, concede aumentos muito baixos, em termos absolutos (entre 1970 e 1972 o salário-mínimo cresceu 2,8% no Rio de Janeiro, 0,7% em São Paulo e 1,9% em Porto Alegre), e principalmente em termos relativos ao crescimento da própria renda glo

(13) Que em 1976 poderia corresponder a dois terços do total da população economicamente ativa com rendimentos, os quais no máximo atingiam dois salários-mínimos, tendo como média cerca de um salário-mínimo. Nos anos anteriores uma proporção ainda maior do que esta poder-se-ia considerar.

bal e por habitante (ver tabela 12). Por outro lado, os rendimentos dos decis superiores evoluem rapidamente, inclusive em níveis bastante superiores à média. Segundo as informações disponíveis, referentes ao período 1970/72, o rendimento do decil superior cresceu de Cr\$ 1 319 para Cr\$ 2 214 (a preços de 1970), representando um acréscimo médio anual de 29,6% ao passo que o dos 70% mais pobres aumentou de Cr\$ 114 para Cr\$ 140 (mais 10,8% anuais) e o dos 30% mais pobres permaneceu constante ao nível de Cr\$ 60. No mesmo período, o rendimento médio global aumentou 48,8% acumulados e 22% em termos médios anuais. Tal evolução tão diferenciada dos decis ocasionou a piora na distribuição da renda que os dados da tabela 8 apontam.

Alguns fatores concorreram para reduzir o impacto concentracionista das tendências mencionadas acima. Em primeiro lugar, haveria que assinalar a redução que se mantém entre os valores regionais dos salários-mínimos e, em segundo, certas características associadas ao próprio crescimento experimentado no período. É isto porque o crescimento acelerado permite via de regra ganhos para as camadas menos favorecidas acima dos limites oficiais, pois faz expandir a oferta de empregos em ocupações mais bem remuneradas, cria maiores facilidades para promoções e ganhos extras de renda. Na medida ainda em que a demanda por trabalhadores pressiona o mercado de trabalho (como ocorreu em alguns setores localizados da economia brasileira entre 1972/73) pode-se ter um crescimento substancial dos salários oferecidos aos trabalhadores de mais baixa qualificação. É também em períodos como esse, de crescimento acelerado, que nas negociações salariais podem os trabalhadores pleitear com sucesso elevações de salário acima da evolução do custo de vida, dado que a produtividade do trabalho aumenta rapidamente.

No período em exame essas decorrências do crescimento acelerado, exceto a última, estiveram presentes e contribuíram para elevar os ganhos reais dos trabalhadores acima dos percentuais concedidos pela política salarial. As informações reunidas na tabela 13 comprovam isso. De 1970 a 1972 reduz-se o percentual de trabalhadores que recebiam até um salário - mínimo de 60,6% para 49,3% e cai de 82,3% para 75,1% a proporção dos que ganhavam até dois salários-mínimos.<sup>(14)</sup> Note-se que o mesmo se verifica entre a população urbana e entre a população rural (tabela 13). Isso atuou no sentido de atenuar os efeitos das tendências concentracionistas em curso no período, mas não evitou que o índice de Gini (limite inferior) passasse dos 0,562 em 1970 para 0,622 em 1972.

#### c) O PERÍODO 1972-1976

Não obstante terem sido as taxas de crescimento econômico menos altas, que nos primeiros anos dos 70 e as pressões inflacionárias serem mais fortes, foi neste período que o aumento das desigualdades de renda se deteve e, segundo as informações disponíveis para os anos de 1972/76, o grau de concentração diminuiu, com o índice de Gini passando de 0,622 em 1972 para 0,589 em 1976 (tabela 8).

Uma vez mais parecem ter jogado papel decisivo o comportamento dos rendimentos do decil superior e a evolução do salário-mínimo para as mudanças na distribuição da renda nesses anos. O rendimento médio dos 10<sup>+</sup>, como decorrência da desaceleração do crescimento econômico, expandiu-se bem menos do que nos anos anteriores (22,2% entre 1972 e 1976, contra 67,8% entre 1970 e 1972), o que concorreu para que sua participação na renda caísse dois pontos percentuais (de 39,8% em 1972 para 37,9% em 1976), perda esta absorvida pelos 50% mais pobres. A estes ca

(14) Observe-se que o salário-mínimo é um bom padrão de medida para avaliar essas mudanças já que seu valor real pouco se alterou no período.

bia em 1972 11,3% do total da renda, percentual este que sobe até os 13,1% em 1976. Observe-se que o crescimento do rendimento médio desta metade da população economicamente ativa eleva-se numa proporção bem superior à elevação do rendimento médio global (três vezes mais) e ao aumento de rendimento do decil superior (3,8 vezes mais). Para isso corroboraram alguns fatores, que, como se tem ressaltado, tem grande alcance em definir os rumos dos rendimentos de ampla parcela da população.

A manutenção de certo nível de crescimento econômico foi um deles. Embora menores a partir de 1973, as taxas de crescimento permaneceram ao redor dos 7% anuais, marca bem inferior à registrada no auge de 1972/73 (13% em média), mas ainda alta o bastante para sustentar um crescimento da renda per capita em torno dos 4% e absorver o crescimento da força de trabalho, evitando a queda no nível de emprego e rendimento dos trabalhadores de base.

Os aumentos fixados para os salários foram um outro fator. Apesar de vir sendo reduzida a proporção dos trabalhadores cujos rendimentos gravitam em torno do mínimo oficial (em 1976, 37,4% da população economicamente ativa ganhavam até um salário-mínimo e 66,8% até dois salários-mínimos, enquanto em 1970 estes percentuais eram, respectivamente, 60,6% e 82,3% (ver tabela 13), uma grande parte deles ainda é remunerada com base no salário-mínimo oficial. E este, vem evoluindo nos últimos períodos a taxas baixas, porém já não mais negativas como aquelas referentes aos quinquênios da década de 60 (ver tabela 10). Em termos relativos, a evolução do salário-mínimo também se modificou. Vinha, como se viu, perdendo rapidamente seu valor frente ao produto interno por habitante, mas a partir de 1974 estabiliza-se a relação, com o salário-mínimo evoluindo aproximadamente ao ritmo de crescimento do PIB per capita (tabela 12). Além do mais, prosseguiu o estreitamento entre os diversos salários-mínimos regionais no período em foco, beneficiando em particular regiões mais pobres do Norte e Nordeste no país (tabela 11).

As evidências não são conclusivas, mas há que se destacar ainda no período o aperfeiçoamento das transferências monetárias de renda (por intermédio da previdência social, pagamento de um salário-mínimo aos beneficiários do PIS-PASEP a partir de 1976, etc.), que possivelmente concorreram para a desconcentração da renda. Com as informações disponíveis não é possível, entretanto, avaliar ao longo do tempo o impacto redistributivo desse fator. O que se pode fazer, e isto será objeto de discussão a seguir, é tentar estimar este impacto, mas apenas para o ano de 1972, com os dados da PNAD.

Cabe assinalar ainda para o período que se estende de 1970 a 1976 que a melhoria ocorrida nos últimos anos não compensou a concentração verificada nos primeiros e, como consequência, a distribuição da renda resultou mais concentrada em 1976 comparativamente a 1970.

#### DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS E CRESCIMENTO ECONÔMICO

A experiência desses três períodos para os quais foi possível testar a evolução dos indicadores da distribuição da renda, suscita algumas observações de ordem mais geral sobre questões de muita relevância.

A primeira delas refere-se às relações entre distribuição de renda e crescimento econômico. Pelo exame dos três sub-períodos que as informações estatísticas permitem selecionar, não parece ter havido uma relação regular entre ambos. Para que se explicitar melhor esse ponto, cabe lembrar que as variações dos rendimentos de duas frações da população ativa são decisivos

para explicar as alterações no grau de concentração da renda: os 70% mais pobres e os 10% mais ricos<sup>(15)</sup>. No interior do primeiro grupo, os rendimentos variam pouco (entre 2 e 2 salários-mínimos) e tem com média 1 salário-mínimo; no interior do segundo os rendimentos variam amplamente e em média superam em muito o salário-mínimo (em 1976 a renda média dos 10+ era de 14 vezes o salário-mínimo). Como apontam as evidências para os anos 1970 a 1972 (de crescimento econômico acelerado), constitui um fator de concentração da renda o comportamento dos rendimentos deste último grupo nas fases ascendentes, pois tendem a aumentar a taxas muito elevadas. Já nas fases de desaceleração do crescimento (como ilustram os dados para 1972-76), seus rendimentos tendem a evoluir a taxas bem menores, reduzindo, em consequência, as pressões concentracionistas oriundas do decil superior<sup>(16)</sup>. Tomando portanto apenas esse decil, haveria evidência de que concentração da renda e crescimento econômico caminhariam juntos, no mesmo sentido. Porém, no caso dos 70% mais pobres não se verifica uma relação tão nítida entre fases do ciclo e evolução dos seus ganhos. Seus rendimentos, sem dúvida, são influenciados pelo dinamismo da economia como um todo, na medida em que disso dependerá a criação de mais ou menos amplas oportunidades de emprego, maiores ou menores ganhos de produtividade, etc., mas também refletem os rumos da política salarial e das políticas de complementação de renda monetária e não monetária em favor dos trabalhadores de base, que não necessariamente seguem colados ao desempenho econômico. Há possibilidade de distintas combinações entre grau de concentração da renda e crescimento econômico, e dos distintos ritmos em que caminham ambos os processos.

A segunda observação prende-se ao último período, no qual desconcentrou-se a renda. A experiência desse período mostra que é possível avanços na redução desigualdades em simultâneo com ganhos reais por parte de todas as frações da população ativa. Assim, observa-se que a desconcentração foi causada pela perda de posição relativa dos 10% mais ricos em dois pontos percentuais, que foram absorvidos pelos decis inferiores, especialmente, pelos 50 mais pobres. A despeito disto, o rendimento médio dos 10+ cresceu 5,1% ao ano entre 1972 e 1976.

Se o objetivo, entretanto, for a redução sensível do grau de concentração - a ponto, por exemplo, de colocá-lo ao nível de 1960, o que deixaria o Brasil bem mais próximo aos padrões internacionais, mas ainda assim algo distante do padrão das economias mais desenvolvidas - a evolução dos rendimentos das camadas mais pobres, em comparação com a dos mais ricos, deverão se dar a taxas bem mais elevadas. Do contrário, a desconcentração pode revelar-se lenta em demasia para o objetivo indicado. Exemplificando: supondo que o diferencial entre as taxas de crescimento dos rendimentos dos sete decis inferiores e do decil superior mantenha-se o mesmo dos anos 1972-76, o que implicaria que o rendimento médio dos 70- crescesse 65% mais do que o rendimento médio dos 10+ - as participações dessas duas frações da população ativa na renda só retornariam aos níveis de 1960, em cerca de 20 anos (a contar de 1976).

(15) Desde 1960 variaram amplamente as proporções da renda absorvidas por essas duas frações da população economicamente ativa, o que ocasionou as variações nos indicadores globais de concentração. O percentual da renda absorvido pelos 70- passou de 33,9% em 1960 para 28,2% em 1970, 23,4% em 1972 e 25,3% em 1976, e o absorvido pelos 10+ passou de 39,6% em 1960 para 46,7% em 1970 e daí para 52,6% em 1972 e 50,4% em 1976. Note-se que as variações do posicionamento na renda dos 20% intermediários entre os 70% mais pobres e os 10% mais ricos, praticamente não resultou em efeito concentrador ao nível da distribuição global da renda. Sua participação na renda, ao contrário das outras frações, variou relativamente pouco, passando de 26,5% para 25,1% nos anos 60 e daí para 24,0% em 1972 e 24,3% em 1976 (tabela 8).

(16) As oscilações da taxa de crescimento do rendimento médio dos 10+ de acordo com a fase do ciclo podem ser empiricamente ilustrados com os dados da tabela 8, pela comparação entre os períodos dos 1970-72 e 1972-76. Teoricamente, isso vem sendo explicado com base em diversos abordagens (teoria do capital humano, desequilíbrios no mercado de trabalho qualificado, diversificações dos aparatos burocráticos e gerencial das empresas, etc), as quais não cabe discutir aqui.

## DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS E CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA:

Informações mais desagregadas sobre a distribuição pessoal do rendimento encontram-se reunidas nas tabelas 14, 15 e 16, cobrindo anos de 1970 e 1976. Segundo os indicadores encontrados, algumas tendências do processo de concentração que foram próprias dos anos 60, ao que parece não se renovam nos atuais anos 70. Os exemplos mais marcantes são encontrados nos cortes da população economicamente ativa segundo situação de domicílio, setores de atividade e grau de instrução. Como se observa na tabela 16, não foi entre a população economicamente ativa domiciliada em áreas urbanas, nem entre a população economicamente ativa vinculada aos setores secundário e terciário e nem tampouco entre a população ativa que possui grau de instrução superior que a concentração evoluiu mais rapidamente, como ocorrera nos anos 60. Ao contrário, esta se deu de forma mais acentuada entre os integrantes da população economicamente ativa domiciliados em áreas rurais, vinculados ao setor primário e com graus de instrução que não o superior completo.<sup>(17)</sup>

Outra característica a destacar diz respeito à evolução da concentração de rendimentos em termos regionais. Em princípio é preciso ressaltar que para todas as regiões os índices de concentração encontrados são muito altos (índices de Gini-limite inferior variando entre 0,55 e 0,60). Contudo em algumas regiões, dentre as quais uma com rendimento médio dos mais elevados no confronto inter-regional (Região II - São Paulo) e outra com o mais baixo nível de rendimento (Região V - Nordeste), a renda pouco se concentrou. A concentração foi mais intensa nas Regiões I (Rio de Janeiro) — onde a desigualdade é a mais alta do país —, Região III (Sul), Região VI (Distrito Federal) e Região VII (Norte e Centro-Oeste).

Nota-se ainda da leitura das tabelas 14, 15 e 16 que, em alguns casos, a discrepância entre os níveis médios de rendimento se reduziu substancialmente nos atuais anos 70, com efeitos positivos sobre o perfil de distribuição. Assim, quem obteve os maiores acréscimos foram os trabalhadores que em média auferiam menores remunerações em 1970. Os trabalhadores domiciliados em áreas rurais obtiveram um acréscimo de rendimento superior aos trabalhadores das áreas urbanas. O mesmo ocorreu com os trabalhadores do setor primário relativamente aos dos demais setores de atividade, com os trabalhadores sem instrução vis-à-vis aos trabalhadores com mais alto grau de instrução formal, e, finalmente com os autônomos comparativamente aos empregados e empregadores.

Em outros casos, entretanto, os acréscimos de rendimento beneficiaram os que já em 1970 obtinham rendimentos bastante elevados. Assim, entre homens e mulheres, o diferencial de rendimento seguiu se ampliando, pois a taxa de crescimento do rendimento do contingente masculino situou-se bem acima da correspondente feminina. Da mesma forma ampliou-se a distância, que separa os trabalhadores com idades compreendidas nos intervalos acima dos 25 anos, do contingente mais jovem da população economicamente ativa (ver a tabela 16). Ambas as tendências jogam no sentido de aumentar as desigualdades de rendimento para o conjunto da população economicamente ativa, com consequências negativas sobre os indicadores globais de concentração.

(17) Há uma dificuldade na comparação dos rendimentos da população economicamente ativa com grau de instrução superior que prejudica a análise. Para 1976, na impossibilidade de se contar com dados diretamente comparáveis aos de 1970, tomou-se como "proxy" de pessoas com curso superior completo aquelas que tinham 16 anos ou mais de estudo.

#### IV.5 - DISTRIBUIÇÃO FAMILIAR DA RENDA

Uma das formas pelas quais a sociedade reage às desigualdades pessoais de rendimento é através da soma de rendimentos individuais no interior da família, ou seja, mediante o ingresso no mercado de trabalho de outros membros da família, além do chefe, como o cônjuge e os filhos. No Brasil, onde as desigualdades são acentuadas e onde para uma parcela significativa da população os níveis pessoais de rendimento são extremamente baixos em termos absolutos, há um forte estímulo para que outros membros da família além do chefe busquem ocupações remuneradas no mercado de trabalho com o objetivo indicado. Os aumentos que vem sendo verificados na taxa de atividade do cônjuge, filhos e outros parentes permitem considerar como válida esta hipótese.<sup>(18)</sup> Em vista disso é necessário o exame do rendimento familiar para que se complete o estudo da distribuição da renda.

Em 1970, como se pode observar na tabela 17 e no gráfico 2, o grau de concentração do rendimento familiar era elevado (Gini limite inferior de 0,564) e muito próximo ao verificado para a distribuição pessoal (Gini de 0,562) indicando que não operava como fator redistributivo a estratégia de defesa do nível de renda das famílias mais pobres. Já para 1976 o cotêjo de ambas as distribuições mostra uma situação diferente: há uma menor concentração do rendimento familiar (Gini de 0,561, contra 0,589 da pessoal), dado que enquanto a distribuição da renda pessoal concentrou-se ao longo dos 70, a familiar pouco se alterou entre 1970 e 1976. Nota-se, entretanto, que para 1976 a comparação entre as distribuições pessoal e familiar fica prejudicada pelo fato de que se cruzam mais de uma vez as curvas de Lorenz referentes as duas distribuições (ver o gráfico 2). De qualquer forma, é possível afirmar que nesse ano a distribuição familiar vis-à-vis à pessoal era menos concentrada na cúpula (o decil superior absorvia 50,4% do rendimento no caso da distribuição pessoal e 45,0% no caso da distribuição familiar) e provavelmente daí resultam os mais baixos índices de concentração global que se verifica quando se passa da distribuição pessoal para a familiar.

A indicação embora não inteiramente conclusiva que esses resultados proporcionam é a de que nos últimos anos passou a ser mais sensível o impacto redistributivo oriundo do acúmulo de rendimentos individuais no interior das unidades familiares. A desconcentração resultante, porém, teve muito mais o efeito de compensar o aumento das desigualdades pessoais ocorrida no período do que de alterar substancialmente para melhor o perfil de rendimento do início da atual década, o qual era já bastante desigual.

Cabe assinalar que se não foi maior o impacto redistributivo da estratégia das camadas mais pobres de elevar o número de membros da família em atividades remuneradas, porque as camadas médias e altas também agiram dessa maneira,<sup>(19)</sup> não para se livrarem das privações de necessidades mais básicas impostas pelo baixo nível de renda do chefe, mas como meio de atingir um patamar mais elevado de renda e, conseqüentemente, de consumo. As modificações na estrutura produtiva do país nas últimas décadas que implicaram entre outras coisas, a incorporação de diversos bens e serviços ao consumo corrente, constituem poderoso estímulo para que isto ocorra e para que não fique restrita às camadas mais pobres a estratégia indicada. Por outro lado, tornou-se possível o ingresso no mercado de trabalho de membros adicionais da família, em decorrência do crescimento econômico que, em particular nas áreas urbanas onde também são mais intensos

(18) A respeito, consultar a parte referente a Famílias.

(19) Para as informações que comprovam isso, ver a parte referente a Famílias.

os apelos ao consumo diversificado, ampliou as oportunidades de trabalho à mulher e aos jovens em ocupações relativamente bem remuneradas.

Outra perspectiva, pode ser analisada a importância da estratégia familiar de complementação da renda do chefe. No que diz respeito aos níveis absolutos de rendimento, a referida estratégia jogou no sentido de atenuar a extensão da pobreza absoluta da população brasileira. Assim, por exemplo, se o rendimento familiar se restringisse ao rendimento auferido pelos chefes das famílias haveria, segundo os dados mais recentes da PNAD/76 13,5 milhões de famílias (59,3% do total) cujo rendimento mensal não iria além de dois salários-mínimos e que, em média, teriam um rendimento mensal per capita muito baixo, de aproximadamente um quarto do salário-mínimo. Mas se os rendimentos dos demais membros forem também contabilizados em acréscimo aos rendimentos dos chefes, esse número reduzir-se-ia para 10,4 milhões (45,6% do total - ver as tabelas 18 e 18a). Seriam, portanto, 3,1 milhões de famílias, congregando cerca de 15 milhões de pessoas, que em 1976 lograram mediante a estratégia indicada, escapar a este baixo nível de rendimento de dois salários-mínimos.

#### IV.5.1 - O RENDIMENTO NÃO MONETÁRIO

Até bem pouco tempo era impossível uma avaliação razoavelmente segura dos efeitos redistributivos dos rendimentos não monetários, que as famílias recebem a título, por exemplo, de aluguéis imputados, alimentação gratuita, assistência médica subsidiada, auto-consumo, etc.. Recentes pesquisas do IBGE, no entanto, fornecem algumas indicações preliminares de como poderiam ter influenciado nos últimos anos esses rendimentos, de um lado, em alterar os índices de concentração da renda, e, de outro, em complementar a renda absoluta das famílias mais pobres.

Estão disponíveis informações de duas fontes: da PNAD/72 e do ENDEF realizado em 1974/75. A PNAD/72 pesquisou os rendimentos não monetários das unidades de consumo, definidos como "a estimativa, baseada na cotação do mercado local, do valor do aluguel, de outros bens e de serviços, inclusive os que se referem à saúde, gastos com uniformes, alimentação, etc., e que teriam de ser realizados (se não fossem recebidos gratuitamente), por meios próprios ou por terceiros" (PNAD-1972 - pp XIII). Há informações ainda acerca do "rendimentos monetário", ou seja, o total das renda auferidas em dinheiro.

Já o ENDEF pesquisou itens do consumo que não foram comprados, mas que foram consumidos pelas famílias. Seu valor foi estimado e constitui a despesa não monetária.

Com esses dois grupos de informações é possível uma avaliação do impacto redistributivo das fontes não monetárias da renda e de consumo.

No caso da PNAD/72, os dados de rendimento monetário e não monetário foram publicados em cruzamento com a ocupação de chefe da família. O que se observa é que quando se introduz o rendimento não monetário eleva-se de forma não desprezível (mais de 14% em média) o rendimento das unidades de consumo, embora isso não influa significativamente na distribuição da renda, segundo a ocupação do chefe (ver tabelas 19, 19a, 19b e 20). Dessa forma, sugerem os dados, o auxílio prestado pelos recursos não monetários situa-se mais ao nível absoluto, no sentido de atenuar em parte a pobreza absoluta, do que no relativo, ou seja, na participação das famílias na absorção da renda global.

Quanto aos dados do ENDEF, foram feitas simulações do impacto redistributivo das despesas não-monetárias (em alimentação e total) para três regiões (I, III e V) sobre as quais se dispunha das informações necessárias. Os resultados das simulações encontram-se na tabela 21 de

onde se pode deduzir que o impacto redistributivo das despesas não monetárias em alimentação não é sensível, salvo na Região V (Nordeste), dado o peso da população rural nesta região. Numa região predominantemente urbana como a Região I (Rio de Janeiro) é insignificante o impacto dessas despesas. A Região III (Sul) encontra-se numa posição intermediária: as despesas não monetárias em alimentação têm um pequeno efeito positivo sobre a concentração das despesas familiares. Já a introdução das demais despesas não monetárias (nas quais pesa fundamentalmente a imputação de alugueis) é neutra em termos redistributivos, em todas as regiões.

Os dados sugerem outra vez que o acesso a fontes não monetárias influi mais sobre o nível absoluto do que sobre a distribuição de renda e de despesa das famílias. Como se pode observar nas tabelas 22 e 23, é alto o acréscimo de despesa proporcionado pelo auto-consumo (principalmente no Nordeste) e pelos demais itens de despesa não monetária (em todas as três regiões). Em particular ressalta-se que as despesas não monetárias permitem que um grande número de famílias ultrapasse uma faixa de despesa muito baixa em termos absolutos, como a de até dois salários-mínimos. No conjunto das três regiões, se fossem excluídas das despesas das famílias as despesas não monetárias, haveria 6,1 milhões de famílias (ou 53,2% do total) com um nível de despesa correspondente a até dois salários-mínimos. Se são incluídas, esse número reduz-se para 4,6 milhões (ou 39,7% do total) (tabela 23).

#### BIBLIOGRAFIA

- 1 - BACHA, EDMAR L. - "Hierarquia e Remuneração Gerencial". In: A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.
- 2 - COSTA, RAMONAVAL A. - Distribuição da Renda Pessoal no Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1978.
- 3 - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Contas Nacionais do Brasil, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- 4 - FISHLOW, ALBERT - "A Distribuição da Renda no Brasil". In: A Controvérsia sobre Distribuição da Renda e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.
- 5 - HOFFMANN, RODOLFO - Contribuição à análise da Distribuição da Renda e da Posse da Terra no Brasil. Tese de livre docência apresentada à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, USP, 1971.
- 6 - LANGONI, CARLOS G. - Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura, 1973.
- 7 - TOLIPAN, RICARDO e TINELLI, ARTHUR (org.) - A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

## 1 - PRODUTO INTERNO BRUTO TOTAL E PER CAPITA

BRASIL

1965-1978

ANOS	PIB (Cr\$ 1 000 000,00 de 1970)	VARIAÇÃO ANUAL	PIB PER CAPITA (Cr\$ de 1970)	VARIAÇÃO ANUAL
1965 .....	143 935,9	-	1 776,9	-
1966 .....	149 351,7	3,8	1 792,0	0,8
1967 .....	156 642,2	4,8	1 826,8	1,9
1968 .....	174 139,5	11,2	1 973,9	8,1
1969 .....	191 428,4	10,0	2 109,0	6,8
1970 .....	208 300,8	8,8	2 230,5	5,8
1971 .....	236 004,8	13,3	2 458,6	10,2
1972 .....	263 708,8	11,7	2 672,1	8,7
1973 .....	300 369,8	14,0	2 961,3	10,8
1974 .....	329 740,2	9,8	3 163,2	6,8
1975 <sup>(1)</sup> .....	348 487,2	5,6	3 252,5	2,8
1976 <sup>(1)</sup> .....	379 732,4	9,0	3 448,2	6,0
1977 <sup>(1)</sup> .....	397 437,9	4,7	3 510,7	1,8
1978 <sup>(1)</sup> .....	420 180,4	5,7	3 611,2	2,9
1965/1970 .....	170 633,1	7,7	1 951,5	4,7
1970/1975 .....	281 101,9	10,9	2 789,7	7,9
1975/1978 .....	386 459,5	6,5	3 455,6	3,6
1965/1978 .....	264 247,1	8,6	2 627,6	5,6

FONTE: IBRE - Fundação Getúlio Vargas - DEISO-IBGE

NOTAS: (1) Dados Preliminares

OBS.: Deflator Implícito do PIB exceto para 1978 onde se utilizou o Índice Geral de Preços (Coluna 2 da Conjuntura Econômica).

## 2 - PARÂMETROS DA ECONOMIA BRASILEIRA

BRASIL

1965/1975-1978

PARÂMETROS	1965	1970	1975 (1)	1976 (1)	1977 (1)	1978 (1)	65/70	70/75	75/78	65/78
Produto real .....	....	8,8	5,6	9,0	4,7	6,0	7,7	10,8	6,5	8,6
Agricultura .....	....	1,0	3,4	4,2	9,6	- 1,7	0,4	6,1	3,9	3,4
Indústria .....	....	10,4	6,2	10,7	3,9	8,1	9,7	11,9	7,5	10,0
Comércio .....	....	10,3	3,5	8,7	3,5	5,9	8,7	10,8	6,0	8,9
Transportes e Comunicações .....	....	10,5	11,8	7,5	4,1	6,8	9,1	12,1	6,1	9,5
Impostos indiretos menos subsídios / produto nacional bruto .....	12,0	14,9	12,6	13,0	12,9	12,6	14,1	14,1	12,8	13,7
Consumo total/produto nacional bruto .....	76,6	77,6	79,7	80,1	80,1	80,4	78,1	76,1	80,1	78,0
Formação bruta de capital fixo/produto nacional bruto .....	18,6	22,5	25,7	24,1	22,3	22,6	20,7	23,7	23,7	22,3
Saldo do balanço de pagamentos em c/c / formação bruta de capital fixo .....	- 6,8	5,7	21,2	17,3	10,7	13,6	2,3	14,2	15,7	9,6
Exportações (mercadorias e serviços)/produto nacional bruto .....	7,4	6,6	7,5	7,5	7,8	7,1	6,3	7,2	7,5	6,9
Importações (mercadorias e serviços)/produto nacional bruto .....	5,3	7,0	11,6	10,0	8,4	8,4	6,0	9,7	9,6	8,1

FONTE: IBRE - Fundação Getúlio Vargas

NOTA: (1) Dados Preliminares

## 3 - DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA RENDA INTERNA

BRASIL

1949/1975-1978

SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE	1949	1959	1965	1970	1975(1)	1976(1)	1977(1)	1978(1)	65/70	70/75	75/78	65/78
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agricultura .....	24,9	19,2	15,9	10,2	10,5	10,7	12,2	11,2	12,5	10,7	11,2	11,7
Indústria .....	26,0	32,6	32,5	36,3	39,4	38,4	36,7	37,1	34,2	37,8	37,9	36,3
Indústria de Transformação .....	20,2	25,1	24,8	27,4	30,2	29,6	28,0	...	26,3	29,6	29,0 <sup>2</sup>	28,9 <sup>2</sup>
Indústria de Construção .....	4,2	5,6	5,3	5,9	5,7	5,5	5,6	...	5,9	5,8	5,6 <sup>2</sup>	5,7 <sup>2</sup>
Serviços .....	49,1	48,2	51,6	53,5	50,1	50,9	51,1	51,7	53,3	51,5	50,9	52,0

FONTE: IBRE - Fundação Getúlio Vargas - DEISO-IBGE

NOTAS: (1) Dados preliminares

(2) Não foi incluído o ano de 1978

## 4 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA RENDA INTERNA POR RAMOS DE ATIVIDADE

BRASIL E MACRO REGIÕES

1949/1970

MACRO REGIÕES	1949				1959				1970			
	TOTAL	AGRICUL TURA	INDÓS TRIA	SERVI ÇOS	TOTAL	AGRICUL TURA	INDÓS TRIA	SERVI ÇOS	TOTAL	AGRICUL TURA	INDÓS TRIA	SERVI ÇOS
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
NORTE .....	1,7	1,7	0,3	2,0	2,0	2,4	1,3	2,3	2,1	3,6	1,1	2,4
NORDESTE .....	13,9	19,3	9,7	13,0	14,5	27,9	7,5	12,7	11,7	20,3	5,7	13,1
SUDESTE .....	67,5	54,7	75,3	70,7	65,0	38,1	78,1	68,7	65,5	33,7	80,2	63,8
Rio de Janeiro .....	19,4	4,9	20,0	26,7	18,5	4,1	17,4	24,8	16,7	2,5	15,7	19,9
São Paulo .....	36,4	30,0	47,9	34,7	37,8	21,8	54,4	35,4	39,3	17,7	57,0	34,2
SUL .....	15,2	21,1	13,4	12,9	16,2	26,9	12,3	14,1	17,1	35,4	12,0	16,3
CENTRO-OESTE .....	1,7	3,2	0,7	1,4	2,3	4,7	0,8	2,2	3,6	7,0	0,9	4,4

FONTE: IBRE - Fundação Getúlio Vargas - DEISO-IBGE.

## 5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO VALOR AGREGADO DA

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

MACRO REGIÕES

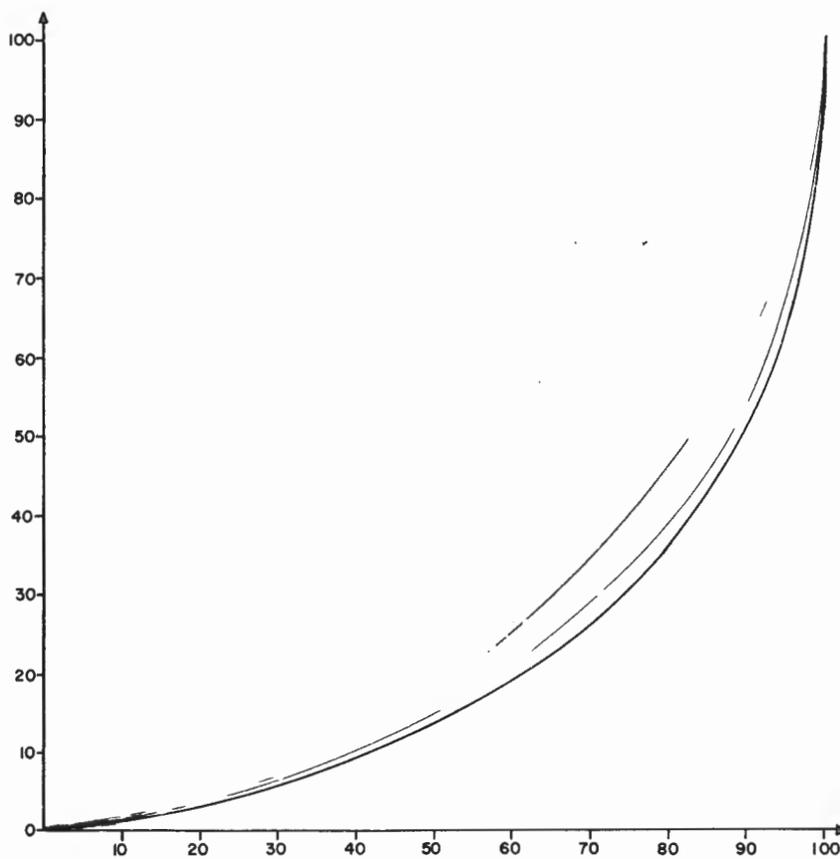
1970/1974

MACRO REGIÕES	1970	1974
TOTAL .....	100,0	100,0
Norte .....	0,8	1,0
Nordeste .....	5,5	6,3
Sudeste .....	81,2	77,5
Sul .....	11,8	14,4
Centro-Oeste .....	0,7	0,8

FONTE: Censo Industrial 1970 e Pesquisa Industrial 1974 - DESDE - Agregados Regionais - IBGE.

OBS.: Dados referentes a estabelecimentos com 5 operários ou mais e/ou valor da produção igual ou superior a 640 vezes o maior salário-mínimo.

1 CURVA DE LORENZ  
DISTRIBUIÇÃO PESSOAL  
Brasil-1960 e 1976



Legenda

- 1960
- 1970
- 1972
- 1976

FONTE: Ver Tabela 6

## 6 - DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA INTERNA URBANA

BRASIL

1949/1970-1975

ANOS	TOTAL RENDA URBANA	REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	OUTRAS REMUNERAÇÕES
1949 .....	100,0	56,6	43,4
1959 .....	100,0	55,5	44,5
1970 .....	100,0	52,0	48,0
1971 .....	100,0	52,3	47,7
1972 .....	100,0	53,5	46,5
1973 .....	100,0	52,2	47,8
1974 .....	100,0	50,8	49,2
1975 <sup>(1)</sup> .....	100,0	52,5	47,5
1970/1975 .....	100,0	52,2	47,8

FONTE: IBRE - Fundação Getúlio Vargas - DEISO-IBGE

NOTA : (1) Dados Preliminares

7 - TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DOS SALÁRIOS REAIS E DA PRODUTIVIDADE  
MÉDIA NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

BRASIL

1949/1978

DISCRIMINAÇÃO	1949/1959	1959/1970	1970/1974	1949/1974 <sup>(3)</sup>	1976/1977	1977/1978
Salário Médio do Pessoal Ocupado na Produção <sup>1</sup> .....	2,2	2,2	5,1	2,7	7,6	7,5
Salário Médio do Pessoal Ocupado na Administração <sup>1</sup> .....	4,5	2,6	10,0	4,5	6,3	7,5
Salário Médio Total <sup>1</sup> .....	3,0	2,2	7,4	3,3	8,1	7,5
Produtividade Média <sup>2</sup> .....	4,0	4,9	9,1	5,2	...	...

FONTE: Censos Industriais de 1950, 1960 e 1970 e Pesquisa Industrial de 1974 - DEISO-IBGE

NOTAS: (1) Os salários nominais foram corrigidos pela média do custo de vida no Rio de Janeiro e em São Paulo.

(2) Como indicador de produtividade utilizou-se a relação VTI/média mensal do Pessoal Ocupado Total. Os valores nominais do VTI foram corrigidos pelo Índice de preços por atacado dos produtos industriais (colú na 18 de Conjuntura Econômica).

(3) Os dados da Pesquisa Industrial de 1974 foram ajustados para incluir as empresas com menos de 5 operários e/ou valor da produção inferior a 640 vezes o maior salário mínimo vigente na data da pesquisa. Para o ajustamento foi suposto constante ao nível de 1970 a proporção do emprego, dos salários e do VTI referentes a estas empresas sobre o total da indústria de transformação.

## 8 - DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO

BRASIL

1960/1976

Continua

CORTES PERCENTUAIS	1960				1970				1972(1)			
	% DO RENDIMENTO		RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ de 1970)		% DO RENDIMENTO		RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ de 1970)		% DO RENDIMENTO		RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ de 1970)	
	NO PER CENTIL	ACUMULADA	DO PER CENTIL	ACUMULADA	NO PER CENTIL	ACUMULADA	DO PER CENTIL	ACUMULADA	NO PER CENTIL	ACUMULADA	DO PER CENTIL	ACUMULADA
10 <sup>-</sup>	1,9	1,9	39	39	1,2	1,2	35	35	0,7	0,7	29	29
10	2,0	3,9	43	41	2,2	3,4	64	50	1,5	2,2	62	46
10	3,0	6,9	64	49	2,9	6,3	81	60	2,1	4,3	89	60
10	4,4	11,3	93	60	3,7	10,0	104	71	3,2	7,5	137	79
10	6,1	17,4	130	74	4,9	14,9	137	84	3,8	11,3	159	95
10	7,5	24,9	161	88	6,0	20,9	171	99	5,5	16,8	230	118
10	9,0	33,9	191	103	7,3	28,2	205	114	6,6	23,4	276	140
10	11,3	45,2	240	120	9,9	38,1	279	135	9,4	32,8	395	172
10	15,2	60,4	324	143	15,2	53,3	429	167	14,6	47,4	615	221
10 <sup>+</sup>	39,6	100,0	842	213	46,7	100,0	1 319	283	52,6	100,0	2 214	421
5 <sup>+</sup>	28,3	-	1 203	-	34,1	-	1 929	-	39,8	-	3 345	-
1 <sup>+</sup>	11,9	-	2 542	-	14,7	-	4 147	-	19,1	-	8 016	-
INDICADORES	1960				1970				1972			
Rendimento Médio (Cr\$ de 1970)	213				283				421			
Índice de Gini Limite Inferior	0,497				0,562				0,622			
Índice de Gini Limite Superior	0,515				0,571				0,644			
Índice de Theil	0,504				0,666				0,865			

Conclusão

CORTES PERCENTUAIS	1976(2)				VARIACÃO ANUAL RENDIMENTO MÉDIO (%)					
	% DO RENDIMENTO		RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ de 1970)		1960/1970		1970/1972		1972/1976	
	NO PER CENTIL	ACUMULADA	DO PER CENTIL	ACUMULADA	DO PER CENTIL	ACUMULADA	DO PER CENTIL	ACUMULADA	DO PER CENTIL	ACUMULADA
10 <sup>-</sup>	1,0	1,0	53	53	-1,1	-1,1	-9,0	-9,0	16,3	16,3
10	2,2	3,2	116	85	4,1	2,0	-1,6	-4,1	17,0	16,6
10	2,7	5,9	143	104	2,4	2,0	4,8	0,0	12,6	14,7
10	3,2	9,1	173	121	1,1	1,7	14,8	5,5	6,0	11,2
10	4,4	13,5	236	144	0,5	1,3	7,7	6,3	10,4	11,0
10	5,1	18,6	273	166	0,6	1,2	16,0	9,2	4,4	8,9
10	6,7	25,3	359	193	0,7	1,0	16,0	10,8	6,8	8,4
10	9,8	35,1	527	235	1,5	1,2	19,0	12,9	7,5	8,1
10	14,5	49,6	781	296	2,8	1,6	19,7	15,0	6,2	7,6
10 <sup>+</sup>	50,4	100,0	2 705	537	4,6	2,9	29,6	22,0	5,1	6,3
5 <sup>+</sup>	37,9	-	4 065	-	4,8	-	31,7	-	5,0	-
1 <sup>+</sup>	17,4	-	9 326	-	5,0	-	39,0	-	3,9	-
INDICADORES	1976		1960/1970		1970/1972		1972/1976			
Rendimento Médio (Cr\$ de 1970)	537		2,9		22,0		6,3			
Índice de Gini Limite Inferior	0,589		1,2		5,2		-1,4			
Índice de Gini Limite Superior	0,615		1,0		6,2		-1,1			
Índice de Theil	0,763		2,8		14,0		-3,1			

FONTE: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1960 e 1970 e da PNAD 1972 e da PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

NOTAS: (1) Exclui-se a Região VII da PNAD: Região Norte e Estados de Mato Grosso e Goiás.

(2) Exclui-se as áreas rurais da Região VII da PNAD.

OBS.: Deflatores dos dados de rendimento: deflator implícito do PIB.

## 9 - DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO

TOTAL DAS REGIÕES I A VI (1)

1970/1976

CORTES PERCENTUAIS	1970				1972				1976				VARIACÃO ANUAL DO RENDIMENTO MÉDIO (%)			
	% DO RENDIMENTO		RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ de 1970)		% DO RENDIMENTO		RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ de 1970)		% DO RENDIMENTO		RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ de 1970)		1970/72		1972/76	
	NO PER CENTIL	ACUMULADA	DO PER CENTIL	ACUMULADA	NO PER CENTIL	ACUMULADA	DO PER CENTIL	ACUMULADA	NO PER CENTIL	ACUMULADA	DO PER CENTIL	ACUMULADA	DO PER CENTIL	ACUMULADA	DO PER CENTIL	ACUMULADA
10 <sup>-</sup>	1,2	1,2	33	33	0,7	0,7	29	29	1,0	1,0	53	53	-6,3	-6,3	16,3	16,3
10	2,3	3,5	65	49	1,6	2,2	62	46	2,2	3,2	116	85	-2,3	-3,1	17,0	16,6
10	2,6	6,1	76	58	2,1	4,3	89	60	2,7	5,9	143	104	8,2	1,7	12,6	14,7
10	4,3	10,4	124	74	3,2	7,5	137	79	3,2	9,1	173	121	5,1	3,3	6,0	11,2
10	4,9	15,3	139	87	3,8	11,3	159	95	4,4	13,5	236	144	7,0	4,5	10,4	11,0
10	5,6	20,9	160	100	5,5	16,8	230	118	5,1	18,6	273	166	19,9	8,6	4,4	8,9
10	7,7	28,6	222	117	6,6	23,4	276	140	6,7	25,2	359	193	11,5	9,4	6,8	8,4
10	9,6	38,2	276	137	9,4	32,8	395	172	9,8	35,0	527	235	19,6	12,0	7,5	8,1
10	15,8	54,0	452	171	14,6	47,4	615	221	14,5	49,5	781	296	16,6	13,7	6,2	7,6
10 <sup>+</sup>	46,0	100,0	1 319	287	52,6	100,0	2 214	421	50,5	100,0	2 710	537	29,6	21,1	5,1	6,3
5 <sup>+</sup>	33,9	-	1 943	-	39,8	-	3 345	-	37,9	-	4 076	-	31,2	-	5,1	-
1 <sup>+</sup>	13,8	-	3 943	-	19,1	-	8 016	-	17,5	-	9 383	-	42,6	-	4,0	-
INDICADORES	1970				1972				1976				1970/72		1972/76	
Rendimento Médio (Cr\$ de 1970)	287				421				537				21,1		6,3	
Índice de Gini	0,552				0,622				0,590				6,2		-1,3	
Límite Inferior	0,577				0,644				0,616				5,6		-1,1	
Límite Superior	0,653				0,865				0,766				15,1		-3,0	

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970, da PNAD-Rendimento 1972 e da PNAD 1976 DEIS0-IBGE.

NOTA: (1) Corresponde a Brasil excluindo a Região Norte e os Estados de Mato Grosso e Goiás.

OBS.: Deflator dos dados de rendimento: deflator implícito do PIB.

10 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO, SEGUNDO  
GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL

BRASIL

1960/1970

GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL (CR\$ DE 1960)	1960			1970(1)			1970(2)			1970(3)		
	NÚMERO DE PESSOAS		% DO RENDIMENTO	NÚMERO DE PESSOAS		% DO RENDIMENTO	NÚMERO DE PESSOAS		% DO RENDIMENTO	NÚMERO DE PESSOAS		% DO RENDIMENTO
	ABSOLUTO <sup>(4)</sup>	%		ABSOLUTO <sup>(4)</sup>	%		ABSOLUTO <sup>(4)</sup>	%		ABSOLUTO <sup>(4)</sup>	%	
TOTAL .....	18 969,5	100,0	100,0	25 970,1	100,0	100,0	25 970,1	100,0	100,0	25 970,1	100,0	100,0
Menos de 2,1 .....	4 850,0	25,6	5,1	5 504,6	21,2	3,6	6 693,0	25,8	4,9	5 386,5	20,7	3,5
2,1 a 3,3 .....	3 115,2	16,4	7,1	5 163,5	19,9	7,1	4 166,7	16,0	6,1	4 140,6	15,9	5,3
3,3 a 4,5 .....	2 357,4	12,4	8,3	2 911,6	11,2	5,9	3 220,1	12,4	6,8	3 753,5	14,5	7,1
4,5 a 6,0 .....	2 972,7	15,7	13,5	4 480,1	17,0	11,6	4 025,7	15,5	10,8	4 500,5	17,3	11,7
6,0 a 10,0 .....	3 207,7	16,9	21,1	3 343,9	12,9	13,4	3 334,2	12,8	13,6	3 465,9	13,4	13,6
10,0 a 20,0 .....	1 751,5	9,2	20,3	2 862,6	11,0	19,9	2 797,1	10,8	19,8	2 930,6	11,3	20,1
20,0 a 50,0 .....	593,4	3,1	15,3	1 327,6	5,1	20,0	1 393,1	5,0	19,8	1 307,9	5,0	19,3
50,0 e mais .....	121,7	0,6	9,4	448,4	1,7	18,5	440,3	1,7	18,3	484,6	1,9	19,4
Até 1 salário-mínimo (Até 6,00) <sup>(5)</sup> .....	13 100,2	70,1	34,0	18 059,8	69,3	28,2	18 105,5	69,7	28,6	17 781,1	68,4	27,6
Até 1 salário-mínimo (Até 6,00) <sup>(6)</sup> .....	16 695,5	74,6	34,0	20 932,8	72,6	28,2	20 978,5	72,7	28,6	20 654,1	71,6	27,6

FONTE: Censo Demográfico 1960 e Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 DEIS0-IBGE

- NOTAS: (1) Distribuição da População Economicamente Ativa com rendimento segundo os grupos de rendimento de 1960, inflacionados pelo Índice do custo de vida na Cidade do Rio de Janeiro.
- (2) Distribuição da População Economicamente Ativa com rendimento segundo os grupos de rendimento de 1960, inflacionados pelo Índice do custo de vida na Cidade de São Paulo.
- (3) Distribuição da População Economicamente Ativa com rendimento segundo os grupos de rendimento de 1960, inflacionados pelo Índice geral de preços (Coluna 2 de Conjuntura Econômica).
- (4) Em 1 000 pessoas
- (5) Inclui apenas a População Economicamente Ativa com rendimento
- (6) Inclui a População Economicamente Ativa com e sem rendimento.

## 11 - EVOLUÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO

## CAPITAIS SELECIONADAS

1960-1978

ANOS	RIO DE JANEIRO (1)		SÃO PAULO (2)		PORTO ALEGRE (3)	
	VALOR REAL DA MÉDIA MENSAL DO SALÁRIO NOMINAL (CR\$ DE 1970) <sup>1</sup>	VARIACÃO ANUAL (%)	VALOR REAL DA MÉDIA MENSAL DO SALÁRIO NOMINAL (CR\$ DE 1970) <sup>2</sup>	VARIACÃO ANUAL (%)	VALOR REAL DA MÉDIA MENSAL DO SALÁRIO NOMINAL (CR\$ DE 1970) <sup>3</sup>	VARIACÃO ANUAL (%)
1960 .....	249,48	-12,99	259,43	-14,83	200,58	-17,27
1961 .....	288,50	15,64	287,93	10,98	244,44	21,86
1962 .....	246,04	-14,72	240,00	-16,64	206,56	-15,49
1963 .....	225,12	-8,50	220,18	-8,26	188,88	-8,56
1964 .....	215,60	-4,23	225,40	2,37	191,99	1,65
1965 .....	209,56	-2,80	214,79	-4,71	175,31	-8,69
1966 .....	182,84	-12,75	190,87	-11,14	165,94	-5,34
1967 .....	185,75	1,59	184,40	-3,39	162,49	-2,08
1968 .....	169,80	-8,59	184,38	-0,01	163,80	0,80
1969 .....	181,06	6,63	175,17	-4,99	161,61	-1,34
1970 .....	176,80	-3,35	176,80	0,93	160,80	-0,50
1971 .....	177,09	0,16	175,86	-0,53	163,33	1,57
1972 .....	181,82	2,67	178,08	1,26	163,89	0,34
1973 .....	188,89	3,89	180,68	1,46	162,95	-0,57
1974 .....	178,08	-5,72	173,70	-3,86	153,94	-5,53
1975 .....	190,09	6,74	183,75	5,78	161,80	5,11
1976 .....	187,14	-1,55	189,52	3,14	167,64	3,61
1977 .....	187,69	0,29	194,47	2,61	168,18	0,32
1978 .....	191,93	2,26	199,34	2,50	172,41	2,52
1960/1965 .....	239,05	-2,9	241,30	-3,3	201,30	-1,8
1965/1970 .....	184,30	-3,3	187,70	-3,7	165,00	-1,7
1970/1975 .....	182,13	1,5	178,10	0,8	161,10	0,2
1975/1978 .....	189,21	0,3	191,77	2,7	167,51	2,1
1965/1978 .....	184,90	-0,6	178,91	-0,5	164,58	-0,1
1960/1978 .....	200,70	-1,2	196,72	-1,2	175,61	-0,6

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 1978 - DEISO-IBGE

NOTAS: (1) Deflator: Índice do Custo de Vida na Cidade do Rio de Janeiro

(2) Deflator: Índice do Custo de Vida na Cidade de São Paulo

(3) Deflator: Índice do Custo de Vida na Cidade de Porto Alegre.

## 12 - SALÁRIO-MÍNIMO NAS CAPITAIS: PERCENTUAL SOBRE O MAIOR SALÁRIO-MÍNIMO NA DATA DE REAJUSTE

1960/1970-1978

MUNICÍPIO DAS CAPITAIS	1960	1965	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
Porto Velho .....	73,3	72,7	71,8	76,6	76,8	76,9	78,3	78,4	78,4	78,5	78,6
Rio Branco .....	80,0	72,7	71,8	76,6	76,8	76,9	78,3	78,4	78,4	78,5	78,6
Manaus .....	73,3	72,7	71,8	76,6	76,8	76,9	78,3	78,4	78,4	78,5	78,6
Boa Vista .....	66,7	72,7	71,8	76,6	76,8	76,9	78,3	78,4	78,4	78,5	78,6
Belém .....	80,0	72,7	71,8	76,6	76,8	76,9	78,3	78,4	78,4	78,5	78,6
Macapá .....	66,7	72,7	71,8	76,6	76,8	76,9	78,3	78,4	78,4	78,5	78,6
São Luís .....	56,7	60,0	66,7	67,0	67,9	68,5	70,7	70,7	70,9	71,2	71,2
Teresina .....	41,7	54,6	66,7	67,0	67,9	68,5	70,7	70,7	70,9	71,2	71,2
Fortaleza .....	61,7	60,0	66,7	67,0	67,9	68,5	70,7	70,7	70,9	71,2	71,2
Natal .....	60,0	60,0	66,7	67,0	67,9	68,5	70,7	70,7	70,9	71,2	71,2
João Pessoa .....	60,0	60,0	66,7	67,0	67,9	68,5	70,7	70,7	70,9	71,2	71,2
Recife .....	75,0	78,2	76,9	76,6	76,8	76,9	78,3	78,4	78,4	78,5	78,6
Maceló .....	60,0	60,0	66,7	67,0	67,9	68,5	70,7	70,7	70,9	71,2	71,2
Aracajú .....	60,0	60,0	66,7	67,0	67,9	68,5	70,7	70,7	70,9	71,2	71,2
Salvador .....	75,0	78,2	76,9	76,6	76,8	76,9	78,3	78,4	78,4	78,5	78,6
Belo Horizonte .....	88,4	97,5	94,9	95,7	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Vitória .....	75,0	78,2	83,3	83,0	83,9	83,8	85,4	85,1	85,3	85,5	92,9
Rio de Janeiro .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
São Paulo .....	98,3	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Curitiba .....	75,0	90,9	91,0	92,6	92,9	92,3	93,0	92,8	92,8	92,8	92,9
Florianópolis .....	75,0	90,9	91,0	92,6	92,9	92,3	93,0	92,8	92,8	92,8	92,9
Porto Alegre .....	83,3	90,9	91,0	92,6	92,9	92,3	93,0	92,8	92,8	92,8	92,9
Cuiabá .....	63,3	78,5	76,9	76,6	76,8	76,9	78,3	78,4	78,4	78,5	78,6
Goiânia .....	65,0	78,6	76,9	76,6	76,8	76,9	78,3	78,4	78,4	78,5	78,6
Brasília .....	-	96,9	94,9	95,7	99,7	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 1978 - DEISO-IBGE

## 13 - RELAÇÃO PIB PER CAPITA/MAIOR

SALÁRIO-MÍNIMO REGIONAL

BRASIL

1965-1978

ANOS	RELAÇÃO PIB PER CAPITA MAIOR SALÁRIO-MÍNIMO
1965 .....	8,2
1966 .....	9,1
1967 .....	9,6
1968 .....	10,7
1969 .....	11,4
1970 .....	11,9
1971 .....	12,8
1972 .....	13,7
1973 .....	15,7
1974 .....	18,3
1975 .....	17,7
1976 .....	18,4
1977 .....	18,8
1978 .....	19,0

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 1978 e IBRE - Fundação Getúlio Vargas - DEISO-IBGE.

14 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO, SEGUNDO GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO  
BRASIL  
1970/1976

GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL (SALÁRIO-MÍNIMO) (1)	1970			1972 (2)			1976 (3)		
	NÚMERO DE PESSOAS		% DO RENDIMENTO	NÚMERO DE PESSOAS		% DO RENDIMENTO	NÚMERO DE PESSOAS		% DO RENDIMENTO
	ABSOLUTO*	%		ABSOLUTO*	%		ABSOLUTO*	%	
TOTAL .....	25 980,1	100,0	100,0	26 300,1	100,0	100,0	34 653,1	100,0	100,0
Até 1/4 .....	2 303,0	8,9	1,0	3 161,2	12,0	0,8	1 177,5	3,4	0,2
Mais de 1/4 a 1/2 .....	5 063,3	19,5	4,7	4 065,0	15,5	2,7	3 085,5	8,9	1,1
Mais de 1/2 a 1 .....	8 362,5	32,2	15,9	5 747,0	21,8	7,4	8 713,1	25,1	6,7
Mais de 1 a 2 .....	5 632,1	21,7	19,6	6 778,4	25,8	16,4	10 196,3	29,4	14,6
Mais de 2 a 5 .....	3 299,2	12,7	24,7	4 366,6	16,6	23,4	7 242,9	20,9	22,6
Mais de 5 a 10 .....	863,4	3,3	14,6	1 336,1	5,1	16,3	2 529,7	7,3	17,2
Mais de 10 a 20 .....	354,2	1,3	11,8	594,9	2,3	14,4	1 191,1	3,5	16,6
Mais de 20 .....	102,4	0,4	7,7	250,7	0,9	18,6	517,0	1,5	21,1
Até 1 (5) .....	15 728,8	60,6	21,6	12 973,2	49,3	10,9	12 976,1	37,4	8,0
Até 1 (6) .....	18 601,9	64,5	21,6	12 972,2 <sup>7</sup>	49,3 <sup>7</sup>	10,9	17 937,4	45,3	8,0
URBANA .....	15 731,6	100,0	100,0	17 196,9	100,0	100,0	24 070,5	100,0	100,0
Até 1/4 .....	956,7	6,1	0,5	1 221,2	7,1	0,4	618,4	2,6	0,1
Mais de 1/4 a 1/2 .....	1 751,7	11,1	2,0	1 672,1	9,7	1,3	1 502,7	6,2	0,6
Mais de 1/2 a 1 .....	4 514,8	28,7	11,3	3 248,9	18,9	5,2	4 095,4	20,4	4,7
Mais de 1 a 2 .....	4 296,4	27,3	18,9	5 367,0	31,2	15,8	7 233,9	30,0	12,5
Mais de 2 a 5 .....	2 960,4	18,8	27,8	3 717,0	21,6	24,3	5 964,3	24,8	22,3
Mais de 5 a 10 .....	814,5	5,2	17,2	1 198,2	7,0	17,7	2 262,3	9,4	18,2
Mais de 10 a 20 .....	339,6	2,2	14,1	547,3	3,2	16,1	1 096,6	4,6	18,2
Mais de 20 .....	97,5	0,6	8,2	225,1	1,3	19,2	486,9	2,0	23,4
Até 1 (5) .....	7 233,2	45,9	13,8	6 142,2	35,7	6,9	7 026,6	29,2	5,4
Até 1 (6) .....	7 563,1	47,1	13,8	6 142,2 <sup>7</sup>	35,7 <sup>7</sup>	6,9	7 682,7	31,1	5,4
RURAL .....	10 248,6	100,0	100,0	9 102,7	100,0	100,0	10 582,8	100,0	100,0
Até 1/4 .....	1 346,4	13,3	3,1	1 939,9	21,3	2,9	559,1	5,3	0,6
Mais de 1/4 a 1/2 .....	3 311,6	32,3	16,2	2 392,8	26,3	8,9	1 582,9	15,0	3,6
Mais de 1/2 a 1 .....	3 847,7	37,5	36,2	2 498,1	27,4	17,9	3 807,6	35,9	17,7
Mais de 1 a 2 .....	1 335,6	13,0	23,1	1 411,5	15,5	19,1	2 962,4	28,0	25,9
Mais de 2 a 5 .....	338,7	3,3	12,5	649,6	7,1	19,3	1 278,6	12,1	24,4
Mais de 5 a 10 .....	48,9	0,5	4,1	137,9	1,5	9,6	267,4	2,5	11,1
Mais de 10 a 20 .....	14,7	0,1	2,5	47,1	0,5	6,3	94,6	0,9	8,1
Mais de 20 .....	5,0	0,0	2,3	25,6	0,3	15,9	30,2	0,3	8,6
Até 1 (5) .....	8 505,7	83,1	55,5	6 830,8	75,0	29,7	5 949,6	56,2	21,9
Até 1 (6) .....	11 038,8	86,4	55,5	6 830,8	75,0	29,7	10 292,7	68,4	21,9

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970, da PNAD-rendimento 1972 e da PNAD 1976 DEISO-IBGE.

NOTAS: (1) Valor do maior salário-mínimo em 1970: Cr\$ 187,20; em 1972: Cr\$ 268,80; em 1976: Cr\$ 768,00.

(2) Exclui-se a Região VII da PNAD: Região Norte e Estados de Mato Grosso e Goiás.

(3) Exclui-se as áreas rurais da Região VII da PNAD.

(4) Em 1 000 pessoas.

(5) Inclui apenas a População Economicamente Ativa com rendimento.

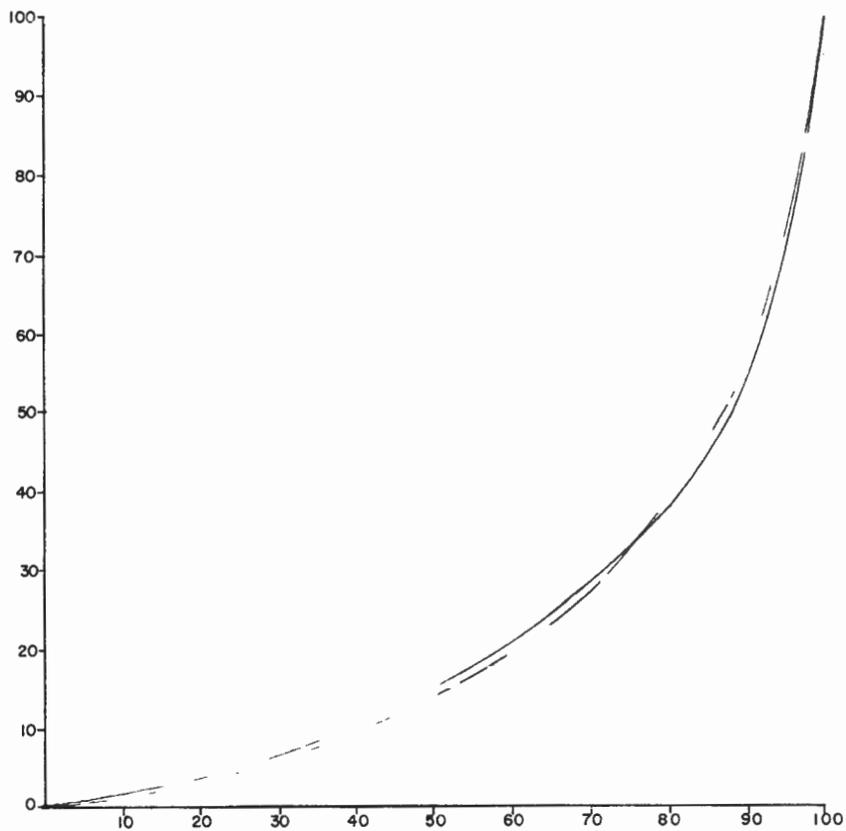
(6) Inclui a População Economicamente Ativa com e sem rendimento.

(7) A PNAD-rendimento 1972 não pesquisou a População Economicamente Ativa sem rendimento.

## 2. CURVA DE LORENZ

### DISTRIBUIÇÃO PESSOAL E FAMILIAR

Brasil - 1970

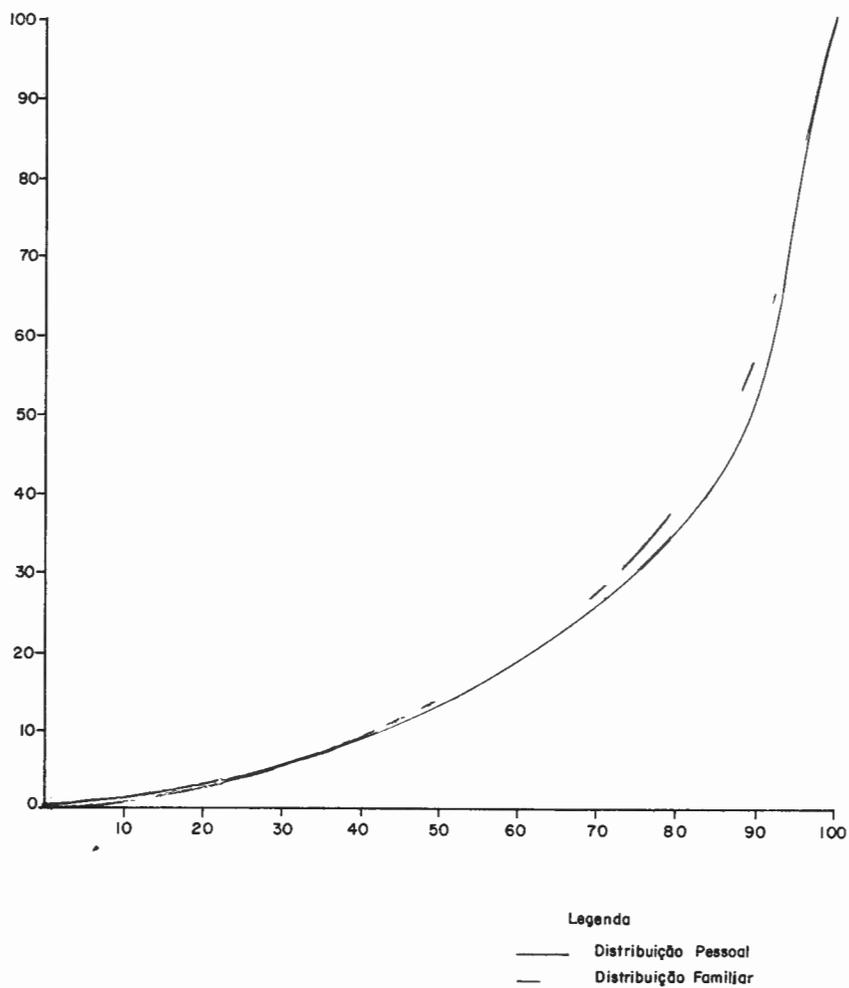


Legenda

Distribuição Pessoal  
Distribuição Familiar

FONTE : Ver Tabela 15

### 3. CURVA DE LORENZ DISTRIBUIÇÃO PESSOAL E FAMILIAR Brasil - 1976



FORNE : Ver Tabela 15

## 15 - CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO

BRASIL

1970

DISCRIMINAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970)	ÍNDICE DE GINI		ÍNDICE DE THEIL	CORTES PERCENTUAIS									
		LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR		20 <sup>-</sup>		50 <sup>-</sup>		10 <sup>+</sup>		5 <sup>+</sup>		1 <sup>+</sup>	
					% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970)	% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970)	% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970)	% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970)	% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ DE 1970)
<b>SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO</b>														
Urbana .....	371	0,532	0,551	0,556	3,2	60	16,0	118	43,7	1 619	30,3	2 247	13,0	4 805
Rural .....	134	0,410	0,435	0,368	5,2	35	22,4	60	33,8	455	23,7	638	10,5	1 406
<b>SEXO</b>														
Homens .....	307	0,562	0,571	0,668	3,5	54	15,1	93	47,1	1 446	34,7	2 129	14,8	4 556
Mulheres .....	188	0,529	0,542	0,536	3,0	28	14,8	55	40,9	766	27,8	1 041	10,4	1 955
<b>SETORES DE ATIVIDADE</b>														
Primário .....	137	0,414	0,452	0,446	5,8	40	22,3	61	36,6	502	27,0	740	13,3	1 823
Secundário .....	361	0,473	0,505	0,517	5,4	97	19,8	143	42,0	1 514	30,0	2 224	12,7	4 579
Terciário .....	385	0,547	0,574	0,602	2,6	49	14,4	111	44,3	1 707	30,9	2 377	11,6	4 472
<b>GRUPOS DE IDADE</b>														
10 a 17 anos .....	83	0,346	0,400	0,253	5,4	23	23,8	39	26,4	218	16,4	271	6,5	539
18 a 24 anos .....	181	0,403	0,440	0,325	4,8	44	21,9	79	32,5	589	21,4	777	8,0	1 445
25 a 39 anos .....	322	0,517	0,545	0,594	3,6	58	16,4	105	42,4	1 365	30,0	1 931	11,3	3 651
40 a 54 anos .....	376	0,572	0,600	0,688	3,0	57	13,7	103	48,2	1 811	34,7	2 606	13,6	5 109
55 anos e mais .....	308	0,609	0,630	0,835	2,9	45	12,6	78	53,1	1 635	40,2	2 477	17,0	5 234
<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>														
Sem instrução .....	112	0,354	0,400	0,256	6,0	33	24,0	54	28,5	318	18,5	414	7,0	784
Elementar .....	329	0,439	0,476	0,390	4,6	75	20,1	132	35,2	1 159	24,1	1 586	9,3	3 069
Secundário .....	683	0,453	0,493	0,396	4,6	155	18,6	254	35,9	2 454	23,9	3 262	8,6	5 895
Superior .....	2 008	0,374	0,421	0,244	4,8	482	22,2	893	28,9	5 814	18,8	7 561	6,9	13 919
<b>POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO</b>														
Empregado .....	297	0,517	0,545	0,563	3,4	50	16,7	99	42,8	3 563	31,0	1 846	12,0	3 564
Empregador .....	1 271	0,522	0,556	0,496	2,8	178	14,4	366	40,2	5 112	27,7	7 048	11,7	14 854
Autônomo .....	211	0,530	0,556	0,627	3,9	41	16,3	69	45,4	957	33,0	1 394	14,5	3 063
<b>REGIÕES DA PNAD</b>														
Região I (RJ) .....	447	0,511	0,540	0,544	4,6	102	17,4	155	43,6	1 949	30,4	2 717	11,5	5 130
Região II (SP) .....	421	0,513	0,543	0,553	4,4	92	17,0	143	43,2	1 818	30,6	2 573	12,0	5 045
Região III (Sul) .....	274	0,474	0,506	0,504	4,6	63	19,6	107	41,0	1 126	29,8	1 637	12,1	3 324
Região IV (MG, ES) .....	212	0,538	0,564	0,652	3,5	38	15,6	66	46,0	977	33,8	1 438	15,0	3 178
Região V (Nordeste) .....	153	0,520	0,548	0,643	4,2	32	17,0	52	45,4	694	34,2	1 047	15,8	2 411
Região VI (DF) .....	457	0,494	0,524	0,500	4,4	101	17,6	161	41,4	1 891	29,2	2 669	10,3	4 705
Região VII (Norte, MT, Go) .....	221	0,454	0,490	0,506	5,6	62	20,8	92	41,1	910	30,2	1 338	13,6	3 001

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 - DE150-18GE

## 16 - CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO

BRASIL<sup>(1)</sup>

1976

DISCRIMINAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (CR\$ DE 1970) (a)	ÍNDICE DE GINI		ÍNDICE DE THEIL	CORTES PERCENTUAIS									
		LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR		20°		50°		10°		5°		1°	
					% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (CR\$ DE 1970) (a)	% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (CR\$ DE 1970) (a)	% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (CR\$ DE 1970) (a)	% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (CR\$ DE 1970) (a)	% DO RENDIMENTO	RENDIMENTO MÉDIO (CR\$ DE 1970) (a)
<b>SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO</b>														
Urbana .....	691	0,596	0,610	0,726	3,0	97	13,1	171	49,4	3 212	36,4	4 755	16,6	10 827
Rural .....	277	0,499	0,530	0,599	4,1	57	17,9	99	42,8	1 189	31,7	1 759	15,5	4 299
<b>SEXO</b>														
Homens .....	623	0,581	0,608	0,733	3,2	102	13,4	167	49,9	3 109	37,1	4 620	17,0	10 579
Mulheres .....	303	0,550	0,577	0,672	2,8	44	14,8	90	45,5	1 381	33,4	2 026	15,1	4 572
<b>SETORES DE ATIVIDADE</b>														
Primário .....	295	0,510	0,541	0,660	4,4	65	17,9	106	45,6	1 343	34,7	2 050	17,3	5 104
Secundário .....	613	0,537	0,569	0,658	4,2	130	16,0	196	47,3	2 897	35,7	4 379	16,7	10 268
Terciário .....	653	0,605	0,631	0,768	2,3	74	11,6	152	50,3	3 284	36,9	4 820	16,9	11 045
<b>GRUPOS DE IDADE</b>														
10 a 17 anos .....	137	0,373	0,416	0,405	5,1	35	22,7	62	30,8	423	21,4	588	10,6	1 451
18 a 24 anos .....	313	0,431	0,469	0,434	4,8	76	20,9	131	36,0	1 126	25,2	1 576	11,5	3 583
25 a 39 anos .....	634	0,592	0,653	0,669	3,2	100	13,8	176	47,0	2 982	34,3	4 345	15,2	9 664
40 a 55 anos .....	753	0,606	0,632	0,762	2,6	99	11,6	176	51,1	3 846	37,2	5 597	17,1	12 930
55 anos e mais .....	647	0,639	0,663	0,900	2,6	83	11,0	142	56,0	3 629	42,3	5 482	20,5	13 254
<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>														
Sem instrução .....	218	0,432	0,469	0,454	4,7	52	21,0	92	36,7	801	26,1	1 140	12,2	2 661
Elementar .....	416	0,511	0,544	0,622	3,7	78	16,8	140	42,8	1 782	31,7	2 635	16,2	6 735
Secundário .....	783	0,525	0,557	0,561	3,7	143	15,2	238	43,0	3 365	30,3	4 757	13,3	10 399
Superior (2) .....	4 000	0,318	0,458	0,198	5,0	1 000	24,0	1 920	34,0	13 600	24,0	19 199	10,8	43 197
<b>POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO</b>														
Empregado .....	480	0,531	0,589	0,706	3,4	82	14,7	142	48,5	2 357	36,1	3 505	16,5	8 034
Empregador .....	2 172	0,529	0,586	0,399	2,8	303	14,0	609	44,4	9 652	32,9	14 296	16,4	35 597
Autônomo .....	489	0,583	0,609	0,722	2,7	65	12,7	124	48,1	2 352	35,1	3 439	15,7	7 678
<b>REGIÕES DA PNAD</b>														
Região I (RJ) .....	733	0,601	0,629	0,820	3,6	130	13,0	190	53,4	3 917	40,9	5 995	20,9	15 300
Região II (SP) .....	759	0,548	0,579	0,632	3,6	137	14,6	222	46,5	3 526	33,7	5 113	15,3	11 597
Região III (Sul) .....	535	0,553	0,582	0,671	3,6	96	19,1	161	47,7	2 552	35,3	3 779	15,3	8 157
Região IV (MG, ES) .....	456	0,572	0,597	0,751	3,2	74	14,4	131	49,5	2 257	37,1	3 380	17,9	8 163
Região V (Nordeste) .....	290	0,564	0,590	0,746	3,3	45	14,9	87	49,2	1 428	37,7	2 183	17,0	4 932
Região VI (DF) .....	888	0,563	0,593	0,638	3,3	147	13,7	243	47,5	4 225	33,3	5 916	14,5	12 928
Região VII (Norte, MT, Go) .....	528	0,579	0,605	0,716	2,9	78	13,4	142	49,4	2 606	36,3	3 833	15,2	8 045

FONTE: Tabulações Especiais da PNAD 1976 - DE150-IBGE

NOTAS: (1) Exclui-se as áreas rurais da Região VII da PNAD: Região Norte e Estados de Mato Grosso e Goiás.

(2) Refere-se à População Economicamente Ativa com 16 anos e mais de escolaridade.

OBS.: (a) Deflator dos dados de rendimento: Deflator implícito do PIB, exceto para a População Economicamente Ativa rural e no setor primário, para as quais o deflator utilizado foi o Índice de preços por atacado - produtos agrícolas (Col. 17 da Conjuntura Econômica).

## 17 - VARIAÇÃO DOS INDICADORES DE CONCENTRAÇÃO DO RENDIMENTO

BRASIL  
1970/1976

DISCRIMINAÇÃO DA PEA	VARIAÇÃO PERCENTUAL ACUMULADA			
	RENDIMENTO MÉDIO	ÍNDICE DE GINI		ÍNDICE DE THEIL
		LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	
<b>SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO</b>				
Urbana .....	75,5	12,0	10,7	30,6
Rural .....	106,7	21,7	21,8	62,8
<b>SEXO</b>				
Homens .....	102,9	3,4	6,5	9,7
Mulheres .....	61,2	4,0	6,5	25,9
<b>SETORES DE ATIVIDADE</b>				
Primário .....	115,2	23,2	19,7	48,0
Secundário .....	69,8	13,5	12,7	27,3
Terciário .....	69,6	10,6	9,9	27,6
<b>GRUPOS DE IDADE</b>				
10 a 17 anos .....	65,1	7,8	4,0	60,1
18 a 24 anos .....	72,9	6,9	6,6	33,5
25 a 39 anos .....	96,9	14,5	19,8	12,6
40 a 54 anos .....	100,3	5,9	5,3	10,8
55 anos e mais .....	110,1	4,9	5,2	7,8
<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>				
Sem instrução .....	94,6	22,0	17,3	77,3
Elementar .....	26,4	16,4	14,3	59,5
Secundário .....	14,6	15,9	12,9	41,7
Superior .....	99,2	-15,0	+8,8	-18,9
<b>POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO</b>				
Empregado .....	63,6	2,7	8,1	25,4
Empregador .....	70,9	1,3	5,4	-19,6
Autônomo .....	131,8	10,0	9,5	15,2
<b>REGIÕES DA PNAD</b>				
Região I (RJ) .....	64,0	17,6	16,5	50,7
Região II (SP) .....	80,3	6,8	6,6	14,3
Região III (Sul) .....	95,3	16,7	15,0	33,1
Região IV (MG, ES) .....	115,1	6,3	5,9	15,2
Região V (Nordeste) .....	89,5	8,5	7,7	16,0
Região VI (DF) .....	94,3	14,0	13,2	27,6
Região VII <sup>1</sup> (Norte, MT, Go) ..	138,9	27,5	23,5	41,5

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 e da PNAD 1976 - DEIS0 - IBGE.

NOTA: (1) Refere-se à População Economicamente Ativa Urbana

## 18 - DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS COM RENDIMENTO

BRASIL

1970/1976

CORTES PERCENTUAIS	1970				1976 <sup>(1)</sup>				VARIÇÃO ANUAL DO RENDIMENTO MÉDIO- 1970/76 (%)	
	% DO RENDIMENTO		RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ de 1970)		% DO RENDIMENTO		RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$ de 1970)		DO PERCENTIL	ACUMULADA
	NO PER CENTIL	ACUMU LADO	DO PER CENTIL	ACUMU LADO	NO PER CENTIL	ACUMU LADO	DO PER CENTIL	ACUMU LADO		
10 <sup>-</sup>	1,2	1,2	54	54	1,2	1,2	114	114	13,3	13,3
10	2,0	3,2	85	69	1,9	3,1	179	147	13,2	13,4
10	3,0	6,2	128	89	2,6	5,7	251	181	11,9	12,6
10	3,3	9,5	143	103	3,6	9,3	341	221	15,6	13,6
10	4,3	13,8	185	119	4,8	14,1	455	268	16,2	14,5
10	5,5	19,3	237	139	6,1	20,2	581	320	16,1	14,9
10	7,7	27,0	331	166	7,8	28,0	739	380	14,3	14,8
10	11,3	38,3	487	206	10,7	38,7	1 018	460	13,1	14,3
10	15,9	54,2	684	259	16,3	55,0	1 550	581	14,6	14,4
10 <sup>+</sup>	45,8	100,0	1 974	431	45,0	100,0	4 285	951	13,8	14,1
5 <sup>+</sup>	32,2	-	2 778	-	31,9	-	6 078	-	13,9	-
1 <sup>+</sup>	12,0	-	5 179	-	14,4	-	13 683	-	17,6	-
INDICADORES	1970				1976				VARIÇÃO ANUAL 1970/76 (%)	
Rendimento Médio (Cr\$ de 1970)	431				951				14,1	
Índice de Gini Limite Inferior	0,564				0,561				-0,1	
Índice de Gini Limite Superior	0,582				0,575				-0,2	
Índice de Theil	0,641				0,607				-0,9	

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 e da PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) Excluídas as áreas rurais da Região VII da PNAD: Região Norte e Estados de Mato Grosso e Goiás.

OBS: Deflator dos dados de rendimento: deflator implícito do PIB.

**DESPESA FAMILIAR**

## V - DESPESA FAMILIAR

### V.1 - OS DIVERSOS ITENS DAS DESPESAS FAMILIARES

Ao se examinar o trajeto histórico das pesquisas orçamentárias, é possível detectar a existência de finalidades múltiplas que, de certo modo, se encontram refletidas na maneira pela qual tais pesquisas foram metodologicamente construídas e trabalhadas.

Assim, os primeiros inquéritos orçamentários, realizados por *Eden e Davies* na Inglaterra, ao final do século XVIII, tinham por objetivo conhecer e tornar conhecida a situação social dos estratos mais pobres da população. Refletindo esse propósito mais amplo, a metodologia de pesquisa adotada pelos dois autores implicava o uso não apenas de dados quantitativos, mas também de dados qualitativos, provenientes da observação direta e do contato prolongado do pesquisador com seus informantes. A essa mesma linha de estudo, filiar-se-iam, entre outras, os trabalhos de *Le Play, Dupcétiau e Engel*, respectivamente na França, Bélgica e Alemanha; e de *Booth e Rowntree* na Inglaterra, todos eles guardando em comum a preocupação central com grupos de baixa renda e o recurso simultâneo a dados etnográficos e estatísticos.

Mais recentemente, contudo, a preocupação com a construção de sistemas de Contas Nacionais e Índices de Preços, que se difunde no pós-guerra, viria a introduzir algumas modificações no perfil dos estudos orçamentários. Em função destes novos objetivos, passaram eles a se voltar não mais para um grupo específico de agentes sociais, mas para um conjunto bastante heterogêneo e representativo do universo de famílias numa determinada região ou país. Por outro lado, a ênfase atribuída nestes estudos ao comportamento econômico das famílias investigadas fez com que neles se privilegiassem sobretudo os aspectos mais diretamente mensuráveis de sua prática social, como nível de rendimentos, despesas, etc. Tais pesquisas, que vem sendo hoje regularmente desenvolvidas na maior parte dos países ocidentais, são exemplificadas, no caso brasileiro, através do Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF).

Se a importância dessas últimas pesquisas, seja em função dos objetivos antes mencionados, seja como forma de avaliação dos níveis de vida de diferentes grupos sociais, é inegável, isso não elimina, contudo, a necessidade de se ter presente alguns de seus limites, a fim de que se possa fazer uma leitura correta de seus resultados.

O primeiro destes limites está relacionado, de certo modo, à própria possibilidade de quantificação dos diferentes aspectos que integram a prática social dos diversos grupos e, conseqüentemente, ao alcance das pesquisas orçamentárias como instrumento de avaliação de seus níveis de vida. Inúmeros aspectos ligados à esfera do trabalho (como, por exemplo, os que dizem respeito ao tipo de trabalho executado pelos diferentes agentes sociais ou às condições em que ele se realiza) ou às práticas de consumo (como as formas de preparo e de repartição dos alimentos, para mencionar apenas uma dentre elas), embora de difícil mensuração, não são, por isso, menos importantes para aquela avaliação.

O segundo, vinculado à relação existente entre necessidades e despesas, ganha suas dimensões reais quando se leva em conta que, não raras vezes, tais inquéritos foram ou não utilizados para se determinar o elenco de necessidades de grupos sociais específicos. É provável que à base desta utilização imprópria das pesquisas orçamentárias esteja operando o pressuposto de que se os gastos correspondem sempre a necessidades que precisam ser atendidas, pode-se chegar ao conhecimento destas, através do exame daqueles. Mais do que isso: essa correspondência uma vez estabelecida e mecanicamente levada a termo, pode mesmo inverter o princípio de causalção, a ponto de se considerar como necessidade tão somente aquela que seja coberta por uma despesa, o que,

evidentemente, introduziria sérias distorções. Assim, por exemplo se se trata de conhecer as necessidades básicas das classes menos favorecidas, não se deveria circunscrever a análise às suas práticas monetárias de consumo em grande medida condicionadas por seu baixo poder aquisitivo, mas estendê-lo também às suas preocupações e aspirações.

Finalmente, haveria que fazer referência a um terceiro limite presente nas pesquisas orçamentárias e que decorre do fato de tais pesquisas tenderem a utilizar um único elemento — em geral, o nível de rendimento ou alguma de suas "proxys" — como determinante do nível e da estrutura interna da despesa. Se não se pode negar que haja uma relação determinante entre o nível de rendimento e o volume ou a distribuição percentual de certos itens de despesa não se pode querer explicar, sobretudo quando se desce a um nível mais minucioso da análise, todas as diferenças suplementares das práticas de consumo, através do fator econômico. Para entendê-las ter-se-ia que também considerar o tamanho e a composição da família, o lugar onde se situa o domicílio e não desprezar influências advindas de modos de vida aderentes a uma posição de classe e os sistemas de valorização dos objetos consumidos que lhe são específicos.

#### FONTE DE DADOS E ESQUEMA GERAL DO TRABALHO

O ENDEF, ou seja, a pesquisa que servirá como fonte exclusiva de dados a serem analisados nesta seção filia-se a uma linha predominantemente quantitativa de coleta de informação e, por isso, limita a que sejam tratadas questões mais atinentes a um enfoque qualitativo.

Para as sete regiões, cobertas pelo trabalho de campo do ENDEF, que se realizou entre agosto de 1974 e agosto de 1975, só estavam disponíveis, no momento da redação deste texto, os dados de apenas três. Por essa razão, incluem-se, em anexo, três tabelas como resultados para o conjunto das regiões as quais, por terem sido divulgados posteriormente, deixaram de fazer parte da análise. Esta ficou assim circunscrita a:

REGIÃO I - Estado do Rio de Janeiro

REGIÃO III - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

REGIÃO V - Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Pelo fato de terem sido trabalhadas em primeiro lugar, tais regiões permitiam que sobre elas fosse possível requerer informações desagregadas a nível que uma análise mais aprofundada exigia. Uma das preocupações era a de verificar, em três instâncias, o comportamento das famílias conforme elas dissessem respeito a:

- a) despesa monetária, onde os gastos se referem aos bens obtidos via mercado,
- b) despesa não monetária que corresponde a uma avaliação dos bens adquiridos gratuitamente, sob a forma de troca, doações ou de produção para auto-consumo e que inclui além disso, uma estimativa do aluguel da casa própria,
- c) despesa monetária e não monetária agregadas.

Essa discriminação segundo as modalidades de despesas faz-se presente seja quando, na primeira parte do tema são tratados os grandes itens que compõem o orçamento doméstico, seja na segunda parte onde, de maneira específica, são analisados os gastos em alimentação. Numa e noutra, problemas comuns decorrentes da compatibilização que se fez necessária entre as classes de despesas originais às três regiões para que elas se tornassem comparáveis entre si, exigem uma discussão mais acurada.

Como a pesquisa do ENDEF refere-se a um conjunto heterogêneo e representativo do universo regional das famílias, os resultados foram desagregados em nove estratos diferentes de acordo com classes de despesa familiar que, numa perspectiva teórica rigorosa, não guardam uma correspondência exata com as classes de rendimento.<sup>(1)</sup>

Ora, dependendo da concentração de famílias nos estratos polares tornou-se necessária uma desagregação por classes de despesas diferenciada e correspondente às situações verificadas em cada região. Assim, as mesmas classes e os mesmos limites inferiores e superiores internos a elas, foram adotadas para as Regiões I (Rio de Janeiro) e III (Sul). Já para a Região V, que compreende os estados do Nordeste, tanto o limite inferior da última classe de despesa (= 31 500 Cruzeiros anuais por família) foi estipulado muito mais baixo que os das duas outras regiões (o qual se estende até os 134 800 Cruzeiros anuais) quanto uma repartição em seis das três classes de despesa que vão até os 15 800 Cruzeiros anuais se fez necessária. Resultado: Para que se pudesse empreender um estudo comparativo, agregações das primeiras classes, na Região V (Nordeste), e das últimas classes, nas Regiões I (Estado do Rio de Janeiro) e III (Sul) tiveram de ser operadas. Benéficas de um lado, tais agregações que acabaram por reduzir a seis as nove classes de despesas deformaram, de outro, no momento em que se analisava internamente cada região, o espectro efetivo da distribuição das famílias pelos estratos. Com isso tornou-se quase impossível identificar, ao se examinar os índices das despesas (cf. tabelas 1b, 5b e 9b), qual dentre as classes estaria mais próxima da média dos estratos, pois a mais representativa, de fato, se encontrava embutida na agregação. Do mesmo modo, as discrepâncias mais agudas, que poderiam ser observadas no confronto de certos gastos das classes polares, viram-se bastante reduzidas.

Com o intuito de facilitar a leitura dos resultados do ENDEF, apresenta-se no Quadro I, a conversão destas classes de despesa anual em preços de fevereiro de 1979. Tal procedimento, no entanto, foi possível apenas para as Regiões I e III, tomando-se por base os índices de custo de vida do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, de vez que a mesma série para Recife só teve início em 1975.

---

(1) Mesmo quando se utiliza uma categoria mais abrangente, como a de Despesa Global, adotada pelo ENDEF, que, por incluir as despesas com aumento do Ativo e Redução do Passivo, incorpora os efeitos decorrentes do endividamento familiar, da utilização de poupanças previamente acumuladas e da venda de ativos financeiros, a identidade rendimento/despesa não é estritamente assegurada, embora a aproximação entre ambos seja bastante grande. Para uma discussão maior sobre o assunto, ver ENDEF, Despesas das famílias — Dados Preliminares, parte conceitual.

QUADRO I  
 CONVERSÃO DAS CLASSES DE DESPESA ANUAL A PREÇOS DE AGOSTO  
 DE 1974 EM PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1979

A PREÇOS DE AGOSTO DE 1974	A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1979	
	REGIÃO I	REGIÃO III
Menos de 4 500 .....	Menos de 19 756	Menos de 18 848
4 500 a 8 999 .....	19 756 a 39 508	18 848 a 37 691
9 000 a 15 799 .....	39 513 a 69 362	37 696 a 66 173
15 800 a 22 599 .....	69 367 a 99 216	66 177 a 94 654
22 600 a 31 599 .....	99 221 a 138 729	94 658 a 132 349
Mais de 31 599 .....	Mais de 138 729	Mais de 132 349

NOTAS: - Deflator utilizado para a Região I: Índice do Custo de Vida do Rio de Janeiro; para a Região III: Índice do Custo de Vida de Porto Alegre.

- Nas classes a preços de fevereiro de 1979, as diferenças existentes entre o limite superior de uma classe e o limite inferior da classe seguinte devem-se aos cálculos efetuados para inflacionar os valores de agosto de 1974.

Feitas essas observações mais gerais a respeito dos dados cumpre dizer que na parte escrita referente a esta seção sobre despesas familiares, a análise desdobra-se em dois momentos que compreendem, cada um deles, dois itens. No primeiro, a preocupação foi a de chamar a atenção para alguns fatores que exigiriam uma leitura não mecânica dos resultados. Assim, o exame da distribuição das famílias pelas classes de despesa, que constitui o primeiro item, torna-se importante quando se quer avaliar a dimensão de uma situação constatada. Da mesma forma, o tamanho da família, que corresponde ao segundo item, deve ser considerado quando padrões de vida diferentes estariam sendo encobertos por orçamento similares.

Já no segundo momento o que interessa é descer à compreensão dos próprios gastos. Deste modo tentou-se, no terceiro item, refletir sobre o sentido de uma proporção maior de despesas relativas ao consumo ou ao aumento do ativo. Finalmente, no quarto item, a preocupação é a de aproximar, através de um confronto, um certo grau de semelhança verificado nas estruturas de gastos das classes de despesa da patente dissemelhança averiguada quando se considera o volume dispendido com cada item do orçamento doméstico.

V.1.1.1 - A DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS PELAS CLASSES DE DESPESA GLOBAL E PELAS CLASSES DE DESPESA MONETÁRIA GLOBAL E INFLUÊNCIAS DO RURAL E DO URBANO SOBRE O ORÇAMENTO

Ainda que a compatibilização das classes de despesa (que foram calculadas em termos de frações ou múltiplos do maior salário mínimo mensal vigente no país em agosto de 1974 Cr\$ 376,80- que corresponde em termos anuais a aproximadamente Cr\$ 4 500,00) tenha possibilitado a comparação entre as três regiões, a diferenciação existente entre os salários mínimos regionais relativiza de certa forma o alcance do afrontamento direto. Assim, a base de remuneração mínima dos trabalhadores no Nordeste que muito provavelmente estariam executando tarefas do mesmo tipo e com um nível de qualificação semelhante ao dos trabalhadores de outras regiões, era, no ano da pesquisa, 22% inferior à do Rio de Janeiro. Deste modo, a homogeneização das famílias que recaem nas mesmas classes de despesas desde que se as considere em termos de cruzeiros anuais, implica num afastamento significativo entre elas quando aqueles montantes são convertidos em salários mínimos re

gionais (cf. quadro. II).

QUADRO II  
CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS CLASSES DE DESPESA ANUAL E OS SALÁRIOS MÍNIMOS REGIONAIS

CLASSES DE DESPESA ANUAL (EM CRUZEIROS)	NÚMERO DE SALÁRIOS MÍNIMOS REGIONAIS		
	REGIÃO I (=Cr\$ 376,80)	REGIÃO III (=Cr\$ 350,40)	REGIÃO V (=Cr\$ 296,20)
Menos de 4 500 .....	Menos de 1,0	Menos de 1,1	menos de 1,3
4 500 a 8 999 .....	1,0 a 2,0	1,1 a 2,1	1,3 a 2,5
9 000 a 15 799 .....	2,0 a 3,5	2,1 a 3,8	2,5 a 4,5
15 800 a 22 599 .....	3,5 a 5,0	3,8 a 5,4	4,5 a 6,4
22 600 a 31 599 .....	5,0 a 7,0	5,4 a 7,0	6,4 a 8,9
Mais de 31 599 .....	Mais de 7	Mais de 7,5	Mais de 8,9

Se a homogeneização das unidades domésticas incluídas nas mesmas classes de despesa oculta as divergências salariais regionais ela não deixa de indicar, contudo, a extensão - expressa pelo número de famílias agrupadas nos seis estratos - seja da pobreza seja da riqueza verificada no Nordeste, no Sul e no Estado do Rio de Janeiro.

Embora se tenha, através do gráfico número 1, procurado representar as diferenças interregionais no que diz respeito à distribuição percentual das famílias pelas seis classes de despesa, vale à pena chamar a atenção para os seguintes pontos:

a) Tomando-se como limite da população de baixa renda as famílias cujos gastos atingem até 3,5 salários mínimos, a dimensão da pobreza na Região Nordeste seria da ordem de 81,8% (= a 4 738 mil famílias), de 46,2% (= a 1 639 mil famílias) na Região Sul e de 33% (= a 715 mil) no Estado do Rio de Janeiro. Isto se se leva em conta apenas a classe de despesa global que, por incluir afora os gastos monetários também os não monetários, reduz o número de famílias nas primeiras classes. De fato, se a parcela não monetária do rendimento, que se averiguou ser substancialmente maior nos estratos inferiores, for excluída, os percentuais relativos à baixa renda na Região V para 86,4%, para 61,9% na Região III e para 43,9% na Região I. O inverso, porém, se constata e de modo sistemático, para as três regiões, quando se considera as classes superiores a 3,5 salários mínimos.

Chamar a atenção para esses pontos se torna importante por que é possível que se perca de vista, no momento em que se estão comparando as práticas de consumo das famílias situadas numa mesma classe de despesa, a magnitude do fenômeno analisado. Se, por exemplo, os gastos em alimentação apresentam, em termos médios, mais de 50% do total de despesas monetárias das famílias situadas na 1ª classe (menos de Cr\$ 4 500,00), tanto no Nordeste, quanto no Estado do Rio de Janeiro não se deve esquecer que esta classe abrange, na primeira região, 2 810 mil famílias contra 147 mil na segunda.

b) Um outro fator que explicaria, em grande parte, tanto a imensa concentração, sobretudo no Nordeste e, em seguida, na Região Sul, das famílias nos três primeiros estratos quanto o peso da parcela não monetária de rendimento, seria a ênfase aí constatada do rural sobre o urbano. De fato, na Região V e na Região III 57% e 50,3% das unidades domésticas se encontram no campo, ao passo que na Região I tal proporção é de apenas 8%. Se, de um lado, parece haver, no instante em que

se considera o conjunto dos gastos, uma correspondência entre situação rural e baixo nível de vida, de outro, quando se examinam certos itens em específico, essa correspondência se reduz. Para isso colaboram tanto a alimentação que se vê aumentada pela produção para auto-consumo quanto a habitação sobretudo se sua qualidade não for simplesmente aquilatada pela grandeza física da edificação, mas sim pela conjunção área construída e espaço externo adjacente.<sup>(2)</sup>

c) Aliás uma maior concentração de famílias nas cidades ou no campo faz-se também sentir em outros pontos além dos mencionados acima.

Pelo exame dos percentuais relativos a cada item de despesa parece ser um gasto tipicamente citadino o relativo a transporte. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, onde 92% das famílias se situam em zona urbana, tais gastos figuram entre os seis principais para todos os estratos, sem exceção. De fato, muito mais nas cidades do que no campo o transporte surge como uma necessidade decorrente do trabalho, em regra geral, executado em lugares bastante apartados do local de moradia.

Do mesmo modo, a situação urbana afeta bem mais que a rural "as outras despesas correntes" (que correspondem a impostos pagos e contribuições trabalhistas), fato que talvez possa ser explicado pela lentidão e frouxidão que ainda caracterizam a observância da legislação trabalhista no campo.

d) Enfim, a distribuição específica das famílias pelas classes de despesa nas três regiões vem refletida nos valores absolutos referentes à despesa média global encontrada em cada uma delas. Deste modo o Nordeste, com uma forte concentração de sua população nos estratos mais baixos, apresenta uma despesa global média aproximadamente três vezes inferior à do Estado do Rio de Janeiro e 2,2 vezes inferior à da Região Sul (cf. tabelas 1, 5, 9).

#### V.1.2 - RENDIMENTOS FAMILIARES E TAMANHO DA UNIDADE DOMÉSTICA

Ainda que o orçamento familiar diga respeito a uma unidade coletiva, a família, sabe-se que alguns itens são apropriados conjuntamente como a habitação e, de certo modo, a alimentação e outros individualmente como o vestuário ou a educação. No entanto, uma mensuração exata dos gastos, a nível pessoal, torna-se em ambos os casos difícil e quase mesmo impossível. Daí terem sido as despesas do ENDEF calculadas não segundo a especificidade de cada componente, mas segundo uma média familiar.

Esta agregação em termos médios não permitiu que se levasse em conta os efeitos que diferentes composições das famílias poderiam exercer sobre sua estrutura de gastos do que resulta uma primeira limitação da presente análise.<sup>(3)</sup> Tais informações poderão, no entanto, ser recuperadas através de tabelas especiais, em que sejam discriminados "tipos" de famílias com composições similares para cada uma das classes de despesa, o que permitirá um estudo mais aprofundado das relações existentes entre estrutura de despesas e estrutura familiar.<sup>(4)</sup>

(2) Ver a propósito, no capítulo VI deste relatório, a análise dos fatores que determinam o grau de qualidade de moradia.

(3) Para que os fatores sexo e idade sejam levados em conta, alguns estudos orçamentários lançam mão, ex-post, para o cálculo das unidades de consumo, de escalas (como a de Oxford ou a do Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques) em que o homem adulto, a mulher e as crianças, subdivididas em duas ou três faixas de idade, recebem valores diferentes.

(4) Mesmo assim, este tipo de estudo poderá apenas esclarecer o porquê das variações orçamentárias entre unidades domésticas de um mesmo nível de renda, mas não da variação que ocorre ao longo do "ciclo de vida" de uma determinada unidade doméstica.

A própria natureza do ENDEF torna difícil o exame dessa segunda sorte de variação pois ainda que ele se converta em uma pesquisa periódica não poderá preocupar-se em seguir, no tempo, uma mesma unidade familiar.

De outro lado, também a verificação das variações existentes nas despesas das famílias de tamanhos diferentes que se situam no interior das mesmas classes de despesa, só pode ser feita mediante tabulações especiais pois os dados publicados (cf. Quadro III) indicavam para os diferentes estratos, apenas o número médio dos membros.

QUADRO III  
TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA SEGUNDO CLASSE DE DESPESA GLOBAL

CLASSES DE DESPESA	SEGUNDO A DESPESA GLOBAL		
	REGIÃO I	REGIÃO III	REGIÃO V
Média .....	4	5	5
Menos de 4 500 .....	2	3	3
4 500 a 8 999 .....	4	4	5
9 000 a 15 799 .....	4	5	6
15 800 a 22 599 .....	5	5	7
22 600 a 31 599 .....	5	6	7
Mais de 31 599 .....	5	5	6

Comparando-se as mesmas classes de despesa das três regiões percebe-se que as famílias dos seis estratos no Nordeste possuem em relação às do Estado do Rio de Janeiro e da Região Sul, um ou dois membros a mais. Esta diferença deverá ser levada em conta quando se estiver refletindo sobre o nível de vida das famílias de baixa renda que se encontram nas três regiões, na mesma classe de despesa, pois a medida que o tamanho da unidade doméstica cresce e não se alteram os rendimentos, decresce o rendimento per capita e, conseqüentemente o padrão de vida de seus membros. Como porém o padrão de vida é o resultado de como uma série de necessidades estão sendo, quantitativa e qualitativamente, levadas a termo é importante que se chegue a conhecer, no caso de dilatação do tamanho da família, como são realocados os mesmos recursos e que itens dentro do orçamento, sofrem, mais do que outros, restrições de consumo.

V.1.3 - O PESO DAS DESPESAS CORRENTES E DO AUMENTO DO ATIVO NO ORÇAMENTO FAMILIAR E AS DUAS SORTES DE TEMPO A DIMENSIONAR AS VIDAS

Para o ENDEF a despesa global, por incluir todas as despesas realizadas pela família na aquisição de bens e serviços de qualquer tipo e natureza, constitui numa agregação das despesas correntes, do aumento do ativo e da diminuição do passivo.

Por despesas correntes se entende as de consumo — referente aos gastos com alimentação, vestuário, habitação, higiene e assistência à saúde, transportes, educação, recreação e cultura, fumo e um grupo residual (transferências, cerimônias religiosas e familiares, juros pagos, etc.) a que se chamou de despesas diversas de consumo — acrescidas das outras despesas correntes que correspondem aos impostos pagos e às contribuições trabalhistas e de previdência social.

Em termos gerais, e de modo mais profundo, o que caracterizaria essas despesas correntes seria uma preocupação das famílias com a reprodução física<sup>(5)</sup> e cultural (tomada em seu

(5) Por reprodução física se entende a necessidade de reposição de energias providas pela alimentação e a necessidade de se proteger contra o meio ambiente coberta pela moradia e pelo vestuário.

sentido amplo e englobando, portanto, afora a educação também as dimensões do religioso e do lazer) de seus membros, reprodução esta que não pode ser postergada no tempo, mas que ao contrário se atualiza — de modo mais ou menos imperioso conforme seja o item — ao longo de todo o ciclo de vida dos indivíduos.

Em contrapartida, o aumento do ativo que inclui gastos feitos na compra de Imóveis e Veículos, na Melhoria da Casa Própria e, ainda os Créditos e outros Investimentos é uma categoria de despesas que se constrói com a parcela dos rendimentos não destinada aos gastos correntes. Pelo fato de o Aumento do Ativo não estar correlacionado à reprodução mais imediata é que ele carrega uma dimensão de tempo que foge às preocupações quotidianas. Ele comportaria um tipo de cálculo econômico que traria embutido as noções de futuro, de projeto, de previsão que transcenderiam, na medida em que o Aumento do Ativo também significa acréscimo do patrimônio familiar, até mesmo a geração presente. (6)

Em suma, ele implicaria, quando existe, num redimensionamento, em termos econômicos, muito mais amplo da própria existência.

Na medida, pois, em que se observa, na comparação seja das médias regionais, seja entre as classes de despesas de uma mesma região, que os gastos com as despesas correntes, e de modo mais eloquente ainda, com as despesas de consumo, se aproximam dos valores da despesa global (cf. Gráfico II) pode-se afirmar que a renda é baixa e o nível de preocupações gira em torno da subsistência do dia a dia.

Ao contrário, na medida em que as médias das regiões ou as classes de despesa acusam uma proporção maior de gastos com o Aumento do Ativo pode-se concluir que se trata seja de uma concentração maior de famílias de renda mais alta na Região, seja dos estratos superiores internos a cada uma delas. Em outras palavras: à medida em que a renda se eleva, o custo de sobrevivência, ou a preocupação com o "amanhã" imediato é proporcionalmente menor.

#### V.1.4 - SEMELHANÇA NA ESTRUTURA DOS GASTOS VERSUS DIVERSIDADE NO VOLUME DAS DESPESAS

A análise do conjunto dos gastos dispendidos com os vários itens que compõem o orçamento doméstico pode e deve ser tomada de dois ângulos. O primeiro deles visaria conhecer o modo pelo qual, nas regiões como um todo, ou detalhadamente nos diferentes estratos, se ordena a despesa da população ou das populações que lhe dizem respeito. Isto ajudaria para que se chegasse a perceber qual a lógica interna que regeria a distribuição desses gastos, ou seja, qual a racionalidade econômica dos grupos em questão.

Tomando-se, dentro de uma hierarquização global, (cf. todas as tabelas referentes à distribuição percentual dos gastos), somente as seis principais despesas, em ordem decrescente, sejam elas monetárias e não monetárias ou apenas monetárias, observa-se que no tocante às médias das três regiões o grau de variância é bastante reduzido.

(6) É claro que quanto mais aguda se torna a sobrevivência diária menos o comportamento econômico integraria atitudes que dariam conta do futuro, mas isto não quer dizer que mesmo entre os pobres inexista uma preocupação, materializada numa ação concreta, com o dia de amanhã. A posse, por exemplo de alguns animais ou de outros objetos de valor, na zona rural, funciona como uma sorte de fazer face às necessidades prementes, de fome, de saúde, etc. Através delas as famílias camponesas se asseguram uma reserva de valor que, na verdade, funciona como um instrumento de diferir o consumo (do quotidiano) no tempo. (Ver Garcia, Afrânio, Terra de Trabalho, Tese de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da U.F.R.J. 1975 - RTO de Janeiro. Mu seu Nacional (Mimeo). Esta noção de tempo, inerente à noção de reserva, difere, no entanto, da aquela que preside à noção de acumulação. Em seu artigo "La Société Traditionnelle: L'Attitude à l'égard du temps et Conduite Économique", Sociologie du Travail, número 1, 1963, Bourdieu discute, através das categorias "prevision et prévoyance", estas diferenças.

QUADRO IV  
 ORDENAÇÃO DOS SEIS PRINCIPAIS GASTOS DAS REGIÕES POR TIPOS DE DESPESA  
 (MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA E SÓ MONETÁRIA)

REGIÃO I		REGIÃO III		REGIÃO V	
MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA
Habitação	Alimentação	Alimentação	Alimentação	Alimentação	Alimentação
Alimentação	Aumento do Ativo	Aumento do Ativo	Aumento do Ativo	Habitação	Habitação
Aumento do Ativo	Habitação	Habitação	Habitação	Aumento do Ativo	Aumento do Ativo
Outras despesas correntes	Outras despesas correntes	Vestuário	Vestuário	Vestuário	Vestuário
Vestuário	Transporte	Higiene e Assistência à saúde			
Transporte	Vestuário	Transporte	Transporte	Transporte	Transporte

Se a semelhança na estruturação dos gastos já é forte entre as três regiões, ela se apresenta mais acentuada ainda quando se toma apenas o Nordeste e o Sul que incluem, neste elenco seletivo das despesas mais importantes, "higiene e assistência à saúde" no lugar de "outras despesas correntes" que figuravam no quadro relativo ao Estado do Rio de Janeiro. Como já se viu anteriormente o alto grau de ruralidade (em torno de 50%) daquelas regiões, em contraposição à elevada urbanidade da Região I (Rio de Janeiro) (92%), explicaria esta substituição de itens.

Na passagem, porém, das despesas monetárias e não monetárias para as despesas monetárias, a qual permite avaliar o peso da parcela não monetária dos gastos, a Região I (Rio de Janeiro) e III (Sul) apresentam um comportamento diferente da Região V (Nordeste). Enquanto que nas duas primeiras há uma alteração interna na ordenação dos três primeiros itens - (Alimentação, Habitação e Aumento do Ativo) - o Nordeste mantém a mesma ordem de entrada.

No entanto, como a média vem sempre afetada pela estruturação das classes de despesas que concentram, em cada região, o maior número de famílias e pela respectiva desigualdade de renda, seria interessante examinar em que medida, nos diferentes estratos, (tabelas 1a, 5a, 9a) essa mesma seleção se mantém ou é modificada e, até onde uma aparente divergência não empana certas tendências do consumo que se apresentam sob forma de regras que convém enfatizar:

1 - Afora as duas primeiras classes de despesas - que excluem o "Aumento do Ativo" para entrar seja com "fumo" seja com "despesas diversas" ou "educação" conforme a região - todas as de mais apresentam, ainda que ordenado diferentemente, o mesmo elenco exposto no Quadro IV.

2 - Característico ainda da primeira classe de despesas seria a não inclusão entre os seis primeiros itens das "outras despesas correntes". Tal fato poderia ser explicado pelo baixo nível de rendimento (Cr\$ 4 500,00 anuais, ou seja, inferior a um salário mínimo) das famílias neles situadas o que as desobrigava das contribuições trabalhistas e dos pagamentos de tributos.

3 - Até a quinta classe de despesa inclusive (mais ou menos de cinco a sete salários mínimos), não importa a região, a "alimentação" encima a hierarquia de gastos, seguida imediatamente pela "habitação" e esta quase sempre pelo vestuário. Somente nas despesas não monetárias da Região I é que a alimentação perde a liderança para as despesas com moradia.

4 - A grande alteração na estrutura de gastos se dá apenas com o último estrato ou seja, na

quele que engloba as famílias cujas despesas ultrapassam sete salários mínimos.<sup>(7)</sup> Aí o "Aumento do Ativo" passa a ocupar ou o primeiro ou segundo posto.

5 - Embora o consumo com "transporte" conste entre os principais gastos de todos os estratos da Região I (Rio de Janeiro), ele só comparece nas Regiões III (Sul) e V (Nordeste) a partir da quinta e sexta classe respectivamente e, se nelas chega a figurar, quando se considera a média, entre os seis mais importantes é porque aí as despesas com "transporte" dizem respeito aos dispêndios "com veículo próprio", muito altos nas classes mais elevadas.

6 - Perpassando num crescendo os estratos das três regiões observa-se um aumento relativo das despesas com alguns itens e a diminuição com outros. Entre os primeiros se incluem o "aumento do Ativo", a "diminuição do Passivo", as "despesas correntes", "transporte", a "recreação e cultura" e a "educação". De modo regular, porém, somente com a "alimentação" se gasta proporcionalmente menos à medida que a renda se eleva.

7 - Os três itens mais afetados, em todas as regiões pela despesa não monetária são em ordem decrescente, habitação, alimentação e vestuário. No caso da habitação a regularidade da proporção não monetária dos gastos é um fato evidente. Os altos percentuais atingidos (40% ou mais, conforme indica o gráfico número 4) se aplicam sobretudo pela técnica da imputação do aluguel. Quanto à alimentação, no entanto, a variação é bem mais forte. Além de ser mais acentuado o desequilíbrio entre a parte monetária e não monetária dos gastos, será nas Regiões III (Sul) e V, (Nordeste) onde a população rural é bastante numerosa, que aquela última se faz sentir. Em outro ponto ainda o comportamento do item alimentação se diferencia da habitação. É que enquanto a parcela não monetária da habitação, examinando-se as classes de despesa, tende a permanecer quase que a mesma, a da alimentação, sobretudo se se consideram as Regiões I (Rio de Janeiro) e V, (Nordeste), tende proporcionalmente a diminuir à medida que a renda se vê aumentada. O que permite concluir que os gastos não monetários afetam sobretudo as populações mais pobres naquelas necessidades por elas mesmas consideradas básicas: o abrigar-se, o alimentar-se e o vestir-se.

Por causa disso mesmo as duas últimas se convertem num campo de manifestação de solidariedade entre os infelizes e de práticas beneméritas entre os mais ricos. Daí se encontrar, em seguida à produção própria para o auto-consumo e ao artesanato (estratégias que enfatizam um regime de auto suficiência familiar), a troca e a doação (formas de reciprocidade que transcendem o núcleo doméstico) como responsáveis, a título complementar, pela subsistência.

Abandonado, agora, a primeira perspectiva da análise dos itens do orçamento que procurou explicitar sua ordenação e evidenciar os comportamento padrões, para examiná-los do ponto de vista do volume dispendido, vê-se que a relativa semelhança então observada, se transforma numa crescente e até mesmo agudíssima discrepância entre as famílias que se situam nas diferentes classes de despesa. Através das Tabelas 1b, 5b e 9b que representam para cada região os índices de despesa para os seis estratos (média dos estratos = 100), tais dissemelhanças relativas a todos os itens podem ser facilmente averiguadas.

A pretexto, porém, de exemplificar os distanciamentos existentes comparam-se, neste instante, os gastos com alguns itens das classes de despesas polares (a primeira e a segunda,

(7) A agregação das últimas classes nas Regiões I (Rio de Janeiro) e III (Sul), fato já mencionado anteriormente, distorce a apreciação de certos fenômenos. Assim, o Aumento do Ativo só realmente ultrapassa os gastos com alimentação na Região III a partir da faixa que corresponde de dez a quinze salários mínimos sendo que na Região I isto se dá ainda mais tarde ou seja, quando as despesas atingem quinze salários mínimos e mais.

de um lado, e a sexta, de outro) e delas com a média das respectivas regiões. Intencionalmente foram selecionados apenas três tipos de despesa: a alimentação e a habitação por constituírem necessidades básicas e o Aumento do Ativo por apresentar uma ultrapassagem, sobretudo nas classes mais abastadas, do imperativo consumo no quotidiano. Assim, pode-se ver no Quadro IV, quantas vezes mais, ou quantas vezes menos as famílias de uma classe de despesa determinada estaria, em média, dispendendo, face às de uma outra classe, com os itens acima mencionados.

QUADRO V  
COMPARAÇÃO INTER CLASSES DOS MONTANTES DISPENDIDOS COM  
ALIMENTAÇÃO, HABITAÇÃO E AUMENTO DO ATIVO

CLASSES DE DESPESA	REGIÃO I	REGIÃO III	REGIÃO V
	Alimentação		
1ª classe ÷ média .....	-5,4 vezes	-3,8 vezes	-2,6 vezes
2ª classe ÷ média .....	-2,5 vezes	-1,9 vezes	-1,3 vezes
6ª classe ÷ média .....	+1,4 vezes	+1,5 vezes	+2,5 vezes
1ª classe ÷ 6ª classe .....	-8,0 vezes	-5,8 vezes	-6,6 vezes
2ª classe ÷ 6ª classe .....	-3,7 vezes	-3,0 vezes	-3,2 vezes
	Habitação		
1ª classe ÷ média .....	-10,3 vezes	-6,7 vezes	-4,5 vezes
2ª classe ÷ média .....	-5,2 vezes	-3,7 vezes	-2,5 vezes
6ª classe ÷ média .....	+2,1 vezes	+2,3 vezes	+6,3 vezes
1ª classe ÷ 6ª classe .....	-21,8 vezes	-15,7 vezes	-28,0 vezes
2ª classe ÷ 6ª classe .....	-11,0 vezes	-8,6 vezes	-15,5 vezes
	Aumento do Ativo		
1ª classe ÷ média .....	-200,0 vezes	-166,7 vezes	-43,5 vezes
2ª classe ÷ média .....	-83,3 vezes	-71,4 vezes	-13,0 vezes
6ª classe ÷ média .....	+2,8 vezes	3,8 vezes	+12,0 vezes
1ª classe ÷ 6ª classe .....	-566,6 vezes	-633,8 vezes	-520,1 vezes
2ª classe ÷ 6ª classe .....	-236,0 vezes	-272,0 vezes	-155,4 vezes

Ainda que a sexta classe, por ser fruto de uma forte agregação, esconda disparidades ainda maiores, não se deve desprezar o importante distanciamento entre as classes polares numa atividade como a alimentação que, por sua própria especificidade, já tenderia a impor naturalmente um limite: a capacidade física de ingestão e absorção de alimentos.<sup>(8)</sup>

Naquelas, então, onde as fronteiras são extrínsecas, uma vez que são dependentes da possibilidade de acumulação, como é o caso do Aumento do Ativo, o afastamento entre os estratos extremos se revela gigantesco. Por exemplo: somente o Aumento do Ativo da sexta classe de despesa no Nordeste, que aliás se apresenta bem mais reduzida que o das demais regiões, corresponde, em termos monetários absolutos, a 10,3 vezes mais e a 4,5 mais que os gastos (cf. tabela 10) com todos os itens de consumo de primeira e segundas classes de despesa, respectivamente. Ou seja: aquilo que 403 famílias que se situam na faixa de sete salários mínimos e mais conseguem, em média, anualmente acumular (= Cr\$ 18 031,00) equivale aproximadamente ao décuplo que 1 517, e ao quádruplo que 2 041 famílias, nas faixas respectivamente de menos de um e de um a dois salários

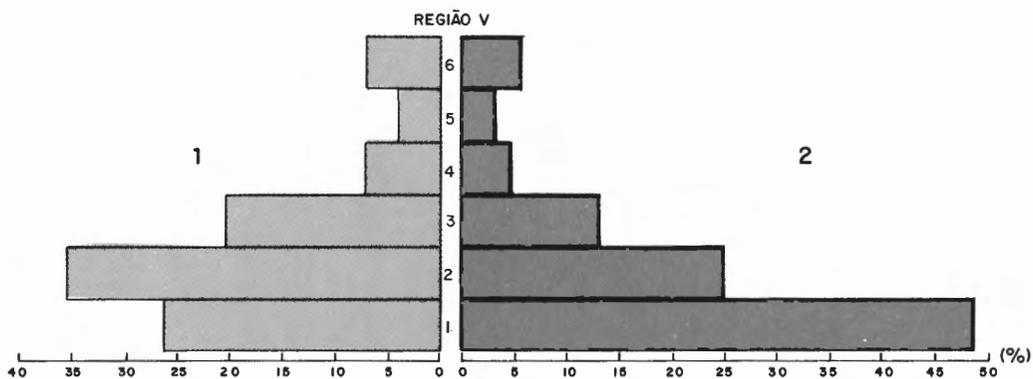
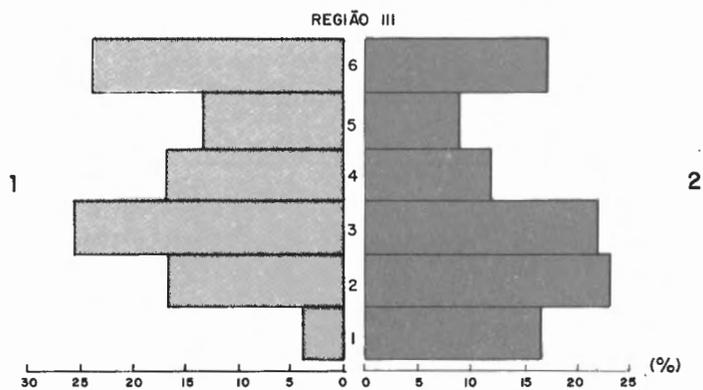
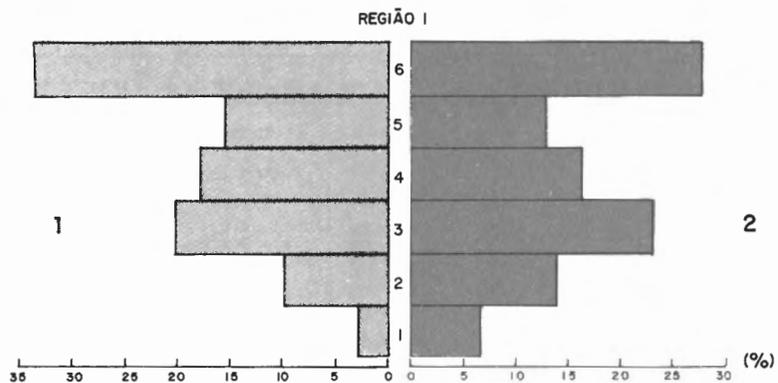
(8) Claro está que este distanciamento não diz respeito somente ao volume físico do que foi consumido, mas supõe, na medida que não se trata da análise da quantidade, mas dos gastos, preparados mais requintados dos pratos, com molhos e especiarias, além da compra de produtos mais caros e de melhor qualidade.

mínimos, dispendem, em média, com alimentação, vestuário, habitação, saúde, transporte, educação etc.

Muito mais, portanto, que a hierarquização dos itens do orçamento, o exame do volume das despesas retrata as desigualdades sociais com seus respectivos comportamentos econômicos diferenciados. Aliás, a constituição da estruturação interna e do volume dos gastos em dois campos separados, útil para se poder destacar certos pontos, se averigua incorreta em um nível mais profundo da análise.

De fato, a própria reformulação da hierarquização orçamentária não é um fenômeno aleatório, mas se constrói aos poucos e só se manifesta totalmente outra quando o volume das despesas com um conjunto de itens atinge, por assim dizer, um relativo grau de saturação, ocasionando o direcionamento dos rendimentos para outros que até então eram considerados supérfluos ou mesmo impossíveis.

1. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS POR CLASSES DE DESPESA GLOBAL E DE DESPESA MONETÁRIA GLOBAL - 1974.



Legenda

CLASSES DE DESPESA ANUAL (Cr\$)

- 1. - de 4.500
- 2. de 4.500 a 8.999
- 3. de 9.000 a 15.799
- 4. de 15.800 a 22.599
- 5. de 22.600 a 31.599
- 6 + de 31.599

- Despesa Global
- Despesa Monetária Global

FONTE : Endef. Regiões I, III e V - 1974

1 - DESPESA (MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA) ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA, COM INDICAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA

REGIÃO I - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	40 075	3 244	7 030	12 387	18 936	26 714	86 803
DESPESAS CORRENTES .....	31 477	3 204	6 920	12 109	18 123	24 898	62 776
DESPESAS DE CONSUMO .....	28 632	3 134	6 696	11 564	17 235	23 500	55 845
Alimentação .....	8 528	1 590	3 408	5 414	7 331	9 296	12 760
Vestuário .....	2 192	131	329	627	1 124	1 897	4 553
Habituação .....	10 543	1 020	2 034	3 482	5 440	7 260	22 288
Higiene e Assistência à Saúde .....	2 000	136	313	615	1 016	1 425	4 267
Transporte .....	2 112	84	243	591	923	1 490	4 661
Educação .....	855	14	36	104	287	493	2 083
Recreação e Cultura ..	587	12	42	109	209	346	1 394
Fumo .....	615	89	211	437	577	691	870
Despesas Diversas .....	1 199	60	78	184	327	602	2 969
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2 846	70	224	545	888	1 398	6 931
AUMENTO DO ATIVO .....	6 760	31	79	185	513	1 047	19 152
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	1 838	9	30	94	300	769	4 875
NÚMERO DE FAMÍLIAS (1 000)..	2 169	58	217	440	389	335	731
TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA ..	4	2	4	4	5	5	5

FONTE: ENDEF 1974 - DEISO - IBGE

1a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA (MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA) ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA

REGIÃO I - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
DESPESAS CORRENTES .....	78,6	98,8	98,5	97,8	95,7	93,2	72,3
DESPESAS DE CONSUMO .....	71,5	96,6	95,3	93,4	91,0	88,0	64,3
Alimentação .....	21,3	49,0	48,5	43,7	38,7	34,8	14,7
Vestuário .....	5,5	4,0	4,7	5,1	5,9	7,1	5,2
Habituação .....	26,3	31,4	28,9	28,1	28,7	27,2	25,7
Higiene e Assistência à Saúde .....	5,0	4,2	4,5	5,0	5,4	5,3	4,9
Transporte .....	5,3	2,6	3,5	4,8	4,9	5,6	5,4
Educação .....	2,1	0,4	0,5	0,8	1,5	1,8	2,4
Recreação e Cultura ..	1,5	0,4	0,6	0,9	1,1	1,3	1,6
Fumo .....	1,5	2,7	3,0	3,5	3,1	2,6	1,0
Despesas Diversas .....	3,0	1,9	1,1	1,5	1,7	2,3	3,4
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7,1	2,2	3,2	4,4	4,7	5,2	8,0
AUMENTO DO ATIVO .....	16,8	0,9	1,1	1,5	2,7	3,9	22,1
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	4,6	0,3	0,4	0,7	1,6	2,9	5,6

FONTE: ENDEF 1974 - DEISO - IBGE

1b - ÍNDICE DA DESPESA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL  
DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA  
REGIÃO I - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	100,0	8,1	17,5	30,9	47,3	66,7	216,6
DESPESAS CORRENTES .....	100,0	10,2	22,0	38,5	57,6	79,1	199,4
DESPESAS DE CONSUMO .....	100,0	11,0	23,4	40,4	60,2	82,1	195,0
Alimentação .....	100,0	18,6	40,4	63,5	86,0	109,0	149,6
Vestuário .....	100,0	6,0	15,0	28,6	51,3	86,5	207,7
Habituação .....	100,0	9,7	19,3	33,0	51,6	68,9	211,4
Higiene e Assistência à Saúde .....	100,0	6,8	15,7	30,8	50,8	71,3	213,4
Transporte .....	100,0	4,0	11,5	28,0	43,7	70,6	220,7
Educação .....	100,0	1,6	4,2	12,2	33,6	57,7	243,6
Recreação e Cultura ..	100,0	2,0	7,2	18,6	35,6	58,9	237,5
Fumo .....	100,0	14,5	34,3	71,1	93,8	112,4	141,5
Despesas Diversas .....	100,0	5,0	6,5	15,4	27,3	50,2	247,6
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100,0	2,5	7,9	19,2	31,2	49,1	243,5
AUMENTO DO ATIVO .....	100,0	0,5	1,2	2,7	7,6	15,5	283,3
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	100,0	0,5	1,6	5,1	16,3	41,8	265,2

FONTE: ENDEF 1974 - DEISO-IBGE.

2 - DESPESA MONETÁRIA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA  
FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA  
REGIÃO I - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	33 800	2 139	4 977	9 830	15 276	22 078	74 487
DESPESAS CORRENTES .....	25 300	2 102	4 875	9 559	14 498	20 290	50 711
DESPESAS DE CONSUMO .....	22 454	2 032	4 650	9 014	13 611	18 891	43 780
Alimentação .....	7 509	1 144	2 574	4 396	6 245	8 049	11 778
Vestuário .....	1 964	85	243	522	960	1 674	4 157
Habituação .....	5 702	439	956	2 111	3 148	4 219	11 728
Higiene e Assistência à Saúde .....	1 956	112	281	586	969	1 372	4 212
Transporte .....	2 106	84	243	591	922	1 481	4 647
Educação .....	846	13	32	98	279	480	2 074
Recreação e Cultura ..	578	12	42	105	203	338	1 377
Fumo .....	602	83	202	426	566	679	852
Despesas diversas .....	1 190	60	77	178	317	599	2 953
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2 846	70	224	545	888	1 398	6 931
AUMENTO DO ATIVO .....	6 662	28	72	178	478	1 019	18 901
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	1 838	9	30	94	300	769	4 874

FONTE: ENDEF 1974 DEISO-IBGE.

2a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA MONETÁRIA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA  
REGIÃO I - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
DESPESAS CORRENTES .....	74,8	98,3	97,9	97,2	94,9	91,9	68,1
DESPESAS DE CONSUMO .....	66,4	95,0	93,4	91,7	89,1	85,6	58,8
Alimentação .....	22,2	53,5	51,7	44,7	40,9	36,5	15,8
Vestuário .....	5,8	4,0	4,9	5,3	6,4	7,6	5,6
Habitação .....	16,9	20,5	19,2	21,5	20,6	19,1	15,8
Higiene e Assistência à Saúde .....	5,8	5,2	5,7	6,0	6,3	6,2	5,7
Transporte .....	6,2	3,9	4,9	6,0	6,0	6,7	6,2
Educação .....	2,5	0,6	0,6	1,0	1,8	2,2	2,8
Recreação e Cultura ..	1,7	0,6	0,8	1,1	1,3	1,5	1,8
Fumo .....	1,8	3,9	4,1	4,3	3,7	3,1	1,1
Despesas diversas .....	3,5	2,8	1,5	1,8	2,1	2,7	4,0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES .....	8,4	3,3	4,5	5,5	5,8	6,3	9,3
AUMENTO DO ATIVO .....	19,7	1,3	1,5	1,8	3,1	4,6	25,4
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	5,5	0,4	0,6	1,0	2,0	3,5	6,5

FONTE: ENDEF 1974 DEISO-IBGE.

3 - DESPESA NÃO MONETÁRIA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA  
REGIÃO I - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	6 276	1 105	2 053	2 557	3 660	4 636	12 315
DESPESAS CORRENTES .....	6 178	1 102	2 045	2 550	3 624	4 609	12 065
DESPESAS DE CONSUMO .....	6 178	1 102	2 045	2 550	3 624	4 609	12 065
Alimentação .....	1 020	446	834	1 018	1 086	1 247	982
Vestuário .....	228	46	86	105	164	223	397
Habitação .....	4 841	580	1 078	1 372	2 291	3 041	10 560
Higiene e Assistência à Saúde .....	44	24	32	29	47	53	52
Transporte .....	6	-	0	0	1	9	14
Educação .....	8	1	4	6	9	13	9
Recreação e Cultura ..	9	0	1	4	6	7	18
Fumo .....	13	6	9	10	10	12	18
Despesas diversas .....	9	0	1	6	10	3	16
OUTRAS DESPESAS CORRENTES .....	-	-	-	-	-	-	-
AUMENTO DO ATIVO .....	98	3	8	7	35	27	251
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: ENDEF 1974 DEISO-IBGE.

3a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA NÃO MONETÁRIA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA

REGIÃO I - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
DESPESAS CORRENTES .....	98,4	99,7	99,6	99,7	99,0	99,4	98,0
DESPESAS DE CONSUMO .....	98,4	99,7	99,6	99,7	99,0	99,4	98,0
Alimentação .....	16,3	40,3	40,6	39,8	29,7	26,9	8,0
Vestuário .....	3,6	4,1	4,2	4,1	4,5	4,8	3,2
Habitação .....	77,2	52,5	52,5	53,7	62,6	65,6	85,7
Higiene e Assistência à Saúde .....	0,7	2,2	1,5	1,1	1,3	1,1	0,4
Transporte .....	0,1	-	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1
Educação .....	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,1
Recreação e Cultura .....	0,1	0,0	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2
Fumo .....	0,2	0,5	0,4	0,4	0,3	0,3	0,2
Despesas Diversas .....	0,1	0,0	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1
OUTRAS DESPESAS CORRENTES .....	-	-	-	-	-	-	-
AUMENTO DO ATIVO .....	1,6	0,3	0,4	0,3	1,0	0,6	2,0
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: ENDEF 1974 DE ISO-IBGE.

4 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA MONETÁRIA E DA NÃO MONETÁRIA NA DESPESA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA

REGIÃO I - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1974

Continua

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)							
	TODAS AS CLASSES		MENOS DE 4 500		DE 4 500 a 8 999		DE 9 000 a 15 799	
	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA
DESPESA GLOBAL .....	84,3	15,7	65,9	34,1	70,8	29,2	79,4	20,6
DESPESAS CORRENTES .....	80,4	19,6	65,6	34,4	70,5	29,5	78,9	21,1
DESPESAS DE CONSUMO .....	78,4	21,6	64,8	35,2	69,5	30,5	78,0	22,0
Alimentação .....	88,0	12,0	71,9	28,1	75,5	24,5	81,2	18,8
Vestuário .....	89,6	10,4	64,9	35,1	73,9	26,1	83,3	16,7
Habitação .....	54,1	45,9	43,1	56,9	47,0	53,0	60,6	39,4
Higiene e Assistência à Saúde .....	97,8	2,2	82,4	17,6	89,8	10,2	95,3	4,7
Transporte .....	99,7	0,3	100,0	- 0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
Educação .....	99,1	0,9	92,9	7,1	88,9	11,1	94,2	5,8
Recreação e Cultura .....	98,5	1,5	100,0	0,0	97,7	2,3	96,3	3,7
Fumo .....	97,9	2,1	93,3	6,7	95,7	4,3	97,5	2,5
Despesas Diversas .....	99,2	0,8	100,0	0,0	98,7	1,3	96,7	3,3
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-
AUMENTO DO ATIVO .....	98,6	1,4	90,3	9,7	90,0	10,0	96,2	3,8
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-

4 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA MONETÁRIA E DA NÃO MONETÁRIA NA DESPESA ANUAL  
POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA

REGIÃO I - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1974

Conclusão

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)					
	DE 15 800 a 22 599		DE 22 600 a 31 599		MAIS DE 31 599	
	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA
DESPESA GLOBAL .....	80,7	19,3	82,7	17,3	85,8	14,2
DESPESAS CORRENTES .....	80,0	20,0	81,5	18,5	80,8	19,2
DESPESAS DE CONSUMO .....	79,0	21,0	80,4	19,6	78,4	21,6
Alimentação .....	85,2	14,8	86,6	13,4	92,3	7,7
Vestuário .....	85,4	14,6	88,2	11,8	91,3	8,7
Habitação .....	57,9	42,1	58,1	41,9	52,6	47,4
Higiene e Assistência à Saúde .....	95,4	4,6	96,3	3,7	98,7	1,3
Transporte .....	99,9	0,1	99,4	0,6	99,7	0,3
Educação .....	97,2	3,1	97,4	2,6	99,6	0,4
Recreação e Cultura .....	97,1	2,9	97,9	2,1	98,7	1,3
Fumo .....	98,2	1,8	98,3	1,7	97,9	2,1
Despesas diversas .....	96,9	3,1	99,5	0,5	99,5	0,5
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100,0	-	100,0	-	100,0	-
AUMENTO DO ATIVO .....	93,2	6,8	97,3	2,7	98,7	1,3
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	100,0	-	100,0	-	100,0	-

FONTE: ENDEF 1974 DEISO-IBGE.

5 - DESPESA (MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA) ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA, COM INDICAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA

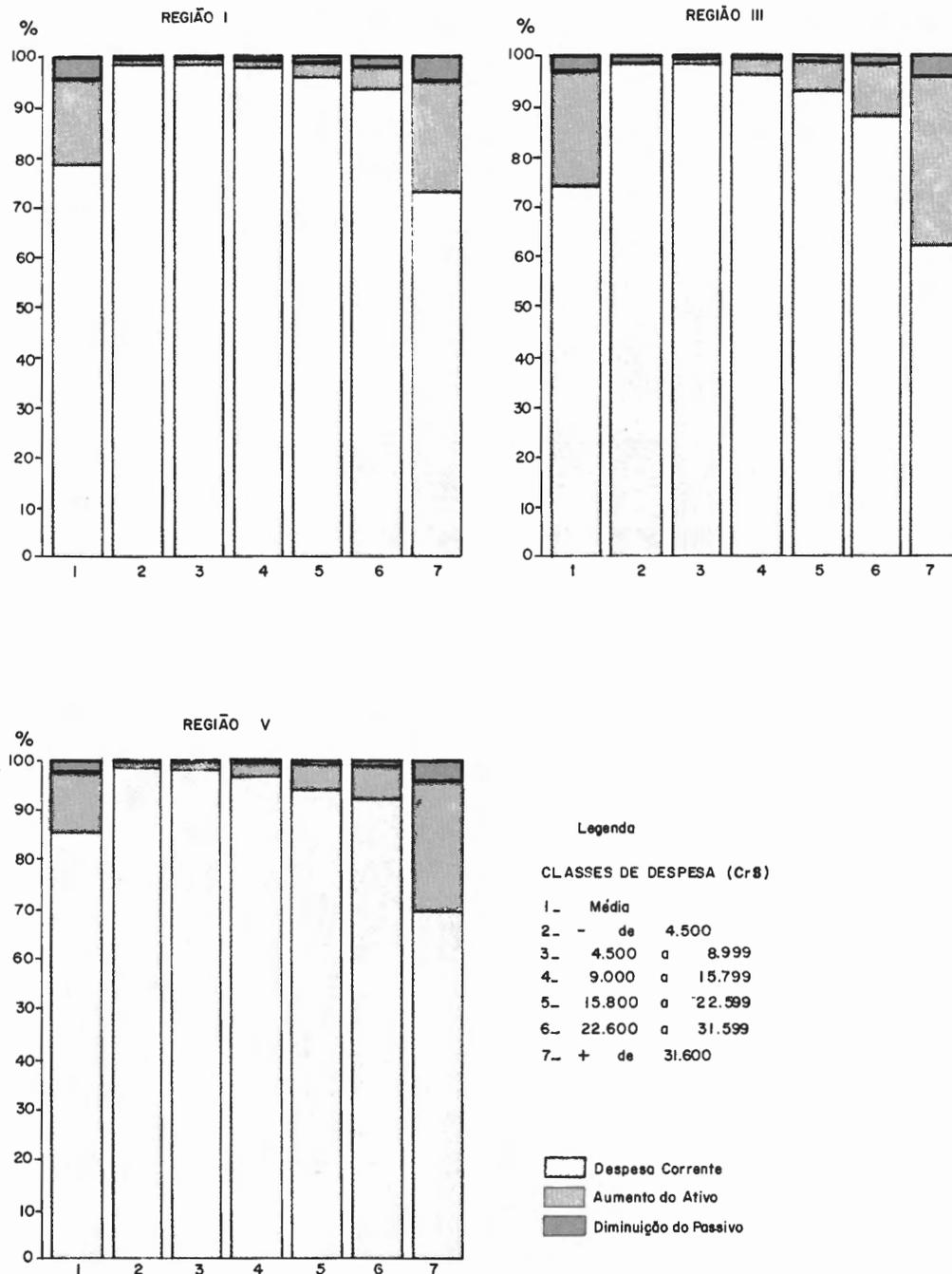
REGIÃO III - SUL

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MEIOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	29 022	3 374	6 924	12 257	18 944	26 781	75 476
DESPESAS CORRENTES .....	21 425	3 332	6 814	11 774	17 635	23 520	46 724
DESPESAS DE CONSUMO .....	20 162	3 288	6 688	11 472	17 080	22 586	42 729
Alimentação .....	7 696	2 020	3 958	6 202	8 052	9 432	11 677
Vestuário .....	1 844	132	401	839	1 481	2 289	4 242
Habitação .....	5 760	858	1 559	2 750	4 483	6 132	13 500
Higiene e Assistência à Saúde .....	1 452	128	373	746	1 248	1 602	3 258
Transporte .....	1 288	35	91	242	517	1 068	4 142
Educação .....	399	7	29	83	223	397	1 195
Recreação e Cultura .....	301	1	25	61	127	280	942
Fumo .....	423	64	134	265	395	529	819
Despesas Diversas .....	1 000	45	119	285	554	858	2 953
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 263	44	126	303	555	934	3 996
AUMENTO DO ATIVO .....	6 693	41	96	415	1 125	2 719	25 451
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	904	1	14	67	184	542	3 301
NÚMERO DE FAMÍLIAS (1 000)	3 548	140	598	901	596	471	842
TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA .....	5	3	4	5	5	6	5

FONTE: ENDEF 1974 - DEISO - IBGE

2. PARTICIPAÇÃO DA DESPESA CORRENTE, AUMENTO DO ATIVO E DIMINUIÇÃO DO PASSIVO NA DESPESA GLOBAL, Por Classes de Despesa - 1974



FORNE: Ver Tabela 1a, 5a, 9a

5a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA (MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA) ANUAL POR FAMÍLIA,  
POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA

REGIÃO III - SUL

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
DESPESAS CORRENTES .....	73,8	98,8	98,4	96,1	93,1	87,8	61,9
DESPESAS DE CONSUMO .....	69,5	97,5	96,6	93,6	90,2	84,3	56,6
Alimentação .....	26,5	59,9	57,2	50,6	42,5	35,2	15,5
Vestuário .....	6,4	3,9	5,8	6,8	7,8	8,5	5,6
Habituação .....	19,8	25,5	22,5	22,4	23,7	22,9	17,9
Higiene e Assistência à Saúde .....	5,0	3,8	5,4	6,1	6,6	6,0	4,3
Transporte .....	4,4	1,0	1,3	2,0	2,7	4,0	5,5
Educação .....	1,4	0,2	0,4	0,7	1,2	1,5	1,6
Recreação e Cultura ..	1,0	0,0	0,4	0,5	0,7	1,0	1,2
Fumo .....	1,5	1,9	1,9	2,2	2,1	2,0	1,1
Despesas Diversas .....	3,5	1,3	1,7	2,3	2,9	3,2	3,9
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4,3	1,3	1,8	2,5	2,9	3,5	5,3
AUMENTO DO ATIVO .....	23,1	1,2	1,4	3,4	5,9	10,2	33,7
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	3,1	0,0	0,2	0,5	1,0	2,0	4,4

FONTE: ENDEF 1974 - DEISO - IBGE

5b - ÍNDICE DA DESPESA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL  
DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA

REGIÃO III - SUL

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	100,0	11,6	23,9	42,2	65,3	92,3	260,1
DESPESAS CORRENTES .....	100,0	15,6	31,2	55,0	82,3	109,8	218,1
DESPESAS DE CONSUMO .....	100,0	16,3	33,2	56,9	84,7	112,0	211,9
Alimentação .....	100,0	26,3	51,4	80,6	104,6	122,6	151,7
Vestuário .....	100,0	7,2	21,8	45,5	80,3	124,1	230,0
Habituação .....	100,0	14,9	27,1	47,7	77,8	106,5	234,4
Higiene e Assistência à Saúde .....	100,0	8,8	25,7	51,4	86,0	110,3	224,4
Transporte .....	100,0	2,7	7,1	18,8	40,1	82,9	321,6
Educação .....	100,0	1,8	7,3	20,8	55,9	99,5	299,5
Recreação e Cultura ..	100,0	0,3	8,3	20,3	42,2	93,0	313,0
Fumo .....	100,0	15,1	31,7	62,7	93,4	125,1	193,6
Despesas Diversas .....	100,0	4,5	11,9	28,5	55,4	85,8	295,3
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100,0	3,5	10,0	24,0	43,9	74,0	316,4
AUMENTO DO ATIVO .....	100,0	0,6	1,4	6,2	16,8	40,6	380,3
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	100,0	0,1	1,6	7,4	20,4	60,0	365,2

FONTE: ENDEF 1974 - DEISO-IBGE.

6 - DESPESA MONETÁRIA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA  
FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA

REGIÃO III - SUL

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	22 950	1 988	4 335	8 044	13 150	19 678	64 529
DESPESAS CORRENTES .....	15 515	1 948	4 228	7 576	11 865	16 468	36 396
DESPESAS DE CONSUMO .....	14 252	1 904	4 103	7 273	11 310	15 534	32 400
Alimentação .....	4 905	1 256	2 388	3 589	4 766	5 811	8 306
Vestuário .....	1 700	108	356	757	1 343	2 102	3 961
Habitação .....	2 849	274	609	1 273	2 188	2 957	6 977
Higiene e Assistência à Saúde .....	1 427	119	359	734	1 224	1 575	3 212
Transporte .....	1 282	35	91	242	517	1 065	4 121
Educação .....	394	6	27	80	217	391	1 186
Recreação e Cultura ..	294	1	23	58	123	274	921
Fumo .....	405	61	133	258	379	507	775
Despesas diversas .....	996	45	118	282	551	853	2 943
OUTRAS DESPESAS CORRENTES .....	1 263	44	126	303	555	934	3 996
AUMENTO DO ATIVO .....	6 532	40	93	401	1 101	2 669	24 832
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	904	1	14	67	184	542	3 301

FONTE: ENDEF 1974 - DE150-18GE.

6a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA MONETÁRIA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA  
FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA

REGIÃO III - SUL

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
DESPESAS CORRENTES .....	67,6	98,0	97,5	94,2	90,2	83,7	56,4
DESPESAS DE CONSUMO .....	62,1	95,8	94,6	90,4	86,0	78,9	50,2
Alimentação .....	21,4	63,2	55,1	44,6	36,3	29,5	12,9
Vestuário .....	7,4	5,4	8,2	9,4	10,2	10,7	6,1
Habitação .....	12,4	13,8	14,0	15,9	16,6	15,0	10,8
Higiene e Assistência à Saúde .....	6,2	6,0	8,3	9,1	9,3	8,0	5,0
Transporte .....	5,6	1,8	2,1	3,0	3,9	5,4	6,4
Educação .....	1,7	0,3	0,6	1,0	1,7	2,0	1,8
Recreação e Cultura ..	1,3	0,0	0,5	0,7	0,9	1,4	1,4
Fumo .....	1,8	3,1	3,1	3,2	2,9	2,6	1,2
Despesas diversas .....	4,3	2,2	2,7	3,5	4,2	4,3	4,6
OUTRAS DESPESAS CORRENTES .....	5,5	2,2	2,9	3,8	4,2	4,8	6,2
AUMENTO DO ATIVO .....	28,5	2,0	2,2	5,0	8,4	13,6	38,5
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	3,9	0,0	0,3	0,8	1,4	2,7	5,1

FONTE: ENDEF 1974 DE150-18GE.

7 - DESPESA NÃO MONETÁRIA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA  
FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DE DESPESA

REGIÃO III - SUL

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	6 072	1 386	2 589	4 213	5 794	7 103	10 948
DESPESAS CORRENTES .....	5 910	1 384	2 585	4 199	5 770	7 052	10 328
DESPESAS DE CONSUMO .....	5 910	1 384	2 585	4 199	5 770	7 052	10 328
Alimentação .....	2 791	763	1 570	2 613	3 285	3 621	3 372
Vestuário .....	144	24	45	82	138	187	282
Habituação .....	2 911	584	951	1 477	2 294	3 175	6 524
Higiene e Assistência à Saúde .....	24	9	14	12	23	27	47
Transporte .....	6	-	-	0	1	3	22
Educação .....	5	1	1	3	5	6	9
Recreação e Cultura .....	7	-	1	2	4	6	20
Fumo .....	18	3	1	7	16	22	44
Despesas diversas .....	5	0	2	3	3	5	10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES .....	-	-	-	-	-	-	-
AUMENTO DO ATIVO .....	162	1	4	14	24	51	620
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: ENDEF 1974 DE150-186E.

7a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA NÃO MONETÁRIA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA  
FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA

REGIÃO III - SUL

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
DESPESAS CORRENTES .....	97,3	99,9	99,8	99,7	99,6	99,3	94,3
DESPESAS DE CONSUMO .....	97,3	99,9	99,8	99,7	99,6	99,3	94,3
Alimentação .....	45,9	55,1	60,7	62,0	56,7	51,0	30,8
Vestuário .....	2,4	1,7	1,7	1,9	2,4	2,6	2,5
Habituação .....	47,9	42,1	36,8	35,1	39,6	44,7	59,6
Higiene e Assistência à Saúde .....	0,4	0,7	0,5	0,3	0,4	0,4	0,4
Transporte .....	0,1	-	-	0,0	0,0	0,0	0,2
Educação .....	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Recreação e Cultura .....	0,1	-	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2
Fumo .....	0,3	0,2	0,0	0,2	0,3	0,3	0,4
Despesas diversas .....	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1
OUTRAS DESPESAS CORRENTES .....	-	-	-	-	-	-	-
AUMENTO DO ATIVO .....	2,7	0,1	0,2	0,3	0,4	0,7	5,7
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: ENDEF 1974 DE150-186E.

8 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA NA DESPESA ANUAL  
POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DE DESPESA

REGIÃO III - SUL

1974

Continua

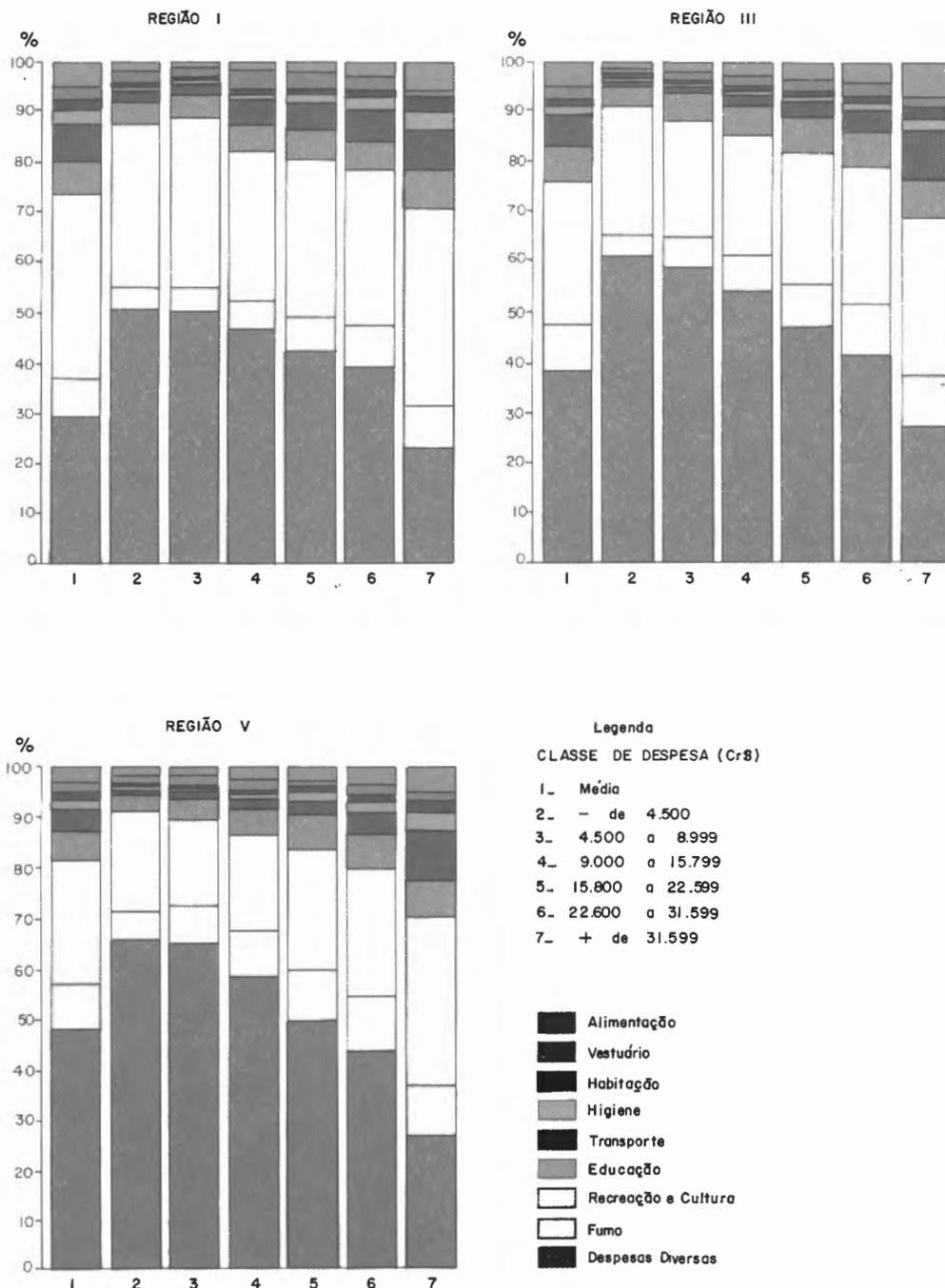
TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)							
	TODAS AS CLASSES		MENOS DE 4 500		4 500 A 8 999		9 000 A 15 799	
	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA
DESPESA GLOBAL .....	79,1	20,9	58,9	41,1	62,6	37,4	65,6	34,4
DESPESAS CORRENTES .....	72,4	27,6	58,5	41,5	62,1	37,9	64,3	35,7
DESPESAS DE CONSUMO .....	70,7	29,3	57,9	42,1	61,3	38,7	63,4	36,6
Alimentação .....	63,7	36,3	62,2	37,8	60,3	39,7	57,9	42,1
Vestuário .....	92,2	7,8	81,8	18,2	88,8	11,2	90,2	9,8
Habituação .....	49,5	50,5	31,9	68,1	39,0	61,0	46,3	53,7
Higiene e Assistência à Saúde .....	98,3	1,7	93,0	7,0	96,2	3,8	98,4	1,6
Transporte .....	99,5	0,5	100,0	-	100,0	-	100,0	0,0
Educação .....	98,7	1,3	85,7	14,3	96,4	3,6	96,4	3,6
Recreação e Cultura ...	97,7	2,3	100,0	-	95,8	4,2	96,7	3,3
Fumo .....	95,7	4,3	95,3	4,7	99,3	0,7	97,4	2,6
Despesas diversas .....	99,5	0,5	100,0	0,0	98,3	1,7	98,9	1,1
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-
AUMENTO DO ATIVO .....	97,6	2,4	97,6	2,4	95,9	4,1	96,6	3,4
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-

Conclusão

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)					
	15 800 a 22 599		22 600 a 31 599		MAIS DE 31 600	
	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA
DESPESA GLOBAL .....	69,4	30,6	73,5	26,5	85,5	14,5
DESPESA CORRENTE .....	67,3	32,7	70,0	30,0	77,9	22,1
DESPESA DE CONSUMO .....	66,2	33,8	68,8	31,2	75,8	24,2
Alimentação .....	59,2	40,8	61,6	38,4	71,1	28,9
Vestuário .....	90,7	9,3	91,8	8,2	93,4	6,6
Habituação .....	48,8	51,2	48,2	51,8	51,7	48,3
Higiene e Assistência à Saúde .....	98,2	1,8	98,3	1,7	98,6	1,4
Transporte .....	99,8	0,2	99,7	0,3	99,5	0,5
Educação .....	97,7	2,3	98,5	1,5	99,2	0,8
Recreação e Cultura ...	96,9	3,1	97,9	2,1	97,9	2,1
Fumo .....	95,9	4,1	95,8	4,2	94,6	5,4
Despesas diversas .....	99,5	0,5	99,4	0,6	99,7	0,3
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100,0	-	100,0	-	100,0	-
AUMENTO DO ATIVO .....	97,9	2,1	98,1	1,9	97,6	2,4
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	100,0	-	100,0	-	100,0	-

FONTE: ENDEF 1974 DE ISO-18GE.

### 3. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO TIPO DE DESPESA DE CONSUMO POR CLASSES DE DESPESA GLOBAL ( Monetária e não Monetária ) - 1974



FORNE : Ver Tabela 1, 5 e 9

9 - DESPESA (MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA) ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA SEGUNDO O TIPO DA DESPESA COM INDICAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA

REGIÃO V - NORDESTE

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	13 229	3 037	6 478	11 823	18 631	26 609	76 572
DESPESAS CORRENTES .....	11 315	2 999	6 343	11 405	17 495	24 471	53 521
DESPESAS DE CONSUMO .....	10 763	2 964	6 252	11 121	16 756	23 141	48 538
Alimentação .....	5 145	1 944	4 051	6 456	8 196	9 988	12 928
Vestuário .....	971	169	472	1 007	1 697	2 525	4 751
Habitação .....	2 637	588	1 064	2 136	3 975	5 951	16 480
Higiene e Assistência à Saúde .....	638	111	286	600	1 077	1 556	3 526
Transporte .....	485	28	86	228	555	1 030	4 596
Educação .....	213	8	31	114	298	496	1 947
Recreação e Cultura ..	146	11	37	96	198	358	1 175
Fumo .....	208	64	125	252	366	496	714
Despesas diversas .....	320	42	100	232	394	741	2 421
OUTRAS DESPESAS CORRENTES .....	553	35	91	284	739	1 329	4 982
AUMENTO DO ATIVO .....	1 628	37	125	382	980	1 779	19 474
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	286	1	10	36	156	359	3 577
NÚMERO DE FAMÍLIAS(1 000)	5 791	1 517	2 041	1 180	413	237	403
TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA.	5	3	5	6	7	7	6

FONTE: ENDEF 1974 - DEISO - IBGE

9a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA (MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA) ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA

REGIÃO V - NORDESTE

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
DESPESAS CORRENTES .....	85,5	98,7	97,7	96,5	93,9	92,0	69,9
DESPESAS DE CONSUMO .....	81,3	97,6	96,5	94,1	89,9	87,0	63,4
Alimentação .....	38,9	64,0	62,5	54,6	44,0	37,5	16,9
Vestuário .....	7,3	5,6	7,3	8,5	9,1	9,5	6,2
Habituação .....	19,9	19,4	16,4	18,1	21,3	22,4	21,5
Higiene e Assistência à Saúde .....	4,8	3,6	4,4	5,1	5,8	5,8	4,6
Transporte .....	3,7	0,9	1,3	1,9	3,0	3,9	6,0
Educação .....	1,6	0,3	0,5	1,0	1,6	1,9	2,6
Recreação e Cultura ..	1,1	0,3	0,6	0,8	1,0	1,3	1,5
Fumo .....	1,6	2,1	1,9	2,1	2,0	1,9	0,9
Despesas diversas .....	2,4	1,4	1,6	2,0	2,1	2,8	3,2
OUTRAS DESPESAS CORRENTES .....	4,2	1,1	1,4	2,4	4,0	5,0	6,5
AUMENTO DO ATIVO .....	12,3	1,2	1,9	3,2	5,3	6,7	25,4
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	2,2	0,1	0,2	0,3	0,8	1,3	4,7

FONTE: ENDEF 1974 - DEISO - IBGE

9b - ÍNDICE DA DESPESA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA

REGIÃO V - NORDESTE

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	100,0	23,0	49,0	89,4	140,8	201,1	578,8
DESPESAS CORRENTES .....	100,0	26,5	56,1	100,8	154,6	216,3	473,0
DESPESAS DE CONSUMO .....	100,0	27,5	58,1	103,3	155,7	215,0	451,0
Alimentação .....	100,0	37,8	78,7	125,5	159,3	194,1	251,3
Vestuário .....	100,0	17,0	48,6	103,7	174,8	260,0	489,3
Habituação .....	100,0	22,3	40,4	81,0	150,7	225,7	625,0
Higiene e Assistência à Saúde .....	100,0	17,4	44,8	94,0	168,8	243,9	552,7
Transporte .....	100,0	5,8	17,7	47,0	114,4	212,4	947,6
Educação .....	100,0	3,8	14,6	53,5	139,9	232,9	914,1
Recreação e Cultura ..	100,0	7,5	25,3	65,8	135,6	245,2	804,8
Fumo .....	100,0	30,8	60,1	121,2	176,0	238,5	343,3
Despesas diversas .....	100,0	13,1	31,3	72,5	123,1	231,6	756,6
OUTRAS DESPESAS CORRENTES .....	100,0	6,3	16,5	51,4	133,6	240,3	900,9
AUMENTO DO ATIVO .....	100,0	2,3	7,7	23,5	60,2	109,3	1 196,2
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	100,0	0,4	3,5	12,6	54,6	125,5	1 250,7

FONTE: ENDEF 1974 DEISO-IBGE.

10 - DESPESA MONETÁRIA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA,  
SEGUNDO O TIPO DA DESPESA

REGIÃO V - NORDESTE

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	10 167	1 815	4 211	8 464	14 732	21 732	65 487
DESPESA CORRENTES .....	8 378	1 779	4 083	8 059	13 659	19 705	43 879
DESPESAS DE CONSUMO .....	7 826	1 744	3 992	7 775	12 920	18 376	38 903
Alimentação .....	3 485	1 082	2 354	4 088	6 089	7 839	11 270
Vestuário .....	874	144	420	912	1 520	2 246	4 346
Habitação .....	1 517	272	588	1 321	2 520	3 775	9 136
Higiene e Assistência à Saúde .....	605	99	263	558	1 022	1 477	3 439
Transporte .....	481	28	86	227	552	1 022	4 547
Educação .....	208	7	29	110	290	473	1 926
Recreação e Cultura ..	142	10	36	93	193	345	1 147
Fumo .....	199	61	120	240	347	471	688
Despesas diversas .....	315	40	96	226	387	728	2 404
OUTRAS DESPESAS CORRENTES .....	552	35	91	284	739	1 329	4 975
AUMENTO DO ATIVO .....	1 513	35	118	369	917	1 668	18 031
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	286	1	10	36	156	359	3 577

FONTE: ENDEF 1974 DE150-IBGE.

10a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA MONETÁRIA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA

REGIÃO V - NORDESTE

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
DESPESAS CORRENTES .....	82,3	98,0	97,0	95,2	92,7	90,7	67,0
DESPESAS DE CONSUMO .....	76,9	96,1	94,8	91,9	87,7	84,6	59,4
Alimentação .....	34,3	59,6	55,9	48,3	41,3	36,1	17,2
Vestuário .....	8,6	7,9	10,0	10,8	10,3	10,3	6,6
Habitação .....	14,9	15,0	14,0	15,6	17,1	17,4	14,0
Higiene e Assistência à Saúde .....	5,9	5,5	6,2	6,6	6,9	6,8	5,3
Transporte .....	4,7	1,5	2,0	2,7	3,8	4,7	6,9
Educação .....	2,0	0,4	0,7	1,3	2,0	2,2	2,9
Recreação e Cultura ..	1,4	0,6	0,9	1,1	1,3	1,6	1,8
Fumo .....	2,0	3,4	2,8	2,8	2,4	2,2	1,0
Despesas diversas .....	3,1	2,2	2,3	2,7	2,6	3,3	3,7
OUTRAS DESPESAS CORRENTES .....	5,4	1,9	2,2	3,3	5,0	6,1	7,6
AUMENTO DO ATIVO .....	14,9	1,9	2,8	4,4	6,2	7,7	27,5
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	2,8	0,1	0,2	0,4	1,1	1,6	5,5

FONTE: ENDEF 1974 DE150-IBGE.

11 - DESPESA NÃO MONETÁRIA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA

REGIÃO V - NORDESTE

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	3 052	1 222	2 265	3 359	3 899	4 876	11 085
DESPESAS CORRENTES .....	2 937	1 220	2 258	3 347	3 836	4 766	9 642
DESPESAS DE CONSUMO .....	2 936	1 220	2 258	3 347	3 836	4 766	9 635
Alimentação .....	1 660	862	1 696	2 369	2 107	2 149	1 657
Vestuário .....	96	25	52	95	177	280	405
Habitação .....	1 120	316	476	814	1 455	2 176	7 344
Higiene e Assistência à Saúde .....	33	11	23	42	55	80	87
Transporte .....	4	0	0	0	3	8	49
Educação .....	5	1	1	4	8	23	20
Recreação e Cultura ..	4	1	1	3	5	13	29
Fumo .....	10	3	6	13	19	24	26
Despesas diversas .....	5	2	3	7	6	13	17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES .....	0	-	-	-	-	-	7
AUMENTO DO ATIVO .....	115	2	7	12	63	111	1 443
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: ENDEF 1974 DEISO-IBGE.

11a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA NÃO MONETÁRIA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA

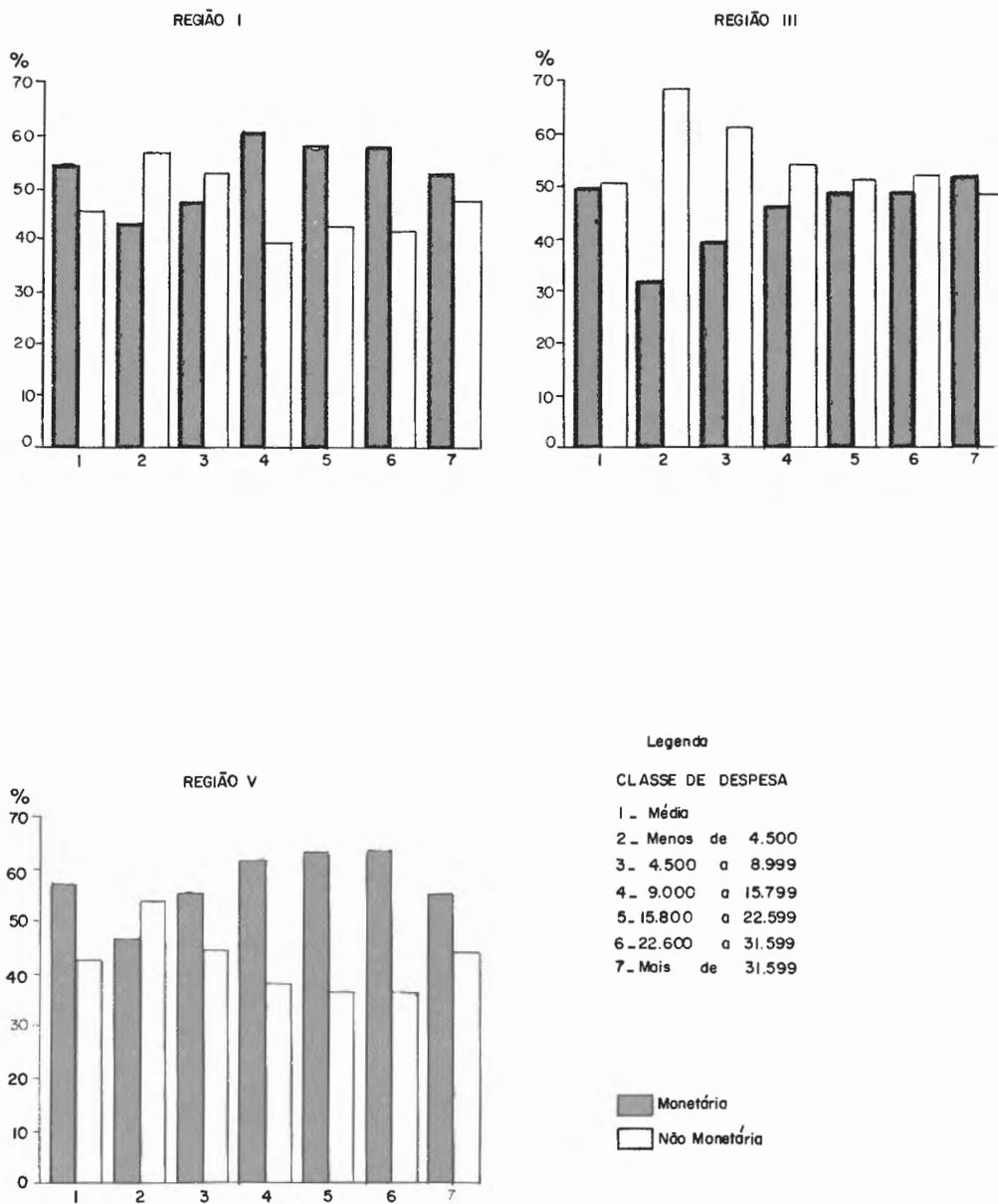
REGIÃO V - NORDESTE

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
DESPESA GLOBAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
DESPESAS CORRENTES .....	96,2	99,8	99,7	99,6	98,4	97,7	87,0
DESPESAS DE CONSUMO .....	96,2	99,8	99,7	99,6	98,4	97,7	86,9
Alimentação .....	54,4	70,5	74,9	70,5	54,1	44,1	15,0
Vestuário .....	3,1	2,0	2,3	2,8	4,6	5,7	13,7
Habitação .....	36,7	25,9	21,0	24,2	37,3	44,6	66,2
Higiene e Assistência à Saúde .....	1,1	0,9	1,0	1,3	1,4	1,6	0,8
Transporte .....	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,4
Educação .....	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,5	0,2
Recreação e Cultura ..	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,3	0,3
Fumo .....	0,3	0,2	0,3	0,4	0,5	0,5	0,2
Despesas diversas .....	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1
OUTRAS DESPESAS CORRENTES .....	0,0	-	-	-	-	-	0,1
AUMENTO DO ATIVO .....	3,8	0,2	0,3	0,4	1,6	2,3	13,0
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: ENDEF 1974 DEISO-IBGE

#### 4. PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA EM HABITAÇÃO POR CLASSES DE DESPESA GLOBAL 1974



FONTE: Ver Tabela 4, 8 e 12

12 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA MONETÁRIA E DA NÃO MONETÁRIA NA DESPESA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA SEGUNDO O TIPO DA DESPESA

REGIÃO V - NORDESTE

1974

Continua

TIPO DE DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)							
	TODAS AS CLASSES		MENOS DE 4 500		DE 4 500 a 8 999		DE 9 000 a 15 799	
	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA
DESPESA GLOBAL .....	76,9	23,1	59,8	40,2	65,0	35,0	71,6	28,4
DESPESAS CORRENTES .....	74,0	26,0	59,3	40,7	64,4	35,6	70,7	29,3
DESPESAS DE CONSUMO .....	72,7	27,3	58,8	41,2	63,9	36,1	69,9	30,1
Alimentação .....	67,7	32,3	55,7	44,3	58,1	41,9	63,3	36,7
Vestuário .....	90,1	9,9	85,2	14,8	89,0	11,0	90,6	9,4
Habitação .....	57,5	42,5	46,3	53,7	55,3	44,7	61,9	38,1
Higiene e Assistência à Saúde .....	94,8	5,2	90,0	10,0	92,0	8,0	93,0	7,0
Transporte .....	99,2	0,8	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
Educação .....	97,7	2,3	87,5	12,5	96,7	3,3	96,5	3,5
Recreação e Cultura ..	97,3	2,7	90,9	9,1	97,3	2,7	96,9	3,1
Fumo .....	95,2	4,8	95,3	4,7	95,2	4,8	94,9	5,1
Despesas Diversas .....	98,4	1,6	95,2	4,8	97,0	3,0	97,0	3,0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES .....	100,0	0,0	100,0	-	100,0	-	100,0	-
AUMENTO DO ATIVO .....	92,9	7,1	94,6	5,4	94,4	5,6	96,9	3,1
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-

Conclusão

TIPO DE DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)					
	DE 15 800 a 22 599		DE 22 600 a 31 599		MAIS DE 31 599	
	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA
DESPESA GLOBAL .....	79,1	20,9	81,7	18,3	85,5	14,5
DESPESAS CORRENTES .....	78,1	21,9	80,5	19,5	82,0	18,0
DESPESAS DE CONSUMO .....	77,1	22,9	79,4	20,6	80,1	19,9
Alimentação .....	74,3	25,7	78,5	21,5	87,2	12,8
Vestuário .....	89,6	10,4	88,9	11,1	91,5	8,5
Habitação .....	63,4	36,6	63,4	36,6	55,4	44,6
Higiene e Assistência à Saúde .....	94,9	5,1	94,9	5,1	97,5	2,5
Transporte .....	99,5	0,5	99,2	0,8	98,9	1,1
Educação .....	97,3	2,7	95,4	4,6	99,0	1,0
Recreação e Cultura ..	97,5	2,5	96,4	3,6	97,5	2,5
Fumo .....	94,8	5,2	95,2	4,8	96,4	3,6
Despesas Diversas .....	98,5	1,5	98,2	1,8	99,3	0,7
OUTRAS DESPESAS CORRENTES .....	100,0	-	100,0	-	99,9	0,1
AUMENTO DO ATIVO .....	93,6	6,4	93,8	6,2	92,6	7,4
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO .....	100,0	-	100,0	-	100,0	-

FONTE: ENDEF 1974 DE ISO-IBGE.

13 - DESPESA (MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA) ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA, COM INDICAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD<sup>(1)</sup>

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (CRUZEIROS)									
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 A 8 999	DE 9 000 A 15 799	DE 15 800 A 22 599	DE 22 600 A 31 599	DE 31 600 A 45 199	DE 45 200 A 67 799	DE 67 800 A 134 799	MAIS DE 134 799
DESPESA GLOBAL	27 887	3 068	6 674	12 146	18 943	26 661	37 582	54 866	93 119	266 315
DESPESAS CORRENTES	21 234	3 030	6 545	11 747	17 833	24 145	32 078	42 883	65 743	130 150
DESPESAS DE CONSUMO	19 764	2 994	6 432	11 398	17 095	22 937	30 187	39 770	59 261	112 420
ALIMENTAÇÃO	7 053	1 927	3 952	6 092	7 763	9 193	10 447	11 624	13 090	16 674
VESTUÁRIO	1 689	161	435	863	1 408	2 142	2 805	3 675	5 325	9 521
HABITAÇÃO	6 325	639	1 326	2 788	4 879	6 871	9 552	13 030	21 937	49 158
HIGIENE E ASSIST. À SAÚDE	1 345	116	314	656	1 115	1 528	2 158	2 963	4 523	8 487
TRANSPORTE	1 300	30	100	283	604	1 137	2 087	3 764	6 370	10 803
EDUCAÇÃO	475	8	32	104	250	431	747	1 248	2 229	4 315
RECREAÇÃO E CULTURA	328	9	33	80	166	288	521	807	1 540	3 007
FUMO	406	62	136	289	456	598	719	842	890	1 047
DESPESAS DIVERSAS	842	42	103	244	453	749	1 151	1 817	3 356	9 409
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 471	36	113	348	738	1 209	1 891	3 114	6 482	17 730
AUMENTO DO ATIVO	5 640	36	114	338	902	1 948	4 244	9 250	21 849	122 652
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO	1 013	2	14	61	208	569	1 260	2 732	5 527	13 514
NÚMERO DE FAMÍLIAS (MILHARES)	19 134	2 195	4 003	4 121	2 556	2 030	1 541	1 198	999	491

FONTE: ENDEF 1974 - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) Corresponde a Brasil excluindo-se as áreas rurais da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

13a - DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA (MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA) ANUAL POR FAMÍLIA POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA COM INDICAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA.

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (CRUZEIROS)									
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 A 8 999	DE 9 000 A 15 799	DE 15 800 A 22 599	DE 22 600 A 31 599	DE 31 600 A 45 199	DE 45 200 A 67 799	DE 67 800 A 134 799	MAIS DE 134 799
DESPESA GLOBAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
DESPESAS CORRENTES	76,2	98,8	98,1	96,7	94,1	90,6	85,3	78,3	70,6	48,9
DESPESAS DE CONSUMO	70,9	97,6	96,4	93,8	90,2	86,0	80,3	72,6	63,6	42,2
ALIMENTAÇÃO	25,3	62,8	59,2	50,2	41,1	34,5	27,8	21,2	14,1	6,3
VESTUÁRIO	6,0	5,2	6,5	7,0	7,3	8,0	7,4	6,7	5,7	3,6
HABITAÇÃO	22,7	20,8	19,9	22,9	25,8	25,8	25,4	23,8	23,5	18,5
HIGIENE E ASSIST. À SAÚDE	4,8	3,8	4,7	5,4	5,8	5,7	5,7	5,4	4,8	3,2
TRANSPORTE	4,7	1,0	1,5	2,3	3,2	4,3	5,5	6,9	6,8	4,0
EDUCAÇÃO	1,7	0,3	0,5	0,9	1,3	1,6	2,0	2,3	2,4	1,6
RECREAÇÃO E CULTURA	1,2	0,3	0,5	0,7	0,9	1,1	1,4	1,5	1,7	1,1
FUMO	1,5	2,0	2,0	2,4	2,4	2,2	2,0	1,5	1,0	0,4
DESPESAS DIVERSAS	3,0	1,4	1,6	2,0	2,4	2,8	3,1	3,3	3,6	3,5
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5,3	1,2	1,7	2,9	3,9	4,6	5,0	5,7	7,0	6,7
AUMENTO DO ATIVO	20,2	1,1	1,7	2,8	4,8	7,3	11,3	16,8	23,5	46,1
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO	3,6	0,1	0,2	0,5	1,1	2,1	3,4	4,9	5,9	5,0
DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS	100,0	11,5	20,9	21,5	13,3	10,6	8,1	6,3	5,2	2,6
TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA	5,0	3,2	4,7	5,4	5,4	5,5	5,4	5,1	4,7	4,5

FONTE: ENDEF 1974 - DEISO-IBGE.

136 - ÍNDICE DE DESPESA (MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA) ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE  
DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO O TIPO DA DESPESA

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD  
1974

TIPO DA DESPESA	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (CRUZEIROS)									
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 A 8 900	DE 9 000 A 15 799	DE 15 800 A 22 599	DE 22 600 A 31 599	DE 31 600 A 45 199	DE 45 200 A 67 799	DE 67 800 A 134 799	MAIS DE 134 799
DESPESA GLOBAL	100,0	11,0	23,9	43,5	67,9	95,6	134,7	196,7	334,0	954,9
DESPESAS CORRENTES	100,0	14,3	30,8	55,3	84,0	113,7	151,0	201,9	309,6	612,9
DESPESAS DE CONSUMO	100,0	15,1	32,5	57,7	86,5	116,0	152,7	201,2	299,8	568,8
ALIMENTAÇÃO	100,0	27,3	56,0	86,4	110,1	130,3	148,1	164,8	185,6	236,4
VESTUÁRIO	100,0	9,5	25,7	51,1	83,4	126,8	166,1	217,6	315,3	563,7
HABITAÇÃO	100,0	10,1	21,0	44,1	77,1	108,6	151,0	206,0	346,8	777,2
HIGIENE E ASSIST. À SAÚDE	100,0	8,6	23,3	48,8	82,9	113,6	160,4	220,3	336,3	681,0
TRANSPORTE	100,0	2,3	7,7	21,8	46,5	87,5	160,5	289,5	490,0	831,0
EDUCAÇÃO	100,0	1,7	6,7	21,9	52,6	90,7	157,3	262,7	469,3	908,4
RECREAÇÃO E CULTURA	100,0	2,7	10,1	24,4	50,6	87,8	158,8	246,0	469,5	916,8
FUMO	100,0	15,3	33,5	71,2	112,3	147,3	177,1	207,4	219,2	257,9
DESPESAS DIVERSAS	100,0	5,0	12,2	29,0	53,8	89,0	136,7	215,8	398,6	1 117,5
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100,0	2,4	7,7	23,7	50,2	82,2	128,5	211,7	440,6	1 205,3
AUMENTO DO ATIVO	100,0	0,6	2,0	6,0	16,0	34,5	75,2	164,0	387,4	2 174,7
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO	100,0	0,2	1,4	6,0	20,5	56,2	124,4	269,7	545,6	1 334,1

FONTE: ENDEF 1974 -DEISO-IBGE

## V.2 - DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO

A importância da alimentação apreendida como uma prática econômica no quadro da re produção biológica e da subsistência social está relacionada a múltiplos fatores dos quais alguns já foram discutidos na parte de Despesa Familiar tais como: trabalho e renda; conjuntura econômica; ciclo familiar; trabalho da mulher; composição e tamanho das famílias; local de compra; ritmos da produção; distribuição e circulação dos alimentos; preço dos alimentos; práticas e atitudes culturais de uma determinada população e/ou grupo social, suas necessidades, preocupações e aspirações; períodos de crise e desemprego; alterações no consumo pela proximidade ou afastamento do dia do pagamento, etc (Chombart de Lauve, 1956: p.151). Afora isso, o confronto entre a participação da alimentação no total dos gastos e o padrão alimentar que lhe é correspondente torna explícita a existência de restrições de ordem econômica ao consumo de alguns produtos por determinados grupos sociais e, remete, em última análise, à relação salários versus gêneros alimentícios. Nesse sentido, o consumo de certos alimentos, tanto quanto o não consumo de outros, menos do que uma escolha livre, resulta sobretudo das restrições de ordem econômica para as famílias dos estratos inferiores de despesa. Não é pois simplesmente o hábito cultural — a esfera psicológica de gostos e preferências — o que explica a recorrência destas famílias a certos alimentos. São também e principalmente suas possibilidades objetivas que definem as regras de inclusão e exclusão dos produtos na dieta alimentar, bem como as formas de substituição que entre eles podem ser acionadas, face a mudanças nos seus preços relativos. Os gastos em alimentação tomados desta forma configuram, portanto, uma estratégia econômica, uma tentativa permanente de ajuste entre, por um lado, as necessidades básicas e o papel aí atribuído à alimentação e, por outro, as possibilidades objetivas de satisfazê-las. Mas se o estudo da alimentação pelo ângulo das despesas que ora se coloca como tema de análise permite, de um lado, conhecer — além do mencionado jogo de ajustes entre "necessidades" e "possibilidades" — também a estruturação de gastos para cada região e suas particularidades, de outro, ele só ganha pleno sentido quando submetido a uma leitura conjunta com a quantidade consumida que será tratada na parte referente à Saúde.

Esta parte do trabalho adota a mesma perspectiva metodológica que a referente à Despesa Familiar e pelas mesmas razões nela explicitadas serão utilizados os dados referentes à Região I (Estado do Rio de Janeiro), Região III (Sul) e Região V (Nordeste). Foram requeridas tabulações especiais que contêm as despesas anuais em alimentação por família por classe de despesa global, classificadas em grandes grupos de alimentos num total de onze. Os dados contidos nestas tabulações fornecem um quadro da ordenação dos dispêndios das famílias, tanto a nível das despesas monetárias e não monetárias juntas, quanto a nível das despesas só monetárias e não monetárias separadamente. Como as tabulações para as despesas não monetárias por classe de despesa global da família a nível mais desagregado não são representativas, tornou-se necessário, no sentido de buscar uma homogeneização dos três tipos de despesa, dispô-las em grandes grupos. Os limites impostos por essa agregação impedem que se forme uma idéia exata de que produtos, de modo específico, estariam compondo a cesta básica de alimentos. Por essa razão utilizaram-se ainda os dados da publicação do ENDEF — "Despesas das Famílias" — que, por conterem os alimentos que fazem parte de cada grande grupo, trazem informações mais detalhadas que complementam os dados contidos nas tabelas deste relatório.

V.2.1 - ESTRUTURAÇÃO DA DESPESA EM ALIMENTAÇÃO DA REGIÃO I (ESTADO DO RIO), REGIÃO III (SUL) E REGIÃO V (NORDESTE)

a) O PESO DA ALIMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO DOMÉSTICO

O peso médio da alimentação na despesa global para as três regiões estudadas, pelo lado das despesas monetárias e não monetárias juntas, dá a primazia para o Nordeste com o percentual de 38,9% seguida da Região Sul com 26,6% e Estado do Rio com 21,2%. Na Região V (Nordeste) e Região III (Sul) os gastos com alimentação lideram os itens do orçamento familiar ao contrário do que ocorre na Região I (Estado do Rio de Janeiro) na qual a habitação vem em primeiro lugar. Pelo lado das despesas não monetárias a alimentação tem o maior peso no Nordeste e no Estado do Rio sendo que no Sul ela é suplantada pelo aumento do ativo. Como se observa, a Região V gasta em relação às outras regiões muito mais em alimentação, dado que pode ser explicado quando se analisa a distribuição das famílias pelas classes de despesa. Para a Região V, como já foi visto na parte de Despesa a proporção de famílias nos estratos inferiores de despesa (de 0 a 3,5 salários-mínimos aproximadamente) é muito grande, da ordem de 86,4%, levando-se em conta as classes de despesa monetária. Assim poder-se-ia dizer que o Nordeste como um todo quase que funcionaria face às outras duas regiões, como uma "classe de despesa mais baixa". Ora, como se sabe pela Lei de Engel que quanto mais baixa for a renda, maior a proporção dos gastos em alimentação, fica entendido porque em média as famílias do Nordeste, quando confrontadas às das outras três regiões, dispõem relativamente mais com esse item do orçamento. Descendo internamente a cada região o mesmo fenômeno se reproduz (cf. in "Despesas Familiares", tabelas 1a, 5a e 9a).

b) ORDENAÇÃO DOS GASTOS PELOS GRANDES GRUPOS DE ALIMENTOS

Quando se examina a ordenação das despesas pelos grandes grupos de alimentos observa-se a constância do agregado "Carnes e Pescados" em ocupar invariavelmente o primeiro posto da lista em qualquer classe de despesa nas três regiões estudadas. Seguem em importância nos dispêndios médios do nordestino e do sulista os "Cereais e Derivados". Para as três regiões a interferência da localização dos domicílios (áreas urbanas ou áreas rurais) transparece quando se examina o item "Leguminosas e Oleaginosas" no Nordeste, "Ovos, leite e queijos" no Sul e "Alimentação fora do domicílio" no Estado do Rio. Tomando a ordenação das despesas monetárias e não monetárias no Nordeste verifica-se que as "Leguminosas" ocupam o terceiro lugar passando, na hierarquização das despesas não monetárias para o quarto lugar. Da mesma forma, no Sul, a despesa com "Ovos, leite e queijos" cai do terceiro para o quinto lugar e "Alimentação fora do domicílio" no Rio passa do segundo para o terceiro lugar.

Este fato pode ser, em parte, explicado pela participação dos gastos não monetários na composição do orçamento familiar para as três regiões desde que se distinga as populações urbanas das rurais. Daí ser necessário examinar as diferentes estratégias de sobrevivência relacionadas à situação do domicílio. De fato, mais da metade da população das Regiões III (Sul) e V (Nordeste) se localizam em áreas rurais e devido à participação elevada dos dispêndios não monetários na despesa global em alimentação poder-se-ia sugerir que, para essas populações, a obtenção de alimentos esteja sendo feita, em parte, extra-mercado (cf. tabelas 8 e 12, gráfico 2 e quadro I).

A idéia por detrás desta formulação é a de que o pequeno produtor rural "valer-se-ia primordialmente de sua roça de subsistência para o consumo alimentar, ao passo que o trabalhador urbano valer-se-ia exclusivamente de sua renda monetária, seja na forma de salário ou não, pa

QUADRO I

ORDENAÇÃO DAS CINCO PRINCIPAIS DESPESAS

REGIÃO I		REGIÃO III		REGIÃO V	
DESPESA MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA
1.Carnes e Pescados	1.Carnes e Pescados	1.Carnes e Pescados	1.Carnes e Pescados	1.Carnes e Pescados	1.Carnes e Pescados
2.Alimentação fora do domicílio	2.Cereais e Derivados	2.Cereais e Derivados	2.Cereais e Derivados	2.Cereais e Derivados	2.Cereais e Derivados
3.Cereais e Derivados	3.Alimentação fora do domicílio	3.Ovos, leite e queijos	3.Bebidas e diversos	3.Leguminosas e oleaginosas	3.Bebidas e diversos
4.Ovos, leite e queijos	4.Ovos, leite e queijos	4.Óleos e gorduras	4.Óleos e gorduras	4.Ovos, leite e queijos	4.Leguminosas e oleaginosas
5.Óleos e gorduras	5.Óleos e gorduras	5.Bebidas e diversos	5.Ovos, leite e queijos	5.Tubérculos, Raízes e Similares	5.Ovos, leite e queijos

FORNTE: ENDEF - DEISO/IBGE.

ra sobreviver". Esta idéia corrente deve ser relativizada pois o consumo do pequeno produtor rural está cada vez mais dependente do mercado pela "perda de acesso à mata como fonte de alimento, pela perda de acesso às melhores terras que forneciam comida farta e pela tendência a se tornar assalariado, mesmo que apenas parcialmente" (FINEP, 1978: p. 71).

c) PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS NÃO MONETÁRIOS NA COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO FAMILIAR

A participação desse tipo de despesa é alta e semelhante na Região III (Sul) e V (Nordeste), representando 36,3% e 32,3% respectivamente, tornando-se diferenciadas quando se examina pelas classes de despesa (cf. tabelas 8 e 12). Na Região Sul ela é alta tanto na baixa renda como nas classes intermediárias crescendo até 3,5 salários-mínimos e decaindo, embora não muito, nas classes superiores. É na terceira classe de despesa "de 9 000 a 15 799" (de 3,5 a 5 salários-mínimos) que a sua participação alcança a maior proporção (42,1%). Com relação ao Nordeste a participação é elevada embora diminua de importância à medida que a renda aumenta.

No sentido de deslindar quais alimentos estariam sendo retirados da produção para auto consumo, ou por outras vias na Região III (Sul) e V (Nordeste) foi estabelecida uma hierarquização dos dez principais gastos para as famílias das áreas rurais não-metropolitanas e para as famílias das áreas urbanas metropolitanas e não-metropolitanas, dispostos no quadro II.

Confrontando a hierarquização dos alimentos da área rural com a área urbana observa-se que determinados alimentos estão associados a uma prática rural de obtenção de alimentos (pequenos roçados, extrativismo, etc) enquanto que outros, a uma condição urbana de obtenção. Nesse sentido, detectou-se que determinados alimentos são exclusivos na hierarquização dos dez principais produtos para área rural e outros para a área urbana:

- no Nordeste, a farinha de mandioca, a carne suína, o milho e o açúcar fazem parte somente da listagem das dez principais despesas da área rural enquanto que pão de trigo e biscoito, restaurante e bares e pescados frescos fazem parte exclusivamente da de áreas urbanas.

- no Sul, a banha de porco, a farinha de trigo, a carne suína e o açúcar fazem parte da listagem dos principais produtos das áreas rurais não entrando na ordenação dos alimentos para áreas urbanas enquanto que em restaurantes e bares, pão de trigo e biscoito, refeições gratuitas e óleos, a situação se inverte.

Dos alimentos que poderiam estar atrelados a uma prática não monetária de obtenção de alimentos, destacam-se: no Nordeste, o feijão, a farinha de mandioca e o leite fresco; no Sul,

QUADRO II

DESPESA MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE DE FAMÍLIA

ÁREA RURAL NÃO METROPOLITANA

REGIÃO V	REGIÃO III
1. Feijão	1. Arroz
2. Carne bovina	2. Banha de porco
3. Farinha de mandioca	3. Carne bovina
4. Arroz	4. Feijão
5. Leite fresco e pasteurizado	5. Farinha de trigo
6. Carne suína	6. Frango e galinha
7. Café, mate e infusões	7. Carne suína
8. Milho	8. Café, mate e infusões
9. Açúcar cristal e refinado	9. Leite fresco e pasteurizado
10. Frango e galinha	10. Açúcar cristal e refinado

ÁREA URBANA METROPOLITANA E NÃO METROPOLITANA

REGIÃO V	REGIÃO III
1. Carne bovina	1. Carne bovina
2. Pão de trigo e biscoito	2. Restaurantes e bares
3. Frango e galinha	3. Pão de trigo e biscoito
4. Restaurantes e bares	4. Arroz
5. Feijão	5. Frango e galinha
6. Arroz	6. Leite fresco e pasteurizado
7. Pescados frescos	7. Café, mate e infusões
8. Café, mate e infusões	8. Refeições gratuitas
9. Refeições gratuitas	9. Óleos
10. Leite fresco e pasteurizado	10. Feijão

o arroz, o feijão, a carne suína, o frango e o leite. É necessário frisar que os dados para as áreas urbanas no Nordeste e no Sul revelam uma hierarquização bastante semelhante, alterando-se tão somente nos postos ocupados na ordenação. Dos dez produtos, nove estão contidos na distribuição, sendo que o item "pescados frescos" é exclusivo no Nordeste e "óleos" é exclusivo da Região Sul.

A participação das despesas não monetárias no Rio de Janeiro é substancialmente menor que a do Sul e a do Nordeste, representando 12% da despesa anual em alimentação (cf. tabela 4). Entretanto se se tomam as classes de despesa de "menos de 4 500" (até um salário-mínimo aproximadamente) e "de 4 500 a 8 999" (de 1 a 2 salários-mínimos aproximadamente) verifica-se que essa participação é bem mais elevada com percentuais de 28,1% e 24,5% respectivamente. Assim, a prática de obtenção de alimentos extra mercado nesta Região está relacionada à população de baixa renda. Como grande parte dessas famílias se localiza em bairros periféricos, subúrbios do Rio de Janeiro ou em favelas, haveria necessidade de se indagar que "estratégias" estariam sendo empregadas para conseguir os alimentos. As pesquisas antropológicas que abordam a prática alimentar dessa população especialmente aquelas referentes às famílias que moram em favelas no Rio de Janeiro apontam para a utilização do circuito não monetário na obtenção de alimentos. Uma das estratégias empregadas seria a de desenvolver a criação de animais de pequeno porte; outra seria a de estabelecer nesses locais de moradia um circuito de trocas entre os moradores cristalizado sob a forma de doações, troca de serviços por alimentos, etc (Souza de Oliveira, 1977).

d) ORDENAÇÃO DAS DEZ PRINCIPAIS DESPESAS

No sentido de descer mais profundamente no conhecimento da estruturação da despesa alimentar dessas regiões destacaram-se os dez principais gastos,<sup>(1)</sup> revelados no quadro III. A

(1) Retirados da publicação "Despesas das Famílias". Dados preliminares - Região I (Rio de Janeiro, Região III (Sul), Região V (Nordeste), - ENDEF - IBGE.

partir dessas informações verifica-se a importância da despesa com "carne bovina"<sup>(2)</sup> nas hierarquizações dos gastos das três regiões. Ainda que os seus produtos sejam os mais caros em matéria de alimentação, somente o fator preço não explicaria esse fato. Se fosse o único motivo seria de se esperar que também com as "Frutas", igualmente dispendiosas, se desse o mesmo fenômeno, o que não ocorre na realidade (cf. tabelas 1, 5 e 9). Assim, se a carne "possui um valor simbólico não é simplesmente porque representa o alimento mais susceptível de satisfazer uma necessidade (que isso seja falso ou verdadeiro, não vem ao caso) ou por causa de suas inúmeras virtudes ("faz bem ao corpo", "é indispensável para sustentar quem pega no pesado", "fortifica", "age sobre o sangue", etc) mas também porque funciona como um demarcador de status social" (DEISO-IBGE, 1978). De fato, a influência que os gastos com esse item exerce nas famílias de mais baixa renda é muito grande, visto que elas não o retiram de sua cesta de alimentos, mesmo que se sirvam de uma porção diminuta como pode ser observado quando se analisa a quantidade consumida, não aparecendo em nenhuma das regiões nos cinco principais produtos mais consumidos pela primeira e segunda classe de despesa.<sup>(3)</sup> Além disso, o consumo de carne bovina, a despeito de encabeçar a pauta

QUADRO III  
DESPEZA MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA  
(POR CLASSE DE DESPEZA CORRENTE)

REGIÃO I	REGIÃO III	REGIÃO V
1. Carne bovina	1. Carne bovina	1. Carne bovina
2. Restaurantes e bares	2. Arroz	2. Feijão
3. Arroz	3. Frango e galinha	3. Arroz
4. Refeições gratuitas	4. Feijão	4. Pão de trigo e biscoito
5. Pão de trigo e biscoito	5. Banha de porco	5. Farinha de mandioca
6. Frango e galinha	6. Café, mate e infusões	6. Café, mate e infusões
7. Feijão	7. Leite fresco e pasteurizado	7. Frango e galinha
8. Café, mate e infusões	8. Pão	8. Carne suína
9. Leite fresco e pasteurizado	9. Farinha de trigo	9. Leite fresco e pasteurizado
10. Óleos	10. Açúcar	10. Refeições gratuitas

DESPEZA MONETÁRIA  
(POR CLASSE DE DESPEZA MONETÁRIA CORRENTE)

1. Carne bovina	1. Carne bovina	1. Carne bovina
2. Restaurantes e bares	2. Arroz	2. Pão de trigo e biscoito
3. Arroz	3. Restaurantes e bares	3. Feijão
4. Pão de trigo e biscoito	4. Café, mate e infusões	4. Arroz
5. Feijão	5. Pão de trigo e biscoito	5. Farinha de mandioca
6. Frango e galinha	6. Açúcar cristal e refinado	6. Café, mate e infusões
7. Café, mate e infusões	7. Farinha de trigo	7. Açúcar cristal e refinado
8. Leite fresco e pasteurizado	8. Feijão	8. Carne suína
9. Óleos	9. Frango e galinha	9. Restaurantes e bares
10. Açúcar cristal e refinado	10. Óleos	10. Frango e galinha

(2) Contudo é preciso, desde logo declarar o que se oculta sob esta categoria geral "carne bovina". Assim, a análise do seu conteúdo revela que nela se inclui: osso, carne salgada com osso, carne salgada sem osso, molho de carne, carne de boi, carne de carneiro, carne de boi com osso, costela de boi, carne de boi sem osso, carne moída, ubre de vaca, marica de boi, carne de boi com osso com gordura, carne de boi com osso sem gordura, costela de boi com gordura, carne de boi com osso sem gordura, costela de boi com osso com gordura, carne de boi com osso sem gordura, carne de boi sem osso sem gordura, matambre, hamburger, carne moída sem gordura, carne seca, carne seca com gordura, carne seca sem gordura, carne de sertão, carne de sal presa, charque, jaba, carne de boi defumada sem osso, língua de boi defumada, carne de sol. Agregação da estrutura de códigos do ENDEF.

(3) Cf. capítulo referente à Saúde deste Relatório.

dos gastos alimentares das famílias, poderia esconder a qualidade dos bens incluídos: carne com osso para os consumidores dos escalões inferiores de renda e carne sem osso para as famílias de mais alta renda (SUDENE, 1975).

Perpassando as classes de despesa monetária e não monetária dos alimentos a nível mais desagregado observa-se que para alguns produtos o gasto é uma função crescente da renda enquanto que para outros é decrescente. Observa-se para as três regiões que certos gastos alimentares se comportam de maneira homogênea com o crescimento da renda:

a) o pão de trigo, o macarrão (exceto no Sul), a batata inglesa, os legumes, as frutas, a carne bovina, o frango e a galinha, ovos, leite, queijos, óleos, margarina (exceto no Sul), manteiga, bebidas e diversos (café, bebidas alcóolicas e gasosas) aumentam sua participação com o crescimento da renda, enquanto que,

b) o arroz (exceto no Nordeste), o milho, a farinha de mandioca, a mandioca (exceto no Estado do Rio), o feijão, banha de porco (exceto no Nordeste), refeições gratuitas não apresentam um comportamento semelhante. Verifica-se que há um aumento nos gastos absolutos de todos os produtos quando se passa da primeira classe de despesa (até um salário mínimo aproximadamente) para a segunda (de um a dois salários mínimos aproximadamente). O decréscimo das despesas com o crescimento da renda para cada produto e para cada região estudada se dá de forma diferenciada. As despesas com feijão e milho sofrem uma perda das classes intermediárias para as classes superiores nas três regiões enquanto que os gastos com banha de porco no Estado do Rio e no Sul decaem a partir das classes inferiores de despesa.

Os alimentos listados no item b se relacionam à pauta dos produtos indiferenciados, enquanto que para os outros produtos sempre há uma diversidade maior na escolha, no preço e na qualidade. Nesse sentido, é relevante examinar a importância do fator preço dos alimentos na composição dos gastos na medida que ele é susceptível de variação segundo o lugar de compra não existindo, portanto, ligação pura e simples entre a despesa de um lado e o volume físico e a qualidade correspondente do outro (INSEE, 1978). Por essa razão, os dados contidos neste capítulo deverão ser examinados à luz dos dados de quantidade e qualidade dos alimentos ingeridos, que estão contidos na parte referente à Saúde deste relatório.

c) cesta básica dos alimentos dos mais pobres - principais despesas na classe de "menos de 4 500" (até um salário mínimo aproximadamente).

O exame da média das regiões em confronto com as informações dos gastos das classes inferiores poderá indicar, de modo mais agudo, o quadro da despesa alimentar das famílias pesquisadas. Fazendo um corte na classe de despesa de "menos de 4 500" (menos de um salário mínimo aproximadamente) no sentido de verificar as diferenças nos padrões das despesas alimentares constata-se que elas são ditadas basicamente pelas restrições orçamentárias dessas famílias. Destacam-se como principais despesas nas três regiões a "farinha de mandioca", o "feijão" e a "carne bovina" no Nordeste; o "arroz", o "feijão" e a "banha de porco" no Sul, e o "arroz" e o "feijão" no Estado do Rio que, em confronto com o quadro apresentado pelas médias das regiões, sugerem que as famílias, em geral alocam a sua renda na aquisição desses bens. Os dados contidos nas tabelas referentes aos gastos alimentares, relacionados às tabelas de quantidade consumida, levam à constatação de que a dieta da população de baixa renda é pouco diversificada e dirigida para o consumo desses alimentos. São eles que asseguram a maior parte das calorias e proteínas ingeridas e que também ao nível ideológico são representados como "fortes", "que dão peso", ligan

do-se muito mais que aos padrões alimentares da região, às limitações de ordem econômica que presidem o cálculo e a disposição dos gastos das famílias de mais baixa renda. O peso da alimentação parece, pois, associar-se num primeiro momento, ao próprio peso do trabalho desenvolvido por estas famílias de baixa renda. A este trabalho pesado deveria corresponder uma alimentação pesada e, neste sentido, tanto a escolha dos alimentos, quanto a importância da alimentação em sua estratégia de reprodução social sofreriam uma primeira forma de determinação. Não é de estranhar, portanto, que se tenda a buscar os alimentos tidos como "fortes" como o feijão ou os cereais e seus derivados e que, em termos mais amplos, a alimentação se configure como a esfera mais importante e, ao mesmo tempo, a mais preservada de sua subsistência. Nem tampouco que as camadas mais pobres se abstenham de outros gastos em favor da alimentação ou que representem o "dar de comer à família" como um dever e um ponto de honra (Souto de Oliveira, 1978). Um fato observado na análise das hierarquizações dos alimentos foi o de que, a despeito do item "Carnes e Pescados" encimar as ordenações pelos grandes grupos de alimentos, em todas as regiões, quando se toma o item "carne bovina" isoladamente ele não mais aparece nos primeiros lugares da classe inferior de despesa especialmente no Sul e no Estado do Rio. Na Região III (Sul) pelo lado das despesas monetárias e não monetárias juntas, vai ocupar o sexto lugar, na Região I (Estado do Rio), o quinto e na Região V (Nordeste) o terceiro lugar. As divergências são mais acentuadas quando se toma apenas as despesas monetárias: a carne bovina na Região Sul ocupa o sétimo lugar, na Região I (Estado do Rio) o sexto e no Nordeste o primeiro. Os dados apontam também para certas particularidades de cada região tais como a utilização no Sul da banha de porco em lugar do óleo e o alto consumo (pelo menos do lado da despesa) da farinha de trigo e do pão de trigo e biscoito. No Nordeste, além da carne, do feijão e da farinha de mandioca o item "carne suína" e "pescados frescos" aparecem nos dez principais gastos das famílias.

#### QUADRO IV

##### CLASSE DE DESPESA "MENOS DE 4 500"

##### DESPESA MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA

REGIÃO I	REGIÃO III	REGIÃO V
1. Arroz	1. Arroz	1. Feijão
2. Feijão	2. Feijão	2. Farinha de mandioca
3. Café, mate e infusões	3. Banha de porco	3. Carne bovina
4. Banha de porco	4. Café, mate e infusões	4. Arroz
5. Carne bovina	5. Açúcar cristal e refinado	5. Café, mate e infusões
6. Açúcar cristal e refinado	6. Carne bovina	6. Carne suína
7. Restaurantes e bares	7. Milho	7. Açúcar cristal e refinado
8. Pão de trigo e biscoito	8. Pão de trigo e biscoito	8. Pão de trigo e biscoito
9. Refeições gratuitas	9. Farinha de trigo	9. Pescados frescos
10. Macarrão	10. Carne suína	10. Milho

##### DESPESA MONETÁRIA

REGIÃO I	REGIÃO III	REGIÃO V
1. Arroz	1. Arroz	1. Carne bovina
2. Feijão	2. Café, mate e infusões	2. Farinha de mandioca
3. Café	3. Açúcar cristal e refinado	3. Feijão
4. Banha de porco	4. Banha de porco	4. Café, mate e infusões
5. Açúcar	5. Farinha de trigo	5. Açúcar cristal e refinado
6. Carne bovina	6. Feijão	6. Carne suína
7. Pão de trigo e biscoito	7. Carne bovina	7. Arroz
8. Restaurantes e bares	8. Óleos	8. Pão de trigo e biscoito
9. Macarrão	9. Pão de trigo e biscoito	9. Óleos
10. Milho	10. Milho	10. Pescados frescos

A grande concentração da população no Estado do Rio de Janeiro em zonas urbanas e metropolitanas (92%) acarreta algumas diferenças na estruturação das despesas em relação às outras duas regiões. Essas diferenças decorrem da ação conjunta de diversos fatores, que se referem à estruturação do espaço urbano, agravando os problemas relacionados às condições de vida no tocante às necessidades básicas.

No caso específico das famílias de mais baixa renda (até um salário mínimo) essa interferência do "urbano" na estruturação das despesas se reflete em primeiro lugar no menor peso da alimentação (49,0%) do que o observado na Região Sul (59,9%) e no Nordeste (64,0%). Em segundo lugar, confrontando as ordenações das despesas monetárias e não monetárias juntas com as ordenações das despesas monetárias, separadamente, na classe de despesa de "menos de 4 500", verifica-se que a interferência das despesas não monetárias no Rio, por ser muito pequena, permite quase a mesma ordenação dos alimentos. Destaca-se a importância do item "restaurantes e bares" e "refeições gratuitas" que não aparecem nas hierarquizações desta classe inferior de despesa nas Regiões V (Nordeste) e III (Sul). Tais gastos que parecem estar associados seja a uma prática de trabalho, seja à frequência à escola (merenda escolar) estariam dando conta de uma atividade mais tipicamente urbana.

#### V.2.1 - DISCREPÂNCIAS NOS DISPÊNDIOS DAS FAMÍLIAS DOS ESTRATOS SUPERIORES DE DESPESA E INFERIORES

O que se constata nas hierarquizações por classe de despesa é que os produtos mais nobres e em geral também os mais caros — exatamente aqueles que na ideologia alimentar são considerados como de maior poder nutritivo (como a carne, as frutas) aparecem com menor frequência ou em pequenas quantidades nos lares mais pobres, enquanto as famílias de maior poder aquisitivo apresentam um padrão alimentar mais diversificado já que os orçamentos dessas famílias lhes dão bem mais amplas opções de consumo. Ainda que tenha sido possível, no exame da ordenação das despesas, detectar a importância diferenciada de determinados alimentos para as famílias em geral nas três regiões, as discrepâncias entre as classes de despesas internamente a cada região, são mais fortes. De fato, examinando-se isoladamente os grandes grupos de alimentos verifica-se que em "Cereais e Derivados" e "Carnes e Pescados" quando se passa da primeira para a segunda e desta para a terceira classe de despesa, o dispêndio (absoluto) com esses alimentos duplica, o que poderia indicar que essas famílias estariam vivendo aquém de um padrão alimentar por elas socialmente reconhecido como o mínimo em questão alimentar e que, a um aumento de renda, procurariam gastar mais com a compra desses alimentos. Tentar, portanto, verificar os gastos através do exame comparativo da cesta de alimentos dos grupos de mais baixa e de mais alta renda seria ver, por outro ângulo, as distâncias e as diferenças mais marcantes dos gastos efetuados pelas classes populares na compra de alimentos. Nesse sentido, optou-se por estabelecer um confronto entre a média e a primeira (menos de um salário mínimo) e a segunda classe de despesa (de um a dois salários mínimos); entre a última (mais de sete salários mínimos) e a primeira e segunda classe, selecionando-se quatro grandes grupos de alimentos, por classe de despesa monetária e não monetária da família, a saber: Carnes e Pescados, Ovos, Leites e Queijos, Cereais e Derivados, Leguminosas e Oleaginosas. Desse confronto foi possível constatar que:

— a distância que separa a última classe de despesa da primeira e da segunda classe na compra de "Carnes e Pescados" é bastante acentuada nas três regiões: a classe mais alta no Nordeste gasta 8,6 vezes mais que a primeira, no Sul 11,4 vezes mais e no Estado do Rio 15,7 vezes mais.

- a Região V (Nordeste) gasta mais com Carnes e Pescados que o Sul e o Estado do Rio tanto na primeira e segunda classe como na última classe de despesa. Uma hipótese seria a de que o nordestino estaria pagando mais caro na aquisição desses produtos. Essa hipótese não pode ser confirmada diretamente, mas ao relacionar os dados de despesa com os de quantidade ingerida, constata-se que a classe de despesa inferior, no Nordeste, apesar de se tratar de despesa corrente per capita, tem um consumo maior de "carnes": 71 gramas no Nordeste contra 53 gramas no Sul e 49 gramas diárias no Estado do Rio. Partindo desse fato poder-se-ia afirmar que, na realidade, as famílias nordestinas estariam comprando e consumindo mais carne.<sup>(4)</sup> Ao examinar os itens que compõem esse grande grupo de despesa, pelo lado da quantidade, verifica-se que os alimentos mais consumidos além de carne bovina são a carne suína, o pescado fresco e o pescado salgado, mas o seu consumo não se dá, na mesma proporção, entre as famílias das Regiões III (Sul) e I (Estado do Rio). Tanto o fato de que a parcela não monetária do rendimento é substancialmente maior nas classes de menor rendimento como o de que os produtos relacionados acima estariam mais associados a práticas não monetárias de obtenção de alimentos permitem supor que não é desprezível a sua interferência nos valores encontrados para as despesas das classes inferiores nesta região. Por outro lado, é necessário frisar que os dados observados para a classe de despesa monetária e não monetária de 0 a 2 salários mínimos no Nordeste se referem a 3 558 mil famílias, no Sul a 738 mil famílias e no Estado do Rio a 275 mil.

- o afastamento da última classe em relação a primeira é muito maior na Região III (Sul) e Região V (Nordeste) com a compra de "Ovos, Leites e Queijos" do que com "Carnes e Pescados" sendo expressivo também o afastamento das classes polares no Estado do Rio de Janeiro: a última classe no Sul gasta 14,0 vezes mais com esses produtos que a primeira, 14,2 vezes mais no Nordeste e 12,7 vezes mais no Estado do Rio.

- os gastos no Nordeste com "Ovos, Leites e Queijos" são mais elevados do que no Estado do Rio e no Sul tanto nas classes inferiores quanto na última classe de despesa. Tomando os dados de quantidade ingerida por comensal-dia verifica-se que é no Sul onde se encontra o maior consumo desses alimentos: a classe inferior de despesa, na Região III (Sul), consome 99 gramas, no Nordeste, 70 gramas e, no Estado do Rio, 58 gramas. Dos alimentos que compõem este agregado verifica-se pelo lado da quantidade que a interferência neste valor é dada pelo consumo de leite fresco e pasteurizado: no Sul o seu consumo é de 86 gramas, no Nordeste de 60 gramas e no Estado do Rio de 45 gramas diárias. Este confronto permite sugerir que o Nordeste estaria pagando mais caro pela compra desses produtos.

- cotejando-se a última classe com a primeira e segunda no item "Leguminosas e Oleaginosas" constata-se que as distâncias que separam as classes polares são muito tênues sendo que na Região III (Sul) e Região V (Nordeste), a segunda classe supera a última nos gastos com esses alimentos. Ao contrário do que ocorre com a carne, o feijão é um produto indiferenciado, isto é, não sofre praticamente variações nos preços e nas marcas.

---

(4) Entretanto, no caso do Nordeste pode-se dizer que as compras de carne se referem predominantemente a carne seca salgada, carne de sol, charque, carne do sertão, carne do sul. Agregação da estrutura de códigos do ENDEF.

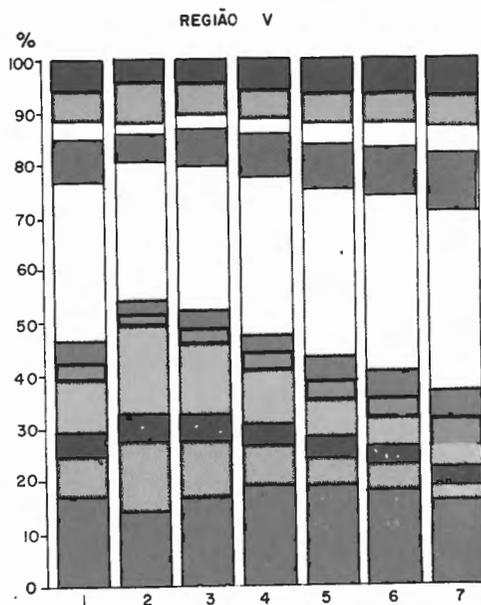
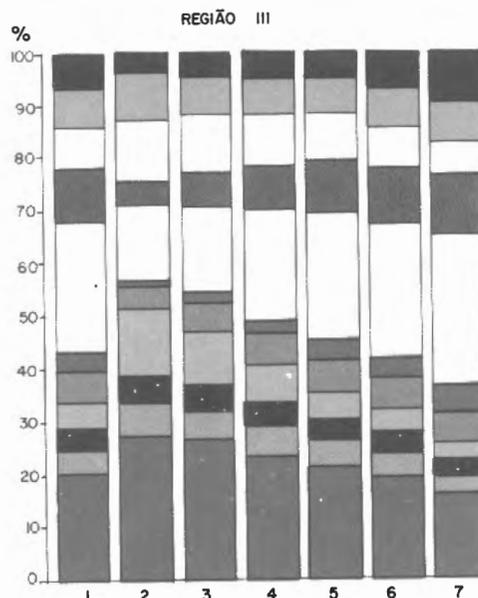
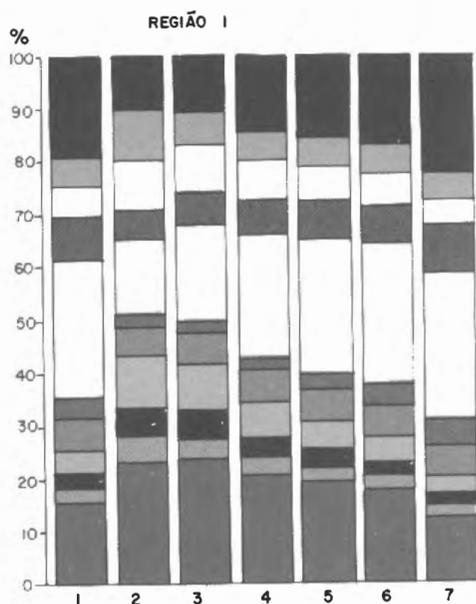
QUADRO V  
 COMPARAÇÃO INTER CLASSES DOS MONTANTES DISPENDIDOS COM  
 GRUPOS DE ALIMENTOS SELECIONADOS

GRUPOS DE ALIMENTOS E CLASSES DE DESPESA	REGIÃO I	REGIÃO III	REGIÃO V
<b>CARNES E PESCADOS</b>			
1a. classe ± média .....	-9,9 vezes	-6,5 vezes	-3,0 vezes
2a. classe ± média .....	-3,5 vezes	-2,9 vezes	-1,4 vezes
6a. classe ± média .....	+1,6 vezes	+1,8 vezes	+2,8 vezes
1a. classe ± 6a. classe .....	-15,7 vezes	-11,4 vezes	-8,6 vezes
2a. classe ± 6a. classe .....	-5,6 vezes	-5,1 vezes	-3,9 vezes
<b>OVOS, LEITES, QUEIJOS</b>			
1a. classe ± média .....	-7,7 vezes	-8,1 vezes	-4,2 vezes
2a. classe ± média .....	-3,1 vezes	-2,9 vezes	-1,5 vezes
6a. classe ± média .....	+1,7 vezes	+1,7 vezes	+3,4 vezes
1a. classe ± 6a. classe .....	-12,7 vezes	-14,0 vezes	-14,2 vezes
2a. classe ± 6a. classe .....	-5,2 vezes	-5,0 vezes	-5,2 vezes
<b>CEREAIS E DERIVADOS</b>			
1a. classe ± média .....	-3,6 vezes	-2,8 vezes	-3,2 vezes
2a. classe ± média .....	-1,7 vezes	-1,5 vezes	-1,3 vezes
6a. classe ± média .....	+1,1 vezes	+1,2 vezes	+2,3 vezes
1a. classe ± 6a. classe .....	-4,1 vezes	-3,4 vezes	-7,4 vezes
2a. classe ± 6a. classe .....	-1,9 vezes	+1,8 vezes	-3,0 vezes
<b>LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS</b>			
1a. classe ± média .....	-2,4 vezes	-1,5 vezes	-1,6 vezes
2a. classe ± média .....	-1,3 vezes	+1,0 vezes	+1,0 vezes
6a. classe ± média .....	+1,0 vezes	-1,1 vezes	+1,0 vezes
1a. classe ± 6a. classe .....	-2,5 vezes	-1,3 vezes	-1,7 vezes
2a. classe ± 6a. classe .....	-1,4 vezes	+1,1 vezes	+1,0 vezes

#### BIBLIOGRAFIA

- 1 - Bourdieu, P. - 1973 - La Sociétê Traditionelle: "L'altitude à L'égard du temps et Conduite Economique", Sociologie du Travail, número 1.
- 2 - Chombart de Lawve, P. - 1977 - La vie quotidienne des familles ouvrières (3ª ed). Editions du Centre National de la Recherche Scientifique. Paris.
- 3 - DEISO/IBGE - 1978 - Condições de Vida da População de Baixa Renda da Região Metropolitana de Porto Alegre (mimeo).
- 4 - Données Sociales - Edition 1978. Institut National de la Statistique e des Etudes Economiques. 3 ème ed.
- 5 - Garcia, Afrânio - 1975 - Terra de Trabalho, Tese de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da U.F.R.J. Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeo).
- 6 - FINEP/INAN/IBGE - 1978 - Ideologia Alimentar e Condições de Acesso ao Alimento in: 2º Relatório de Atividade do Grupo de Pesquisa de Ciências Sociais em Nutrição. FINEP/INAN/IBGE. Revisão da Literatura antropológica.
- 7 - Preveslou, Cléo - 1968 - Sociologie de la Consommation familiale. Les Editions Vie Ouvrières, Bruxelles.
- 8 - Souto de Oliveira, Jane - 1978 - A Lógica do Feijão com Arroz. Comunicação apresentada na 29ª Reunião da SBPC - em fase de publicação.
- 9 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e Universidade Federal de Pernambuco - 1975 Abastecimento Alimentar no Nordeste Urbano; Grande Recife. Recife (série pesquisas 3), Convênio SUDENE/U.F.P.E.

**I. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR CLASSES DE DESPESA GLOBAL, Segundo os Grupos de Alimentos - 1974**



**Legenda**

**CLASSE DE DESPESA (Cr\$)**

- 1\_ Média
- 2\_ — de 4.500
- 3\_ 4.500 a 8.999
- 4\_ 9.000 a 15.799
- 5\_ 15.800 a 22.599
- 6\_ 22.600 a 31.599
- 7\_ + de 31.599

- Cereais e Derivados
- Tubérculos e Similares
- Açúcares e Derivados
- Leguminosas e Oleaginosas
- Legumes e Verduras
- Frutas
- Carnes e Pescados
- Ovos, Leites e Queijos
- Óleos e Gorduras
- Bebidas e Diversos
- Alimentação fora do Domicílio

FONTE : Ver Tabela 1a, 5a e 9a

1 - DESPESA (MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA) ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE  
DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS  
REGIÃO I - ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
ALIMENTAÇÃO .....	8 528	1 590	3 408	5 414	7 331	9 296	12 760
Cereais e derivados .....	1 336	373	787	1 125	1 418	1 623	1 528
Tubérculos, raízes e similares .....	218	73	135	176	198	240	282
Açúcares e derivados .....	245	89	179	210	224	255	304
Leguminosas e oleaginosas .....	391	162	300	362	408	466	409
Legumes e verduras .....	493	80	199	314	437	534	732
Frutas .....	340	35	72	134	222	334	633
Carnes e pescados .....	2 246	227	632	1 258	1 856	2 514	3 565
Ovos, leite e queijos .....	667	87	212	359	534	658	1 108
Óleos e gorduras .....	506	150	290	405	493	584	630
Bebidas e diversos .....	485	148	233	306	411	514	719
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO .....	1 602	163	369	766	1 129	1 573	2 850

FONTE: ENDEF 1974 DEISO-IBGE

1a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA (MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA) ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA,  
POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÃO I - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
ALIMENTAÇÃO .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cereais e derivados .....	15,7	23,5	23,1	20,8	19,3	17,5	12,0
Tubérculos, raízes e similares .....	2,5	4,6	4,0	3,2	2,7	2,6	2,2
Açúcares e derivados .....	2,9	5,6	5,3	3,9	3,1	2,8	2,4
Leguminosas e oleaginosas .....	4,6	10,2	8,8	6,7	5,6	5,0	3,2
Legumes e verduras .....	5,8	5,0	5,9	5,8	6,0	5,7	5,8
Frutas .....	4,0	2,2	2,1	2,5	3,0	3,6	5,0
Carnes e pescados .....	26,3	14,3	18,5	23,2	25,3	27,0	27,9
Ovos, leite e queijos .....	7,8	5,5	6,2	6,6	7,3	7,1	8,7
Óleos e gorduras .....	5,9	9,5	8,5	7,5	6,7	6,3	4,9
Bebidas e diversos .....	5,7	9,3	6,8	5,7	5,6	5,5	5,6
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO .....	18,8	10,3	10,8	14,1	15,4	16,9	22,3

FONTE: ENDEF 1974 DEISO-IBGE.

2 - DESPESA MONETÁRIA ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÃO I - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
ALIMENTAÇÃO .....	7 509	1 144	2 574	4 396	6 245	8 049	11 778
Cereais e derivados .....	1 255	290	675	1 038	1 338	1 550	1 455
Tubérculos, raízes e similares .....	199	52	108	147	180	218	269
Açúcares e derivados .....	225	81	151	186	208	239	285
Leguminosas e oleaginosas .....	364	129	247	329	381	447	391
Legumes e verduras .....	441	44	120	245	382	486	697
Frutas .....	287	7	29	85	174	275	573
Carnes e pescados .....	2 063	150	463	1 075	1 660	2 288	3 397
Ovos, leite e queijos .....	613	51	139	303	484	607	1 058
Óleos e gorduras .....	480	134	256	376	463	557	611
Bebidas e diversos .....	452	121	207	288	376	481	678
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMÍLIO .....	1 129	84	179	325	598	901	2 365

FONTE: ENDEF 1974 DE150-IBGE.

2a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA MONETÁRIA ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÃO I - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
ALIMENTAÇÃO .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cereais e Derivados .....	16,7	25,4	26,2	23,6	21,4	19,3	12,3
Tubérculos, raízes e similares .....	2,7	4,6	4,2	3,3	2,9	2,7	2,3
Açúcares e derivados .....	3,0	7,1	5,9	4,2	3,3	3,0	2,4
Leguminosas e oleaginosas .....	4,9	11,3	9,6	7,5	6,1	5,6	3,3
Legumes e verduras .....	5,9	3,8	4,7	5,6	6,1	6,0	5,9
Frutas .....	3,8	0,6	1,1	1,9	2,8	3,4	4,9
Carnes e pescados .....	27,5	13,1	18,0	24,5	26,6	28,4	28,8
Ovos, leite e queijos .....	8,1	4,5	5,4	6,9	7,8	7,5	9,0
Óleos e gorduras .....	6,4	11,7	10,0	8,6	7,4	6,9	5,2
Bebidas e diversos .....	6,0	10,6	8,0	6,5	6,0	6,0	5,8
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMÍLIO .....	15,0	7,3	6,9	7,4	9,6	11,2	20,1

FONTE: ENDEF 1974 DE150-IBGE.

3 - DESPESA NÃO MONETÁRIA ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS  
REGIÃO I - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
ALIMENTAÇÃO .....	1 020	446	834	1 018	1 086	1 247	982
Cereais e derivados .....	81	84	112	86	80	74	73
Tubérculos, raízes e similares .....	20	22	27	28	18	21	12
Açúcares e derivados .....	20	8	28	24	16	16	20
Leguminosas e oleaginosas .....	27	34	53	33	27	19	18
Legumes e verduras .....	52	36	79	69	56	47	35
Frutas .....	53	28	43	50	48	59	59
Carnes e pescados .....	183	77	168	183	196	226	168
Ovos, leite e queijos .....	54	36	73	56	51	51	51
Óleos e gorduras .....	26	17	33	29	30	27	19
Bebidas e diversos .....	33	26	27	18	35	33	42
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO .....	473	79	190	441	531	672	486

FONTE: ENDEF 1974 DEISO-IBGE.

3a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA NÃO MONETÁRIA ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

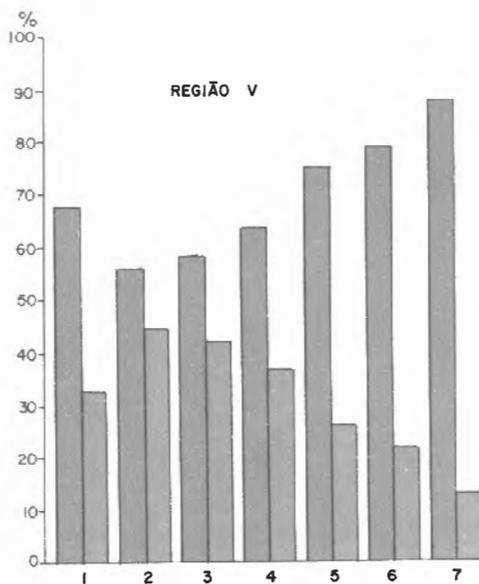
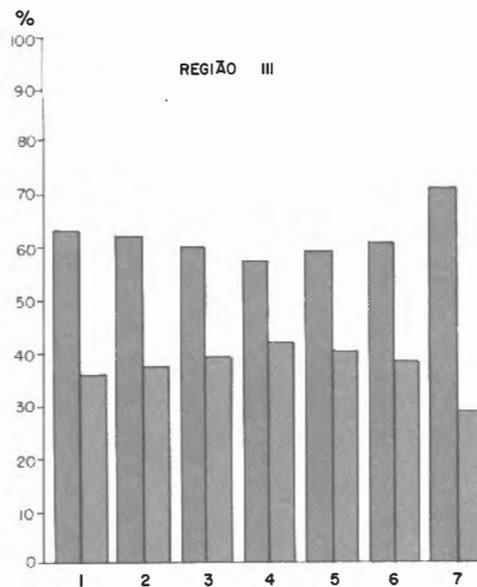
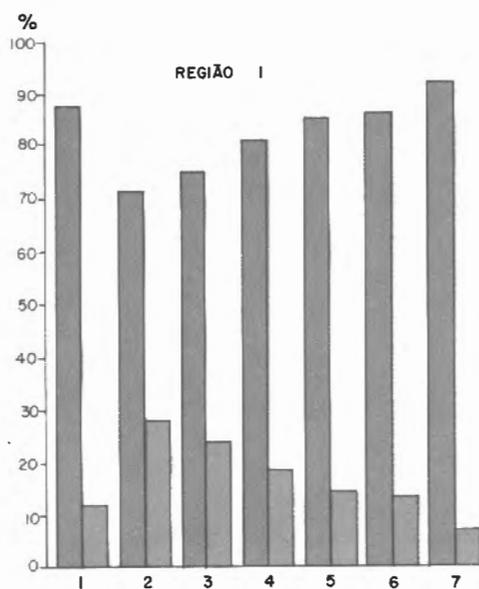
REGIÃO I - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
ALIMENTAÇÃO .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cereais e derivados .....	7,9	18,8	13,4	8,5	7,4	5,9	7,4
Tubérculos, raízes e similares .....	2,0	4,9	3,3	2,8	1,6	1,7	1,2
Açúcares e derivados .....	2,0	1,8	3,4	2,4	1,5	1,3	2,0
Leguminosas e oleaginosas .....	2,5	7,6	6,4	3,2	2,5	1,5	1,8
Legumes e verduras .....	5,1	8,0	9,5	6,8	5,1	3,8	3,6
Frutas .....	5,2	6,3	5,2	4,9	4,4	4,7	6,0
Carnes e pescados .....	17,9	17,2	20,1	18,0	18,0	18,1	17,1
Ovos, leite e queijos .....	5,3	8,1	8,8	5,5	4,7	4,1	5,2
Óleos e gorduras .....	2,5	3,8	3,9	2,8	2,7	2,2	1,9
Bebidas e diversos .....	3,2	5,8	3,2	1,8	3,2	2,7	4,3
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO .....	46,4	17,7	22,8	43,3	48,9	54,0	49,5

FONTE: ENDEF 1974 DEISO-IBGE.

## 2. PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA EM ALIMENTAÇÃO POR CLASSES DE DESPESA GLOBAL - 1974



### Legenda

#### CLASSE DE DESPESA

- 1\_ Média
- 2\_ Menos de 4.500
- 3\_ 4.500 a 8.999
- 4\_ 9.000 a 15.799
- 5\_ 15.800 a 22.599
- 6\_ 22.600 a 31.599
- 7\_ Mais de 31.599

■ Monetária  
 ■ Não Monetária

FORTE : Ver Tabela 4,8 e 12 (V.I, despesas familiares)

4 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA  
NA DESPESA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL  
DA FAMÍLIA, SEGUNDO GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÃO I - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1974

Continua

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)							
	TODAS AS CLASSES		MENOS DE 4 500		4 500 a 8 999		9 000 a 15 799	
	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA
ALIMENTAÇÃO .....	88,0	12,0	71,9	28,1	75,5	24,5	81,2	18,8
Cereais e derivados .....	93,9	6,1	77,5	22,5	85,8	14,2	92,3	7,7
Tubérculos, raízes e similares .....	90,9	9,1	70,3	29,7	80,0	20,0	84,0	16,0
Açúcares e derivados .....	91,8	8,2	91,0	9,0	84,4	15,6	88,6	11,4
Leguminosas e oleaginosas .....	93,1	6,9	79,1	20,9	82,3	17,7	90,9	9,1
Legumes e verduras .....	89,5	10,5	55,0	45,0	60,3	39,7	78,0	22,0
Frutas .....	84,4	15,6	20,0	80,0	40,3	59,7	63,0	37,0
Carnes e pescados .....	91,9	8,1	66,1	33,9	73,4	26,6	85,5	14,5
Ovos, leite e queijos .....	91,9	8,1	58,6	41,4	65,6	34,4	84,4	15,6
Óleos e gorduras .....	94,9	5,1	88,7	11,3	88,6	11,4	92,8	7,2
Bebidas e diversos .....	93,2	6,8	82,3	17,7	88,5	11,5	94,1	5,9
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO .....	70,5	29,5	51,5	48,5	48,5	51,5	42,4	57,6

Conclusão

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)					
	15 800 a 22 599		22 600 a 31 599		MAIS DE 31 600	
	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA
ALIMENTAÇÃO .....	85,2	14,8	86,6	13,4	92,3	7,7
Cereais e derivados .....	94,4	5,6	95,5	4,5	95,2	4,8
Tubérculos, raízes e similares .....	90,9	9,1	91,2	8,8	95,7	4,3
Açúcares e derivados .....	92,9	7,1	93,7	6,3	93,4	6,6
Leguminosas e oleaginosas .....	93,4	6,6	95,9	4,1	95,6	4,4
Legumes e verduras .....	87,2	12,8	91,2	8,8	95,2	4,8
Frutas .....	78,4	21,6	82,3	17,7	90,7	9,3
Carnes e pescados .....	89,4	10,6	91,0	9,0	95,3	4,7
Ovos, leite e queijos .....	90,5	9,5	92,2	7,8	95,4	4,6
Óleos e gorduras .....	93,9	6,1	95,4	4,6	97,0	3,0
Bebidas e diversos .....	91,5	8,5	93,6	6,4	94,2	5,8
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO .....	53,0	47,0	57,3	42,7	83,0	17,0

FONTE: ENDEF 1974 DE ISO-IBGE.

5 - DESPESA (MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA) ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÃO III - SUL

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
ALIMENTAÇÃO .....	7 696	2 020	3 958	6 202	8 052	9 432	11 677
Cereais e derivados .....	1 551	552	1 063	1 469	1 709	1 830	1 883
Tubérculos, raízes e similares .....	345	124	202	338	413	437	391
Açúcares e derivados .....	315	109	206	286	339	377	408
Leguminosas e oleaginosas .....	393	253	394	449	422	383	342
Legumes e verduras .....	457	78	215	359	482	583	708
Frutas .....	269	28	71	155	273	351	522
Carnes e Pescados .....	1 906	295	656	1 301	1 996	2 413	3 363
Ovos, leite e queijos .....	758	94	262	528	778	992	1 321
Óleos e gorduras .....	631	231	427	608	703	748	750
Bebidas e diversos .....	553	182	297	403	553	669	893
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO	519	74	165	305	385	649	1 097

FONTE: ENDEF 1974 DE ISO-IBGE

5a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA (MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA) ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÃO III - SUL

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
ALIMENTAÇÃO .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cereais e derivados .....	20,2	27,3	26,9	23,7	21,2	19,4	16,1
Tubérculos, raízes e similares .....	4,5	6,1	5,1	5,5	5,1	4,6	3,3
Açúcares e derivados .....	4,1	5,4	5,2	4,6	4,2	4,0	3,5
Leguminosas e oleaginosas .....	5,1	12,5	9,9	7,2	5,2	4,1	2,9
Legumes e Verduras .....	5,9	3,9	5,4	5,8	6,0	6,2	6,1
Frutas .....	3,5	1,4	1,8	2,5	3,4	3,7	4,5
Carnes e Pescados .....	24,8	14,6	16,6	21,0	24,8	25,6	28,8
Ovos, leite e queijos .....	9,8	4,7	6,6	8,5	9,7	10,5	11,3
Óleos e gorduras .....	8,2	11,4	10,8	9,8	8,7	7,9	6,4
Bebidas e diversos .....	7,2	9,0	7,5	6,5	6,9	7,1	7,7
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO	6,7	3,7	4,2	4,9	4,8	6,9	9,4

FONTE: ENDEF 1974 DE ISO-IBGE.

6 - DESPESA MONETÁRIA ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÃO III - SUL

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
ALIMENTAÇÃO .....	4 905	1 256	2 388	3 589	4 766	5 811	8 306
Cereais e derivados .....	1 161	395	781	1 071	1 248	1 367	1 478
Tubérculos, raízes e simi- lares .....	169	55	98	145	185	206	234
Açúcares e derivados .....	283	98	192	264	300	333	358
Leguminosas e oleaginosas	203	122	207	213	210	191	203
Legumes e verduras .....	196	20	54	106	182	231	412
Frutas .....	112	5	13	39	81	124	294
Carnes e pescados .....	1 239	178	351	731	1 164	1 514	2 490
Ovos, leite e queijos .....	382	37	103	206	333	471	811
Óleos e gorduras .....	400	181	316	375	414	437	492
Bebidas e diversos .....	446	140	240	331	461	521	712
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO	316	25	33	108	187	417	822

FONTE: ENDEF 1974 DE ISO-IBGE.

6a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA MONETÁRIA ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÃO III - SUL

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
ALIMENTAÇÃO .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cereais e derivados .....	23,7	31,4	32,7	29,8	26,2	23,5	17,8
Tubérculos, raízes e simi- lares .....	3,4	4,4	4,1	4,0	3,9	3,5	2,8
Açúcares e derivados .....	5,8	7,8	8,0	7,4	6,3	5,7	4,3
Leguminosas e oleaginosas	4,1	9,7	8,7	5,9	4,4	3,3	2,4
Legumes e verduras .....	4,0	1,6	2,3	3,0	3,8	4,0	5,0
Frutas .....	2,3	0,4	0,5	1,1	1,7	2,1	3,5
Carnes e Pescados .....	25,3	14,2	14,7	20,4	24,4	26,1	30,0
Ovos, leite e queijos .....	7,8	3,0	4,3	5,7	7,0	8,1	9,8
Óleos e gorduras .....	8,1	14,4	13,2	10,5	8,7	7,5	5,9
Bebidas e diversos .....	9,1	11,1	10,1	9,2	9,7	9,0	8,6
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO	6,4	2,0	1,4	3,0	3,9	7,2	9,9

FONTE: ENDEF 1974 DE ISO-IBGE.

7 - DESPESA NÃO MONETÁRIA ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÃO III - SUL

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
ALIMENTAÇÃO .....	2 791	763	1 570	2 613	3 285	3 621	3 372
Cereais e derivados .....	390	157	282	398	461	463	405
Tubérculos, raízes e similares .....	176	69	104	193	228	231	158
Açúcares e derivados .....	33	11	14	22	39	44	51
Leguminosas e oleaginosas .....	191	132	187	236	212	191	138
Legumes e Verduras .....	261	58	161	253	299	352	292
Frutas .....	156	23	58	117	192	227	227
Carnes e pescados .....	667	116	305	570	831	899	873
Ovos, leite e queijos .....	376	57	159	323	444	521	511
Óleos e gorduras .....	231	50	111	233	289	311	258
Bebidas e diversos .....	107	42	57	72	92	148	182
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO	203	48	131	197	198	233	274

FONTE: ENDEF 1974 DEISO-IBGE.

7a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA NÃO MONETÁRIA ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÃO III - SUL

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
ALIMENTAÇÃO .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cereais e derivados .....	14,0	20,6	18,0	15,2	14,0	12,8	12,0
Tubérculos, raízes e similares .....	6,3	9,0	6,6	7,4	7,0	6,4	4,7
Açúcares e derivados .....	1,2	1,4	0,9	0,8	1,2	1,2	1,5
Leguminosas e oleaginosas .....	6,8	17,3	11,9	9,0	6,5	5,3	4,1
Legumes e verduras .....	9,3	7,6	10,3	9,7	9,1	9,7	8,7
Frutas .....	5,6	3,0	3,7	4,5	5,8	6,3	6,7
Carnes e pescados .....	23,9	15,2	19,4	21,8	25,3	24,8	25,9
Ovos, leite e queijos .....	13,5	7,5	10,1	12,4	13,5	14,4	15,2
Óleos e gorduras .....	8,3	6,6	7,1	8,9	8,8	8,6	7,7
Bebidas e diversos .....	3,8	5,5	3,6	2,8	2,8	4,1	5,4
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO	7,3	6,3	8,4	7,5	6,0	6,4	8,1

FONTE: ENDEF 1974 DEISO-IBGE.

B - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA  
NA DESPESA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL  
DA FAMÍLIA, SEGUNDO GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÃO III - SUL

1974

Continua

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)							
	TODAS AS CLASSES		MENOS DE 4 500		DE 4 500 a 8 999		DE 9 000 a 15 799	
	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA
ALIMENTAÇÃO .....	63,7	36,3	62,2	37,8	60,3	39,7	57,9	42,1
Cereais e derivados .....	74,9	25,1	71,6	28,4	73,5	26,5	72,9	27,1
Tubérculos, raízes e simi lares .....	49,0	51,0	44,4	55,6	48,5	51,5	42,9	57,1
Açúcares e derivados .....	89,6	10,4	89,9	10,1	93,2	6,8	92,3	7,7
Leguminosas e oleaginosas	51,5	48,5	48,0	52,0	52,5	47,5	47,4	52,6
Legumes e Verduras .....	42,9	57,1	25,6	74,4	25,1	74,9	29,5	70,5
Frutas .....	41,8	58,2	17,9	82,1	18,3	81,7	25,0	75,0
Carnes e pescados .....	65,0	35,0	60,5	39,5	53,5	46,5	56,2	43,8
Ovos, leite e queijos .....	50,4	49,6	39,4	60,6	39,3	60,7	38,9	61,1
Óleos e gorduras .....	63,4	36,6	78,4	21,6	74,0	26,0	61,7	38,3
Bebidas e diversos .....	80,7	19,3	76,9	23,1	80,8	19,2	82,1	17,9
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO	60,9	39,1	34,2	65,8	20,1	79,9	35,4	64,6

Conclusão

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)					
	DE 15 800 a 22 599		DE 22 600 a 31 599		MAIS DE 31 599	
	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA
ALIMENTAÇÃO .....	59,2	40,8	61,6	38,4	71,1	28,9
Cereais e derivados .....	73,0	27,0	74,7	25,3	78,5	21,5
Tubérculos, raízes e simi lares .....	44,8	55,2	47,1	52,9	59,7	40,3
Açúcares e derivados .....	88,5	11,5	88,3	11,7	87,5	12,5
Leguminosas e oleaginosas	49,8	50,2	50,0	50,0	59,5	40,5
Legumes e verduras .....	37,8	62,2	39,6	60,4	58,5	41,5
Frutas .....	29,7	70,3	35,3	64,7	56,4	43,6
Carnes e pescados .....	58,3	41,7	62,7	37,3	74,0	26,0
Ovos, leite e queijos .....	42,9	57,1	47,5	52,5	61,3	38,7
Óleos e gorduras .....	58,9	41,1	58,4	41,6	65,6	34,4
Bebidas e Diversos .....	83,4	16,6	77,9	22,1	79,6	20,4
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO	48,6	51,4	64,2	35,8	75,0	25,0

FONTE: ENDEF 1974 DEISO-IBGE.

9 - DESPESA (MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA) ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÃO V - NORDESTE

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
ALIMENTAÇÃO .....	5 145	1 944	4 051	6 456	8 196	9 988	12 928
Cereais e derivados .....	876	272	676	1 200	1 540	1 765	2 011
Tubérculos, raízes e simi- lares .....	406	259	443	502	424	472	429
Açúcares e derivados .....	221	106	199	275	327	357	426
Leguminosas e oleaginosas .....	518	326	555	664	589	540	543
Legumes e verduras .....	182	46	122	210	311	424	646
Frutas .....	191	50	116	213	373	485	682
Carnes e pescados .....	1 543	509	1 123	1 905	2 587	3 309	4 394
Ovos, leite e queijos .....	424	102	279	539	708	933	1 444
Óleos e gorduras .....	170	34	99	202	329	434	629
Bebidas e diversos .....	316	150	259	356	463	588	807
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMÍ- LIO .....	297	91	180	390	545	680	918

FONTE: ENDEF 1974 DE150-18GE.

9a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA (MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA) ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÃO V - NORDESTE

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
ALIMENTAÇÃO .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cereais e derivados .....	17,0	14,0	16,7	18,6	18,8	17,7	15,5
Tubérculos, raízes e simi- lares .....	7,9	13,3	10,9	7,8	5,2	4,7	3,3
Açúcares e derivados .....	4,3	5,4	4,9	4,3	4,0	3,6	3,3
Leguminosas e oleaginosas .....	10,1	16,8	13,7	10,3	7,2	5,4	4,2
Legumes e verduras .....	3,5	2,4	3,0	3,3	3,8	4,2	5,0
Frutas .....	3,7	2,6	2,9	3,3	4,5	4,9	5,3
Carnes e pescados .....	30,0	26,2	27,7	29,5	31,6	33,1	34,0
Ovos, leite e queijos .....	8,3	5,2	6,9	8,3	8,6	9,3	11,2
Óleos e gorduras .....	3,3	1,7	2,5	3,1	4,0	4,3	4,9
Bebidas e diversos .....	6,1	7,7	6,4	5,5	5,6	5,9	6,2
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMÍ- LIO .....	5,8	4,7	4,4	6,0	6,6	6,8	7,1

FONTE: ENDEF 1974 DE150-18GE.

10 - DESPESA MONETÁRIA ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE  
DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÃO V - NORDESTE

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
ALIMENTAÇÃO .....	3 485	1 082	2 354	4 088	6 089	7 839	11 270
Cereais e derivados .....	612	153	397	780	1 226	1 467	1 811
Tubérculos, raízes e similares .....	229	134	227	271	291	323	352
Açúcares e derivados .....	195	95	177	237	284	309	381
Leguminosas e oleaginosas .....	244	140	225	298	344	340	409
Legumes e verduras .....	120	16	49	124	234	355	606
Frutas .....	96	10	31	86	198	311	550
Carnes e pescados .....	1 189	332	783	1 400	2 092	2 829	3 962
Ovos, leite e queijos .....	232	40	111	236	430	602	1 134
Óleos e gorduras .....	148	27	85	173	281	382	577
Bebidas e diversos .....	266	114	212	302	391	495	741
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO .....	154	21	58	181	318	419	748

FONTE: ENDEF 1974 DE150-186E.

10a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA MONETÁRIA ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE  
DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÃO V - NORDESTE

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
ALIMENTAÇÃO .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cereais e derivados .....	17,6	14,1	16,9	19,1	20,1	18,7	16,1
Tubérculos, raízes e similares .....	6,6	12,4	9,6	6,6	4,8	4,1	3,1
Açúcares e derivados .....	5,6	8,8	7,5	5,8	4,7	3,9	3,4
Leguminosas e oleaginosas .....	7,0	12,9	9,5	7,3	5,7	4,3	3,6
Legumes e verduras .....	3,4	1,5	2,1	3,0	3,8	4,5	5,4
Frutas .....	2,8	0,9	1,3	2,1	3,2	4,0	4,9
Carnes e pescados .....	34,1	30,7	33,3	34,3	34,4	36,1	35,1
Ovos, leite e queijos .....	6,7	3,7	4,7	5,8	7,1	7,7	10,1
Óleos e gorduras .....	4,2	2,5	3,6	4,2	4,6	5,0	5,1
Bebidas e diversos .....	7,6	10,6	9,0	7,4	6,4	6,3	6,6
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO .....	4,4	1,9	2,5	4,4	5,2	5,4	6,6

FONTE: ENDEF 1974 DE150-186E.

11 - DESPESA NÃO MONETÁRIA ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÃO V - NORDESTE

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
ALIMENTAÇÃO .....	1 660	862	1 696	2 369	2 107	2 149	1 657
Cereais e derivados .....	264	119	279	421	314	298	200
Tubérculos, raízes e similares .....	177	125	216	230	133	150	77
Açúcares e derivados .....	27	12	22	38	44	49	45
Leguminosas e oleaginosas .....	274	186	330	366	245	200	134
Legumes e verduras .....	62	30	73	86	78	70	39
Frutas .....	95	40	85	127	175	174	132
Carnes e pescados .....	354	177	339	506	495	480	432
Ovos, leite e queijos .....	192	62	169	303	277	331	309
Óleos e gorduras .....	22	7	15	29	48	45	52
Bebidas e diversos .....	51	36	47	55	72	92	66
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO .....	143	71	122	208	228	261	170

FONTE: ENDEF 1974 DE150-1BGE.

11a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA NÃO MONETÁRIA ANUAL EM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÃO V - NORDESTE

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)						
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 4 500	DE 4 500 a 8 999	DE 9 000 a 15 799	DE 15 800 a 22 599	DE 22 600 a 31 599	MAIS DE 31 599
ALIMENTAÇÃO .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cereais e derivados .....	15,9	13,8	16,4	17,8	14,9	13,9	12,1
Tubérculos, raízes e similares .....	10,7	14,5	12,7	9,7	6,3	7,0	4,6
Açúcares e derivados .....	1,6	1,3	1,3	1,6	2,1	2,3	2,7
Leguminosas e oleaginosas .....	16,5	21,5	19,4	15,4	11,6	9,3	8,1
Legumes e verduras .....	3,7	3,4	4,3	3,6	3,7	3,2	2,4
Frutas .....	5,7	4,6	5,0	5,4	8,3	8,1	8,0
Carnes e pescados .....	21,3	20,5	20,0	21,4	23,5	22,3	26,1
Ovos, leite e queijos .....	11,6	7,2	10,0	12,8	13,1	15,4	18,6
Óleos e gorduras .....	1,3	0,8	0,9	1,2	2,3	2,1	3,1
Bebidas e diversos .....	3,1	4,2	2,8	2,3	3,4	4,3	4,0
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO .....	8,6	8,2	7,2	8,8	10,8	12,1	10,3

FONTE: ENDEF 1974 DE150-1BGE.

12 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA  
NA DESPESA ANUAL POR FAMÍLIA, POR CLASSE DE DESPESA GLOBAL  
DA FAMÍLIA, SEGUNDO GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÃO V - NORDESTE

1974

Continua

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)							
	TODAS AS CLASSES		MENOS DE 4 500		DE 4 500 a 8 999		DE 9 000 a 15 799	
	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA
ALIMENTAÇÃO .....	67,7	32,3	55,7	44,3	58,1	41,9	63,3	36,7
Cereais e derivados .....	69,9	30,1	56,2	43,8	58,7	41,3	64,9	35,1
Tubérculos, raízes e simi lares .....	56,4	43,6	51,7	48,3	51,2	48,8	54,1	45,9
Açúcares e derivados .....	87,8	12,2	88,8	11,2	88,9	11,1	86,2	13,8
Leguminosas e oleaginosas	47,1	52,9	42,9	57,1	40,5	59,5	44,9	55,1
Legumes e verduras .....	65,9	34,1	34,8	65,2	40,2	59,8	59,0	41,0
Frutas .....	50,3	49,7	20,0	80,0	26,7	73,3	40,4	59,6
Carnes e pescados .....	77,1	22,9	65,2	34,8	69,8	30,2	73,5	26,5
Ovos, leite e queijos .....	54,7	45,3	39,2	60,8	39,6	60,4	43,8	56,2
Óleos e gorduras .....	87,1	12,9	79,4	20,6	85,0	15,0	85,6	14,4
Bebidas e diversos .....	83,9	16,1	76,0	24,0	81,8	18,2	84,6	15,4
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍ LIO .....	51,8	48,2	22,8	77,2	32,2	67,8	46,5	53,5

Conclusão

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA GLOBAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)					
	DE 15 800 a 22 599		DE 22 600 a 31 599		MAIS DE 31 600	
	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA	MONETÁRIA	NÃO MONETÁRIA
ALIMENTAÇÃO .....	74,3	25,7	78,5	21,5	87,2	12,8
Cereais e derivados .....	79,6	20,4	83,1	16,9	90,0	10,0
Tubérculos, raízes e simi lares .....	68,6	31,4	68,3	31,7	82,0	18,0
Açúcares e derivados .....	86,6	13,4	86,3	13,7	89,4	10,6
Leguminosas e oleaginosas	58,4	41,6	63,0	37,0	75,3	24,7
Legumes e verduras .....	75,0	25,0	83,5	16,5	94,0	6,0
Frutas .....	53,1	46,9	64,1	35,9	80,7	19,3
Carnes e pescados .....	80,9	19,1	85,5	14,5	90,2	9,8
Ovos, leite e queijos .....	60,8	39,2	64,5	35,5	78,6	21,4
Óleos e gorduras .....	85,4	14,6	89,6	10,4	91,7	8,3
Bebidas e diversos .....	84,5	15,5	84,3	15,7	91,8	8,2
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍ LIO .....	58,2	41,8	61,6	38,4	81,5	18,5

FONTE: ENDEF 1974 DE IS0-IBGE.

## HABITAÇÃO

## VI - HABITAÇÃO

Este capítulo tem por objetivo avaliar as condições de habitação da população brasileira e encontra-se subdividido em três partes. Na primeira, é feita uma análise comparativa destas condições entre os anos de 1970 e 1976, tomando como padrão de referência alguns indicadores do conjunto de serviços residenciais que compõem a habitação, num sentido mais amplo. Neste sentido, procura-se avaliar o grau de "adequação" dos materiais de construção, da densidade domiciliar, da separação física das diferentes funções dentro do domicílio, do abastecimento d'água, da instalação sanitária e do fornecimento de energia elétrica. Na segunda parte (VI.2), apresentam-se estes mesmos indicadores por grupos de renda e condição de ocupação do domicílio (próprio pago, em aquisição, etc.) em 1976. Finalmente, mostram-se a evolução do programa habitacional do BNH para a faixa de baixa renda entre janeiro de 1966 e junho de 1978 e a distribuição das famílias mutuárias segundo a condição de adimplência em julho de 1978 (VI.3).

Alguns elementos importantes para a configuração do perfil habitacional no período 70-76, como as altas taxas de crescimento urbano, a situação no mercado de trabalho, o processo de concentração de rendimentos e as pressões sobre o orçamento familiar, face ao aumento do custo de vida, já foram discutidos em capítulos anteriores deste relatório, não cabendo, portanto, reproduzi-los aqui. Por outro lado, em virtude da falta de informações a nível nacional, deixam de ser analisados os indicadores de acessibilidade espacial nas áreas urbanas (tais como o tempo ou custo de viagem para o trabalho ou outras atividades) ou das amenidades físicas e sócio-econômicas do bairro (Vetter, Massena e Rodrigues, 1978 e DEISO, 1978). Acredita-se contudo que, embora de forma incompleta, o conjunto de indicadores aqui utilizados forneça uma imagem geral da evolução das condições habitacionais durante o período 1970-1976.

Na discussão dos níveis de adequação, é bom lembrar que sempre existe um grau relativamente alto de subjetividade na definição destes padrões ou critérios (Turner, 1972: pp. 148-175). Os níveis de adequação das condições habitacionais utilizados neste capítulo são definidos em função de níveis "mínimos" estabelecidos por técnicos, e não necessariamente em função da utilidade que elas proporcionam à família. Assim, por exemplo, a pesquisa de Gilberto Velho (1978 p. 83) mostra que algumas famílias optam por "morar em Copacabana" em condições que os técnicos consideram "subpadrão", quando poderiam ter acesso à habitação "padrão" em outros bairros. Para superar esta limitação, muitos autores advogam a utilização de indicadores de satisfação subjetiva (Sheldon e Parke, 1977: pp. 17-22), embora estes sejam sempre complementares e não substituam o tipo de indicador aqui adotado.

A interpretação adequada destes indicadores exige um conhecimento das limitações e do grau de comparabilidade dos conceitos do Censo Demográfico de 1970 e da PNAD 1976.<sup>(1)</sup> Neste sentido, achou-se conveniente explicitá-los antes de empreender a análise.

### DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES

São considerados neste capítulo somente os domicílios particulares permanentes,<sup>(2)</sup> definindo-se como tal, os locais de moradia estruturalmente independentes, constituídos por um ou

(1) Todas as definições destes conceitos foram retiradas da PNAD de 1976.

(2) Devido ao seu pequeno número (0,05% do total de domicílios) não são considerados na análise os domicílios improvisados.

mais cômodos com entrada privativa, construídos para fins residenciais e habitados por no máximo três famílias.

As casas de cômodos (cabeças-de-porco, cortiços, etc.) e os edifícios de apartamentos constituem um conjunto de "domicílios particulares", mas um domicílio ocupado por mais de três famílias seria classificado como domicílio coletivo, a exemplo do que ocorre com hotéis, pensões, asilos, orfanatos, conventos, penitenciárias, etc.

O termo domicílio refere-se tanto a uma unidade física ("housing unit") como ao grupo de pessoas que nela mora ("household"). Este grupo pode ser composto de até três famílias ou de um conjunto de no máximo cinco pessoas vivendo num domicílio particular, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica (ver capítulo I.2 - Famílias, para uma discussão mais detalhada do conceito de família).

#### MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Os domicílios particulares permanentes são classificados em duráveis e rústicos conforme o material empregado nas paredes, piso e cobertura. "Consideram-se duráveis os domicílios localizados em prédios em cuja construção predominam paredes de alvenaria ou madeira preparada ou, ainda de outros materiais, exclusive taipa não revestida ou palha, mas com piso de madeira, cimento ou cerâmica e cobertura de laje, telha de barro ou cimento amianto".

#### CÔMODOS

Por cômodos são entendidos todos os compartimentos integrantes do domicílio separados por paredes, inclusive os existentes na parte externa do prédio desde que constituam parte integrante do domicílio, com exceção de corredores, alpendres, varandas, garagens, depósitos e outros compartimentos para fins não residenciais. Banheiros, mesmo quando não ligados fisicamente ao domicílio, e cozinha, são incluídos no número total de cômodos.

#### ABASTECIMENTO D'ÁGUA

O abastecimento d'água dos domicílios é classificado de acordo com as seguintes condições: rede geral, com ou sem canalização interna; poço ou nascente, com ou sem canalização interna; e outra forma, assim considerados os abastecimentos oriundos de fontes públicas, poços ou torneiras localizados fora do domicílio.

#### INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

As instalações sanitárias são classificadas "por tipo de escoadouro, em: rede geral, fossa séptica, fossa rudimentar e outro escoadouro, quando fossem utilizados diretamente, como escoadouro, rios, lagos, etc". Considera-se como não tendo instalações sanitárias os domicílios cujos moradores se servem de instalações comuns a mais de um domicílio.

#### ILUMINAÇÃO ELÉTRICA

A existência ou não de iluminação elétrica nos domicílios é levantada independentemente de ser fornecida através de uma rede geral.

## SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

A situação do domicílio pode ser urbana ou rural. Como situação urbana consideram-se áreas correspondentes às cidades (sedes municipais) ou as vilas (sedes distritais). A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites.

A amostra da PNAD foi planejada para ser representativa ao nível das Regiões da PNAD, mas não necessariamente ao nível de urbano e rural. Por isso, todos os resultados que visam esta desagregação segundo a situação do domicílio estão sujeitos a uma margem de erro relativamente alta.

Como a área rural da Região VII da PNAD não foi pesquisada em 1976, exclui-se dos resultados do Censo de 1970 a parte referente a ela e que correspondia a 791,5 mil domicílios ou seja, somente 4,7% do total no Brasil.

## RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR

Considera-se como rendimento mensal a soma das quantias percebidas a título de remuneração na ocupação principal e nas outras ocupações e das quantias provenientes de outras receitas, para todas as pessoas de 10 anos e mais.<sup>(3)</sup>

O rendimento domiciliar é obtido através da soma dos rendimentos das pessoas das famílias morando no domicílio, exclusive os empregados domésticos e pensionistas. No caso de algum componente não declarar seu rendimento, o domicílio é classificado como "sem declaração de rendimento".

## CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO

Os domicílios são classificados segundo quatro condições de ocupação: próprio pago (quando a família reside em domicílio de sua propriedade, totalmente pago, independentemente de o terreno ser ou não de sua propriedade); próprio em aquisição (quando a família reside em domicílio de sua propriedade, sem entretanto haver pago o valor total da aquisição, independentemente de o terreno ser ou não de sua propriedade); alugado; cedido; e outra condição.

A separação entre a propriedade do domicílio e a do terreno implícita nesta definição faz com que um barraco em uma favela seja classificado como próprio, desde que a família se declare sua proprietária. Sendo assim, os indicadores que empregam estas categorias devem ser interpretados com o máximo de cuidado.

### VI.1 MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS: 1970/76

Nesta parte do capítulo, se comparam indicadores das condições habitacionais elaborados com dados do Censo de 1970 e da PNAD de 1976 (ver Gráfico 1 e Tabela 1): são os indicadores de "adequação" do material de construção, da densidade domiciliar, da separação de funções dentro do domicílio, do abastecimento d'água, da instalação sanitária e do fornecimento de energia elétrica.

Durante o período 1970-76, evidencia-se a pressão demográfica na formação de 5,0

(3) No capítulo Renda é feita relação de "Outras Receitas"

milhões de novos domicílios (correspondente a um aumento de 29,4%), que se concentram predominantemente nas áreas urbanas (4,2 milhões).

#### MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Neste mesmo período, o número de domicílios duráveis aumentou muito mais rapidamente (4,2 milhões ou 32,8%) que o de rústicos (784,5 mil ou 19,0%), registrando-se inclusive uma pequena redução do número total de domicílios rústicos nas áreas urbanas (-50,7 mil ou -3,4%). (ver gráfico e tabela 1).

O decréscimo no número de domicílios duráveis nas áreas rurais deveu-se provavelmente à questão da amostragem mencionada na parte inicial deste capítulo.

#### DENSIDADE DOMICILIAR

Numerosas pesquisas indicam ser a densidade domiciliar um determinante importante da saúde física e mental dos moradores de uma unidade domiciliar (Schokk, 1966: pp. 16-25 e DEISO, 1978: pp 162-202). Existem duas importantes dimensões desta densidade: o número total de pessoas por metro quadrado e a separação de funções (preparação de alimentos, higiene pessoal, repouso e interação social). Os níveis de densidade domiciliar considerados como aceitáveis ou mínimos variam tremendamente entre grupos sociais, culturas e países, evidenciando-se seus pontos mais altos na Ásia e África (United Nations, 1967: pp. 47-48).

O indicador de densidade domiciliar mais comumente utilizado é o de pessoas por cômodo, definido-se a situação de mais de uma pessoa por cômodo como superpovoamento (subpadrão) em países desenvolvidos. Este indicador tem várias limitações. Uma delas é a utilização do número de cômodos como medida do tamanho do domicílio, uma vez que o tamanho dos cômodos pode variar entre diferentes grupos sócio-econômicos. Também é provável que a dimensão dos cômodos venha diminuindo nas áreas urbanas devidos aos aumentos dos custos de construção e do preço da terra, embora não existam dados quantitativos que possam comprovar a hipótese. A alternativa de utilizar pessoas por metro quadrado seria ideal porém pouco viável em função do alto custo de um levantamento rigoroso dos dados, sobre tamanho do domicílio.

A variabilidade do tamanho dos cômodos pode ser parcialmente controlada com a utilização de um limite inferior na definição do cômodo. Embora a ONU sugira que cada cômodo tenha um tamanho mínimo de quatro metros quadrados, a PNAD e o Censo não utilizaram quaisquer limites de tamanho, adotando somente a separação dos cômodos. Sendo assim, o indicador aqui calculado substitua aquele sugerido pela ONU.

Uma outra limitação vem da questão do que seja cômodo. Enquanto a ONU aconselha a exclusão do banheiro do número total de cômodos do domicílio no cálculo do indicador (United Nations, 1967: p.47), os dados do Censo e da PNAD não permitem esta exclusão, porque não existe informação sobre o uso de cômodos além do dormitório, e até o banheiro e a cozinha são considerados como "dormitórios" quando servem habitualmente como lugares de dormir.<sup>(4)</sup> Desta forma, todos os cômodos, inclusive o banheiro (se existir), estão incluídos no cálculo de nosso indicador de pessoas por cômodo, representando assim outro fator de subestimação do indicador de densidade domici-

(4) Um outro indicador de densidade domiciliar é o número de pessoas por cômodo habitável, o banheiro e a cozinha sendo excluídos do total de cômodos habitáveis. Até 1,5 pessoas por cômodo habitável é normalmente considerado uma densidade "aceitável".

liar sugerido pela ONU.

Mais uma limitação deste indicador, especialmente quando todos os cômodos são incluídos no seu cálculo, é que ele não leva em conta a separação de funções dentro do domicílio (preparação de alimentos, higiene pessoal, repouso e interação social) o que exigiria um mínimo de quatro cômodos (cozinha, banheiro, quarto e sala). Assim, por exemplo, a situação de duas pessoas morando em dois cômodos seria considerada como aceitável pelo critério de densidade domiciliar, ainda que a separação de funções não pudesse ser feita. Em contraposição, a existência de quatro cômodos nem sempre garante a separação das quatro funções, dado que todos eles podem servir de dormitórios. Confirmando esta hipótese, o Censo de 1970 mostra que 9,9% dos domicílios com quatro cômodos tinham três ou mais dormitórios. A combinação dos dois critérios, ou seja, a inclusão dos domicílios com até uma pessoa, porém, com três cômodos ou menos, entre as unidades subpadrão, aumentaria bastante o número de domicílios classificados como "inadequados" em 1970 (1,1 milhões) e em 1976 (2,0 milhões).

Finalmente, deve-se lembrar que o indicador não leva em conta a disponibilidade de espaços externos ao domicílio (varandas, terraços, quintais, etc) que sem dúvida desempenham um importante papel em muitos domicílios. É inegável que uma casa de três cômodos, quintal e varanda oferece muito mais espaço que um "conjugado" de mesmo número de cômodos em uma área densamente povoada, e desta forma, o que é considerado superpovoado em uma área urbana poderia ser aceitável em uma área rural.

Para facilitar a interpretação do indicador de pessoas por cômodo, a tabela 2 mostra a relação entre número de cômodos do domicílio e o número total de moradores com diferentes números de pessoas por cômodo. Para um domicílio de sala e quarto, por exemplo (quatro cômodos, incluindo o banheiro e a cozinha), o número total de moradores com uma pessoa por cômodo seria de quatro; com duas pessoas por cômodo, seria de oito e com três pessoas por cômodo, seria de doze moradores. A área abaixo da diagonal no gráfico 2 mostra a situação de superpovoamento para diferentes combinações do número de pessoas por cômodo.

O indicador (voltando ao gráfico e à tabela 1) revela que houve um aumento sensível no número de domicílios com mais de uma pessoa por cômodo durante o período 1970/76 (1,1 milhões ou 14,6%). Dos domicílios urbanos, 5,1 milhões (35,3%) eram superpovoados (com mais de uma pessoa por cômodo) em 1976, um aumento de 21,3% durante o período. Mais alarmante, 1,2 milhões (8,2%) dos domicílios urbanos tinham mais de duas pessoas por cômodo (o que corresponderia a uma situação de mais de oito pessoas em um apartamento de sala e quarto), o que representa um acréscimo de 109,5 mil unidades durante o período.

Por outro lado, os resultados mostram uma certa redução no nível de superpovoamento nas áreas rurais que poderia ser explicada em função da emigração. Contudo, cabe lembrar novamente que os resultados ao nível urbano e rural não são tão confiáveis como ao nível total.

#### ABASTECIMENTO D'ÁGUA

Os dados disponíveis não indicam a qualidade ou quantidade de água disponível, mas sua fonte e a presença ou não de canalização interna. De novo, a definição de padrões de adequação é difícil. Um poço ou nascente não seria adequado em áreas densamente povoadas, onde a probabilidade de contaminação das fontes e de oferta insuficiente é alta, mas poderia sê-lo em áreas rurais. A existência de canalização interna é importante porque facilita a higiene familiar e poupa o tempo dos membros da família. A ligação com a rede geral de água ou um poço ou nascente com

canalização interna, é claramente superior à categoria "outras fontes" (rios, bicas públicas, etc), que devem ser normalmente considerados como "inadequadas" em áreas urbanas.

Os dados da tabela 1 mostram que a maior redução de domicílios foi aquela de abastecimento de outras fontes (-2,1 milhões ou -31,1%), que ocorreu principalmente nas áreas rurais (-1,5 milhões ou -32,1%), onde o número de domicílios com poço ou nascente sem canalização interna aumentou em 1,6 milhões ou 112,2%. O aumento dos domicílios com abastecimento d'água "adequado" ocorreu em sua maior parte nas áreas urbanas (4,4 milhões ou 82,1%). Por outro lado, o número de domicílios urbanos com abastecimento d'água sem canalização interna aumentou em 463,9 mil, mas o número com abastecimento "outras fontes" caiu em (-652,2 mil ou -28,9%). Houve assim uma redução do número total de unidades com abastecimento d'água "inadequado" nas áreas urbanas, embora este ainda se mantivesse elevado em 1976, correspondendo a 4,7 milhões de domicílios.

#### INSTALAÇÃO SANITÁRIA

A adequação da instalação sanitária é um dos mais importantes determinantes da saúde de da família e da coletividade. Como no caso do abastecimento d'água, a adequação do sistema depende da densidade populacional. Onde a densidade populacional é relativamente baixa e as condições do solo propícias, a fossa séptica pode ser considerada uma solução adequada. Nas áreas rurais, até mesmo soluções mais rudimentares podem ser assim consideradas.

O número total de domicílios urbanos ligados à rede geral de esgoto aumentou em 3,4 milhões (ou 150,2%), enquanto o número "não tem instalação" ou com "outras instalações" cresceu em 1,0 milhões de domicílios, sendo da ordem de 6,7 milhões os domicílios com instalações inadequadas, quase a metade do total.

#### INSTALAÇÃO ELÉTRICA

O número de domicílios no Brasil com instalação elétrica aumentou em 5,4 milhões de domicílios (64,3%), mas ainda existem 8,0 milhões de domicílios sem instalação elétrica dos quais 2,2 milhões ( 27,2%) estão nas áreas urbanas.

#### VI.2 - AS CONDIÇÕES HABITACIONAIS POR GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR E CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO: 1976

Neste item examinam-se as condições habitacionais por grupos de rendimento mensal domiciliar e pela condição de ocupação em 1976.

#### DENSIDADE DOMICILIAR

O gráfico e a tabela 3 demonstram que a densidade domiciliar era relativamente alta em todos os grupos de rendimento nas áreas urbanas, a proporção de domicílios com mais de uma pessoa por cômodo variando entre 15,5% no grupo de mais de dez salários-mínimos e 44,2% no grupo de um a dois salários-mínimos. Como era de se esperar, a maioria (972,9 mil) dos 1,2 milhões de domicílios urbanos com mais de 2,0 pessoas por cômodo está concentrada nos grupos com rendimento inferior a cinco salários-mínimos. Nota-se que a percentagem de domicílios urbanos com mais de uma pessoa por cômodo no grupo de até um salário-mínimo (33,6%) é inferior às encontradas nos outros grupos de renda até sete salários-mínimos, e que a diferença entre a percentagem naquele primeiro grupo de renda e no grupo de sete a dez salários-mínimos (28,8%) é pequena.

A análise deste fenômeno merece algumas observações. Em primeiro lugar, deve-se relativizar o próprio sentido de "rendimento familiar" como medida de estratificação sócio-econômica. Assim, ainda que um domicílio esteja no grupo de rendimento mais alto, seu rendimento per capita

poderia ser baixo, caso a família fosse numerosa. Afora isso, o rendimento familiar mais alto pode indicar apenas a soma de rendimentos baixos, em virtude da participação de um número maior de membros na força de trabalho. Por exemplo, o rendimento total de uma família de oito pessoas com cinco de seus membros trabalhando e ganhando um pouco acima de dois salários-mínimos cada um seria de mais de dez salários-mínimos. Em segundo lugar, poder-se-ia pensar que este grupo de renda mais alta estaria sacrificando baixa densidade para morar em áreas com maior acesso ao trabalho e serviços, ou de "status" social mais alto. Por exemplo, a pesquisa de Velho (1978) mostra que algumas famílias moram em apartamentos com altíssimas densidades em Copacabana quando poderiam morar em unidades mais espaçosas, pagando o mesmo aluguel, em áreas menos nobres.

#### AS CINCO CONDIÇÕES HABITACIONAIS "ADEQUADAS"

No gráfico e tabela 4, aparece a distribuição dos domicílios urbanos segundo o número total de condições habitacionais aqui definidas como "adequadas":

- material de construção - durável
- densidade domiciliar - até uma pessoa por cômodo
- abastecimento d'água - rede geral, poço ou nascente com canalização interna
- instalação sanitária - rede geral ou fossa séptica
- com instalação elétrica

Existem nas áreas urbanas 5,8 milhões de domicílios que possuem todas estas cinco condições "adequadas" (39,7% do total) e 542,0 mil (3,7%) que não tem nenhuma delas. Desses domicílios totalmente inadequados, 189,3 mil (34,9%) pertencem ao grupo de rendimentos de até um salário-mínimo e 218,6 mil (40,3%) ao grupo de um a dois salários-mínimos. Dos 9,3 milhões de domicílios urbanos nos grupos de rendimento mensal domiciliar inferior a cinco salários-mínimos, apenas 2,4 milhões (26,5%) possuíam todas as cinco condições "adequadas", enquanto que dos 2,2 milhões de domicílios referentes ao grupo de rendimento mensal domiciliar de mais de dez salários-mínimos, 1,7 milhões (75,9%) apresentavam todas estas cinco condições (ver gráfico e tabela 3).

#### INSTALAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO, E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO "ADEQUADOS" SEGUNDO A CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO

Utilizando somente três das cinco condições, os domicílios foram classificados em duas categorias segundo a "adequação" de suas instalações de água e de esgoto e seu material de construção:

- adequados - instalações de água e esgoto adequadas e construção durável.
- inadequados - instalações de água e esgoto inadequadas ou construção rústica.

O gráfico e tabela 5 apresentam os domicílios urbanos nestas duas categorias, por grupos de rendimento mensal e condição de ocupação.

A condição de ocupação é muito importante porque uma família que tem uma casa própria está recebendo benefícios de um investimento feito no passado (recebendo um aluguel imputado). Se a família está comprando a casa, está acumulando capital - aumentando o valor de seu patrimônio familiar. Pessoas morando em casas alugadas, além de não aumentarem seu patrimônio familiar, acabam pagando pela valorização do imóvel na forma de aluguéis mais altos.

Um problema mencionado acima que dificulta a interpretação dos resultados é que a propriedade refere-se ao domicílio, e não necessariamente ao terreno onde o domicílio está localizado. Ao proprietário de um domicílio que não tem a propriedade do terreno (como no caso de uma uni-

dade habitacional localizada em uma favela) falta a segurança necessária para melhorar sua moradia, como normalmente acontece nos loteamentos periféricos onde, pelo processo de autoconstrução, os moradores investem grande parte de sua renda e da sua energia na construção e melhoria das suas casas próprias (Beozzo e Este, 1978).

Dos domicílios adequados, no total dos domicílios urbanos, apenas 34,0% eram próprios (pagos ou em aquisição) ou cedidos, sendo que com o aumento do rendimento familiar as percentagens crescem. Assim, destes domicílios próprios ou cedidos adequados, a percentagem que era de 12,1% no grupo de até um salário mínimo, passa a 60,3% no grupo de mais de dez salários mínimos.

### VI.3 A EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DO BNH PARA A FAIXA DE BAIXA RENDA: 1966-78

A faixa de atendimento das Companhias de Habitação Popular (COHABs) era originalmente de um a três salários mínimos, mas a faixa superior foi aumentada até cinco salários mínimos com a implantação do PLANHAP em 1973 (Lopes, 1978: p.10). Um problema na interpretação destes dados é que a renda familiar das famílias nos conjuntos habitacionais das COHABs frequentemente vai além do limite superior (Bolafigli, 1977 e Rush, 1974), seja devido à política das COHABs (como no caso das "reservas técnicas" em que uma parcela dos conjuntos são alocados a famílias de renda superior ao limite máximo) ou à substituição de famílias de menor renda por outras com renda maior (Valadares, 1978).

O gráfico e a tabela 6 mostram a distribuição anual das 270.327 unidades construídas pelas COHABs durante o período de janeiro de 1966 a 30 de junho de 1978 segundo ano de construção por Região da PNAD. Em geral, a produção de unidades nos últimos anos (1974-1978) tem sido menor do que foi nos anos 1968-71.

O gráfico e tabela 7 apresentam o número de unidades financiadas até junho de 1978, segundo situação quanto ao pagamento e por Região da PNAD. Destas, mais da metade (51,6%) estão com o pagamento em atraso, e com um atraso de mais de três meses, 16,4% delas.

Deve-se considerar ainda que de vez em quando as COHABs nos diferentes estados fazem uma recuperação de "conjuntos problemas" como ocorreu recentemente no Estado do Piauí, que "contou, de saída, com uma agressiva política de cobrança, convocando os mutuários em atraso para proceder a uma reformulação nos seus contratos, dentro de novas condições surgidas com a consolidação de sua dívida junto ao BNH. Para os casos dos inadimplentes que não atenderam à convocação, a companhia adotou os procedimentos judiciais necessários à retomada das casas" (BNH, 1978: p. 10). Por isso, os conjuntos do Piauí apresentaram altíssimas percentagens de mutuários em dia.

O gráfico indica o número total de domicílios em 1976 com rendimento mensal de até cinco salários mínimos, o número total com instalações inadequadas de água e esgoto ou construção rústica (domicílios "inadequados") e o número de unidades construídas pelas COHABs até 30 de junho

de 1978.<sup>(5)</sup> Até esta data, foi construída uma unidade para cada 34,3 domicílios particulares permanentes na faixa de até cinco salários mínimos em 1976 e uma unidade para cada 21,8 domicílios "inadequados" na mesma faixa de rendimento e no mesmo ano.

(5)

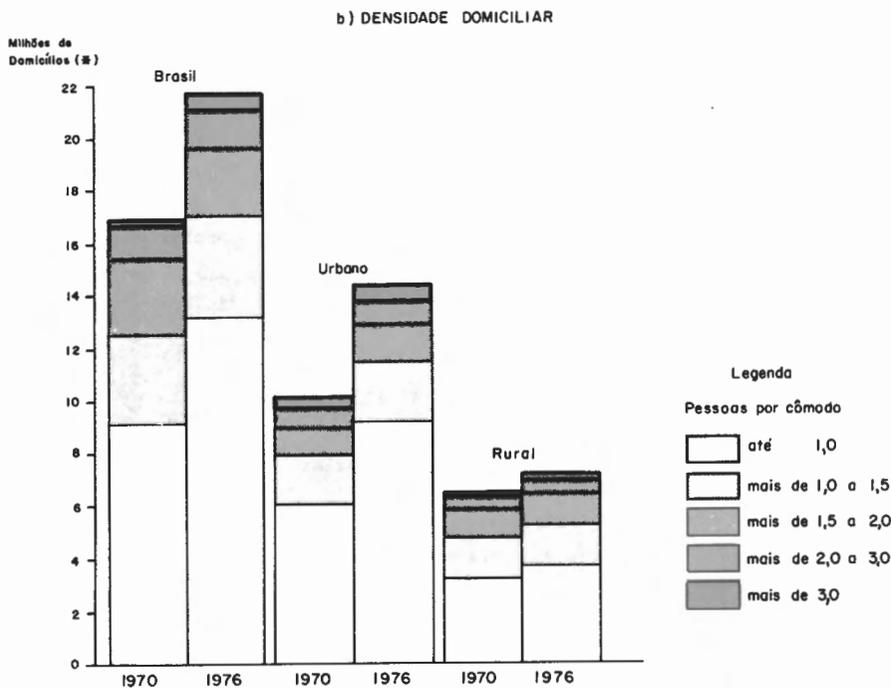
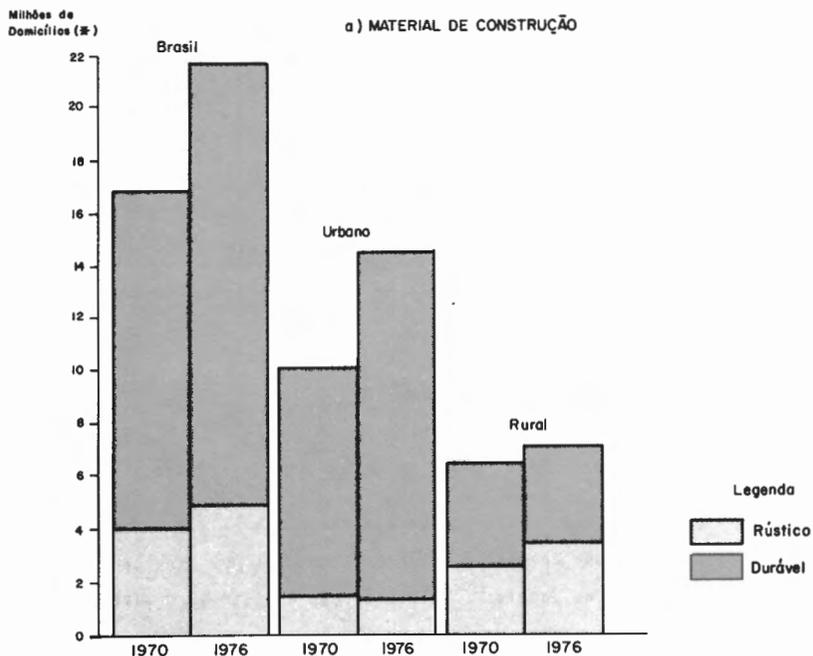
DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES URBANOS COM RENDIMENTO MENSAL DE ATÉ 5 SALÁRIO MÍNIMOS EM 1976 (ver Tabela 5)	TOTAL	PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS EXISTENTES POR UNIDADE CONSTRUÍDA PELAS COHABs ATÉ 30/6/78 <sup>(1)</sup>
TOTAL .....	9 266 795	34,3
Com instalação de água e esgoto inadequadas ou material de construção rústico .....	5 904 532	21,8

(1) O número de domicílios na primeira coluna dividido pelo número de unidades construídas pelas COHABs até 30/6/78 (270 327 unidades). (ver Tabela 6)

## BIBLIOGRAFIA

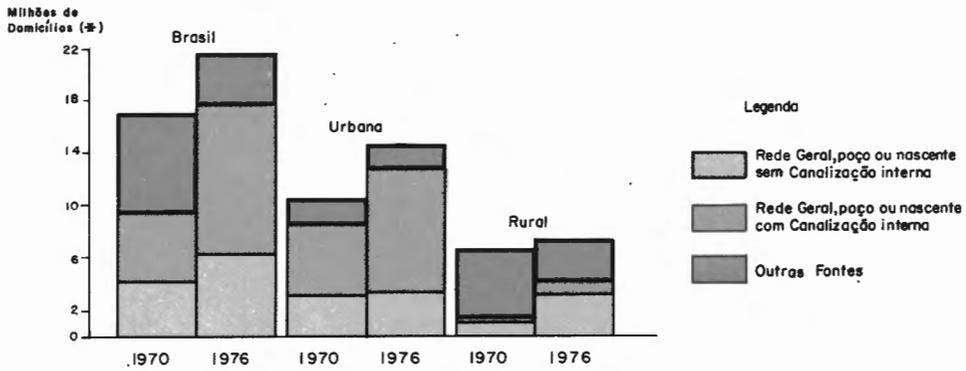
- BNH - 1978 - "O Desempenho da COHAB-Piauí", BNH em Resumo, nº 14, agosto.
- Beozzo de Lima, Maria Helena e Este, Maria das Graças Mangueira - 1978 - "Auto Construção na Baixada Fluminense", pesquisa que integra o projeto "Condições de Vida do Operariado Urbano na Região Metropolitana do Rio de Janeiro", em preparação - DEISO-SUEGE-IBGE, Rio de Janeiro.
- Bolaffi, Gabriel - 1977 - A Casa das Ilusões Perdidas: Aspectos Sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação, Caderno Cebrap 27, Brasiliense, São Paulo.
- DEISO - 1978 - As Condições de Vida da População de Baixa Renda na Região Metropolitana de Porto Alegre - SUEGE-IBGE, Rio de Janeiro.
- Lopes, Hêlio - 1978 - BNH Programas de Natureza Social - BNH, Rio de Janeiro.
- Rush, Barney - 1974 - From Favela to Conjunto: The Experience of Squatters Removed to Low-Cost Housing in Rio de Janeiro, Brazil, - Tese não publicada, Harvard College, Cambridge, Mass.
- Schorr, Alvin L. - 1966 - Slums and Social Insecurity. U.S. Government Printing Office, Washington, D.C.
- Sheldon, E.B. e Parke, R. - 1977 - "Social Indicators", manuscrito aceito para publicação na revista Science.
- Turner, John F.C. - 1972 - "Housing as a Verb", em Freedom to Build J. F. C. Turner e R. Fichter (eds.) Macmillan Company, New York.
- UNITED NATIONS - 1967 - Methods of Estimating Housing Needs. - Séries F. nº 12 - Nova York.
- Valladares, Lícia do Prado - 1978 - Passa-se Uma Casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. - Zahar, Rio de Janeiro.
- Velho, Gilberto - 1978 - A Utopia Urbana - Zahar, Rio de Janeiro.
- Vetter, David Michael, Massena, Rosa Maria Ramalho, Rodrigues, Elza Freire - 1978 - "Espaço, Valor da Terra e Equidade dos Investimentos em Infraestrutura Urbana: Uma Análise do Município do Rio de Janeiro" - Revista Brasileira de Geografia, 14(1/2) : 32-71, 1979.

# 1. DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR CONDIÇÕES HABITACIONAIS – Segundo Situação do Domicílio BRASIL - 1970 - 1976

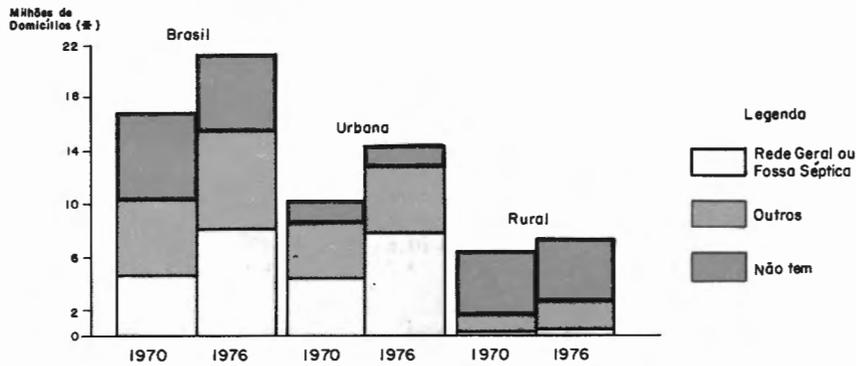


(\*) Exclusivo sem declaração

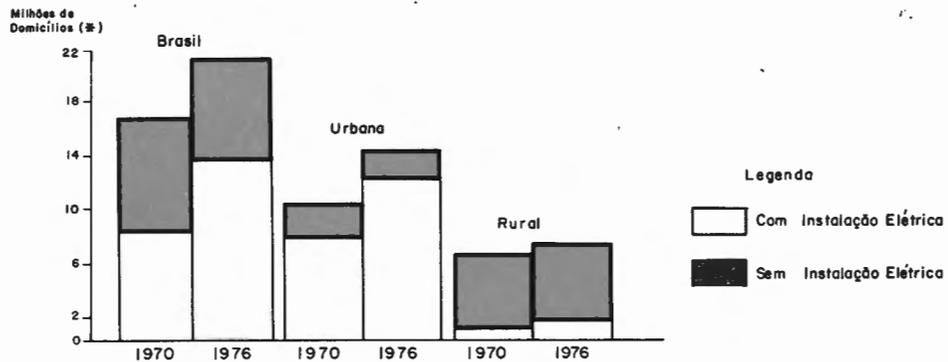
c) ABASTECIMENTO D'ÁGUA



d) INSTALAÇÃO SANITÁRIA



e) INSTALAÇÃO ELÉTRICA



(\*) Exclusive sem declaração

FONTE: Ver Tabela I

1 - DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES SEGUNDO CONDIÇÕES  
HABITACIONAIS E A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

BRASIL (1)

1970/1976

CONDIÇÕES HABITACIONAIS	1970	1976	AUMENTO 1970-1976	
			ABSOLUTO	%
TOTAL .....	16 837,2	21 789,8	4 952,6	29,4
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO				
Duráveis .....	12 708,1	16 876,2	4 168,1	32,8
Rústicos .....	4 129,1	4 913,6	784,5	19,0
DENSIDADE DOMICILIAR				
Até 1,0 Pessoa/cômodo .....	9 351,2	13 198,1	3 846,9	41,1
Mais de 1,0 .....	7 481,0	8 585,2	1 104,2	14,8
Mais de 1,0 a 1,5 .....	3 368,0	3 997,3	629,3	18,7
Mais de 1,5 a 2,0 .....	2 287,9	2 638,9	351,0	15,3
Mais de 2,0 a 3,0 .....	1 320,6	1 431,5	110,9	8,4
Mais de 3,0 .....	504,5	519,8	15,3	3,0
Sem declaração .....	5,0	6,5	1,5	30,0
ABASTECIMENTO D'ÁGUA				
Com canalização interna ...	5 837,1	10 844,8	5 007,6	85,8
Rede geral .....	4 814,2	9 274,3	4 460,0	92,6
Poço ou nascente .....	1 022,9	1 570,5	547,6	53,5
Sem canalização interna ...	4 088,9	6 180,2	2 091,3	51,1
Rede geral .....	957,4	1 352,2	394,9	41,2
Poço ou nascente .....	3 131,5	4 828,0	1 696,4	54,2
Outra forma .....	6 910,9	4 763,5	-2 147,3	-31,1
Sem declaração .....	0,3	1,3	1,0	336,4
INSTALAÇÃO SANITÁRIA				
Rede Geral .....	2 318,0	5 845,7	3 527,7	152,2
Fossa séptica .....	2 359,4	2 266,3	-93,0	-3,0
Outros .....	5 789,0	7 411,0	1 621,9	28,0
Não tem .....	6 370,4	6 266,5	-103,9	-1,6
Sem declaração .....	0,4	0,3	-0,1	-12,4
INSTALAÇÃO ELÉTRICA				
Com instalação elétrica ...	8 361,8	13 738,1	5 376,3	64,3
Sem instalação elétrica ...	8 475,4	8 051,7	-423,7	-5,0

282

1 - DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES SEGUNDO CONDIÇÕES  
HABITACIONAIS E A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

BRASIL (1)

1970/1976

CONDIÇÕES HABITACIONAIS	1970	1976	AUMENTO 1970-1976	
			ABSOLUTO	%
URBANA -----	10 276,3	14 531,1	4 254,7	41,4
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO				
Duráveis -----	8 779,5	13 085,0	4 305,4	49,0
Rústicos -----	1 496,8	1 446,1	-50,7	-3,4
DENSIDADE DOMICILIAR				
Até 1,0 Pessoa/cômodo ----	6 042,1	9 391,5	3 349,4	55,4
Mais de 1,0 -----	4 231,1	5 133,8	902,7	21,3
Mais de 1,0 a 1,5 -----	1 890,7	2 429,2	538,5	28,5
Mais de 1,5 a 2,0 -----	1 259,5	1 514,2	254,7	20,2
Mais de 2,0 a 3,0 -----	747,2	833,3	86,1	11,5
Mais de 3,0 -----	333,7	357,1	23,4	7,0
Sem declaração -----	3,1	5,9	2,8	90,3
ABASTECIMENTO D'ÁGUA				
Com canalização interna ---	5 409,5	9 852,6	4 443,0	82,1
Rede geral -----	4 703,4	9 012,7	4 309,2	91,6
Poço ou nascente -----	706,1	839,9	133,8	18,9
Sem canalização interna ---	2 608,5	3 072,4	463,9	17,8
Rede geral -----	889,2	1 240,8	351,6	39,5
Poço ou nascente -----	1 719,3	1 831,6	112,3	6,5
Outra forma -----	2 258,0	1 605,9	-652,2	-28,9
Sem declaração -----	0,2	0,2	0,0	5,5
INSTALAÇÃO SANITÁRIA				
Rede geral -----	2 290,6	5 731,0	3 440,4	150,2
Fossa séptica -----	2 248,7	2 046,4	-202,4	-9,0
Outros -----	4 253,8	5 087,8	834,0	19,6
Não tem -----	1 482,9	1 665,6	182,7	12,3
Sem declaração -----	0,3	0,3	0,0	18,2
INSTALAÇÃO ELÉTRICA				
Com instalação elétrica ---	7 768,7	12 342,4	4 573,6	58,9
Sem instalação elétrica ---	2 507,6	2 188,7	-318,9	-12,7

1 - DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES SEGUNDO CONDIÇÕES  
HABITACIONAIS E A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO  
BRASIL<sup>(1)</sup>  
1970/1976

CONDIÇÕES HABITACIONAIS	1970	1976	AUMENTO 1970-1976		Conclusão
			ABSOLUTO	%	
RURAL .....	6 560,9	7 258,7	697,9		10,6
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO					
Duráveis .....	3 928,5	3 791,2	-137,3		-3,5
Rústicos .....	2 632,4	3 467,5	835,2		31,7
DENSIDADE DOMICILIAR					
Até 1,0 Pessoa/cômodo .....	3 309,1	3 806,6	497,5		15,0
Mais de 1,0 .....	3 250,0	3 451,4	201,4		6,2
Mais de 1,0 a 1,5 .....	1 477,3	1 565,8	88,5		6,0
Mais de 1,5 a 2,0 .....	1 028,4	1 124,7	96,3		9,4
Mais de 2,0 a 3,0 .....	573,5	590,2	24,7		4,3
Mais de 3,0 .....	170,8	162,7	-8,1		-4,7
Sem declaração .....	1,8	0,6	-1,2		-66,7
ABASTECIMENTO D'ÁGUA					
Com canalização interna .....	427,6	992,2	564,6		132,0
Rede geral .....	110,8	261,6	150,8		136,1
Poço ou nascente .....	316,8	730,6	413,8		130,6
Sem canalização interna .....	1 480,3	3 107,8	1 627,5		109,9
Rede geral .....	68,2	111,5	43,3		63,4
Poço ou nascente .....	1 412,1	2 996,3	1 584,2		112,2
Outra forma .....	4 653,0	3 157,6	-1 495,3		-32,1
Sem declaração .....	0,0	1,1	1,1		1 137,8
INSTALAÇÃO SANITÁRIA					
Rede geral .....	27,5	114,8	87,3		318,2
Fossa séptica .....	110,7	219,9	109,3		98,8
Outros .....	1 535,2	2 323,1	788,0		51,3
Não tem .....	4 887,5	4 600,9	-286,7		-5,9
Sem declaração .....	0,1	-	-0,1		-100,0
INSTALAÇÃO ELÉTRICA					
Com instalação elétrica .....	593,0	1 395,7	802,7		135,4
Sem instalação elétrica .....	5 967,9	5 863,0	-104,8		-1,8

FONTE: Censo Demográfico 1970 e Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 e da PNAD 1976 - DEJ 50-1BGE

NOTA: (1) Exclusiva a área rural da Região VII da PNAD que compreende o Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Amapá, Mato Grosso e Goiás.

1a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES SEGUNDO  
CONDIÇÕES HABITACIONAIS E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

BRASIL

1970/1976

Continua

CONDIÇÕES HABITACIONAIS	1970	1976	AUMENTO 1970-1976
TOTAL -----	100,0	100,0	100,0
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO -----	100,0	100,0	100,0
Duráveis -----	75,5	77,4	84,2
Rústicos -----	24,5	22,6	15,8
DENSIDADE DOMICILIAR -----	100,0	100,0	100,0
Até 1,0 Pessoa/cômodo -----	55,5	60,6	77,7
Mais de 1,0 -----	44,5	39,4	22,3
Mais de 1,0 a 1,5 -----	20,0	18,3	12,7
Mais de 1,5 a 2,0 -----	13,7	12,1	7,1
Mais de 2,0 a 3,0 -----	7,8	6,6	2,2
Mais de 3,0 -----	3,0	2,4	0,3
Sem declaração do número de cômodos ..	0,0	0,0	0,0
ABASTECIMENTO D'ÁGUA -----	100,0	100,0	100,0
Com canalização interna -----	34,7	49,8	101,1
Rede geral -----	28,6	42,6	90,1
Poço ou nascente -----	6,1	7,2	11,0
Sem canalização interna -----	24,3	28,4	42,2
Rede geral -----	5,7	6,2	8,0
Poço ou nascente -----	18,6	22,2	34,2
Outra forma -----	41,0	21,8	-43,3
Sem declaração -----	0,0	0,0	0,0
INSTALAÇÃO SANITÁRIA -----	100,0	100,0	100,0
Rede geral -----	13,8	26,8	71,3
Fossa séptica -----	14,0	10,4	-1,9
Outros -----	34,4	34,0	32,7
Não tem -----	37,8	28,8	-2,1
Sem declaração -----	0,0	0,0	0,0
INSTALAÇÃO ELÉTRICA -----			
Com instalação elétrica -----	49,7	63,0	108,6
Sem instalação elétrica -----	50,3	37,0	-8,6
URBANA -----			
Material de construção -----	100,0	100,0	100,0
Duráveis -----	85,4	90,0	101,2
Rústicos -----	14,6	10,0	-1,2
DENSIDADE DOMICILIAR -----	100,0	100,0	100,0
Até 1,0 Pessoa/cômodo -----	58,8	64,6	78,7
Mais de 1,0 -----	41,2	35,3	21,2
Mais de 1,0 a 1,5 -----	18,4	16,7	12,7
Mais de 1,5 a 2,0 -----	12,3	10,4	6,0
Mais de 2,0 a 3,0 -----	7,3	5,7	2,0
Mais de 3,0 -----	3,2	2,5	0,5
Sem declaração do número de cômodos	0,0	0,1	0,1

1a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES SEGUNDO  
CONDIÇÕES HABITACIONAIS E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

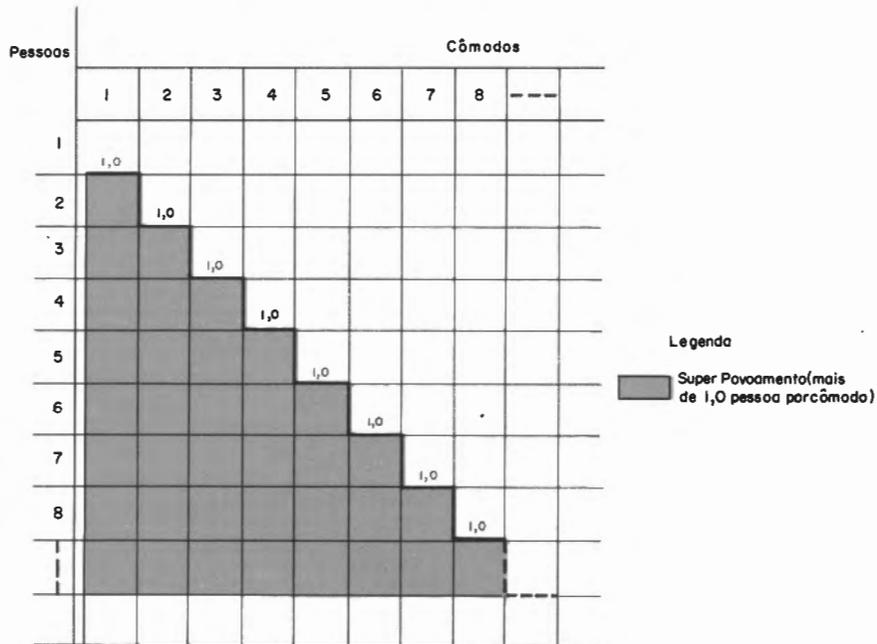
BRASIL

1970/1976

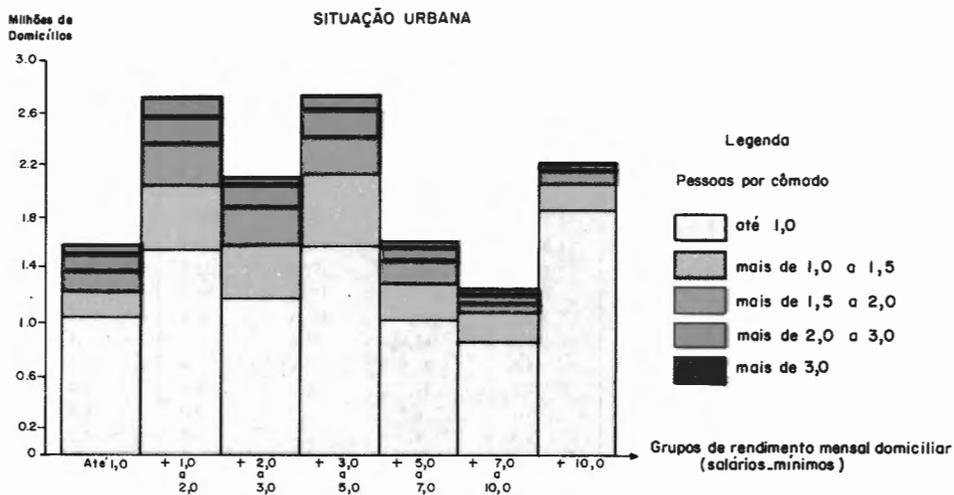
CONDIÇÕES HABITACIONAIS	Conclusão		
	1970	1976	AUMENTO 1970-1976
<b>ABASTECIMENTO D'ÁGUA</b>	100,0	100,0	100,0
Com canalização interna	52,6	67,8	104,4
Rede geral	45,8	62,0	101,3
Poço ou nascente	6,8	5,8	3,1
Sem canalização interna	25,4	21,1	10,9
Rede geral	8,7	8,5	8,3
Poço ou nascente	16,7	12,6	2,6
Outra forma	22,0	11,1	-15,3
Sem declaração	0,0	0,0	0,0
<b>INSTALAÇÃO SANITÁRIA</b>			
Rede geral	22,3	39,4	80,9
Fossa séptica	21,9	14,1	-4,8
Outros	41,4	35,0	19,6
Não tem	14,4	11,5	4,3
Sem declaração	0,0	0,0	0,0
<b>INSTALAÇÃO ELÉTRICA</b>			
Com instalação elétrica	75,6	84,9	107,5
Sem instalação elétrica	24,4	15,1	-7,5
<b>RURAL</b>			
<b>MATERIAL DE CONSTRUÇÃO</b>			
Duráveis	59,9	52,2	-19,7
Rústicos	40,1	47,8	119,7
<b>DENSIDADE DOMICILIAR</b>	100,0	100,0	100,0
Até 1,0 Pessoa/cômodo	50,5	52,4	71,3
Mais de 1,0	49,5	47,6	28,9
Mais de 1,0 a 1,5	22,5	21,7	12,7
Mais de 1,5 a 2,0	15,7	15,5	13,9
Mais de 2,0 a 3,0	8,7	8,2	3,5
Mais de 3,0	2,6	2,2	-1,2
Sem declaração do número de cômodos	0,0	0,0	-0,2
<b>ABASTECIMENTO D'ÁGUA</b>			
Com canalização interna	6,5	13,7	80,9
Rede geral	1,7	3,6	21,6
Poço ou nascente	4,8	10,1	59,3
Sem canalização interna	22,6	42,8	233,2
Rede geral	1,0	1,5	6,2
Poço ou nascente	21,6	41,3	227,0
Outra forma	70,9	43,5	-214,2
Sem declaração	0,0	0,0	0,1
<b>INSTALAÇÃO SANITÁRIA</b>			
Rede geral	0,4	1,6	12,5
Fossa séptica	1,7	3,0	15,7
Outros	23,4	32,0	112,9
Não tem	74,5	63,4	-41,1
Sem declaração	0,0	-	0,0
<b>INSTALAÇÃO ELÉTRICA</b>			
Com instalação elétrica	9,0	19,2	115,0
Sem instalação elétrica	91,0	80,8	-15,0

FONTES: Censo Demográfico 1970 e Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 e da PNAD  
1976 - DEISO - IBGE

## 2\_ SUPER POVOAMENTO DOMICILIAR



## 3\_ DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES - Por Grupos de Rendimento mensal do Domicílio Segundo Densidade Domiciliar BRASIL - 1976



FONTE : Ver Tabela 3

2 - NÚMERO TOTAL DE MORADORES SEGUNDO NÚMEROS DE QUARTOS E DE  
PESSOAS POR CÔMODO (CASOS HIPOTÉTICOS)

NÚMERO DE MORADORES POR CÔMODO <sup>2</sup>	NÚMERO DE QUARTOS NO DOMICÍLIO <sup>(1)</sup>			
	1 (4 CÔMODO)	2 (5 CÔMODO)	3 (6 CÔMODO)	4 (7 CÔMODO)
	PESSOAS			
1 pessoa por cômodo -----	4	5	6	7
2 pessoas por cômodo -----	8	10	12	14
3 pessoas por cômodo -----	12	15	18	21
4 pessoas por cômodo -----	16	20	24	28

FONTE: Tabulação Especial da PNAD 1976 - JE150-IBGE.

NOTAS: (1) O número de cômodos foi calculado considerando sempre a existência de uma sala, um banheiro e uma cozinha, em cada domicílio, além do número de quartos. Assim, um domicílio que tem um quarto terá, no total, 4 cômodos e um domicílio com 4 quartos, terá 7 cômodos.

(2) Mais de uma pessoa por cômodo é considerado superpovoamento.

3 - DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR DENSIDADE DOMICILIAR, SEGUNDA A SITUAÇÃO DO  
DOMICÍLIO E RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR

BRASIL<sup>(1)</sup>

1976

GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR (SALÁRIO-MÍNIMO)	TOTAL	NÚMERO DE PESSOAS POR CÔMODO					SEM DECLARAÇÃO DO NÚMERO DE CÔMODO	
		ATÉ 1,0	MAIS DE 1,0					
			TOTAL	MAIS DE 1,0 a 1,5	MAIS DE 1,5 a 2,0	MAIS DE 2,0 a 3,0		MAIS DE 3,0
TOTAL .....	21 789,8	13 198,1	8 585,2	3 995,0	2 638,9	1 431,5	519,8	6,5
Até 1 .....	4 115,0	2 521,2	1 593,2	680,3	539,3	273,9	99,7	0,6
Mais de 1 a 2 .....	5 239,7	2 788,7	2 450,5	1 067,7	762,8	456,3	163,7	0,5
Mais de 2 a 3 .....	3 061,9	1 605,4	1 455,1	637,6	459,8	257,0	100,7	1,4
Mais de 3 a 5 .....	3 502,3	1 995,3	1 505,9	728,0	445,2	239,1	93,6	1,1
Mais de 5 a 7 .....	1 936,1	1 219,9	715,5	374,0	203,0	104,4	34,1	0,7
Mais de 7 a 10 .....	1 384,1	969,4	414,3	230,3	113,6	56,0	14,4	0,4
Mais de 10 .....	2 400,9	2 000,6	399,2	255,8	99,7	33,1	10,6	1,1
Sem rendimento .....	47,7	37,7	10,0	5,0	2,9	1,3	0,8	0,0
Sem declaração .....	102,1	59,9	41,5	16,3	12,6	10,4	2,2	0,7
URBANA .....	14 531,2	9 391,5	5 133,8	2 429,2	1 514,2	833,3	357,1	5,9
Até 1 .....	1 633,5	1 084,5	548,4	228,4	173,2	99,5	47,3	0,6
Mais de 1 a 2 .....	2 783,2	1 554,3	1 228,6	510,2	375,0	233,3	110,1	0,3
Mais de 2 a 3 .....	2 094,0	1 175,2	917,4	397,2	286,5	161,8	71,9	1,4
Mais de 3 a 5 .....	2 756,3	1 636,6	1 118,6	545,8	323,8	173,5	75,5	1,1
Mais de 5 a 7 .....	1 663,9	1 084,2	579,0	306,5	164,0	81,5	27,0	0,7
Mais de 7 a 10 .....	1 248,8	889,9	358,7	198,9	98,0	48,4	13,4	0,2
Mais de 10 .....	2 247,9	1 898,1	348,7	226,6	84,0	28,5	9,6	1,1
Sem rendimentos .....	35,3	27,0	8,3	4,3	2,2	1,0	0,8	0,0
Sem declaração .....	68,3	41,7	26,1	11,3	7,5	5,8	1,5	0,5
RURAL .....	7 258,6	3 806,6	3 451,4	1 565,8	1 124,7	598,2	162,7	0,6
Até 1 .....	2 481,5	1 436,7	1 044,8	451,9	366,1	174,4	52,4	0,0
Mais de 1 a 2 .....	2 456,5	1 234,4	1 221,9	557,5	387,8	223,0	53,6	0,2
Mais de 2 a 3 .....	967,9	430,2	537,7	240,4	173,3	95,2	28,8	0,0
Mais de 3 a 5 .....	746,0	358,7	387,3	182,2	121,4	65,6	18,1	0,0
Mais de 5 a 7 .....	272,2	135,7	136,5	67,5	39,0	22,9	7,1	0,0
Mais de 7 a 10 .....	135,3	79,5	55,6	31,4	15,6	7,6	1,0	0,2
Mais de 10 .....	153,0	102,5	50,5	29,2	15,7	4,6	1,0	0,0
Sem rendimento .....	12,4	10,7	1,7	0,7	0,7	0,3	0,0	0,0
Sem declaração .....	33,8	18,2	15,4	5,0	5,1	4,6	0,7	0,2

FONTE: Tabulação Especial da PNAD 1976 - DE150-IBGE.

NOTA: (1) Exclusiva a área rural da Região VII da PNAD que compreende o Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Amapá, Mato Grosso e Goiás.

3a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR DENSIDADE DOMICILIAR,  
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR

BRASIL

1976

GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR (SALÁRIO-MÍNIMO)	TOTAL	NÚMERO DE PESSOAS POR CÔMODO						SEM DECLARAÇÃO DO NÚMERO DE CÔMODO
		ATE 1,0	MAIS DE 1,0					
			TOTAL	MAIS DE 1,0 a 1,5	MAIS DE 1,5 a 2,0	MAIS DE 2,0 a 3,0	MAIS DE 3,0	
TOTAL .....	100,0	60,6	39,4	18,3	12,1	6,6	2,4	0,0
Até 1 .....	100,0	61,3	38,7	16,5	13,1	6,7	2,4	0,0
Mais de 1 a 2 .....	100,0	53,2	46,8	20,4	14,6	8,7	3,1	0,0
Mais de 2 a 3 .....	100,0	52,5	47,5	20,8	15,0	8,4	3,3	0,0
Mais de 3 a 5 .....	100,0	57,0	43,0	20,8	12,7	6,8	2,7	0,0
Mais de 5 a 7 .....	100,0	63,0	37,0	19,3	10,5	5,4	1,8	0,0
Mais de 7 a 10 .....	100,0	70,1	29,9	16,6	8,2	4,1	1,0	0,0
Mais de 10 .....	100,0	83,3	16,7	10,7	4,2	1,4	0,4	0,0
Sem rendimento .....	100,0	79,0	21,0	10,5	6,0	2,8	1,7	0,0
Sem declaração .....	100,0	58,5	40,8	16,0	12,4	10,2	2,2	0,7
URBANA .....	100,0	64,7	35,3	16,7	10,4	5,7	2,5	0,0
Até 1 .....	100,0	66,4	33,6	14,0	10,6	6,1	2,9	0,0
Mais de 1 a 2 .....	100,0	55,8	44,2	18,3	13,5	8,4	4,0	0,0
Mais de 2 a 3 .....	100,0	56,1	43,8	19,0	13,7	7,7	3,4	0,1
Mais de 3 a 5 .....	100,0	59,4	40,6	19,8	11,8	6,3	2,7	0,0
Mais de 5 a 7 .....	100,0	65,2	34,8	18,4	9,9	4,9	1,6	0,0
Mais de 7 a 10 .....	100,0	71,2	28,8	15,9	7,9	3,9	1,1	0,0
Mais de 10 .....	100,0	84,4	15,5	10,1	3,7	1,3	0,4	0,1
Sem rendimento .....	100,0	76,3	23,7	12,3	6,2	2,9	2,3	0,0
Sem declaração .....	100,0	61,0	38,3	16,6	11,0	8,5	2,2	0,7
RURAL .....	100,0	52,5	47,5	21,6	15,5	8,2	2,2	0,0
Até 1 .....	100,0	57,9	42,1	18,2	14,8	7,0	2,1	0,0
Mais de 1 a 2 .....	100,0	50,2	49,8	22,7	15,8	9,1	2,2	0,0
Mais de 2 a 3 .....	100,0	44,5	55,5	24,8	17,9	9,8	3,0	0,0
Mais de 3 a 5 .....	100,0	48,1	51,9	24,4	16,3	8,8	2,4	0,0
Mais de 5 a 7 .....	100,0	49,9	50,1	24,8	14,3	8,4	2,6	0,0
Mais de 7 a 10 .....	100,0	58,7	41,1	23,2	11,5	5,7	0,7	0,2
Mais de 10 .....	100,0	67,0	33,0	19,1	10,2	3,0	0,7	0,0
Sem rendimento .....	100,0	86,5	13,5	5,5	5,4	2,6	0,0	0,0
Sem declaração .....	100,0	53,8	45,5	14,8	15,1	13,5	2,1	0,7

FONTE: Tabulação Especial da PNAD 1976 DEISO-IBGE.

4 - DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NA ÁREA URBANA, POR EXISTÊNCIA DE CINCO CONDIÇÕES HABITACIONAIS ADEQUADAS (1) SEGUNDO GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR

BRASIL

1976

Em 1 000 domicílios

GRUPO DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR (SALÁRIO MÍNIMO)	TOTAL	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NA ÁREA URBANA						SEM DECLARAÇÃO
		NÚMERO DAS CINCO CONDIÇÕES HABITACIONAIS EXISTENTES						
		COM TODAS AS 5 CONDIÇÕES	COM APENAS 4 DAS CONDIÇÕES	COM APENAS 3 DAS CONDIÇÕES	COM APENAS 2 DAS CONDIÇÕES	COM 1 DAS CONDIÇÕES	NÃO POSSUEM NENHUMA DAS CONDIÇÕES	
TOTAL .....	14 531,1	5 764,2	3 090,2	2 121,2	1 876,6	1 130,2	542,0	6,7
Até 1 .....	1 633,5	222,7	180,3	308,6	363,5	368,3	189,3	0,8
Mais de 1 a 2 .....	2 783,2	555,9	469,2	549,2	578,6	410,7	218,6	1,0
Mais de 2 a 3 .....	2 093,8	606,6	465,8	400,6	374,1	167,2	78,2	1,3
Mais de 3 a 5 .....	2 756,3	1 070,2	725,5	443,5	351,9	123,5	40,6	1,1
Mais de 5 a 7 .....	1 663,9	826,9	463,7	210,8	118,9	33,0	9,9	0,7
Mais de 7 a 10 .....	1 249,0	733,7	344,8	103,0	53,8	10,2	3,1	0,4
Mais de 10 .....	2 247,8	1 705,1	421,5	92,6	22,1	5,5	-	1,0
Sem rendimento .....	35,3	10,9	4,4	3,3	7,1	8,7	0,9	-
Sem declaração .....	68,3	32,2	15,0	9,6	6,6	3,1	1,4	0,4

FONTE: Tabela Especial da PNAD 1976 - DEISO - IBGE

NOTA: (1) Condições habitacionais adequadas: Abastecimento d'água: Rede geral, poço ou nascente com canalização interna; Instalação sanitária: Rede geral ou fossa séptica; Densidade residencial: até 1,0 pessoa por cômodo; Tipo de construção: Durável; Com eletricidade.

4a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NA ÁREA URBANA, POR EXISTÊNCIA DE CINCO CONDIÇÕES HABITACIONAIS ADEQUADAS SEGUNDO GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR

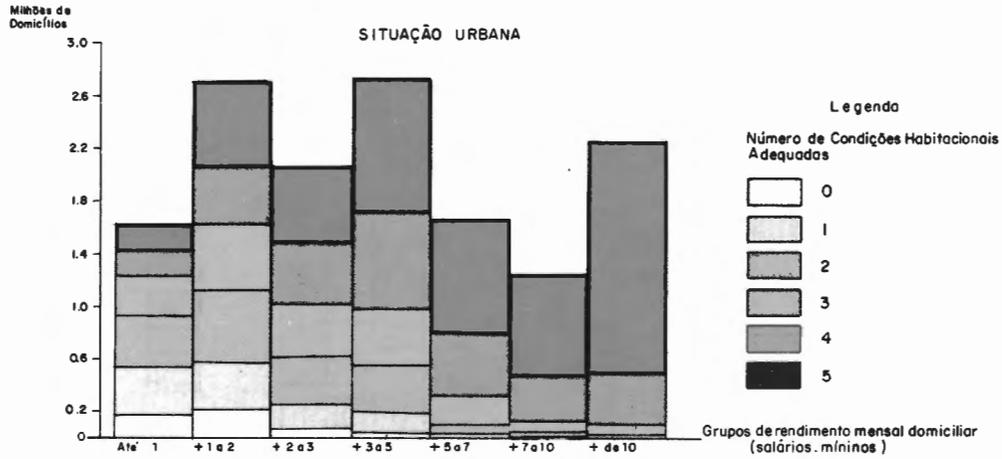
BRASIL

1976

GRUPO DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR (SALÁRIO MÍNIMO)	TOTAL	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NA ÁREA URBANA						SEM DECLARAÇÃO
		NÚMERO DAS CINCO CONDIÇÕES HABITACIONAIS EXISTENTES						
		COM TODAS AS 5 CONDIÇÕES	COM APENAS 4 DAS CONDIÇÕES	COM APENAS 3 DAS CONDIÇÕES	COM APENAS 2 DAS CONDIÇÕES	COM 1 DAS CONDIÇÕES	NÃO POSSUEM NENHUMA DAS CONDIÇÕES	
TOTAL .....	100,0	39,7	21,3	14,6	12,9	7,8	3,7	0,0
Até 1 .....	100,0	13,6	11,0	18,9	22,2	22,6	11,6	0,1
Mais de 1 a 2 .....	100,0	20,0	16,9	19,7	20,8	14,8	7,8	0,0
Mais de 2 a 3 .....	100,0	29,0	22,2	19,1	17,9	8,0	3,7	0,1
Mais de 3 a 5 .....	100,0	38,8	26,3	16,1	12,8	4,5	1,5	0,0
Mais de 5 a 7 .....	100,0	49,7	27,9	12,7	7,1	2,0	0,6	0,0
Mais de 7 a 10 .....	100,0	58,7	27,6	8,3	4,3	0,8	0,3	0,0
Mais de 10 .....	100,0	75,9	18,8	4,1	1,0	0,2	-	0,0
Sem rendimento .....	100,0	31,1	12,5	9,1	20,1	24,6	2,6	-
Sem declaração .....	100,0	47,1	22,0	14,0	9,7	4,5	2,1	0,6

FONTE: Tabela Especial da PNAD 1976 - DEISO - IBGE

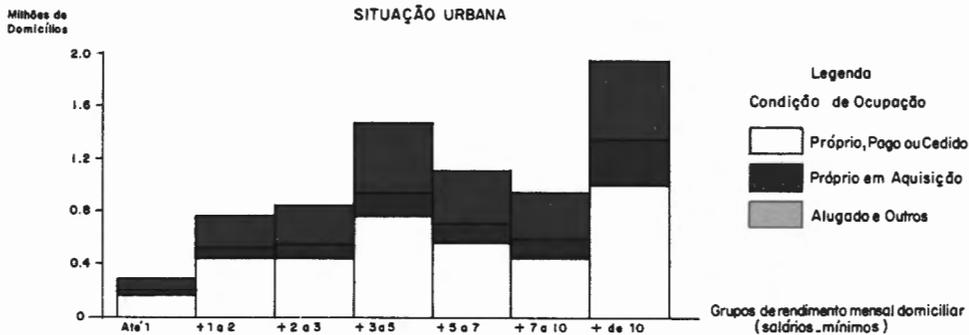
**4. DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, Segundo a Existência de Condições Habitacionais Adequadas e grupos de Rendimento Mensal Domiciliar. BRASIL - 1976**



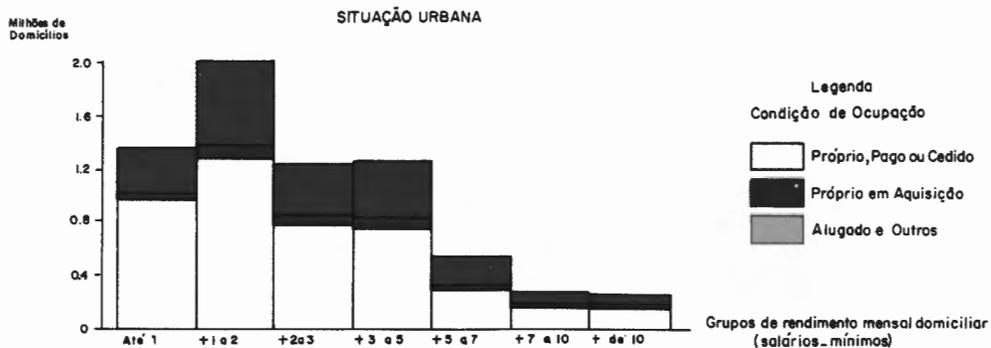
FONTE: Ver Tabela 4

**5. DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, Segundo Condição de Ocupação Adequação das Instalações de Água e Esgoto, Material de Construção e Classe de Rendimento Mensal Domiciliar BRASIL - 1976**

a) Com Instalações Adequadas de Água e Esgoto e Material de Construção Durável

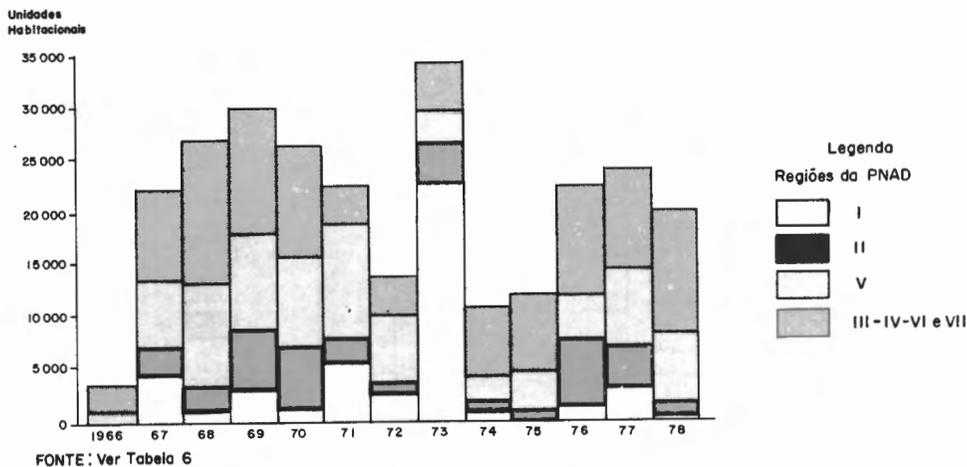


b) Com Instalações Inadequadas de Água ou Esgoto e Material de Construção Rústico

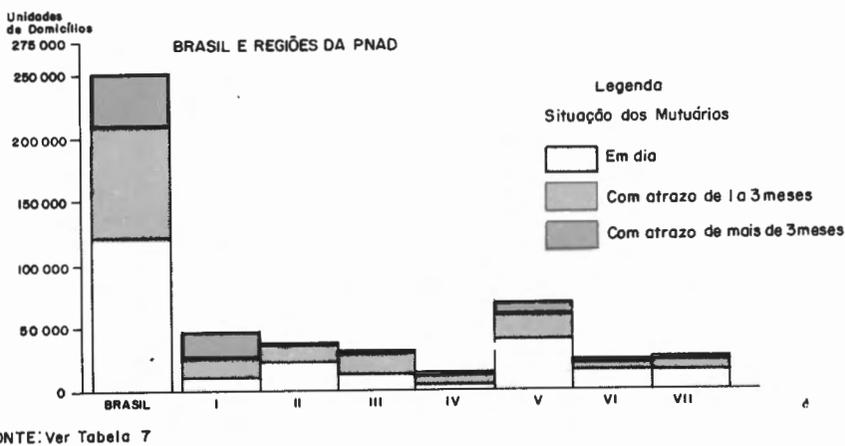


FONTE: Ver Tabela 5

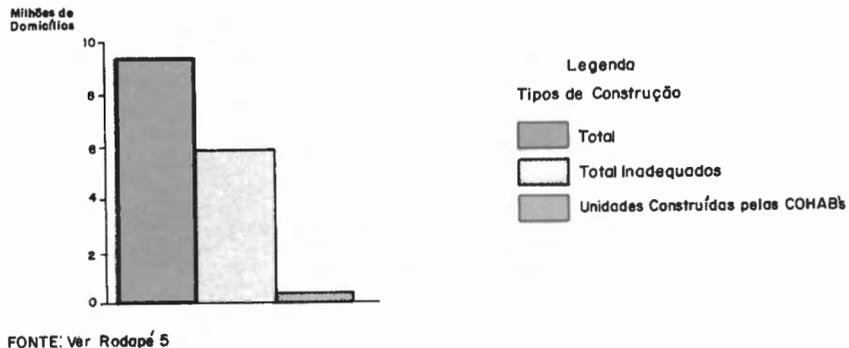
## 6. NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS CONSTRUÍDAS PELAS COHAB's \_1966-1978



## 7. NÚMERO DE UNIDADES FINANCIADAS E OCUPADAS PELAS COHAB's Segundo a Situação dos Mutuários Quanto ao Pagamento



## 8. DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES E DOMICÍLIOS INADEQUADOS URBANOS Na Faixa até 5 Salários-Mínimos em 1976 por Unidade Construída pelas COHAB's até 30/6/78



5 - DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NA ÁREA URBANA, POR GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR SEGUNDO A CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO E ADEQUAÇÃO OU INADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO E TIPO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

BRASIL

1976

Em 1.000 domicílios

ADEQUAÇÃO OU INADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO E TIPO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR (salário-mínimo)									
	TOTAL	ATÉ 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 3	MAIS DE 3 a 5	MAIS DE 5 a 7	MAIS DE 7 a 10	MAIS DE 10	SEM RENDIMENTO	SEM DECLARAÇÃO
TOTAL .....	14 531,1	1 633,5	2 783,2	2 093,8	2 756,3	1 663,9	1 249,0	2 247,8	35,3	68,3
Instalações Adequadas de água e esgoto (1) e material de construção durável .....	7 442,6	277,2	762,1	839,2	1 479,6	1 114,3	957,5	1 958,5	12,2	42,0
Próprio, pago ou cedido .....	3 941,5	177,6	442,6	453,7	784,2	568,3	474,2	1 006,8	8,4	25,7
Próprio em aquisição .....	995,5	18,8	64,7	98,0	173,8	149,1	139,8	347,7	0,8	2,8
Alugado .....	2 473,7	77,3	249,0	284,0	514,5	391,3	340,7	600,6	2,8	13,5
Outros .....	31,9	3,5	5,8	3,5	7,1	5,6	2,8	3,4	0,2	0,0
Instalações Inadequadas de água e esgoto ou material de construção rústico (2) .....	7 080,0	1 355,7	2 020,1	1 253,1	1 275,6	548,7	290,8	286,6	23,1	26,3
Próprio, pago ou cedido .....	4 511,3	970,5	1 291,5	781,9	753,8	330,9	176,3	171,3	18,1	17,0
Próprio em aquisição .....	405,4	38,4	92,5	74,8	96,1	47,9	26,7	26,0	0,7	2,3
Alugado .....	2 103,6	332,1	618,0	385,0	416,8	167,5	86,0	88,3	3,6	6,3
Outros .....	59,7	14,7	18,1	11,4	8,9	2,4	1,8	1,0	0,7	0,7
SEM DECLARAÇÃO .....	8,5	0,6	1,0	1,5	1,1	0,9	0,7	2,7	-	-

FONTE: Tabulação Especial da PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

- NOTA: (1) Domicílios com abastecimento d'água feito por rede geral, poço ou nascente com canalização interna e instalação sanitária de rede geral ou fossa séptica.  
 (2) Domicílios com instalações inadequadas de água e esgoto com material de construção durável ou rústico, e/ou com instalações adequadas de água e esgoto com material de construção rústico.

5a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NA ÁREA URBANA, POR GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR SEGUNDO A CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO E ADEQUAÇÃO OU INADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO E TIPO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

BRASIL

1976

ADEQUAÇÃO E INADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO, TIPO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR (salário-mínimo)									
	TOTAL	ATÉ 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 3	MAIS DE 3 a 5	MAIS DE 5 a 7	MAIS DE 7 a 10	MAIS DE 10	SEM RENDIMENTO	SEM DECLARAÇÃO
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Instalações adequadas de água e esgoto e material de construção durável .....	51,2	17,0	27,4	40,1	53,7	67,0	76,7	87,1	34,6	61,5
Próprio, pago ou cedido .....	27,1	10,9	15,9	21,7	28,5	34,2	38,0	44,8	23,8	37,6
Próprio em aquisição .....	6,9	1,2	2,3	4,7	6,3	9,0	11,2	15,5	2,3	4,1
Alugado .....	17,0	4,7	9,0	13,6	18,7	23,5	27,3	26,7	7,9	19,8
Outros .....	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,3	0,2	0,1	0,6	0,0
Instalações inadequadas de água e esgoto ou material de construção rústico .....	48,7	83,0	72,6	59,8	46,3	33,0	23,3	12,8	65,4	38,5
Próprio, pago ou cedido .....	31,0	59,4	46,4	37,3	27,4	19,9	14,1	7,6	51,2	24,9
Próprio em aquisição .....	2,8	2,4	3,3	3,6	3,5	2,9	2,1	1,2	2,0	3,4
Alugado .....	14,5	20,3	22,2	18,4	15,1	10,1	6,9	3,9	10,2	9,2
Outros .....	0,4	0,9	0,7	0,5	0,3	0,1	0,2	0,1	2,0	1,0
Sem declaração .....	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	-	-

FONTE: Tabulação Especial da PNAD 1976 - DEISO - IBGE

6 - NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS CONSTRUÍDAS PELAS COHAB'S SEGUNDO AS REGIÕES DA PNAD (1)

BRASIL  
1966-1978

PERÍODOS	BRASIL	REGIÃO I	REGIÃO II	REGIÃO III	REGIÃO IV	REGIÃO V	REGIÃO VI	REGIÃO VII
TOTAL (2)	270 327	46 544	38 308	32 334	17 498	78 179	30 831	26 633
1966	3 200	-	-	-	-	904	2 296	-
1967	21 967	4 490	2 725	4 845	2 071	6 109	-	1 727
1968	26 630	1 113	2 399	5 236	1 179	9 644	2 360	4 699
1969	29 857	3 190	5 894	2 778	2 405	9 045	1 272	5 273
1970	26 373	1 177	6 014	2 525	2 736	8 389	3 512	2 020
1971	24 218	5 600	2 416	2 771	1 169	10 754	-	1 508
1972	13 761	2 548	1 158	2 051	1 124	6 575	-	305
1973	34 177	22 760	3 766	1 017	1 045	3 246	-	2 343
1974	10 836	960	855	448	6	2 046	5 301	1 220
1975	12 431	-	1 000	1 184	1 256	3 711	4 586	694
1976	22 752	1 297	6 573	3 330	1 131	4 088	3 590	2 743
1977	24 011	3 151	4 050	2 867	3 076	7 247	1 197	2 423
1978 (até 30/06)	20 114	258	1 458	3 282	300	6 421	6 717	1 678

FONTE: Carteira de Operações de Natureza Social - Assessoria de Estudos e Planejamento - Grupo Executivo de Estatística e Informações GEEI-BNH

NOTA: (1) Região I - Estado do Rio de Janeiro; Região II - Estado de São Paulo; Região III - Região Sul; Região IV - Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; Região V - Região Nordeste; Região VI - Distrito Federal; Região VII - Região Norte e Estados do Mato Grosso e Goiás.

(2) Os primeiros projetos foram concluídos a partir de 1966. Não estão incluídas 2 911 ampliações e/ou melhorias, 4 516 unidades de aluguel e 78 habitações compradas à vista pelo Exército. Havendo portanto 277 832 Habitações Construídas.

6a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS UNIDADES HABITACIONAIS CONSTRUÍDAS PELAS COHAB'S SEGUNDO AS REGIÕES DA PNAD

BRASIL  
1966-1978

PERÍODOS	BRASIL	REGIÃO I	REGIÃO II	REGIÃO III	REGIÃO IV	REGIÃO V	REGIÃO VI	REGIÃO VII
TOTAL	100,0	17,2	14,2	12,0	6,5	28,9	11,4	9,8
1966	100,0	-	-	-	-	28,2	71,8	-
1967	100,0	20,4	12,4	22,1	9,4	27,8	-	7,9
1968	100,0	4,2	9,0	19,7	4,4	36,2	8,9	17,6
1969	100,0	10,7	19,7	9,3	8,0	30,3	4,3	17,7
1970	100,0	4,5	22,8	9,6	10,4	31,8	13,3	7,6
1971	100,0	23,1	10,0	11,5	4,8	44,4	-	6,2
1972	100,0	18,5	8,4	14,9	8,2	47,8	-	2,2
1973	100,0	66,6	11,0	3,0	3,0	9,5	-	6,9
1974	100,0	8,8	7,9	4,1	0,1	18,9	48,9	11,3
1975	100,0	-	8,0	9,5	10,1	29,9	36,9	5,6
1976	100,0	5,7	28,9	14,6	5,0	18,0	15,8	12,0
1977	100,0	13,1	16,9	11,9	12,8	30,2	5,0	10,1
1978 (até 30/06)	100,0	1,3	7,3	16,3	1,5	31,9	33,4	8,3

FONTE: Carteira de Operações de Natureza Social - Assessoria de Estudos e Planejamento - Grupo Executivo de Estatística e Informações- GEEI-BNH

7 - NÚMERO DE UNIDADES FINANCIADAS E OCUPADAS PELAS COHAB'S ATÉ 30/6/78, POR SITUAÇÃO DOS MUTUÁRIOS QUANTO AO PAGAMENTO SEGUNDO AS REGIÕES DA PNAD (1)

BRASIL

REGIÕES DA PNAD	TOTAL	COM PRESTAÇÃO EM DIA	COM PRESTAÇÃO EM ATRASO (MESES DE INADIMPLÊNCIA)		
			TOTAL	1 a 3 MESES	MAIS DE 6 MESES
BRASIL .....	250 107	121 178	128 929	87 953	40 976
Região I .....	46 157	10 728	35 429	14 869	20 560
Região II .....	37 602	20 325	17 277	15 124	2 153
Região III .....	31 186	13 490	17 696	15 388	2 308
Região IV .....	16 758	3 523	13 235	12 308	927
Região V .....	69 592	41 327	28 265	17 905	10 360
Região VI .....	24 114	15 925	8 189	5 647	2 542
Região VII .....	24 698	15 860	8 838	6 712	2 126

FONTE: Carteira de Operações de Natureza Social - Assessoria de Estudos e Planejamento - Grupo Executivo de Estatísticas e Informações - BNH.

NOTA: (1) Região I - Estado do Rio de Janeiro; Região II - Estado de São Paulo; Região III - Região Sul; Região IV - Estados Minas Gerais e Espírito Santo; Região V - Região Nordeste; Região VI - Distrito Federal; Região VII - Região Norte e Estados do Mato Grosso e Goiás.

7a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS UNIDADES FINANCIADAS E OCUPADAS PELAS COHAB'S EM 30/6/78, POR SITUAÇÃO DOS MUTUÁRIOS QUANTO AO PAGAMENTO SEGUNDO AS REGIÕES DA PNAD

BRASIL

REGIÕES DA PNAD	TOTAL	COM PRESTAÇÃO EM DIA	COM PRESTAÇÃO EM ATRASO (MESES DE INADIMPLÊNCIA)		
			TOTAL	1 a 3 MESES	MAIS DE 3 MESES
BRASIL .....	100,0	48,4	51,6	35,2	16,4
Região I .....	100,0	23,2	76,8	32,2	44,6
Região II .....	100,0	54,0	46,0	40,2	5,8
Região III .....	100,0	43,3	56,7	49,3	7,4
Região IV .....	100,0	21,0	79,0	73,5	5,5
Região V .....	100,0	59,4	40,6	25,7	14,9
Região VI .....	100,0	66,0	34,0	23,4	10,6
Região VII .....	100,0	64,2	35,8	27,2	8,6

FONTE: Carteira de Operação de Natureza Social - Assessoria de Estudos e Planejamento - Grupo Executivo de Estatística e Informações - BNH.

**EDUCAÇÃO**

## VII - EDUCAÇÃO

Sobre a importância de indicadores relativos à educação na configuração da situação social do país, parece não haver qualquer dúvida. De fato, a educação não é apenas um serviço colocado à disposição de uma população. Em seu sentido mais profundo, ela é, simultaneamente e por excelência, um dos mecanismos através dos quais, se distribuem as possibilidades de acesso às posições e aos status. Assim, à maior escolaridade observa-se tendência à maior probabilidade de se vir a ocupar posições mais elevadas, às quais correspondem não só condições mais favoráveis de trabalho — menos manual e árduo — como também maior remuneração e prestígio mais alto. A educação se situa, portanto, no ponto central de qualquer análise de estrutura social e de suas transformações.

Desse modo, considera-se inicialmente a influência exercida por diferentes fatores sócio-econômicos nas oportunidades escolares, para, em seguida e adotando uma perspectiva semelhante à própria hierarquização social das diferentes formas de ensino, passar ao exame do ensino formal, em seus diferentes níveis, visto ser esse o ensino sem o qual estão barradas muitas oportunidades no mercado de trabalho. Após a análise de alguns de seus problemas, se empreende a apresentação das demais oportunidades de escolaridade disponíveis no sistema de ensino: as existentes no ensino supletivo e as proporcionadas pelo sistema de preparação de mão-de-obra, ambas as formas permitindo recuperação de oportunidades anteriores não gozadas por todo um contingente de indivíduos que, por meio delas, visa à equivalência de uma educação geral, ou à maior qualificação profissional, para melhor viabilizar suas condições de vida.

### VII.1 - ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL

Esta parte procura delinear três aspectos da situação educacional.

Primeiramente, sob um ângulo de evolução ou involução de acesso às oportunidades educacionais, são considerados índices de alfabetização no país, no período 1940-76, para concluir-se que, apesar do acentuado processo de melhoria observado, as taxas de analfabetismo ainda são relativamente elevadas. Sob o mesmo prisma de consideração, procura-se analisar o paradoxo ocorrido entre 1970-76 no que se refere à expansão de oportunidades de escolarização para certos grupos etários favorecidos pela reforma de ensino de 1º grau, mas que em contrapartida restringiu as oportunidades de ensino para outros estratos da população.

Em segundo lugar, desenvolve-se uma avaliação do "estoque de instrução" do país, procurando-se delinear, sob o restrito ângulo da escolaridade alcançada pelas pessoas ocupadas na força de trabalho, como os recursos humanos se distribuem nos diversos setores de atividade econômica.

Finalmente, em uma terceira parte, tenta-se dimensionar como fatores sócio-econômicos extra-escolares condicionam as oportunidades educacionais da população infantil (por exemplo, a partir do rendimento familiar) e também os próprios efeitos dos benefícios educacionais (como, por exemplo, os salários de homens e mulheres instruídos).

#### VII.1.1 - SITUAÇÃO DO ANALFABETISMO NA POPULAÇÃO DE 10 A 70 ANOS, NO PERÍODO DE 1940 a 1976

A análise das curvas de analfabetismo, nos últimos 36 anos, permite identificar certos padrões no comportamento empírico deste fenômeno. Com efeito, o gráfico 1 mostra, paralelamente à evolução geral nos índices de alfabetização, a ocorrência de diversos pontos de estrangu

lamento no processo de superação do analfabetismo.

As curvas delineadas pelo Censo-1960 e pela PNAD-1976 no gráfico 1 e na tabela 1 mostram-se como os períodos mais favoráveis de evolução, refletindo pois o impacto mais imediato de políticas nacionais de alfabetização, representadas nos anos 50 pela Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (Chaves, 1972: pp. 161-66) e no septênio 1970/76 pelo MOBREAL. As tendências gerais de evolução, mesmo nos decênios 1940/50 e 1960/70, denotam contudo que ocorre historicamente um padrão de melhoria nos índices de alfabetização, decorrente provavelmente não só da expansão dos programas de alfabetização, mas das próprias modificações macrossociais da urbanização e do crescimento econômico.

Assim, retrospectivamente considerada, a evolução da alfabetização no país mostra-se constante ao longo do período 1940/76. Tais padrões de evolução, porém, não parecem dar bases empíricas sólidas às expectativas de ver reduzido a 10% o índice de analfabetismo, ao final desta década. Com efeito, além dos índices de analfabetismo continuarem entre 21% e 37% nos grupos etários de 30 a 60 anos, é observável que está longe de ser estancada a fonte do analfabetismo nos grupos etários mais jovens (a PNAD/76 revelava cerca de 70% de analfabetos entre as crianças de 5 a 9 anos, e 18,4% de não-alfabetizados entre adolescentes de 10 a 14 anos). De fato, mesmo na faixa etária empiricamente a mais alfabetizada, a de 15 a 19 anos, a taxa de analfabetos era ainda de 13,7%. À luz destes dados e da inflexão negativa verificada no processo de expansão de matrículas de alunos alfabetizados pelo MOBREAL desde o biênio 1975/76 (IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1977: p. 251), não parece viável prever-se melhoria acentuada na situação de alfabetização, inclusive pela rarefação das pessoas ainda analfabetas em áreas mais subdesenvolvidas e pela ocorrência natural de retrocesso à condição de analfabetos por parte de pessoas alfabetizadas através de programas intensivos (Senado Federal, CPI do MOBREAL, tomo II, pp. 579-80).

Complementarmente a esta visão retrospectiva e prospectiva da situação de alfabetização, certos aspectos merecem ser destacados. Verifica-se que a idade, constitucionalmente definida como de escolarização compulsória - 7 a 14 anos - não garantia em 1976 sequer o requisito mínimo da instrução, isto é, "o saber ler e escrever", a 47% das 8 162 mil crianças de 7 a 9 anos e nem a 18% dos 13 748 mil adolescentes de 10 a 14 anos. Em termos de política de erradicação do analfabetismo, tal fato implicava em não estancar-se na fonte o processo de geração de futuros clientes dos programas de alfabetização. Concomitantemente, o índice mais elevado de alfabetização ocorrendo na faixa etária de 15 a 19 anos parece caracterizar de um lado a ocorrência de acentuado retardo etário no processo de escolarização, e de outro lado o fenômeno de ser a alfabetização um imperativo mais da vida economicamente ativa, do que um pré-requisito sócio-cultural em si, para pessoas menores de 15 anos.

#### VII.1.2 - POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL E ESCOLARIZADA EM 1976

O estudo das relações entre a população escolarizável e a escolarizada apresenta importantes subsídios à análise de indicadores sociais. De um lado, há o dispositivo constitucional tornando compulsória a escolarização para as pessoas de 7 aos 14 anos, bem como há o propósito de universalizar-se progressivamente o ensino de 1º grau, atingindo em 1979, 90% da população nesta faixa etária.

De outro lado, há uma realidade empírica que aponta a existência, em fins de 1976, de um terço desta população, constitucionalmente sob escolarização obrigatória, ainda desassistida pelo sistema de ensino. E, em termos ainda mais graves, esta população infantil sem escola

crescera no septênio 1970/76.

Com efeito, no período 1970/76 ocorre no país um processo cumulativo de demanda escolar. Além da natural demanda por matrícula da população que atinge 7 anos de idade, há o elevado represamento de matrículas da população maior de 7 anos, que a rede escolar de 1º grau não vem absorvendo na época devida. Em acréscimo à demanda da população ainda por escolarizar ao nível elementar, a lei da reforma do ensino de 1º grau (Lei nº 5 692/71), ao definir a política de ampliação da escolaridade compulsória às oito séries elementares, multiplicou a clientela a ser atendida por esta rede de ensino.

Na prática, a extensão do atendimento escolar obrigatório ao grupo etário de 10-14 anos gerou em contrapartida a diminuição da capacidade de a rede escolar absorver a clientela de 7-9 anos de idade. Outro fator concorrente tem sido a ampliação da iniciativa escolar do Poder Público no ensino de 2º grau, anteriormente área atendida sobretudo pela iniciativa particular.

Assim, o inadequado dimensionamento da política de extensão da escolaridade obrigatória – sobretudo para arcar com os custos bem maiores das últimas séries do 1º grau e do 2º grau (ECIEL, 1978), – limitou a absorção da população escolarizável de 7-9 anos. No próprio Estado de São Paulo, o Boletim de Análise Sócio-Econômica (BASE, vol. 1: p. 105) retrata em 1976 a diminuição nos índices de matrícula nas quatro primeiras séries do ensino elementar. Igualmente, no Estado do Rio de Janeiro, o Plano Estadual 76/79, (SEC-RJ, Planec 76/79: p. 40) constatava em 1975 a ocorrência de um processo de deterioração de oportunidades de matrículas para a faixa etária de 7 a 9 anos.

Tal fenômeno de decréscimo nas taxas de escolarização da população de 7-9 anos constituiu-se de fato nos dados de maior impacto, identificados na tabela 2 e no gráfico 2, pela PNAD/76.

O país apresentava assim em fins de 1976 mais de 7 milhões de crianças de 7-14 anos sem acesso à escolarização, em contraste a 5,9 milhões de não-escolarizados em 1970. As Regiões da PNAD, correspondentes aos estados sulinos, ao Rio de Janeiro, e aos estados do Norte e Centro-Oeste, são as que apresentam as maiores taxas de crescimento de população não escolarizada.

Comparativamente considerados, os índices de escolarização inter-Regiões PNAD parecem reforçar a hipótese de que o processo de atendimento escolar está associado ao nível de urbanização das áreas. Assim, o Distrito Federal mostra a mais elevada taxa de escolarização seguida pelos Estados do Rio e São Paulo (apesar destes últimos estados sofrerem no septênio uma deterioração no atendimento ao grupo etário de 7-9 anos). Já a Região Sul, com sua base econômica mais rural, aparece menos escolarizada do que Minas e Espírito Santo. Sendo a Região VII (Norte e Centro-Oeste) atípica, por não ter incluída na pesquisa domiciliar a sua zona rural, os estados do Nordeste – Região V – retratam em seus índices de escolarização as características sócio-econômicas desfavoráveis de acesso aos serviços de ensino, atendendo a pouco mais da metade (57%) do estrato etário de 10-14 anos e a apenas um terço do grupo etário 7-9 anos.

A situação, configurada pelos dados da PNAD/76, apresenta-se pois com sérias implicações para o setor social de educação, em termos de uma obrigação legal de garantir à população escolarizável de 7-14 anos uma efetiva oportunidade de escolarizar-se. Pela Constituição e pela Lei nº 5 692/71, o país definiu como compulsória para toda a população infantil uma escolaridade de oito séries elementares, a ser alcançada entre os 7 e 14 anos de idade. Esta política exige na prática condições excepcionais que venham a canalizar para o setor educacional recursos crescentes, bem como a otimização máxima do fluxo de matrículas no 1º grau (a qual idealmente enseja

ria a todos realizar uma escolaridade de oito sêries entre 7-14 anos de idade apenas), e a total erradicação do atraso etário no processo de incorporação dos educandos à escola, quando na verdade a defasagem sêrie-idade no país variava em 1974 de 45% na primeira sêrie, a cerca de 50% na quarta sêrie, e a quase 63% na oitava sêrie.

### VII.1.3 - FREQUÊNCIA ESCOLAR A SÉRIES E GRAUS DE ENSINO COMO FUNÇÃO DO NÍVEL DE RENDIMENTO FAMILIAR

No estudo das características sócio-econômicas da educação, um aspecto bem relevante é identificar-se em que medida as oportunidades de escolaridade da população estão condicionadas pelo nível de renda familiar.

É hoje generalizada a pressuposição de que as oportunidades de escolaridade das pessoas são marcadamente determinadas pelo status econômico-social familiar. Políticas liberais de tentar equalizar as oportunidades de acesso e rendimento escolares têm fracassado em seu intento, conforme demonstram experiências internacionais (Farrell, 1977 e Husen, T., 1974), sobretudo pelo condicionamento das variáveis extra-escolares, como rendimento e status familiar.

As tabelas 3, 3a, 4 e 4a e o gráfico 3 permitem identificar certos padrões de relação entre rendimento familiar e oportunidades de escolaridade dos filhos.

Embora não se configure claramente uma relação escalar — isto é: correspondência entre alcançar-se determinado grau ou sêrie na pirâmide de ensino e a posição familiar na escala de rendimento, — é evidente o condicionamento do fator rendimento. O aspecto mais marcante é a dimensão dicotômica de que aos dependentes de família com até dois salários-mínimos mensais corresponde apenas uma escolaridade inicial, enquanto a oportunidade efetiva de ensino superior só se mostra ponderável para estudantes cujas famílias percebam acima de cinco salários-mínimos.

Observa-se igualmente no septênio 70/76 uma tendência relativamente constante nos índices de maior acesso às sêries pós-primárias (5a. à 8a. sêries de 1º grau ou de 1º ciclo médio). Tal processo parece explicável, de um lado, pela expansão ocorrida na oferta destas sêries após a Lei nº 5 692/71, e, de outro lado, pelo menor peso relativo causado concomitantemente pela quase estagnação de matrículas nas sêries iniciais (vide item VII.1.2).

Uma terceira dimensão de fenômeno observável é um certo paradoxo de que, simultaneamente ao aumento absoluto no número de famílias de estudantes nas classes de rendimento de mais de dois até dez salários-mínimos, ocorre concomitantemente decréscimo na presença relativa dos dependentes destas mesmas famílias nos graus mais elevados de ensino. Tal ocorrência deve-se a que, segundo a PNAD/76, os estudantes da mais alta classe de rendimento (mais de dez salários-mínimos) absorvem mais da metade das matrículas do ensino superior (581 mil matrículas em 1,1 milhões de matrículas urbanas), enquanto em 1970 estaria ocorrendo a maioria de matrículas nas classes de rendimento entre dois e dez salários-mínimos. Este paradoxo revelaria, pois, que a expansão de oportunidade do ensino superior no septênio 70/76 se, de um lado, favoreceu em termos absolutos os estudantes de famílias com rendimento entre alto e médio, de outro, privilegiou ainda mais fortemente os filhos de famílias de mais alto rendimento. Tal fenômeno apresenta implicações para as políticas de gratuidade e de crédito educativo no ensino superior, na medida em que o processo classificatório dos vestibulares selecione para as escolas superiores gratuitas alunos de rendimento mais alto e condicione o acesso dos estudantes de rendimento familiar médio às bolsas reembolsáveis do sistema financeiro (Fundação Cesgranrio, 1978).

A análise comparativa da distribuição dos valores absolutos, entre a situação cen

situação de 1970 e a situação de 1976 pela PNAD, manifesta contudo um estranho comportamento nos dados. Ocorre, de um lado, uma elevada ampliação no número de estudantes com rendimento familiar mais alto, enquanto concomitantemente decresce o número de estudantes oriundos de famílias com níveis de rendimento mais baixo. Tal fenômeno parece explicável, de um lado, pelo deterioramento da frequência escolar entre dependentes das famílias mais pobres. Seu êxodo escolar, imposto pela necessidade de trabalhar e reforçar o orçamento familiar, tornaria mais ponderável entre a população escolar a presença dos estudantes de maior rendimento. Por outro lado, contudo, acentuada ampliação do número absoluto de famílias de estudantes nas categorias mais elevadas de rendimento é explicável tanto pela crescente tendência de membros da família reforçarem o orçamento paterno e/ou materno (vide item IV.5, Distribuição Familiar de Renda), como pela simultaneidade no exercício das condições de estudante-trabalhador entre estratos maiores da população infantil.

Se, em termos de oportunidades de escolaridade, o fator rendimento familiar dos estudantes mostra-se discriminante em favor dos grupos de rendimento mais elevado, tal situação aparece ainda mais reforçada pela condição domiciliar, urbana ou rural. Esta condição, em seu conjunto de fatores culturais, psico-sociais, políticos e de relações de produção, realça os diferenciais de escolaridade entre estratos de rendimento familiar. Mas, mesmo intra-classes de rendimento familiar, a população jovem rural tende a apresentar índices constantemente inferiores de escolaridade, geralmente duas vezes menores no 2º grau e três vezes menores no 3º grau.

#### VII.1.4 - O ESTOQUE DE INSTRUÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS

A perspectiva mais realista do papel da escola no desenvolvimento dos recursos humanos da sociedade é definível presentemente como sendo a da "educabilidade", ou a capacidade das pessoas instruídas se integrarem da maneira mais eficiente às condições cambiantes da tecnologia, dentro de uma faixa razoável de conhecimentos e habilidade passíveis de serem desenvolvidas pelo processo de escolarização (Capdeville, 1977). Sem, pois, as pretensões das abordagens clássicas de "manpower", o estudo do estoque de instrução da força de trabalho permite constatar distorções na pirâmide ideal de proporções entre os diversos níveis de qualificação de mão-de-obra (Bologna, I., 1964), bem como subsidiar uma política educacional que pretenda pautar-se pelo atendimento a setores de atividade econômica mais carentes de recursos humanos (por exemplo: elevados índices de analfabetos em setores específicos; desbalanceamentos inter-níveis de habilitação escolar). Tal nível de análise exige, contudo, uma desagregação bem maior das atividades econômicas, não tratável na tabela 5 e no gráfico 4.

É evidente a carência do estoque de instrução no setor de atividades agrícolas, onde de quase a metade de seus recursos humanos é analfabeta, e entre os restantes, 45% são portadores apenas de uma instrução primária, geralmente incompleta. Já em relação ao reduzido volume de pessoal melhor qualificado (65,7 mil de 2º grau e 17,8 mil de nível universitário), e à proporção de 3,7 técnicos para cada profissional superior, configura-se ser necessária uma política educacional agrícola que corrija as carências setoriais de recursos humanos (ABEAS, 1976).

No setor secundário, a indústria de transformação apresenta a pirâmide mais balanceada de distribuição de seus recursos humanos entre os vários níveis de escolaridade. O setor da construção civil revela sua capacidade de absorver elevados índices de analfabetos (um quinto da mão-de-obra setorial) e de pessoas com instrução rudimentar (55%). Nos demais setores de atividade industrial observa-se uma distribuição mais equilibrada dos portadores de instrução de diferentes níveis, ressaltando-se porém a tendência à proximidade nos totais do pessoal com instru-

ção superior e de 2º grau.

No setor de atividades terciárias, avulta o de prestação de serviços, com mais de 5,2 milhões de pessoas ocupadas, das quais 3,2 milhões são mulheres, sendo um quinto deste contingente feminino ainda analfabeto e cerca de 55% tendo apenas uma instrução rudimentar. Na administração pública, quase a metade de seus recursos humanos são portadores de instrução de 2º grau (colegial) e superior. Já nos serviços técnicos profissionais observa-se a predominância (34%) de pessoal com formação colegial e técnica (de 2º grau), proporcionalmente um terço maior do que o pessoal com instrução superior (28%).

Uma perspectiva complementar aos dados de estoque de instrução das pessoas ocupadas é oferecida nas tabelas 6, 6a e gráfico 6, onde se constata diferenças de níveis de escolaridade inter-sexos, e aspectos discriminantes à retribuição do trabalho feminino.

#### VII.1.5 - NÍVEIS DE INSTRUÇÃO DE HOMENS E MULHERES OCUPADOS NOS SETORES DE ATIVIDADE

O fator sexo sem dúvida opera nas sociedades industrializadas, constituindo-se em importante variável na estratificação social (Saffioti, H., 1969) e influenciando marcadamente para a composição ocupacional no mercado de trabalho.

Assim, na medida em que o perfil educacional das pessoas ocupadas nos setores de atividade permite identificar diferenciais nos níveis de qualificação ocupacional inter-sexos, parece oportuno analisar-se o relativo grau de tipificação masculina e/ou feminina dos setores de atividade, bem como considerar-se os graus de status ocupacional e nível salarial correspondentes àqueles setores de atividade.

Sob tal perspectiva, a tabela 5 e o gráfico 5 permitem desenvolver não apenas a identificação do perfil educacional de setores de atividade segundo o sexo das pessoas ocupadas, mas também subministram elementos complementares sobre a estrutura das ocupações.

A composição quantitativa dos setores de atividade caracteriza oportunidades de trabalho, bem como a predominância de um ou outro sexo no volume das atividades setoriais. A proporção homens/mulheres ocupados nos setores de atividade varia em torno de 2,5 homens por mulher no total. Enquanto apenas em atividades sociais (proporção de 0,4) e em prestação de serviços (proporção de 0,5) há minoria de homens ocupados, nos demais setores de atividade tende a ocorrer generalizada maioria masculina.

A composição qualitativa dos setores de atividades, traduzida através dos perfis educacionais das pessoas ocupadas em cada setor, tende a caracterizar diferenças de habilitação. Pressupõe-se assim uma correspondência entre os níveis de escolaridade (e pois a potencial educabilidade das pessoas) e os vários níveis de qualificação da mão-de-obra (do não e semi-qualificado, ao qualificado, técnico e o pessoal de nível superior).

Assim, nas atividades agrícolas é notória a baixa qualificação da mão-de-obra. Apesar da acentuada predominância masculina no volume de emprego, os perfis de escolaridade inter-sexo são bem similares. Já na indústria de transformação, delinea-se uma tendência a que a mão-de-obra feminina seja menos qualificada, com a força de trabalho masculina predominando na composição qualitativa das ocupações técnicas e de nível superior.

No setor de comércio de mercadorias, a força de trabalho feminina tende a ter um perfil educacional mais alto aos níveis de semi-qualificados e de técnicos, apesar do maior volume de ocupações masculinas no setor.

No setor de prestação de serviços, onde o número de ocupações femininas é duas vezes maior do que as masculinas, observa-se um baixo nível educacional, inclusive com um índice mais elevado de analfabetismo entre as mulheres.

Nos setores de serviços técnicos profissionais e de atividades sociais observa-se outra vez um índice maior de qualificação do trabalho feminino nos níveis ocupacionais intermediários, mas no nível superior é predominante a maior habilitação masculina. Neste setor, como em outros nos quais há uma representatividade relativamente densa de mulheres ocupadas, parece delinear-se uma situação em que a qualificação feminina tipifica-se como a de uma força de trabalho de nível qualificado, técnico e gerencial, sem se caracterizar ainda como um perfil educacional voltado predominantemente às ocupações associadas à formação escolar superior. Tal fenômeno parece refletir traços históricos de tendência de matrículas majoritárias das mulheres ao nível de 2º grau de ensino, com os homens aparecendo tradicionalmente em maior número na clientela de ensino superior. Mais recentemente, a matrícula feminina no ensino superior vem tendendo a superar a matrícula masculina (vide item VII.2.1). Há contudo que considerar-se a distribuição da demanda feminina por matrículas e sua posterior absorção nos setores de atividades, dentro da ótica de concentração e/ou dispersão por ocupações tradicionalmente estereotipadas como femininas ou masculinas. Uma análise destes aspectos exige um grau de detalhamento ao nível de ocupações específicas, não sendo viável ao nível agregado de setores de atividade.

É, contudo, no setor de atividades de administração pública que se configura bem nitidamente o melhor perfil educacional das mulheres nele ocupadas, relativamente aos homens. Apesar de serem, em volume de empregos, 4,2 vezes menores do que o número de homens ocupados em administração pública, as mulheres apresentam-se com índices duas vezes maiores de instrução superior e de 2º grau (nível técnico de ocupação). As implicações sócio-econômicas destas frequências são amplas, desde o aspecto dos menores níveis salariais geralmente associados ao serviço público, aos aspectos de ascensão aos cargos diretivos com base na qualificação das pessoas.

Outra dimensão de análise apropriada aos dados da tabela 5 e do gráfico 4 é o conceito de estoque de instrução ou de escolaridade. Sob tal dimensão, e na pressuposição de que os perfis educacionais das pessoas reflitam em larga medida o potencial de recursos humanos de uma sociedade, convém acentuar sobretudo os padrões de frequência e de proporção dos estratos com formação superior e de 2º grau, relativamente ao pessoal menos qualificado ou habilitado através do sistema escolar.

Sob tal prisma, o aspecto mais contundente é a baixa frequência de recursos humanos com formação superior e mesmo técnica no setor de atividades agrícolas.

A heterogeneidade das ocupações agregadas sob alguns setores de atividade, apesar de limitar uma avaliação mais precisa sobre o potencial humano de cada setor, não deixa de permitir que, tomando-se os valores absolutos da tabela 5, se verifiquem carências de pessoal em certos setores mais estratégicos ao desenvolvimento econômico (setores industriais) e ao desenvolvimento dos serviços sociais.

#### VII.1.6 - DIFERENCIAIS DE SALÁRIO ENTRE HOMENS E MULHERES OCUPADOS NA FORÇA DE TRABALHO, COM IDÊNTICOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE

A análise de dados empíricos sobre os diferenciais de salário percebido por homens e mulheres com idêntico nível educacional apresenta dois níveis de interesse. De um lado, há a implicação jurídico-social, pois a Constituição e mais explicitamente a CLT vetam discriminação

salarial em razão do sexo (Cardone, M., 1975). De outro lado, há a suposição de economistas e administradores educacionais (além das próprias famílias) que pretendem investir na educação das pessoas, sob a expectativa de uma "taxa de retorno" que justifique uma aplicação financeira na formação escolar (Castro, C. M. e Mello e Souza, A., 1974, p. 228-246).

Através dos dados da PNAD/76 (tabelas 6 e 6a e gráfico 6), é possível verificar-se um acentuado desnível salarial, entre homens e mulheres com idêntica escolaridade, quer quando comparados em termos do número de anos de estudos ou séries, ou em termos do grau de ensino alcançado.

Embora o nível de agregação dos dados não discrimine por espécie de escolaridade, duração de jornada de trabalho (entre outras variáveis), as tabelas e o gráfico configuram com bastante clareza o fosso existente na associação entre salário e instrução relativamente a homens e mulheres.

Com efeito, o traço marcante do fenômeno é que, para as mulheres, o nível educacional por elas alcançado não as salvaguarda da tendência a receber sempre salários mais baixos. Em contrapartida, para as mulheres ascenderem às faixas salariais mais altas ocorre quase a indispensabilidade de possuir níveis mais elevados de instrução.

Tais tendências de associação — negativa quanto à imunização de padrão salarial baixo para mulheres com escolaridade alta, e positiva em termos de pré-requisito para ascender às faixas salariais altas — não se configuram contudo relativamente aos homens.

De fato, entre os homens ocupados na força de trabalho, quando da PNAD/76, observa-se uma dispersão bem mais acentuada entre o situar-se nas faixas salariais e o nível educacional supostamente mais compatível a cada faixa de renda. Fatores como posse do capital, acesso preferencial a postos hierarquizados, e outros aspectos tradicionais a um mercado de trabalho moldado masculinamente, parecem tornar bem menos condicionante para os homens a variável educabilidade, face à escala de distribuição salarial.

Com efeito, é observável uma presença mais persistente de homens com níveis educacionais baixos nos estratos salariais mais elevados. Quase a metade dos homens na faixa de rendimento de sete salários-mínimos ou mais tem instrução inferior ao segundo grau completo. Já para as mulheres, 78% delas necessitam ter instrução de 2º grau completo e de nível superior para alcançar tal faixa salarial.

Mais da metade das mulheres ocupadas (5,1 milhões em 9,1 milhões) percebem menos de um salário-mínimo mensal, apesar de sistematicamente apresentarem níveis educacionais mais elevados do que os homens.

Na faixa salarial de 1,5 a menos de 3 salários-mínimos mensais concentram-se 57% das mulheres que concluíram o 2º grau de ensino. Em contraste, 74,4% dos 941,7 mil homens concluintes do mesmo grau de ensino distribuem-se pelas faixas salariais superiores a três salários-mínimos mensais.

Um fosso mais sintomático ainda aparece relativamente às pessoas ocupadas com instrução completa de nível superior. Enquanto apenas 38,6% das mulheres (129,4 mil) nesta categoria percebiam mais do que sete salários-mínimos, 82,1% dos homens (584,1 mil) com grau de ensino superior tinham proventos acima de sete salários-mínimos.

Configura-se, assim, nos dados da PNAD/76, uma situação desfavorável, senão discriminatória, aos níveis salariais da população feminina ocupada, que possuía níveis de escolarida-

de igual e/ou superior aos trabalhadores masculinos. Tal fenômeno de discriminação, já identificado em pesquisa em São Paulo (*Pastore et alii*, 1973, pp. 135 e 176) e em dados censitários de 1970 (*Miranda, G. V.*, 1975), reflete pois um prejuízo à mulher ocupada no mercado de trabalho.

Embora pesquisas internacionais (*Collins, R.*, 1971) reconheçam que maior instrução não seja fator de maior produtividade no trabalho, há igualmente consenso nas análises sócio-econômicas de que os salários dependem do relativo poder dos vários grupos ocupacionais. Sob tal prisma, o perfil de distribuição das mulheres ocupadas na escala "nível salarial X nível educacional" revela o menor poder de barganha das mulheres no mercado de trabalho, contrariamente aos preceitos legais do Direito do Trabalho do país.

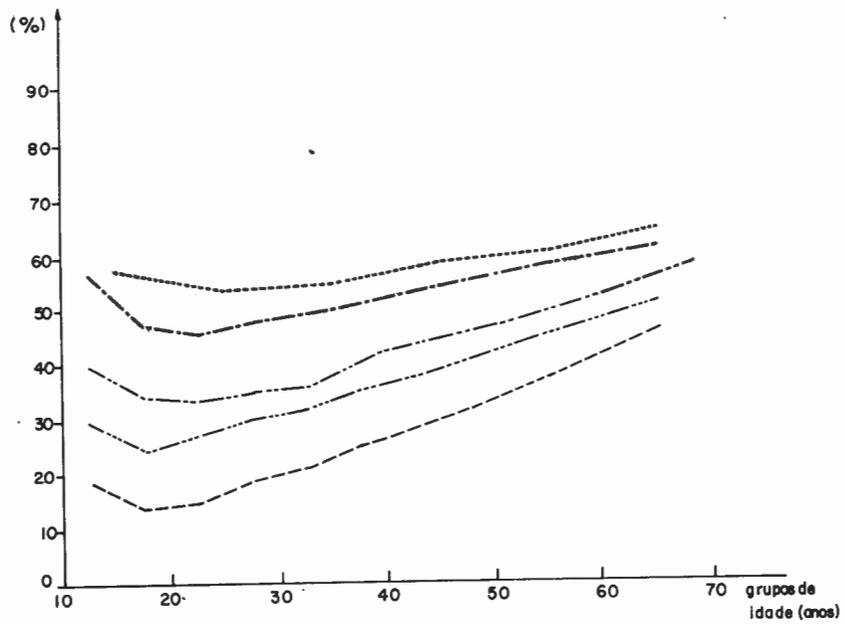
Em suma, o que os dados das tabelas 6 e 6a e do gráfico 6 delineiam é uma tendência a exigir da mulher ocupada uma escolaridade mais elevada para alcançar níveis salariais que a mão-de-obra masculina obtém, independentemente do fator instrução, para um segmento mais amplo de seus membros.

A interpretação de que o nível educacional mais alto da mulher não a preserva de encontrar-se mais marcadamente nas faixas salariais baixas baseia-se na tendência facilmente observável, através do gráfico 4, onde é constante a frequência mais elevada das mulheres com maior instrução nos estratos inferiores de rendimento. Em contrapartida, para situar-se, com frequência menor que a masculina, nas faixas salariais superiores, as mulheres devem apresentar níveis educacionais mais elevados do que os necessários aos homens.

# I. ÍNDICES DE ANALFABETISMO

## Por Grupos Etários

### Brasil - 1940-1976



#### Legenda

- ..... 1940
- 1950
- 1960
- 1970
- 1976

FONTE : Ver Tabela I

## 1 - ÍNDICES DE ANALFABETISMO POR GRUPOS ETÁRIOS

BRASIL  
1940/1976

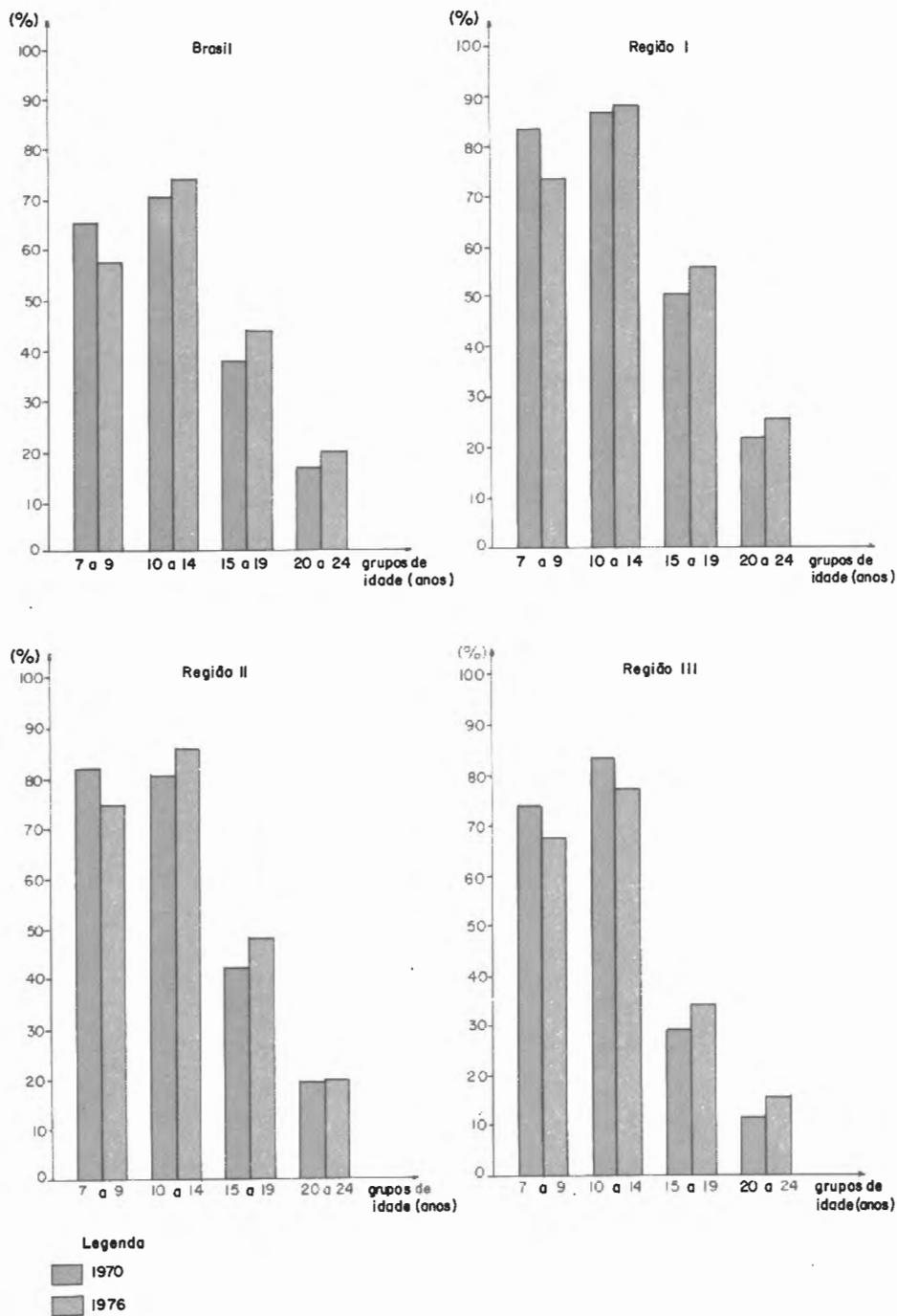
GRUPOS ETÁRIOS <sup>(1)</sup>	ÍNDICES DE PESSOAS ANALFABETAS (%)				
	1940	1950	1960	1970	1976 <sup>(2)</sup>
10 a 14 anos .....		56,1	39,9	29,4	18,4
15 a 19 anos .....	57,3	47,2	34,0	24,3	13,7
20 a 24 anos .....		45,7	33,4	26,5	14,4
25 a 29 anos .....	53,6	47,7	35,1	29,9	18,8
30 a 34 anos .....		49,6	35,6	31,4	21,0
35 a 39 anos .....	54,4		41,9	34,7	25,2
40 a 44 anos .....	58,1	53,5		37,2	28,1
45 a 49 anos .....			46,8	40,5	31,7
50 a 54 anos .....	59,9	57,3		45,2	37,0
55 a 59 anos .....			51,9		
60 a 64 anos .....	63,5	60,5		50,5	45,8
65 a 69 anos .....			57,1		

FONTE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970 e PNAD-1976 - DEISO-IBGE.

NOTAS: (1) Os dados correspondentes à população de 10 anos e mais encontram-se divulgados da seguinte maneira:  
 Em 1940: 15 a 19, 20 a 29, 30 a 39, 40 a 49, 50 a 59 e 60 a 69 anos;  
 1950: 10 a 14, 15 a 19, 20 a 24, 25 a 29, 30 a 39, 40 a 49, 50 a 59 e 60 a 69 anos.  
 1960: 10 a 14, 15 a 19, 20 a 24, 25 a 29, 30 a 34, 35 e 39, 40 a 49, 50 a 59, 60 a 69 anos.

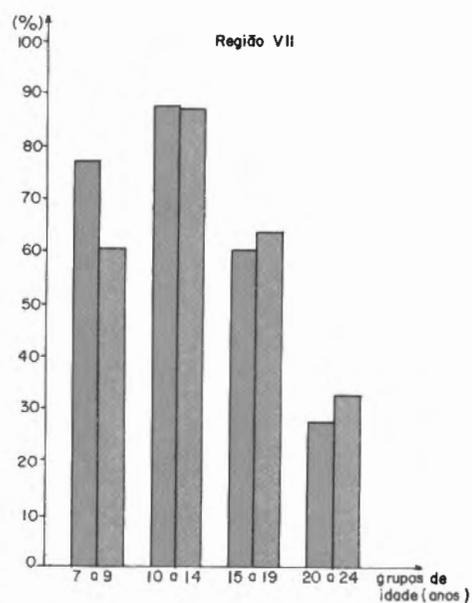
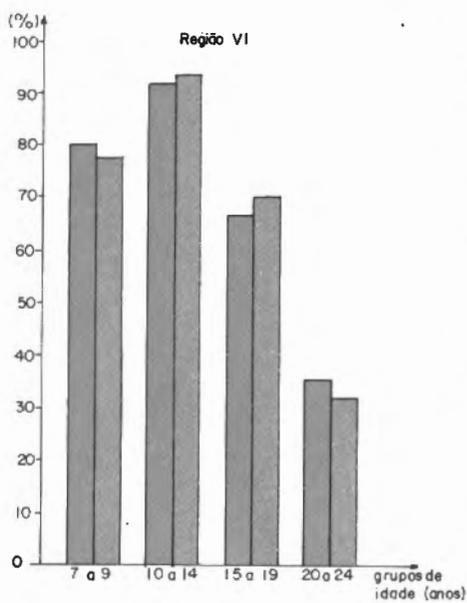
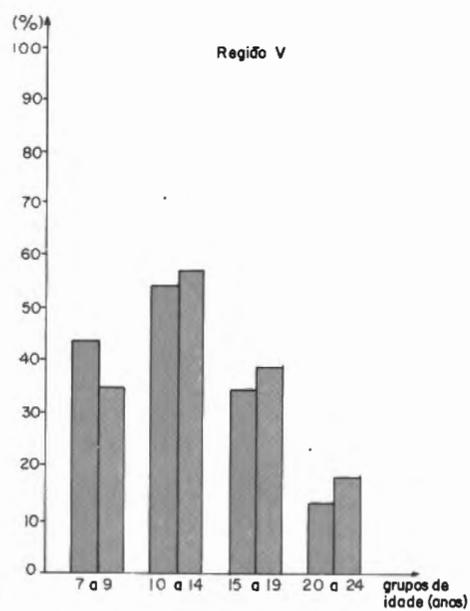
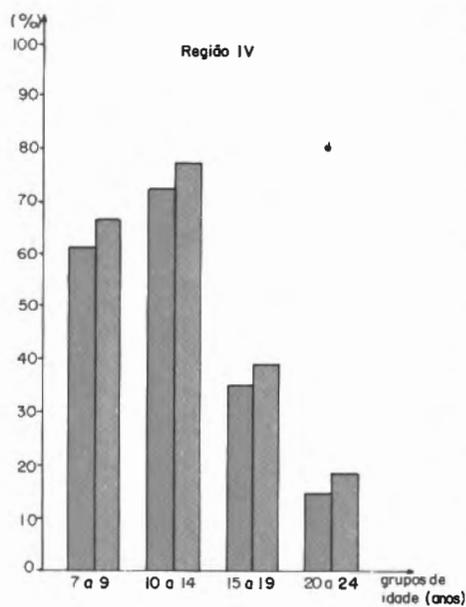
(2) Exclui-se as áreas rurais da Região VII da PNAD, ou seja, da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

## 2. ÍNDICES DE ESCOLARIZAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 7 a 24 ANOS Brasil e Regiões da PNAD-1970-1976



(Continua)

## 2. ÍNDICES DE ESCOLARIZAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 7 a 24 ANOS Brasil e Regiões da PNAD - 1970 - 1976



Legenda



FONTE: Ver Tabela 2

## 2 - POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL E ESCOLARIZADA, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS DE 7 A 24 ANOS

BRASIL E REGIÕES DA PNAD

1970/1976

GRUPOS ETÁRIOS E REGIÕES DA PNAD	1970		1976		TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO(1)	
	ESCOLARIZÁVEL(2)	ESCOLARIZADA(2)	ESCOLARIZÁVEL(2)	ESCOLARIZADA(2)	1970	1976
<b>BRASIL</b>						
7 a 9 anos .....	7 410,6	4 839,2	8 162,8	4 702,6	65,3	57,6
10 a 14 anos .....	11 259,0	7 942,5	13 748,6	10 162,3	70,5	73,9
15 a 19 anos .....	9 761,8	3 692,5	12 157,2	5 246,8	37,8	43,2
20 a 24 anos .....	7 895,0	1 278,6	10 071,2	1 990,6	16,2	19,8
TOTAL .....	36 326,6	17 752,9	44 139,9	22 102,5	48,9	50,1
<b>REGIÃO I (RJ)</b>						
7 a 9 anos .....	654,7	544,0	692,1	509,1	83,1	73,6
10 a 14 anos .....	1 039,5	900,0	1 249,1	1 095,0	86,6	87,7
15 a 19 anos .....	952,1	478,0	1 203,2	670,7	50,2	55,7
20 a 24 anos .....	822,6	178,8	1 103,7	284,6	21,7	25,8
TOTAL .....	3 469,0	2 100,9	4 248,2	2 559,6	60,6	60,3
<b>REGIÃO II (SP)</b>						
7 a 9 anos .....	1 331,6	1 090,7	1 376,3	1 030,0	81,9	74,8
10 a 14 anos .....	2 079,7	1 672,2	2 463,9	2 110,3	80,4	85,6
15 a 19 anos .....	1 869,4	777,3	2 379,7	1 145,8	41,6	48,1
20 a 24 anos .....	1 676,4	319,6	2 292,9	440,6	19,1	19,2
TOTAL .....	6 957,3	3 860,0	8 512,9	4 726,9	55,5	55,5
<b>REGIÃO III (SUL)</b>						
7 a 9 anos .....	1 427,4	1 058,0	1 583,5	1 076,7	74,1	68,0
10 a 14 anos .....	2 157,6	1 797,7	2 729,7	2 113,0	83,3	77,4
15 a 19 anos .....	1 850,6	546,6	2 416,6	838,7	29,5	34,7
20 a 24 anos .....	1 468,0	176,4	1 973,6	315,3	12,0	16,0
TOTAL .....	6 903,7	3 378,8	8 703,5	4 343,8	48,9	49,9
<b>REGIÃO IV (MG, ES)</b>						
7 a 9 anos .....	1 149,5	711,4	1 172,1	784,2	61,9	66,9
10 a 14 anos .....	1 786,4	1 297,6	1 980,1	1 532,6	72,6	77,4
15 a 19 anos .....	1 523,2	533,4	1 768,6	688,9	35,0	39,0
20 a 24 anos .....	1 139,5	167,7	1 403,0	260,1	14,7	18,5
TOTAL .....	5 598,7	2 710,2	6 324,0	3 265,9	48,4	51,6
<b>REGIÃO V (NORDESTE)</b>						
7 a 9 anos .....	2 488,8	1 097,6	2 873,9	1 008,9	44,1	35,1
10 a 14 anos .....	3 643,3	1 986,8	4 534,8	2 616,4	54,5	57,7
15 a 19 anos .....	3 081,3	1 060,3	3 686,7	1 448,8	34,4	39,3
20 a 24 anos .....	2 409,9	326,4	2 728,5	502,1	13,5	18,4
TOTAL .....	11 623,4	4 471,2	13 824,0	5 576,3	38,5	40,3
<b>REGIÃO VI (DF)</b>						
7 a 9 anos .....	43,6	35,2	66,8	51,7	80,7	77,4
10 a 14 anos .....	58,2	53,5	108,3	101,0	91,9	93,3
15 a 19 anos .....	56,0	37,2	93,1	65,2	66,4	70,0
20 a 24 anos .....	57,4	20,3	94,4	30,2	35,4	32,0
TOTAL .....	215,3	146,2	362,7	248,3	67,9	68,5
<b>REGIÃO VII (NORTE, MT, GO) (3)</b>						
7 a 9 anos .....	314,6	242,2	397,8	241,7	77,0	60,8
10 a 14 anos .....	494,1	434,4	682,5	593,7	87,9	87,0
15 a 19 anos .....	429,1	259,4	609,0	388,5	60,5	63,8
20 a 24 anos .....	320,9	89,2	474,7	155,3	27,8	32,7
TOTAL .....	1 558,9	1 025,3	2 164,3	1 379,3	65,8	63,7

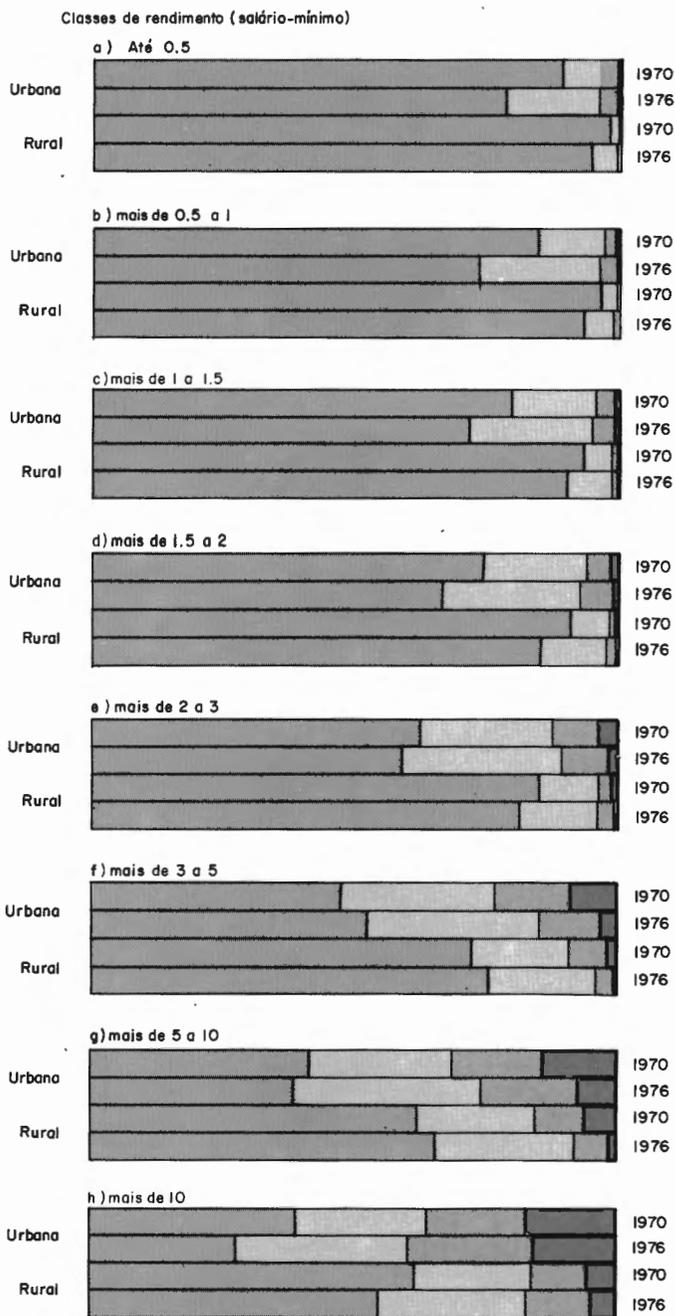
FONTE: Censo Demográfico 1970 e PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

NOTAS: (1) Taxa de escolarização:  $\frac{\text{População escolarizada}}{\text{População escolarizável}} \times 100$ 

(2) Em 1000 pessoas

(3) Excluídas as áreas rurais.

### 3. ESTUDANTES DE 5 ANOS E MAIS POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR SEGUNDO OS GRAUS DE ENSINO-Brasil.1970-1976



Legenda  
 GRAU DE INSTRUÇÃO

1ª a 4ª série do I Grau

5ª a 8ª série do I Grau

II Grau

Superior

FONTE: Ver Tabela 3 a

#### 4. ESTOQUE DE INSTRUÇÃO NOS SETORES DE ATIVIDADE

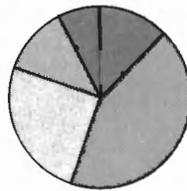
Total das Regiões da PNAD - 1976



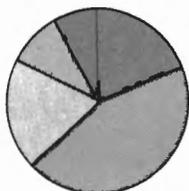
Atividades Agrícolas



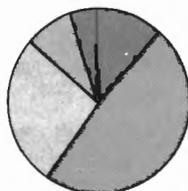
Indústria de Construção



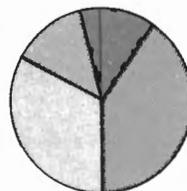
Atividades não Agrícolas



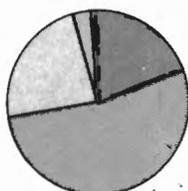
Outras Atividades Industriais



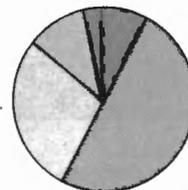
Indústria de Transformação



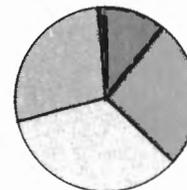
Comércio de Mercadorias



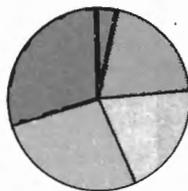
Prestação de Serviços



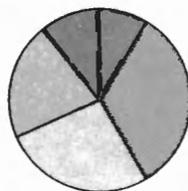
Transportes e Comunicações



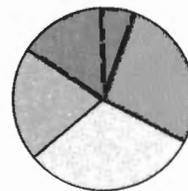
Serviços Técnicos Profissionais



Atividades Sociais



Serviços Aux. das Atividades Econômicas



Administração Pública

Legenda

Analfabetos

1ª a 4ª série do 1º Grau

2º Grau

5ª a 8ª série do 1º Grau

Superior

FONTE: Ver Tabela 5a

3 - ESTUDANTES DE 5 ANOS E MAIS POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E GRUPOS DE RENDIMENTO  
MENSAL FAMILIAR SEGUNDO OS GRAUS DE ENSINO

BRASIL

1970

Em 1 000 pessoas

GRAUS DE ENSINO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (Salário-mínimo)								
	TOTAL (1)	ATÉ 0,5	MAIS DE 0,5 a 1	MAIS DE 1 a 1,5	MAIS DE 1,5 a 2	MAIS DE 2 a 3	MAIS DE 3 a 5	MAIS DE 5 a 10	MAIS DE 10
TOTAL .....	18 921,2	1 564,7	3 863,8	2 862,6	2 165,9	5 110,3	1 665,3	1 183,6	505,0
Elementar .....	14 053,3	1 481,5	3 498,6	2 436,7	1 706,1	3 403,4	828,6	496,8	201,6
Médio 1º Ciclo .....	3 176,2	69,7	301,6	340,6	354,3	1 185,2	475,0	324,2	125,6
Médio 2º Ciclo .....	1 132,3	11,6	52,4	69,7	84,0	386,8	233,4	203,5	90,9
Superior .....	559,4	1,9	11,2	15,6	21,5	134,9	128,3	159,1	86,9
URBANO .....	13 330,2	540,8	1 907,3	1 772,1	1 584,2	4 337,6	1 560,1	1 140,3	487,8
Elementar .....	8 841,8	478,5	1 615,2	1 414,9	1 176,8	2 742,8	752,8	469,7	191,1
Médio 1º Ciclo .....	2 870,9	51,2	237,0	281,8	310,9	1 098,1	455,5	314,6	121,8
Médio 2º Ciclo .....	1 073,2	9,6	44,9	61,1	76,4	366,8	226,0	199,3	89,1
Superior .....	544,3	1,5	10,2	14,3	20,1	129,9	125,8	156,7	85,8
RURAL .....	5 591,0	1 023,9	1 956,5	1 090,5	581,7	772,7	105,2	43,3	17,2
Elementar .....	5 211,5	1 003,0	1 883,4	1 021,8	529,3	660,6	75,8	27,1	10,5
Médio 1º Ciclo .....	305,3	18,5	64,6	58,8	43,4	87,1	19,5	9,6	3,8
Médio 2º Ciclo .....	59,1	2,0	7,5	8,6	7,6	20,0	7,4	4,2	1,8
Superior .....	15,1	0,4	1,0	1,3	1,4	5,0	2,5	2,4	1,1

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) Excluídos os Sem Rendimento e os Sem Declaração.

3a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES DE 5 ANOS E MAIS POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR SEGUNDO OS GRAUS DE ENSINO

BRASIL

1970

GRAUS DE ENSINO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (Salário-mínimo)								
	TOTAL	ATÉ 0,5	MAIS DE 0,5 a 1	MAIS DE 1 a 1,5	MAIS DE 1,5 a 2	MAIS DE 2 a 3	MAIS DE 3 a 5	MAIS DE 5 a 10	MAIS DE 10
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Elementar .....	74,3	94,7	90,5	85,1	78,8	66,6	49,8	42,0	39,9
Médio 1º Ciclo .....	16,8	4,5	7,8	11,9	16,3	23,2	28,5	27,4	24,9
Médio 2º Ciclo .....	6,0	0,7	1,4	2,4	3,9	7,6	14,0	17,2	18,0
Superior .....	2,9	0,1	0,3	0,6	1,0	2,6	7,7	13,4	17,2
URBANO .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Elementar .....	66,3	88,5	84,7	79,9	74,3	63,2	48,2	41,2	39,2
Médio 1º Ciclo .....	21,5	9,4	12,4	15,9	19,6	25,3	29,2	27,6	24,9
Médio 2º Ciclo .....	8,1	1,8	2,4	3,4	4,8	8,5	14,5	17,5	18,3
Superior .....	4,1	0,3	0,5	0,8	1,3	3,0	8,1	13,7	17,6
RURAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Elementar .....	93,2	98,0	96,3	93,7	91,0	85,5	72,1	62,6	61,3
Médio 1º Ciclo .....	5,5	1,8	3,3	5,4	7,5	11,3	18,6	22,2	22,1
Médio 2º Ciclo .....	1,0	0,2	0,4	0,8	1,3	2,6	7,0	9,7	10,6
Superior .....	0,3	0,0	0,0	0,1	0,2	0,6	2,3	5,5	6,0

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970 - DEISO-IBGE.

4 - ESTUDANTES DE 5 ANOS E MAIS POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR SEGUNDO OS GRAUS DE ENSINO

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD<sup>(1)</sup>

1976

Em 1 000 pessoas

GRAUS, SÉRIES E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (Salário-mínimo)								
	TOTAL(2)	ATÉ 0,5	MAIS DE 0,5 a 1	MAIS DE 1 a 1,5	MAIS DE 1,5 a 2	MAIS DE 2 a 3	MAIS DE 3 a 5	MAIS DE 5 a 10	MAIS DE 10
TOTAL .....	23 167,2	373,2	1 798,5	2 334,7	2 290,1	3 465,2	4 543,5	4 838,8	3 523,2
PRIMEIRO GRAU									
1ª a 4ª Série .....	13 250,2	323,0	1 496,2	1 858,0	1 678,9	2 290,0	2 589,3	1 997,1	1 017,7
5ª a 8ª Série .....	6 275,5	42,1	258,5	395,8	488,1	894,9	1 396,7	1 671,7	1 127,7
SEGUNDO GRAU .....	2 512,6	7,1	39,7	71,7	106,5	236,3	435,2	829,1	787,0
SUPERIOR .....	1 128,9	1,0	4,1	9,2	16,6	44,0	122,3	340,9	590,8
URBANA .....	17 632,2	179,0	908,7	1 293,0	1 464,7	2 485,0	3 669,0	4 316,9	3 315,9
PRIMEIRO GRAU									
1ª a 4ª Série .....	8 669,2	139,7	666,0	921,9	973,9	1 481,0	1 927,9	1 654,4	904,4
5ª a 8ª Série .....	5 496,8	32,2	207,2	300,6	381,7	752,0	1 219,1	1 535,5	1 068,5
SEGUNDO GRAU .....	2 364,7	6,1	31,7	61,8	93,2	212,3	404,4	793,2	762,0
SUPERIOR .....	1 101,5	1,0	3,8	8,7	15,9	39,7	117,6	333,8	581,0
RURAL .....	5 535,0	194,2	889,8	1 041,7	825,4	980,2	874,5	521,9	207,3
PRIMEIRO GRAU									
1ª a 4ª Série .....	4 581,0	183,3	803,2	936,1	705,0	809,0	661,4	342,7	113,3
5ª a 8ª Série .....	778,7	9,9	51,3	95,2	106,4	142,9	177,6	136,2	59,2
SEGUNDO GRAU .....	147,9	1,0	8,0	9,9	13,3	24,0	30,8	35,9	25,0
SUPERIOR .....	27,4	-	0,3	0,5	0,7	4,3	4,7	7,1	9,8

FONTE: Tabulações Especiais da PNAD 1976 - DE150-18GE.

NOTAS: (1) Corresponde a Brasil excluindo-se as áreas rurais da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

(2) Exclui os Sem declaração de Rendimento e da Série ou Grau Frequentado.

4a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES DE 5 ANOS E MAIS POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR SEGUNDO OS GRAUS DE ENSINO

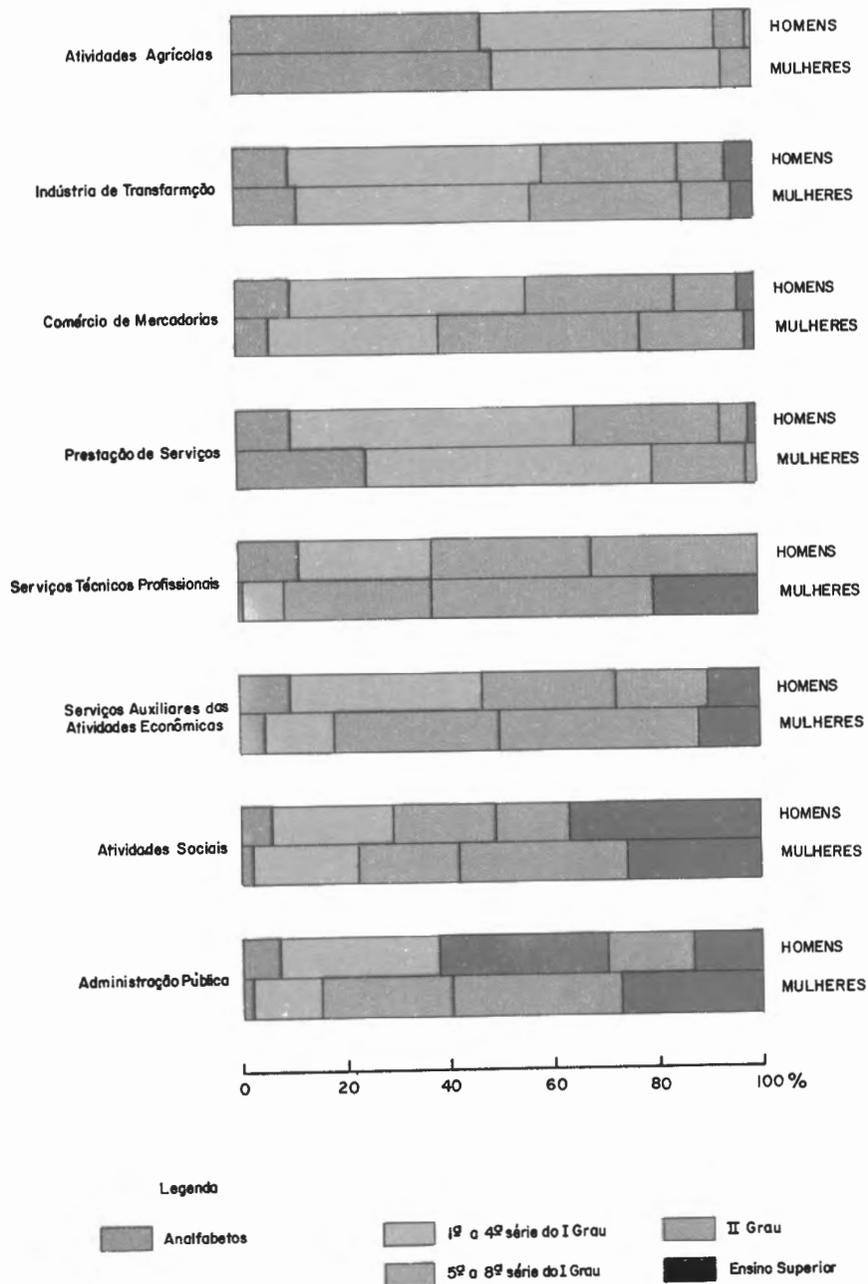
TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1976

GRAUS, SÉRIES E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (Salário-mínimo)								
	TOTAL	ATÉ 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 1 e 1/2	MAIS DE 1 e 1/2 a 2	MAIS DE 2 a 3	MAIS DE 3 a 5	MAIS DE 5 a 10	MAIS DE 10
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
PRIMEIRO GRAU									
1ª a 4ª Série .....	57,2	86,6	83,2	79,6	73,3	66,1	57,0	41,3	28,9
5ª a 8ª Série .....	27,1	11,3	14,4	16,9	21,3	25,8	30,7	34,6	32,0
SEGUNDO GRAU .....	10,8	1,9	2,2	3,1	4,7	6,8	9,6	17,1	22,3
SUPERIOR .....	4,9	0,2	0,2	0,4	0,7	1,3	2,7	7,0	16,8
URBANA .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
PRIMEIRO GRAU									
1ª a 4ª Série .....	49,2	78,1	73,3	71,3	66,5	59,6	52,6	38,3	27,3
5ª a 8ª Série .....	31,2	18,0	22,8	23,2	26,0	30,3	33,2	35,6	32,2
SEGUNDO GRAU .....	13,4	3,4	3,5	4,8	6,4	8,5	11,0	18,4	23,0
SUPERIOR .....	6,2	0,5	0,4	0,7	1,1	1,6	3,2	7,7	17,5
RURAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
PRIMEIRO GRAU									
1ª a 4ª Série .....	82,7	94,4	93,3	89,9	85,4	82,5	75,6	65,6	54,7
5ª a 8ª Série .....	14,1	5,1	5,8	9,1	12,9	14,6	20,3	26,1	28,6
SEGUNDO GRAU .....	2,7	0,5	0,9	0,9	1,6	2,5	3,5	6,9	12,0
SUPERIOR .....	0,5	-	0,0	0,1	0,1	0,4	0,6	1,4	4,7

FONTE: Tabulações Especiais da PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

**5. PESSOAS OCUPADAS POR SEXO E SETOR DE ATIVIDADE**  
**Segundo os Graus de Instrução - Total das Regiões da PNAD-1976**



FORNE: Ver Tabela 5a

## 5 - PESSOAS OCUPADAS POR SETOR DE ATIVIDADE E SEXO SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD<sup>(1)</sup>

1976

Em 1 000 pessoas

SETORES DE ATIVIDADE E SEXO	GRAUS DE INSTRUÇÃO					
	TOTAL (2)	NÃO ALFABETIZADAS	PRIMEIRO GRAU		SEGUNDO GRAU	SUPERIOR
			(1ª a 4ª SÉRIES)	(5ª a 8ª SÉRIES)		
TOTAL .....	38 886,1	10 054,1	17 114,4	6 877,2	2 978,7	1 861,7
Atividades Agrícolas .....	14 320,7	6 953,9	6 446,1	837,2	65,7	17,8
Atividades não Agrícolas .....	24 565,4	3 100,2	10 668,3	6 040,0	2 913,0	1 843,9
Indústria de Transformação .....	5 809,9	663,6	2 821,1	1 543,7	512,2	269,3
Indústria de Construção .....	2 587,2	601,9	1 420,3	394,2	86,9	83,9
Outras Atividades Industriais .....	564,3	107,1	245,7	111,6	54,6	45,3
Comércio de Mercadorias .....	3 586,2	361,7	1 475,8	1 136,0	501,6	111,1
Prestação de Serviço .....	5 080,8	990,4	2 765,4	1 115,7	177,8	31,5
Serviços Técnicos Profissionais .....	470,5	3,8	51,0	122,2	161,5	132,0
Serviços Auxiliares das Atividades Eco- nômicas .....	302,5	26,8	99,5	81,7	63,0	31,5
Transporte e Comunicações .....	1 522,2	122,7	770,1	427,4	152,2	49,8
Atividades Sociais .....	2 384,2	81,5	491,2	464,0	644,5	703,0
Administração Pública .....	1 369,7	81,3	379,3	419,3	271,2	218,6
Outras Atividades .....	887,9	59,4	148,9	224,2	287,5	167,9
HOMENS .....	27 693,1	7 409,7	12 626,6	4 769,8	1 724,2	1 162,8
Atividades Agrícolas .....	11 261,2	5 422,2	5 117,0	643,7	61,9	16,4
Atividades não Agrícolas .....	16 431,9	1 987,5	7 509,6	4 126,1	1 662,3	1 146,4
Indústria de Transformação .....	4 446,2	495,8	2 201,5	1 143,0	383,3	222,6
Indústria de Construção .....	2 536,6	598,3	1 409,4	385,8	70,0	73,1
Outras Atividades Industriais .....	523,8	101,4	238,2	104,5	43,0	36,7
Comércio de Mercadorias .....	2 654,1	301,2	1 177,9	769,7	316,5	88,8
Prestação de Serviço .....	1 844,6	200,2	988,8	524,8	106,6	24,2
Serviços Técnicos Profissionais .....	329,6	2,3	39,6	83,1	100,4	104,2
Serviços Auxiliares das Atividades Eco- nômicas .....	253,1	24,5	93,1	65,8	44,4	25,3
Transporte e Comunicações .....	1 414,6	121,6	749,1	391,4	115,1	37,4
Atividades Sociais .....	717,3	44,0	166,5	140,0	101,9	264,9
Administração Pública .....	2 111,3	75,0	346,1	354,4	188,0	147,8
Outras Atividades .....	600,7	23,2	99,4	163,6	193,1	121,4
MULHERES .....	11 193,0	2 644,4	4 487,8	2 107,4	1 254,5	698,9
Atividades Agrícolas .....	3 059,5	1 531,7	1 329,1	193,5	3,8	1,4
Atividades não Agrícolas .....	8 133,5	1 112,7	3 158,7	1 913,9	1 250,7	697,5
Indústria de Transformação .....	1 363,7	167,8	619,6	400,7	128,9	46,7
Indústria de Construção .....	50,6	3,6	10,9	8,4	16,9	10,8
Outras Atividades Industriais .....	40,5	5,7	7,5	7,1	11,6	8,6
Comércio de Mercadorias .....	932,1	60,5	297,9	366,3	185,1	22,3
Prestação de Serviço .....	3 236,2	790,2	1 776,6	590,9	71,2	7,3
Serviços Técnicos Profissionais .....	140,9	1,5	11,4	39,1	61,1	27,8
Serviços Auxiliares das Atividades Eco- nômicas .....	49,4	2,3	6,4	15,9	18,6	6,2
Transporte e Comunicações .....	107,6	1,1	21,0	36,0	37,1	12,4
Atividades Sociais .....	1 666,9	37,5	324,7	324,0	542,6	438,1
Administração Pública .....	258,4	6,3	33,2	64,9	83,2	70,8
Outras Atividades .....	287,2	36,2	49,5	60,6	94,4	46,5

FONTE: Tabulações Especiais da PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

NOTAS: (1) Corresponde a Brasil excluindo-se as áreas rurais da Região Norte e dos Estados de Mato-Grosso e Gofas.

(2) Exclui os 'Sem declaração de série no primeiro grau' e os 'Sem declaração de grau'.

5a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR SETOR DE ATIVIDADE E SEXO SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1976

SETORES DE ATIVIDADE	GRAUS DE INSTRUÇÃO					
	TOTAL	NÃO ALFA BETIZADAS	PRIMEIRO GRAU		SEGUNDO GRAU	SUPERIOR
			1. <sup>a</sup> a 4. <sup>a</sup> SÉRIE	5. <sup>a</sup> a 8. <sup>a</sup> SÉRIE		
TOTAL .....	100,0	25,9	44,0	17,7	7,6	4,8
ATIVIDADES AGRÍCOLAS .....	100,0	48,6	45,0	5,8	0,5	0,1
ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS .....	100,0	12,6	43,4	24,6	11,9	7,5
Indústria de transformação .....	100,0	11,4	48,6	26,6	8,8	4,6
Indústria de construção .....	100,0	23,3	54,9	15,2	3,4	3,2
Outras atividades industriais .....	100,0	19,0	43,5	19,8	9,7	8,0
Comércio de mercadorias .....	100,0	10,1	41,1	31,7	14,0	3,1
Prestação de serviços .....	100,0	19,5	54,4	22,0	3,5	0,6
Serviços técnicos profissionais .....	100,0	0,8	10,9	26,0	34,3	28,0
Serviços auxiliares das atividades econômicas .....	100,0	8,9	32,9	27,0	20,8	10,4
Transportes e comunicações .....	100,0	8,0	50,6	28,1	10,0	3,3
Atividades Sociais .....	100,0	3,4	20,6	19,5	27,0	29,5
Administração pública .....	100,0	5,9	27,7	30,6	19,8	16,0
Outras atividades .....	100,0	6,7	16,8	25,2	32,4	18,9
HOMENS .....	100,0	26,8	45,6	17,2	6,2	4,2
ATIVIDADES AGRÍCOLAS .....	100,0	48,2	45,4	5,7	0,6	0,1
ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS .....	100,0	12,1	45,7	25,1	10,1	7,0
Indústria de transformação .....	100,0	11,2	49,5	25,7	8,6	5,0
Indústria de construção .....	100,0	23,6	55,5	15,2	2,8	2,9
Outras atividades industriais .....	100,0	19,4	45,5	19,9	8,2	7,0
Comércio de mercadorias .....	100,0	11,4	44,4	29,0	11,9	3,3
Prestação de serviços .....	100,0	10,9	53,6	28,4	5,8	1,3
Serviços técnicos profissionais .....	100,0	0,7	12,0	25,2	30,5	31,6
Serviços auxiliares das atividades econômicas .....	100,0	9,7	36,8	26,0	17,5	10,0
Transportes e comunicações .....	100,0	8,6	53,0	27,7	8,1	2,6
Atividades sociais .....	100,0	6,2	23,2	19,5	14,2	36,9
Administração pública .....	100,0	6,8	31,1	31,9	16,9	13,3
Outras atividades .....	100,0	3,9	16,5	27,2	32,2	20,2
MULHERES .....	100,0	23,6	40,1	18,8	11,2	6,3
ATIVIDADES AGRÍCOLAS .....	100,0	50,1	43,5	6,3	0,1	0,0
ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS .....	100,0	13,7	38,8	23,5	15,4	8,6
Indústria de transformação .....	100,0	12,3	45,4	29,4	9,5	3,4
Indústria de construção .....	100,0	7,1	21,6	16,6	33,4	21,3
Outras atividades industriais .....	100,0	14,0	18,5	17,5	28,8	21,2
Comércio de Mercadorias .....	100,0	6,5	32,0	39,3	19,8	2,4
Prestação de serviços .....	100,0	24,4	54,9	18,3	2,2	0,2
Serviços técnicos profissionais .....	100,0	1,1	8,1	27,8	43,3	19,7
Serviços auxiliares das atividades econômicas .....	100,0	4,7	12,9	32,2	37,7	12,5
Transportes e comunicações .....	100,0	1,0	19,5	33,5	34,5	11,5
Atividades sociais .....	100,0	2,3	19,5	19,4	32,5	26,3
Administração pública .....	100,0	2,4	12,9	25,1	32,2	27,4
Outras atividades .....	100,0	12,6	17,2	21,1	32,9	16,2

FONTE: Tabulações Especiais da PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

## 6 - PESSOAS OCUPADAS POR SEXO E GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL, SEGUNDO GRAU DE INSTRUÇÃO

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD<sup>(1)</sup>

1976

Em 1 000 pessoas

SEXO E GRAUS DE INSTRUÇÃO	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL (Salário-mínimo)									
	TOTAL (2)	ATE 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 1,5	MAIS DE 1,5 a 2	MAIS DE 2 a 3	MAIS DE 3 a 5	MAIS DE 5 a 7	MAIS DE 7 a 10	MAIS DE 10
<b>HOMENS</b>										
TOTAL .....	24 804,9	1 707,8	5 881,9	4 394,3	3 210,8	3 128,6	2 795,1	1 361,4	775,6	1 548,9
Não-Alfabetizados .....	6 267,6	903,0	2 545,4	1 366,0	637,4	434,6	248,6	76,8	20,1	35,3
<b>PRIMEIRO GRAU</b>										
1ª à 3ª Série .....	6 434,6	481,4	1 713,6	1 342,4	967,6	881,6	617,2	224,4	95,1	110,8
4ª Série .....	4 825,5	165,6	816,2	824,4	728,0	804,7	790,6	337,1	156,9	201,3
5ª à 7ª Séries .....	3 211,4	131,9	589,4	559,5	516,5	505,1	462,9	215,1	105,2	125,5
8ª Série .....	1 261,3	13,4	112,8	140,5	160,0	207,9	228,4	154,6	95,3	148,1
<b>SEGUNDO GRAU</b>										
1ª à 2ª Séries .....	710,4	8,4	74,8	103,6	105,9	127,5	129,4	75,7	39,8	45,1
3ª Série .....	941,7	3,2	21,4	35,9	62,8	116,6	203,3	146,0	121,3	230,8
<b>SUPERIOR</b>										
1ª à 3ª Série .....	441,0	0,8	4,3	13,7	24,4	35,7	81,0	71,9	69,1	139,9
4ª Série ou mais .....	711,1	0,2	3,6	7,8	7,9	14,4	33,5	59,3	72,5	511,6
<b>MULHERES</b>										
TOTAL .....	9 169,4	2 470,0	2 624,3	1 524,3	858,5	656,0	536,6	234,2	128,2	146,9
Não-Alfabetizadas .....	1 858,6	988,5	572,4	190,2	55,1	28,4	13,5	6,2	1,0	3,0
<b>PRIMEIRO GRAU</b>										
1ª à 3ª Séries .....	1 789,2	708,0	603,4	271,5	109,6	52,2	30,0	9,3	1,5	3,5
4ª Série .....	1 704,2	404,6	561,8	366,9	172,3	107,4	58,5	18,6	7,8	6,0
5ª à 7ª Séries .....	1 350,2	284,6	484,3	268,5	140,5	86,2	53,8	17,1	4,5	10,3
8ª Série .....	557,8	46,3	139,9	120,6	88,3	71,0	52,4	23,9	6,7	8,4
<b>SEGUNDO GRAU</b>										
1ª à 2ª Séries .....	423,7	24,9	115,2	92,5	75,2	55,7	40,1	12,7	3,5	3,4
3ª Série .....	793,6	10,1	109,6	159,7	147,3	144,9	127,4	48,0	21,1	25,2
<b>SUPERIOR</b>										
1ª à 3ª Séries .....	356,9	1,5	23,4	42,4	50,4	74,9	87,8	37,0	24,2	15,2
4ª Série ou mais .....	334,5	1,2	3,9	11,7	19,5	34,8	72,6	61,2	57,7	71,7

FONTE: Tabulações Especiais da PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

NOTAS: (1) Corresponde a Brasil excluindo-se as áreas rurais da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

(2) Exclui os Sem Declaração.

## 6a - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR SEXO E GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL SEGUNDO GRAU DE INSTRUÇÃO

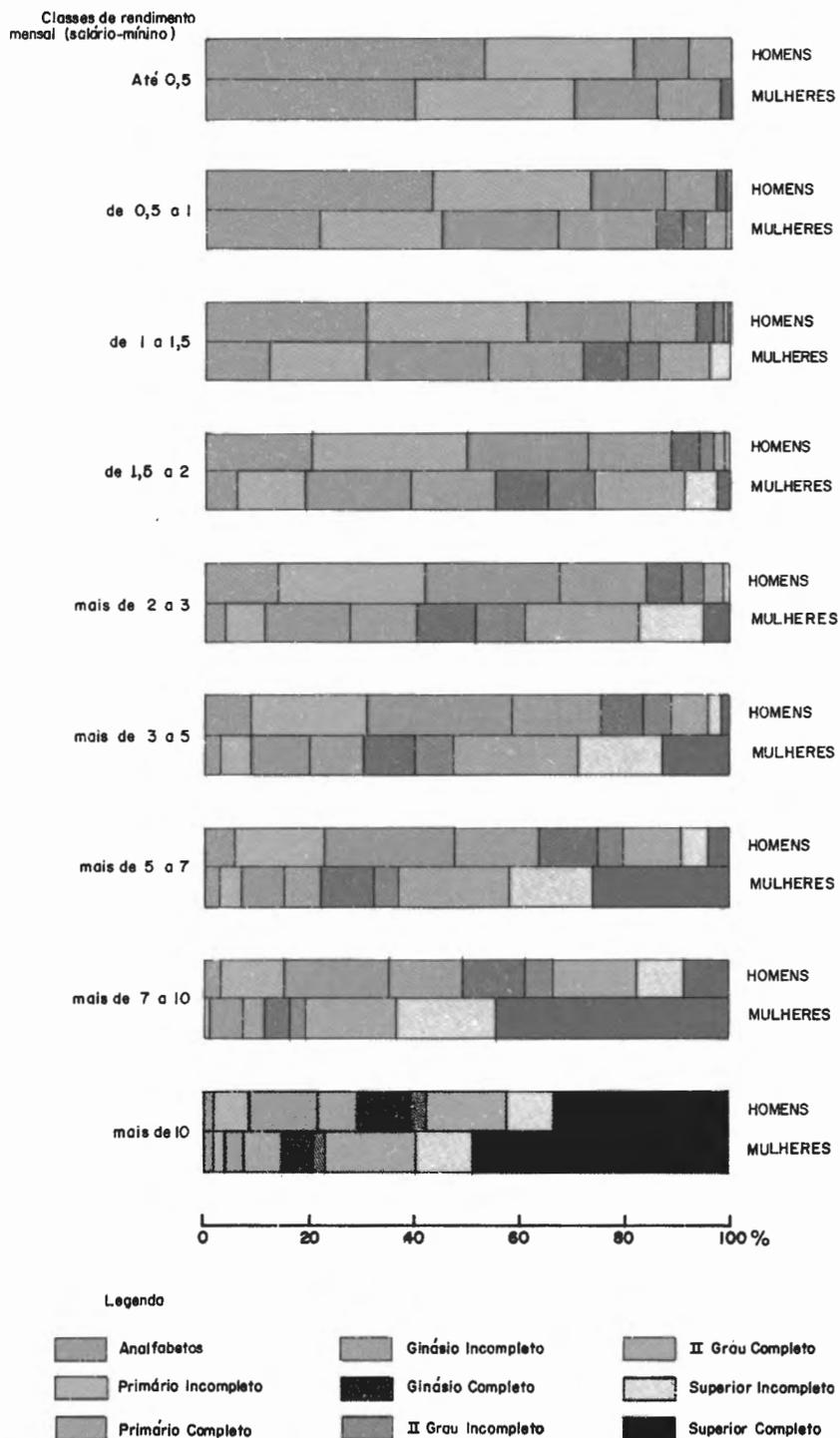
## TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD

1976

SEXO E GRAUS DE INSTRUÇÃO	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL (Salário-mínimo)									
	TOTAL	ATÉ 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 1,5	MAIS DE 1,5 a 2	MAIS DE 2 a 3	MAIS DE 3 a 5	MAIS DE 5 a 7	MAIS DE 7 a 10	MAIS DE 10
<b>HOMENS</b>										
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não-Alfabetizados .....	25,3	52,9	43,3	31,1	19,8	13,9	8,9	5,6	2,6	2,3
PRIMEIRO GRAU .....	63,3	46,4	54,9	65,2	73,9	76,7	75,1	68,5	58,4	37,3
1ª à 3ª Série .....	25,9	28,2	29,1	30,5	30,1	28,2	22,1	16,5	12,3	7,2
4ª Série .....	19,4	9,7	13,9	18,8	22,7	25,7	28,3	24,8	20,2	13,0
5ª à 7ª Séries .....	12,9	7,7	10,0	12,7	16,1	16,2	16,5	15,8	13,6	8,1
8ª Série .....	5,1	0,8	1,9	3,2	5,0	6,6	8,2	11,4	12,3	9,6
SEGUNDO GRAU .....	6,7	0,7	1,7	3,2	4,3	7,8	11,9	16,2	20,7	17,8
1ª a 2ª Série .....	2,9	0,5	1,3	2,4	3,3	4,1	4,6	5,5	5,1	2,9
3ª Série .....	3,8	0,2	0,4	0,8	2,0	3,7	7,3	10,7	15,6	14,9
SUPERIOR .....	4,7	0,0	0,1	0,5	1,0	1,6	4,1	9,7	18,3	42,0
1ª à 3ª Série .....	1,8	0,0	0,1	0,3	0,8	1,1	2,9	5,3	8,9	9,0
4ª Série ou mais .....	2,9	0,0	0,0	0,2	0,2	0,5	1,2	4,4	9,4	33,0
<b>MULHERES</b>										
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não-Alfabetizadas .....	20,3	40,0	21,9	12,5	6,4	4,3	2,5	2,7	0,7	2,0
PRIMEIRO GRAU .....	58,9	58,5	68,5	67,4	59,5	48,4	36,3	29,4	16,1	19,2
1ª à 3ª Série .....	19,5	28,7	23,1	17,8	12,7	8,0	5,6	4,0	1,2	2,4
4ª Série .....	18,6	16,4	21,5	24,1	20,1	16,4	10,9	7,9	6,1	4,1
5ª à 7ª Série .....	14,7	11,5	18,5	17,6	16,4	13,2	10,0	7,3	3,6	7,0
8ª Série .....	6,1	1,9	5,4	7,9	10,3	10,8	9,8	10,2	5,2	5,7
SEGUNDO GRAU .....	13,3	1,4	8,6	16,6	25,9	30,6	31,3	25,9	19,2	19,6
1ª a 2ª Série .....	4,6	1,0	4,4	6,1	8,8	8,5	7,5	5,4	2,7	2,4
3ª Série .....	8,7	6,4	4,2	10,5	17,1	22,1	23,8	20,5	16,5	17,2
SUPERIOR .....	7,5	0,1	1,0	3,5	8,2	16,7	29,9	42,0	64,0	59,2
1ª à 3ª Série .....	3,9	0,1	0,9	2,8	5,9	11,4	16,4	15,8	18,9	10,4
4ª Série ou mais .....	3,6	0,0	0,1	0,7	2,3	5,3	13,5	26,2	45,1	48,8

FONTE: Tabulações Especiais da PNAD 1976 - DEISO-IBGE.

## 6. PESSOAS OCUPADAS POR SEXO E GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL Segundo os Graus de Instrução - Total das Regiões da PNAD-1976



FONTE: Ver Tabela 6a

## VII.2 - ENSINO FORMAL

Relativamente ao ensino formal ou regular, os indicadores sociais devem teoricamente compreender os múltiplos aspectos qualitativos e quantitativos do processo de ensino, interrelacionando-os aos demais fatores extra-escolares.

Na prática, contudo, a escassez de dados qualitativos, generalizáveis, restringe a consideração de indicadores sociais do ensino aos aspectos estritamente endógenos de expansão da oferta escolar e de sua capacidade de retenção da clientela já atendida.

Embora limitados, estes indicadores permitem dimensionar de um lado aspectos de atendimento à demanda social por educação, e de outro lado considerar como a educação formal está respondendo ao requisito de formação dos recursos humanos, indispensáveis ao desenvolvimento sócio-econômico e cultural do país.

### VII.2.1 - EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA ESCOLAR<sup>(1)</sup> POR GRAUS DE ENSINO, NO DECÊNIO 1971/80

As tabelas 1 e 2 indicam a situação de evolução real da matrícula nos vários graus de ensino durante o quinquênio 1971/75, bem como seu provável comportamento para o quinquênio seguinte, 1976/80 (vide gráficos 1, 2 e 3).

A participação relativa de cada grau de ensino no volume de matrícula ao longo do decênio, em suas grandes linhas é a seguinte:

ANOS NO DECÊNIO 71/80	DIVISÃO PERCENTUAL DA MATRÍCULA POR GRAU DE ENSINO					
	TOTAL	PRÉ-1º GRAU	1º GRAU	2º GRAU	3º GRAU	4º GRAU
1971 .....	100% (19,2 milhões)	2,2	89,0	5,8	2,9	0,04
1975 .....	100% (23,0 milhões)	2,5	85,0	7,9	4,6	0,07
1980 .....	100% (29,9 milhões)	2,5	82,4	9,2	5,7	0,10

Sem dúvida, a tendência mais marcante do processo é a decrescente participação do 1º grau de ensino no volume de matrículas, fato que parece configurar um menor afinilamento na distribuição da pirâmide estudantil, aos níveis de 2º e 3º graus.

Quanto ao pré-1º grau, embora suas proporções relativas denotem uma estabilidade no conjunto, observou-se um crescimento de um terço em seu volume de matrículas no primeiro quinquênio e projeta-se para 1980 um aumento de três quartos. Se se estimar para o início da próxima década uma população de 6,8 milhões de crianças de 5 a 6 anos de idade, ter-se-ia em torno de 11% deste grupo etário em condições de matrícula pré-escolar.

Relativamente à matrícula de 2º grau, esta tenderá a triplicar neste decênio, em termos absolutos, caso o último quinquênio conserve o padrão de crescimento observado entre 1971/75. Quanto à evolução da matrícula do 3º grau não parece realista projetar-se para o período 76/80 a mesma taxa de expansão ocorrida no quinquênio anterior, porquanto foram adotadas medidas visando a desacelerar a tendência expansionista ocorrida a partir da legislação da reforma universitária de 1968.

(1) A matrícula aqui considerada é a do início do ano escolar, em 30 de abril, sem pois considerar-se a evasão imediata que ocorre ao longo desse período.

Deve ser evitado que a acentuada tendência de expansão dos 2º e 3º graus, de custos bem mais elevados, provoque retração no desenvolvimento quantitativo do 1º grau. Esta questão é levantada na seção VII.1.1 deste capítulo, a partir do fenômeno constatado pela PNAD/76 e por outros estudos a nível regional sobre o menor aumento de matrículas nas primeiras séries elementares. Isto pode ter resultado dos custos da ampliação acentuada pelo poder público da matrícula de 2º e 3º graus, sem a indispensável canalização de recursos financeiros adicionais para o setor educacional.

A pós-graduação — mestrado e doutorado — apresenta no decênio os mais altos índices de crescimento, comparativamente à sua população no início da década e àquela prevista para 1980. Em termos, contudo, da pirâmide de distribuição de alunos pelos vários graus de ensino, a pós-graduação mostra-se com níveis quase idênticos de proporcionalidade: de 1,4% em 1971, a 1,6% no meio do decênio e com a previsão de 1,8% no final da década.

Outro aspecto que ressalta das tabelas 1 e 2 é a distribuição de oportunidades de ensino entre homens e mulheres, no decênio 1971/80. No cômputo geral da matrícula, a população feminina escolarizada deverá apresentar índice de crescimento de dez pontos acima da expansão prevista para os homens. No 1º grau, observa-se crescimento proporcional de ambos os sexos, com ligeira predominância nos índices de matrícula feminina no final do decênio. No 2º grau, a matrícula feminina tende a predominar, pois já era ligeiramente superior em 1971 e parece acentuar-se ao longo do segundo quinquênio de 1976/80. No ensino superior, a matrícula feminina, minoritária em 1971 (41,5%), já sobrepujava no meio do decênio a masculina, e deverá no final da década reverter os índices iniciais passando a contar com 60% da população matriculada. Também no 4º grau de ensino, a matrícula feminina tende a eliminar as diferenças verificadas em 1971: ao nível do mestrado, a população feminina matriculada passa de 25% em 1971 para 40,3% em 1975 e deverá ter 59% no final da década; ao nível de doutorado, a matrícula das mulheres passa de menos de um quinto no início do decênio, a 29% em 1975, e quase à metade no final da década.

Além das implicações de igualdade de oportunidades no acesso aos serviços educacionais, os índices de matrícula feminina têm relevância sócio-econômica, sobretudo à luz dos dados das tabelas 8 e 8a e gráfico 5 da parte "Aspectos Sócio-Econômicos da Situação Educacional". Aí são delineados padrões de discriminação salarial em prejuízo da mulher ocupada, mostrando que a instrução feminina necessita ser mais elevada como uma forma de superar o "handicap" da mulher na relação nível educacional X nível salarial.

Outro aspecto com relação às tabelas 1 e 2 sobre a expansão da matrícula no decênio 71/80, diz respeito à demanda educacional pela população urbana e rural e ao aprimoramento dos recursos humanos no campo e na cidade.

A desigualdade de oportunidades escolares entre a população rural e a urbana é bem nítida, e suas determinantes se encontram logicamente em fatores demográficos, políticos e sobretudo econômicos. O ensino de 1º grau tem, por exemplo, no quinquênio 71/75 uma expansão de matrícula de apenas 4%. Esta taxa se mostra certamente aquém das metas desejáveis, se é cotejada ao aumento vegetativo demográfico no campo e à própria clientela escolarizável ainda não atendida pela rarefeita rede de ensino rural. Já, no ensino rural de 2º grau era estimada em 1975 a matrícula de 20,2 mil alunos que constituíam o potencial de pessoal técnico a ser formado pela escola para o setor primário. Neste mesmo ano de 1975, a matrícula de ensino superior - ciclos básico e profissional - em ciências agrárias era de quase 18 mil alunos (Sinótese Estatística do Ensino Superior, 1975: pp. 85-89). Tais dados, além de revelarem o limitado atendimento escolar ao setor

primário, demonstram a discrepante proporção, na política de formação de recursos humanos, entre o número de técnicos e o de quadros superiores.

#### VII.2.2 - PROGRESSÃO ESCOLAR NO ENSINO DE 1º GRAU - 1971/75

Enquanto na parte anterior a tônica da abordagem é a faixa de abrangência da matrícula e seu aumento no decênio 1971/80, as tabelas 3 e 4 permitem detectar para o quinquênio 1971/75 aspectos da eficiência interna do ensino de 1º grau, seja no já tradicional afunilamento representado pela passagem da 1ª à 2ª série, seja no crescente processo de peneiramento vigente ao longo das séries do 1º grau escolar. (Vide também gráficos 4 e 5).

Embora as tabelas 3 e 4 em si não permitam uma inferência qualitativa, elas são eloquentes em apontar implicitamente para os múltiplos fatores endógenos à escola (docência des preparada, inadequação curricular às características peculiares da sua clientela, sistema de avaliação, etc), bem como para as variáveis macrossociais e econômicas que determinam a demanda potencial e a evasão escolar, tais como a precoce incorporação do menor ao trabalho, a disfuncionalidade da aprendizagem escolar em face das necessidades da família, e a ambiência familiar desfavorável.

Em termos da progressão escolar entre a 1ª e 2ª séries elementares, o quinquênio 71/75 revela a situação alarmante da perda da metade dos alunos relativamente à passagem para a 2ª série.

Por seu turno, a tabela 4 indica a pirâmide da progressão ao longo das oito séries do 1º grau, no primário (1968/71) e no ensino ginásial (1972/75). Com efeito, para o grupo de alunos matriculados na 1ª série em 1968, mais da metade (54,4%) já não atingia a 2ª série no ano seguinte, mais dois terços não alcançaria a série final (quarta) do antigo primário. A partir da 5ª série, para os estratos até lá filtrados ocorre uma estabilização entre 29% e 20% de sobrevivência escolar. Tais índices revelam bem a magnitude da tarefa de assegurar à população infantil o direito a uma escolaridade de oito séries, no período etário dos 7 aos 14 anos.

#### VII.2.3 - MATRÍCULAS E CONCLUSÕES NO CICLO PROFISSIONAL DO ENSINO SUPERIOR, NO QUINQUÊNIO 1971/75

Por sua natureza de área prioritária do investimento educacional da União, e pelos seus elevados custos financeiros e sociais, o ensino superior representa setor relevante de estudo. Uma análise quantitativa dos índices de evolução de matrículas e conclusões não permite avaliar-se a eficiência interna e qualitativa dos cursos superiores. É viável, entretanto, considerar-se o fluxo da população escolarizada em termos de sua distribuição pelos períodos acadêmicos, estabelecendo proporção entre concluintes e matriculados.

Relativamente à expansão de matrículas, observa-se no quinquênio 1971/75 crescimento de 88,6% na média das diversas áreas científicas. As áreas de Ciências Biológicas e da Saúde expandiram-se em torno desta média, enquanto as áreas de Ciências Exatas e Tecnológicas duplicaram no período, aumentando sua clientela em 220%. A área de Letras denota a menor taxa de crescimento, mas em contrapartida o pequeno contingente de matrículas em Artes revela o maior índice de aumento.

Sob o ângulo do fluxo escolar — a proporção de concluintes relativamente ao volume de matrículas por área científica, — observa-se a ocorrência de diferenciais entre as diversas áreas do ensino superior. Logicamente o grau de exigência interna e de controle de qualidade nos

setores de formação difere bastante. Além disso, a própria duração de quatro ou cinco anos letivos (ou o correspondente número de semestres acadêmicos) varia entre cursos e instituições de ensino. Não deixa pois de ser surpreendente que em Ciências Biológicas e no Setor de Saúde ocorra parcelamento anual no fluxo "conclusões X matrículas" de quase um quarto (24,3%), quando em Ciências Exatas e Tecnológicas o índice é de 17,6% e em Ciências Agrárias de 18,1%. Em si estas taxas não podem revelar se ocorre maior controle de qualidade do produto, e/ou maior produção em série, e/ou maior eficiência no tempo médio de formação. Nas Ciências Humanas, o índice de quase 22% na proporção de concluintes contrasta com o mais elevado em Letras (27,1%) e com o menor índice em Artes (18%).

Na evolução das taxas de conclusões por área, há uma tendência no quinquênio 1971/75 da expansão percentual mais elevada do que os aumentos verificados nas matrículas, sobretudo para as áreas de Biologia-Saúde e Ciências Humanas. Ocorre, entretanto, em Ciências Agrárias e Letras uma defasagem nas taxas de conclusão de cursos relativamente às de aumento em matrícula, denotando assim uma tendência a estrangulamentos no fluxo dos alunos, (Vide Gráfico 6).

#### VII.2.4 - MATRÍCULAS E CONCLUSÕES NA PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO E DOUTORADO), NO QUADRÊNIO 1971/74.

Ao nível da graduação (tabela 5) há certa correspondência entre o número de matriculados e o de concluintes, na pressuposição de uma duração "ótima" dos cursos das diversas áreas científicas. Já ao nível da pós-graduação — mestrado e doutorado, — tal indicador mostra-se impreciso, dada a flexibilidade nos prazos de elaboração de tese.

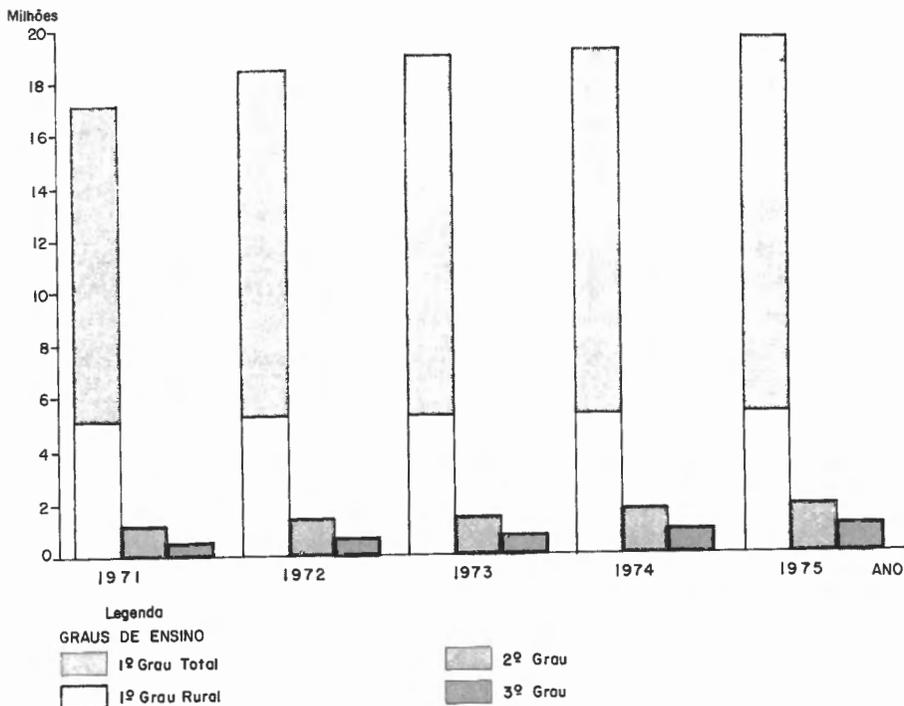
Mesmo ao nível de mestrado, no qual as principais agências federais de pós-graduação (CAPES e CNPq) têm enfatizado uma duração média de dois anos, a tabela 6 não oferece elementos de análise, pois estão agregados os dados relativos ao mestrado e ao doutorado.

Assim sendo, as considerações baseadas na tabela 6 restringem-se aos índices de evolução observados em relação à matrícula e à conclusão de cursos no quadriênio 1971/74. O fenômeno marcante é que a expansão de matrículas mostra-se no período mais intensa do que a de expansão das conclusões de cursos. (Vide Gráfico 7).

A não-superação e mesmo o não-acompanhamento nos índices de conclusão relativamente aos índices de matrícula parecem configurar para a pós-graduação um processo de represamento de alunos, com reflexo imediato sobre o sistema tutorial de orientação de teses e a geração do fenômeno de mestres e doutores ABD ("all but dissertation"), com titulação incompleta, com implicações desfavoráveis para a política de preparação de quadros docentes e de pesquisa para a universidade.

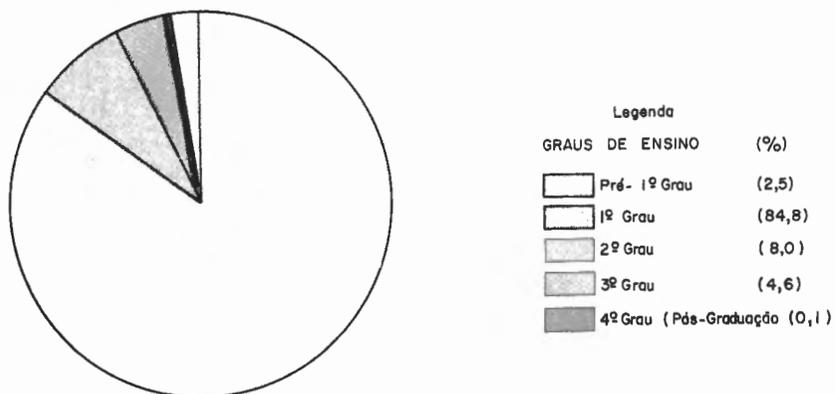
Com efeito, comparativamente aos índices de desenvolvimento das matrículas, o aumento de conclusões foi menos marcante, revelando com isso a acentuação do prazo que medeia entre o ingresso na pós-graduação e a conclusão da mesma.

**1. MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO (em 30-04)**  
**Nos Diferentes Graus de Ensino - Brasil - 1971 / 1975.**



FONTE: Ver Tabela 1

**2. PARTICIPAÇÃO DA MATRÍCULA ESCOLAR (em 30-04)**  
**Em Cada Grau de Ensino no Total de Matrículas - Brasil - 1975.**



FONTE: Ver Tabela 1

1 - EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA TOTAL NO INÍCIO DO ANO, EM TODOS OS GRAUS DE ENSINO E  
DA MATRÍCULA NA ÁREA RURAL PARA O 1º E 2º GRAUS, SEGUNDO O SEXO

BRASIL  
1971-1975

Em 1 000 matrículas

ANO E SEXO	MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO (30-04) POR GRAU DE ENSINO									
	TOTAL	PRE-1º GRAU	1º GRAU		2º GRAU		3º GRAU	4º GRAU		
			TOTAL	RURAL	TOTAL	RURAL		TOTAL	MESTRADO	DOUTORADO
1971										
TOTAL .....	19 177,2	422,3	17 066,1	5 089,2	1 119,4	12,1	561,5	7,9	7,3	0,6
Homens .....	9 676,4	208,1	8 600,1	3 039,1	527,2	10,2	345,1	5,9	5,4	0,5
Mulheres .....	9 500,8	214,2	8 466,0	2 050,1	592,2	1,9	226,4	2,0	1,9	0,1
1972										
TOTAL .....	20 828,8	460,0	18 370,7	5 376,0	1 299,9	14,3	688,4	9,8	9,2	0,6
Homens .....	10 481,2	226,9	9 257,6	2 756,9	609,0	11,9	380,2	7,5	7,1	0,5
Mulheres .....	10 347,6	233,1	9 113,1	2 619,1	690,9	2,4	308,2	2,3	2,1	0,1
1973										
TOTAL .....	21 334,8	498,8	18 573,2	5 398,5	1 477,6	13,2	722,8	12,4	11,8	0,5
Homens .....	10 700,6	248,6	9 332,2	2 750,2	693,4	10,5	368,4	8,0	7,6	0,4
Mulheres .....	10 634,2	250,2	9 241,0	2 648,3	784,2	2,7	354,4	4,4	4,2	0,1
1974										
TOTAL .....	22 452,8	529,8	19 286,6	5 438,7	1 681,7	18,4	937,6	17,1	16,1	0,9
Homens .....	11 222,3	263,3	9 676,3	2 771,2	779,6	14,2	491,7	11,4	10,7	0,6
Mulheres .....	11 230,5	266,5	9 610,3	2 667,5	902,1	4,2	445,9	5,7	5,4	0,3
1975										
TOTAL .....	23 044,8	566,0	19 551,1	5 306,5	1 837,8 <sup>(1)</sup>	20,2 <sup>(1)</sup>	1 072,6	17,3	16,0	1,3
Homens .....	11 523,6	284,7	9 835,1	2 794,2 <sup>(1)</sup>	849,4 <sup>(1)</sup>	15,1 <sup>(1)</sup>	543,9	10,5	9,6	0,9
Mulheres .....	11 521,2	281,3	9 716,0	2 512,3 <sup>(1)</sup>	988,4 <sup>(1)</sup>	5,1 <sup>(1)</sup>	528,7	6,8	6,4	0,4

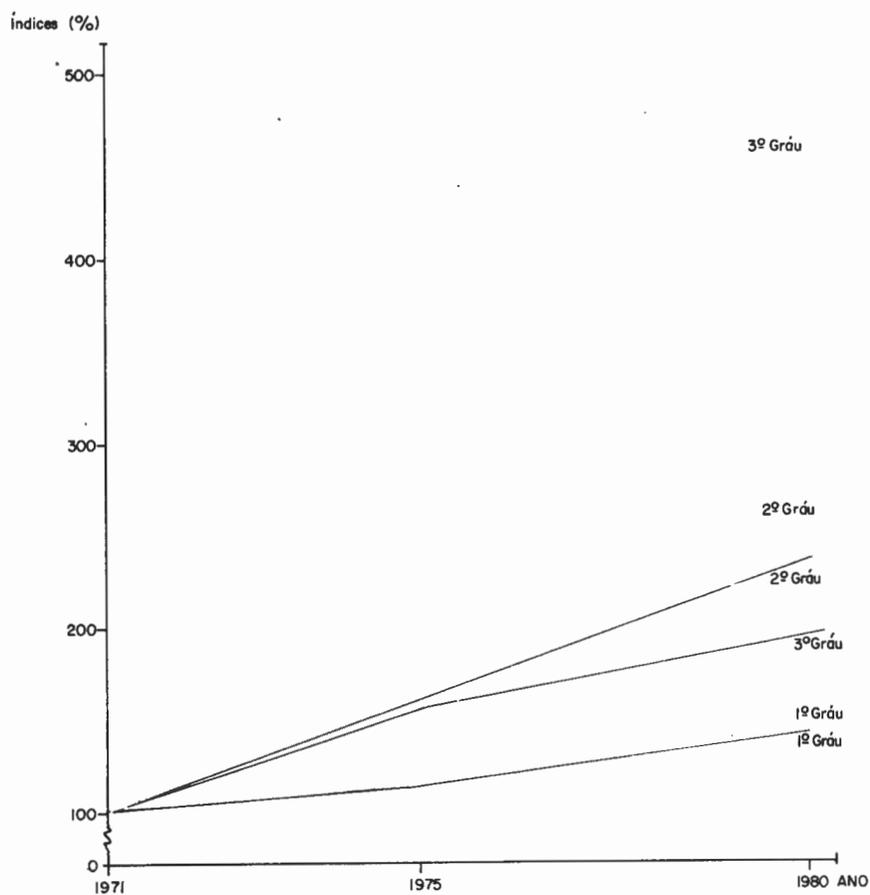
FONTE: SEEC-MEC e DEISO-IBGE.

NOTA: (1) Dados estimados pelo SEEC-MEC.

### 3. ÍNDICES DA EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA (em 30-04)

#### Nos Três Graus de Ensino, Segundo o Sexo

Brasil - 1971-1980 (ano base 1971 = 100 %)



Legenda  
 — Homens  
 — Mulheres

NOTA:  
 1971 - 1975 : Dados Reais  
 1976 - 1980 : Dados Projetados

FONTE : Ver Tabela 2

2 - EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA TOTAL EM TODOS OS GRAUS DE ENSINO E DA MATRÍCULA NA ÁREA RURAL PARA O 1º E 2º GRAUS, SEGUNDO O SEXO

BRASIL  
1971/1980

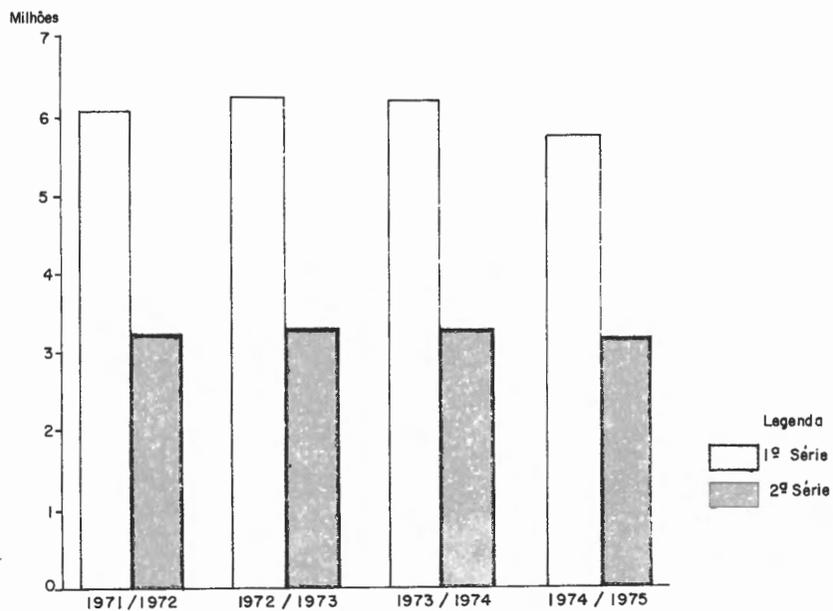
Em 1 000 matrículas

GRAUS, LOCALIZAÇÃO E SEXO	1971		1975		1980 <sup>(1)</sup>		ÍNDICE 1971=100	
	MATRÍCULA (EM 30-04)	%	MATRÍCULA (EM 30-04)	%	MATRÍCULA (EM 30-04)	%	1975	1980
PRE - 1º GRAU								
TOTAL .....	422,3	100,0	566,0	100,0	745,5	100,0	134,0	176,5
Homens .....	208,1	49,3	284,7	50,3	370,4	49,7	136,8	178,0
Mulheres .....	214,2	50,7	281,3	49,7	375,1	50,3	131,3	175,1
1º GRAU								
TOTAL .....	17 066,1	100,0	19 551,1	100,0	24 733,4	100,0	114,6	144,9
Homens .....	8 600,1	50,4	9 835,1	50,3	12 339,5	49,9	114,4	143,5
Mulheres .....	8 466,0	49,6	9 716,0	49,7	12 393,9	50,1	114,8	146,4
RURAL .....	5 089,2	100,0	5 306,5	100,0	6 257,5	100,0	104,3	123,0
Homens .....	3 039,1	59,7	2 794,2 <sup>(1)</sup>	52,7	3 120,6	49,9	91,9	102,7
Mulheres .....	2 050,1	40,3	2 512,3 <sup>(1)</sup>	47,3	3 136,9	50,1	122,6	153,0
2º GRAU								
TOTAL .....	1 119,4	100,0	1 837,8 <sup>(1)</sup>	100,0	2 773,2	100,0	164,2	247,7
Homens .....	527,2	47,1	849,4 <sup>(1)</sup>	46,2	1 247,9	45,0	161,1	236,7
Mulheres .....	592,2	52,9	988,4 <sup>(1)</sup>	53,8	1 525,3	55,0	166,9	257,6
RURAL .....	12,1	100,0	20,2 <sup>(1)</sup>	100,0	30,5	100,0	166,9	252,1
Homens .....	10,2	84,0	15,1 <sup>(1)</sup>	74,9	19,2	62,8	148,0	188,2
Mulheres .....	1,9	16,0	5,1 <sup>(1)</sup>	25,1	11,3	37,2	268,4	594,7
3º GRAU								
TOTAL .....	561,5	100,0	1 072,6	100,0	1 707,3	100,0	191,0	304,1
Homens .....	345,1	61,5	543,9	50,7	681,6	39,9	157,6	197,5
Mulheres .....	226,4	40,3	528,7	49,3	1 025,7	60,1	233,5	453,2
4º GRAU								
MESTRADO .....	7,3	100,0	16,0	100,0	29,2	100,0	219,2	400,0
Homens .....	5,4	74,0	9,6	59,7	12,1	41,4	177,8	224,1
Mulheres .....	1,9	26,0	6,4	40,3	17,1	58,6	336,8	900,0
DOUTORADO .....	0,6	100,0	1,3	100,0	2,0	100,0	216,7	333,3
Homens .....	0,5	82,7	0,9	71,2	1,0	50,6	180,0	200,0
Mulheres .....	0,1	17,3	0,4	28,8	1,0	49,4	400,0	1 000,0
TODOS OS GRAUS								
TOTAL .....	19 177,2	100,0	23 044,8	100,0	29 990,6	100,0	120,2	156,4
Homens .....	9 676,4	50,5	11 523,6	50,0	14 652,5	48,9	119,1	151,4
Mulheres .....	9 500,8	49,5	11 521,2	50,0	15 338,1	51,1	121,3	161,4

FONTE: SEEC - MEC e DEISO-IBGE.

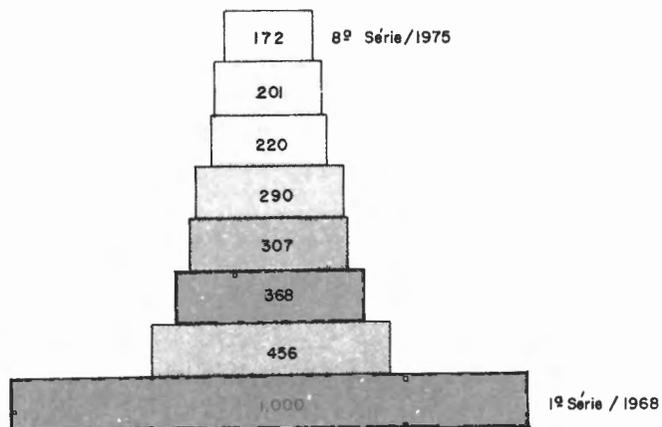
NOTA: (1) Dados estimados pelo SEEC - MEC.

4. PROGRESSÃO ESCOLAR NO ENSINO DE 1º GRAU (da 1ª para 2ª série)  
 Brasil - 1971/72 - 1974/75



FONTE : Ver Tabela 3

5. PROGRESSÃO ESCOLAR INTERANUAL NO ENSINO DE 1º GRAU  
 (sobrevivência escolar)  
 Brasil - 1968 - 75



FONTE: Ver Tabela 4

3 - PROGRESSÃO ESCOLAR NO ENSINO DE 1º GRAU, DA 1ª PARA A 2ª SÉRIE

BRASIL

1971/1972-1974/1975

Em 1 000 matrículas

PERÍODOS	MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO (EM 30-04)		PROGRESSÃO ESCOLAR %
	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	
1971-72 .....	6 035,4	3 171,9	52,6
1972-73 .....	6 206,8	3 186,0	51,3
1973-74 .....	6 181,1	3 144,6	50,9
1974-75 .....	5 702,1	3 119,4	54,7

FORNTE: SEEC-MEC E DEISO-IBGE.

4 - PROGRESSÃO ESCOLAR, INTERANUAL, E RETENÇÃO GLOBAL (VIRTUAL)  
NO ENSINO DE 1º GRAU

BRASIL

1968-1975

Em 1 000 matrículas

PERÍODO	MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO, POR SÉRIE E PROPORÇÃO POR 1 000 ALUNOS			
	1ª	2ª	3ª	4ª
1968-75 .....	5 692,1 1 000	2 592,4 456	2 094,4 368	1 745,4 307

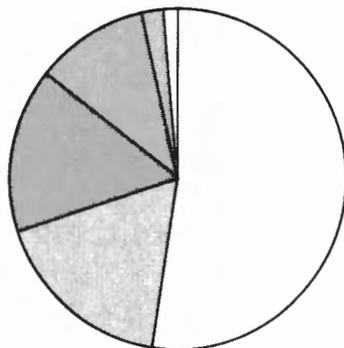
  

PERÍODO	MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO, POR SÉRIE E PROPORÇÃO POR 1 000 ALUNOS				RETENÇÃO GLOBAL (VIRTUAL) %
	5ª	6ª	7ª	8ª	
1968-75 .....	1 650,6 290	1 249,7 220	1 144,0 201	980,1 172	17,2 -

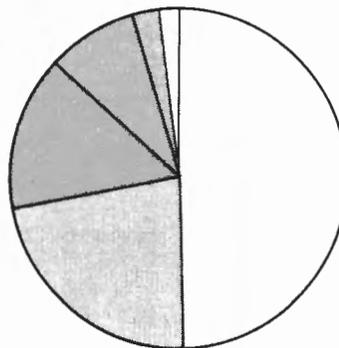
FORNTE: SEEC-MEC e DEISO-IBGE.

**6. MATRÍCULAS DO 3º GRAU NO CICLO PROFISSIONAL, NO INÍCIO DO ANO (30-04) DE 1975 E CONCLUSÕES DO CURSO EM 1974, Por Áreas de Conhecimento-Brasil.**

a) Conclusões em 1974.



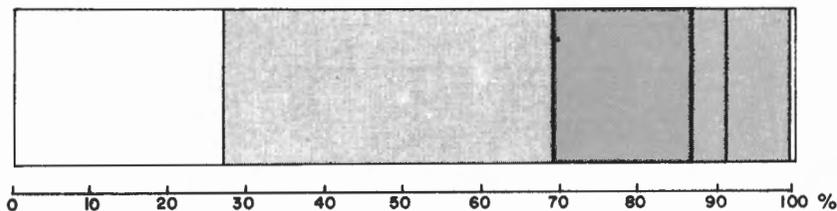
b) Matrículas em 1975.



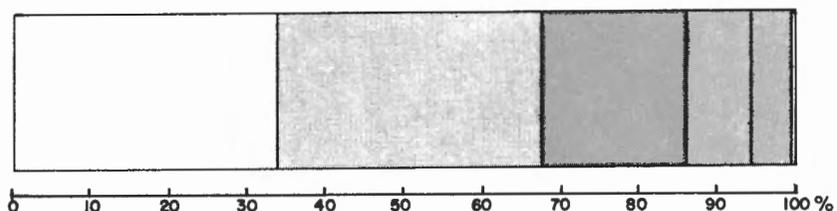
FONTE : Ver Tabela 5

**7. MATRÍCULAS DO 4º GRAU- MESTRADO E DOUTORADO- NO INÍCIO DO ANO (30-04) DE 1975 E CONCLUSÕES DO CURSO EM 1974, Por Áreas de Conhecimento-Brasil.**

a) Conclusões em 1974.



b) Matrículas em 1975.



Legenda



FONTE : Ver Tabela 6

5 - MATRÍCULAS NO INÍCIO DO ANO (30-04) E CONCLUSÕES DE CURSO NO 3º GRAU NO  
CICLO PROFISSIONAL, POR ÁREAS DE CONHECIMENTO

BRASIL  
1971-1975

ÁREAS DE CONHECIMENTO	1971		1972		1973		1974		1975
	MATRÍCULAS	CONCLUSÕES	MATRÍCULAS	CONCLUSÕES	MATRÍCULAS	CONCLUSÕES	MATRÍCULAS	CONCLUSÕES	MATRÍCULAS
NÚMEROS ABSOLUTOS									
TOTAL .....	418 460	73 453	476 164	96 470	553 950	135 339	693 775	150 226	789 395
Ciências Biológicas e Profis- sões da Saúde .....	61 132	11 361	70 077	15 586	82 173	19 740	96 740	23 521	116 592
Ciências Exatas e Tecnolôgi- cas .....	80 620	13 570	91 262	17 772	108 689	23 307	145 536	25 635	177 378
Ciências Agrárias .....	9 517	2 012	7 914	2 366	11 372	2 922	15 559	2 823	17 860
Ciências Humanas .....	216 705	36 986	248 827	48 707	285 574	71 559	360 559	79 087	393 685
Letras .....	43 789	7 498	51 198	10 699	57 734	15 100	61 674	16 754	66 911
Artes .....	6 697	2 026	6 886	1 340	8 408	2 711	13 368	2 406	16 969
NÚMEROS RELATIVOS									
TOTAL .....	100,0	100,0	113,8	131,3	132,4	184,3	165,8	204,5	188,6
Ciências Biológicas e Profis- sões da Saúde .....	100,0	100,0	114,6	137,2	134,4	173,8	158,2	207,0	190,7
Ciências Exatas e Tecnolôgi- cas .....	100,0	100,0	113,2	131,2	134,8	171,8	180,5	188,9	220,0
Ciências Agrárias .....	100,0	100,0	83,2	117,6	119,5	145,2	167,5	140,3	187,7
Ciências Humanas .....	100,0	100,0	114,8	131,7	131,8	193,5	166,4	213,8	181,7
Letras .....	100,0	100,0	116,9	142,7	131,8	201,4	140,8	223,4	152,8
Artes .....	100,0	100,0	102,8	66,1	125,5	133,8	199,6	118,8	253,4

FONTE: SEEC - MEC e DEISO-IBGE.

6 - MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO (30-04) E CONCLUSÕES DE CURSO, NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
(MESTRADO E DOUTORADO), POR ÁREAS DE CONHECIMENTO

BRASIL  
1971-1975

ÁREAS DE CONHECIMENTO	1971		1972		1973		1974		1975
	MATRÍCULAS	CONCLUSÕES	MATRÍCULAS	CONCLUSÕES	MATRÍCULAS	CONCLUSÕES	MATRÍCULAS	CONCLUSÕES	MATRÍCULAS
NÚMEROS ABSOLUTOS									
TOTAL .....	7 833	1 439	9 780	1 597	12 359	2 734	17 243	2 839	17 260
Ciências Biológicas e Pro- fissões da Saúde .....	918	200	1 281	107	1 850	582	3 380	499	3 149
Ciências Exatas e Tecnolôgi- cas .....	3 936	830	4 415	564	5 429	1 086	5 572	1 195	5 757
Ciências Agrárias .....	877	106	802	116	737	251	774	237	1 025
Ciências Humanas .....	1 446	296	2 716	649	3 748	665	6 254	767	5 828
Letras .....	656	7	566	161	595	150	1 101	124	1 409
Artes .....	-	-	-	-	-	-	162	17	92
NÚMEROS RELATIVOS									
TOTAL .....	100,0	100,0	124,9	111,0	157,8	190,0	220,1	197,3	220,4
Ciências Biológicas e Pro- fissões da Saúde .....	100,0	100,0	139,5	53,5	201,5	291,0	368,2	249,5	343,0
Ciências Exatas e Tecnolôgi- cas .....	100,0	100,0	112,2	68,0	137,9	130,8	141,6	144,0	146,3
Ciências Agrárias .....	100,0	100,0	91,5	109,4	84,0	236,8	88,3	223,6	116,9
Ciências Humanas .....	100,0	100,0	187,8	219,3	259,2	224,7	432,5	259,1	403,0
Letras .....	100,0	100,0	86,3	2 300,0	90,7	2 142,9	167,8	1 771,4	214,8
Artes .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: SEEC-MEC e DEISO-IBGE.

### VII.3 - ENSINO SUPLETIVO

#### VII.3.1 - ENSINO SUPLETIVO DE 1º E 2º GRAUS

##### VII.3.1.1 - NATUREZA E ABRANGÊNCIA DOS DADOS DISPONÍVEIS

As informações, com base nas quais se procurará dar uma visão sintética da atual situação do ensino supletivo de 1º e 2º graus, provêm, de um lado, de dados proporcionados pelo Departamento de Ensino Supletivo do Ministério da Educação e Cultura e, de outro, do exame<sup>(1)</sup> de alguns trabalhos de natureza distinta — teses de mestrado, trabalhos acadêmicos, relatórios de pesquisas oficiais com vistas à reformulação de currículos — que, por sua acessibilidade, puderam ser compulsados, numa tentativa de qualificar os dados apresentados.

A escassez de dados resulta de ter o ensino supletivo deixado de ser objeto de levantamento pelo Sistema Estatístico Nacional a partir de 1972. Consequentemente, no que se refere à informação, houve evidente perda do seu alcance. Essa situação pôde, contudo, ser parcialmente contornada, pois alguns dados passaram a ser obtidos por meio de consulta direta do Departamento de Ensino Supletivo, às diferentes Unidades de Informação das Secretarias Estaduais de Educação, e a órgãos encarregados de programas na área do ensino supletivo como, por exemplo, o Mobral<sup>(2)</sup> e organismos de rádio e televisão educativa.

Com relação a numerosos dados, torna-se apenas possível a apresentação do quantitativo referente a um único ano, por duas razões primordiais. Primeiro, não se julgou seguro tentar comparar os últimos dados relativos ao ensino supletivo anteriormente fornecidos pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, com os agora proporcionados pelo Departamento de Ensino Supletivo, por diferirem fundamentalmente tanto a natureza dos dados abarcados, quanto a forma de coleta das informações. Segundo, apenas se dispõe, em relação ao material fornecido pelo Departamento de Ensino Supletivo, de séries históricas pouco extensas para reduzido número de dados. Assim, quanto aos cursos, os levantamentos anteriores cobriam apenas os "convencionais" (sistemáticos), ao passo que o atual procura atingir igualmente os ministrados por televisão e rádio, mas apenas oferece os contingentes de um ano. Do que resulta um primeiro limite à própria natureza do trabalho: a impossibilidade de ser uma avaliação da tendência ou da evolução dos aspectos do ensino supletivo, que aborda de maneira fundamentalmente descritiva.

Os aspectos examinados se referem a alunos de cursos, em suas diferentes modalidades, a candidatos de exame de suplência de 1º e 2º graus, bem como a exames de suplência profissionalizante, esses últimos exclusivamente a nível de 2º grau. Sempre que existentes e acessíveis informações sobre as suas respectivas clientela, delas faz-se uso com a intenção de qualificar a informação quantitativa de maior abrangência, que é, porém, bastante pobre com relação às características das mesmas. Note-se, contudo, ser muito pouco amplo o alcance dos dados referentes a certos traços dessas clientela: na totalidade dos casos, são eles provenientes de estudos parciais, ou até mesmo locais, feitos em sua maioria com um número reduzido de sujeitos, o que, certamente, impede seu poder de generalização. Daí a segunda limitação do trabalho, as informações de natureza social que inclui, nada mais são do que meras "pistas", espacial e numericamente restritas de certos indicadores e dificuldades, a seguir expostos.

(1) Tal exame, de nenhuma maneira, pretendeu ser exaustivo, dadas as limitações de tempo e, até mesmo, a impossibilidade de obtenção de alguns textos de cuja existência se teve conhecimento.

(2) Cujo Programa de Alfabetização Funcional será examinado separadamente.

Inicia-se a apresentação pelos problemas de organização, de ordem mais geral, a fim de qualificar as informações quantitativas posteriormente elaboradas sobre o ensino supletivo, e alertar para as possíveis fontes de imprecisão das mesmas.

#### VII.3.1.2 - PROBLEMAS DE ORGANIZAÇÃO

Considera-se a referência a problemas de organização de grande importância. De fato, pelo menos um dentre eles esclarece quanto à possibilidade da ocorrência de distorções nos quantitativos de clientela apresentados, ao passo que outros apontam mais para a qualidade de "escolarização" por ela recebida ou para a qualidade da avaliação que se faz dos conhecimentos por ela adquiridos. Tais problemas foram expostos em conferência pronunciada pelo Diretor do Ensino Supletivo, por ocasião do IV Encontro Nacional de Dirigentes de Órgãos do Ensino Supletivo, em outubro de 1976. (Leite Neto, 1977).

Assim, a falta de concomitância, a nível nacional, para a realização dos exames de suplência tem acarretado "movimentação de grande número de candidatos através das diversas Unidades da Federação, em verdadeiras caravanas mobilizadas por escritórios, agências de turismo e cursinhos, que oferecem inúmeras vantagens e facilidades. Em alguns estados o percentual de candidatos de fora tem variado de 10 a 40%" (Leite Neto; 1977: p. 14). Embora seja recomendada a centralização e unificação dos exames pelas respectivas Secretarias de Educação e a concomitância de datas, nos meses de junho e novembro de cada ano, anúncio recentemente publicado em jornal de grande tiragem no Rio de Janeiro, leva à suposição de que essa situação persiste. Seu texto, publicado por três dias consecutivos, diz: "Supletivo em Vitória. Opção para concluir o 2º grau, principalmente para dependentes de Matérias. Provas em: 19-20-26 e 27/maio/79. Inscrições..." (Jornal do Brasil: 15/1/79, Classificados, p.3). De tal possibilidade de inscrição de um mesmo candidato, em diferentes exames de diversos sistemas estaduais, resulta evidentemente um sério risco de que o mesmo candidato seja incluído duas, ou até mais vezes, ao se tentar levantar o número total de pretendentes aos exames de suplência, a partir de informações prestadas pelas respectivas Secretarias de Educação.

Já um outro problema a que se faz menção revela serem muito variáveis "os conteúdos mínimos/exigidos/, gerando grandes variações entre as taxas de aprovação nos exames supletivos nas unidades federais. Exemplo: Matemática, 77,9% em um Estado e 0,4% em outro, o que vem contribuindo para a migração interna de caravanas de candidatos..." (Leite Neto; 1977: p.15). Cabe, assim, perguntar: qual o grau de comparabilidade da aferição a nível nacional, do índice de conhecimento, em qualquer disciplina?

Estreitamente articulado a esse, outro problema: "a exclusividade de provas de múltipla escolha nos exames supletivos não vem permitindo avaliar a maturidade dos candidatos no idioma nacional" (Leite Neto; 1977: p.15). Não se poderia dizer, certamente, que se trata aqui de problema exclusivo dos exames supletivos. Recentes provas dos exames vestibulares, com redação, demonstraram que candidatos cujos conhecimentos foram aferidos através de outras formas de avaliação também não têm conhecimento suficiente do idioma nacional.

Mas quanto ao preparo para tal aferição, as consequências parecem não envolver e prejudicar apenas a escolaridade recebida pelos candidatos, pois, o que se tem observado é que a "proliferação descontrolada de 'cursinhos' preparatórios a exames supletivos, muitos dos quais apenas visam ao treinamento para as provas de múltipla escolha, desvinculados de objetivos educacionais, pode implicar em desvios dos objetivos maiores da educação nacional" (Leite Neto; 1977:

p.13).

Suscintamente, a verificação desses problemas parece aconselhar interpretação cautelosa, quer dos efetivos absolutos apresentados, quer das possíveis comparações entre indicadores com base neles calculados.

#### VII.3.1.3 - OS CURSOS SUPLETIVOS

Segundo o Departamento de Ensino Supletivo foram encontradas dificuldades na primeira coleta de dados realizada em 1976, a partir de solicitação direta às Unidades da Federação. (3)

A partir desse levantamento, único disponível, será feita a indicação da ordem de grandeza da clientela dos cursos supletivos no País. A par das dificuldades, para o 1º grau, por exemplo, o levantamento abrange categorias de cursos que vão, desde a simples alfabetização, ao ensino convencional de 1º grau, ministrados de forma sistemática. Desse modo, o total apresentado, constitui uma estimativa do montante de pessoas que recorrem ao ensino supletivo de 1º grau como forma de obtenção de alguma "escolaridade" de caráter geral, e inclui indivíduos nos mais variados estágios da suplência de 1º grau. Quanto ao 2º grau, as informações são menos detalhadas, permitindo apenas estimar os contingentes segundo a modalidade dos cursos ministrados, mas é impossível estabelecer o número de admitidos e de evadidos nos quadros constantes do levantamento (MEC/DSU, s/d: p.7).

Resumidamente, os efetivos de 1º e 2º graus nos cursos supletivos puderam ser reunidos no Quadro I. Observa-se que ainda predominava em 1976 a modalidade convencional, mais próxima da forma adotada pelo ensino regular, onde há relação direta entre alunos e professores. Por outro lado, excluindo-se os alunos dos cursos de alfabetização do Mobral, poder-se-ia estimar em aproximadamente 1 612,5 mil (4) o número de pessoas que recorreram nesse ano a cursos de suplência para prosseguirem estudos além da mera alfabetização nos cursos de 1º grau. Nestes últimos, a evasão foi de cerca de 22,9% (368,8 mil). Talvez essa taxa de abandono possa explicar em parte a grande diferença observada entre os contingentes de alunos efetivos dos cursos de 1º e 2º graus. Mesmo quando não se leva em consideração os dos cursos de alfabetização, há 32,5 vezes mais alunos no 1º grau. Sendo esse o contingente mais expressivo dos cursos de suplência, caberia, sem que se pretenda serem os mesmos válidos e generalizáveis para a totalidade, reproduzir alguns dados sobre sua clientela e referir a certos problemas das escolas supletivas no Estado do Rio de Janeiro. (5)

Visando à reformulação de currículos de suplência realizaram-se dois levantamentos por amostragem: um primeiro abarcando as chamadas classes de alfabetização das escolas supletivas, cujo objetivo era testar a validade e eficiência de um método de alfabetização; o outro tendo como universo a totalidade dos alunos de suplência, com a finalidade de propor conteúdos curricula

(3) "atraso pelas UFs. no envio dos conjuntos de Formulários; preenchimento incorreto dos Formulários, decorrente da não observação das instruções específicas para preenchimento dos Quadros existentes na Sistemática Operacional; ausência de justificativas do não preenchimento de formulários; não compatibilização dos Dados e/ou Informações dada em Quadros 'Síntese' e Quadros que detalham os mesmos Dados e/ou Informações" (MEC/PSU; s/d: p.2).

O levantamento não abarca o ensino por correspondência, que será examinado adiante, e faltam informações de vários estados.

(4) Não é possível saber quantos desse contingente estavam sendo simplesmente alfabetizados, nas demais modalidades dos cursos de suplência.

(5) As informações quanto a esses aspectos são provenientes de material elaborado pelo Laboratório de Currículos da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, desse Estado.

QUADRO I  
ALUNOS ADMITIDOS, EFETIVOS E EVADIDOS DOS CURSOS DE  
SUPLÊNCIA DE 1º E 2º GRAUS SEGUNDO  
A MODALIDADE DO CURSO

BRASIL

1976

GRAU E MODALIDADE DO CURSO	ADMITIDOS	EFETIVOS	EVADIDOS
<b>1º GRAU</b>			
TOTAL (1) .....	2 629 825	2 094 100	535 725
Alfabetização (2) .....	1 017 332	850 376	166 956
Rádio .....	146 857	93 719	53 138
Televisão .....	29 866	24 292	5 574
Convencional (3) .....	1 435 770	1 125 713	310 057
<b>2º GRAU</b>			
TOTAL (4) .....	...	38 295	...
Rádio .....	...	2 398	...
Televisão .....	...	191	...
Convencional (5) .....	...	35 706	...

FONTE: MEC/DSU - Dados sobre Ensino Supletivo - 1976 - Brasília, s/d., mimeo. DEISO-IBGE.

NOTAS: (1) Os totais de admitidos e evadidos são calculados como soma das parcelas e não coincidem com os apresentados à p.3 da fonte, só se observando coincidência para o total de efetivos.

(2) Refere-se aos cursos de Alfabetização Funcional do Mobral, primeira remessa de dados.

(3) Inclusive cursos de Educação Integrada do Mobral e dos Centros de Ensino Supletivo.

(4) O total de efetivos não coincide com o publicado à p.3 da fonte.

(5) Inclusive cursos dos Centros de Ensino Supletivo.

res para os diferentes estágios da suplência de 1º grau. Em ambos os casos, foram coletados da dos referentes à clientela. Diferem bastante, tanto o número de casos das respectivas amostras (6), quanto a área abrangida. O primeiro levantamento só pode ser feito na Região I do Estado do Rio de Janeiro, referindo-se portanto, a apenas dois municípios: Niterói e São Gonçalo; o segundo, entretanto, cobriu escolas localizadas em todas as Regiões — Programa do estado. Em linhas gerais, eis algumas características das duas populações estudadas:

a) DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO: a amplitude total da distribuição dos alunos por idade vai de 13 a 66 anos, concentrando-se 50% ou mais dos alunos no intervalo de 13 a 20 anos. Há uma grande incidência de mulheres no sub-grupo de maiores de 18 anos. Para os 67,6% de alunos que estão empregados, o nível salarial é muito baixo: mais de 80% percebem até um salário-mínimo. O nível ocupacional, a que têm acesso os que trabalham, revela ser grand a proporção dos empregados em atividade manuais simples (75,6%) e pouco significativo o percentual dos que trabalham em ocupações mais qualificadas (20,3% e 3,3% em ocupações que exigem, respectivamente, treinamento em serviço e algum treinamento prévio). Eleva-se a 56,9% a proporção de alunos

(6) Para o teste do método de alfabetização o total de alunos pesquisados é de 342 nas classes de alfabetização de 11 escolas; no segundo estudo, o número de sujeitos na amostra excede 4 000 alunos de 104 escolas.

com alguma escolaridade anterior e, destes, 40,8% com primário incompleto; 1% com primário e curso do Mobral, 1% com primário completo; 20,4% com curso do Mobral, 13,6% com curso supletivo, 1% com curso de datilografia, 1,9% com curso de corte e costura, 1% com curso de fazer flores.

Quanto aos motivos apontados para não terem terminado o curso anterior, sobressaem as referências às condições financeiras precárias das famílias: "não tinha dinheiro para comprar o uniforme"; os problemas relacionados à situação de trabalho ou à necessidade de trabalhar: "saíu porque precisava trabalhar", "a patroa não deixava", "só tinha tempo para trabalhar", ou dificuldades referentes à dinâmica do grupo familiar: "tomar conta dos irmãos", "separação dos pais e mudança de cidade". Para os que não haviam estudado antes, as razões alegadas são semelhantes, havendo, contudo, também menção a preconceitos e "falta de orientação dos pais no sentido de impedirem a frequência à escola" (SEEC/Laboratório de Currículos, Projeto de Reformulação ... (1.ª a 4.ª séries), volume 2: pp.6, 18, 22, 25, 27, 38 e 42-43. (7))

b) DAS ESCOLAS SUPLETIVAS DO ESTADO: 54,3% da clientela são do sexo masculino e aproximadamente um terço dos indivíduos declarou ter família sob sua responsabilidade. Segundo o nível de instrução, os pais desses alunos se distribuíam da seguinte maneira: 23,0% nunca estudaram, 33,3% eram apenas alfabetizados, 23,9% tinham instrução primária, 10,7% ginásial, 2,9% colegial, 0,9% técnico e 0,8% universitário. A distribuição do nível de instrução das mães não apresentou diferenças significativas, uma vez que 31,8% nunca estudaram, 30,0% eram alfabetizadas, 24,9% tinham primário, 7,4% ginásial, 1,6% colegial, 2,0% normal, 0,2% técnico e 0,3% universitário.

Mais de dois terços dos alunos declararam trabalhar e aproximadamente 21,8% do contingente com idade igual ou inferior a 18 anos estavam empregados. Em sua maioria (41,6%) os alunos eram operários e trabalhadores não qualificados, correspondendo a 21,2% os operários qualificados e artífices e a 12,1% os trabalhadores rurais. Mais de 80% do total de alunos que trabalham recebem até um salário-mínimo e 60,9% declaram considerar insuficiente a remuneração para o atendimento de suas necessidades essenciais. Entre os motivos mais frequentemente apontados para a interrupção dos estudos anteriores estão a necessidade de trabalhar (43,0%), a mudança de residência (23,5%) e "dificuldades nos estudos" (12,7%) (SEEC/Laboratórios de Currículos, Projeto de Reformulação ... (5.ª a 8.ª séries): pp.17, 20, 32, 33, 34, 41 e 44).

Além dessas informações, outras foram colhidas, não são junto à mesma clientela no levantamento geral, mas também junto ao pessoal docente e administrativo das escolas, no estudo menos abrangente. A articulação dessas informações permite perceber, de um lado, certos problemas de funcionamento das escolas e dificuldades enfrentadas por seu corpo docente, e, de outro, as representações de administradores e docentes sobre a clientela que poderiam ser relacionadas a algumas das dificuldades sentidas pelos alunos para o seu desempenho escolar.

Na opinião de diretores e membros do corpo administrativo, os professores são poucos, faltam muito, o que prejudica a regularidade das aulas; apresentam formação deficiente e o desinteresse de alguns reforça e, às vezes, provoca o desinteresse dos alunos. Nas escolas, há falta de material específico para o aluno. A carga horária que lhe é dedicada é reduzida. As condições são inadequadas tanto para o pessoal técnico-administrativo, quanto para os alunos. O estado das instalações é precário. Observa-se carência de pessoal de apoio técnico e de serviços,

(7) Os percentuais foram aqui arredondados para uma só casa decimal, excluindo-se os sem declaração.

levando à acumulação de funções pelo corpo docente (SEEC/Laboratório de Currículos, Projeto de Reformulação ... (1ª à 4ª séries), volume 2: pp. 111, 112 e 114).

No que diz respeito aos problemas dos alunos, "são indicadas várias restrições ao aproveitamento que os mesmos podem alcançar: cansaço e subnutrição; frequência irregular, 'complexo de inferioridade', condições sócio-econômicas e psico-sociais adversas, baixo poder aquisitivo impossibilitando manterem-se regularmente no curso. Às condições sociais atribui-se o valor de determinante da baixa assiduidade e de certas características desfavoráveis do aluno (agressividade e desestímulo, por exemplo)" (SEEC/Laboratório de Currículos, Projeto de Reformulação ... (1ª à 4ª séries), volume 2: p. 116).

Já a visão dos professores regentes de turma sobre os seus alunos é tal que "sua imagem é polarizada por vetores positivos e negativos. Do lado positivo, tem-se a descrição dos alunos como pessoas com vontade de saber e de vencer, necessidade de se comunicarem, interessados durante as aulas, senso de responsabilidade e 'humildade'. Do lado negativo, mais enfatizado, esboçaram-se características individuais propriamente ditas, tais como se depreende de descrições assim: 'rudes', usando palavras 'grosseiras', com dificuldade de aprendizagem, pessimistas, inseguros, tímidos, pouco responsáveis, desatentos, não interessados no 'conteúdo' e sim no diploma; e características que podem ser entendidas como reflexos das condições de vida dos alunos: carentes de afeto e de diálogo, dominados por 'tabus' e desilusões, constantemente cansados, sacrificados pelo trabalho braçal, por falta de oportunidade quando crianças e pela alimentação inadequada" (SEEC/Laboratório de Currículos, Projeto de Reformulação ... (1ª à 4ª séries), volume 2: p. 120).

É bem possível que, em parte, advenham da ambigüidade dessas representações e da presença desses problemas de funcionamento das escolas, as seguintes dificuldades apontadas pelos alunos como impedimentos ao seu melhor desempenho escolar: entender o que lê (35,2%), escrever o que pensa (41,7%), resolver exercícios (38,0%), fazer contas (44,3%), conversar com os colegas (12,5%) e, finalmente, fazer perguntas ao professor (30,1%) (SEEC/Laboratório de Currículos, Projeto de Reformulação ... (5ª à 8ª séries): p.50, tabela 30).<sup>(8)</sup> Eis aí uma questão que, certamente, deveria ser mais bem estudada e não apenas nos cursos de suplência.

Não se ressentindo, pelo menos no mesmo grau e com a mesma frequência, da dificuldade de "entender o que lê", há um outro contingente de estudantes, não considerado pelo levantamento realizado pelo Departamento de Ensino Supletivo: o dos cursos por correspondência. Aqui difere bastante, porém, a natureza dos objetivos visados pelos alunos, pois a grande maioria busca nesta modalidade de ensino um conteúdo profissionalizante e não de educação geral como nos cursos de suplência. Assim é que, da clientela examinada em um estudo, apenas 8% dos alunos faziam cursos de madureza (19 e 29 graus) e preparação para a Aeronáutica (Guarany, 1978: p.23),<sup>(9)</sup> ao passo que 92% faziam cursos de caráter profissionalizante nas áreas de rádio, eletricidade, mecânica, desenho, contabilidade, saúde, pecuária — veterinária e corte e costura, em 1972, em escolas por correspondência privadas.

(8) As dificuldades mencionadas não são mutuamente exclusivas.

(9) Poder-se-ia, a rigor, afirmar ser ainda menor o contingente dos que buscam a suplência, dado que "preparação para a aeronáutica" pode ser considerada uma forma de facilitar acesso a uma ocupação. Contudo, não é possível saber quantos desses 8% visam exclusivamente à suplência. Este trabalho, que serve de base à exposição das características da clientela dos cursos por correspondência, elabora material de pesquisa mais abrangente empreendida pelo CNRH/IPEA sobre ensino por correspondência no país em 1973.

O acesso aos cursos nessa modalidade é "inteiramente aberto e apenas limitado pela capacidade de pagamento do aluno" (Guaranys, 1978: p.61). Essa limitação pela capacidade de pagamento talvez seja o principal determinante de certas diferenças de sua clientela em relação às observadas para os alunos dos cursos de suplência de 1º grau no Estado do Rio de Janeiro. Assim, tanto o seu nível salarial, quanto o ocupacional parecem ligeiramente mais elevados. De fato, sabe-se que o rendimento modal dos estudantes no ensino por correspondência examinados situava-se próximo de dois salários-mínimos (Guaranys, 1978: p.61), e que os alunos se distribuíam da seguinte maneira, quanto ao nível ocupacional: 50,1% eram operários qualificados; 23,1% trabalhavam em postos de supervisão de ocupações manuais; 13,3% tinham ocupações não manuais de rotina e apenas 10,1% eram trabalhadores não qualificados (Guaranys, 1978: p.75).<sup>(10)</sup>

Ainda assim e apesar da "modéstia" das mensalidades pois o preço total de um curso destes em geral não atinge um salário mínimo (Guaranys, 1978: p.105), o estudo revela que "a causa mais importante para o abandono do curso eram restrições orçamentárias. Esta resposta é razoavelmente convincente, em vista do baixo nível de renda auferido pelos alunos que estão próximos do nível de atendimento às necessidades básicas ... Isto significa que pequenas variações na sua renda disponível são de ordem a impedir a continuação do curso. Possivelmente, um curso por correspondência é o gasto mais superfluo em seu orçamento" (Guaranys, 1978: p.61). Do que é também evidência, o depoimento de um aluno desistente:

"Escrevo para dizer que abandonei a Escola devido a minhas condições financeiras e porque eu ia viajar mais já voltei e estou estudando em uma escola profissional que é a ..... mais é assim, um mês eu pago a Escola outro fico devendo e pago o aluguel do quarto ..." (Cobrador de ônibus, Santo André, São Paulo, nível primário, abandonou o curso de mecânico de automóvel) (Guaranys, 1978: p.89).<sup>(11)</sup>

Quanto ao nível de instrução, o desses alunos parece ser algo mais elevado que o da população de dez anos e mais em 1976. De fato, sua distribuição segundo o nível educacional mostrava, a baixa incidência dos apenas alfabetizados (0,2%).

As proporções de alunos com alguma escolarização eram as seguintes: 16,0% com primário incompleto, 27,5% com primário completo; 30,4% com ginasial completo ou incompleto; 23,9% com colegial completo ou incompleto e 2,0% com curso superior completo ou incompleto (Guaranys, 1978: p.73). Tais proporções se aproximam das registradas pela PNAD-76 para a população de 10 anos e mais,<sup>(12)</sup> notando-se apenas ser menor a proporção dos que possuem estudos superiores completos ou incompletos: nesse caso, 3,0%. Para as demais categorias de instrução, a situação é amplamente favorável aos alunos dos cursos por correspondência, já que, na população de dez anos e mais, as proporções se elevam a 27,8% com primário incompleto, 17,7% com primário completo, 18,5% com

(10) Os restantes 3,4% pertenciam a níveis ocupacionais mais elevados: altos cargos políticos e administrativos, proprietários de grandes empresas, cargos de gerência ou direção, profissionais liberais, proprietários de empresas médias, supervisão de ocupações manuais e técnicos de nível médio.

(11) O depoimento sugere também haver maior tolerância com o atraso de pagamento de mensalidades em outras modalidades de ensino.

(12) A comparação aqui feita agrega os dados da PNAD 1976, tanto quanto possível, nas categorias do levantamento sobre o ensino por correspondência, e exclui os que nela não declararam série ou grau. Note-se, por outro lado, que é pequena a proporção de alunos com idade inferior a quinze anos nos cursos por correspondência: apenas 4%.

ginasial completo ou incompleto e 6,3% com colegial completo ou incompleto.

Essa situação favorável não garante, porém, que vários dentre os alunos dos cursos por correspondência, assim como os dos cursos de suplência, não encontrem dificuldades para "escrever o que pensam", o que se depreende do seguinte comentário:

"eu quero fazer este curso porque tenho certeza que vai me ajudar muito e porque conheço pessoas que já fizeram o que estão fazendo aqui na minha Rua mesmo tenho um amigo que fez eletrônica e que já conseguiu um bom emprego o nome dele é A.B.C. e por esta e mais razões.

Porque eu achei muito barato do que as outras: eu não sou um cara sabido mas penso que dá para fazer este curso. Porque as lições não são difíceis e são boas". (empregado em padaria, 33 anos, primário incompleto, curso de rádio e televisão) (Guaranys, 1978: p.69).

Tal dificuldade poderia, é claro, ser minorada pelos cursos por correspondência. Contudo, o que se sabe da avaliação feita da aprendizagem dos alunos leva à suposição de que pouca influência terão quanto a esse aspecto. Pois que "encontraram-se testes com um só tipo de questão — certo ou errado, ou múltipla escolha — abrangendo no domínio cognitivo apenas o nível do simples conhecimento, muitas vezes de forma superficial" (Guaranys, 1978: p. 50). Ao não proporcionar, com esta forma de avaliação, o desenvolvimento da capacidade de "escrever o que pensa", o ensino por correspondência tenderá, por certo, a manter certas deficiências de aprendizagem para os oriundos de um ensino fundamental bem pouco instrutivo, como sugerem os depoimentos anteriores. O que, por outro lado, não implica afirmar que tal modalidade de ensino, com sua variedade de cursos, não constitua um benefício para boa parte de sua clientela. É o que se encontra presente na representação de um de seus alunos:

"Foi sem dúvida alguma, a porta aberta ao trabalhador rural e aos moradores dos pequenos centros. Sendo por meio deles que estas pessoas podem participar do conhecimento". (Sitiente e motorista de caminhão, 22 anos, cursos de eletrônica, madureza ginasial e colegial, esteno datilografia, rádio e televisão) (Guaranys, 1978: p.7).

Quanto às demais funções do ensino supletivo — qualificação, aprendizagem e suprimento — só se dispõe de seus efetivos para 1976. Na qualificação de 1º grau encontravam-se inscritos 10 295 alunos, dos quais 9 164 efetivos. Na qualificação de 2º grau o número de inscritos era de 7 245 e o de efetivos 6 222. Na aprendizagem os inscritos se elevavam a 3 444 e os efetivos a 1 284, ambos no 1º grau. No que diz respeito ao suprimento, os efetivos montavam a 13 057 e os inscritos a 15 620. (MEC/DSU, s/d: pp. 19, 20 e 24).

#### VII.3.1.4 - OS EXAMES SUPLETIVOS

Os dados disponíveis sobre a clientela dos exames supletivos de 1º e 2º graus referem-se ao total de inscritos ou de presentes nas diferentes disciplinas, não refletindo, com precisão, o número de candidatos inscritos ou presentes ao longo do período aqui examinado. Adotando-se, porém, o número médio de quatro disciplinas por candidato, encontrado em um estudo sobre os exames supletivos de 2º grau em cinco capitais (Belém, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre

e Brasília), em meados de 1976, (Velloso, 1977: p. 29),<sup>(13)</sup> poder-se-ia estimar, em 1975, a partir do Quadro II, em aproximadamente 312,5 mil o número de inscritos nos exames de suplência de 1º grau e de 343,8 mil o montante de inscritos nos exames de 2º grau. Segundo o mesmo critério, chega-se a uma estimativa de 258,4 mil e 240,5 mil candidatos que se apresentaram às provas dos exames supletivos de 1º e 2º graus, em 1976, respectivamente, na hipótese da ocorrência de um único exame anual. Os dados disponíveis para 1977 ainda são precários e não permitem qualquer cálculo estimativo sobre o número de presentes aos exames supletivos.

Por esse mesmo motivo as taxas globais de aprovação no conjunto de disciplinas para esse último ano, não são calculadas, e foram as seguintes, em 1975 e 1976: no primeiro ano, sobre o total dos inscritos no conjunto de disciplinas, da ordem de 35,0% no 1º grau e de 33,5% no segundo grau; no segundo ano, sobre o total dos presentes aos exames também no conjunto de disciplinas, de 28,6% no 1º grau e de 34,7% no 2º grau.

QUADRO II  
CANDIDATOS INSCRITOS, PRESENTES E APROVADOS NO  
CONJUNTO DAS DISCIPLINAS DOS EXAMES  
SUPLETIVOS DE 1º E 2º GRAU  
BRASIL  
1975-1977

INSCRIÇÃO, PRESENÇA, APROVAÇÃO E GRAU	ANOS		
	1975	1976	1977
Em milhares			
1º GRAU			
Inscritos .....	1 250,1	...	...
Presentes .....	...	1 033,6	237,0 <sup>(1)</sup>
Aprovados .....	438,3	295,2	50,5 <sup>(2)</sup>
2º GRAU			
Inscritos .....	1 375,1	...	...
Presentes .....	...	961,3	241,2 <sup>(3)</sup>
Aprovados .....	460,8	334,0	55,3 <sup>(4)</sup>

FONTE: Para os dados de 1975: o DSU e os Exames Supletivos. Ensino Supletivo, 4 (10): 23-31, 1977 pp. 25 e 26 - DEISO/IBGE.

Para os dados de 1976 e 1977: Secretarias de Educação/Sistemática Operacional. DSU/MEC, DEISO/IBGE.

- NOTAS: (1) Dados não informados para Pará, Rio de Janeiro e Santa Catarina e dados referentes aos inscritos em Alagoas, São Paulo e Paraná.  
(2) Dados não informados para Pará, Alagoas, Maranhão, Fernando de Noronha, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.  
(3) Dados não informados para Pará, Rio de Janeiro e Santa Catarina e dados referentes aos dos inscritos em Alagoas e São Paulo.  
(4) Dados não informados para Amapá, Pará, Maranhão, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

(13) "Os dados que levantamos indicam que, nas capitais analisadas, um candidato inscreve-se numa média de quatro disciplinas ...".

Contudo, a mera apresentação dessas taxas globais oculta a variabilidade das taxas de aprovação por disciplina de um para outro estado (cf. Gráfico 1), o que pode ter provocado, como já se salientou, o deslocamento de candidatos em busca de exames onde sejam menores as exigências. Tomando-se aqui apenas a variação do rendimento observada no ano de 1975, seria possível adiantar duas hipóteses, aliás já levantadas em estudo anterior (Velloso, 1977: pp. 27-29)<sup>(14)</sup>: ou é bastante diferente a clientela que se inscreve nos exames supletivos dos vários estados, ou é grande a variação dos padrões de avaliação nos diferentes exames inter disciplinas, no mesmo estado, e inter estados, na mesma disciplina.

Tanto a experiência do Departamento de Ensino Supletivo, quanto os dados sobre a clientela das cinco capitais (Velloso, 1977), aconselham que se opte pela segunda hipótese. De fato, ao apoiarem, entre outras recomendações das Secretarias de Educação para a "melhoria e maior racionalidade dos exames supletivos", a necessidade de providências no sentido de estabelecer "um núcleo comum a nível nacional, para evitar problemas de complementação de disciplinas por parte dos candidatos que se transferem para outros estados" (MEC/DSU, 1977: p. 31), o Ministério da Educação e Cultura e o Departamento de Ensino Supletivo apontam a variabilidade nos critérios de avaliação entre estados. De outra parte, pelo menos a clientela acima referida e que prestou exames de 2º grau em meados de 1976, não parece diferir muito quanto à distribuição das proporções de candidatos segundo a origem sócio-econômica, aferida através do prestígio ocupacional do pai. Assim, "os candidatos provenientes de famílias de nível sócio-econômico baixo ... compreendem entre 41% e 48% dos totais em cada capital" (Velloso, 1977: pp. 15-16), ao passo que os pertencentes aos estratos médios alcançaram entre 41% e 35% e os originários dos estratos altos entre 17 e 19% dos respectivos totais (Velloso, 1977: p. 15).<sup>(15)</sup> Estes dados mais uma vez sugerem ser a segunda hipótese a mais plausível para a explicação da grande variabilidade das taxas de aprovação por disciplina nos exames supletivos em 1975.

Ainda quanto à escolaridade regular anterior dos candidatos, observou-se pouca diferença nas proporções das diversas categorias sobre os respectivos totais. Aqui a variação nas distribuições alcançou entre 36% e 43% para os que tinham colegial incompleto; entre 46% e 50% para candidatos com ginásial completo ou incompleto; entre 8% e 13% para os candidatos com primário completo, variando entre menos de 1% e 2% as proporções de candidatos com primário incompleto e sem escolaridade (Velloso, 1977: p. 7).

Além de reforçarem a plausibilidade da segunda hipótese acima, tais dados levantam uma outra questão: parece ser bastante elevada em relação à escolaridade regular a situação dos candidatos aos exames supletivos do 2º grau nessas capitais, o que sugeriria, por um lado, que essa forma de obtenção do certificado de equivalência a estudos regulares neste grau só seria acessível aos que puderam ter uma experiência razoavelmente longa, em comparação com a da população em geral, no ensino regular.<sup>(16)</sup>

Por outro lado, indicaria que os exames de suplência não estariam substituindo a instrução alcançada no ensino regular, mas tão somente "complementando a escolaridade regular não

(14) As hipóteses, entretanto, são aí levantadas para a explicação da variabilidade observada ao longo do tempo, embora o autor julgue que possam também ser aplicáveis as variações encontradas nos exames das cinco capitais que estudou, durante um único ano: 1976.

(15) A divisão entre estratos alto, médio e baixo é a mesma adotada pelo autor.

(16) Cf. os dados por nível de instrução de população de dez anos e mais da PNAD 1976, anteriormente examinados, mesmo levando-se em conta o limite inferior de idade para a candidatura aos exames supletivos de 2º grau.

completada ..." já que, através deles, "os indivíduos buscam sobretudo alcançar o nível de escolaridade imediatamente superior ao que obtiveram no sistema formal de ensino" (Velloso, 1977: p.7). O que, mais uma vez, remete para a importância primordial do ensino fundamental como base necessária para quaisquer passos posteriores em direção a níveis mais elevados de escolaridade, seja mediante prosseguimento no ensino regular, seja por meio do recurso aos exames de suplência de 2º grau.

A tais exames de 2º grau porêm profissionalizantes, que legitimam a formação profissional de pessoas já engajadas na força de trabalho, se apresentaram contingentes crescentes entre 1974 e 1977. O Quadro III resume o número de presentes e habilitados nesse período, em trinta e oito diferentes modalidades, desde agrimensura, até turismo, a nível de 2º grau.

QUADRO III  
CANDIDATOS PRESENTES E HABILITADOS NOS EXAMES DE SUPLENÇA  
PROFISSIONALIZANTE DE 2º GRAU  
BRASIL  
1974-1977

PRESEÇA E HABILITAÇÃO	ANOS			
	1974	1975	1976	1977
Presentes .....	1 431	2 054	5 523	12 603
Habilitados .....	338	961	1 852	6 660

FONTE: MEC/DSU - Tabulação Especial, Quadro XI - DEISO/IBGE.

As taxas de habilitação apresentaram, no decorrer dos quatro anos, uma elevação de 23,6% no 1º ano a 52,8% no último. Não se conhece ainda a influência dessa habilitação na melhoria da situação ocupacional dos candidatos.

#### VII.3.2 - ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: MOBREAL

Uma visão retrospectiva da situação do analfabetismo no país, no período de 1940 a 1976, já foi ensejada na parte VII.1.1, onde se acentuava que, paralelamente à evolução geral em piricamente observável, registrava-se também a ocorrência de pontos de estrangulamento no processo de superação do analfabetismo.

Quanto à atuação do MOBREAL no processo de alfabetização, ela foi iniciada em 1970, ocasião em que o Censo Demográfico acusava a existência no país de 33,0% de analfabetos entre a população de 15 anos e mais.

Desde então, o MOBREAL vem desenvolvendo o PAF - Programa de Alfabetização Funcional - com a meta explícita de erradicar o analfabetismo até 1980 (MOBREAL, Relatório 1977: p.6). Paralelamente ao Programa de Alfabetização Funcional (PAF), o MOBREAL desenvolve outros programas de educação continuada (profissionalização, atividades culturais, comunitárias e esportivas) no intuito de solidificar o processo de alfabetização de sua clientela. De acordo com os dados de 1977, o MOBREAL, investia neste conjunto de atividades 71,1% do seu orçamento (MOBREAL, op. cit.: p. 34).

Um outro programa, desenvolvido pelo MOBREAL, o Programa de Educação Integrada (PEI), visa igualmente a consolidar o processo de alfabetização funcional dos seus alunos, através de um

curso intensivo equivalente às quatro primeiras séries do 1º grau. Neste programa (PEI), o MOBRAL investia em 1977, 1,4% de seu orçamento.

Os Quadros I e II sintetizam o trabalho que vem sendo empreendido pelo MOBRAL através desses diversos programas.

Segundo o Quadro I, os índices de produtividade do Programa de Alfabetização Funcional no triênio 75-77 denotam uma relativa tendência a decrescer. De fato, enquanto o biênio 71-72 representava para o PAF os maiores índices de produtividade, observava-se para os anos subsequentes uma queda nestas taxas que se reduzem de 41,8% e 48,2% naquele biênio para 30,9% em 1977. Pareceria configurar-se assim um padrão de menor efetividade no PAF.

Diversos fatores — exógenos como endógenos — podem estar na raiz do fenômeno de decréscimo da produtividade do Programa de Alfabetização Funcional.

Quanto às variáveis exógenas, poder-se-ia pensar que o decréscimo de produtividade estivesse associado ao fato de que a clientela potencialmente mais beneficiável pelo PAF já tivesse sido atendida, enquanto os estratos restantes de analfabetos estariam sob a influência de fatores mais desfavoráveis. Entre estes, poderiam ser mencionados: o nível de suas aspirações, a situação do domicílio rural, a menor exposição aos meios de comunicação e, sobretudo, o enquadramento em faixas etárias mais idosas.

A questão, amplamente discutida, da idade da clientela do Curso de Alfabetização Funcional, poderia mesmo articular-se à sua maior produtividade no biênio 72-73, quando respectivamente 16,5% e 18,3% de seus alunos eram menores de 15 anos (Senado Federal, CPI do MOBRAL: p. 894). O argumento da idade como fator explicativo da queda da produtividade merece, contudo, ser melhor qualificado, pois de acordo com os modernos conceitos da pedagogia — veja-se a respeito os defendidos pela corrente da educação permanente — a capacidade de aprendizagem não se esgota com o correr dos anos. De outra parte, o próprio MOBRAL leva em consideração, em sua metodologia, o fato de ser um programa basicamente endereçado a uma clientela adulta, da qual não estão naturalmente ausentes os mais idosos,

Um terceiro fator explicativo do decréscimo de produtividade no PAF seria talvez a redução de duração de seu curso. De fato, programado inicialmente para nove meses de duração, o curso reduziu-se, após 1972, a cinco meses, sendo provável que esta compactação tenha implicado em maiores dificuldades de transmissão e fixação dos conhecimentos necessários à alfabetização.

Outro aspecto a ser levantado refere-se ao efetivo contingente de analfabetos na população brasileira de 15 anos e mais. Enquanto a PNAD-76 identificava como analfabetos 24,3% desta população (o que equivaleria a 15 644,7 mil pessoas), os dados do MOBRAL indicavam para o mesmo grupo etário, uma taxa de analfabetismo de 16,4%, correspondente a 10 632,5 mil pessoas (MOBRAL: Soletre MOBRAL e Leia Brasil, 1977: s.p.).

Tecnicamente, o MOBRAL baseia seus cálculos nos contingentes populacionais por ele alfabetizados, usando um procedimento de dedução para estimar, ano a ano, a extensão do analfabetismo no país (Cf. Gráfico "População Analfabeta X Anos" in: Soletre MOBRAL e Leia Brasil, 1977: s.p.). A PNAD, por sua vez, baseia-se em levantamento domiciliar por amostragem nas sete regiões em que foi dividido o país. Dessa diferença de procedimentos resulta a discrepância nos índices apresentados: de um lado, um índice estimado a partir de uma técnica de aproximação e, de outro, um índice calculado a partir de uma pesquisa de campo.

Uma outra dimensão das diferenças entre as taxas da PNAD e do MOBRAL poderia estar

associada ao conhecido fenômeno da regressão ao analfabetismo. Os anais da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado sobre o MOBREAL apresentam depoimentos controversos a respeito. Neles são arrolados dados comparativos internacionais, sugerindo elevados índices de regressão ao analfabetismo em projetos similares ao PAF patrocinados pela UNESCO em doze países da América Latina, África e Ásia até 1970. Segundo esses dados, os índices de produtividade de tais programas oscilavam entre 30 e 50% e as taxas de regressão ao analfabetismo chegavam a atingir, já a partir do segundo ou terceiro ano após o término do curso, de 50 a 90% da clientela alfabetizada.

É provável portanto que a taxa de analfabetismo identificada pela PNAD-76 esteja refletindo, com maior intensidade, este fenômeno.<sup>(1)</sup>

O reconhecimento dos riscos da regressão não está ausente das preocupações do MOBREAL. Ao contrário, ele se explicita na própria implantação de um sistema de apoio à fixação, através dos programas mencionados anteriormente (PEI, Mobaralteca, jornais e programas radiofônicos, atividades sócio-culturais) e que podem ser melhor visualizados no Quadro II.

Entretanto, na CPI do Senado, a então assessora pedagógica do MOBREAL reconhecia que em 1975, dos quase 700 mil alunos matriculados no PEI, a maioria não era oriunda das classes de alfabetização funcional do MOBREAL (Senado Federal, CPI do MOBREAL, p. 299). Igualmente, uma análise do Quadro II permite constatar ser reduzido o contingente de alunos do Programa de Educação Integrada (612,2 mil em 1977) frente à grande clientela do Programa de Alfabetização funcional (3 377,4 mil matriculados no ano anterior).

Restaria, finalmente, referir à questão do conteúdo da alfabetização adquirida pela população através do MOBREAL. Os objetivos explícitos do Programa de Alfabetização funcional não se restringem à mera instrumentalização de leitura e escrita, mas se expressam de forma bem mais abrangente. Seriam, de fato, também objetivos do programa: "1) desenvolver nos alunos as habilidades de ... contagem; 2) desenvolver um vocabulário que permita o enriquecimento de seus alunos; 3) desenvolver o raciocínio, visando a facilitar a resolução de seus problemas e os de sua comunidade; 4) formar hábitos e atitudes positivas em relação ao trabalho; 5) desenvolver a criatividade, a fim de melhorar as condições de vida, aproveitando os recursos disponíveis ..." (Correa, A.L., Educação de Massa e Ação Comunitária, Rio, MOBREAL, p. 152).

A avaliação precisa da consecução desses objetivos não pode ser empreendida com os dados ora disponíveis. Mas, quanto ao significado da própria alfabetização, um estudo realizado pelo Laboratório de Currículos do SEEC/RJ, embora de âmbito limitado, oferece elementos para reflexões em termos mais amplos do que a tentativa de estimar o impacto do MOBREAL. Esse estudo abrangeu cerca de 4 000 alunos de 104 escolas supletivas do Estado e indicava que 35,2% desses alunos declaravam ter dificuldades de entender o que liam e 41,7% de escrever o que pensavam (SEEC/RJ, Laboratório de Currículos, Projeto de Reformulação ... (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries ...): p. 50, tabela 30).

Em resumo, se de um lado há elementos para constatar-se o impacto quantitativo que o Programa de Alfabetização Funcional tem representado para o país no septênio 1970-77 (11,3 milhões de alfabetizados), de outro são escassas as informações que permitam verificar o impacto qualitativo dessa alfabetização, bem como a duração efetiva de seus benefícios.

(1) Ressalve-se, entretanto, que um levantamento com 152 ex-alunos, de seis municípios do Rio de Janeiro, realizado pelo MOBREAL em 1976 e submetido à Sub-Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, concluiu ser baixo (cerca de 5%) o índice de regressão ao analfabetismo entre estes sujeitos (MOBREAL, o Fenômeno da Regressão de Ex-Alunos de Cursos de Alfabetização do MOBREAL).

QUADRO I  
 MOBRL: NÚMERO DE ALUNOS E INDICES DE PRODUTIVIDADE DO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL  
 BRASIL  
 1970-1977

(Em 1 000 pessoas)

NÚMERO DE ALUNOS E ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DO PAF	ANOS								TOTAL
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	
Alunos Conveniados .....	507,6	2 590,1	4 234,9	4 931,1	4 738,1	4 373,9	3 923,4	3 893,4	29 192,5
Alunos Matriculados .....	333,5	2 333,6	3 724,0	4 501,1	4 122,5	3 757,1	3 377,4	3 600,6	25 749,8
Alunos Alfabetizados .....	172,1	1 081,3	2 042,7	1 784,4	1 923,9	1 656,5	1 415,7	1 203,5	11 280,1
Índices de Produtividade	33,9	41,8	48,2	36,2	40,6	37,9	36,1	30,9	38,6

FONTES: Mobral, Tabulações Especiais - DEISO/IBGE.

QUADRO II  
 MOBRL: DADOS SOBRE OS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO INTEGRADA, CULTURAL,  
 EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE, PROFISSIONALIZAÇÃO  
 BRASIL  
 1974-1977

(Em 1 000 pessoas)

NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS NOS PROGRAMAS	ANOS				TOTAL
	1974	1975	1976	1977	
Programa de Educação Integrada .....	580,8	513,5	440,5	612,2	2 147,0
Programa Cultural (pessoas atendi- das nos Postos) .....	85,0	262,0	489,0	452,2	1 288,2
Programa de Educação Comunitária para a Saúde .....	-	-	198,9	342,8	541,7
Programa de Profissionalização .....	30,7	67,9	80,6	181,7	360,9
Campanha Esporte para Todos .....	-	-	-	4 950,2	4 950,9

FONTES: MOBRL - MEC/SG/CODEAC: Relatório Geral 73-78 - DEISO/IBGE.

#### VII.4 - PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

A construção de indicadores sobre a preparação de mão-de-obra e seu significado social sofre limitações decorrentes de uma disponibilidade limitada de informações. Os dados existentes possibilitam apenas uma visão geral da formação profissional no país, e se originam basicamente de duas fontes:

- a) a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE em 1976, e
- b) os registros das agências executoras e financiadoras de programas. (1)

A PNAD-76, primeira pesquisa de grande abrangência a se preocupar com a "formação profissional" como uma característica da população trabalhadora, fez o levantamento das pessoas que haviam feito ou estavam fazendo curso de treinamento profissional, discriminando espécie, local, e duração do mesmo. A exploração dos seus dados para análise, no entanto, se encontra limitada por sua representatividade estatística, em função de ter o treinamento profissional se revelado variável de baixa frequência. Assim, a análise se limita a abordar o acesso relativo da população trabalhadora aos cursos através da distribuição da população treinada ou em treinamento segundo sexo e escolaridade, e da relação entre esta e a população de 10 anos e mais; faz-se também referência à duração dos cursos frequentados.

Os dados das agências indicam o número de matrículas efetuadas anualmente; analisa-se a capacidade de atendimento das agências e sua evolução no período de 1970 a 1977 através do índice de crescimento das matrículas anuais, e da relação entre os totais de matrículas e a população economicamente ativa.

Aos programas de treinamento profissional, têm sido atribuídos dois objetivos:

- a) superar a escassez de mão-de-obra preparada para atender à nova estrutura de empregos resultante do desenvolvimento econômico, e
- b) promover a "valorização do trabalhador" proporcionando a ele melhorar seu rendimento e suas condições de existência.

Não se pode avaliar, por ausência de pesquisas, se no Brasil os programas de treinamento têm ou não se revelado instrumento adequado para alcançar tais objetivos. Entretanto, sem a pretensão de preencher essa lacuna, a análise do acesso aos cursos pode fornecer uma visão dos limites dentro dos quais têm atuado os programas de treinamento.

Na realidade este acesso tem sido bastante reduzido. A PNAD-76 revela que da população brasileira de 10 anos e mais apenas 3,8% tiveram ou estão tendo oportunidade de frequentar cursos de treinamento profissional, sendo que esta mesma relação segundo sexo é de 4,3% para os homens e 3,4% para as mulheres, indicando acesso mais limitado para a população feminina (tabela 1).

A questão do acesso levanta algumas dúvidas quanto à eficácia que os programas de formação profissional possam ter na melhoria das condições de vida do trabalhador. A observação do sistema de seleção para os cursos mostra que certos atributos, cuja aquisição depende de condições de vida relativamente favoráveis, são exigência para o ingresso. "Os cursos profissio

(1) Por agências executoras entende-se as instituições que desenvolvem diretamente seus programas lançando mão de instalações e corpo docente próprios; este é o caso do SENAC, SENAI e em presas em acordo de isenção com o SENAI. As agências financiadoras são as que destinam recursos financeiros a programas que se realizam a partir das disponibilidades técnicas de outras instituições; este é o caso do PIPMO e do DNMO.

nais no Brasil impõem, como restrição de entrada, critérios de escolaridade, aproveitamento dentro do sistema, e desenvolvimento cognitivo que se encontram muito acima das médias observadas para o país como um todo. Como essas características têm sua probabilidade de ocorrência condicionada pela estratificação social, é fácil entender que quanto mais elevado o indivíduo estiver na sociedade, mais facilmente preencherá as condições de acesso aos cursos de preparação de mão-de-obra" (Moura Castro, 1974: p. 32).

De fato, a hipótese de que o trabalhador quanto mais prejudicado em sua inserção na hierarquia social, maiores impedimentos encontrará para chegar aos cursos de preparação de mão-de-obra, parece bastante viável quando se considera que dos que tiveram acesso aos cursos apenas 9,7% têm menos que quatro anos de estudo, e que a maior frequência de acesso (22,3%) é dos que têm de nove a onze anos de estudo (cf. tabela 2). Além disso, a proporção dos que tiveram acesso aos cursos em relação à população de 10 anos e mais segundo os anos de estudo, demonstra claramente que esta proporção é tanto mais baixa quanto menor for o número de anos de estudo (cf. tabela 3).

Quanto às características dos cursos frequentados, sabe-se apenas que das pessoas que declararam ter feito ou estar fazendo algum curso de treinamento profissional, 77,2% frequentaram cursos de até um ano de duração, 30,4% fizeram cursos de até três meses, 25,9% de mais de três a seis meses, e 20,9% de mais de seis a doze meses. Apenas 22,4% frequentaram cursos com duração de um ano (tabela 4).

Com relação à capacidade de atendimento das agências executoras e financiadoras de preparação de mão-de-obra, suas matrículas<sup>(2)</sup> quando relacionadas à população economicamente ativa apresentam proporção bastante reduzida: 3,7% em 1976. Não obstante, os índices de crescimento anual para o período de 1970 a 1977 revelam tendência ao crescimento bastante significativo (tabela 5a e 5b).

O confronto entre os totais de matrículas das agências e os apresentados pela PNAD revela diferença acentuada entre os dois tipos de dados. Considerando a grande abrangência dos dados da PNAD — agrega as pessoas que haviam feito ou estavam fazendo cursos no momento da pesquisa — seria de se esperar que o valor do seu total fosse bastante superior ao total de matrículas das agências para o período de 1970 a 1976. Entretanto isto não é o que acontece. Segundo a PNAD, 3 010,4 pessoas declararam ter feito ou estar fazendo algum curso, enquanto tem-se que 6 824,9 pessoas foram matriculadas de 1970 a 1976, sendo que só em 1975 e 1976 foram realizadas 2 784,2 matrículas.

Algumas hipóteses poderiam ser levantadas para explicar o afastamento verificado entre os dois dados; três parecem ser as mais prováveis.

A primeira se remeteria à própria natureza da informação, uma vez que o dado das agências se refere a matrículas enquanto a PNAD registra cursos realizados ou em realização. Pode-se supor com alguma certeza que as pessoas alguma vez matriculadas mas que não estavam frequentando e nem havia concluído cursos ficaram excluídas dos totais da PNAD.

A segunda hipótese estaria mais ligada às representações do informante. É bem pos

---

(2) É importante ter-se em conta que não foi possível eliminar dos dados aqui apresentados as duplas contagens de matrículas decorrentes dos casos de convênios de agências financiadoras entre si, e destas com agências executoras, por não se dispor de levantamentos que permitissem essa operação.

sível que os cursos de treinamento intensivo com duração bastante reduzida e realizados por con  
vênio nos locais de trabalho, não sejam vistos pelos trabalhadores como "cursos", mas sim como  
uma prática corrente de trabalho. Neste caso, também ocorreria a contagem de matrículas e a ex  
clusão dos totais da PNAD. Esta mesma possibilidade se aplicaria aos executivos e pessoal de  
administração com alto nível de escolaridade, que frequentam seminários de treinamento de curta  
duração. As agências computam as matrículas, mas resta a dúvida se à PNAD estas pessoas declarar  
iam ter feito ou estar fazendo algum curso de treinamento profissional. Além do mais, os serviç  
os de treinamento podem atender múltiplas vezes à mesma clientela, em cursos de reciclagem e/ou  
de treinamento em outras áreas profissionais. Na PNAD, entretanto, tenderia a ocorrer uma única  
contabilização dos treinamentos já recebidos, elegendo o informante aquele treinamento mais sign  
nificativo para sua ocupação.

Entretanto, mesmo considerando que o dado da PNAD esteja subestimado em relação  
ao das agências, em função das ocorrências levantadas acima como hipóteses, a magnitude do afast  
amento entre os dois tipos de dados levanta a questão de serem ou não tais ocorrências suficien  
tes para dar conta das diferenças verificadas.

## BIBLIOGRAFIA

1. ABEAS - 1976 - Anais da XV Reunião da ABEAS. Rio: Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior.
2. *Averch, H. e outros* - 1975 - "How Effective is Schooling? A Critical Synthesis and Review of Research Findings", in D. Levine, The Inequality Controversy: Schooling and Distributive Justice. New York - Basic Books Inc.
3. *Bologna, Italo* - "Formação da Mão-de-Obra Industrial", em Desenvolvimento, Trabalho e Educação, *Luis Pereira* (org.), Rio, Zahar Edt., 1974.
4. *Capdeville, Guy* - 1977 - A percepção dos Engenheiros Agrônomos sobre a adequação de sua Formação às Exigências do Mercado de Trabalho. Rio - PUC-RJ, Tese de Mestrado em Educação, pp. 15-29.
5. *Cardone, Marly A.* - 1975 - "Subsídios do Direito do Trabalho para um Debate da Situação da Mulher" - Cadernos de Pesquisa, nº 15, Dez-1975, SP, Fundação Carlos Chagas.
6. *Castro, Cláudio M. e Mello e Souza, A.* - Mão-de-Obra Industrial no Brasil: Mobilidade, Treinamento e Produtividade - Rio, IPEA, 1974.
7. *Chaves, Vanilda P.* - Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo, Edições Loyola, 1973.
8. *Collins, Randall* - "Functional and Conflict Theories of Educational Stratification". American Sociological Review, vol. 36, 1971.
9. *Correa, Arlindo L.* - Educação de Massa e Ação Comunitária. Rio, Mobral - AGGS, 1979.
10. ECIEL - Custos e Determinantes da Educação na América Latina, por C. M. Castro e J. Sanguinety Rio, ECIEL, março-1977 (mimeografado).
11. *Farrell, Joseph* - "The IEA Studies in 21 Countries". Teachers College Record, vol. 79, nº 2, dez. 1977.
12. Fundação Cesgranrio - 1978 - Exposição de dados pela Coedenação da Assessoria Técnica e Pesquisa, na PUC, RJ, em 11.11.1978. (tabulações não divulgadas).
13. Governo do Estado do Rio de Janeiro-SEEC - Laboratório de currículos - 1978 - Projeto de Reformulação de Currículos - Suplência (1a. a 4a. séries), Rio de Janeiro, 2 vols., mimeo.
14. Governo do Estado do Rio de Janeiro-SEEC - Laboratório de Currículos s/d - Projeto de Reformulação de Currículos - Suplência (5a. a 8a. séries do 1º grau), Rio de Janeiro, mimeo.
15. Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Educação e Cultura - Planec 76/79: Plano Estadual de Educação e Cultura, Rio, SEC-1976.
16. Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Economia e Planejamento. BASE: Boletim de Análise Sócio-Econômica, vol. 1, nº 1, agosto de 1978.
17. *Guarany, Lúcia Radler dos* - 1978 - O Ensino por Correspondência: Um Atendimento ao vazio Educacional no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ, tese de mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.

18. Husen, Torsten - 1975 - Influence du Milieu Social sur la Reussite Scolaire, Paris: OCDE, p. 15-44.
19. Husen, Torsten - 1974 - Social Background and Educational Career, Paris, OCDE, cap. 1.
20. IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1977, Rio, IBGE.
21. Jornal do Brasil: 15.01.1979 - Caderno de Classificados.
22. Leite Neto, Leonardo Gomes de Carvalho - 1977 - Estratégia Nacional do Ensino Supletivo. En sino Supletivo, 4 (10): 9-22.
23. MEC/DSU - s/d - Dados sobre Ensino Supletivo - 1976, Brasília (mimeo).
24. MEC/DSU - 1977 - O DSU e os Exames Supletivos. Ensino Supletivo, 4 (10): 23-31.
25. MEC - Relatório Geral 73-78, Brasília, MEC-SG - CODEAC, 1979.
26. MEC - Serviço de Estatísticas de Educação e Cultura - 1977 - Sinópsse Estatística do Ensino Superior - 1975, Brasília, SEEC-MEC.
27. Miranda, Glaura V. - 1975 - "A Educação da Mulher Brasileira e sua Participação nas Atividades Econômicas em 1970" - Cadernos de Pesquisa, nº 15, dez. 1975, São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
28. MOBRAL - O Fenômeno de Regressão de Ex-alunos de Curso de Alfabetização do MOBRAL, Rio, MOBRAL - Sub-Comissão de Educação. Cultura de Câmara dos Deputados, 1977.
29. MOBRAL - Relatório 1977, Rio, MOBRAL, 1978.
30. MOBRAL - Soletira MOBRAL e Leia Brasil (1978), Rio, MOBRAL, 1978.
31. Pastore, Jose; Campino, A. e outros - 1973 - Profissionais Especializados no Mercado de Trabalho, São Paulo, USP, Instituto de Pesquisas Econômicas.
32. Poppovic, Ana M. - 1973 - "Marginalização Cultural: Uma Metodologia para um Estudo" Cadernos de Pesquisa, nº 7, julho-1973, pp. 11-60.
33. Saffiati, Heleith - 1969 - A mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade, São Paulo, Livraria Quatro Artes, 1969.
34. Schimidit, Isaura B. e Miranda, Glaura V. - Determinantes da Escolarização, Belo Horizonte: UFMG-ECIEL, 1977 (mimeografado).
35. Senado Federal - Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Mobral, Brasília, Senado Federal, 1976, tomos I e II.
36. Velloso, Jacques Rocha - 1977 - Exames de Suplência: Candidato e Rendimento em cinco Capitais, Brasília, UNB, mimeo.
37. Weber, Silke - Aspiração à Educação, Petrópolis, Vozes Editora, 1976.

1 - PROPORÇÃO DAS PESSOAS QUE FIZERAM OU ESTÃO FAZENDO ALGUM CURSO DE TREINAMENTO  
PROFISSIONAL EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DE 10 ANOS E  
MAIS SEGUNDO O SEXO E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD(1)

1976

Em 1 000 pessoas

SEXO E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS (1 000)	PESSOAS QUE FIZERAM OU ESTÃO FAZENDO O CURSO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL (1 000)	PROPORÇÃO (%)
TOTAL .....	78 147,0	3 010,4	3,8
População Economicamente Ativa .....	39 717,9	2 186,5	5,5
População Não Economicamente Ativa .....	38 429,1	823,9	2,1
HOMENS .....	38 408,2	1 661,3	4,3
População Economicamente Ativa .....	28 283,7	1 464,0	5,2
População Não Economicamente Ativa .....	10 124,5	197,3	2,0
MULHERES .....	39 738,8	1 349,1	3,4
População Economicamente Ativa .....	11 434,2	722,5	6,3
População Não Economicamente Ativa .....	28 304,6	626,6	2,2

FONTE: Tabulações Especiais da PNAD 1976 - DEISO-IBGE

NOTA : (1) Corresponde a Brasil excluindo as áreas rurais da Região VII de PNAD, ou seja: da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

2 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS QUE FIZERAM OU ESTÃO FAZENDO  
ALGUM CURSO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL SEGUNDO OS ANOS DE ESTUDOS

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD(1)

1976

Em 1 000 pessoas

ANOS DE ESTUDOS	PESSOAS QUE FAZEM OU ESTÃO FAZENDO CURSO DE TREINAMENTO PROFISSIONAIS	
	ABSOLUTO	RELATIVO
TOTAL .....	3 010,4	100,0
1 ano .....	29,7	1,0
2 anos .....	63,6	2,1
3 anos .....	153,3	5,1
4 anos .....	568,8	18,9
5 anos .....	342,3	11,4
6 anos .....	186,8	6,2
7 anos .....	212,2	7,0
8 anos .....	435,7	14,5
9 a 11 anos .....	672,6	22,3
12 a 17 anos .....	292,4	9,7
Em alfabetização .....	7,7	0,3
Sem instrução .....	35,2	1,2
Anos de estudos não determinados .....	9,8	0,3

FONTE: Tabulações Especiais da PNAD 1976 - DEISO-IBGE

NOTAS: (1) Corresponde a Brasil excluindo as áreas rurais da Região VII de PNAD, ou seja: da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

3 - PROPORÇÃO DAS PESSOAS QUE FIZERAM OU ESTÃO FAZENDO ALGUM CURSO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS, SEGUNDO OS ANOS DE ESTUDO

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD<sup>(1)</sup>

1976

Em 1 000 pessoas

ANOS DE ESTUDO	POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS	PESSOAS QUE FIZERAM OU ESTÃO FAZENDO O CURSO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL <sup>(2)</sup>	
		ABSOLUTO	PROPORÇÃO (%)
TOTAL .....	78 147,0	3 010,4	3,9
1 ano .....	4 895,9	29,7	0,6
2 anos .....	7 589,8	63,6	0,8
3 anos .....	9 200,5	153,3	1,7
4 anos .....	13 793,5	568,8	4,1
5 anos .....	5 765,6	342,3	5,9
6 anos .....	2 821,1	186,8	6,6
7 anos .....	2 432,3	212,2	8,7
8 anos .....	3 353,5	435,7	13,0
9 a 11 anos .....	4 961,8	672,6	13,6
12 a 17 anos .....	2 410,2	292,4	12,1
Anos de estudo não determinados.	98,3	9,8	10,0
Sem instrução e em alfabetização	20 824,5	43,2	0,2

FONTE: Tabulações Especiais da PNAD 1976 - DEISO-IBGE

NOTAS: (1) Corresponde a Brasil excluindo as áreas rurais da Região VII da PNAD, ou seja: da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

4 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS QUE FIZERAM OU ESTÃO FAZENDO ALGUM CURSO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL, SEGUNDO A DURAÇÃO DO CURSO

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD<sup>(1)</sup>

1976

Em 1 000 pessoas

DURAÇÃO DO CURSO	PESSOAS QUE FIZERAM OU ESTÃO FAZENDO CURSO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL	
	ABSOLUTO	RELATIVO
TOTAL .....	3 010,4	100,0
Até 3 meses .....	915,8	30,4
Mais de 3 a 6 meses .....	780,1	25,9
Mais de 6 a 12 meses .....	629,1	20,9
Mais de 12 meses .....	675,2	22,4
Sem declaração .....	10,2	0,4

FONTE: Tabulações Especiais da PNAD 1976 - DEISO-IBGE

NOTAS: (1) Corresponde a Brasil excluindo as áreas rurais da Região VII da PNAD, ou seja: da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

5 - MATRÍCULAS EM CURSOS DE TREINAMENTO PROFISSIONAL, SEGUNDO AS PRINCIPAIS AGÊNCIAS EXECUTORAS E ÓRGÃOS FINANCIADORES DE PROGRAMAS

BRASIL

1970-1977

Em 1 000 matrículas

PERÍODO	TOTAL	AGÊNCIAS EXECUTORAS E ÓRGÃOS FINANCIADORES				
		SENAC	SENAI	EMPRESAS/SENAI	PIPMO	DNMO
TOTAL .....	8 346,3	2 701,4	1 933,1	1 009,1	2 194,6	448,1
1970 .....	448,7	109,5	146,1	63,1	81,8	48,2
1971 .....	634,9	133,0	192,7	94,0	142,2	73,0
1972 .....	740,0	216,8	199,1	115,3	143,4	65,4
1973 .....	1 033,8	340,2	254,5	131,4	205,0	102,7
1974 .....	1 183,3	387,0	289,4	126,4	221,7	158,8
1975 .....	1 321,7	455,6	248,9	143,5	473,7	-
1976 .....	1 462,5	493,7	303,1	191,6	474,1	-
1977 .....	1 521,4	565,6	359,3	143,8	452,7	-

FONTE: Relatórios anuais dos Departamentos Nacionais do SENAI e SENAC, PIPMO e DNMO - Secretaria de Mão de Obra - Ministério do Trabalho.

5a - ÍNDICE DAS MATRÍCULAS EM CURSOS DE TREINAMENTO PROFISSIONAL SEGUNDO AS PRINCIPAIS AGÊNCIAS EXECUTORAS E ÓRGÃOS FINANCIADORES DE PROGRAMAS

BRASIL

1970-1977

PERÍODO	TOTAL	SENAC	SENAI	EMPRESAS/SENAI	PIPMO	DNMO
1970 .....	100	100	100	100	100	100
1971 .....	141	121	132	149	174	151
1972 .....	165	198	136	183	175	136
1973 .....	230	311	174	208	250	213
1974 .....	264	354	198	200	271	329
1975 .....	294	416	170	227	579	-
1976 .....	326	451	208	303	579	-
1977 .....	339	517	246	228	553	-

FONTE: Relatórios Anuais dos Departamentos Nacionais do SENAI e SENAC, PIPMO e DNMO - Secretaria de Mão de Obra - Ministério do Trabalho.

6 - PROPORÇÃO DE MATRÍCULAS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

BRASIL

1970/1976

PERÍODO	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA <sup>(1)</sup>	MATRÍCULAS <sup>(1)</sup>	PROPORÇÃO %
1970 .....	29 557,2	448,7	1,5
1973 <sup>(2)</sup> .....	36 782,3	1 033,8	2,8
1976 <sup>(2)</sup> .....	39 718,0	1 462,5	3,7

FONTE: Relatórios Anuais dos Departamentos Nacionais do SENAI e SENAC, PIPMO e DNMO - Secretaria de Mão de Obra - do Ministério de Trabalho Censo Demográfico 1970, PNAD 1973 e 1976 - IBGE.

NOTAS: (1) Em milhares

(2) Total das Regiões da PNAD que corresponde a Brasil exclusive as áreas rurais da Região VII, ou seja, da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

SAÚDE

## VIII - SAÚDE

O capítulo Saúde deste documento está dividido em três partes.

A primeira parte avalia algumas características de saúde da população brasileira utilizando indicadores construídos com dados de mortalidade, esperança de vida ao nascer e doenças infecciosas notificadas às agências de saúde. A esperança de vida e a probabilidade de morte para menores de cinco anos estão desagregadas por grupos de renda.

Os acidentes de trabalho são estudados na segunda parte e, por constituírem problemas de saúde ocupacional, compõem também o capítulo em questão. Os acidentes são vistos segundo sua incidência sobre a população segurada, o tipo de atividade dos acidentados, a caracterização do acidente e sua consequência.

A terceira parte utiliza informações do ENDEF sobre alimentação e faz um estudo do consumo de alimentos, calorias e nutrientes, da situação nutricional e das medidas antropométricas (peso, altura e perímetro braquial) segundo três classes de despesa corrente per capita da família.

### VIII.1 - CARACTERÍSTICAS DE SAÚDE DA POPULAÇÃO

#### VIII.1.1 - ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER

A esperança de vida ao nascer é um dos indicadores globais de saúde, sendo determinada pela mortalidade em todos os grupos etários. Ao longo deste século a população brasileira tem sido beneficiada por um aumento da esperança de vida tanto para os homens (33,4 anos em 1910 e 61,3 anos atualmente) como para as mulheres (34,6 anos em 1910 e 65,5 anos no quinquênio 1975/1980), como se pode observar na tabela 1.

Esta visão otimista deve, no entanto, ser relativizada em dois níveis:

1 - Quando se compara a esperança de vida do Brasil com a de países mais desenvolvidos observam-se diferenças por vezes superiores a 10 anos. Assim, por exemplo, a Suécia no período 1970/1974 tinha uma esperança de vida ao nascer de 72,1 anos para os homens e de 77,5 anos para as mulheres (Nações Unidas, 1976).

2 - Há diferenças bastante significativas entre os valores da esperança de vida ao nascer entre regiões e, numa mesma região, entre os segmentos populacionais de diferentes níveis socioeconômicos. A região denominada Nordeste Central (no estudo de *Carvalho e Wood*, 1977: pp.107-130), formada pelos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, apresenta, com base nos dados do Censo de 1970, uma esperança de vida ao nascer de 43,8 anos para o grupo de menor renda e de 54,4 anos para o de renda mais elevada, enquanto que na Região Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) o grupo de menor renda tem uma esperança de vida ao nascer de 60,5 anos, sendo que para o de renda mais alta este valor é de 66,9 anos (tabela 2). Também a PNAD 76 obteve informações que permitiram uma estimativa mais recente para o conjunto do Brasil, observando-se entre os grupos de menor e maior renda familiar uma diferença de aproximadamente 15 anos na esperança de vida ao nascer (tabela 3). Deve-se observar contudo que estas estimativas são realizadas por métodos indiretos, supondo-se que a mortalidade tenha uma estrutura semelhante à das tábuas modelo, sendo portanto imprecisas.

#### VIII.1.2 - MORTALIDADE NA INFÂNCIA

A mortalidade infantil, por ser bastante influenciada por fatores socio-econômicos é frequentemente utilizada não apenas como indicador de saúde, mas também como um indicador mais geral das condições de vida de um determinado grupo social.

A tabela 4, com a evolução do coeficiente de mortalidade infantil de 1941 a 1970 (calculada por *Vunes e Ronchezel*, 1974: pp. 3-48) mostra a elevada taxa de 202,3 óbitos por mil nascidos vivos em 1941, e a redução praticamente à metade na década de 60. Importa, contudo, assinalar as variações experimentadas por este coeficiente quando se comparam níveis de renda ou regiões diferentes. Apenas para dar um exemplo, o coeficiente de mortalidade por mil menores de 1 ano, em 1974, era de 140,2 em Fortaleza e de 54,8 em Porto Alegre (IBGE, 1978) e o risco de morrer antes de completar 1 ano de idade apresenta-se sempre maior entre as classes de renda mais baixa (tabela 5).

Para o conjunto do Brasil, a partir de informações da PNAD 76, pode-se estimar a probabilidade de morrer antes dos 5 anos, por classe de renda familiar mensal (tabela 5). Observa-se que neste grupo etário a probabilidade de morrer diminui quando a renda aumenta, sendo a relação entre a mortalidade de crianças de mais baixa e de mais alta renda 2,2 vezes maior para o grupo de menores de um ano e 2,5 vezes maior para o conjunto de menores de 5 anos.

A mortalidade maior no grupo de renda menor reflete-se diretamente no número de filhos sobreviventes: de 100 000 nascidos vivos, 88 139 sobrevivem a 1 ano de idade e 82 594 sobrevivem aos 5 anos (tabela 5).

Estas diferenças podem ser visualizadas no gráfico 1, que mostra ser o primeiro ano de vida o de maior mortalidade entre os 5 primeiros anos. Deve-se notar que o último grupo etário (3 — 5 anos) é constituído por crianças de 3 a 4 anos, ao passo que os outros grupos são singulares: menores de 1 ano, 1 ano de idade (1 — 2 anos) e 2 anos de idade (2 — 3 anos).

Inúmeros estudos apontam a deficiência nutricional como o mais sério problema de saúde deste grupo etário, comprometendo o crescimento e o desenvolvimento de crianças e aumentando a mortalidade (*Puffler e Serrano*, 1973: p. 172). Corroborando esta afirmação, a Investigação Interamericana de Mortalidade na Infância constatou ter sido a deficiência nutricional a causa básica ou associada de 46,2% dos óbitos de menores de 5 anos em Recife, de 34,5% em Ribeirão Preto e de 30,4% em São Paulo (*Puffler e Serrano*, 1973: p. 173).

#### VIII.1.3 - MORTALIDADE POR GRUPO ETÁRIO

A distribuição dos óbitos por grupo etário, de 1968 a 1977, apresentou pequenas variações (tabela 6), sendo talvez das mais significativas um aumento na proporção de óbitos de menores de 1 ano (24,5% para 27,6%) e uma diminuição na proporção de óbitos de 1 a 4 anos e de 25 a 54 anos.

É difícil precisar se estas diferenças têm um significado epidemiológico no sentido de indicarem uma deterioração nas condições de saúde da população infantil, se foram devidas a melhorias no nível de mortalidade de crianças de 1 a 4 anos e de adultos de 25 a 54 anos, ou ainda, como uma terceira hipótese, se são reflexo de um registro mais acurado de óbitos da população infantil. Esta distribuição pode ser alterada por variações na fecundidade, como demonstraram *Madeira e Frias*: o aumento da fecundidade pode deslocar a frequência de óbitos para os grupos etários mais jovens (*Madeira e Frias*, 1975: pp. 4-16).

#### VIII.1.4 - MORTALIDADE SEGUNDO A CAUSA DO ÓBITO

A estrutura de mortalidade, conforme sete grandes grupos de causas, está indicada na tabela 7 e gráfico 2.

De 1970 a 1975 os óbitos por doenças infecciosas e parasitárias sofreram uma redução, situando-se ainda num nível alto, e as causas mal definidas diminuíram de 8,1 por 100 000 habitantes para 7,1 o que, afora significar um melhor preenchimento do atestado de óbito, pode estar relacionado a uma assistência médica mais abrangente.

Para os outros cinco grupos houve um aumento do coeficiente e também maior participação proporcional na estrutura de mortalidade.

Os neoplasmas e as doenças do aparelho circulatório aumentam com o envelhecimento da população, e no Brasil a proporção de pessoas com mais de 40 anos está crescendo, como se pode observar no capítulo População e Famílias. Além desse envelhecimento, as condições ambientais e psicológicas e determinados hábitos, inclusive alimentares, influem na mortalidade por estas doenças degenerativas. De 1970 a 1975 os coeficientes de mortalidade, nos centros urbanos a que os dados se referem, aumentaram de 92,4 para 95,3 para os neoplasmas e de 191,1 para 210,7 para as doenças do aparelho circulatório.

Entre as doenças do aparelho respiratório a pneumonia é a principal causa de óbito no Brasil. Dos 92,1 óbitos por mil habitantes causados por estas doenças em 1975, 75,3 foram devidos à pneumonia (tabelas 8 e 9), uma doença cuja letalidade é agravada pela desnutrição (Puffer e Serrano, 1973: p. 242).

A mortalidade por certas causas que atuam no período perinatal e por acidentes, envenenamentos e violências foi maior em 1975 do que em 1970, refletindo, talvez, uma deterioração na qualidade de vida nas capitais brasileiras.

A tabela 8 detalha mais a estrutura de mortalidade segundo a causa. Em vez dos grandes grupos, são definidas causas específicas, selecionadas da lista B (Revisão de 1965, OMS, 1969), que atuam com maior intensidade em populações com menor esperança de vida (Monteiro, 1978).

Entre estas causas, as de maior efeito sobre a mortalidade, nas capitais brasileiras, são:

a - Enterite e outras doenças diarréicas, que diminuíram de 84,0 óbitos por 100 000 habitantes, em 1970, para 77,2 em 1975. Estas causas estão associadas principalmente à inadequação dos serviços de saneamento básico e baixo nível nutricional.

b - Tuberculose do aparelho respiratório, cujo coeficiente também diminuiu de 35,0, em 1970, para 25,6 em 1975. Este valor, no entanto, ainda é elevado.

c - Avitaminoses e outras deficiências nutricionais, que em 1970 eram responsáveis por 23 óbitos em 100 000 pessoas, reduzindo-se para 20 em 1975. Este grupo de causas está diretamente relacionado com o padrão alimentar e com a renda, conforme se pode observar na terceira seção deste capítulo (Alimentação, Nutrição e Antropometria).

d - Pneumonia, cujo coeficiente aumentou de 66,8, em 1970, para 75,3 em 1975. É interessante assinalar que algumas capitais do Nordeste apresentam coeficientes mais elevados que no Sul do país: enquanto em Porto Alegre, em 1974, o coeficiente de mortalidade por pneumonia era de 51,3 óbitos por 100 000 habitantes, neste mesmo ano, em Natal era de 110,2 em Recife de 143,9 e em Maceió de 99,2 (IBGE, 1978). Isto aponta na direção de que a mortalidade por pneumonia talvez seja mais influenciada pelas condições sociais do que pelo clima, o que aliás já era de se supor

por sua associação com a desnutrição.

#### VIII.1.5 - INDICADORES DE MORBIDADE

Os indicadores de saúde para o Brasil, baseados em dados de morbidade são bem mais restritos e, na prática, limitam-se às informações sobre doenças infecciosas notificadas às agências governamentais de saúde.

Mesmo estas informações parecem ainda ter uma limitação importante devido à sub-notificação. No entanto dão uma idéia da incidência elevada de algumas doenças infecciosas e servem também para alertar os órgãos de saúde pública quando são observadas variações significativas na frequência de casos notificados.

Na tabela 9 evidencia-se o grande número de casos notificados de malária (101 081 casos notificados em 1977) e a elevada incidência na população (89,29 casos notificados por 100 000 habitantes). Deste total, três quartos ocorreram na Região Norte (74 102), principalmente no Pará (27 702) e Rondonia (23 515) (SESP, 1978). Note-se também que o número de casos notificados aumentou em 1977, ou por aumento na incidência desta doença ou por melhorias no sistema de vigilância epidemiológica, ou ainda, pelos dois motivos.

A tuberculose, o sarampo e a coqueluche, depois da malária, são as três doenças com maior número de casos notificados.

A tuberculose, além de poder ser controlada por programas especiais de saúde pública, historicamente, tem diminuído quando melhoram as condições de vida em geral (IBGE, DEISO/SUEGE, 1978).

O sarampo e a coqueluche são doenças controláveis por imunização e redutíveis com a tecnologia de saúde disponível, podendo, no entanto, ser fatais em crianças desnutridas.

O número de casos notificados de tuberculose e coqueluche aumentou em 1977 em relação aos anos anteriores e os de sarampo tiveram uma frequência (número de casos notificados) e uma incidência (casos notificados por 100 000 habitantes) três vezes maior em 1976 do que em 1975, tendo diminuído em 1977, quando a incidência foi o dobro de 1975.

Uma variação tão grande no número de notificações dificilmente poderia ser atribuída a melhorias no sistema de vigilância epidemiológica. O que parece ter ocorrido realmente foi um aumento no número de casos de sarampo na população. Segundo um artigo elaborado pela Unidade de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, nesse estado "em 1976, ocorreram 15 799 casos e 222 óbitos (por sarampo) caracterizando um período epidêmico" (SESP, 1977). O mesmo artigo cita dois fatos que poderiam ter concorrido para este aumento no número de casos e óbitos por sarampo: 1º) um acúmulo de pessoas suscetíveis à doença devido à sua baixa incidência em 1974 e em 1975; 2º) baixo número de vacinas aplicadas em 1975, em decorrência da falta destas vacinas, devido à inutilização dos estoques em incêndio ocorrido no depósito da CIBRAZEM, no Estado do Rio de Janeiro. Este baixo número de vacinas aplicadas em 1975 foi observado em vários estados do Brasil e segundo informações da Fundação SESP do Ministério da Saúde, de 1973 a 1977, o número de doses de vacinas contra sarampo em todo o Brasil foi o seguinte:

1973:	773 300
1974:	3 508 100
1975:	2 048 200
1976:	2 710 500
1977:	3 391 500

E nítida a redução de vacinação anti sarampo em 1975.

A meningite, tanto a forma meningocócica quanto a sem especificação, reduziu-se de 1974 a 1977, sendo a sua incidência nove vezes menor para a meningite meningocócica e cinco vezes menor para a meningite sem especificação.

Além da meningite, a difteria diminuiu sua incidência: de 5,10 casos por 100 000 habitantes, em 1971, para 4,42 em 1977.

A febre tifóide, a poliomielite e a raiva, sofreram algumas flutuações na incidência nos últimos sete anos, mas terminam a série, de 1971 a 1977, com a mesma incidência nos anos extre mos.

O tétano e a hanseníase tiveram um aumento no número de casos notificados: o tétano, de 1962 casos notificados em 1971 para 3 015 em 1977 e a hanseníase de 5 580 para 9 133.

## 1 - ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER POR SEXO

BRASIL

1910/1980

EPOCA DE REFERENCIA	ANOS DE VIDA
1910	
Homens .....	33,4
Mulheres .....	34,6
1920	
Homens .....	33,8
Mulheres .....	35,2
1930	
Homens .....	35,7
Mulheres .....	37,3
1940/1950	
Homens .....	43,3
Mulheres .....	43,1
1950/1960	
Ambos os sexos .....	52,3
1960/1970	
Homens .....	54,9
Mulheres .....	59,0
1970/1975	
Homens .....	58,8
Mulheres .....	63,1
1975/1980	
Homens .....	61,3
Mulheres .....	65,5

FONTES: Inuán R. e Spielman E. - Introdução à Análise das estimativas de Indicadores Demográficos obtidas através de diversas metodologias - Brasil 1940/1970. In: Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais, Fundação IBGE, 1976.

DESPO - Projeção da população brasileira por idade e sexo - Período 1970/2000. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro 35 (139): 357-370, julho/setembro 1974.

Santos, J. L. F. - Medidas de Mortalidade e Fecundidade para o Brasil no século XX. Cadernos FUPAM - PRODEUR apud Santos, J. L. F. - Aspectos formais para o estudo da mortalidade. In: 1º Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

OBS: Os valores até 1970 foram estimados a partir de informações censitárias; para os quinquênios 1970/1975 e 1975/1980 os valores da esperança de vida ao nascer foram estimados a partir de hipóteses utilizados na projeção de população do Brasil para o ano 2000.

2 - ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER SEGUNDO GRUPOS DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR

REGIÕES<sup>(1)</sup>

1970

REGIÕES	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER ESTIMADA (ANOS) POR GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (Cruzeiros)			
	1,00 a 150,00	151,00 a 300,00	301,00 a 500,0	ACIMA DE 500,00
Amazônia .....	53,4	53,9	54,8	58,2
Nordeste Setentrional .....	50,0	50,8	52,7	55,7
Nordeste Central .....	43,8	46,1	50,3	54,4
Nordeste Meridional .....	48,9	50,3	51,9	54,9
Minas .....	53,8	55,4	58,6	62,3
Rio .....	54,1	54,8	57,6	62,1
São Paulo .....	54,7	56,1	58,7	63,9
Paraná .....	54,8	56,5	59,3	63,7
Sul .....	60,5	61,2	63,4	66,9
Centro-Oeste .....	56,5	57,1	58,2	63,3

FONTE: Carvalho, J. A. M. & Wood, C. H. - Renda e Concentração da mortalidade no Brasil - Revista de Estudos Econômicos, São Paulo, 7 (1): 107-30 - 1977

NOTA: (1)

As dez regiões foram compostas pelas seguintes Unidades da Federação:

Amazônia: Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Roraima e Rondônia;

Nordeste Setentrional: Maranhão e Piauí;

Nordeste Central: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Fernando de Noronha;

Nordeste Meridional: Bahia e Sergipe;

Minas: Minas Gerais e Espírito Santo;

Rio: Rio de Janeiro (na época do Censo 70: Rio de Janeiro e Guanabara);

São Paulo: São Paulo

Paraná: Paraná;

Sul: Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

Centro Oeste: Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal.

3 - ESTIMATIVAS DA ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER SEGUNDO

GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR

TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD<sup>(1)</sup>

1976

RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER ESTIMADA
Até 1 salário mínimo .....	54,8 anos
Mais de 1 a 2 salários mínimos .....	59,5 anos
Mais de 2 a 5 salários mínimos .....	64,0 anos
Mais de 5 salários mínimos .....	69,6 anos
Todos os níveis .....	60,5 anos

FONTE: Madeira, J. L. et al. - A dinâmica do movimento natural da população brasileira. Série Estudos e Pesquisas, IBGE, Rio de Janeiro, 1979.

4 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL  
 ALGUMAS CAPITAIS BRASILEIRAS<sup>(1)</sup>  
 1941/1965-70

ANO	ÓBITOS DE MENORES DE UM ANO POR 1 000 NASCIDOS VIVOS
1941 .....	202,3
1945 .....	170,2
1950 .....	136,6
1955 .....	144,1
1960 .....	105,2
1965 .....	101,1
1966 .....	98,0
1967 .....	105,9
1968 .....	89,6
1969 .....	91,2
1970 .....	108,7

FONTE: Yunes, J. & Ronchezel, V. S. C. - "Evolução da mortalidade geral, Infantil e proporcional no Brasil". Revista de Saúde Pública; São Paulo, 8 (suplemento) 3-48, 1974.

NOTA: (1) Manaus, São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia e Brasília.

5 - ESTIMATIVAS DO NÍVEL DE MORTALIDADE DE MENORES DE 5 ANOS SEGUNDO GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR

BRASIL

1976

INDICADORES DEMOGRÁFICOS	ESTIMATIVAS SEGUNDO GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (Salário-Mínimo)				
	MENOS DE 1	1 — 2	2 — 5	5 E MAIS	TODAS AS CLASSES
<b>PROBABILIDADE DE MORRER</b>					
Antes de completar 1 ano ( ${}_1q_0$ )..	0,11861	0,09537	0,07519	0,05296	0,09018
Antes de completar 2 anos ( ${}_2q_0$ )..	0,14705	0,11625	0,08969	0,06096	0,10941
Antes de completar 3 anos ( ${}_3q_0$ )..	0,15966	0,12564	0,09648	0,06496	0,11813
Antes de completar 5 anos ( ${}_5q_0$ )..	0,17406	0,13651	0,10463	0,07000	0,12830
<b>FILHOS SOBREVIVENTES<sup>(1)</sup></b>					
A 1 ano de idade .....	88 139	90 463	92 481	94 704	90 982
A 2 anos de idade .....	85 295	88 375	91 031	93 904	89 059
A 3 anos de idade .....	84 034	87 436	90 352	93 504	88 187
A 5 anos de idade .....	82 594	86 349	89 537	93 000	87 170

FONTES: DESPO-IBuE

NOTA (1) O número de filhos sobreviventes refere-se a um contingente de 100 000 crianças nascidos vivos no grupo de rendimento.

6 - MORTALIDADE PROPORCIONAL POR GRUPO ETÁRIO  
 ALGUMAS CAPITALS BRASILEIRAS<sup>(1)</sup>  
 1968-75<sup>(2)</sup>

GRUPO ETÁRIO	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1975
Menores de 1 ano .....	24,5	26,7	27,4	28,1	26,7	27,1	27,6
De 1 a 4 anos .....	7,5	8,1	7,3	7,5	6,9	6,7	5,9
De 5 a 24 anos .....	6,8	6,9	6,9	6,9	7,3	7,5	7,5
De 25 a 54 anos .....	23,8	22,6	22,4	22,1	22,7	22,7	21,3
55 anos ou mais .....	37,4	35,7	36,1	35,4	36,4	36,0	37,7

FONTES: DNEES do Ministério da Saúde - DEISO-IBGE

NOTAS: (1) Manaus, São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia e Brasília.

(2) Para algumas capitais não há o dado para 1975, tendo-se utilizado informações referentes a 1974 ou 1976.

7 - COEFICIENTES DE MORTALIDADE E MORTALIDADE PROPORCIONAL  
 DE SETE GRANDES GRUPOS DE CAUSAS DE ÓBITO  
 ALGUMAS CAPITALS BRASILEIRAS<sup>(1)</sup>  
 1970/1975<sup>(2)</sup>

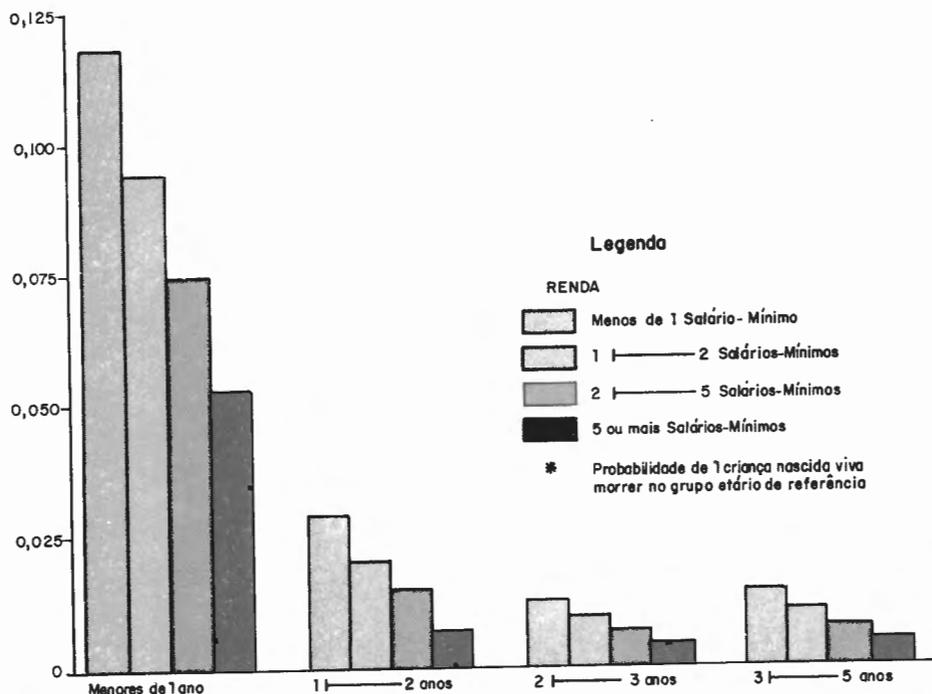
SETE GRANDES GRUPOS DE CAUSAS DE ÓBITO	COEFICIENTE (POR 100 000 HABITANTES)		MORTALIDADE PROPORCIONAL (PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL)	
	1970	1975	1970	1975
I - Doenças infecciosas e parasitárias .....	175,3	155,1	17,4	15,5
II - Neoplasmas .....	92,4	95,3	9,2	9,5
III - Doenças do aparelho circulatório .....	191,1	210,7	19,0	21,1
IV - Doenças do aparelho respiratório .....	83,8	92,1	8,3	9,2
V - Certas causas de mortalidade perinatal .....	66,5	75,9	6,6	7,6
VI - Acidentes, envenenamentos e violências .....	82,5	94,8	8,2	9,5
VII - Causas mal definidas .....	81,1	70,5	8,1	7,1

FONTES: DNEES do Ministério da Saúde e DEISO-IBGE

NOTAS: (1) Manaus, Belém, São Luís, Teresina, Fortaleza, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia e Brasília.

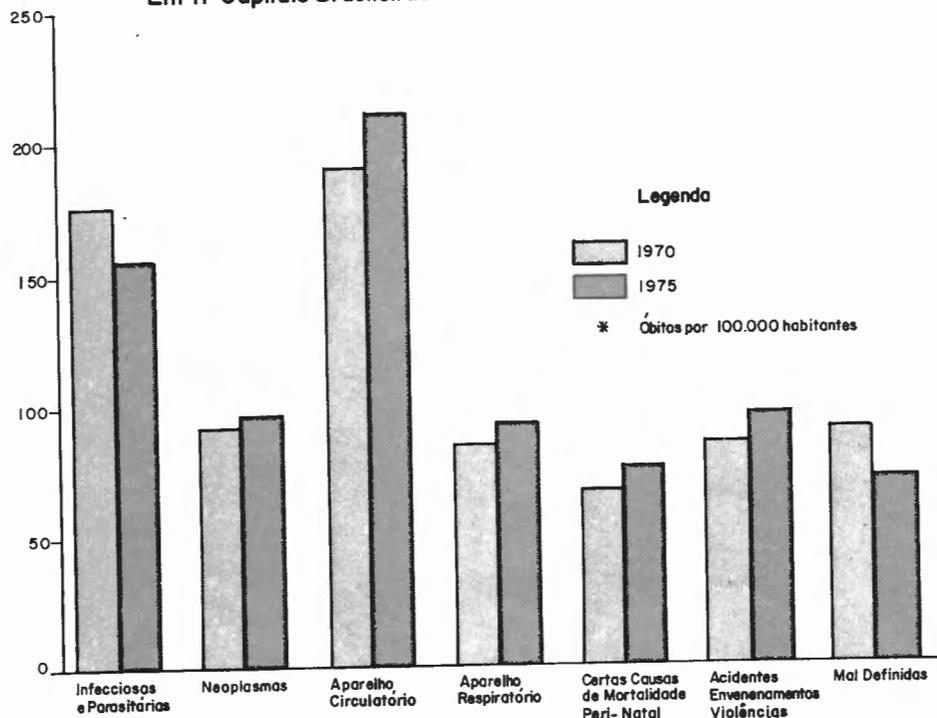
(2) Para algumas capitais não há o dado para 1975, tendo-se utilizado informações referentes a 1974 ou 1976.

## 1. PROBABILIDADE DE MORTE\* Por Grupo Etário e Por Renda Familiar Mensal



FONTE : Ver Tabela 6

## 2. COEFICIENTE DE MORTALIDADE\* Para 7 Grupos de Causas de Óbitos Em 17 Capitais Brasileiras - 1970 e 1975



FONTE : Ver Tabela 8

8 - COEFICIENTES DE MORTALIDADE PARA DEZ CAUSAS DE ÓBITO,  
SELECIONADAS DA LISTA B (50 GRUPOS DE CAUSAS)

ALGUMAS CAPITALS BRASILEIRAS<sup>(1)</sup>

1970/1975<sup>(2)</sup>

CAUSA BÁSICA DE ÓBITO	COEFICIENTE DE MORTALIDADE (POR 100 000 HABITANTES)	
	1970	1975
B 03 - Disenteria bacilar e amebíase ..	1,0	0,3
B 04 - Enterite e outras doenças diarréicas .....	84,0	77,2
B 05 - Tuberculose do aparelho respiratório .....	35,0	25,6
B 06 - Outras formas de tuberculose, incluindo efeitos tardios .....	2,6	2,4
B 12 - Poliomielite aguda .....	2,2	1,3
B 14 - Sarampo .....	8,6	6,3
B 22 - Avitaminoses e outras deficiências nutricionais .....	23,1	19,9
B 23 - Anemias .....	2,8	3,0
B 31 - Gripe .....	3,0	1,7
B 32 - Pneumonia .....	66,8	75,3

FONTES: DNEES do Ministério da Saúde e DEISO-IBGE

NOTAS: (1) Manaus, Belém, São Luís, Teresina, Fortaleza, João Pessoa, Recife, Macelô, Aracajú, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia e Brasília.

(2) Para algumas capitais não há o dado para 1975, tendo-se utilizado informações referentes a 1974 ou 1976.

9 - NÚMERO DE CASOS NOTIFICADOS DE ALGUMAS DOENÇAS INFECCIOSAS  
E SUA INCIDÊNCIA NA POPULAÇÃO

BRASIL

1971-77

DOENÇAS INFECCIOSAS	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
<b>COQUELUCHE</b>							
Nº de casos notificados .....	...	...	...	...	21 733	27 595	30 295
Casos notificados/100 000 hab...	...	...	...	...	20,28	25,08	26,76
<b>DIFTERIA</b>							
Nº de casos notificados .....	4 872	5 002	5 380	3 636	4 110	5 124	5 008
Casos notificados/100 000 hab...	5,10	5,08	5,31	3,49	3,84	4,66	4,42
<b>FEBRE TIFÓIDE</b>							
Nº de casos notificados .....	3 672	4 292	3 895	3 395	4 068	3 771	4 382
Casos notificados/100 000 hab...	3,84	4,36	3,84	3,26	3,80	3,43	3,87
<b>POLIOMELITE</b>							
Nº de casos notificados .....	2 067	1 353	1 754	1 096	3 269	2 535	2 377
Casos notificados/100 000 hab...	2,16	1,37	1,73	1,05	3,05	2,30	2,10
<b>RAIVA</b>							
Nº de casos notificados .....	108	121	90	135	118	99	115
Casos notificados/100 000 hab...	0,11	0,12	0,09	0,13	0,11	0,09	0,10
<b>SARAMPO</b>							
Nº de casos notificados .....	46 600	39 476	51 332	16 025	23 879	72 593	50 826
Casos notificados/100 000 hab...	48,77	40,10	50,65	15,37	22,29	65,97	44,90
<b>TETANO</b>							
Nº de casos notificados .....	1 962	2 051	2 524	1 819	2 272	2 861	3 015
Casos notificados/100 000 hab...	2,05	2,08	2,49	1,75	2,12	2,60	2,66
<b>DOENÇA MENINGOCÓCICA</b>							
Nº de casos notificados .....	...	...	...	19 396	9 632	...	2 304
Casos notificados/100 000 hab...	...	...	...	18,61	8,99	...	2,04
<b>MENINGITE SEM ESPECIFICAÇÃO</b>							
Nº de casos notificados .....	...	...	...	47 966	15 810	...	10 542
Casos notificados/100 000 hab...	...	...	...	46,01	14,76	...	9,31
<b>HANSENTASE</b>							
Nº de casos notificados .....	5 580	6 411	6 831	8 194	9 300	9 648	9 133
Casos notificados/100 000 hab...	5,84	6,51	6,74	7,86	8,68	8,76	8,07
<b>TUBERCULOSE</b>							
Nº de casos notificados .....	36 265	36 312	40 412	32 932	32 686	...	47 797
Casos notificados/100 000 hab...	37,95	36,88	39,87	31,59	30,51	...	42,22
<b>MALÁRIA</b>							
Nº de casos notificados .....	76 752	82 424	75 332	64 320	88 630	86 437	101 081
Casos notificados/100 000 hab...	80,32	83,72	74,33	61,70	82,72	78,49	89,29

FONTES: Fundação SESP - DEISO-IBGE.

## VIII.2 - SEGURANÇA DO TRABALHO

Na realidade as informações que deveriam constar deste capítulo têm uma amplitude maior do que as aqui apresentadas, constituídas basicamente de frequência e incidência de acidentes de trabalho e das doenças profissionais ou do trabalho, equiparadas aos acidentes pela Lei 6 367 de 19 de outubro de 1976.

Os trabalhadores, em determinadas ocupações, estão mais sujeitos a agressões de agentes físicos (ruído, temperatura, pressão, etc.), químicos (gases, vapores tóxicos, substâncias que causam dermatoses, etc.) e biológicos (que causam doenças infecciosas e parasitárias). No entanto, a nível de Brasil, não se dispõe de dados sobre estas relações entre doença e trabalho.

Além do ambiente de trabalho, algumas características dos trabalhadores também agem sobre o risco de doenças e acidentes: o treinamento e a qualificação do trabalhador, sua alimentação, possibilidade de repouso e lazer, e outros fatores sociais e econômicos podem interferir na probabilidade deles sofrerem acidentes ou doenças relacionadas com a atividade profissional.

Sabe-se no entanto que os índices de acidentes de trabalho são elevados, embora apresentem uma tendência a diminuir desde 1976 (tabela 1).

Apesar de haver diferenças nos critérios de definição de acidentes de trabalho, o que desaconselha uma comparação rígida, parece que em alguns setores de ocupação os riscos de acidentes são mais elevados no Brasil que em outros países, como por exemplo E.E.U.U. Em 1973, no Brasil, acidentaram-se 31,94% dos empregados em construção civil (INPS, 1974), enquanto nos E.E.U.U, na mesma atividade e no mesmo ano, os acidentes atingiram 19,8% dos empregados (Wilner et alii, 1978: p.302).

Observa-se na tabela 1 que, em 1977, os acidentes registrados correspondiam a 9,4% da população segurada. Esta percentagem é menor que nos anos anteriores por dois motivos:

- 1 - diminuiu em 1976 e em 1977 o número total de acidentes registrados;
- 2 - aumentou, de ano a ano, a população segurada.

Destes acidentes, a grande maioria foi caracterizada como acidente típico (96,8%, em 1977) seguindo-se os acidentes de trajeto (3,0%) e as doenças do trabalho (0,2%), como se evidencia na tabela 2. Isto significa que na realidade as estatísticas referem-se realmente a acidentes (do trabalho e de trajeto), e provavelmente as doenças do trabalho estão subestimadas, muitas por não ser aparente sua associação com as condições de trabalho, como as doenças mentais. Conforme as palavras dos professores John Phair e Frank Princi, do Departamento de Medicina Preventiva e Saúde Industrial da Universidade de Cincinnati: "Menos óbvias, mas igualmente reais, são as dificuldades emocionais que surgem do ambiente, da monotonia de alguns processos e da supervisão essencial na produção de massa" (In: Leavel e Clark, 1976: p. 457).

Outro exemplo encontrado na literatura é o da tuberculose: "a tuberculose tem no ambiente industrial um fator que a favorece enormemente" (Carvalho e Segre, 1977: p. 270).

Além de sofrer os efeitos das condições de vida em geral - como propõe Castells (In: Sonis et alii, 1976: p. 221): "a habitação inadequada, a alimentação deficiente quantitativa

mente ou qualitativamente, o baixo nível educacional, o salário insuficiente ou o desemprego, e tantos outros males sociais influem no desenvolvimento da tuberculose" — esta doença pode surgir como uma complicação da silicose (uma pneumoconiose provocada pela poeira de sílica), associando-se obviamente com a atividade profissional, em trabalhadores que aspiram pó de areia (em vidrarias, fundições, metalúrgicas, fábricas de abrasivos ou em galerias de minas) (Minervino, 1973: pp. 110-116).

Quanto às consequências dos acidentes de trabalho (tabela 3), a mais frequente é a "incapacidade temporária" (em 85,0% dos acidentes), seguida da "simples assistência médica" (12,6%), da "incapacidade permanente" (2,1%) e dos "acidentes letais" (0,3), o que corresponde, em 1977, a 4 445 óbitos por acidentes de trabalho e a 34 415 trabalhadores incapacitados permanentemente.

1 - PERCENTAGENS DE ACIDENTES OCORRIDOS SOBRE  
A POPULAÇÃO SEGURADA

BRASIL

1971-77

ANOS	ACIDENTES OCORRIDOS (1)	POPULAÇÃO SEGURADA (1)	% DE ACIDENTES SOBRE A POPULAÇÃO SEGURADA
1971 .....	1 330,5	7 764,5	17,1
1972 .....	1 504,7	8 149,0	18,5
1973 .....	1 632,7	10 957,0	14,9
1974 .....	1 796,8	11 537,0	15,6
1975 .....	1 916,2	12 996,8	14,7
1976 .....	1 743,8	15 182,0	11,5
1977 .....	1 614,8	17 214,0	9,4

FONTE: Coordenação de Estatística da Diretoria de Planejamento do INPS.

NOTA: (1) Em Milhares.

2 - ACIDENTES SEGUNDO A CARACTERIZAÇÃO

BRASIL

1972-77

ANOS	TOTAL	ACIDENTES TÍPICOS	DOENÇAS DO TRABALHO	Em 1 000
				ACIDENTES DE TRAJETO
1972 .....	1 504,7	1 479,3	2,4	23,0
1973 .....	1 632,7	1 602,5	1,8	28,4
1974 .....	1 796,8	1 756,7	1,8	38,3
1975 .....	1 916,2	1 869,7	2,2	44,3
1976 .....	1 743,8	1 692,8	2,6	48,4
1977 .....	1 614,8	1 563,0	3,0	48,8

FONTE: Coordenação de Estatística da Diretoria de Planejamento do INPS.

3 - ACIDENTES LIQUIDADOS, SEGUNDO A CONSEQUÊNCIA

BRASIL

1972-77

ANOS	TOTAL DE ACIDENTES LIQUIDADOS	SIMPLES ASSISTÊNCIA MÉDICA	INCAPACIDADE TEMPORÁRIA	INCAPACIDADE PERMANENTE	Em 1 000
					MORTE
1972 .....	1 525,5	183,3	1 292,9	46,5	2,8
1973 .....	1 640,2	149,8	1 428,5	58,8	3,1
1974 .....	1 833,3	156,9	1 607,3	65,3	3,8
1975 .....	1 868,9	168,4	1 625,8	70,8	3,9
1976 .....	1 759,0	168,0	1 521,2	65,9	3,9
1977 .....	1 643,3	206,5	1 397,9	34,4	4,5

FONTE: Coordenação de Estatística da Diretoria de Planejamento do INPS.

### VIII.3 - ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E ANTROPOMETRIA

Com base nos dados publicados pelo ENDEF (IBGE, 1977) apresenta-se nesta seção do capítulo Saúde algumas informações referentes ao consumo de alimentos, à situação nutricional expressa pela relação entre a ingestão de calorias e nutrientes e as necessidades nutricionais, e às medidas antropométricas, peso, altura e perímetro braquial.

As informações referem-se às Regiões I (Estado do Rio de Janeiro), III (Região Sul) e V (Região Nordeste),<sup>(1)</sup> e estão desagregadas por classes de despesa corrente per capita/ano da família (despesa monetária e não monetária). As classes são três: até 2 259 cruzeiros, de 2 260 a 4 519 cruzeiros e de 4 520 cruzeiros e mais, que correspondiam em agosto de 1974, início do levantamento do ENDEF, a uma despesa corrente mensal per capita de respectivamente até 188 cruzeiros, 189 a 376 cruzeiros e 377 cruzeiros e mais, ou seja, até 1/2, 1/2 a 1, e 1 e mais salários mínimos (em agosto de 1974 o maior salário mínimo vigente no País era de Cr\$ 376,80).

Naquele ano as três Regiões estudadas contavam com uma população de cerca de 60 milhões de habitantes enquanto a população total do Brasil atingia pouco mais de 104 milhões. O exame da situação alimentar e nutricional realizado neste trabalho abrange, portanto, a maioria da população do País (57,7%):

As Regiões II (Estado de São Paulo), IV (Estados de Minas Gerais e Espírito Santo), VI (Distrito Federal) e VII (Região Norte e Estados de Mato Grosso e Goiás) não são analisadas porque os respectivos dados ainda não estavam disponíveis quando o trabalho foi iniciado. Entretanto, as informações mais relevantes sobre o consumo alimentar e as medidas antropométricas dessas regiões constam do elenco de tabelas anexas a esse Relatório.

#### VIII.3.1 - ALIMENTAÇÃO

##### VIII.3.1.1 - QUANTIDADE DE ALIMENTOS CONSUMIDA

Tendo em vista que os valores do consumo de alimentos, calorias e nutrientes referem-se a populações com características econômicas e demográficas distintas, deve-se, antes de iniciar o seu exame, chamar a atenção sobre a composição percentual das famílias pesquisadas segundo classes de despesa corrente nas diferentes regiões, bem como sobre a distribuição urbano-rural e a estrutura etária das respectivas populações, que são apresentadas nos quadros seguintes.

QUADRO I  
NÚMERO E PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS SEGUNDO CLASSES DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA  
REGIÕES I, III e V (1)  
1974

FAMÍLIAS	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA (CRUZEIROS)											
	REGIÃO I				REGIÃO III				REGIÃO V			
	TODAS AS CLASSES	ATE 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	ATE 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	ATE 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
Número (milhares)-	2 022	329	586	1 107	3 502	1 044	1 243	1 215	5 645	3 975	1 062	608
Porcentagem .....	100,0	16,3	29,0	54,7	100,0	29,8	35,5	34,7	100,0	70,4	18,8	10,8

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) Região I - Estado do Rio de Janeiro; Região III - Sul e Região V - Nordeste.

(1) Correspondem às Regiões I, III e V da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

QUADRO II  
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR ZONAS URBANA E RURAL  
REGIÕES I, III e V (1)  
1976

Em 1 000 habitantes

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	REGIÃO I		REGIÃO III		REGIÃO V	
	HABITANTES	%	HABITANTES	%	HABITANTES	%
Urbana .....	9 717,7	89,8	10 142,5	50,2	14 914,8	45,3
Rural .....	1 104,4	10,2	10 080,6	49,8	17 985,7	54,7

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1976 - IBGE.

NOTA: (1) Região I - Estado do Rio de Janeiro; Região III - Sul e Região V - Nordeste.

QUADRO III  
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRANDES GRUPOS DE IDADE  
REGIÕES I, III e V(1)  
1976

Em 1 000 habitantes

GRUPOS DE IDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	REGIÃO I		REGIÃO III		REGIÃO V	
	HABITANTES	%	HABITANTES	%	HABITANTES	%
0 a 19 anos .....	4 743,0	43,9	10 312,1	51,1	18 243,0	55,5
20 a 59 anos .....	5 347,1	49,4	8 815,4	43,6	12 613,2	38,4
60 anos e mais .....	725,9	6,7	1 079,1	5,3	2 007,2	6,1

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1976 - IBGE.

NOTA: (1) Região I - Estado do Rio de Janeiro; Região III - Sul e Região V - Nordeste.

O Estado do Rio de Janeiro se caracteriza pela predominância de famílias da classe de despesa mais alta e pela maior proporção de população urbana e de idade mais avançada, ao contrário da Região Nordeste, na qual preponderam as famílias da classe de despesa mais baixa, a população rural e de estrutura etária mais moça. A Região Sul apresenta uma situação mais equilibrada das famílias nas três classes de despesa, uma distribuição quase igual de população nas zonas urbana e rural e uma estrutura etária intermediária às das outras duas regiões. Essas características representam fatores condicionantes da demanda e do consumo de alimentos, de vez que as necessidades alimentares variam de acordo com a idade enquanto o consumo alimentar depende do poder aquisitivo e da disponibilidade diferencial de alimentos nas zonas urbana e rural. De modo geral o consumo de alimentos, calorias e nutrientes aumenta com o crescimento do poder aquisitivo da família, com o qual também melhora, conseqüentemente, o respectivo estado nutricional. É o que se observa no quadro seguinte, no que diz respeito ao total de alimentos consumidos por comensal-dia (Cf. tabela 1 e gráfico 1).

QUADRO IV  
 QUANTIDADE DE ALIMENTOS CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE DESPESA  
 CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA  
 REGIÕES I, III e V (1)  
 1974

CLASSES DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA (CRUZEIROS)	QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA (G)		
	REGIÃO I	REGIÃO III	REGIÃO V
TODAS AS CLASSES .....	1 054	1 127	830
Até 2 259 .....	664	835	744
2 260 a 4 519 .....	929	1 191	1 000
4 520 e mais .....	1 361	1 438	1 236

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) Região I - Estado do Rio de Janeiro; Região III - Sul e Região V - Nordeste.

A classe de despesa mais alta consome uma quantidade de alimentos duas vezes maior do que a classe de despesa mais baixa no Estado do Rio de Janeiro enquanto que nas Regiões Sul e Nordeste as diferenças de consumo entre essas classes são um pouco menores, porém, do mesmo modo, fortemente acentuadas.

O menor consumo de alimentos do conjunto de todas as classes de despesa da Região Nordeste relativamente às outras duas regiões não resulta apenas da estrutura etária mais moça de sua população, mas é em parte real, conforme se terá oportunidade de verificar posteriormente através de outros enfoques sobre a alimentação e a nutrição no decurso deste trabalho.

Os alimentos mais consumidos nas três regiões segundo a classe de despesa corrente per capita da família constam do quadro seguinte.

QUADRO V  
 ALIMENTOS MAIS CONSUMIDOS, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE  
 ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA  
 REGIÕES I, III e V (1)  
 1974

CLASSES DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA (CRUZEIROS)	ALIMENTOS MAIS CONSUMIDAS POR COMENSAL-DIA (G)		
	REGIÃO I	REGIÃO III	REGIÃO V
TODAS AS CLASSES .....	Leite (129g) Arroz (117g) Açúcar (79g) Pão (73g) Laranja (56g)	Leite (155g) Arroz (118g) Açúcar (76g) Batata inglesa (69g) Farinha de Trigo (67g)	Farinha mandioca (128g) Feijão (85g) Leite (74g) Arroz (67g) Pão (47g)
Até 2 259 .....	Arroz (108g) Açúcar (74g) Feijão (59g) Leite (47g) Pão (44g)	Arroz (121g) Leite (86g) Feijão (77g) Açúcar (69g) Farinha de Trigo (58g)	Farinha mandioca (143g) Feijão (90g) Arroz (62g) Leite (60g) Milho (47g)

Continua

QUADRO V  
ALIMENTOS MAIS CONSUMIDOS, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE  
ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA  
REGIÕES I, III e V <sup>(1)</sup>

1974

CLASSES DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA (CRUZEIROS)	ALIMENTOS MAIS CONSUMIDOS POR COMENSAL-DIA (G)			Conclusão
	REGIÃO I	REGIÃO III	REGIÃO V	
2 260 a 4 519 .....	Arroz (131g) Leite (100g) Açúcar (80g) Pão (75g) Feijão (60g)	Leite (164g) Arroz (122g) Farinha de Trigo (83g) Batata Inglesa (81g) Açúcar (80g)	Farinha mandioca (98g) Leite (97g) Arroz (88g) Pão (87g) Feijão (76g)	
4 520 e mais .....	Leite (196g) Arroz (111g) Pão (87g) Laranja (87g) Carne bovina (82g)	Leite (238g) Arroz (110g) Batata Inglesa (87g) Carne bovina (83g) Açúcar (79g)	Leite (150g) Pão (107g) Carne bovina (83g) Arroz (79g) Açúcar (73g)	

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE.

NOTA : (1) Região I - Estado do Rio de Janeiro; Região III - Sul e Região V - Nordeste.

Os alimentos mais consumidos pela população em geral são, em ordem decrescente de quantidade:

- Estado do Rio de Janeiro - leite, arroz, açúcar, pão e laranja;
- Região Sul - leite, arroz, açúcar, batata inglesa e farinha de trigo;
- Região Nordeste - farinha de mandioca, feijão, leite, arroz e pão.

As variações observadas no elenco dos alimentos básicos da população das três regiões dependem fundamentalmente de sua disponibilidade e de seu preço. Comparando os cinco produtos básicos da dieta das classes de menor e de maior poder aquisitivo nas três regiões, verifica-se que a classe mais pobre consome um maior número de produtos mais baratos e que a quantidade consumida por comensal-dia é acentuadamente menor. Um produto mais caro e mais nobre como a carne bovina, por exemplo - fonte de proteína animal -, não aparece entre os cinco alimentos mais consumidos pela classe mais pobre em nenhuma das três regiões, mas é um deles, invariavelmente, quando se trata da classe de maior poder aquisitivo. Conforme foi salientado na introdução do capítulo - DESPESA FAMILIAR, deste Relatório, "o consumo de certos alimentos, tanto quanto o não consumo..." (ou menor consumo) "de outros, menos do que uma escolha livre, resulta sobretudo das restrições de ordem econômica para as famílias dos estratos inferiores de despesa".

Outra importante fonte de proteína animal, o leite, aparece entre os cinco produtos mais consumidos tanto na classe mais pobre como na mais abastada das três regiões, mas o seu consumo por comensal-dia é acentuadamente menor na primeira se comparado com o da última: 47 e 196g no Estado do Rio de Janeiro, 80 e 238g no Sul e 60 e 150g no Nordeste, respectivamente. Para que se possa avaliar, quanto é baixo o consumo de leite nas três regiões, especialmente na classe mais pobre, comparamo-lo com as seguintes recomendações de ingestão diária (Lyght, C. E. et alii,

1968: p. 1 314).

Crianças até 12 anos .....	3 a 4 copos (2)
Adolescentes .....	4 copos
Adultos .....	2 copos
Gestantes .....	4 copos
Nutrizes .....	6 copos

Somente na classe mais abastada da Região Sul se verifica uma ingestão média de pouco mais de um copo de leite diariamente (238g).

Igualmente fraco é o consumo de "Frutas" e de "Legumes e verduras" na primeira e segunda classes de despesa de todas as três regiões, itens que, ao contrário, entram com bastante peso na dieta da última classe (Cf. tabela 1).

Na tabela 1a pode-se verificar a ordem dos diferentes "grupos de alimentos" segundo as quantidades consumidas, no conjunto da população e nas três classes de despesa corrente per capita da família das três regiões examinadas. Além das diferenças regionais de consumo dos diversos grupos de alimentos, deve-se notar que a sua ordenação em cada região depende, como é regra geral, do poder aquisitivo das diversas classes de despesa.

Apresenta-se, a seguir, um resumo das diferenças entre o consumo por comensal-dia entre as classes de despesa mais alta (A) e mais baixa (B), e entre cada uma dessas classes e o consumo médio (M) nas três regiões examinadas (Cf. tabela 1b).

1. Diferenças (em gramas) entre o consumo da classe de despesa mais alta (A) e o consumo médio da

Região (M)

1.1 - A > M

	REGIÃO I (ESTADO DO RIO DE JANEIRO)	REGIÃO III (SUL)	REGIÃO V (NORDESTE)
Todos os grupos	+307	+311	+406
Cereais e derivados	+5	+5	+72
Tubérculos, raízes e similares	+12	-	-
Açúcares e derivados	+3	+5	+24
Legumes e verduras	+42	+38	+53
Frutas	+64	+56	+99
Carnes e pescados	+55	+73	+80
Ovos, leites e queijos	+80	+100	+103
Óleos e gorduras	+8	+8	+17
Bebidas e diversos	+42	+43	+31

1.2 - A < M

	REGIÃO I	REGIÃO III	REGIÃO V
Tubérculos, raízes e similares	-	-1	-47
Leguminosas e oleaginosas	-4	-19	-25

2. Diferenças (em gramas) entre o consumo da classe de despesa baixa (B) e o consumo médio da Re

gião (M)

2.1 - B > M

	REGIÃO I	REGIÃO III	REGIÃO V
Tubérculos, raízes e similares	-	-	+10
Leguminosas e oleaginosas	+2	+15	+5

2.2 - B < M

	REGIÃO I	REGIÃO III	REGIÃO V
Todos os grupos	-390	-292	-86
Cereais e derivados	-23	-27	-21
Tubérculos, raízes e similares	-13	-20	-
Açúcares e derivados	-3	-10	-5
Legumes e verduras	-52	-32	-10
Frutas	-76	-40	-19
Carnes e pescados	-72	-57	-18
Ovos, leites e queijos	-99	-85	-19
Óleos e gorduras	-12	-9	-3
Bebidas e diversos	-41	-28	-6

(2) Um copo médio de leite equivale aproximadamente a 200 gramas.

3. Diferenças (em gramas) entre o consumo das classes de despesa mais alta (A) e mais baixa (B).

3.1 - A > B

	REGIÃO I	REGIÃO III	REGIÃO V
Todos os grupos	+697	+603	+494
Cereais e derivados	+28	+32	+93
Tubérculos, raízes e similares	+25	+19	-
Açúcares e derivados	+6	+15	+29
Legumes e verduras	+94	+70	+63
Frutas	+140	+96	+118
Carnes e pescados	+127	+130	+98
Ovos, leites e queijos	+179	+185	+122
Óleos e gorduras	+20	+17	+20
Bebidas e diversos	+83	+71	+37

3.2 - A < B

	REGIÃO I	REGIÃO III	REGIÃO V
Tubérculos, raízes e similares	-	-	-57
Leguminosas e oleaginosas	-6	-34	-30

A classe de despesa mais baixa consome mais que a média da população e que a classe de despesa mais alta apenas alimentos dos grupos de "Tubérculos, raízes e similares" (principalmente a farinha de mandioca) na Região Nordeste e de "Leguminosas e oleaginosas" (principalmente o feijão) nas três regiões. Os produtos de maior consumo desses grupos, a farinha de mandioca e o feijão, juntamente com o milho e a banha de porco, de outros grupos, podem ser considerados produtos tipicamente populares já que o seu consumo na primeira e segunda classe de despesa consegue ultrapassar seja a média da população, seja a média da última classe de despesa, em todas as três regiões, com raríssimas exceções (Cf. tabela 1).

O consumo da classe mais pobre é quantitativamente bem menor do que o da média da população e o da classe mais abastada não são quanto ao total de alimentos mas principalmente no que diz respeito a alimentos mais caros e mais nobres - porque ricos em proteínas animais e vitaminas -, tais como os dos grupos de "Legumes e verduras", "Frutas", "Carnes e pescados" e "Ovos, leites e queijos". Nessas condições, as classes mais pobres podem sofrer deficiências alimentares não são de ordem quantitativa mas também qualitativa, devido a uma dieta insuficiente e pouco diversificada.

VIII.3.1.2 - CONSUMO DE CALORIAS E NUTRIMENTOS

As necessidades alimentares do homem podem ser expressas segundo três leis fundamentais (Alberti, 1961: pp. 29, 34 e 41):

- 1ª lei: a ração deve levar ao organismo, diariamente, certa quantidade de energia necessária para seu funcionamento;
- 2ª lei: a ração deve levar ao organismo, diariamente, todos os princípios nutritivos não energéticos, especificamente indispensáveis à vida;
- 3ª lei: é necessário que os princípios nutritivos indispensáveis à vida se encontrem nas rações em proporções convenientes.

O indivíduo tem necessidade de um certo número de calorias e de uma certa quantidade de proteínas e outros nutrientes que variam em função de seu sexo, idade, peso, estatura,

QUADRO VI  
QUANTIDADES DIÁRIAS RECOMENDADAS DE CALORIAS E NUTRIMENTOS

VARIÁVEIS	PESO (Kg)	CALORIAS	NUTRIMENTOS							
			PROTEÍNAS (1) (G)	CÁLCIO (MG)	FERRO (2) (MG)	VITAMINAS				
						A (3) (MMG)	B <sub>1</sub> (MG)	B <sub>2</sub> (MG)	PP (MG)	C (MG)
Crianças										
> 1	7,3	820	3,4	0,5 - 0,6	5 - 10	300	0,3	0,5	5,4	20
1 - 3	13,4	1 360	5,7	0,4 - 0,5	5 - 10	250	0,5	0,8	9,0	20
4 - 6	20,2	1 830	7,6	0,4 - 0,5	5 - 10	300	0,7	1,1	12,1	20
7 - 9	28,1	2 190	9,2	0,4 - 0,5	5 - 10	400	0,9	1,3	14,5	20
Adolescentes (homens)										
10 - 12	36,9	2 600	10,9	0,6 - 0,7	5 - 10	575	1,0	1,6	17,2	20
13 - 15	51,3	2 900	12,1	0,6 - 0,7	9 - 18	725	1,2	1,7	19,1	30
16 - 19	62,9	3 070	12,8	0,5 - 0,6	5 - 9	750	1,2	1,8	20,3	30
Adolescentes (mulheres)										
10 - 12	38,0	2 350	9,8	0,6 - 0,7	5 - 10	575	0,9	1,4	15,5	20
13 - 15	49,9	2 490	10,4	0,6 - 0,7	12 - 24	725	1,0	1,5	16,4	30
16 - 19	54,4	2 310	9,7	0,5 - 0,6	14 - 28	750	0,9	1,4	15,2	30
Homem adulto (moderadamente ativo)	65,0	3 000	12,6	0,4 - 0,5	5 - 9	750	1,2	1,8	19,8	30
Mulher adulta (moderadamente ativa)	55,0	2 200	9,2	0,4 - 0,5	14 - 28	750	0,9	1,3	14,5	30
Gestantes (segunda metade)		+ 350	+ 1,5	1,0 - 1,2	(4)	750	+ 0,1	+ 0,2	+ 2,3	50
Nutrizes (primeiros seis meses)		+ 550	+ 2,3	1,0 - 1,2	(4)	1 200	+ 0,2	+ 0,4	+ 3,7	50

FONTE: OMS - 1975 - Manual sobre necessidades nutricionais del hombre, Ginebra.

NOTAS: (1) Expressas em equivalentes à proteína do ovo e do leite.

(2) Em cada linha se aplica o valor baixo quando mais de 25% das calorías da dieta procedem de alimentos de origem animal, e o valor alto se tais alimentos fornecem menos de 10% das calorías.

(3) Expressa em equivalente retinol.

(4) Para mulheres cuja ingestão de ferro na vida pregressa foi sempre normal, a ingestão diária durante a gravidez e o aleitamento deve ser a mesma das outras mulheres em idade de procriar. Para mulheres cu ja reserva de ferro não seja satisfatória no começo da gravidez, recomenda-se o uso de suplementos de ferro na dieta.

condição de gestante ou nutriz, quando mulher, tipo morfológico e atividade, bem como do clima e outros fatores ecológicos<sup>(3)</sup>. O organismo deve ser provido diariamente de uma quantidade mínima de proteínas, gorduras e açúcares, podendo os açúcares e as gorduras se substituírem parcialmente uns pelos outros como fonte de energia, enquanto as proteínas não podem cair abaixo de um certo limite, de vez que a sua falta absoluta é totalmente incompatível com a vida. A Organização Mundial de Saúde fornece, por exemplo, as quantidades de ingestão diária de calorias e nutrientes recomendadas por grupos mistos de técnicos da FAO e da própria Organização, que representam necessidades médias aumentadas por um fator que leva em conta a variabilidade interindividual e podem ser consideradas suficientes para a manutenção da saúde de quase todas as pessoas (cf. quadro VI).

Os dados do ENDEF não representam "recomendações" para manter a boa nutrição como as do quadro anterior, mas sim a média familiar das quantidades efetivamente consumidas por comensal-dia tanto de calorias como de nutrientes, que é a média das ingestões dos componentes da família, de ambos os sexos e todas as idades, pesos, estaturas, e atividades<sup>(4)</sup>.

#### VIII.3.1.2.1 - CONSUMO DE CALORIAS

O consumo de calorias por comensal-dia, segundo classes de despesa corrente per capita da família, nas três regiões estudadas é apresentado no quadro seguinte (cf. tabela 2 e gráfico 2).

QUADRO VII  
QUANTIDADE DE CALORIAS CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA  
REGIÕES I, III e V<sup>(1)</sup>

CLASSES DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA (CRUZEIROS)	QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA		
	REGIÃO I	REGIÃO III	REGIÃO V
TODAS AS CLASSES .....	2 133	2 416	1 931
Até 2 259 .....	1 729	2 062	1 813
2 260 a 4 519 .....	2 060	2 578	2 214
4 520 e mais .....	2 407	2 683	2 390

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) Região I - Estado do Rio de Janeiro; Região III - Sul e Região V - Nordeste.

(3) Os princípios nutritivos energéticos dos alimentos, ou seja, os princípios que possuem "valor calórico", classificam-se em três grandes categorias: protídios (proteínas animais ou vegetais), lipídios (substâncias gordurosas e oleosas) e glicídios (açúcares e amidos). Os valores calóricos dessas substâncias são: protídios e glicídios, 4,1 calorias por grama, e lipídios, 9,3.

Os principais nutritivos não energéticos são os elementos minerais, dos quais os mais importantes para a saúde do homem são o cálcio, ferro, iodo, fluor, zinco, magnésio, cobre, cromo, selênio, cobalto e molibdênio, e as vitaminas, cada uma das quais tem uma função própria, constituindo, portanto, princípios indispensáveis ao organismo.

(4) No caso do ENDEF, a ingestão por comensal equivale à ingestão per capita corrigida pela presença das pessoas às refeições, de tal forma que, se todas as refeições são feitas em casa, a ingestão por comensal é igual à ingestão per capita. O índice de presença de uma pessoa é a soma dos pesos relativos correspondentes às refeições de que participou na família durante a semana de pesquisa. Esses pesos foram calculados a partir de um conjunto de pessoas com o mesmo ritmo alimentar (entendido como o conjunto das refeições de que participam), levando em consideração a percentagem de calorias que cada uma delas oferecia, de tal forma que a soma dos pesos fosse igual a 1.

Exemplificando: numa família com quatro pessoas, cuja ingestão calórica de um dia tenha sido de 6 000 calorias e cujo ritmo alimentar tenha sido identificado como do tipo café-almoço-jan

As diferenças de consumo entre as classes de menor e maior poder aquisitivo são de -678 calorias por comensal-dia no Estado do Rio de Janeiro, -621 na Região Sul e -577 na Região Nordeste.

O consumo de calorias do conjunto de todas as classes de despesa apresenta-se sensivelmente menor na Região Nordeste do que nas outras duas regiões devido não só à sua estrutura etária mais moça, mas também à menor ingestão de alimentos calóricos, de vez que 70,4% de sua população pertencem à classe de despesa mais baixa (em comparação com 16,3 e 29,8% no Estado do Rio de Janeiro e no Sul, respectivamente, conforme quadro I), a qual, consumindo menos calorias do que as outras duas classes (1 813, em comparação com 2 214 e 2 390, respectivamente) entra com um peso muito grande na formação da média geral de consumo do conjunto da população (1 931 calorias).

O consumo de calorias originárias dos diversos grupos de alimentos só não aumenta com o crescimento do poder aquisitivo da família nos grupos de "Tubérculos, raízes e similares" e de "Leguminosas e oleaginosas", aos quais pertencem a farinha de mandioca e o feijão, que constituem importantíssimas fontes de energia para a classe menos favorecida (Cf. tabelas 2 e 2a). As maiores diferenças de consumo entre as classes de despesa mais baixa e mais alta encontram-se nos grupos de alimentos mais caros e mais nobres: "Carnes e pescados", "Ovos, leites e queijos" e "Óleos e gorduras" (Cf. tabela 2a).

Examinando-se de que grupos de alimentos são retiradas as calorias consumidas, por ordem de importância decrescente, observam-se algumas diferenças nas três regiões (Cf. tabela 2b). As três fontes mais importantes de calorias são, nas Regiões I (Estado do Rio de Janeiro), III (Sul) e V (Nordeste):

	REGIÃO I
Cereais e derivados	791 cal. (37,1%)
Açúcares e derivados	316 cal. (14,8%)
Óleos e gorduras	288 cal. (13,5%)
	REGIÃO III
Cereais e derivados	991 cal. (41,1%)
Açúcares e derivados	313 cal. (12,9%)
Óleos e gorduras	311 cal. (12,7%)
	REGIÃO V
Cereais e derivados	518 cal. (26,8%)
Tubérculos, raízes e similares	496 cal. (25,7%)
Açúcares e derivados	211 cal. (11,0%)

Enquanto na classe de despesa mais baixa as calorias provêm de um número reduzido de alimentos, as da classe de despesa mais alta se originam, de modo bastante mais equilibrado, de vários produtos alimentares (cf. tabelas 2 e 2b). As seguintes quantidades de calorias são

---

tar (ritmo 3 entre os 15 ritmos alimentares definidos pelo ENDEF como combinações de 1 a 4 refeições por dia), uma pessoa fez um almoço fora de casa (peso 0,5) e uma outra um jantar (peso 0,3). As pessoas que fizeram todas as refeições em casa teriam peso 1, e as que perderam refeições peso 0,5 e 0,7, respectivamente. O índice de presença da família seria igual a  $1+1+0,5+0,7 = 3,2$ . A ingestão por comensal seria:

$$I = \frac{6\ 000\ \text{cal.}}{3,2} = 1\ 875\ \text{cal./comensal}$$

obtidas, na primeira classe de despesa, dos seguintes agregados de alimentos (Cf. tabela 2b):

REGIÃO I	
Cereais e derivados	728 cal. (42,1%)
Açúcares e derivados	297 cal. (17,2%)
Leguminosas e oleaginosas	202 cal. (11,7%)
Óleos e gorduras	192 cal. (11,1%)
Tubérculos, raízes e similares	133 cal. (7,7%)

REGIÃO III	
Cereais e derivados	912 cal. (44,2%)
Açúcares e derivados	277 cal. (13,4%)
Leguminosas e oleaginosas	262 cal. (12,7%)
Óleos e gorduras	238 cal. (11,6%)
Tubérculos, raízes e similares	148 cal. (7,2%)

REGIÃO V	
Tubérculos, raízes e similares	546 cal. (30,1%)
Cereais e derivados	449 cal. (24,8%)
Leguminosas e oleaginosas	345 cal. (19,0%)
Açúcares e derivados	188 cal. (10,4%)
Óleos e gorduras	44 cal. (2,4%)

As quantidades obtidas nessa primeira classe de despesa de outros agregados como "Carnes e pescados" e "Ovos, leites e queijos", também ricos em calorias, são pouco expressivas (exceto no Nordeste quanto ao primeiro dos referidos grupos: 145 cal., ou seja 8,0% do total)<sup>(5)</sup>, ao contrário do que acontece na classe de despesa mais alta que obtêm suas calorias principalmente dos seguintes grupos de alimentos:

REGIÃO I	
Cereais e derivados	798 cal. (33,1%)
Açúcares e derivados	327 cal. (13,6%)
Óleos e gorduras	350 cal. (14,5%)
Carnes e pescados	300 cal. (12,5%)
Ovos, leites e queijos	208 cal. (8,6%)

REGIÃO III	
Cereais e derivados	988 cal. (36,8%)
Açúcares e derivados	377 cal. (14,0%)
Óleos e gorduras	334 cal. (12,5%)
Carnes e pescados	327 cal. (12,2%)
Ovos, leites e queijos	247 cal. (9,2%)

(5) Efetivamente, como se pode ver na tabela 1, a classe de despesa mais baixa apresenta um maior consumo de "Carnes e pescados" por comensal-dia no Nordeste (71 g) do que no Sul (53 g) e no Estado do Rio de Janeiro (49 g), conforme assinalado na parte final do capítulo - Despesas com Alimentação, deste Relatório.

REGIÃO V

Cereais e derivados	752 cal. (31,4%)
Carnes e pescados	318 cal. (13,3%)
Açúcares e derivados	303 cal. (12,7%)
Tubérculos, raízes e similares	262 cal. (11,0%)
Leguminosas e oleaginosas	230 cal. (9,6%)

Na última classe de despesa não só é mais alta a quantidade de calorias ingeridas como também é mais equilibrada a composição da dieta alimentar, principalmente no Estado do Rio de Janeiro e no Sul. No Nordeste a dieta da última classe de despesa é menos variada, podendo-se notar um elevado consumo de "Tubérculos, raízes e similares" (262 cal. = 11,0% do total) e de "Leguminosas e oleaginosas" (230 cal. = 9,6% do total) típico da classe de despesa mais baixa.

A origem das calorias consumidas por comensal-dia, segundo as classes de despesa corrente per capita da família é apresentada no quadro seguinte (Cf. tabela 3 e gráfico 3).

QUADRO VIII  
ORIGEM DAS CALORIAS POR CLASSES DE DESPESA CORRENTE  
ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA  
REGIÕES I, III, e V (1)  
1974

ORIGEM DAS CALORIAS	PORCENTAGEM DE CALORIAS INGERIDAS			
	CLASSE DE DESPESA PER CAPITA DA FAMÍLIA			
	TODAS AS CLASSES	ATE 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
REGIÃO I				
Proteica .....	12,4	10,0	11,8	13,7
Lipídica .....	24,4	17,7	22,3	28,3
Glicídica .....	62,9	72,3	65,7	57,5
REGIÃO III				
Proteica .....	11,5	10,3	11,3	12,9
Lipídica .....	23,8	19,0	23,9	28,7
Glicídica .....	64,3	70,5	64,4	57,7
REGIÃO V				
Proteica .....	11,8	11,3	12,6	13,9
Lipídica .....	14,0	11,6	17,6	23,1
Glicídica .....	74,1	77,1	69,7	62,7

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) Região I - Estado do Rio de Janeiro; Região III - Sul e Região V - Nordeste.

Da leitura deste quadro fica evidente que existe uma grande ingestão de glicídios na classe de despesa mais baixa (respectivamente 72,3%, 70,5% e 77,1% nas Regiões I, III e V) em detrimento da ingestão dos outros princípios calóricos - protídios e lipídios.

As calorias de origem protéica e lipídica, ao contrário das de origem glicídica, aumentam na medida direta do poder aquisitivo da população, de vez que provêm geralmente de ali

mentos mais caros, alguns industrializados (banha, manteiga, margarina, queijos, óleos vegetais, mortadela, presunto, carnes enlatadas etc) e outros em estado natural, mas de origem animal (carne bovina e suína, frango, galinha, peixes, ovos, leite etc).

#### VIII.3.1.2.2 - CONSUMO DE PROTEÍNAS

As proteínas são substâncias nitrogenadas que desempenham um importante papel na nutrição, qual seja o de contribuir para a síntese tissular, assegurando, assim, o crescimento e a manutenção dos tecidos. (6)

Para um homem adulto de 65 quilos de peso as quantidades diárias recomendadas de proteínas (com qualidades iguais a 60% em relação à do ovo e do leite) são de 62g, das quais cerca de 25 - 30g devem ser de origem animal (Alberti, 1961: p. 32). As estimativas das necessidades de proteínas são válidas somente quando se encontram atendidas inteiramente as necessidades energéticas. Quando a ingestão total de calorías é insuficiente, o organismo utiliza parte da proteína da dieta para fornecer energia, em detrimento das necessidades proteicas e da manutenção adequada dos tecidos. (7)

Passando ao exame do consumo de proteínas nas três regiões estudadas, deve-se lembrar que os dados apresentados a seguir representam, como os referentes a calorías, a média da ingestão diária dos componentes da família, em cada classe de despesa (Cf. tabela 4 e gráfico 4).

QUADRO IX  
QUANTIDADE DE PROTEÍNAS CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE  
DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA  
REGIÕES I, III e V (1)

CLASSES DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA (CRUZEIROS)	QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA (G)		
	REGIÃO I	REGIÃO III	REGIÃO V
TODAS AS CLASSES .....	67,6	71,9	61,0
Até 2 259 .....	46,0	57,1	55,6
2 260 a 4 519 .....	62,6	75,7	72,8
4 520 e mais .....	83,0	86,8	84,3

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) Região I - Estado do Rio de Janeiro; Região III - Sul e Região V - Nordeste.

As diferenças de consumo de proteínas entre as classes de menor e de maior poder aquisitivo são de -37,0g por comensal-dia no Estado do Rio de Janeiro, -29,7g na Região Sul e -28,8g na Região Nordeste (Cf. tabela 4a e gráfico 4). O menor consumo de proteínas verificado no conjunto de todas as classes de despesa da Região Nordeste relativamente às outras duas regiões explica-se pelas mesmas ra-

(6) As proteínas classificam-se em proteínas animais e vegetais; as primeiras contêm mais "aminoácidos essenciais" e têm, por isso mesmo, um valor nutritivo mais alto. Os aminoácidos essenciais não podem ser sintetizados pelo organismo (ao contrário dos não essenciais) e devem, por conseguinte, ser fornecidos pela dieta.

(7) A necessidade de consumo de proteínas é maior na infância e na adolescência, durante o período de crescimento, bem como nos períodos de gestação e lactação da mulher. O conhecimento desses fatos é da maior importância porque a desnutrição proteica está diretamente relacionada à má nutrição intra-uterina do feto, à mortalidade fetal, ao baixo peso da criança ao nascer, à mortalidade infantil, ao insuficiente desenvolvimento intelectual das crianças e ao seu insatisfatório desempenho escolar. Ao cessar o crescimento o adulto necessita de proteínas apenas para a manutenção do organismo (exceto, obviamente, nos casos de gestação e lactação tratando-se de mulher).

zões já anteriormente expostas por ocasião do exame do consumo de calorias, que apresenta idêntico comportamento.

As proteínas consumidas originam-se principalmente dos seguintes grupos de alimentos: "Cereais e derivados" (principalmente o arroz e o pão), "Leguminosas e oleaginosas" (principalmente o feijão), "Carnes e pescados" (principalmente as carnes bovina e suína e os frangos e galinhas) e "Ovos, leites e queijos" (principalmente o leite e os ovos) (Cf. tabela 4b). Observam-se diferenças no posicionamento desses grupos como fontes de proteínas nas três regiões consideradas, bem como nas classes de despesa mais alta e mais baixa de cada região, conforme mostram os quadros X e XI.

QUADRO X  
GRUPOS DE ALIMENTOS POR ORDEM DECRESCENTE DE IMPORTÂNCIA DOS RESPECTIVOS PRODUTOS  
NO CONSUMO DE PROTEÍNAS DE TODAS AS CLASSES DE DESPESA  
CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA  
REGIÕES I, III e V (1)  
1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	REGIÃO I			REGIÃO III			REGIÃO V		
	NÚMERO DE ORDEM	CONSUMO DE PROTEÍNAS (G)	%	NÚMERO DE ORDEM	CONSUMO DE PROTEÍNAS (G)	%	NÚMERO DE ORDEM	CONSUMO DE PROTEÍNAS (G)	%
TOTAL DE PROTEÍNAS ...		67,6	100,0		71,9	100,0		61,0	100,0
Carnes e pescados ..	1	23,0	34,0	2	19,3	26,8	2	18,1	29,6
Cereais e derivados	2	20,0	29,4	1	26,0	36,1	3	13,2	21,7
Leguminosas e oleaginosas .....	3	12,3	18,2	3	13,8	19,2	1	21,4	35,1
Ovos, leites e queijos .....	4	8,5	12,5	4	8,9	12,4	4	4,2	6,9
OUTROS .....		3,8	5,9		3,9	5,5		4,1	6,7

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) Região I - Estado do Rio de Janeiro; Região III - Sul e Região V - Nordeste.

O grupo de "Carnes e pescados" aparece em primeiro lugar como fonte de proteínas apenas no Estado do Rio de Janeiro. Nas Regiões Sul e Nordeste as proteínas provêm principalmente de alimentos dos grupos de "Cereais e derivados" e de "Leguminosas e oleaginosas", respectivamente.

O quadro seguinte deixa claro que em todas as três regiões a classe de despesa mais baixa consome muito menos proteínas do que a classe de despesa mais alta, e que esse menor consumo se deve principalmente à pequena ingestão de proteínas animais. Mais da metade das proteínas consumidas na classe de despesa mais alta é constituída por proteínas animais provenientes de alimentos dos grupos de "Carnes e pescados" e de "Ovos, leites e queijos" (carnes bovina e suína, frango e galinha, peixes, leites, ovos, queijos etc). Esses alimentos fornecem apenas cerca de um quarto das proteínas consumidas pela classe de despesa mais baixa no Estado do Rio de Janeiro e no Sul e cerca de um terço no Nordeste. O grupo de "Carnes e pescados", que está em terceiro lugar como fonte de proteínas para a classe de despesa mais baixa no Estado do Rio de Janeiro e no Sul (9,3g e 9,4g per capita, respectivamente), melhora para segundo no Nordeste (14,4g per capita) devido ao maior consumo de carnes bovina e suína e de peixes (Cf. tabela 1 e nota (5)) possibilitado, de um lado, pela maior proporção de população rural nesta região, que facilita a criação de animais para consumo próprio, e de outro,

QUADRO XI  
GRUPOS DE ALIMENTOS POR ORDEM DECRESCENTE DE IMPORTÂNCIA DOS RESPECTIVOS PRODUTOS  
NO CONSUMO DE PROTEÍNAS DAS CLASSES MAIS ALTA E MAIS BAIXA  
DE DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA

REGIÕES I, III E V (1)

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CLASSE DE DESPESA MAIS ALTA			CLASSE DE DESPESA MAIS BAIXA		
	NÚMERO DE ORDEM	CONSUMO DE PROTEÍNAS (G)	%	NÚMERO DE ORDEM	CONSUMO DE PROTEÍNAS (G)	%
REGIÃO I						
TOTAL DE PROTEÍNAS .....		83,0	100,0		46,0	100,0
Carnes e pescados .....	1	33,5	40,3	3	9,3	20,2
Cereais e derivados .....	2	20,4	24,5	1	18,1	39,3
Ovos, leites e queijos .....	3	12,9	15,6	4	3,1	6,7
Leguminosas e oleaginosas .....	4	11,0	13,2	2	13,2	28,6
Outros .....	5	5,2	6,4	5	2,3	5,2
REGIÃO III						
TOTAL DE PROTEÍNAS .....		86,8	100,0		57,1	100,0
Carnes e pescados .....	1	32,1	37,0	3	9,4	16,4
Cereais e derivados .....	2	26,3	30,3	1	23,3	40,7
Ovos, leites e queijos .....	3	14,1	16,2	4	4,5	7,9
Leguminosas e oleaginosas .....	4	9,2	10,6	2	17,1	29,9
Outros .....	5	5,1	5,9	5	2,8	5,1
REGIÃO V						
TOTAL DE PROTEÍNAS .....		84,3	100,0		55,6	100,0
Carnes e pescados .....	1	34,1	40,4	2	14,4	26,0
Cereais e derivados .....	2	20,2	23,9	3	11,2	20,2
Leguminosas e oleaginosas .....	3	14,2	16,9	1	23,0	41,3
Ovos, leites e queijos .....	4	10,9	12,9	4	3,0	5,4
Outros .....	5	4,9	5,9	5	4,0	7,1

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) Região I - Estado do Rio de Janeiro; Região III - Sul e Região V - Nordeste.

pela sua enorme extensão litorânea (desde o Maranhão até a Bahia), que permite a pesca e o consumo do pescado pela população de menores recursos. Outra característica desta região é a de que a classe mais pobre tem nas "Leguminosas e oleaginosas" (principalmente o feijão) a sua fonte mais importante de proteínas, que nas outras duas regiões é constituída por alimentos do grupo de "Cereais e derivados" (principalmente o arroz, o pão e outros produtos de farinha de trigo).

Considerando que a quantidade diária de proteínas animais recomendada em vários estudos é de 25-30g por adulto, conclui-se que o consumo médio da classe de despesa mais alta está bastante acima das necessidades, enquanto o da classe de despesa mais baixa parece estar acentuadamente abaixo (12,4g, 13,9g e 17,4g nas Regiões I, III e V, respectivamente). Essa pequena ingestão de proteínas animais pelas camadas mais pobres da população é encontrada em quase todos os países em via de desenvolvimento, três quartos dos quais consomem, em média, menos que a metade das 25-30g recomendadas (Unesco, apud IBGE - DEISO (SUEGE), 1978: p. 142).

#### VIII.3.1.2.3 — CONSUMO DE LIPÍDIOS

A quantidade de gorduras que o homem necessita é muito variável. Em clima temperado o consumo do adulto é de cerca de 70g por dia. O mínimo vital é de 35 a 40g, desde que as gorduras, provenientes de produtos animais ou vegetais, sejam de natureza e composição variada (Alberti, 1961: p. 32). Cada gordura tem um valor biológico específico e fornece uma certa quantidade de vitaminas A e D, que são vitaminas "lipossolúveis".

As gorduras constituem alimentos de reserva que podem se acumular nos tecidos do organismo em quantidade bem maior do que as proteínas. Entretanto, o organismo humano as acumula em quantidade moderada, exceto em casos patológicos de obesidade.

Além de serem um alimento de alto valor energético, de vez que produzem 9,3 calorias por grama, como já foi dito anteriormente, as gorduras desempenham um importante papel no metabolismo fornecendo ácidos graxos essenciais e vitaminas lipossolúveis, constituindo ainda um alimento plástico necessário à formação de tecidos, razão pela qual a sua quota não pode cair abaixo de um certo limite na ração alimentar, especialmente nos climas frios (Alberti, 1961: p.33).

Sendo alimento relativamente caro, seu consumo na classe pobre é forçosamente menor do que na rica, embora a ela pertençam geralmente os trabalhadores braçais não qualificados, que necessitam muito mais do que as 70g por dia da dieta normal do adulto.

O consumo de gorduras em todas as três regiões examinadas cresce, como era de se prever, com o aumento do poder aquisitivo da família (Cf. tabela 5 e gráfico 5). Tendo em vista que os dados do ENDEF se referem ao consumo médio dos componentes da família (homens, mulheres, crianças, adultos e velhos), pode-se admitir que o consumo diário de gorduras é superior ao limite mínimo vital, exceto, talvez, na classe mais pobre da Região Nordeste (23,6g per capita), se bem que o clima mais quente da área exija menor consumo do que nas outras duas regiões.

#### VIII.3.1.2.4 — CONSUMO DE GLICÍDIOS

Os glicídios são fornecidos ao organismo principalmente pelos vegetais, de vez que os únicos açúcares de origem animal são a lactose do leite e o glicogênio do fígado e da carne.

A quantidade de glicídios ingerida diariamente pelo adulto é de 500g, em média, que fornecem cerca de 2 000 calorias e satisfazem dois terços das necessidades calóricas do organismo (Alberti, 1961: p. 33).

O consumo por comensal-dia nas diversas classes de despesa da família nas três regiões varia de 300 a 400g aproximadamente (Cf. tabela 5 e gráfico 6), não se devendo esquecer que os dados se referem ao consumo médio dos componentes da família. Embora o consumo da classe de despesa mais alta seja maior do que o da mais baixa em todas as três regiões, as diferenças são relativamente bem menores do que as anteriormente verificadas no que concerne tanto a calorias como a proteínas e lipídios.

#### VIII.3.2 — NUTRIÇÃO

O "nível de cobertura" em calorias e nutrimentos alcançado com a ingestão de alimentos é representado pela percentagem da ingestão relativamente às "necessidades nutricionais". Segundo o ENDEF essas necessidades "representam as quantidades de energia e nutrimentos que deveriam ser consumidas diariamente objetivando compensar os gastos orgânicos realizados com as dife

rentes funções fisiológicas".<sup>(8)</sup> Essa compensação implica obviamente na manutenção do estado nutricional observado: trata-se, portanto, de "necessidades nutricionais para manutenção" e não para o alcance de melhores níveis nutricionais da população, ou para recuperação de indivíduos mal nutridos.

As necessidades nutricionais do comensal-dia são a média das necessidades da família, ou seja "a média ponderada das necessidades de cada indivíduo componente da família, considerando o seu momento fisiológico e a sua atividade física" (IBGE, 1977, Região V: p. 14). Esses valores refletem a idade, sexo, peso corporal, altura e nível de atividade física dos indivíduos componentes da família de cada região. Assim, quando se calcula as porcentagens da ingestão em relação às necessidades nutricionais de conjuntos de famílias obtêm-se resultados médios que escondem desigualdades alimentares entre famílias, pois o consumo elevado de algumas compensa o deficit de outras. Desagregando-se esses resultados por classes de despesa, como se fez neste trabalho, eles se tornam mais expressivos porque a dispersão estatística dentro de cada classe é menor do que a verificada no conjunto de famílias. Nessas condições, os "níveis de cobertura por comensal-dia" nas diversas classes de despesa podem dar uma idéia aceitável das diferenças de situação alimentar devidas a fatores sócio-econômicos inerentes às classes comparadas, se bem que os dados ainda continuam escondendo desigualdades alimentares entre famílias de cada classe. Pode-se inferir, entretanto, que as classes que apresentam níveis mais baixos de cobertura são as que possuem maior número relativo de famílias em risco nutricional. Para se obter resultados ainda mais expressivos faz-se necessário não só desagregá-los por classe de despesa, mas também por zonas metropolitanas, urbanas e rurais, o que deverá ser feito posteriormente em estudos mais detalhados.

Sendo expressões percentuais da ingestão em relação às necessidades nutricionais, os "níveis de cobertura" de diferentes classes ou regiões podem ser comparados para medir as diferenças de estado nutricional das respectivas populações.

Os dados da tabela 5 mostram claramente que a situação nutricional das famílias melhora na razão direta de suas disponibilidades econômicas. Assim sendo, pode-se identificar algumas deficiências nutricionais nas duas primeiras classes de despesa das regiões examinadas, que não existem na classe mais abastada.

Na classe de despesa mais baixa verificam-se as seguintes deficiências nutricionais indicadas por baixos níveis de cobertura (abaixo de 100%) (Cf. tabela 5 e gráficos 7, 9, 10 e 11):

No Estado do Rio de Janeiro: leve insuficiência calórica devida à baixa ingestão de lipídios e glicídios;  
acentuada insuficiência da ingestão de cálcio e de vitaminas A e B<sub>2</sub>;  
levíssima insuficiência de ingestão de ferro.

Na Região Sul: acentuada insuficiência de ingestão de cálcio e de vitaminas A e B<sub>2</sub>.

Na Região Nordeste: insuficiência de ingestão de lipídios, que não chega a afetar o nível de ingestão calórica devido à compensação glicídica e proteica;  
acentuada insuficiência de ingestão de cálcio e leve insuficiência de ingestão de vitamina B<sub>2</sub>.

(6) O ENDEF calculou as "necessidades nutricionais" com base nos seguintes documentos: Besoins énergétiques et protéiques, Rome, FAO, 1973 (Rapport n.52); Informal gathering on energy and protein requirements, Rome, FAO, 1975; Besoins en acide ascorbique et fer, Rome, FAO, 1971 (Rapport n.47); Besoins en calcium, Rome, FAO, (Rapport n.30); Besoins en vitamine B<sub>2</sub>, thiamine, riboflavine et niacine, Rome, FAO, 1965 (Rapport n.41).

Na segunda classe de despesa observam-se deficiências nutricionais somente no Estado do Rio de Janeiro, que se manifestam na acentuada insuficiência de ingestão de cálcio e na leve insuficiência de ingestão de vitamina B<sub>2</sub> (Cf. tabela 5 e gráficos 9 e 11).

No conjunto de todas as classes de despesas os níveis de cobertura em calorias e proteínas, bem como os níveis de ingestão de lipídios e glicídios são sensivelmente mais elevados na Região Sul do que no Estado do Rio de Janeiro, indicando que o estado nutricional de sua população é melhor do que o da população deste último (Cf. tabela 5 e gráficos 5, 6, 7 e 8).

Quanto à Região Nordeste, verifica-se que o nível de cobertura em proteínas é sensivelmente menor do que nas outras duas regiões, enquanto o nível de ingestão de lipídios é acen tuadamente mais baixo, não obstante haver uma compensação de ingestão glicídica que faz com que o seu nível de cobertura em calorias permaneça praticamente igual ao das outras áreas, processo este que leva à conclusão de que o estado nutricional de sua população é pior do que o das populações das outras duas regiões. Entretanto, deve-se notar que a situação nutricional da classe mais pobre é melhor nesta região do que no Estado do Rio de Janeiro, cujos níveis de cobertura em calorias e nutrientes e de ingestão de glicídios são bem mais baixos, o que demonstra que a população de recursos mais escassos encontra maiores facilidades de alimentação na zona rural do que na urbana (Cf. o quadro II a Região Nordeste tem 54,7% de população rural e o Estado do Rio de Janeiro somente 10,2%). A grande maioria desta população é constituída por mão-de-obra não qualificada que na zona rural se dedica principalmente à agricultura e à pecuária e que na zona urbana se encontra em grande parte marginalizada ou em precárias condições de sub-emprego.

As diferenças de nível nutricional entre as classes mais pobres das Regiões Nordeste e Sul são muito menores, contando esta última com uma proporção de população rural de 49,8% (em comparação com 10,2% no Estado do Rio de Janeiro).

Se bem que os níveis de cobertura em calorias e nutrientes das três classes de despesa sejam mais elevados na Região Nordeste do que nas outras duas regiões, salvo algumas exceções, a situação nutricional do conjunto de sua população é realmente pior, conforme foi acima esclarecido, devido ao fato de que a grande maioria dessa população (70,4%, cf. quadro I) pertence à classe de despesa mais baixa que, nessas condições, pesa fortemente na formação do nível médio de cobertura da região (no Estado do Rio de Janeiro e na Região Sul apenas 16,3 e 29,8%, respectivamente, pertencem à classe de despesa mais baixa; na primeira dessas regiões pesa mais fortemente na formação da média geral a classe de despesa mais alta – 54,7% da população – e na segunda a classe de despesa intermediária – 35,5% da população).

A insuficiência de calorias e a carência primária de lipídios, cálcio, ferro e vitaminas A e B<sub>2</sub> encontradas nas classes mais baixas de despesa das três regiões consideradas expõem o indivíduo aos seguintes riscos de saúde em seguida brevemente comentados. A deficiência calórica retarda o crescimento e o desenvolvimento geral, diminui a força e o peso corporal, provoca a inadequação para a escola e o trabalho, aumenta a susceptibilidade às doenças, especialmente às infecto-contagiosas, e causa transtornos orgânicos que podem levar à morte. O cálcio é indispensável para a construção do esqueleto, a coagulação do sangue e a regulação das funções neurovegetativas, constituindo ainda um verdadeiro reservatório que o organismo utiliza quando necessário, por ocasião da gravidez e do aleitamento, por exemplo. O ferro é essencial para a síntese da hemoglobina; sua deficiência provoca a "anemia hipocrômica", com sintomas de astenia, cansaço e irritabilidade, sendo correntes também os transtornos vasomotores, as nevralgias, as palpitações e a dismenorréia. A vitamina A é essencial para o desenvolvimento ósseo endocondral, a

visão, a manutenção da vitalidade normal dos epitélios. Sua deficiência ocasiona um transtorno carencial que altera o crescimento dos jovens, a agudez visual e a integridade dos tecidos epiteliais (especialmente na conjuntiva, traquéia e folículos pilosos) aumentando a susceptibilidade desses tecidos às infecções piogênicas. A vitamina B<sub>2</sub> é essencial para o crescimento e a função normal dos tecidos: sua carência origina lesões típicas na boca, na pele e na córnea. A carência de vitamina B<sub>2</sub> ou arriboflavinose primária se observa com frequência em casos de consumo insuficiente de leite e de outras proteínas de origem animal.

A deficiência calórica pode ser evitada com a ingestão adequada dos alimentos energéticos, principalmente os lipídios e os glicídios, desde que a necessidade mínima em proteínas esteja satisfeita. Entre as principais fontes de cálcio e vitaminas A e B<sub>2</sub>, elementos nutritivos mais carentes nas três regiões examinadas, destacam-se o leite e seus derivados, cujo consumo nas classes mais pobres da população torna-se, assim, altamente recomendável.

#### VIII.3.3 — MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS

Os dados que serão analisados a seguir informam sobre o peso corporal médio, a altura média e o perímetro braquial médio (médias aritméticas ponderadas) segundo o sexo, a idade (ou grupos de idade) e classes de despesa corrente per capita da família nas três regiões estudadas.

As idades ou grupos de idade selecionados permitem verificar o estado nutricional em fases bem características da evolução biológica do indivíduo: no primeiro ano de vida, aos 5 anos (segunda infância), aos 15 anos (adolescência), dos 20 aos 24 anos (mocidade), dos 50 aos 59 anos (idade madura) e dos 70 anos em diante (velhice).

Variando na razão direta dos níveis de nutrição, as medidas antropométricas constituem indicadores bastante sensíveis do estado nutricional dos diversos estratos sócio-econômicos da população. De modo geral elas aumentam com a elevação do poder aquisitivo da população em todas as diferentes idades e em ambos os sexos das três regiões consideradas (Cf. tabelas 6,7 e 8).

As diferenças da altura média nas Regiões do Estado do Rio de Janeiro e Sul são pequenas (Cf. tabela 7 e gráfico 13), o que torna mais significativas as diferenças relativamente maiores de peso e perímetro braquial existentes entre as duas regiões. Salvo raras exceções os pesos e os perímetros braquiais médios encontrados em indivíduos das diferentes idades, em ambos os sexos, são mais elevados na Região Sul do que no Estado do Rio de Janeiro (Cf. tabelas 6 e 8). Isto vem confirmar que o estado nutricional é melhor na primeira, como já se havia inferido anteriormente quando do exame dos níveis de cobertura em calorias e nutrientes.

A Região Nordeste, além de apresentar valores de peso e perímetro braquial médios bastante inferiores aos das outras duas regiões, mostra também valores de altura média sensivelmente menores em todas as diferentes idades e classes de despesa da família de ambos os sexos (Cf. tabelas 6, 7 e 8). Os valores mais baixos das medidas antropométricas desta Região atestam sua pior situação nutricional relativamente às outras duas regiões, como também já se havia concluído anteriormente no exame dos níveis de cobertura em calorias e nutrientes.

As diferenças de situação nutricional inter-classes de despesa e inter-regionais acima referidas ficam bastante nítidas quando medidas pela relação peso/altura, conforme tabela 9, da qual foram retirados, a título de exemplo, os índices do quadro seguinte, pertinentes a indivíduos de 50 a 59 anos que, ao atingirem esse grupo de idade, refletem em sua constituição somática os efeitos de longo passado nutricional.

QUADRO XII  
 ÍNDICES DE KAUP PARA AS IDADES DE 50 A 59 ANOS, POR SEXO E CLASSES DE  
 DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA<sup>(1)</sup>  
 REGIÕES I, III e V<sup>(2)</sup>

CLASSES DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA (CRUZEIROS)	REGIÕES		
	I	III	V
<b>HOMENS</b>			
Até 2 259 .....	2,17	2,19	2,14
2 250 a 4 519 .....	2,29	2,32	2,26
4 520 e mais .....	2,47	2,48	2,37
<b>MULHERES</b>			
Até 2 259 .....	2,33	2,33	2,18
2 250 a 4 519 .....	2,51	2,57	2,37
4 520 e mais .....	2,57	2,64	2,47

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE.

NOTAS: (1)  $\text{ÍNDICE DE KAUP} = \frac{\text{Peso em g}}{(\text{Altura em cm})^2}$

\* O Índice de Kaup varia na razão direta do estado de nutrição, para cada sexo e idade.

(2) Região I - Estado do Rio de Janeiro; Região III - Sul; Região V - Nordeste.

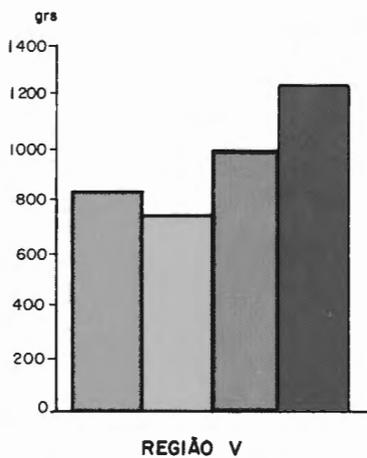
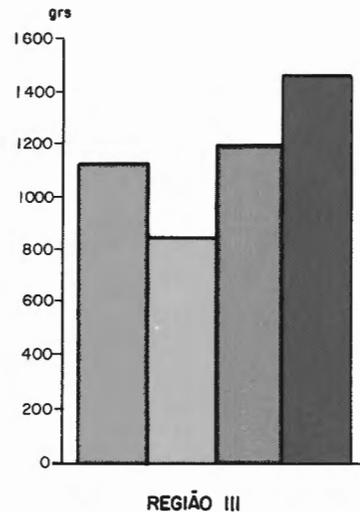
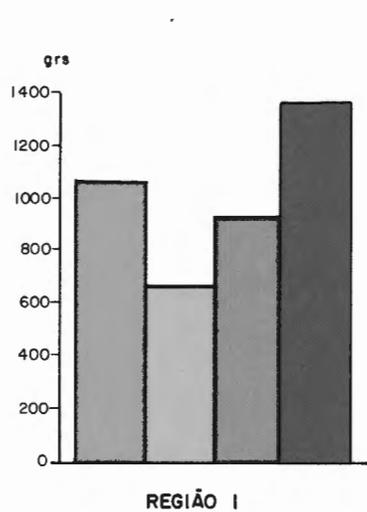
## BIBLIOGRAFIA

- 1 - Alberti, G. - 1961 - Alimentación Humana, Manuales Uteha, número 78, Union Tipografica Editorial Hispano Americana, México.
- 2 - Carvalho, H. V. e Segre, M. - 1977 - Medicina Social e do Trabalho, São Paulo, Mc Graw-Hill do Brasil, p. 270.
- 3 - Carvalho, J.A.M. e Wood, C.H. - 1977 - "Renda e Concentração de Mortalidade no Brasil". Estudos Econômicos (IPE - USP), São Paulo, 7(1): 107-130.
- 4 - Castells, H.R. - 1976 - "El Control de la tuberculosis". In: Sonis, A et alii.- Medicina Sanitaria y Administración de Salud, 2ª ed., Buenos Aires, Editorial "El Ateneo", p. 221.
- 5 - IBGE - 1978 - Anuário Estatístico do Brasil, 1977, Rio de Janeiro
- 6 - IBGE - 1977 - Estudo Nacional da Despesa Familiar - Consumo Alimentar - Antropometria, Rio de Janeiro.
- 7 - IBGE-DEISO(SUEGE) - 1978 - Condições de Vida da População de baixa renda na Região Metropolitana de Porto Alegre, p.329, Rio de Janeiro.
- 8 - INPS - 1974 - Mensário Estatístico, ano XXII, nºs. 259/260, julho/agosto de 1974, p. 148, Rio de Janeiro.
- 9 - Leavel, H. e Clark, E.G. - 1976 - Medicina Preventiva, São Paulo, Mc Graw-Hill do Brasil, p. 457.
- 10 - Lyght, C.E. et alii. - 1968 - El Manual Merck de Diagnóstico y Terapeutica, cuarta edicion en español, Merck Sharp & Dohme Research Laboratories, New Jersey, E.U.A.
- 11 - Madeira, J.L. e Frias, L.A.M. - 1975 - "A influência dos níveis de Mortalidade e de Fecundidade na estrutura da Mortalidade Proporcional". - Boletim Demográfico, DESPO, Rio de Janeiro, 5(3): 4-16, jan./março.
- 12 - Minervino, D.M. - 1973 - "Importância clínica das pneumoconioses" - Apostila do Curso de Medicina do Trabalho, da Faculdade de Saúde Pública da USP, reproduzida de Atualidades Médicas 9: 110-116.
- 13 - Monteiro, M.F.G. - 1978 - Estudo de correlação entre a estrutura de mortalidade proporcional por causa e a esperança de vida ao nascer. - Dissertação de Mestrado (trabalho inédito).
- 14 - OMS - 1969 - Manual da Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbito - Washington, D.C., E.U.A.
- 15 - Puffer, R.R. e Serrano, C.V. - 1973 - Características de la Mortalidad en la Niñez. - Informe de la Investigación Interamericana de la Mortalidad en la Niñez. - Washington, D.C., OPS, Publicación Científica 262.
- 16 - SESP/MS - 1978 - Boletim Epidemiológico, nº 17, de 1978, Rio de Janeiro.
- 17 - SESP/MS - 1977 - Boletim Epidemiológico, nº 18, de 1977, Rio de Janeiro.
- 18 - UN - 1976 - Demographic Yearbook, 1975, 27th issue, New York, U.S.A.

- 19 - UNESCO - 1972 - "Malnutrition and Endemic Diseases: their effects on Education in the developing countries", Hamburgo, apud IBGE-DEISO (SUEGE) - 1978 - Condições de Vida da População de baixa renda na Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio de Janeiro (datilografado).
- 20 - *Wilner, D.M. et alii.* - 1978 - Introduction to Public Health, 7ª ed., New York, Macmillan Publishing Co., p. 302.
- 21 - *Yunes, J. e Ronchezal, V.S.C.* - 1974 - "Evolução da Mortalidade geral, infantil e proporcional no Brasil" - Rev. Saúde Pública, São Paulo, 8 (supl.): 3-48.

# 1. CONSUMO DE ALIMENTOS

QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA (gramas)  
Segundo Classes de Despesa Corrente per Capita da Família



FONTE : Ver Tabela 1

1 - QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL  
PER CAPITA DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS ALIMENTOS

REGIÕES I, III E V

1974

Continua

ALIMENTOS	QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA (G)											
	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (CRUZEIROS)											
	REGIÃO I (RJ)				REGIÃO III (SUL)				REGIÃO V (NORDESTE)			
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2260	2260 A 4519	4520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2260	2260 A 4519	4520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2260	2260 A 4519	4520 E MAIS
CEREAIS E DERIVADOS .....	235	212	246	240	287	260	309	292	165	144	221	237
Arroz .....	117	108	131	111	118	121	122	110	67	62	88	79
Milho .....	15	34	13	8	40	48	45	22	42	47	30	24
Pão de trigo e biscoitos .....	73	44	75	87	41	20	39	74	47	31	87	107
Macarrão de trigo .....	19	22	20	18	13	11	14	16	5	3	11	16
Farinha de trigo .....	4	2	3	7	67	58	83	58	1	0	1	4
Outros produtos derivados .....	6	1	4	10	7	3	6	13	2	1	4	8
TUBÉRCULOS, RAÍZES E SIMILARES.	80	67	74	92	142	122	163	141	172	182	153	125
Batata inglesa .....	51	25	46	69	69	45	81	87	4	1	7	21
Mandioca .....	6	6	6	7	43	43	52	33	12	12	11	10
Farinha de mandioca .....	16	30	15	8	11	16	10	5	128	143	98	59
Outros tubérculos .....	7	6	6	9	18	18	21	16	29	26	38	35
AÇÚCARES E DERIVADOS .....	84	81	83	87	84	74	89	89	57	52	70	81
Açúcar cristal e refinado .....	79	74	80	81	76	69	80	79	47	40	62	73
Outros açúcares .....	5	7	2	6	8	5	9	10	10	11	8	8
LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS .....	58	60	62	54	63	78	63	44	102	107	90	77
Feijão .....	55	59	60	48	61	77	61	40	85	90	76	61
Outras leguminosas .....	1	1	0	2	1	0	1	2	10	11	6	4
Oleaginosas .....	2	1	1	4	1	1	1	2	7	6	8	13
LEGUMES E VERDURAS .....	106	54	88	148	91	59	95	129	38	28	55	91
Couve e repolho .....	11	8	11	14	15	11	17	20	1	0	2	4
Outras verduras .....	8	4	6	13	9	5	9	15	2	1	3	6
Tomate .....	22	8	18	33	13	5	13	25	8	4	15	25
Abóbora e abobrinha .....	13	12	12	14	16	17	17	14	15	15	16	14
Outros legumes frutos .....	28	14	23	38	20	13	21	26	8	5	12	24
Cebola .....	12	6	10	17	11	6	11	17	3	1	5	9
Outros legumes raízes .....	11	3	7	17	5	2	5	10	1	0	2	7
Massa de tomate .....	1	0	1	2	1	0	1	2	0	0	0	2
FRUTAS .....	111	35	81	175	68	28	66	124	84	65	119	183
Banana .....	25	10	20	38	13	7	13	22	23	16	39	51
Laranja e limão .....	56	15	44	87	25	11	24	46	16	9	27	57
Outras frutas tropicais .....	15	9	11	22	8	4	7	14	33	29	37	54
Frutas tipo europeu .....	10	1	4	19	15	5	15	30	11	10	12	13
Derivados de frutas .....	5	0	2	9	6	2	7	12	2	1	4	9
CARNES E PESCADOS .....	121	49	100	176	110	53	113	183	89	71	126	169
Carne bovina .....	51	15	38	82	40	12	36	83	30	18	53	83
Carne suína .....	8	5	7	12	15	10	19	16	13	12	14	15
Frango e galinha .....	27	9	25	38	29	15	32	43	12	8	20	31
Vísceras .....	7	3	6	10	4	3	4	6	5	5	7	9
Embutidos e enlatados .....	7	3	6	10	8	3	9	14	1	0	1	3
Outras carnes .....	1	0	0	1	6	2	5	11	6	6	9	8
Pescado fresco .....	17	12	16	21	7	6	7	9	15	15	16	16
Pescado salgado .....	2	2	1	2	1	1	1	1	6	7	4	3
Pescado enlatado .....	1	0	1	1	1	0	1	1	0	0	1	1

1 - QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL  
PER CAPITA DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS ALIMENTOS

REGIÕES I, III E V

1974

Conclusão

ALIMENTOS	QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA (G)											
	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (CRUZEIROS)											
	REGIÃO I (RJ)				REGIÃO III (SUL)				REGIÃO V (NORDESTE)			
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2260	2260 A 4519	4520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2260	2260 A 4519	4520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2260	2260 A 4519	4520 E MAIS
OVOS, LEITES E QUEIJOS .....	157	58	121	237	184	99	196	284	89	70	120	192
Ovos .....	18	8	17	24	17	9	19	26	7	4	11	19
Leite fresco e pasteurizado ..	129	47	100	196	155	86	164	238	74	60	97	150
Leite industrializado .....	3	2	2	4	2	1	2	3	2	1	3	7
Queijos e derivados do leite..	7	0	2	14	10	3	11	17	6	4	9	16
ÓLEOS E GORDURAS .....	34	22	32	42	36	27	38	44	8	5	15	25
Óleos .....	19	10	17	26	12	7	11	20	5	3	9	13
Banha de porco .....	6	10	8	4	19	19	23	15	1	1	2	1
Margarina .....	6	2	6	8	3	1	3	6	1	0	2	3
Manteiga .....	2	0	1	4	1	0	1	3	1	0	2	6
BEBIDAS E DIVERSOS .....	67	26	42	109	63	35	58	106	26	20	32	57
Bebidas alcoólicas .....	14	1	5	27	13	2	11	30	2	1	3	12
Bebidas gasosas .....	24	2	10	47	10	1	4	31	2	0	3	15
Café, mate e infusões .....	14	10	12	17	19	16	20	22	8	7	11	13
Condimentos .....	16	12	14	18	20	17	22	22	13	12	16	18
TOTAL .....	1 054	664	929	1 361	1 127	835	1 191	1 438	830	744	1 000	1 236
NÚMERO DE FAMÍLIAS (MILHARES) ..	2 022	329	586	1 107	3 502	1 044	1 243	1 215	5 645	3 975	1 062	608

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF-DE150-1BGE.

1a - HIERARQUIZAÇÃO DOS GRUPOS DE ALIMENTOS, POR QUANTIDADE  
CONSUMIDA (EM GRAMAS), SEGUNDO CLASSE DE DESPESA  
CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA

REGIÕES I, III E V

1974

Continua

CLASSES DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (CRUZEIROS)	GRUPOS DE ALIMENTOS	QUANTIDADE CONSUMIDA (GRAMAS)	%
REGIÃO I (RJ)			
TODAS AS CLASSES ...	TODOS OS ALIMENTOS .....	1 054	100,0
	Cereais e derivados .....	235	22,3
	Ovos, leites e queijos .....	157	14,9
	Carnes e pescados .....	121	11,5
	Frutas .....	111	10,5
	Legumes e verduras .....	106	10,1
	Açúcares e derivados .....	84	8,0
	Tubérculos, raízes e similares.	80	7,6
	Bebidas e diversos .....	67	6,4
	Leguminosas e oleaginosas .....	58	5,5
	Óleos e gorduras .....	34	3,2
ATÉ 2 259 .....	TODOS OS ALIMENTOS .....	664	100,0
	Cereais e derivados .....	212	31,9
	Açúcares e derivados .....	81	12,2
	Tubérculos, raízes e similares.	67	10,1
	Leguminosas e oleaginosas .....	60	9,1
	Ovos, leites e queijos .....	58	8,7
	Legumes e verduras .....	54	8,1
	Carnes e pescados .....	49	7,4
	Frutas .....	35	5,3
	Bebidas e diversos .....	26	3,9
	Óleos e gorduras .....	22	3,3
2 260 a 4 519 .....	TODOS OS ALIMENTOS .....	929	100,0
	Cereais e derivados .....	246	26,5
	Ovos, leites e queijos .....	121	13,0
	Carnes e pescados .....	100	10,8
	Legumes e verduras .....	88	9,5
	Açúcares e derivados .....	83	8,9
	Frutas .....	81	8,7
	Tubérculos, raízes e similares.	74	8,0
	Leguminosas e oleaginosas .....	62	6,7
	Bebidas e diversos .....	42	4,5
	Óleos e gorduras .....	32	3,4
4 520 E MAIS .....	TODOS OS ALIMENTOS .....	1 361	100,0
	Cereais e derivados .....	240	17,6
	Ovos, leites e queijos .....	237	17,4
	Carnes e pescados .....	176	12,9
	Frutas .....	175	12,9
	Legumes e verduras .....	148	10,9
	Bebidas e diversos .....	109	8,0
	Tubérculos, raízes e similares.	92	6,8
	Açúcares e derivados .....	87	6,4
	Leguminosas e oleaginosas .....	54	4,0
	Óleos e gorduras .....	42	3,1

1a - HIERARQUIZAÇÃO DOS GRUPOS DE ALIMENTOS, POR QUANTIDADE  
 CONSUMIDA, SEGUNDO CLASSE DE DESPESA  
 CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA  
 REGIÕES I, III E V

1974

			Continuação
CLASSES DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (CRUZEIROS)	GRUPOS DE ALIMENTOS	QUANTIDADE CONSUMIDA (GRAMAS)	%
REGIÃO III (SUL)			
TODAS AS CLASSES ...	TODOS OS ALIMENTOS .....	1 127	100,0
	Cereais e derivados .....	287	25,4
	Ovos, leites e queijos .....	184	16,3
	Tubérculos, raízes e similares .....	142	12,6
	Carnes e pescados .....	110	9,8
	Legumes e verduras .....	91	8,1
	Açúcares e derivados .....	84	7,4
	Frutas .....	68	6,0
	Bebidas e diversos .....	63	5,6
	Leguminosas e oleaginosas .....	63	5,6
	Óleos e gorduras .....	36	3,2
ATE 2 259 .....	TODOS OS ALIMENTOS .....	835	100,0
	Cereais e derivados .....	260	31,1
	Tubérculos, raízes e similares .....	122	14,6
	Ovos, leites e queijos .....	99	11,9
	Leguminosas e oleaginosas .....	78	9,3
	Açúcares e derivados .....	74	8,9
	Legumes e verduras .....	59	7,1
	Carnes e pescados .....	53	6,3
	Bebidas e diversos .....	35	4,2
	Frutas .....	28	3,4
	Óleos e gorduras .....	27	3,2
2 260 a 4 519 .....	TODOS OS ALIMENTOS .....	1 191	100,0
	Cereais e derivados .....	309	25,9
	Ovos, leites e queijos .....	196	16,5
	Tubérculos, raízes e similares .....	163	13,7
	Carnes e pescados .....	113	9,5
	Legumes e verduras .....	95	8,0
	Açúcares e derivados .....	89	7,5
	Frutas .....	66	5,5
	Leguminosas e oleaginosas .....	63	5,3
	Bebidas e diversos .....	58	4,9
	Óleos e gorduras .....	38	3,2
4 520 E MAIS .....	TODOS OS ALIMENTOS .....	1 438	100,0
	Cereais e derivados .....	292	20,3
	Ovos, leites e queijos .....	284	19,8
	Carnes e pescados .....	183	12,7
	Tubérculos, raízes e similares .....	141	9,8
	Legumes e verduras .....	129	9,0
	Frutas .....	124	8,6
	Bebidas e diversos .....	106	7,4
	Açúcares e derivados .....	89	6,2
	Leguminosas e oleaginosas .....	44	3,1
	Óleos e gorduras .....	44	3,1

1a - HIERARQUIZAÇÃO DOS GRUPOS DE ALIMENTOS, POR QUANTIDADE  
CONSUMIDA, SEGUNDO CLASSE DE DESPESA  
CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA

REGIÕES I, III E V

1974

			Conclusão
CLASSES DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (CRUZEIROS)	GRUPOS DE ALIMENTOS	QUANTIDADE CONSUMIDA (GRAMAS)	%
REGIÃO V (NORDESTE)			
TODAS AS CLASSES ...	TODOS OS ALIMENTOS .....	830	100,0
	Tubérculos, raízes e similares.....	172	20,7
	Cereais e diversos .....	165	19,9
	Leguminosas e oleaginosas .....	102	12,3
	Carnes e pescados .....	89	10,7
	Ovos, leites e queijos .....	89	10,7
	Frutas .....	84	10,1
	Açúcares e derivados .....	57	6,9
	Legumes e verduras .....	38	4,6
	Bebidas e diversos .....	26	3,1
	Óleos e gorduras .....	8	1,0
ATE 2 259 .....	TODOS OS ALIMENTOS .....	744	100,0
	Tubérculos, raízes e similares.....	182	24,5
	Cereais e derivados .....	144	19,3
	Leguminosas e oleaginosas .....	107	14,4
	Carnes e pescados .....	71	9,5
	Ovos, leites e queijos .....	70	9,4
	Frutas .....	65	8,7
	Açúcares e derivados .....	52	7,0
	Legumes e verduras .....	28	3,8
	Bebidas e diversos .....	20	2,7
	Óleos e gorduras .....	5	0,7
2 260 a 4 519 .....	TODOS OS ALIMENTOS .....	1 000	100,0
	Cereais e derivados .....	221	22,1
	Tubérculos, raízes e similares.....	153	15,3
	Carnes e pescados .....	126	12,6
	Ovos, leites e queijos .....	120	12,0
	Frutas .....	119	11,9
	Leguminosas e oleaginosas .....	90	9,0
	Açúcares e derivados .....	70	7,0
	Legumes e verduras .....	55	5,5
	Bebidas e diversos .....	32	3,2
	Óleos e gorduras .....	15	1,5
4 520 E MAIS .....	TODOS OS ALIMENTOS .....	1 236	100,0
	Cereais e derivados .....	237	19,2
	Ovos, leites e queijos .....	192	15,5
	Frutas .....	183	14,8
	Carnes e pescados .....	169	13,7
	Tubérculos, raízes e similares.....	125	10,1
	Legumes e verduras .....	91	7,4
	Açúcares e derivados .....	81	6,5
	Leguminosas e oleaginosas .....	77	6,2
	Bebidas e diversos .....	57	4,6
	Óleos e gorduras .....	25	2,0

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF-DE150-IBGE.

1b - QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA E DIFERENCIAIS NAS CLASSES MAIS ALTA E MAIS BAIXA DE DESPESA  
CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÕES I, III E V

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA (G)					
	TODAS AS CLASSES (M)	CLASSE DE DESPESA MAIS ALTA (4 520 E MAIS) (A)	CLASSE DE DESPESA MAIS BAIXA (ATÉ 2 259) (B)	A - M	B - M	B - A
REGIÃO I (RJ)						
TOTAL .....	1 054	1 361	664	+307	-390	-697
Cereais e derivados .....	235	240	212	+5	-23	-28
Tubérculos, raízes e similares .....	80	92	67	+12	-13	-25
Açúcares e derivados .....	84	87	81	+3	-3	-6
Leguminosas e oleaginosas .....	58	54	60	-4	+2	+6
Legumes e verduras .....	106	148	54	+42	-52	-94
Frutas .....	111	175	35	+64	-76	-140
Carnes e pescados .....	121	176	49	+55	-72	-127
Ovos, leites e queijos .....	157	237	58	+80	-99	-179
Óleos e gorduras .....	34	42	22	+8	-12	-20
Bebidas e diversos .....	67	109	26	+42	-41	-83
REGIÃO III (SUL)						
TOTAL .....	1 127	1 438	835	+311	-292	-603
Cereais e derivados .....	287	292	260	+5	-27	-32
Tubérculos, raízes e similares .....	142	141	122	-1	-20	-19
Açúcares e derivados .....	84	89	74	+5	-10	-15
Leguminosas e oleaginosas .....	63	44	78	-19	+15	+34
Legumes e verduras .....	91	129	59	+38	-32	-70
Frutas .....	68	124	28	+56	-40	-96
Carnes e pescados .....	110	183	53	+73	-57	-130
Ovos, leites e queijos .....	184	284	99	+100	-85	-185
Óleos e gorduras .....	36	44	27	+8	-9	-17
Bebidas e diversos .....	63	106	35	+43	-28	-71
REGIÃO V (NORDESTE)						
TOTAL .....	830	1 236	744	+406	-86	-492
Cereais e derivados .....	165	237	144	+72	-21	-93
Tubérculos, raízes e similares .....	172	125	182	-47	+10	+57
Açúcares e derivados .....	57	81	52	+24	-5	-29
Leguminosas e oleaginosas .....	102	77	107	-25	+5	+30
Legumes e verduras .....	38	91	28	+53	-10	-63
Frutas .....	84	183	65	+99	-19	-118
Carnes e pescados .....	89	169	71	+80	-18	-98
Ovos, leites e queijos .....	89	192	70	+103	-19	-122
Óleos e gorduras .....	8	25	5	+17	-3	-20
Bebidas e diversos .....	26	57	20	+31	-6	-37

FONTE: Tabelações Especiais do ENDEF-DE150-18GE.

## 2 - CONSUMO EM CALORIAS POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA SEGUNDO OS ALIMENTOS

REGIÕES I, III E V

1974

Continua

ALIMENTOS	CALORIAS POR COMENSAL-DIA											
	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (Cruzeiros)											
	REGIÃO I (RJ)				REGIÃO III (SUL)				REGIÃO V (NORDESTE)			
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
CEREAIS E DERIVADOS -----	791	728	826	798	991	912	1 073	988	518	449	708	752
Arroz -----	426	393	477	404	430	441	442	399	242	220	318	285
Milho -----	53	117	45	24	125	153	141	64	108	120	82	58
Pão de trigo e biscoitos ----	206	124	208	249	120	56	114	215	138	92	251	311
Macarrão de trigo -----	72	82	72	65	50	40	53	60	20	11	40	59
Farinha de trigo -----	16	8	11	25	245	212	303	212	3	1	5	14
Outros produtos e derivados ..	18	4	14	30	21	10	20	39	7	4	12	25
TUBERCULOS, RAÍZES E SIMILARES ..	98	133	93	83	143	148	157	119	496	546	396	262
Batata inglesa -----	30	14	27	40	40	26	46	51	2	1	4	12
Mandioca -----	7	7	6	7	45	54	34	13	13	12	11	11
Farinha de mandioca -----	55	107	55	28	39	58	35	17	454	507	345	208
Outros tuberculos -----	7	5	6	9	19	18	22	17	27	25	35	31
AÇÚCARES E DERIVADOS -----	316	297	314	327	313	277	334	334	211	188	263	303
Açúcar cristal e refinado --	304	286	309	311	291	265	309	303	180	155	240	279
Outros açúcares -----	11	11	6	16	22	12	25	31	30	33	23	23
LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS -----	192	202	208	175	212	262	212	144	324	345	284	230
Feijão -----	184	199	203	161	206	258	205	134	281	297	249	199
Outras leguminosas -----	3	2	1	4	3	1	2	5	31	36	19	10
Oleaginosas -----	6	2	3	10	4	2	4	5	13	12	15	20
LEGUMES E VERDURAS -----	29	15	24	40	23	15	24	33	10	7	14	24
Couve e repolho -----	3	2	3	3	4	3	4	5	0	0	0	1
Outras verduras -----	1	1	1	2	2	1	2	2	0	0	1	1
Tomate -----	4	2	3	6	3	1	3	5	1	1	3	5
Abóbora e abobrinha -----	3	3	3	4	4	4	4	3	4	4	5	4
Outros legumes frutos -----	7	4	6	10	5	3	5	7	2	1	3	6
Cebola -----	4	2	4	6	4	2	4	6	1	0	2	3
Outros legumes raízes -----	5	2	4	8	2	1	2	4	1	0	1	3
Massa de tomate -----	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1
FRUTAS -----	50	15	36	80	37	15	37	66	35	25	54	85
Banana -----	16	6	13	24	8	4	8	13	14	10	24	32
Laranja e limão -----	15	4	12	23	7	3	6	12	4	2	7	14
Outras frutas tropicias ----	7	3	6	10	4	2	3	7	12	10	14	20
Frutas do tipo europeu -----	4	0	2	8	5	1	5	10	2	1	2	3
Derivados de frutas -----	8	1	5	15	13	4	14	23	3	1	7	16
CARNES E PESCADOS -----	206	88	167	300	203	103	213	327	178	145	252	318
Carne bovina -----	103	34	77	160	75	24	69	151	74	49	128	180
Carne suína -----	25	18	20	34	44	36	55	41	45	45	49	47
Frango e galinha -----	28	10	26	40	31	16	35	46	13	8	22	34
Vísceras -----	9	3	8	13	6	4	5	9	8	7	9	12
Embutidos e enlatados -----	20	8	18	28	25	10	28	42	2	1	3	8
Outras carnes -----	2	1	1	2	14	5	12	28	13	11	19	18
Pescado fresco -----	15	11	14	18	6	5	6	7	12	12	13	14
Pescado salgado -----	3	3	2	3	2	2	2	1	10	11	7	4
Pescado enlatado -----	2	1	2	2	1	1	2	2	1	1	2	2

2 - CONSUMO EM CALORIAS POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS ALIMENTOS

REGIÕES I, III E V

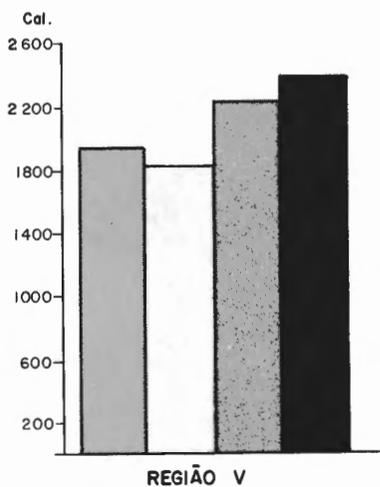
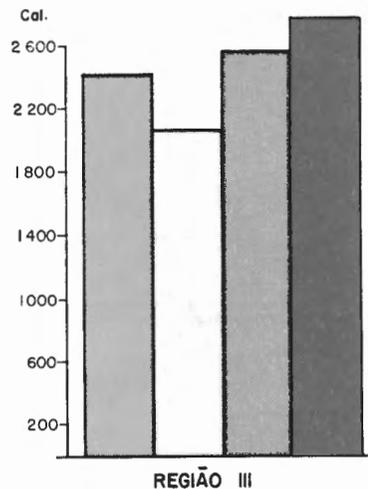
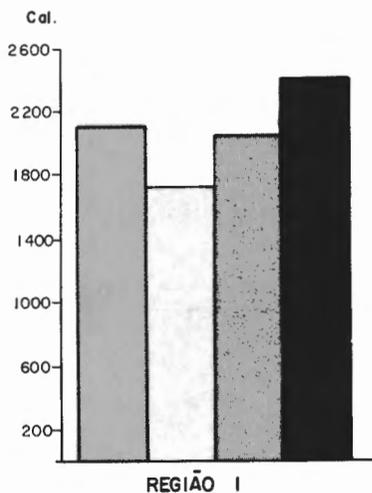
1974

Conclusão

ALIMENTOS	CALORIAS POR COMENSAL-DIA											
	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (Cruzeltos)											
	REGIÃO I (RJ) *				REGIÃO III (SUL)				REGIÃO V (NORDESTE)			
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
OVOS, LEITES E QUEIJOS .....	136	51	103	208	159	82	171	247	77	57	105	186
Ovos .....	27	12	26	35	25	13	29	38	10	6	16	28
Leite fresco e pasteurizado ..	79	29	61	120	97	54	103	148	48	39	61	93
Leite industrializado .....	12	8	11	14	9	7	9	13	11	7	16	32
Queijos e derivados de leite	19	1	5	39	27	9	31	48	8	4	12	32
ÓLEOS E GORDURAS .....	288	192	273	350	311	238	335	377	71	44	122	201
Óleos .....	169	86	152	228	107	61	98	181	45	30	75	119
Banha de porco .....	58	87	70	34	172	168	204	136	11	9	16	12
Margarina .....	46	17	44	62	23	8	25	40	7	3	15	25
Manteiga .....	14	2	7	27	9	2	8	20	8	2	16	45
BEBIDAS E DIVERSOS .....	27	7	15	46	25	10	23	49	10	7	15	29
Bebidas alcoólicas .....	9	2	4	16	12	3	11	25	3	2	4	10
Bebidas gasosas .....	9	1	4	18	4	0	2	12	1	0	1	5
Café, mate e infusões .....	6	4	5	7	6	4	6	7	3	3	5	6
Condimentos .....	3	1	2	5	4	2	4	5	3	2	6	8
TOTAL .....	2 133	1 729	2 060	2 407	2 416	2 062	2 578	2 683	1 931	1 813	2 214	2 390

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF-DEISO-IBGE.

**2. CONSUMO DE CALORIAS**  
**CALORIAS POR COMENSAL-DIA**  
 Segundo Classes de Despesa Corrente per Capita da Família



**Legenda**  
 CLASSES DE DESPESA (Cr\$)

- Todas as Classes
- Até 2.259
- 2.260 a 4.519
- 4.520 e mais

FONTE: Ver Tabela 2

2a - CONSUMO EM CALORIAS POR COMENSAL-DIA E DIFERENCIAIS NAS CLASSES MAIS ALTA E MAIS BAIXA DE DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÕES I, III E V

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CALORIAS POR COMENSAL-DIA					
	TODAS AS CLASSES (M)	CLASSE DE DESPESA MAIS ALTA (4 520 e MAIS) (A)	CLASSE DE DESPESA MAIS BAIXA (ATÉ 2 259) (B)	A - M	B - M	B - A
REGIÃO I (RJ)						
TOTAL .....	2 133	2 407	1 729	+274	-404	-678
Cereais e derivados .....	791	798	728	+7	-63	-70
Tuberculos, raízes e simi- lares .....	98	83	133	-15	+35	+50
Açúcares e derivados .....	316	327	297	+11	-19	-30
Leguminosas e oleaginosas .....	192	175	202	-17	+10	+27
Legumes e verduras .....	29	40	15	+11	-14	-25
Frutas .....	50	80	15	+30	-35	-65
Carnes e pescados .....	206	300	88	+94	-118	-212
Ovos, leites e queijos .....	136	208	51	+72	-85	-157
Óleos e gorduras .....	288	350	192	+62	-96	-158
Bebidas diversas .....	27	46	7	+19	-20	-39
REGIÃO III (SUL)						
TOTAL .....	2 416	2 683	2 062	+267	-354	-621
Cereais e derivados .....	991	988	912	-3	-79	-76
Tuberculos, raízes e simi- lares .....	143	119	148	-24	+5	+29
Açúcares e derivados .....	313	334	277	+21	-36	-57
Leguminosas e oleaginosas .....	212	144	262	-68	+50	+118
Legumes e verduras .....	23	33	15	+10	-8	-18
Frutas .....	37	66	15	+29	-22	-51
Carnes e pescados .....	203	327	103	+124	-100	-224
Ovos, leites e queijos .....	159	247	82	+88	-77	-165
Óleos e gorduras .....	311	377	238	+66	-73	-139
Bebidas e diversas .....	25	49	10	+24	-15	-39
REGIÃO V (NORDESTE)						
TOTAL .....	1 931	2 390	1 813	+459	-118	-577
Cereais e derivados .....	518	752	449	+234	-69	-303
Tuberculos, raízes e simi- lares .....	496	262	546	-234	+50	+284
Açúcares e derivados .....	211	303	188	+92	-23	-115
Leguminosas e oleaginosas .....	324	230	345	-94	+21	+115
Legumes e verduras .....	10	24	7	+14	-3	-17
Frutas .....	35	85	25	+50	-10	-60
Carnes e pescados .....	178	318	145	+140	-33	-173
Ovos, leites e queijos .....	77	186	57	+109	-20	-129
Óleos e gorduras .....	71	201	44	+130	-27	-157
Bebidas e diversos .....	10	29	7	+19	-3	-22

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF-DE150-IBGE.

2b - CONSUMO EM CALORIAS POR COMENSAL-DIA NAS CLASSES MAIS ALTA E MAIS BAIXA DE DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA  
FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS  
REGIÕES I, III E V  
1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	CALORIAS POR COMENSAL-DIA					
	TODAS AS CLASSES		CLASSE DE DESPESA MAIS ALTA (4 520 E MAIS)		CLASSE DE DESPESA MAIS BAIXA (ATÉ 2 259)	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
	REGIÃO I (RJ)					
TOTAL .....	2 133	100,0	2 407	100,0	1 729	100,0
Cereais e derivados .....	791	37,1	798	33,1	728	42,1
Tuberculos, raízes e simi- lares .....	98	4,6	83	3,5	133	7,7
Açúcares e derivados .....	316	14,8	327	13,6	297	17,2
Leguminosas e oleaginosas .....	192	9,0	175	7,3	202	11,7
Legumes e verduras .....	29	1,4	40	1,7	15	0,9
Frutas .....	50	2,3	80	3,3	15	0,9
Carnes e pescados .....	206	9,6	300	12,5	88	5,1
Ovos, leites e queijos .....	136	6,4	208	8,6	51	2,9
Óleos e gorduras .....	288	13,5	350	14,5	192	11,1
Bebidas e diversos .....	27	1,3	46	1,9	7	0,4
	REGIÃO III (SUL)					
TOTAL .....	2 416	100,0	2 683	100,0	2 062	100,0
Cereais e derivados .....	991	41,1	988	36,8	912	44,2
Tuberculos, raízes e simi- lares .....	143	5,9	119	4,4	148	7,2
Açúcares e derivados .....	313	12,9	334	12,5	277	13,4
Leguminosas e oleaginosas .....	212	8,8	144	5,4	262	12,7
Legumes e verduras .....	23	1,0	33	1,2	15	0,7
Frutas .....	37	1,5	66	2,5	15	0,7
Carnes e pescados .....	203	8,4	327	12,2	103	5,0
Ovos, leites e queijos .....	159	6,6	247	9,2	82	4,0
Óleos e gorduras .....	311	12,7	377	14,0	238	11,6
Bebidas e diversos .....	25	1,1	49	1,8	10	0,5
	REGIÃO V (NORDESTE)					
TOTAL .....	1 931	100,0	2 390	100,0	1 813	100,0
Cereais e derivados .....	518	26,8	752	31,4	449	24,8
Tuberculos, raízes e simi- lares .....	496	25,7	262	11,0	546	30,1
Açúcares e derivados .....	211	11,0	303	12,7	188	10,4
Leguminosas e oleaginosas .....	324	16,8	230	9,6	345	19,0
Legumes e verduras .....	10	0,5	24	1,0	7	0,4
Frutas .....	35	1,8	85	3,6	25	1,4
Carnes e pescados .....	178	9,2	318	13,3	145	8,0
Ovos, leites e queijos .....	77	4,0	186	7,8	57	3,1
Óleos e gorduras .....	71	3,7	201	8,4	44	2,4
Bebidas e diversos .....	10	0,5	29	1,2	7	0,4

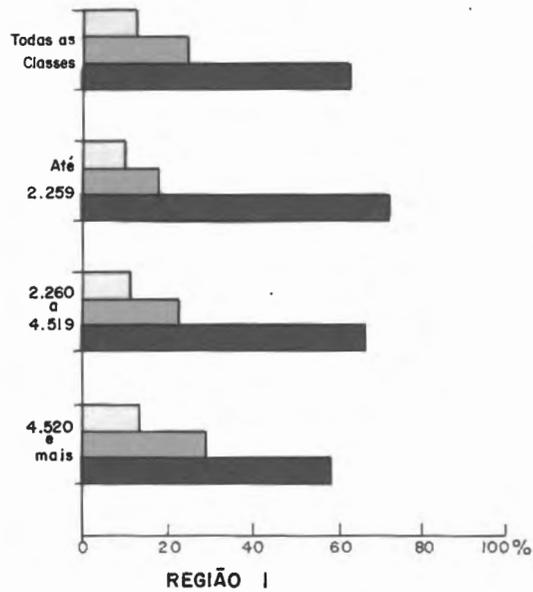
FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE

### 3. CALORIAS SEGUNDO A ORIGEM

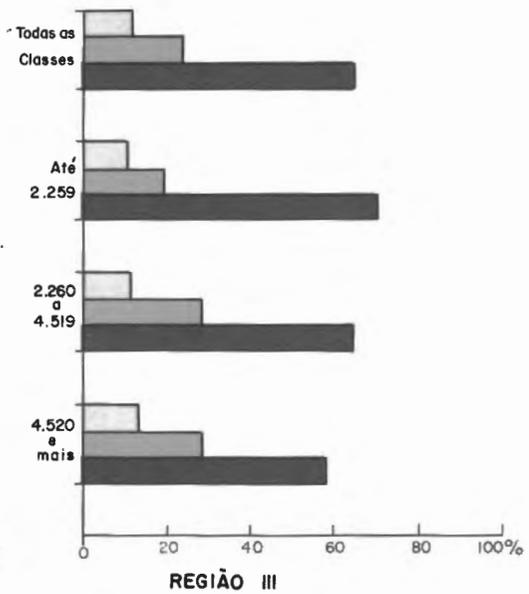
CALORIAS POR COMENSAL-DIA (%)

Segundo Classes de Despesa Corrente per Capita da Família (Cr\$)

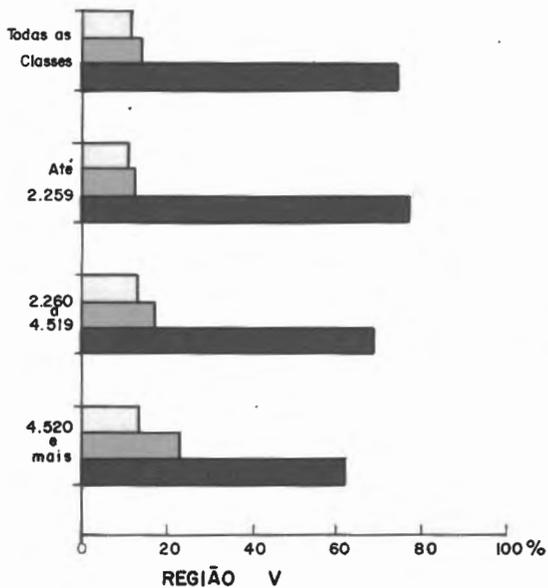
Classes de Despesa (Cr\$)



Classes de Despesa (Cr\$)



Classes de Despesa (Cr\$)



**Legenda**

ORIGEM DAS CALORIAS

- Proteica
- Lipídica
- Glicídica

FONTE : Ver Tabela 3

3 - PERCENTAGEM DE CALORIAS INGERIDAS POR COMENSAL-DIA, SEGUNDO A ORIGEM, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA

REGIÕES I, III E V

1974

ORIGEM DAS CALORIAS	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (Cruzeiros)											
	REGIÃO I (RJ)				REGIÃO III (SUL)				REGIÃO V (NORDESTE)			
	TODAS AS CLASSES	ATÉ 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	ATÉ 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	ATÉ 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Proteica	12,4	10,0	11,8	13,7	11,5	10,3	11,3	12,9	11,8	11,3	12,6	13,9
Lipídica	24,4	17,7	22,3	28,3	23,8	19,0	23,9	28,7	14,0	11,6	17,6	23,1
Glicídica	62,9	72,3	65,7	57,5	64,3	70,5	64,4	57,7	74,1	77,0	69,7	62,7
Etílica	0,3	0,1	0,2	0,5	0,4	0,1	0,4	0,7	0,1	0,1	0,1	0,3

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE

3a - DIFERENCIAIS DAS PERCENTAGENS DE CALORIAS INGERIDAS POR COMENSAL-DIA, SEGUNDO A ORIGEM, NAS CLASSE MAIS ALTA E MAIS BAIXA DE DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA

REGIÕES I, III E V

1974

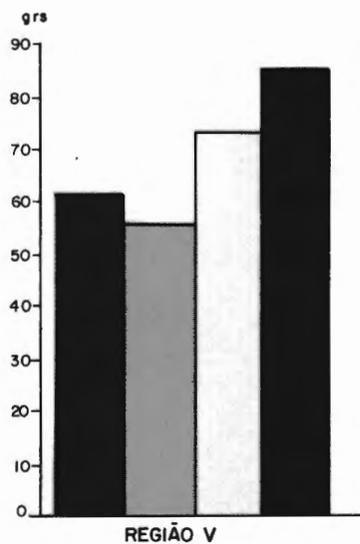
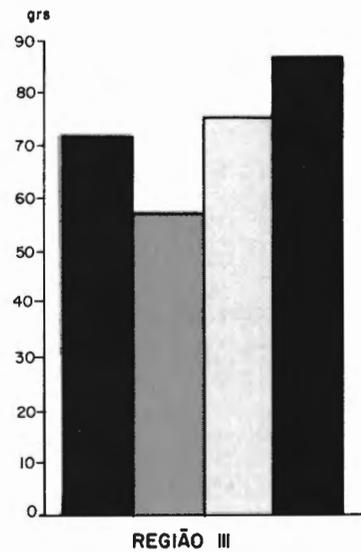
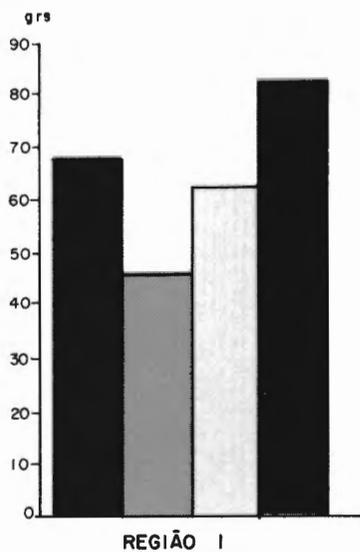
ORIGEM DAS CALORIAS	PORCENTAGEM DE CALORIAS INGERIDAS					
	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (Cruzeiros)					
	TODAS AS CLASSES (M)	CLASSE DE DESPESA MAIS ALTA (4 520 E MAIS) (A)	CLASSE DE DESPESA MAIS BAIXA (ATÉ 2 259) (B)	A - M	B - M	B - A
REGIÃO I (RJ)						
TOTAL	100,0	100,0	100,0	-	-	-
Proteica	12,4	13,7	10,0	+1,3	-2,4	-3,7
Lipídica	24,4	28,3	17,7	+3,9	-6,7	-10,6
Glicídica	62,9	57,5	72,3	-5,4	+9,4	+14,8
Etílica	0,3	0,5	0,1	+0,2	-0,2	-0,4
REGIÃO III (SUL)						
TOTAL	100,0	100,0	100,0	-	-	-
Proteica	11,5	12,9	10,3	+1,4	-1,2	-2,6
Lipídica	23,8	28,7	19,0	+4,9	-4,8	-9,7
Glicídica	64,3	57,7	70,5	-6,6	+6,2	+12,8
Etílica	0,4	0,7	0,1	+0,3	-0,3	-0,6
REGIÃO V (NORDESTE)						
TOTAL	100,0	100,0	100,0	-	-	-
Proteica	11,8	13,9	11,3	+2,1	-0,5	-2,6
Lipídica	14,0	23,1	11,6	+9,1	-2,4	-11,5
Glicídica	74,1	62,7	77,1	-11,4	+3,0	+14,4
Etílica	0,1	0,3	0,1	+0,2	0,0	-0,2

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE

## 4. CONSUMO DE PROTEÍNAS

PROTEÍNAS POR COMENSAL - DIA (gramas)

Segundo Classes de Despesa Corrente per Capita da Família



FONTE : Ver Tabela 4

4 - CONSUMO EM PROTEÍNAS POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS ALIMENTOS

REGIÕES I, III E V

1974

Continua

ALIMENTOS	PROTEÍNAS POR COMENSAL-DIA (G)											
	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA ANUAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)											
	REGIÃO I (RJ)				REGIÃO III (SUL)				REGIÃO V (NORDESTE)			
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
CEREAIS E DERIVADOS .....	19,89	18,07	20,55	20,37	25,96	23,28	28,43	26,34	13,21	11,21	18,52	20,18
Arroz .....	8,44	7,81	9,44	8,01	8,57	8,83	8,81	7,92	5,12	4,71	6,67	5,83
Milho .....	1,27	3,01	1,06	0,51	3,32	4,10	3,77	1,65	2,82	3,14	2,11	1,44
Pão de trigo e biscoitos .....	6,77	4,12	6,94	8,06	3,82	1,80	3,60	6,85	4,33	2,87	7,98	9,85
Macarão de trigo .....	2,42	2,77	2,44	2,21	1,70	1,35	1,80	2,02	0,67	0,36	1,34	1,97
Farinha de trigo .....	0,52	0,27	0,34	0,80	8,04	6,96	9,97	6,95	0,10	0,05	0,16	0,46
Outros produtos derivados .....	0,47	0,09	0,32	0,79	0,52	0,24	0,47	0,96	0,17	0,09	0,27	0,62
TUBERCULOS, RAÍZES ESIMILARES ..	1,10	0,97	1,01	1,24	1,60	1,35	1,81	1,67	2,59	2,77	2,23	1,78
Batata inglesa .....	0,71	0,35	0,64	0,95	0,96	0,63	1,11	1,21	0,05	0,01	0,09	0,29
Mandioca .....	0,04	0,04	0,03	0,04	0,24	0,24	0,29	0,18	0,07	0,07	0,06	0,06
Farinha de mandioca .....	0,26	0,51	0,26	0,13	0,17	0,27	0,15	0,07	2,11	2,37	1,59	0,95
Outros tubérculos .....	0,09	0,07	0,08	0,12	0,22	0,21	0,25	0,20	0,35	0,31	0,48	0,48
AÇÚCARES E DERIVADOS .....	0,17	0,04	0,07	0,32	0,14	0,07	0,13	0,26	0,08	0,06	0,08	0,17
Açúcar cristal e refinado .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros açúcares .....	0,17	0,04	0,07	0,32	0,14	0,07	0,13	0,26	0,08	0,06	0,08	0,17
LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS .....	12,28	13,15	13,40	10,95	13,76	17,11	13,77	9,22	21,42	22,97	18,37	14,24
Feljão .....	12,01	12,98	13,27	10,52	13,47	16,93	13,45	8,78	19,09	20,30	16,79	13,27
Outras leguminosas .....	0,16	0,14	0,07	0,25	0,18	0,09	0,17	0,30	2,14	2,49	1,36	0,68
Oleaginosas .....	0,11	0,03	0,06	0,18	0,12	0,09	0,15	0,14	0,19	0,17	0,22	0,29
LEGUMES E VERDURAS .....	1,25	0,66	1,05	1,73	1,03	0,67	1,06	1,47	0,40	0,29	0,58	0,97
Couve e repolho .....	0,21	0,15	0,20	0,25	0,25	0,19	0,27	0,32	0,02	0,01	0,03	0,07
Outras verduras .....	0,12	0,05	0,08	0,18	0,13	0,07	0,13	0,21	0,04	0,02	0,06	0,09
Tomate .....	0,16	0,06	0,13	0,24	0,10	0,03	0,10	0,19	0,05	0,03	0,11	0,17
Abóbora e abobrinha .....	0,11	0,10	0,10	0,13	0,15	0,15	0,16	0,13	0,15	0,15	0,17	0,15
Outros legumes e frutos .....	0,30	0,15	0,25	0,43	0,17	0,11	0,18	0,26	0,08	0,04	0,13	0,25
Cebola .....	0,15	0,07	0,13	0,21	0,13	0,07	0,14	0,21	0,03	0,02	0,06	0,12
Outros Legumes raízes .....	0,17	0,08	0,14	0,25	0,08	0,04	0,08	0,13	0,02	0,01	0,03	0,09
Massa de tomate .....	0,02	0,01	0,02	0,04	0,02	0,00	0,02	0,04	0,00	0,00	0,00	0,03
Frutas .....	0,66	0,22	0,50	1,02	0,37	0,17	0,36	0,66	0,51	0,38	0,75	1,11
Banana .....	0,23	0,09	0,18	0,35	0,11	0,06	0,11	0,19	0,21	0,15	0,36	0,48
Laranja e limão .....	0,28	0,08	0,23	0,43	0,13	0,06	0,12	0,23	0,08	0,04	0,13	0,27
Outras frutas tropicais .....	0,09	0,05	0,07	0,12	0,04	0,02	0,04	0,08	0,18	0,16	0,21	0,28
Frutas do tipo europeu .....	0,04	0,00	0,01	0,08	0,06	0,02	0,06	0,12	0,03	0,03	0,04	0,04
Derivados de frutas .....	0,02	0,00	0,01	0,04	0,03	0,01	0,03	0,05	0,01	0,01	0,02	0,04
CARNES E PESCADOS .....	22,97	9,31	18,93	33,45	19,28	9,36	19,77	32,11	18,05	14,44	25,62	34,08
Carne bovina .....	11,00	3,46	8,31	17,14	7,52	2,39	6,80	15,42	7,45	4,84	12,91	19,12
Carne suína .....	1,21	0,61	0,96	1,74	2,21	1,52	2,76	2,42	1,69	1,57	2,01	2,12
Frango e galinha .....	5,00	1,71	4,61	7,07	5,36	2,86	6,02	7,89	2,24	1,44	3,82	5,88
Vísceras .....	1,26	0,49	1,11	1,78	0,55	0,32	0,50	0,90	0,87	0,77	1,06	1,42
Embutidos e enlatados .....	0,96	0,41	0,82	1,37	1,20	0,48	1,31	2,04	0,13	0,06	0,25	0,48
Outras carnes .....	0,14	0,08	0,07	0,23	0,86	0,36	0,77	1,68	1,21	1,12	1,52	1,38
Pescado fresco .....	2,71	1,90	2,49	3,31	1,16	0,96	1,17	1,42	2,33	2,25	2,54	2,62
Pescado salgado .....	0,55	0,55	0,44	0,63	0,31	0,41	0,30	0,17	2,04	2,32	1,37	0,94
Pescado enlatado .....	0,14	0,09	0,13	0,18	0,11	0,06	0,13	0,17	0,09	0,08	0,13	0,11

## 4 - CONSUMO EM PROTEÍNAS POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS ALIMENTOS

REGIÕES I, III E V

1974

Conclusão

ALIMENTOS	PROTEÍNAS POR COMENSAL-DIA (G)											
	CLASSE: DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA ANUAL DA FAMÍLIA (Cruzeiros)											
	REGIÃO I (RJ)				REGIÃO III (SUL)				REGIÃO V (NORDESTE)			
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 E MAIS	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 E MAIS	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 E MAIS	4 520 E MAIS
OVOS, LEITES E QUEIJOS .....	8,46	3,08	6,44	12,91	8,93	4,50	9,57	14,12	4,21	3,03	5,89	10,87
Ovos .....	2,11	0,97	2,03	2,78	2,01	1,00	2,27	3,05	0,79	0,51	1,28	2,22
Leite fresco e pasteurizado .....	4,58	1,60	3,52	7,02	5,02	2,70	5,21	7,92	2,39	1,92	3,09	4,97
Leite industrializado .....	0,60	0,47	0,59	0,68	0,48	0,36	0,49	0,64	0,58	0,39	0,86	1,66
Queijos e derivados de leite .....	1,16	0,04	0,31	2,43	1,42	0,43	1,60	2,52	0,45	0,22	0,66	2,01
ÓLEOS E GORDURAS .....	0,05	0,01	0,04	0,07	0,03	0,01	0,03	0,05	0,01	0,00	0,03	0,06
Óleos .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banha de porco .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Margarina .....	0,03	0,01	0,03	0,05	0,02	0,01	0,02	0,03	0,01	0,00	0,01	0,02
Manteiga .....	0,01	0,00	0,01	0,02	0,01	0,00	0,01	0,02	0,01	0,00	0,01	0,04
BEBIDAS E DIVERSOS .....	0,75	0,52	0,65	0,95	0,78	0,62	0,82	0,94	0,51	0,42	0,71	0,86
Bebidas alcoólicas .....	0,03	0,00	0,01	0,07	0,02	0,00	0,02	0,06	0,00	0,00	0,00	0,03
Bebidas gasosas .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cafê, mate e infusões .....	0,67	0,50	0,61	0,82	0,67	0,55	0,70	0,79	0,41	0,36	0,54	0,64
Condimentos .....	0,04	0,01	0,03	0,06	0,09	0,06	0,10	0,09	0,09	0,06	0,16	0,20
TOTAL .....	67,58	46,03	62,64	82,99	71,88	57,13	75,73	86,84	60,99	55,57	72,77	84,32

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DE/50-IBGE

4a - CONSUMO EM PROTEÍNAS POR COMENSAL-DIA E DIFERENCIAIS NAS CLASSES MAIS ALTA E MAIS BAIXA DE DESPESA CORRENTE ANUAL  
PER CAPITA DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÕES I, III E V

1974

GRUPOS DE ALIMENTOS	PROTEÍNA POR COMENSAL-DIA (G)					
	TODAS AS CLASSES (H)	CLASSE DE DESPESA MAIS ALTA (4 520 e MAIS) (A)	CLASSE DE DESPESA MAIS BAIXA (ATE 2 259) (B)	A - M	B - M	B - A
REGIÃO I (RJ)						
TOTAL .....	67,58	82,99	46,03	+15,41	-21,55	-36,96
Cereais e derivados .....	19,89	20,37	18,07	+0,48	-1,82	-2,30
Tuberculos, raízes e simi les .....	1,10	1,24	0,97	+0,14	-0,13	-0,27
Açúcares e derivados .....	0,17	0,32	0,04	+0,15	-0,13	-0,28
Leguminosas e oleaginosas ...	12,28	10,95	13,15	-1,33	+0,87	+2,20
Legumes e verduras .....	1,25	1,73	0,66	+0,48	-0,59	-1,07
Frutas .....	0,66	1,02	0,22	+0,36	-0,44	-0,80
Carnes e pescados .....	22,97	33,45	9,31	+10,48	-13,66	-24,14
Ovos, leites e queijos .....	8,46	12,91	3,08	+4,45	-5,38	-9,83
Óleos e gorduras .....	0,05	0,07	0,01	+0,02	-0,04	-0,06
Bebidas e diversos .....	0,75	0,95	0,52	+0,20	-0,23	-0,43
REGIÃO III (SUL)						
TOTAL .....	71,88	86,84	57,13	+14,96	-14,75	-29,71
Cereais e derivados .....	25,96	26,34	23,28	+0,38	-2,68	-3,06
Tuberculos, raízes e simi les .....	1,60	1,67	1,35	+0,07	-0,25	-0,32
Açúcares e derivados .....	0,14	0,26	0,07	+0,12	-0,07	-0,19
Leguminosas e oleaginosas ...	13,76	9,22	17,11	-4,54	+3,35	+7,89
Leguminosas e verduras .....	1,03	1,47	0,67	+0,44	-0,36	-0,80
Frutas .....	0,37	0,66	0,17	+0,29	-0,20	-0,49
Carnes e pescados .....	19,28	32,11	9,36	+12,36	-9,92	-22,75
Ovos, leites e queijos .....	8,93	14,12	4,50	+5,19	-4,43	-9,62
Óleos e gorduras .....	0,03	0,05	0,01	+0,02	-0,02	-0,04
Bebidas e diversos .....	0,78	0,94	0,62	+0,16	-0,16	-0,32
REGIÃO V (NORDESTE)						
TOTAL .....	60,99	84,32	55,57	+23,33	-5,42	-28,75
Cereais e derivados .....	13,21	20,18	11,21	+6,97	-2,00	-8,97
Tuberculos, raízes e simi les .....	2,59	1,78	2,77	-0,81	+0,18	+0,99
Açúcares e derivados .....	0,08	0,17	0,06	+0,09	-0,02	-0,11
Leguminosas e oleaginosas ...	21,42	14,24	22,97	-7,18	+1,55	+8,73
Legumes e verduras .....	0,40	0,97	0,29	+0,57	-0,11	-0,68
Frutas .....	0,51	1,11	0,38	+0,60	-0,13	-0,73
Carnes e pescados .....	18,05	34,08	14,44	+16,03	-3,61	-19,64
Ovos, leites e queijos .....	4,21	10,87	3,03	+6,66	-1,18	-7,84
Óleos e gorduras .....	0,01	0,06	0,00	+0,05	-0,01	-0,06
Bebidas e diversos .....	0,51	0,86	0,42	+0,35	-0,09	-0,44

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE.

4b - CONSUMO EM PROTEÍNAS POR COMENSAL-DIA NAS CLASSES MAIS ALTA E MAIS BAIXA DE DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ALIMENTOS

REGIÕES I, III E V

1974

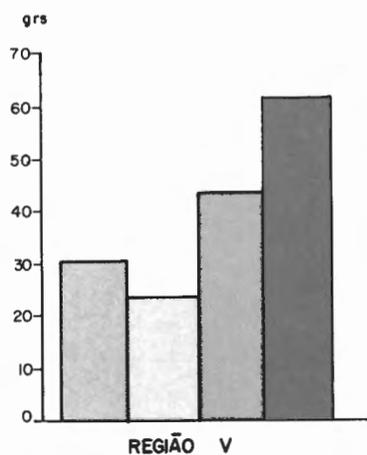
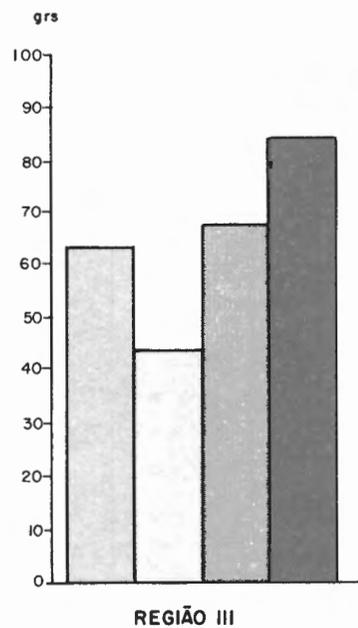
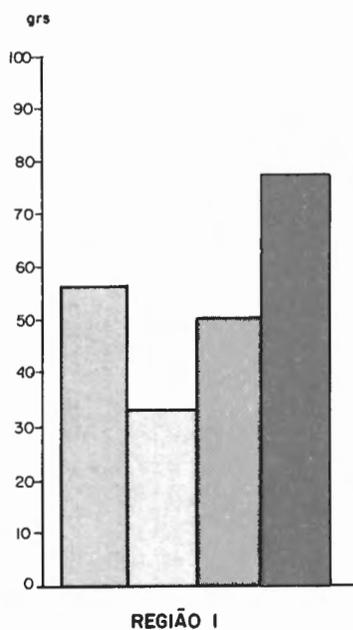
GRUPOS DE ALIMENTOS	PROTEÍNAS POR COMENSAL-DIA (G)					
	TODAS AS CLASSES		CLASSE DE DESPESA MAIS ALTA (4 520 E MAIS)		CLASSE DE DESPESA MAIS BAIXA (ATE 2 259)	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
REGIÃO I (RJ)						
TOTAL .....	67,58	100,0	82,99	100,0	46,03	100,0
Cereais e derivados .....	19,89	29,4	20,37	24,5	18,07	39,3
Tubérculos, raízes e similares .....	1,10	1,6	1,24	1,5	0,97	2,1
Açúcares e derivados .....	0,17	0,3	0,32	0,4	0,04	0,1
Leguminosas e oleaginosas .....	12,28	18,2	10,95	13,2	13,15	28,6
Legumes e verduras .....	1,25	1,8	1,73	2,1	0,66	1,4
Frutas .....	0,66	1,0	1,02	1,2	0,22	0,5
Carnes e pescados .....	22,97	34,0	33,45	40,3	9,31	20,2
Ovos, leites e queijos .....	8,46	12,5	12,91	15,6	3,08	6,7
Óleos e gorduras .....	0,05	0,1	0,07	0,1	0,01	0,0
Bebidas diversos .....	0,75	1,1	0,95	1,1	0,52	1,1
REGIÃO III (SUL)						
TOTAL .....	71,88	100,0	86,84	100,0	57,13	100,0
Cereais e derivados .....	25,96	36,1	26,34	30,3	23,28	40,7
Tubérculos, raízes e similares .....	1,60	2,2	1,67	1,9	1,35	2,4
Açúcares e derivados .....	0,14	0,2	0,26	0,3	0,07	0,1
Leguminosas e oleaginosas .....	13,76	19,2	9,22	10,6	17,11	29,9
Legumes e verduras .....	1,03	1,4	1,47	1,7	0,67	1,2
Frutas .....	0,37	0,5	0,66	0,8	0,17	0,3
Carnes e pescados .....	19,28	26,8	32,11	37,0	9,36	16,4
Ovos, leites e queijos .....	8,93	12,4	14,12	16,2	4,50	7,9
Óleos e gorduras .....	0,03	0,1	0,05	0,1	0,01	0,0
Bebidas e diversos .....	0,78	1,1	0,94	1,1	0,62	1,1
REGIÃO V (NORDESTE)						
TOTAL .....	60,99	100,0	84,32	100,0	55,57	100,0
Cereais e derivados .....	13,21	21,7	20,18	23,9	11,21	20,2
Tubérculos, raízes e similares .....	2,59	4,3	1,78	2,1	2,77	5,0
Açúcares e derivados .....	0,08	0,1	0,17	0,2	0,06	0,1
Leguminosas e oleaginosas .....	21,42	35,1	14,24	16,9	22,97	41,3
Legumes e verduras .....	0,40	0,7	0,97	1,2	0,29	0,5
Frutas .....	0,51	0,8	1,11	1,3	0,38	0,7
Carnes e pescados .....	18,05	29,6	34,08	40,4	14,44	26,0
Ovos, leites e queijos .....	4,21	6,9	10,87	12,9	3,03	5,4
Óleos e gorduras .....	0,01	0,0	0,06	0,1	0,00	0,0
Bebidas e diversos .....	0,51	0,8	0,86	1,0	0,42	0,8

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE

## 5. INGESTÃO DE LIPÍDIOS

LIPÍDIOS POR COMENSAL - DIA (gramas)

Segundo Classes de Despesa Corrente per Capita da Família



### Legenda

CLASSES DE DESPESA (Cr\$)

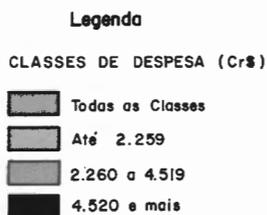
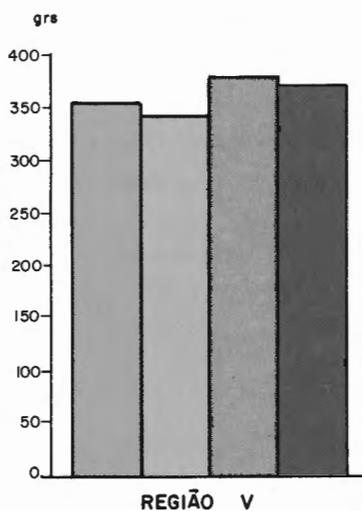
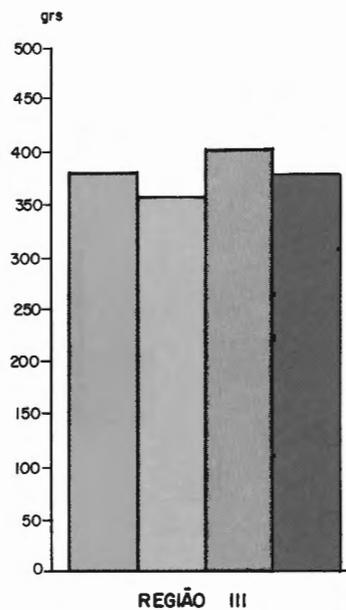
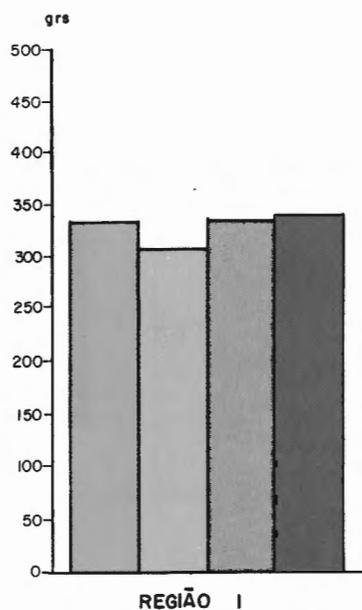
-  Todas as Classes
-  Até 2.259
-  2.260 a 4.519
-  4.520 e mais

FONTE : Ver Tabela 5

## 6. INGESTÃO DE GLICÍDIOS

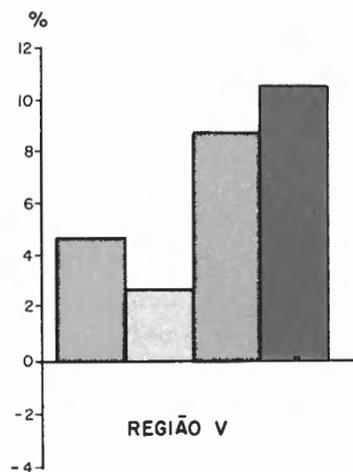
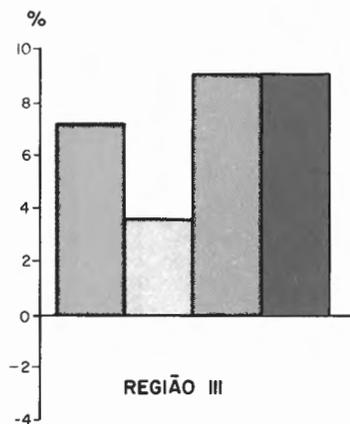
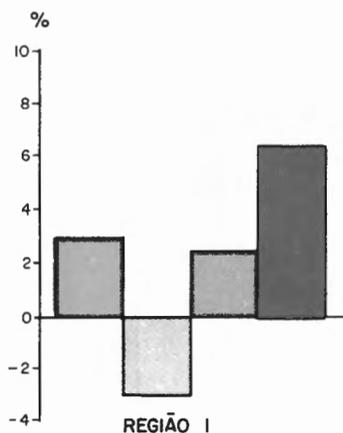
GLICÍDIOS POR COMENSAL-DIA (gramas)

Segundo Classes de Despesa Corrente per Capita da Família



FONTE: Ver Tabela 5

**7. NÍVEL DE COBERTURA EM CALORIAS**  
**EXCESSO OU DÉFICIT DA INGESTÃO EM RELAÇÃO**  
**ÀS NECESSIDADES MÍNIMAS**  
 Segundo Classes de Despesa Corrente per Capita da Família



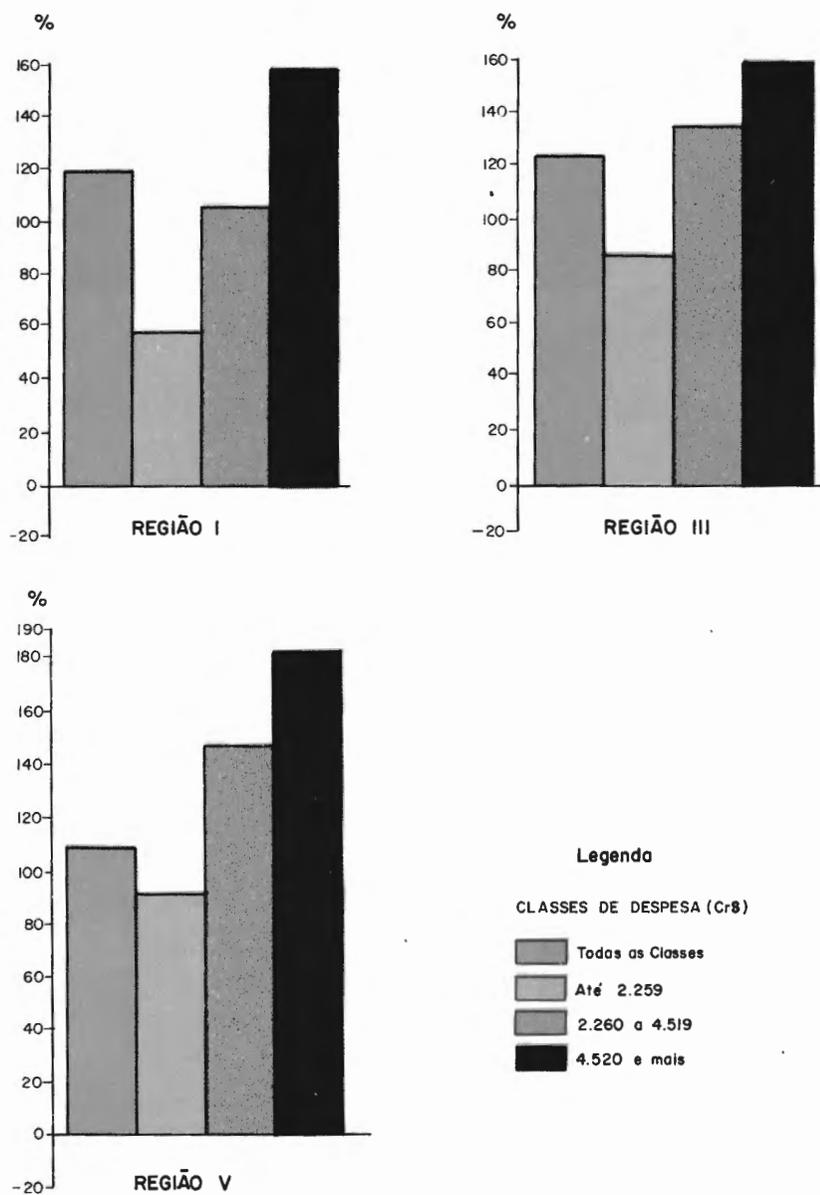
**Legenda**

CLASSES DE DESPESA (Cr\$)

- Todas as Classes
- Até 2.259
- 2.260 a 4.519
- 4.520 e mais

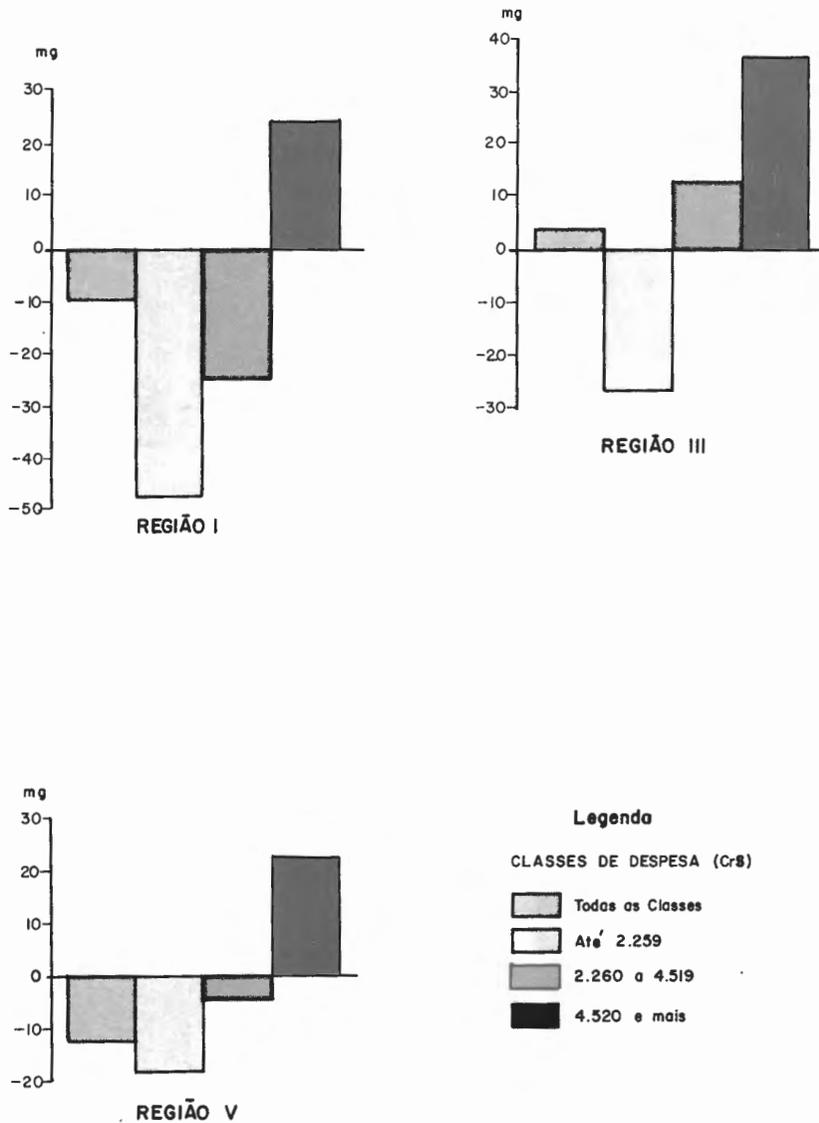
FONTE: Ver Tabela 5

**8. NÍVEL DE COBERTURA EM PROTEÍNAS**  
**EXCESSO OU DÉFICIT DA INGESTÃO EM RELAÇÃO ÀS NECESSIDADES**  
**Segundo Classes de Despesa Corrente per Capita da Família**



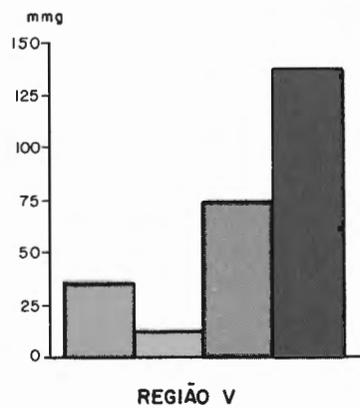
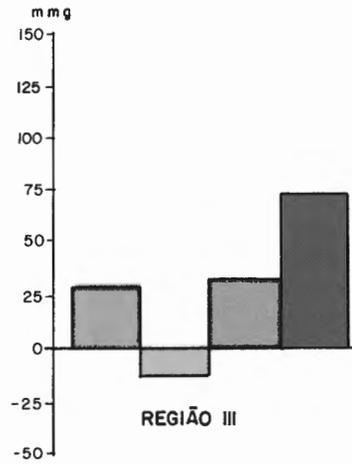
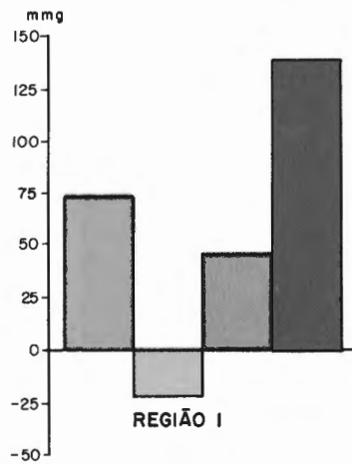
FONTE: Ver Tabela 5

**9. NÍVEL DE COBERTURA EM CÁLCIO**  
**EXCESSO OU DÉFICIT DA INGESTÃO EM RELAÇÃO ÀS NECESSIDADES**  
**Segundo Classes de Despesa Corrente per Capita da Família**



FONTE: Ver Tabela 5

**10. NÍVEL DE COBERTURA EM VITAMINA A**  
**EXCESSO OU DÉFICIT DA INGESTÃO EM RELAÇÃO ÀS NECESSIDADES**  
**Segundo Classes de Despesa Corrente per Capita da Família**



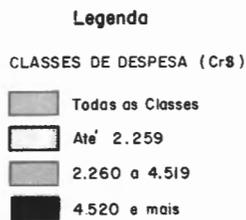
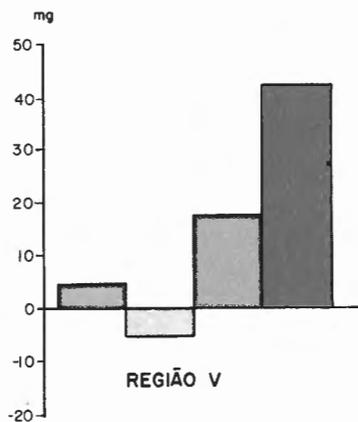
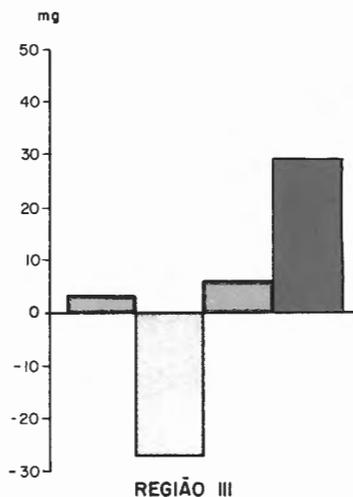
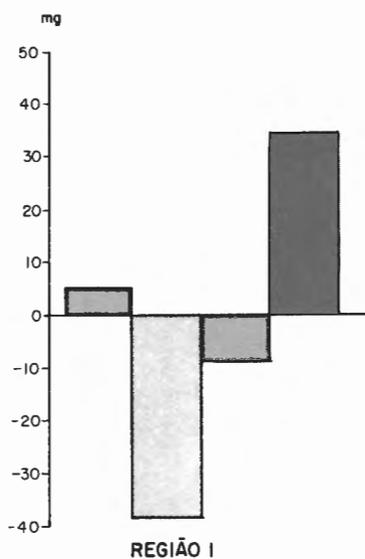
**Legenda**

CLASSES DE DESPESA (Cr8)

- Todas as Classes
- Até 2.259
- 2.260 a 4.519
- 4.520 e mais

FONTE : Ver Tabela 5

**II. NÍVEL DE COBERTURA EM VITAMINA B<sub>2</sub>**  
**EXCESSO OU DÉFICIT DA INGESTÃO EM RELAÇÃO ÀS NECESSIDADES**  
**Segundo Classes de Despesa per Capita da Família**



FORNE: Ver Tabela 5

5 - INGESTÃO EM CALORIAS E NUTRIMENTOS E RESPECTIVOS NÍVEIS DE COBERTURA POR COMENSAL-DIA,  
SEGUNDO CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA

REGIÕES I, III E V

1974

CALORIAS E NUTRIMENTOS	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA (Cruzeiros)											
	REGIÃO I (RJ)				REGIÃO III (SUL)				REGIÃO V (NORDESTE)			
	TODAS AS CLASSES	ATÉ 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	ATÉ 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	ATÉ 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
<b>CALORIAS</b>												
Ingestão .....	2 066,3	1 698,0	2 005,8	2 311,4	2 358,0	2 031,2	2 513,0	2 597,5	1 898,8	1 787,3	2 166,3	2 336,2
Nível de cobertura (%) <sup>(1)</sup> .....	103,0	96,4	102,4	106,3	107,2	103,6	109,0	109,0	104,6	102,7	108,7	110,5
<b>PROTEÍNAS (G)</b>												
Ingestão .....	65,2	45,2	60,9	79,3	70,0	56,2	73,7	83,8	59,7	54,6	70,9	82,0
Nível de cobertura (%) <sup>(1)</sup> .....	217,7	156,9	205,4	257,5	224,5	186,4	234,5	260,0	209,3	191,7	248,4	283,1
<b>CÁLCIO (MG)</b>												
Ingestão .....	449,3	268,5	378,0	601,8	515,8	368,2	550,1	670,8	435,2	405,1	476,6	606,6
Nível de cobertura (%) <sup>(1)</sup> .....	90,9	53,5	75,6	124,1	103,7	73,5	110,3	136,8	87,3	81,2	95,9	122,9
<b>FERRO ASSIMILÁVEL (PMG)</b>												
Ingestão .....	21,6	13,8	19,4	27,6	20,8	15,8	21,6	26,7	23,7	21,9	27,8	31,6
Nível de cobertura (%) <sup>(1)</sup> .....	142,7	99,4	128,9	173,1	142,6	113,2	148,4	171,2	164,7	155,6	185,1	195,9
<b>VITAMINA A (MMG)</b>												
Ingestão .....	1 109,2	451,9	918,8	1 610,2	800,6	500,0	837,0	1 160,7	815,6	656,2	1 117,6	1 580,8
Nível de cobertura (%) <sup>(1)</sup> .....	174,4	78,5	146,7	238,3	129,4	87,4	133,4	173,2	135,9	112,5	174,9	237,3
<b>VITAMINA B<sub>1</sub> (MG)</b>												
Ingestão .....	0,9	0,8	0,9	1,1	1,2	1,1	1,3	1,2	1,3	1,3	1,3	1,2
Nível de cobertura (%) <sup>(1)</sup> .....	134,3	118,8	129,0	148,0	170,4	166,7	180,6	163,2	213,1	218,3	198,5	182,4
<b>VITAMINA B<sub>2</sub> (MG)</b>												
Ingestão .....	1,0	0,6	0,9	1,4	1,0	0,7	1,1	1,4	0,9	0,8	1,1	1,3
Nível de cobertura (%) <sup>(1)</sup> .....	105,2	61,8	91,6	134,7	103,1	79,1	106,1	129,5	104,8	95,1	117,8	142,6
<b>VITAMINA PP (MG)</b>												
Ingestão .....	27,3	18,2	25,2	33,9	28,9	22,4	30,4	35,6	24,3	22,0	29,2	33,8
Nível de cobertura (%) <sup>(1)</sup> .....	236,5	170,6	220,0	279,6	246,2	205,1	254,7	283,4	239,4	223,4	271,0	298,6
<b>VITAMINA C (MG)</b>												
Ingestão .....	68,0	35,3	57,2	94,1	62,8	46,9	66,2	79,8	63,6	58,4	70,0	94,6
Nível de cobertura (%) <sup>(1)</sup> .....	252,8	139,0	215,0	335,9	237,2	185,1	248,4	287,4	243,8	227,5	258,8	341,1
<b>LIPÍDIOS (G)</b>												
Ingestão .....	57,0	33,7	50,6	74,6	63,5	43,6	67,9	84,7	30,3	23,6	43,4	61,5
<b>GLICÍDIOS (G)</b>												
Ingestão .....	328,8	308,4	332,2	337,2	379,5	356,8	404,6	377,4	353,5	345,4	380,8	372,0

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE

NOTA: (1) Percentagem da ingestão em relação às necessidades.

5a - DIFERENCIAIS DA INGESTÃO EM CALORIAS E NUTRIMENTOS E DOS RESPECTIVOS NÍVEIS DE COBERTURA  
 POR COMENSAL DIA, NAS CLASSES MAIS ALTA E MAIS BAIXA DE  
 DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA

REGIÕES I, III E V

1974

Continua

CALORIAS E NUTRIMENTOS	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA (Cruzeiros)					
	TODAS AS CLASSES (M)	CLASSE DE DES PESA MAIS ALTA (4 520 E MAIS) (A)	CLASSE DE DESPE SA MAIS BAIXA (ATE 2 259) (B)	A-M	B-M	B-A
REGIÃO I (RJ)						
<b>CALORIAS</b>						
Ingestão .....	2 066,3	2 311,4	1 698,0	+245,1	-368,3	-613,4
Nível de Cobertura (%) <sup>1</sup> .....	103,0	106,3	96,4	+3,3	- 6,6	-9,9
<b>PROTEÍNAS (G)</b>						
Ingestão .....	65,2	79,3	45,2	+14,1	-20,0	-34,1
Nível de Cobertura (%) <sup>1</sup> .....	217,7	257,5	156,9	+39,8	-60,8	-100,6
<b>CÁLCIO (MG)</b>						
Ingestão .....	449,3	601,8	268,5	+152,5	-180,8	-333,3
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	90,9	124,1	53,5	+33,2	-37,4	-70,6
<b>FERRO ASSIMILÁVEL (PMG)</b>						
Ingestão .....	21,6	27,6	13,8	+6,0	-7,8	-13,8
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	142,7	173,1	99,4	+30,4	-43,3	-73,7
<b>VITAMINA A (MMG)</b>						
Ingestão .....	1 109,2	1 610,2	451,9	+501,0	-657,3	-1 158,3
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	174,4	238,3	78,5	+63,9	-95,9	-159,8
<b>VITAMINA B<sub>1</sub> (MG)</b>						
Ingestão .....	0,9	1,1	0,8	+0,2	-0,1	-0,3
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	134,3	148,0	118,8	+13,7	-15,5	-29,2
<b>VITAMINA B<sub>2</sub> (MG)</b>						
Ingestão .....	1,0	1,4	0,6	+0,4	-0,4	-0,8
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	105,2	134,7	61,8	+29,5	-43,4	-72,9
<b>VITAMINA PP (MG)</b>						
Ingestão .....	27,3	33,9	18,2	+6,6	-9,1	-15,7
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	236,5	279,6	170,6	+43,1	-65,9	-109,0
<b>VITAMINA C (MG)</b>						
Ingestão .....	68,0	94,1	35,3	+26,1	-32,7	-58,8
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	252,8	335,9	139,0	+83,1	-113,8	-196,9
<b>LIPÍDIOS (G)</b>						
Ingestão .....	57,0	74,6	33,7	+17,6	-23,3	-40,9
<b>GLICÍDIOS (G)</b>						
Ingestão .....	328,8	337,2	308,4	+8,4	-20,4	-28,8

5a - DIFERENCIAIS DA INGESTÃO EM CALORIAS E NUTRIMENTOS E DOS RESPECTIVOS NÍVEIS DE COBERTURA  
 POR COMENSAL DIA, NAS CLASSES MAIS ALTA E MAIS BAIXA DE  
 DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA

REGIÕES I, III E V

1974

Continuação

CALORIAS E NUTRIMENTOS	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA (Cruzeiros)					
	TODAS AS CLASSES (M)	CLASSE DE DES- PESA MAIS ALTA (4 520 E MAIS) (A)	CLASSE DE DESPE- SA MAIS BAIXA (ATÉ 2 259) (B)	A-M	B-M	B-A
REGIÃO III (SUL)						
CALORIAS						
Ingestão .....	2 358,0	2 597,5	2 031,2	+239,5	-326,8	-566,3
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	107,2	109,0	103,6	+1,8	-3,6	-5,4
PROTEÍNAS (G)						
Ingestão .....	70,0	83,8	56,2	+13,8	-13,8	-27,6
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	224,5	260,0	186,4	+35,5	-38,1	-73,6
CÁLCIO (MG)						
Ingestão .....	515,8	670,8	368,2	+155,0	-147,6	-302,6
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	103,7	136,8	73,5	+33,1	-30,2	-63,3
FERRO ASSIMILÁVEL (PMG)						
Ingestão .....	20,8	26,7	15,8	+5,9	-5,0	-10,9
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	142,6	171,2	113,2	+28,6	-29,4	-58,0
VITAMINA A (MMG)						
Ingestão .....	800,6	1 160,7	500,0	+360,1	-300,6	-660,7
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	129,4	173,2	87,4	+43,8	-42,0	-85,8
VITAMINA B <sub>1</sub> (MG)						
Ingestão .....	1,2	1,2	1,1	0,0	-0,1	-0,1
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	170,4	163,2	166,7	-7,2	-3,7	+3,5
VITAMINA B <sub>2</sub> (MG)						
Ingestão .....	1,0	1,4	0,7	+0,4	-0,3	-0,7
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	103,1	129,5	79,1	+26,4	-24,0	-50,4
VITAMINA PP (MG)						
Ingestão .....	28,9	35,6	22,4	+6,7	-6,5	-13,2
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	246,2	283,4	205,1	+37,2	-41,1	-78,3
VITAMINA C (MG)						
Ingestão .....	62,8	79,8	46,9	+17,0	-15,9	-32,9
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	237,2	287,4	185,1	+50,2	-52,1	-102,3
LIPÍDIOS (G)						
Ingestão .....	63,5	84,7	43,6	+21,2	-19,9	-41,1
GLICÍDIOS (G)						
Ingestão .....	379,5	377,4	356,8	-2,1	-22,7	-20,6

5a - DIFERENCIAIS DA INGESTÃO EM CALORIAS E NUTRIMENTOS E DOS RESPECTIVOS NÍVEIS DE COBERTURA  
 POR COMENSAL DIA, NAS CLASSES MAIS ALTA E MAIS BAIXA DE  
 DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA

REGIÕES I, III E V

1974

Conclusão

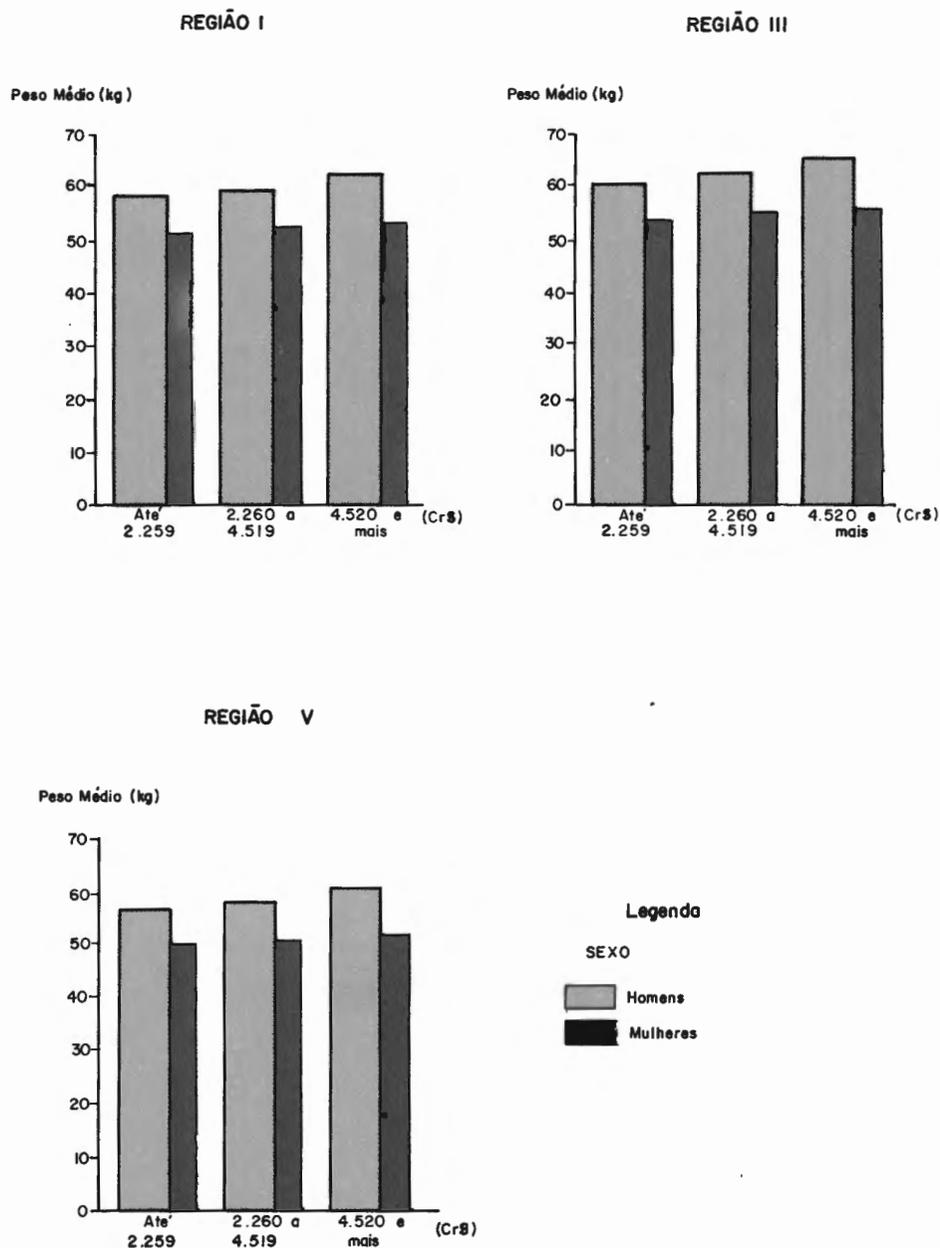
CALORIAS E NUTRIMENTOS	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA (Cruzeiros)					
	TODAS AS CLASSES (H)	CLASSE DE DES PESA MAIS ALTA (4 520 E MAIS) (A)	CLASSE DE DESPE SA MAIS BAIXA (ATE 2 259) (B)	A-M	B-M	B-A
REGIÃO V (NORDESTE)						
CALORIAS						
Ingestão .....	1 898,8	2 336,2	1 787,3	+437,4	-111,5	-548,9
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	104,6	110,5	102,7	+5,9	-1,9	-7,8
PROTEÍNAS (G)						
Ingestão .....	59,7	82,0	54,6	+22,3	-5,1	-27,4
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	209,3	283,1	191,7	+73,8	-17,6	-91,4
CÁLCIO (MG)						
Ingestão .....	435,2	606,6	405,1	+171,4	-30,1	-201,5
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	87,3	122,9	81,2	+35,6	-6,1	-41,7
FERRO ASSIMILÁVEL (PMG)						
Ingestão .....	23,7	31,6	21,9	+7,9	-1,8	-9,7
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	164,7	195,9	155,6	+31,2	-9,1	-40,3
VITAMINA A (HMG)						
Ingestão .....	815,6	1 580,8	656,2	+765,2	-159,4	-924,6
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	135,9	237,3	112,5	+101,4	-23,4	-124,8
VITAMINA B <sub>1</sub> (MG)						
Ingestão .....	1,3	1,2	1,3	-0,1	0,0	+0,1
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	213,1	182,4	218,3	-30,7	+5,2	+35,9
VITAMINA B <sub>2</sub> (MG)						
Ingestão .....	0,9	1,3	0,8	+0,4	-0,1	-0,5
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	104,8	142,6	95,1	+37,8	-9,7	-47,5
VITAMINA PP (MG)						
Ingestão .....	24,3	33,8	22,0	+9,5	-2,3	-11,8
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	239,4	298,6	223,4	+59,2	-16,0	-75,2
VITAMINA C (MG)						
Ingestão .....	63,6	94,6	58,4	+31,0	-5,2	-36,2
Nível de cobertura (%) <sup>1</sup> .....	243,8	341,1	227,5	+97,3	-16,3	-113,6
LIPÍDIOS (G)						
Ingestão .....	30,3	61,5	23,6	+31,2	-6,7	-37,9
GLICÍDIOS (G)						
Ingestão .....	353,5	372,0	345,4	+18,5	-8,1	-26,6

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE

NOTA: (1) Percentagem da ingestão em relação às necessidades

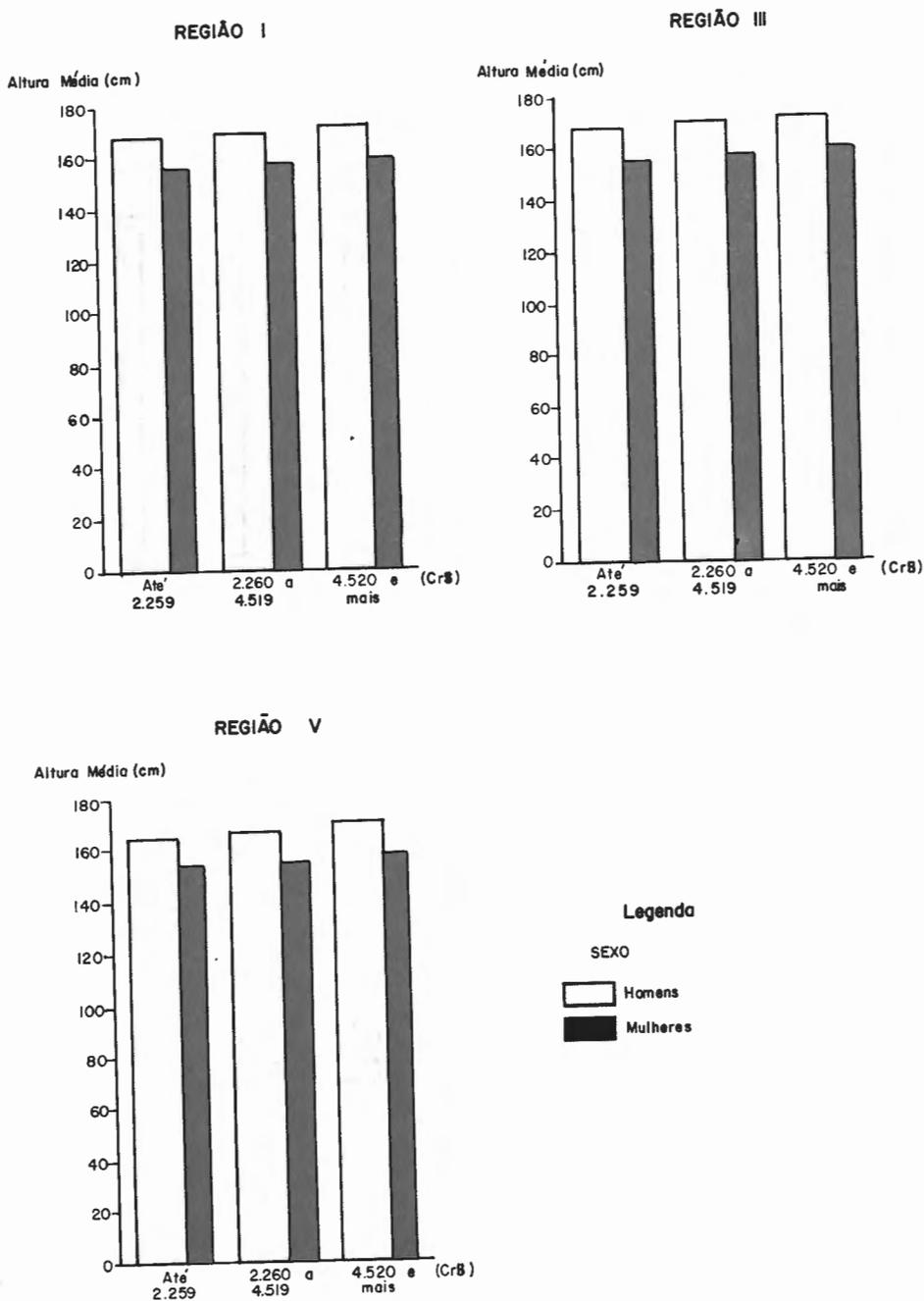
## 12. PESO MÉDIO DE 20 A 24 ANOS

Por Sexo e Classes de Despesa Corrente per Capita da Família



FONTE: Ver Tabela 6

### 13. ALTURA MÉDIA DE 20 A 24 ANOS Por Sexo e Classes de Despesa Corrente per Capita da Família



FONTE: Ver Tabela 7

6 - PESO MÉDIO (KG) POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE E DE DESPESA  
CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA  
REGIÕES I, III E V

1974

GRUPOS DE IDADE	DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (Cruzeiros)								
	REGIÃO I (RJ)			REGIÃO III (SUL)			REGIÃO V (NORDESTE)		
	ATE 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	ATE 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	ATE 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
<b>HOMENS</b>									
Menores de 1 ano .....	6,7	7,1	8,0	7,2	7,6	8,0	6,5	7,0	8,3
5 anos .....	17,0	17,8	20,0	17,4	18,3	19,5	16,2	17,4	18,8
15 anos .....	45,6	47,7	52,0	46,6	49,2	53,4	42,0	45,9	48,6
20 a 24 anos .....	58,9	59,9	62,8	60,6	62,9	65,3	57,3	58,4	60,6
50 a 59 anos .....	59,1	63,4	70,0	60,3	65,3	71,7	56,8	60,7	65,5
70 anos e mais .....	56,5	61,0	66,2	58,8	63,0	64,7	54,7	56,6	61,2
<b>MULHERES</b>									
Menores de 1 ano .....	6,6	7,4	7,0	6,8	7,0	7,4	6,1	6,5	7,2
5 anos .....	16,3	17,7	19,3	16,8	17,4	19,0	15,8	16,9	18,1
15 anos .....	47,3	49,9	50,9	49,4	50,9	51,7	45,8	47,1	48,1
20 a 24 anos .....	51,7	52,4	53,2	53,6	55,0	56,0	50,3	50,8	51,8
50 a 59 anos .....	54,1	59,1	62,2	55,0	62,4	65,6	50,2	55,3	58,4
70 anos e mais .....	48,5	54,3	57,9	52,2	54,7	61,8	45,5	49,8	52,7

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE

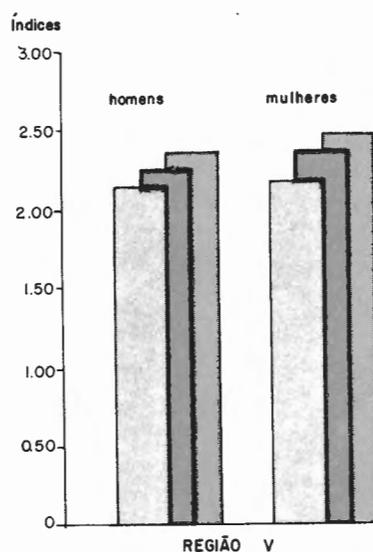
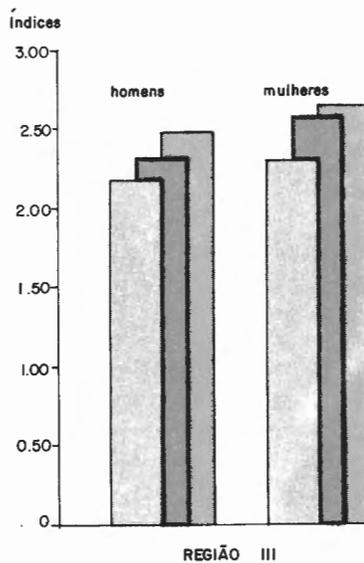
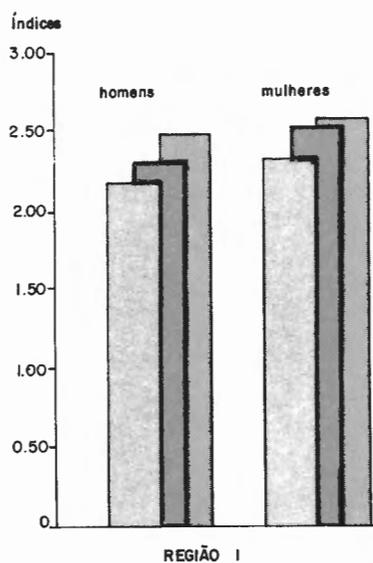
7 - ALTURA MÉDIA (CM) POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE E DE DESPESA CORRENTE ANUAL  
PER CAPITA DA FAMÍLIA  
REGIÕES I, III e V

1974

GRUPOS DE IDADE	DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (Cruzeiros)								
	REGIÃO I (RJ)			REGIÃO III (SUL)			REGIÃO V (NORDESTE)		
	ATE 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	ATE 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	ATE 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
<b>HOMENS</b>									
Menores de 1 ano .....	61,5	63,7	65,8	64,5	66,0	67,1	61,2	62,4	66,3
5 anos .....	105,3	109,6	111,6	105,7	108,5	110,7	102,6	106,7	110,3
15 anos .....	157,6	160,8	165,6	157,6	160,5	165,1	152,4	158,5	161,8
20 a 24 anos .....	168,1	169,0	170,8	167,3	169,4	171,9	163,9	165,9	168,7
50 a 59 anos .....	165,1	166,4	168,2	165,8	167,9	170,1	162,9	164,0	166,1
70 anos e mais .....	164,8	162,5	165,8	163,8	165,0	167,2	160,6	162,9	163,1
<b>MULHERES</b>									
Menores de 1 ano .....	62,4	64,5	65,0	64,0	63,0	65,2	60,2	61,3	64,5
5 anos .....	105,4	107,3	112,0	105,1	107,5	109,1	102,2	105,8	107,7
15 anos .....	153,4	157,4	158,4	154,2	156,6	156,7	150,8	154,2	154,9
20 a 24 anos .....	155,5	156,5	158,0	155,1	156,7	158,6	152,9	154,3	156,5
50 a 59 anos .....	152,4	153,4	155,7	153,6	155,7	157,6	151,9	152,6	153,9
70 anos e mais .....	149,4	150,3	152,1	152,4	152,1	153,1	148,0	148,7	150,9

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE

# 14. ÍNDICES DE KAUP PARA O GRUPO DE 50 A 59 ANOS Por Classes de Despesa Corrente per Capita da Família



Legenda:  
CLASSES DE DESPESA (Cr8)

- Até 2.259
- 2.260 a 4.519
- 4.520 e mais

$$I = \frac{\text{Peso em G}}{(\text{Altura em cm})^2}$$

FONTE : Ver Tabela 9

8 - PERÍMETRO BRAQUIAL MÉDIO (CM) POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE E DE DESPESA  
CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA

REGIÕES I, III e V

1974

GRUPOS DE IDADE	DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (Cruzeiros)								
	REGIÃO I (RJ)			REGIÃO III (SUL)			REGIÃO V (NORDESTE)		
	ATE 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	ATE 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	ATE 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
<b>HOMENS</b>									
Menores de 1 ano .....	12,8	13,3	14,1	13,3	13,6	14,1	12,7	13,2	14,2
5 anos .....	15,6	16,3	17,2	16,4	17,0	17,5	15,4	16,3	17,1
15 anos .....	22,8	22,7	24,2	23,0	23,4	24,5	21,5	22,6	23,6
20 a 24 anos .....	26,1	26,5	27,3	26,8	27,2	27,8	26,0	26,3	26,9
50 a 59 anos .....	26,8	28,0	29,4	26,9	27,7	29,4	26,2	27,5	28,7
70 anos e mais .....	24,6	26,2	27,7	25,4	26,4	27,2	24,7	25,5	26,6
<b>MULHERES</b>									
Menores de 1 ano .....	12,6	13,5	13,8	13,3	13,2	13,9	12,5	13,0	13,8
5 anos .....	15,6	16,3	17,3	16,5	16,8	17,5	15,6	16,3	17,0
15 anos .....	23,3	24,0	24,8	24,6	24,7	24,9	23,2	23,5	23,6
20 a 24 anos .....	24,7	24,9	25,4	25,9	26,1	26,2	24,4	24,5	24,9
50 a 59 anos .....	26,4	27,9	29,0	26,3	28,4	29,6	25,0	26,9	27,9
70 anos e mais .....	24,2	26,2	27,3	25,0	25,8	27,8	23,0	24,7	25,6

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE

9 - ÍNDICES DE KAUP, POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE E DE DESPESA CORRENTE ANUAL  
PER CAPITA DA FAMÍLIA (1)

REGIÕES I, III e V

1974

GRUPOS DE IDADE	DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (Cruzeiros)								
	REGIÃO I (RJ)			REGIÃO III (SUL)			REGIÃO V (NORDESTE)		
	ATE 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	ATE 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	ATE 2 259	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
<b>HOMENS</b>									
Menores de 1 ano .....	1,77	1,75	1,85	1,73	1,74	1,78	1,74	1,80	1,89
5 anos .....	1,53	1,48	1,61	1,56	1,55	1,59	1,54	1,53	1,55
15 anos .....	1,84	1,84	1,90	1,88	1,91	1,96	1,81	1,83	1,86
20 a 24 anos .....	2,08	2,10	2,15	2,17	2,19	2,21	2,13	2,12	2,13
50 a 59 anos .....	2,17	2,29	2,47	2,19	2,32	2,48	2,14	2,26	2,37
70 anos e mais .....	2,08	2,31	2,41	2,19	2,31	2,31	2,12	2,13	2,30
<b>MULHERES</b>									
Menores de 1 ano .....	1,70	1,78	1,66	1,66	1,76	1,74	1,68	1,73	1,73
5 anos .....	1,47	1,54	1,54	1,52	1,51	1,60	1,51	1,51	1,56
15 anos .....	2,01	2,01	2,03	2,08	2,08	2,11	2,01	1,98	2,00
20 a 24 anos .....	2,14	2,14	2,13	2,23	2,24	2,23	2,15	2,13	2,11
50 a 59 anos .....	2,33	2,51	2,57	2,33	2,57	2,64	2,18	2,37	2,47
70 anos e mais .....	2,17	2,40	2,50	2,25	2,36	2,64	2,08	2,25	2,31

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE

NOTA: (1) Índice de Kaup =  $\frac{\text{Peso em gramas}}{(\text{Altura em cm})^2}$

10 - QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL  
PER CAPITA DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS ALIMENTOS

REGIÕES DA PNAD<sup>(1)</sup>

1974

Continua

ALIMENTOS	QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA (G)											
	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (cruzeiros)											
	REGIÃO I				REGIÃO II				REGIÃO III			
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
CEREAIS E DERIVADOS .....	235	212	246	240	255	242	268	250	287	260	309	292
Arroz .....	117	108	131	111	152	175	170	129	118	121	122	110
Milho .....	15	34	13	8	10	13	10	8	40	48	45	22
Pão de trigo e biscoitos .....	73	44	75	87	60	29	59	75	41	20	39	74
Macarrão de trigo .....	19	22	20	18	19	16	18	20	13	11	14	16
Farinha de trigo .....	4	2	3	7	9	9	9	9	67	58	83	58
Outros produtos e derivados .....	6	1	4	10	5	1	3	8	7	3	6	13
TUBÉRCULOS, RAÍZES E SIMILARES .....	80	67	74	92	57	40	52	68	142	122	163	141
Batata inglesa .....	51	25	46	69	43	25	39	54	69	45	81	87
Mandioca .....	6	6	6	7	6	7	7	6	43	43	52	33
Farinha de mandioca .....	16	30	15	8	3	6	3	2	11	16	10	5
Outros tubérculos .....	7	6	6	9	4	2	3	6	18	18	21	16
AÇÚCARES, E DERIVADOS .....	84	81	83	87	80	72	82	82	84	74	89	89
Açúcar cristal e refinado .....	79	74	80	81	77	71	79	77	76	69	80	79
Outros açúcares .....	5	7	2	6	4	2	2	5	8	5	9	10
LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS .....	58	60	62	54	59	65	65	52	63	78	63	44
Feijão .....	55	59	60	48	56	64	64	46	61	77	61	40
Outras leguminosas .....	1	1	0	2	2	0	1	4	1	0	1	2
Oleaginosas .....	2	1	1	4	1	0	1	2	1	1	1	2
LEGUMES E VERDURAS .....	106	54	88	148	108	56	84	150	91	59	95	129
Couve e repólio .....	11	8	11	14	10	6	8	13	15	11	17	20
Outras verduras .....	8	4	6	13	17	5	11	27	9	5	9	15
Tomate .....	22	8	18	33	24	9	19	36	13	5	13	25
Abóbora e abobrinha .....	13	12	12	14	11	14	11	10	16	17	17	14
Outros legumes frutos .....	28	14	23	38	22	12	17	30	20	13	21	26
Cebola .....	12	6	10	17	14	7	12	18	11	6	11	17
Outros legumes raízes .....	11	3	7	17	6	2	4	11	5	2	5	10
Massa de tomate .....	1	0	1	2	3	1	2	5	1	0	1	2
FRUTAS .....	111	35	81	175	110	26	71	177	68	28	66	124
Banana .....	25	10	20	38	20	6	16	29	13	7	13	22
Laranja e limão .....	56	15	44	87	58	11	39	93	25	11	24	46
Outras frutas tropicais .....	15	9	11	22	15	7	9	24	8	4	7	14
Frutas do tipo europeu .....	10	1	4	19	14	2	6	25	15	5	15	30
Derivados de frutas .....	5	0	2	9	3	0	1	5	6	2	7	12

10 - QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL  
PER CAPITA DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS ALIMENTOS

REGIÕES DA PNAD<sup>(1)</sup>

1974

Continuação

ALIMENTOS	QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA (G)											
	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (cruzeiros)											
	REGIÃO I				REGIÃO II				REGIÃO III			
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
CARNES E PESCADOS .....	121	49	100	176	105	39	85	152	110	53	113	183
Carne bovina .....	51	15	38	82	44	12	32	67	40	12	36	83
Carne suína .....	8	5	7	12	10	5	9	13	15	10	19	16
Frango e galinha .....	27	9	25	38	26	9	22	37	29	15	32	43
Visceras .....	7	3	6	10	3	2	3	4	4	3	4	6
Embutidos e enlatados .....	7	3	6	10	9	4	8	13	8	3	9	14
Outras carnes .....	1	0	0	1	1	0	1	1	6	2	5	11
Pescado fresco .....	17	12	16	21	10	5	8	14	7	6	7	9
Pescado salgado .....	2	2	1	2	1	1	1	2	1	1	1	1
Pescado enlatado .....	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1
OVOS, LEITES E QUEIJOS .....	157	58	121	237	169	75	134	239	184	99	196	284
Ovos .....	18	8	17	24	18	9	17	24	17	9	19	26
Leite fresco e pasteurizado .....	129	47	100	196	140	63	111	196	155	86	164	238
Leite industrializado .....	3	2	2	4	4	3	4	5	2	1	2	3
Queijos e derivados do leite .....	7	0	2	14	7	1	2	13	10	3	11	17
ÓLEOS E GORDURAS .....	34	22	32	42	40	27	38	47	36	27	38	44
Óleos .....	19	10	17	26	26	14	22	34	12	7	11	20
Banha de porco .....	6	10	8	4	9	12	12	5	19	19	23	15
Margarina .....	6	2	6	8	4	1	4	5	3	1	3	6
Manteiga .....	2	0	1	4	1	0	0	2	1	0	1	3
BEBIDAS E DIVERSOS .....	67	26	42	109	59	28	43	84	63	35	58	106
Bebidas alcoólicas .....	14	1	5	27	8	1	4	14	13	2	11	30
Bebidas gasosas .....	24	2	10	47	18	1	8	33	10	1	4	31
Café, mate e infusões .....	14	10	12	17	16	12	15	18	19	16	20	22
Condimentos .....	16	12	14	18	17	14	16	19	20	17	22	22
TOTAL .....	1 054	664	929	1 361	1 041	672	923	1 300	1 127	835	1 191	1 438
NÚMERO DE FAMÍLIAS (milhares) .....	2 022	329	586	1 107	3 952	613	1 141	2 197	3 502	1 044	1 243	1 215

10 - QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL  
PER CAPITA DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS ALIMENTOS

REGIÕES DA PNAD<sup>(1)</sup>

1974

Continuação

ALIMENTOS	QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA (G)							
	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (cruzeiros)							
	REGIÃO IV				REGIÃO V			
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
CEREAIS E DERIVADOS .....	247	226	276	266	165	144	221	237
Arroz .....	133	123	155	135	67	62	88	79
Milho .....	51	64	47	24	42	47	30	24
Pão de trigo e biscoitos .....	35	16	44	73	47	31	87	107
Macarrão de trigo .....	18	17	20	17	5	3	11	16
Farinha de trigo .....	6	4	7	9	1	0	1	4
Outros produtos e derivados .....	3	1	3	8	2	1	4	8
TUBÉRCULOS, RAÍZES E SIMILARES .....	73	67	75	84	172	182	153	125
Batata inglesa .....	24	14	30	41	4	1	7	21
Mandioca .....	11	9	11	15	12	12	11	10
Farinha de mandioca .....	26	35	20	11	128	143	98	59
Outros tubérculos .....	12	9	14	17	29	26	38	35
AÇÚCARES E DERIVADOS .....	114	118	113	105	57	52	70	81
Agúcar cristal e refinado .....	77	64	90	94	47	40	62	73
Outros açúcares .....	37	54	23	11	10	11	8	8
LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS .....	78	88	72	60	102	107	90	77
Feijão .....	71	78	69	54	85	90	76	61
Outras leguminosas .....	5	9	1	2	10	11	6	4
Oleaginosas .....	2	1	2	4	7	6	8	13
LEGUMES E VERDURAS .....	89	74	96	120	38	28	55	91
Couve e repólio .....	10	9	11	14	1	0	2	4
Outras verduras .....	7	6	8	11	2	1	3	6
Tomate .....	12	6	14	27	8	4	15	25
Abóbora e abobrinha .....	27	31	25	19	15	15	16	14
Outros legumes frutos .....	24	19	27	30	8	5	12	24
Cebola .....	4	2	5	9	3	1	5	9
Outros legumes raízes .....	4	2	4	8	1	0	2	7
Massa de tomate .....	1	0	1	2	0	0	0	2
FRUTAS .....	71	41	71	147	84	65	119	183
Banana .....	17	12	19	29	23	16	39	51
Laranja e limão .....	28	13	31	64	16	9	27	57
Outras frutas tropicais .....	18	14	16	31	33	29	37	54
Frutas do tipo europeu .....	4	1	3	13	11	10	12	13
Derivados de frutas .....	3	0	2	9	2	1	4	9

10 - QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL  
PER CAPITA DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS ALIMENTOS  
REGIÕES DA PNAD<sup>(1)</sup>

1974

Continuação

ALIMENTOS	QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA (g)							
	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (cruzeiros)							
	REGIÃO IV				REGIÃO V			
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
CARNES E PESCADOS .....	68	37	81	129	89	71	126	169
Carne bovina .....	22	8	26	52	30	18	53	83
Carne suína .....	16	13	19	22	13	12	14	15
Frango e galinha .....	17	9	22	32	12	8	20	31
Vísceras .....	3	2	4	5	5	5	7	9
Embutidos e enlatados .....	4	1	4	9	1	0	1	3
Outras carnes .....	1	1	1	2	6	6	9	8
Pescado fresco .....	4	2	4	5	15	15	16	16
Pescado salgado .....	1	1	1	1	6	7	4	3
Pescado enlatado .....	0	0	1	1	0	0	1	1
OVOS, LEITES E QUEIJOS .....	130	78	148	242	89	70	120	192
Ovos .....	11	6	13	20	7	4	11	19
Leite fresco e pasteurizado .....	113	70	128	204	74	60	97	150
Leite industrializado .....	1	1	1	2	2	1	3	7
Queijos e derivados do leite .....	6	2	6	16	6	4	9	16
ÓLEOS E GORDURAS .....	33	25	40	45	8	5	15	25
Óleos .....	9	5	10	19	5	3	9	13
Banha de porco .....	21	19	26	18	1	1	2	1
Margarina .....	2	1	3	5	1	0	2	3
Manteiga .....	1	0	1	3	1	0	2	6
BEBIDAS E DIVERSOS .....	39	27	38	70	26	20	32	57
Bebidas alcoólicas .....	4	1	3	15	2	1	3	12
Bebidas gasosas .....	6	1	4	23	2	0	3	15
Café, mate e infusões .....	13	11	14	15	8	7	11	13
Condimentos .....	16	15	16	17	13	12	16	18
TOTAL .....	942	782	1 009	1 266	830	744	1 000	1 236
NÚMERO DE FAMÍLIAS (milhares) .....	2 516	1 221	679	616	5 645	3 975	1 062	608

10 - QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL  
PER CAPITA DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS ALIMENTOS

REGIÕES DA PNAD<sup>(1)</sup>

1974

Continuação

ALIMENTOS	QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA (G)							
	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (cruzeiros)							
	REGIÃO VI				REGIÃO VII			
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
CEREAIS E DERIVADOS .....	237	201	246	244	216	178	225	254
Arroz .....	133	135	150	121	120	111	127	124
Milho .....	9	6	8	11	14	10	11	21
Pão de trigo e biscoitos .....	74	50	70	85	67	49	72	84
Macarrão de trigo .....	13	9	13	15	10	6	10	14
Farinha de trigo .....	4	1	3	6	2	1	2	4
Outros produtos e derivados .....	4	1	2	7	3	1	2	6
TUBÉRCULOS, RAÍZES E SIMILARES .....	51	31	42	64	102	106	106	93
Batata inglesa .....	28	11	21	39	14	5	13	25
Mandioca .....	7	6	5	9	14	14	13	15
Farinha de mandioca .....	7	11	7	6	67	84	72	40
Outros tubérculos .....	8	4	8	10	8	4	8	13
AÇÚCARES E DERIVADOS .....	66	45	63	76	55	42	56	69
Açúcar cristal e refinado .....	63	45	61	71	51	39	53	64
Outros açúcares .....	3	1	2	4	4	3	3	5
LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS .....	58	67	64	52	44	40	46	45
Feijão .....	56	66	63	48	41	38	44	41
Outras leguminosas .....	1	0	0	2	1	1	1	1
Oleaginosas .....	1	0	1	2	2	1	1	3
LEGUMES E VERDURAS .....	85	35	65	116	59	31	55	95
Couve e repolho .....	7	2	7	9	5	2	5	8
Outras verduras .....	6	1	4	9	4	2	4	7
Tomate .....	23	8	17	31	15	5	13	27
Abóbora e abobrinha .....	11	9	11	12	12	12	12	12
Outros legumes frutos .....	20	8	15	28	13	6	12	22
Cebola .....	9	3	7	12	7	3	7	11
Outros legumes raízes .....	8	2	4	13	3	1	2	6
Massa de tomate .....	1	0	1	2	1	0	1	2
FRUTAS .....	95	29	65	138	88	46	82	145
Banana .....	23	8	18	31	26	15	25	40
Laranja e limão .....	41	9	27	62	21	6	17	44
Outras frutas tropicais .....	18	9	14	24	23	14	23	33
Frutas do tipo europeu .....	8	1	4	14	8	2	5	18
Derivados de frutas .....	4	1	2	7	11	9	12	10

10 - QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL  
PER CAPITA DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS ALIMENTOS

REGIÕES DA PNAD<sup>(1)</sup>

1974

Conclusão

ALIMENTOS	QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA (G)							
	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (cruzeiros)							
	REGIÃO VI				REGIÃO VII			
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
CARNES E PESCADOS .....	101	40	75	139	139	106	140	179
Carne bovina .....	59	24	44	80	59	30	60	92
Carne suína .....	6	3	4	8	10	6	10	14
Frango e galinha .....	20	6	15	29	14	5	15	26
Vísceras .....	5	2	4	6	5	4	5	6
Embutidos e enlatados .....	4	1	2	6	3	1	3	5
Outras carnes .....	1	0	0	1	2	2	2	2
Pescado fresco .....	6	2	5	7	40	50	39	30
Pescado salgado .....	1	1	1	1	5	7	5	3
Pescado enlatado .....	1	0	1	1	1	1	1	1
OVOS, LEITES E QUEIJOS .....	189	66	128	273	75	33	59	145
Ovos .....	16	8	14	21	9	4	8	15
Leite fresco e pasteurizado .....	162	54	109	235	57	24	43	111
Leite industrializado .....	4	3	4	4	6	3	5	9
Queijos e derivados do leite .....	7	1	2	12	4	1	3	10
ÓLEOS E GORDURAS .....	33	21	30	39	28	17	29	40
Óleos .....	23	15	21	28	14	8	14	22
Banha de porco .....	3	3	3	2	10	8	11	10
Margarina .....	5	2	5	7	1	0	1	3
Manteiga .....	2	0	1	3	3	1	3	5
BEBIDAS E DIVERSOS .....	44	21	30	60	43	23	35	74
Bebidas alcoólicas .....	5	1	1	8	4	1	2	10
Bebidas gasosas .....	14	1	7	23	13	2	7	32
Cafê, mate e infusões .....	13	9	12	15	12	9	13	15
Condimentos .....	12	9	12	14	13	10	14	16
TOTAL .....	959	555	809	1 200	849	622	833	1 139
NÚMERO DE FAMÍLIAS (milhares) .....	123	16	34	72	707	221	235	252

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE.

NOTA : (1) Região I - Estado do Rio de Janeiro; Região II - Estado de São Paulo; Região III - Região Sul; Região IV - Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; Região V - Região Nordeste; Região VI - Distrito Federal; Região VII - Região Norte e os Estados de Mato Grosso e Goiás.

11 - ALIMENTOS MAIS CONSUMIDOS POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA  
REGIÕES DA PNAD<sup>(1)</sup>  
1974

Continua

CLASSES DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA (CRUZEIROS)	ALIMENTOS MAIS CONSUMIDOS POR COMENSAL-DIA (G)					
	REGIÃO I		REGIÃO II		REGIÃO III	
	ALIMENTOS	GRAMAS	ALIMENTOS	GRAMAS	ALIMENTOS	GRAMAS
Todas as classes	Leite Fresco e Pasteurizado	129	Arroz	152	Leite fresco e Pasteurizado	155
	Arroz	117	Leite Fresco e Pasteurizado	140	Arroz	118
	Açúcar Cristal e Refinado	79	Açúcar Cristal e Refinado	77	Açúcar Cristal e Refinado	76
	Pão de Trigo e Biscoitos	73	Pão de Trigo e Biscoitos	60	Batata Inglesa	69
	Laranja e Limão	56	Laranja e Limão	58	Farinha de Trigo	67
Menos de 2 260	Arroz	108	Arroz	175	Arroz	121
	Açúcar Cristal e Refinado	74	Açúcar Cristal e Refinado	71	Leite Fresco e Pasteurizado	86
	Feijão	59	Feijão	64	Feijão	77
	Leite Fresco e Pasteurizado	47	Leite Fresco e Pasteurizado	63	Açúcar Cristal e Refinado	69
	Pão de Trigo e Biscoitos	44	Pão de Trigo e Biscoitos	29	Farinha de Trigo	58
2 260 A 4 519	Arroz	131	Arroz	170	Leite Fresco e Pasteurizado	164
	Leite Fresco e Pasteurizado	100	Leite Fresco e Pasteurizado	111	Arroz	122
	Açúcar Cristal e Refinado	80	Açúcar Cristal e Refinado	79	Farinha de Trigo	83
	Pão de Trigo e Biscoitos	75	Feijão	64	Batata Inglesa	81
	Feijão	60	Pão de Trigo e Biscoitos	59	Açúcar Cristal e Refinado	80
4 520 e mais	Leite Fresco e Pasteurizado	196	Leite Fresco e Pasteurizado	196	Leite Fresco e Pasteurizado	238
	Arroz	111	Arroz	129	Arroz	110
	Pão de Trigo e Biscoitos	87	Laranja e Limão	93	Batata Inglesa	87
	Laranja e Limão	87	Açúcar Cristal e Refinado	77	Carne Bovina	83
	Carne Bovina	82	Pão de Trigo e Biscoitos	75	Açúcar Cristal e Refinado	79

Continuação

CLASSES DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA (CRUZEIROS)	ALIMENTOS MAIS CONSUMIDOS POR COMENSAL-DIA (G)			
	REGIÃO IV		REGIÃO V	
	ALIMENTOS	GRAMAS	ALIMENTOS	GRAMAS
Todas as classes	Arroz	133	Farinha de Mandioca	128
	Leite Fresco e Pasteurizado	133	Feijão	85
	Açúcar Cristal e Refinado	77	Leite Fresco e Pasteurizado	74
	Feijão	71	Arroz	67
	Milho	51	Pão de Trigo e Biscoitos	47
Menos de 2 260	Arroz	123	Farinha de Mandioca	143
	Feijão	78	Feijão	90
	Leite Fresco e Pasteurizado	70	Arroz	62
	Milho	64	Leite Fresco e Pasteurizado	60
	Açúcar Cristal e Refinado	64	Milho	47
2 260 A 4 519	Arroz	155	Farinha de Mandioca	98
	Leite Fresco e Pasteurizado	128	Leite Fresco e Pasteurizado	97
	Feijão	69	Arroz	88
	Milho	47	Pão de Trigo e Biscoitos	87
	Pão de Trigo e Biscoitos	44	Feijão	76
4 520 e mais	Leite Fresco e Pasteurizado	204	Leite Fresco e Pasteurizado	150
	Arroz	135	Pão de Trigo e Biscoitos	107
	Açúcar Cristal e Refinado	94	Carne Bovina	83
	Pão de Trigo e Biscoitos	73	Arroz	79
	Laranja e Limão	64	Açúcar Cristal e Refinado	73

11 - ALIMENTOS MAIS CONSUMIDOS POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA  
REGIÕES DA PNAD (1)  
1974

Conclusão

CLASSES DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA (CRUZEIROS)	ALIMENTOS MAIS CONSUMIDOS POR COMENSAL-DIA (G)			
	REGIÃO VI		REGIÃO VII	
	ALIMENTOS	GRAMAS	ALIMENTOS	GRAMAS
Todas as classes	Leite Fresco e Pasteurizado	162	Arroz	120
	Arroz	133	Pão de Trigo e Biscoitos	67
	Pão de Trigo e Biscoitos	74	Farinha de Mandioca	67
	Açúcar Cristal e Refinado	63	Carne Bovina	59
	Carne Bovina	59	Leite Fresco e Pasteurizado	57
Menos de 2 260	Arroz	135	Arroz	111
	Feijão	66	Pescado Fresco	50
	Leite Fresco e Pasteurizado	54	Pão de Trigo e Biscoitos	49
	Pão de Trigo e Biscoitos	50	Açúcar Cristal e Refinado	39
	Açúcar Cristal e Refinado	45	Feijão	38
2 260 A 4 519	Arroz	150	Arroz	127
	Leite Fresco e Pasteurizado	109	Pão de Trigo e Biscoitos	72
	Pão de Trigo e Biscoitos	70	Farinha de Mandioca	72
	Feijão	63	Carne Bovina	60
	Açúcar Cristal e Refinado	61	Açúcar Cristal e Refinado	53
4 250 e mais	Leite Fresco e Pasteurizado	235	Arroz	124
	Arroz	121	Leite Fresco e Pasteurizado	111
	Pão de Trigo e Biscoitos	85	Carne Bovina	92
	Carne Bovina	80	Pão de Trigo e Biscoitos	84
	Açúcar Cristal e Refinado	71	Açúcar Cristal e Refinado	64

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DE150-IBGE.

NOTA: (1) Região I - Estado do Rio de Janeiro; Região II - Estado de São Paulo; Região III - Região Sul; Região IV - Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; Região V - Região Nordeste; Região VI - Distrito Federal; Região VII - Região Norte e os Estados de Mato Grosso e Goiás.

12 - CONSUMO EM CALORIAS POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA, SEGUNDO GRUPOS DE ALIMENTOS  
REGIÕES DA PNAD<sup>(1)</sup>

1974

Continua

GRUPOS DE ALIMENTOS	CALORIAS POR COMENSAL-DIA							
	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (CRUZEIROS)							
	REGIÃO I				REGIÃO II			
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
TOTAL .....	2 133	1 729	2 060	2 407	2 181	1 805	2 161	2 372
Cereais e Derivados .....	791	728	826	798	862	844	914	832
Tubérculos, Raízes e Similares .....	98	133	93	83	48	47	45	51
Açúcares e Derivados .....	316	297	314	327	304	276	310	312
Leguminosas e Oleaginosas .....	192	202	208	175	193	217	217	165
Legumes e Verduras .....	29	15	24	40	28	15	22	38
Frutas .....	50	15	36	80	43	10	29	70
Carnes e Pescados .....	206	88	167	300	184	81	158	252
Ovos, Leites e Queijos .....	136	51	103	208	150	68	118	212
Óleos e Gorduras .....	288	192	273	350	346	240	333	404
Bebidas e Diversos .....	27	7	15	46	23	8	16	36

Continuação

GRUPOS DE ALIMENTOS	CALORIAS POR COMENSAL-DIA							
	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (CRUZEIROS)							
	REGIÃO III				REGIÃO IV			
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
TOTAL .....	2 416	2 062	2 578	2 683	2 213	2 008	2 379	2 528
Cereais e Derivados .....	991	912	1 073	988	846	790	925	892
Tubérculos, Raízes e Similares .....	143	148	157	119	132	152	117	99
Açúcares e Derivados .....	313	277	334	334	366	344	394	389
Leguminosas e Oleaginosas .....	212	262	212	144	259	294	241	195
Legumes e Verduras .....	23	15	24	33	22	19	24	30
Frutas .....	37	15	37	66	32	17	33	70
Carnes e Pescados .....	203	103	213	327	144	99	164	233
Ovos, Leites e Queijos .....	159	82	171	247	104	59	117	202
Óleos e Gorduras .....	311	238	335	377	293	227	353	389
Bebidas e Diversos .....	25	10	23	49	13	7	12	29

Conclusão

GRUPOS DE ALIMENTOS	CALORIAS POR COMENSAL-DIA											
	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (CRUZEIROS)											
	REGIÃO V				REGIÃO VI				REGIÃO VII			
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
TOTAL .....	1 931	1 813	2 214	2 390	1 985	1 485	1 889	2 226	1 929	1 565	1 984	2 309
Cereais e Derivados .....	518	449	708	752	787	682	825	800	697	580	730	801
Tubérculos, Raízes e Similares .....	496	546	396	262	59	54	53	65	268	319	286	186
Açúcares e Derivados .....	211	188	263	303	251	174	241	286	205	157	211	257
Leguminosas e Oleaginosas .....	324	345	284	230	192	224	212	168	143	134	152	144
Legumes e Verduras .....	10	7	14	24	23	10	17	31	15	8	14	24
Frutas .....	35	25	54	85	45	15	32	64	43	23	40	71
Carnes e Pescados .....	178	145	252	318	170	74	128	230	214	148	218	290
Ovos, Leites e Queijos .....	77	57	105	186	158	61	109	224	84	38	67	156
Óleos e Gorduras .....	71	44	122	201	281	184	259	331	243	151	251	346
Bebidas e Diversos .....	10	7	15	29	18	7	11	27	17	7	13	31

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) Região I - Estado do Rio de Janeiro; Região II - Estado de São Paulo; Região III - Região Sul; Região IV - Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; Região V - Região Nordeste; Região VI - Distrito Federal; Região VII - Região Norte e Estados de Mato Grosso e Goiás.

13 - CONSUMO EM PROTEÍNAS POR COMENSAL-DIA, POR CLASSE DE DESPESA CORRENTE ANUAL PER CAPITA DA FAMÍLIA, SEGUNDO GRUPOS DE ALIMENTOS  
REGIÕES DA PNAD<sup>(1)</sup>

1974

Continua

GRUPOS DE ALIMENTOS	PROTEÍNAS POR COMENSAL-DIA (G)							
	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (CRUZEIROS)							
	REGIÃO I				REGIÃO II			
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
TOTAL	67,58	46,03	62,64	82,99	65,84	46,75	61,79	77,72
Cereais e Derivados	19,89	18,07	20,55	20,37	21,01	19,56	22,02	20,96
Tubérculos, Raízes e Similares	1,10	0,97	1,01	1,24	0,74	0,52	0,68	0,89
Açúcares e Derivados	0,17	0,04	0,07	0,32	0,17	0,03	0,08	0,30
Leguminosas e Oleaginosas	12,28	13,15	13,40	10,95	12,46	14,17	14,06	10,51
Legumes e Verduras	1,25	0,66	1,05	1,73	1,31	0,66	1,00	1,85
Frutas	0,66	0,22	0,50	1,02	0,59	0,14	0,40	0,93
Carnes e Pescados	22,97	9,31	18,93	33,45	19,50	7,04	15,56	28,18
Ovos, Leites e Queijos	8,46	3,08	6,44	12,91	9,16	3,99	7,15	13,03
Óleos e Gorduras	0,05	0,01	0,04	0,07	0,03	0,01	0,03	0,05
Bebidas e Diversos	0,75	0,52	0,65	0,95	0,87	0,63	0,82	1,02

Continuação

GRUPOS DE ALIMENTOS	PROTEÍNAS POR COMENSAL-DIA (G)							
	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (CRUZEIROS)							
	REGIÃO III				REGIÃO IV			
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
TOTAL	71,88	57,13	75,73	86,84	58,62	50,51	62,33	74,69
Cereais e Derivados	25,96	23,28	28,43	26,34	20,43	18,92	22,25	22,03
Tubérculos, Raízes e Similares	1,60	1,35	1,81	1,67	1,00	0,96	1,00	1,07
Açúcares e Derivados	0,14	0,07	0,13	0,26	0,21	0,22	0,14	0,25
Leguminosas e Oleaginosas	13,76	17,11	13,77	9,22	16,89	19,35	15,55	12,30
Legumes e Verduras	1,03	0,67	1,06	1,47	1,04	0,88	1,10	1,38
Frutas	0,37	0,17	0,36	0,66	0,41	0,25	0,43	0,81
Carnes e Pescados	19,28	9,36	19,77	32,11	11,99	6,06	14,40	24,07
Ovos, Leites e Queijos	8,93	4,50	9,57	14,12	5,97	3,30	6,71	11,86
Óleos e Gorduras	0,03	0,01	0,03	0,05	0,01	0,00	0,02	0,04
Bebidas e Diversos	0,78	0,62	0,82	0,94	0,67	0,56	0,73	0,87

Conclusão

GRUPOS DE ALIMENTOS	PROTEÍNAS POR COMENSAL-DIA (G)											
	CLASSE DE DESPESA CORRENTE PER CAPITA DA FAMÍLIA (CRUZEIROS)											
	REGIÃO V				REGIÃO VI				REGIÃO VII			
	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS	TODAS AS CLASSES	MENOS DE 2 260	2 260 A 4 519	4 520 E MAIS
TOTAL	60,99	55,57	72,77	84,32	63,72	43,33	57,04	75,31	60,34	46,60	61,31	75,87
Cereais e Derivados	13,21	11,21	18,52	20,18	19,27	15,99	19,86	20,06	17,03	13,81	17,88	20,02
Tubérculos, Raízes e Similares	2,59	2,77	2,23	1,78	0,66	0,40	0,55	0,83	1,50	1,61	1,58	1,29
Açúcares e Derivados	0,08	0,06	0,08	0,17	0,15	0,01	0,04	0,27	0,10	0,04	0,07	0,21
Leguminosas e Oleaginosas	21,42	22,97	18,37	14,24	12,40	14,59	13,81	10,71	9,19	8,65	9,84	9,15
Legumes e Verduras	0,40	0,29	0,58	0,97	0,96	0,39	0,72	1,32	0,65	0,34	0,62	1,07
Frutas	0,51	0,38	0,75	1,11	0,59	0,20	0,43	0,83	0,56	0,30	0,54	0,91
Carnes e Pescados	18,05	14,44	25,62	34,08	19,25	7,46	14,21	26,71	25,76	19,16	26,14	33,33
Ovos, Leites e Queijos	4,21	3,03	5,89	10,87	9,70	3,80	6,76	13,70	4,83	2,19	3,92	8,98
Óleos e Gorduras	0,01	0,00	0,03	0,06	0,04	0,01	0,03	0,06	0,03	0,01	0,02	0,05
Bebidas e Diversos	0,51	0,42	0,71	0,86	0,70	0,48	0,63	0,83	0,67	0,49	0,69	0,86

FONTE: Tabulações Especiais do ENDEF - DEISO-IBGE.

NOTA: (1) Região I - Estado do Rio de Janeiro; Região II - Estado de São Paulo; Região III - Região Sul; Região IV - Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; Região V - Região Nordeste; Região VI - Distrito Federal; Região VII - Região Norte e Estados de Mato Grosso e Goiás.